



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. B AO Nº 146, TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

Ata da 8ª Reunião, realizada em 16 de Maio de 2024	4

1.2 – CPI DA BRASKEM

Ata da 13ª Reunião, realizada em 24 de Abril de 2024	26

Ata da 14ª Reunião, realizada em 7 de Maio de 2024	97

1.3 – CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de Maio de 2024	125

Ata da 13ª Reunião, realizada em 3 de Julho de 2024	204

Ata da 14ª Reunião, realizada em 9 de Julho de 2024	227

Ata da 15ª Reunião, realizada em 10 de Julho de 2024	290

Ata da 16ª Reunião, realizada em 6 de Agosto de 2024	324

Ata da 17ª Reunião, realizada em 7 de Agosto de 2024	424

1.4 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

Ata da 3ª Reunião, realizada em 16 de Maio de 2024	501

Ata da 8ª Reunião, realizada em 4 de Julho de 2024	528

Ata da 11ª Reunião, realizada em 15 de Julho de 2024	553





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e sete minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional com a presença dos Senadores Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Fernando Farias, Janaína Farias e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Moraes e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Rogerio Marinho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2481, de 2022 - Terminativo** - que: "Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida parcialmente a Emenda nº 1-T. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2483, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2484, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2485, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2486, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nos 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas nos 2-T e 5-T. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2488, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 2489, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 2490, de 2022 - Terminativo** - que: "Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Vista





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedida. **ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/16>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária Interna para examinar os anteprojeto apresentados no âmbito da Comissão de Juristas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de maio de 2024, inclusive, Dia do Gari.

Quero aproveitar e parabenizar todos os garis deste país, que exercem uma função superimportante.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada dia 20 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação das matérias distribuídas à Comissão.

ITEM 1**PROJETO DE LEI Nº 2481, DE 2022****- Terminativo -**

Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida parcialmente a Emenda nº 1-T.

Com a palavra o Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Meu estimado amigo, Senador Izalci Lucas, primeiramente agradeço-lhe pela condução desse processo como Presidente da Comissão especial. Sua contribuição tem sido extraordinária – e o será até o momento final da deliberação –, seu conhecimento e *expertise* na área têm contribuído desde o primeiro momento. Agradeço-lhe muito e o parabênizo pela condução na Presidência até o momento.

Esta reunião de hoje é o ponto culminante de um árduo e laborioso processo, iniciado bem antes da instalação desta Comissão Temporária. O marco inicial remonta ao início de 2022, quando nosso Presidente Rodrigo Pacheco, sempre sintonizado com as demandas da sociedade civil, uniu-se, então, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, na busca de soluções para dinamizar, unificar e modernizar o processo administrativo e tributário nacional. Os Presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário compartilhavam a compreensão de que o modelo legal atualmente vigente está ultrapassado, obsoleto, arcaico e provoca a judicialização excessiva e a burocratização de processos e procedimentos, prejudicando os contribuintes e o próprio Fisco.

Para avançar e modernizar esse modelo legal é preciso visão sistêmica e pensamento de longo prazo. E, para isso, em março de 2022, foi instituída a Comissão de Juristas, brilhantemente presidida pela Exma. Ministra Regina Helena Costa, do STJ, com as relatorias dos Profs. Valter Shuenquener de Araújo e Marcus Lívio Gomes, ambos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Desta Comissão, conduzida pela Ministra Regina Helena, resultaram dez anteprojatos de lei que foram apresentados pelo Presidente Rodrigo Pacheco. São eles: PLs nºs 2.481/2022, 2.483/2022,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.484/2022, 2.485, 2.486, 2.488, 2.489, 2.490, o PLP nº 124 e o PLP nº 125, todos de 2022. Sobre eles, falarei mais detidamente na sequência da nossa fala. E, para a tramitação racional desses dez projetos, foi instituída esta Comissão Temporária, cuja missão de relatar foi a mim atribuída, sob a Presidência do queridíssimo Senador Izalci Lucas e a Vice-Presidência do Senador Oriovisto Guimarães.

Para debater as matérias, planejamos, inicialmente, realizar duas audiências públicas, mas o interesse e as questões a serem enfrentadas se revelaram tão fortes que tivemos que desdobrá-las em cinco audiências públicas. Foram momentos de valiosas e salutares trocas de conhecimento, às vezes com discussões acaloradas, o que evidencia a importância das matérias debatidas nesta Comissão.

Contamos com a inestimável e abrilhantadora participação das seguintes personalidades: da Ministra Regina Helena Costa; dos juristas Valter Shuenquener de Araújo e Marcus Lívio Gomes; do Prof. Heleno Torres; da Sra. Cláudia Lucia Pimentel, Subsecretária de Tributação da Receita Federal; da Profa. Betina Treiger, da Universidade Federal do Paraná; dos juristas Gustavo Brigagão, Presidente do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados; Igor Nascimento de Souza, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário; do Procurador Luiz Bichara, do Conselho Federal da OAB; do Sr. Roberto Giffoni, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais; da Profa. Mary Elbe, doutora em Direito Tributário; da Sra. Misabel Derzi, professora emérita da UFMG; do Sr. Tácio Lacerda Gama, professor da PUC; do Sr. Nelson Ribeiro Alves, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); da Sra. Adriana Gomes Rêgo, Subsecretária-Geral da Receita Federal; da Sra. Angela Mendonça, do Conselho Federal de Contabilidade; do Sr. Isac Santos, Presidente do Sindifisco Nacional; do Sr. João Grognet, Procurador-Geral Adjunto da Dívida Ativa da PGFN; do Sr. Christian Rainier, do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda, Receita ou Tributação; do Sr. Thales Freitas, Presidente da Sindireceita; do Sr. George Souza, Presidente do Sindifisco do Distrito Federal; da Sra. Julia Nogueira e da Sra. Fabiola Keramidas, representando o Instituto Brasileiro de Arbitragem e Transação Tributária; da Sra. Iolanda Guindani, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional; do Sr. Jonathan Vita, doutor em Direito pela PUC; da Sra. Zabetta Macarini, Diretora-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados; do Sr. Mauro Silva, Presidente do Unafisco Nacional; do Sr. Gilberto Pereira, Vice-Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; do Sr. Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e Distrito Federal; do Sr. Vainer da Silva Rosa, Procurador-Chefe da Procuradoria Nacional da Cobrança Extrajudicial.

Na sequência, também me referirei à Consultoria Legislativa, que também, junto conosco, fez um extraordinário trabalho, e citarei os membros que nos auxiliaram a seguir.

Fiz questão de citar nominalmente todos esses nomes como um renovado agradecimento pela abnegada cessão de seu tempo e de seu conhecimento.

Agradeço também às importantes contribuições que chegaram ao gabinete, por parte da Receita Federal, da AGU, da Procuradoria da Fazenda Nacional, do CNJ, da AASP e da IASP, da Abrasca, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bradesco, do CFOAB (Conselho Federal da OAB), da CNI, da FGV, da Getap e do Ibatt. Cada contribuição foi detidamente analisada pelo competente corpo técnico desta Casa.

Em resumo, os objetivos gerais das proposições legislativas conduzidas são a desburocratização, a desjudicialização, a prevenção dos conflitos, as soluções consensuais, a transparência, a neutralidade e a preservação do contraditório e da ampla defesa. Buscamos harmonia e equilíbrio no cabo de guerra que se trava atualmente entre o poder público e o cidadão. Estabelecemos o conceito do sistema multiportas de acesso à administração e ao Judiciário, normatizando os institutos da mediação, da arbitragem e da transação em matéria tributária. Criamos o Código de Defesa dos Contribuintes.

São ganhos processuais imensuráveis que contribuem significativamente para a redução dos gargalos do sistema judicial. Para além disso, este conjunto de projetos amplificará a eficácia da reforma tributária. Basta visualizar o benefício para o país representado pela implantação de novos tributos – IBS, CBS e IS – já sob uma renovada legislação regendo processos administrativos e tributários de todos os entes nacionais.

Tenho a convicção de que conseguimos melhorar ainda mais o que já era excelente antes de chegar às nossas mãos. Isso só foi possível, faço questão de ressaltar, porque esta Casa conta com um corpo técnico que nada deixa a dever aos principais Parlamentos do mundo. Refiro-me, em especial, à Consultoria Legislativa do Senado Federal, capitaneada pelo Consultor-Geral, incansável Danilo Barboza de Aguiar, que, nessa tarefa, escalou um grupo brilhante de consultores, os quais faço questão de agradecer nominativamente, são eles: Alberto Zouvi, Carlos Eduardo Elias, Daniel de Carvalho, Gustavo Haddad, Haroldo Tajra, Ismael de Castro, Raphael Borges, Ricardo Barros e Paulo Henrique Dantas, que também atuou como coordenador informal do grupo. Agradeço a cada um dos senhores que estão aqui presentes.

Por fim, destaco também a inestimável contribuição dos servidores do meu gabinete: Valéria Brito, Chefe de Gabinete; os assessores legislativos Dênio Louro, Flávia Blanco, Vania Signor e Higor Modesto; assim como Marcia Rosado, Chefe de Gabinete da Liderança da União Brasil; e toda a nossa assessoria técnica, seja do gabinete, seja da Liderança da União Brasil, bem como o Secretariado aqui da Comissão, que nos auxiliou durante essa longa jornada.

Ainda temos pela frente a leitura dos relatórios produzidos por esta Comissão, a oportunidade que temos para expor os pormenores de cada projeto, bem como as alterações e aperfeiçoamentos propostos por esta Relatoria.

Então, agradeço a atenção de todos.

Mãos à obra – à parte mais técnica, da leitura do relatório. Ela é resumida, mesmo assim são nove, então um pouco estendida, mas, claro, o inteiro teor já está disponível, já está publicado no sistema para o conhecimento dos senhores e senhoras que acompanham os trabalhos da Comissão.

Então vamos lá, rapidamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PL 2.481, de 2022, que trata da reforma da Lei 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Estabilidade e uniformidade das decisões: reforço da aplicabilidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro na Lei do Processo Administrativo; criação de um novo capítulo, para disciplinar a extensão das decisões administrativas a casos similares, buscando promover a estabilidade do ordenamento. Terceiro ponto: previsão de enunciados sumulares administrativos vinculantes, com prévia manifestação do órgão jurídico, para conferir maior segurança e estabilidade às decisões. Quarto ponto: decisões em controle concentrado de constitucionalidade, súmulas vinculantes do STF e do STJ, recursos repetitivos e acórdãos em incidente de assunção de competência serão vinculados automaticamente; o parecer do órgão jurídico será necessário, exceto em casos de descumprimento do prazo. Há o estabelecimento de regras para a extinção de atos administrativos por anulação e revogação, garantindo contraditório prévio.

Do ponto de vista da modernização do processo administrativo, os seguintes itens: inclusão da negociação com o administrado como critério orientador do processo administrativo; admissão de negócios jurídicos processuais administrativos, com parecer do órgão jurídico, buscando facilitar a busca pelo interesse público; estabelecimento da preferência pelo processo eletrônico, para assegurar eficiência administrativa; definição de regras claras para a comunicação de atos processuais no processo eletrônico; contemplação do uso da inteligência artificial no processo administrativo, com requisitos de transparência e auditabilidade; fixação de prazos máximos para a duração da instrução do processo administrativo, buscando garantir a duração razoável dos processos; atualização do dispositivo sobre a preferência de tramitação processual, para garantir a inclusão de todas as formas de deficiência.

Terceiro marco – aqui, itens a respeito do controle da administração. Primeiro item: participação do administrado. O projeto garante o direito subjetivo do administrado de participar do controle da administração pública; estabelece publicação pela internet sobre consultas públicas e o direito do administrado de receber uma resposta fundamentada antes da tomada de decisão. Audiências públicas, democráticas e plurais são previstas, podendo ser presenciais, remotas ou híbridas, com aviso prévio. Na avaliação de políticas públicas e seara regulatória, introduz análise de impacto como requisito para os atos normativos, com exceção das estatais exploradoras de atividade econômica; também exige avaliação de resultados. Deixa a regulamentação específica desses instrumentos a cargo de cada órgão ou entidade.

Regulamentação do silêncio administrativo: determina que o prazo é devolvido à autoridade imediatamente superior em caso de omissão administrativa; permite que a autoridade inferior supere a omissão a qualquer momento antes da decisão final; autoriza a atribuição de efeito positivo à omissão administrativa em atos ou contratos.

Itens referentes ao direito administrativo sancionador: princípios regentes. Introduz princípios como a retroatividade de norma benéfica, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade, razoabilidade e vedação ao *bis in idem*. Veda a responsabilização objetiva, salvo previsão legal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito ao recurso: concede efeito suspensivo ao recurso administrativo; dispensa o reexame necessário e veda a *reformatio in pejus*; estabelece a prescrição em cinco anos, contada da data do fato ou de sua cessação.

Prescrição e interrupção: define a prescrição intercorrente em dois anos na paralisação do processo sem justa causa; determina a interrupção da prescrição pela citação em decisão condenatória recorrível; a prática de ato inequívoco de solução administrativa conciliatória configura causa de suspensão.

Portanto, vem agora o segundo PL.

O voto, logicamente, está encaminhado no PL 2.481, no mérito, pela aprovação do PL na forma do substitutivo, acolhida a Emenda nº 1-T.

O segundo PL, o PL 2.483, de 2022, que dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

A esse projeto foram reunidos os PLs 2.484, que trata da consulta tributária; e o 2.485, que trata da mediação. Foi uma determinação... Uma determinação, não: uma decisão do nosso grupo de trabalho para tentar consolidar aqueles PLs que tinham uma certa identidade entre si, para ter uma legislação não tão esparsa e conseguir consolidar essa nova legislação, de três PLs consolidados no PL 2.483.

Esse PL busca consolidar o conteúdo do Decreto nº 70.235, de 1972, que trata do contencioso administrativo fiscal, além de outras leis complementares incorporando inovações do Código do Processo Civil e do Processo Administrativo Eletrônico.

Principais inovações propostas: contagem do prazo processual em dias úteis; suspensão do prazo processual entre 20 de dezembro e 20 de janeiro; ampliação para 60 dias úteis do prazo para o contribuinte impugnar a exigência fiscal; possibilidade de apresentação de pedido de diligência ou perícia no recurso voluntário; sobrestamento do julgamento administrativo quando o ministro do STJ ou STF afetar e sobrestar a tramitação de processos judiciais em razão de tema repetitivo ou de repercussão geral; faculdade de opor embargos de declaração em todas as instâncias de julgamento; maior celeridade na devolução da parcela incontroversa do crédito tributário objeto do pedido de restituição, ressarcimento ou reembolso; veiculação em lei da faculdade de o contribuinte interpor agravo ao despacho que negar seguimento a seu recurso especial dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Quanto à consulta tributária tratada no PL 2.484, que foi incorporada ao PL 2.483, destacamos: o PL 2.484 visa a consolidar a legislação referente ao processo de consulta em âmbito federal, incorporando regras atualmente vigentes em diferentes normas; o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias e interpretação da legislação tributária é regulado pelas Instruções Normativas RFB nºs 2.057 e 2.058, de 9 de dezembro de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 2.484 também busca consolidar essa regra em uma única norma, revogando expressamente as normas em vigor.

As principais inovações propostas: inclusão de entidade representativa de categoria econômica ou profissional como legitimada para formular consulta; esclarecimento de que consulta busca prevenção de conflitos tributários e aduaneiros; exclusão do escopo de consulta tributária aduaneira dos direitos aduaneiros relacionados à defesa comercial; autorização para a RFB criar procedimentos de consulta diferenciados, visando à implementação de um programa de *compliance* cooperativo.

O prazo máximo para a solução da consulta em instância única será de 260 dias úteis. Não caberá recurso nem pedido de reconsideração da solução da consulta, exceto no caso de recurso especial ou embargos de declaração. A consulta relativa a preços de transferência será excepcionada do prazo máximo e da gratuidade prevista no PL devido à sua complexidade.

Quanto à mediação, tratada no PL 2.485, incorporada ao PL 2.483, destacamos: busca somar-se à transação tributária a arbitragem, formando um sistema multiportas de acesso à Justiça, visando desafogar o Judiciário. A mediação será mais um instrumento favorável ao contribuinte e ao Estado, auxiliando a conciliação dos interesses das partes e pacificando as demandas existentes.

Foram feitos ajustes para manter a coerência e a compatibilidade das definições do PL, permitindo que o curso de qualificação para mediadores possa ser oferecido pelo próprio órgão ao qual o mediador está vinculado. A participação da Procuradoria-Geral Federal na mediação foi garantida, assim como a possibilidade de participação do servidor competente da entidade da administração indireta responsável pela administração do tributo.

A homologação dos acordos será feita pela autoridade designada conforme o regulamento editado pelo advogado-geral da União, em conjunto com o titular do Ministério da Fazenda ou da entidade da administração indireta responsável pela administração do tributo.

O escopo da mediação foi expandido para os direitos aduaneiros, excluindo, no entanto, aqueles com natureza tributária, como a taxa de controle, fiscalização ambiental administrada pelo Ibama, entre outros.

Foram acolhidas sugestões para incluir a Fazenda Pública Federal como requerente da mediação; substituir a expressão "acordo provisório" por "acordo de eficácia limitada" e estimular a antecipação da prática da mediação, oferecendo reduções gradativas da multa de ofício, dependendo da fase em que o acordo é celebrado.

Nesse sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e boa técnica legislativa do PL, e, no mérito, pela sua aprovação na forma do substitutivo, que contempla a versão dos PLs 2.485 e 2.484, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente, acolhidas as Emendas 7-T e 11, e rejeitadas às demais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro PL, 2.486/2022, que dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Principais pontos: escopo da arbitragem em matéria tributária e aduaneira. A arbitragem em matéria tributária e aduaneira abrange tributos, multas, juros de mora, acréscimos legais, penalidades pecuniárias e não pecuniárias da legislação aduaneira, direitos aduaneiros e comerciais.

Não podem ser objeto de arbitragem os créditos com decisão judicial transitada em julgado ou aqueles que forem reconhecidos pelo sujeito passivo, mesmo que extrajudicialmente, para programas de parcelamento.

CrITÉRIOS de valor para submissão das controvérsias à arbitragem tributária e aduaneira. Segue. O ato administrativo pode estabelecer critérios de valor para submissão das controvérsias à arbitragem realizadas pelo tribunal arbitral. Fica vedada a arbitragem *ad hoc* para prevenir e reduzir o contencioso.

Detalhamento do procedimento na arbitragem em matéria tributária e aduaneira; o procedimento a ser seguido na arbitragem tributária será definido por ato administrativo da Fazenda Pública ou do Conselho Federal; o ato administrativo deve observar princípios gerais do direito tributário da administração pública.

Quais princípios a serem observados na edição do ato administrativo? Na edição do ato serão observados os princípios gerais do direito tributário e da administração pública, especialmente da isonomia, da capacidade contributiva, da transparência, da moralidade, da razoável duração dos processos e da eficiência.

Publicidade das informações relativas aos processos arbitrais: decisões interlocutórias, sentenças arbitrais e votos dos árbitros devem ser públicos, exceto quando protegidos por sigilo; a publicação das informações sobre os processos arbitrais será feita pela respectiva Fazenda Pública ou Conselho Federal.

Momento da instituição da arbitragem e interrupção da prescrição: na aceitação da nomeação pelo árbitro ou pelo tribunal arbitral, marca-se o momento da instituição da arbitragem, interrompendo a prescrição.

Quais as hipóteses de extinção do compromisso arbitral? Quando suprimidas as hipóteses de extinção do compromisso arbitral pela recusa das partes em aceitar árbitro substituto, mantidas as hipóteses de extinção, por decurso de prazo estabelecido, introduzidas novas regras para nomeação de árbitros substitutos.

Suspensão da tramitação dos processos administrativos e ações judiciais: os processos administrativos e ações judiciais são suspensos a partir da celebração do compromisso arbitral; em caso de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extinção do compromisso arbitral sem sentença, os processos e ações voltam a tramitar do estágio anterior à suspensão.

Princípio do convencimento motivado dos árbitros: substituído o princípio do livre convencimento pelo convencimento motivado dos árbitros, de acordo com as provas dos autos.

Ajustes no prazo do procedimento arbitral: ajustados os prazos do procedimento arbitral para assegurar a igualdade das partes e evitar a dilatação excessiva do processo.

Facultatividade da fixação de honorários advocatícios sucumbenciais: a fixação de honorários depende da previsão no compromisso arbitral.

Submissão ao contraditório do parecer técnico de servidores ou órgãos do ente federado: o parecer técnico de servidores ou órgãos do ente federado deve ser submetido ao contraditório.

Pedidos de esclarecimento na sentença arbitral: adicionada a possibilidade do pedido de esclarecimento na sentença arbitral, em caso de obscuridade, contradição, omissão e erro material.

Modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade tributária: a modificação introduzida pela sentença arbitral nos critérios jurídicos adotados pela autoridade tributária só pode ser efetivada para fatos geradores ocorridos após sua introdução.

Aspectos orçamentários e financeiros da arbitragem tributária e aduaneira, e, por fim, a submissão da controvérsia tributária ou aduaneira.

A arbitragem não caracteriza renúncia de receita nem operação de crédito.

Dessa forma, ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PL 2.486, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nºs 1-T, 3-T e 4-T, e rejeição das Emendas nºs 2-T e 5-T, na forma do substitutivo.

Quarto PL, o 2.488, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências,

A cobrança de dívida ativa precisa de atualização: a atual Lei de Execução Fiscal remonta aos idos da década de 1980 (Lei nº 6.830), e, apesar de ter sofrido alguns ajustes, está em marcante descompasso com as evoluções processuais experimentadas nos últimos anos, notadamente com as cristalizadas no novo Código de Processo Civil, que é de 2015.

A proposição, na sua redação original, já representava um grande avanço de atualização, a fim de criar o que chamaremos de Nova Lei de Execução Fiscal, que revogará a atual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, a partir da oitiva da sociedade civil e de juristas e especialistas mediante audiências públicas e colaborações recebidas no gabinete deste Relator, conseguimos avançar mais ainda, conforme substitutivo que oferecemos ao final.

Entre as diversas mudanças veiculadas no substitutivo, destacamos as seguintes.

Deixa-se claro que as regras da Nova Lei de Execução Fiscal também se aplicam a créditos de entidades de fiscalização profissional e de FGTS (arts. 1º, 54 e 55).

Reconhece-se a validade de eventual negócio jurídico processual celebrado pela Fazenda Pública, como forma de racionalizar a cobrança da dívida.

Prestigiam-se soluções consensuais de conflitos, inclusive no âmbito administrativo, como o uso de métodos de autocomposição, formas de garantias antecipadas da dívida e meio de revisão administrativa da dívida ativa.

Obsta-se a inscrição em dívida ativa de créditos escorados em precedentes qualificados das cortes superiores.

Estimula-se a cobrança extrajudicial da dívida, com a criação, inclusive, de um procedimento de execução extrajudicial específico para dívidas de pequeno valor (arts. 19 a 36).

Nesse ponto, para evitar qualquer mal-estar jurídico, o substitutivo desloca a presidência do procedimento do âmbito da advocacia pública (que é integrante do poder público) para o cartório de protesto, que é titularizado por um delegatário de serviço público sob fiscalização do Poder Judiciário. É que poderá vir a ser interpretado como inconstitucional que o próprio credor (no caso, a advocacia pública) presida o rito executivo extrajudicial e pratique atos de constrição patrimonial. Convém que a presidência do rito executivo caiba a um terceiro imparcial com fé pública e com aptidão técnico-jurídica, especificamente o tabelião de protesto.

Nesse ponto, o substitutivo espelha-se em outras experiências exitosas de extrajudicialização de riscos executivos, como as garantias reais imobiliárias e mobiliárias (arts. 26 e seguintes da Lei nº 9.514, de 1997; arts. 8º e seguintes do Decreto-Lei nº 911, de 1969; arts. 9º e 10 da Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023), e também de acordo com as orientações que vieram das regulamentações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Em relação à execução judicial fiscal, o substitutivo abandona a superada ideia de desprezo ao rito executivo geral do Código de Processo Civil. Assenta, assim, o rito executivo fiscal nas regras da legislação processual, prevendo algumas regras específicas que se justificam pelas peculiaridades do crédito fazendário (arts. 37 e seguintes).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, ter-se-á maior previsibilidade jurídica, pois toda jurisprudência construída com base na legislação processual poderá ser devidamente aproveitada, livrando o Fisco e o cidadão de décadas para consolidação jurisprudencial do novo texto legal.

Em face de todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL 2.488, de 2022, na forma do substitutivo apresentado.

Quinto PL, já vamos ultrapassando a barreira da metade: PL 2.489, de 2022, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Rejeição por vício de iniciativa: apesar de reconhecermos a importância em debater o valor das custas cobradas no âmbito da Justiça Federal, há um obstáculo jurídico intransponível em travarmos esta discussão no presente projeto. O STF entendeu que projetos de lei que versem sobre custas do Poder Judiciário são de iniciativa exclusiva desse Poder. Nas palavras da ementa do julgado, após a Emenda Constitucional 45, de 2004, "a iniciativa de lei sobre custas judiciais foi reservada para os órgãos superiores do Poder Judiciário" (STF, ADI 3.629, Tribunal Pleno, Relator Ministro Gilmar Mendes, publicado no *Diário* do dia 20/03/2020).

A presente proposição é de iniciativa parlamentar: avançarmos na sua tramitação seria incorrer em inconstitucionalidade formal.

De qualquer forma, esta Casa está tendo a oportunidade de enfrentar esse tema em outro projeto, especialmente no PL 429, de 2024, que havia sido tombado na Câmara dos Deputados como PL 5.827, de 2013. Essa proposição é de iniciativa do STJ e versa sobre custas da Justiça Federal.

Portanto, o caso é de rejeição da proposta por vício de iniciativa, deixando o debate das custas judiciais na Justiça Federal para o Projeto de Lei 429/2024.

Nesse caso, em face de todo o exposto, votamos pela rejeição do PL 2.489, de 2023.

Item sexto, PL 2.490, de 2490, que dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Em síntese, a proposição afasta a definição de que a remessa constitui fato gerador do Imposto sobre a Renda. Além disso, altera-se o sujeito passivo. Na forma da redação conferida ao diploma legal pelo projeto, o remetente passa a ser o responsável tributário, e não mais o contribuinte do tributo. Tal alteração está em harmonia também com o parágrafo único do art. 45 do CTN, visto que o remetente dos juros não é aquele que aufera a renda (contribuinte), mas apenas a fonte pagadora dos rendimentos.

Evitam-se, com isso, divergências de entendimento sobre eventuais efeitos da regra da imunidade que recaia sobre as pessoas que remetem juros ao exterior, na forma do art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 1968. Como a pessoa remetente deixa de ser contribuinte e passa a ser responsável, a regra de imunidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a rigor, não poderia afastar a obrigatoriedade de retenção do imposto na fonte. Eventual imunidade apenas alcança as situações em que a pessoa imune é contribuinte do tributo, e não nos casos em que é responsável pela sua retenção.

Manifestamos concordância com os argumentos apresentados pela Comissão de Juristas, por entender ser louvável que se ponha fim às controvérsias que já perduram mais de 50 anos. Por isso, entendemos que a proposição é digna de aprovação.

Diante do exposto, manifestamos voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 2.490, de 2022, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T.

O sétimo item, o PLP 124, de 2022, que dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária.

O PLP aperfeiçoa e moderniza o CTN, no sentido de melhorar o ambiente de negócios e incorporar mecanismos de soluções alternativas de controvérsias tributárias, com foco na cooperação entre Fisco e contribuintes, o que merece aplausos e vai ao encontro dos nossos princípios constitucionais incorporados pela reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023), valendo menção aos princípios da cooperação, justiça tributária e transparência (art. 145, §3º da Constituição Federal).

Como destacou a Ministra Regina Helena Costa, os objetivos comuns e primordiais dos projetos são a redução e a prevenção de litígios tributários, por meio do aperfeiçoamento do relacionamento processual – administrativo e judicial – entre o Estado e os cidadãos e as empresas, e foram fruto de amplo estudo do qual participaram todas as áreas envolvidas, como administração pública, as procuradorias, a academia, o Judiciário, as entidades da administração pública, etc.

A recente aprovação da reforma tributária torna o momento ainda mais propício para a apreciação das matérias.

Várias alterações promovidas pelo PLP no CTN, como a inclusão dos arts. 139-A e 139-B, têm por finalidade, como vimos anteriormente, reforçar a necessidade de a administração tributária trabalhar na prevenção de conflitos, tornando-se mais parceira do contribuinte, em vez de conflitante, como é vista atualmente. No caso dos citados novos artigos, por versarem sobre a relação da administração tributária com o contribuinte, entendemos por bem deslocar seu conteúdo para o art. 194 do CTN, com aperfeiçoamentos no que se refere aos princípios a serem observados pelos programas de conformidade.

O PLP trata dos institutos da arbitragem e da mediação, de forma a prevê-los nas normas gerais de direito tributário aplicáveis a todos os entes federativos (arts. 151, 156, 171-A, 171-B, 174). Além disso, confere disciplinamento mais detalhado no CTN sobre a transação tributária (art. 171).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, da previsão em normas gerais das chamadas formas alternativas de solução de litígios, ou de um sistema multiportas, com vários mecanismos adequados para solução das disputas tributárias, como a transação, que se mostrou eficiente e justa.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PLP nº 124, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo.

Item oitavo, Sr. Presidente Izalci.

PLP 125/2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

O PLP 125 é um passo decisivo em direção à mudança de paradigma no relacionamento entre Fisco e contribuinte. Espera-se que o resultado seja o surgimento de uma relação marcada pela cooperação e transparência em vez de divergência e desconfiança. Essa foi a tônica de todos os oradores que participaram das audiências públicas na Comissão. Como bem ressaltou a Ministra Regina Helena Costa em sua exposição, o que todos os projetos têm em comum é o propósito de prevenção e redução da litigiosidade no âmbito tributário e o consequente estabelecimento de relações com mais qualidade entre o Fisco e o contribuinte. Na mesma linha, a advogada Mary Elbe destacou o histórico dessa relação: enquanto o Fisco atribui ao contribuinte a pecha de sonegador, o contribuinte se julga espoliado pela Fazenda. O resultado, diz ela, é a insegurança jurídica.

Não é de agora que ações são tomadas para transformar esse quadro. O Código de Processo Civil, pautado pela lógica cooperativa e dialógica, previu uma cláusula geral do negócio jurídico processual no art. 190. Na esteira do CPC, a Procuradoria-Geral da Fazenda editou diversas portarias tratando do tema, que culminaram na Portaria 742, de 2018, a qual estabelece critérios de celebração desse negócio jurídico processual para fins de equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União. O ato infralegal permite que procuradores e contribuintes acordem sobre: I – calendarização da execução fiscal; II – plano de amortização do débito fiscal; III – aceitação, avaliação, substituição e liberação de garantias; e IV – modo de constrição ou alienação de bens. Para isso, a Fazenda deve considerar a capacidade econômica do devedor, o perfil da dívida e as peculiaridades do caso concreto, entre outros critérios. No ano seguinte, a Lei nº 13.874, de 2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, permitiu que a PGFN, em conjunto com o Judiciário, realizasse mutirões para celebração de NJP.

Em 2020, após mais de cinco décadas de espera, a Lei nº 13.988, de 14 de abril, regulamentou a transação tributária. Conforme preconiza o CTN, trata-se de hipótese de extinção do crédito tributário em que os sujeitos ativo e passivo resolvem o conflito mediante concessões mútuas.

No âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), destacam-se os programas de conformidade tributária e aduaneira que visam a incentivar o cumprimento das obrigações principais e acessórias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o Presidente da República encaminhou o PL nº 15, de 2024, que institui os programas Confia, Sintonia e o Programa OEA, bem como dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

Em nível federal, a regulamentação da transação tributária demonstrou o potencial que a superação do modelo fundamentado na solução litigiosa representa, a título de ganho de eficiência para a arrecadação. Do total de R\$39,1 bilhões inscritos em dívida ativa recuperados pela PGFN em 2022, R\$14,1 bilhões são resultado de acordos de transação tributária, informa o relatório “PGFN em Números” de 2023. Embora a Fazenda Nacional tenha realizado 1,5 milhão de parcelamentos e transações e tenha atuado em mais de 2,5 milhões de processos judiciais, entre as estratégias de cobrança adotadas em 2022, a concessão de reduções do montante devido foi responsável pelo recolhimento aos cofres públicos de R\$17,74 bilhões (ou 45,37%), enquanto a execução forçada arrecadou apenas R\$7,04 bilhões, ou seja, apenas 18,01%.

No entanto, esses avanços conquistados recentemente têm se revelado insuficientes para mudar o cenário do contencioso tributário brasileiro, tanto administrativo como judicial. Os dados mostram a perseverança da primazia da solução litigiosa, que caracteriza a relação adversarial entre fisco e contribuinte, e, também, a sua ineficiência como forma de recuperação dos valores devidos.

São R\$5,4 trilhões em disputa nos processos judiciais e administrativos tributários, correspondendo a 75% do PIB, segundo relatório produzido pelo Insper, com números de 2019. Apenas no contencioso administrativo, 16,39% do PIB são objeto de litígio. A título de comparação, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) esse percentual é de 0,28% do PIB e, para alguns países da América Latina, de 0,19%.

Na esfera administrativa, os processos administrativos fiscais duram, em média, seis anos e quatro meses, é o que mostra o gráfico feito pelo Etco na pesquisa Desafios do Contencioso Tributário Brasileiro. Isso explica porque o relatório anual de fiscalização da RFB 2022/2023 informa que 78,26%, isto é, R\$107,5 bilhões do total de R\$137,4 bilhões lançados de ofício pelo órgão em 2018 continuam pendentes de julgamento administrativo.

Na seara judicial, o número de execuções fiscais ainda é muito alto e, pior ainda, continua aumentando. De acordo com o relatório Justiça em Números, elaborado pelo CNJ, houve um aumento de 14% na quantidade de execuções fiscais ajuizadas no ano de 2022 em comparação com o ano anterior. Há 81,4 milhões de processos judiciais em tramitação perante o Poder Judiciário, dos quais 34%, ou seja, 27,2 milhões são execuções fiscais. Ademais, enquanto a taxa de congestionamento geral do Poder Judiciário foi de 72,9% em 2022, nas execuções fiscais foi de 88%. Significa dizer que, de cada cem execuções fiscais que tramitaram nesse ano, apenas 12 foram baixadas. O tempo médio de tramitação das execuções fiscais é de seis anos e sete meses. Já o tempo de giro do acervo – o tempo necessário para zerar o estoque de execuções fiscais, caso o Judiciário não recebesse nenhum processo adicional dessa natureza – é de sete





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos e sete meses. [Parece até conta de mentiroso!] Diante disso, o documento afirma que historicamente as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário.

É preciso avançar mais no caminho da solução adequada de conflitos em matéria tributária. Os frutos da transação tributária corroboram essa conclusão. Outras práticas devem ser incorporadas. Além disso, devemos garantir a disseminação das ações para todas as esferas federativas. A Justiça Estadual concentra 85% das execuções fiscais em tramitação no Poder Judiciário. Apesar da carga tributária de Estados e Municípios responder por 10,93% do PIB, esses entes acumulam mais de R\$1,5 bilhão, ou 22,2% do PIB, em discussão perante órgãos administrativos e judiciais. No entanto, as iniciativas de implementação de estratégias de cobranças amigáveis ainda são tímidas. Traz também esse PLP toda a disciplina sobre a questão do devedor contumaz.

Por isso, o voto no PLP 125/2022 é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, e, no mérito, por sua aprovação na forma do substitutivo.

Acrescento ainda, conforme sugerido pela consultoria, registrar que os relatórios dos PLs 2.484 e 2.485 são pela prejudicialidade, por ambos terem sido incorporados ao PL 2.483.

Assim, encerramos as 25 páginas do nosso resumo do relatório dos nove PLs e devolvo a palavra à V. Exa., Presidente, fazendo a sugestão do encaminhamento pela concessão de vistas coletivas, para que tanto os Parlamentares, Senadores e Senadoras, quanto as entidades, a consultoria e todos aqueles interessados que acompanharam as nossas audiências tenham a oportunidade de se debruçar sobre o conteúdo dos PLs e fazer sugestões, para que a própria relatoria faça o aperfeiçoamento do texto naquilo que nós entendemos que mereça acolhimento ou para apresentação de emendas para serem debatidas, no prazo regimental, pelo Plenário da Comissão.

Mais uma vez, Senador Izalci, registro a sua paciência, a sua tolerância, a sua contribuição e a Presidência, ao lado desta relatoria. Acredito que tenha entregue um trabalho árduo, robusto e técnico que possa produzir, realmente, melhorias no nosso arcabouço jurídico, a respeito de um tema tão controverso, mas que impacta.

Nos dá, claro, uma dimensão de ser um tema muito árido, do ponto de vista técnico e legislativo. Não é uma matéria simples para se debruçar. V. Exa., por ser contador, claro, tem uma *expertise* única e singular sobre esse tema, então, a gente sabe que não é uma matéria simples, é complexa, é árida, mas impacta, diretamente, a vida das pessoas. É uma matéria que, apesar de árida e técnica, dialoga com a vida real do cidadão brasileiro, do empreendedor brasileiro. Então, alterações aqui feitas têm a capacidade de impactar – impactar para melhor – a vida do contribuinte, a vida do cidadão e também a vida do empreendedor brasileiro.

Foram esses os motivos que nos motivaram na dedicação, de bastante tempo, de compreensão. É claro que saímos de um processo como esse com a compreensão do tema muito maior do que quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entramos, é um aprendizado. O nosso papel enquanto Parlamentar é liderar o processo de transformação, porque a *expertise* cabe a todos aqueles que tiveram a oportunidade de contribuir, seja participando das audiências públicas, seja com a consultoria do Senado, com a consultoria da Liderança, com a consultoria do gabinete. São pessoas que se dedicaram a vida toda, muitas vezes, a esse estudo, a esse tema. Por aqui passaram professores, mestres, doutores, profissionais renomados, servidores extremamente dedicados dentro do seu âmbito de competência para trazer essas contribuições, contribuições que sempre são e foram bem-vindas. Logicamente, há momentos em que se tem que decidir, se há diferentes teses sobre o mesmo ponto, e a gente procurou ter essa decisão sempre calcada na serenidade, na maturidade e na condição técnica que entendemos que era a melhor possível.

Agradeço, Presidente Izalci, e devolvo a V. Exa. a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, primeiro, eu tinha anunciado o item 1, o Projeto de Lei 2.481, mas também já foram lidos os relatórios do Projeto de Lei 2.483, de 2022, que dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências, também de autoria do Senador Rodrigo Pacheco e relatoria do Senador Efraim; também do Projeto 2.484, de 2022, que dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal; do Projeto de Lei 2.485, que dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências; do 2.486, de 2022, que dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira; do Projeto 2.488, de 2022, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências; do 2.489, de 2022, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências; do 2.490, de 2022, que dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968; do Projeto de Lei Complementar nº 124, que dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária; do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. São projetos de suma importância – todos eles, aliás, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco e todos eles da relatoria do Senador Efraim Filho.

(São os seguintes os itens deliberados sem anúncio do Presidente:

ITEM 2**PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

ITEM 3**PROJETO DE LEI Nº 2484, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela prejudicialidade.

ITEM 4**PROJETO DE LEI Nº 2485, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela prejudicialidade.

ITEM 5**PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nos 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas nos 2-T e 5-T.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2488, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2489, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela rejeição.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2490, DE 2022

- Terminativo -

Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Efraim Filho**Relatório:** Pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T.

ITEM 9

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**Relatoria:** Senador Efraim Filho**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**Relatoria:** Senador Efraim Filho**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.)

Também quero agradecer a confiança de estar presidindo esta Comissão Especial. Acho que não teríamos um Relator melhor do que o Senador Efraim, que já lida com essa matéria há muito tempo, é um especialista, é um conhecedor da matéria e também bastante democrático. Ouvimos aqui todas as representações, todas as entidades, inclusive os contadores, não é? Porque é uma matéria...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Especialmente os contadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E espero que, daqui para a frente, toda a área tributária... Ou seja, aqui, muitos contadores, porque eles é que sofrem na pele tudo isso. Mas realmente é uma grande reforma.

Nós acompanhamos aqui... Eu mesmo, ainda Deputado Distrital, em 2003, apresentei um projeto na Câmara sobre o projeto do Código de Defesa do Contribuinte, e aqui está contemplando tudo isso. Depois, aqui, na Casa, tinha ainda um projeto do Bornhausen, bem antigo... Então, é uma reivindicação antiga do contribuinte, e acho que essas alterações aqui são fundamentais, inclusive já tendo em vista a reforma tributária que está vindo aí.

Então, eu o parabeno, Efraim, pelo trabalho, parabeno também toda a Consultoria, todos os profissionais que trabalharam nessa matéria.

E, de ofício, vou dar vista coletiva.

É evidente que ainda tem alguns pontos que nós vamos ainda discutir até na próxima reunião, demandas aí que ainda não foram ajustadas. Espero que até lá a gente ajuste isso ou façamos o que é normal: quando não há consenso, a gente vai para o voto. Então, restou pouca coisa. Acho que grande parte foi consensuada aqui e eu tenho certeza de que o Brasil ganha muito com a aprovação desses projetos.

Então, Efraim, obrigado. Parabéns pelo seu trabalho.

A gente vai dar vista coletiva. De ofício? (*Pausa.*)

O prazo da Comissão vence quarta-feira.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O prazo da Comissão vence quarta-feira.

A minha sugestão, Presidente, é, se puder, chamar, então, para quarta-feira. Há um pedido do Presidente do Rodrigo Pacheco para a gente tentar encerrar dentro desse prazo.

Logicamente, se a gente vir que não será possível, a gente pode solicitar prorrogação, mas, se puder chamar a sessão de discussão e votação para a quarta-feira, acho que a gente caberia dentro do prazo ainda e dá mais um dia aí, mais 24 horas para a turma se debruçar sobre os textos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E talvez até, se for o caso, dá tempo também, na terça-feira, no Plenário, de pedir prorrogação, se for necessário, mas vamos já deixar definido para quarta-feira a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Às 14h ou pela manhã?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho melhor às 14h.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Às 14h, até porque pela manhã os plenários são muito cheios aqui. *(Pausa.)*

O que ele está dizendo é que a Ordem do Dia pode interromper a deliberação.

Então, se a gente puder chamar pela manhã... *(Pausa.)*

Sempre tem...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, vamos marcar para as 9h, 10h?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Acho que para as 9h, porque 10h tem CCJ, e a gente começa mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo!

Então, vamos marcar a reunião para quarta-feira, às 9h, no auditório a ser definido.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rodrigo Cunha, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Janaína Farias, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Cid Gomes, Wellington Fagundes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e dez minutos e reaberta às dez horas e vinte e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva. Finalidade: Depoimentos de Alvaro Maia da Costa (Modecom Tecnologia), Roberto Fernando dos Santos Faria (Empresa Concreto), Vitor José Campos Bourbon (Empresa Flodim) e Marcelo Sousa de Assumpção (Professor da USP). Oitiva do Alvaro Maia da Costa, em atendimento ao requerimento 131/2024; do Roberto Fernando dos Santos Farias, em atendimento ao requerimento 138/2024; do Vitor José Campos Bourbon, em atendimento ao requerimento 133/2024; do Marcelo Sousa de Assumpção, em atendimento ao requerimento 146/2024. Resultado: Realizadas as oitivas de Vitor José Campos Bourbon, Roberto Fernando dos Santos Faria e Marcelo Sousa de Assumpção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI DA BRASKEM



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica e socioambiental da empresa Braskem, decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se ao depoimento dos Srs. Alvaro Maia da Costa, que vai ser substituído pelo seu Vitor José Campos, é isso? (*Pausa.*)

Tá.

... e Roberto Fernando dos Santos Farias e Marcelo Sousa de Assumpção, Professor da Universidade de São Paulo.

Informo que o Sr. Alvaro Maia da Costa justificou sua ausência nesta reunião por motivo de saúde e enviou a esta Presidência documentação comprobatória.

O senhor disse que o Sr. Roberto Fernando dos Santos Farias vai ser o substituto... (*Pausa.*)

Não. É o Marcelo, não é? (*Pausa.*)

Então, o primeiro a ser ouvido será o Sr. Vitor José Campos Bourbon.

Que seja conduzido à mesa, por favor! (*Pausa.*)

Tudo bem, José? (*Pausa.*)

Tudo bem. Fique à vontade!

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Vou passar a palavra ao depoente por 20 minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o depoente.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON (Para depor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Vitor Bourbon. Eu estive na empresa Flodim, de agosto de 2013 a junho de 2014. E, durante esse período, eu prestei um serviço à Braskem de sondagem de três minas: as minas 16D... 26D, desculpa, 34D e 35D. O meu período foi bem curto.

O trabalho consistia, basicamente, em fazer uma modelagem 3D dessas minas da Braskem. A Braskem faz uma mineração por dissolução. O objeto final seria a gente entrar com uma ferramenta, fazer um sonar básico e fazer uma modelagem 3D. Essa modelagem 3D tem o objetivo de você entender como é que está a progressão da lavra do minério, no caso do sal-gema, que foi o caso da Braskem, em Maceió. A empresa tinha pouco tempo de operação aqui no Brasil. Ela é uma filial de uma empresa francesa que faz isso na Europa. Então, a experiência vem de fora.

Basicamente, a gente passou três dias lá, em setembro de 2013, fazendo essa sondagem, uma mina por dia. Depois, a gente traz os resultados, e a empresa da França, a filial lá, faz uma sondagem final, faz a integração dos dados e faz uma avaliação básica do formato da mina. A gente não tem um conhecimento sobre a rocha, ou não é parte dessa sondagem, desse laudo fazer uma avaliação da composição ou da lavra em si, não tem de avançar com esses dados. Esses dados são entregues à Braskem, e a Braskem faz bom uso ou mau uso, que seja, por meio de um engenheiro de minas, ou um engenheiro de reservatório, ou qualquer engenheiro que tenha para a empresa. Então, é uma prestadora de serviços bem simples.

Tem uma pergunta? Perdão. *(Pausa.)*

Tá. Eu encerro a minha posição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Relator, que fará algumas perguntas para V. Sa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos alguns Senadores acompanhando a sessão – já registraram presença –, e eu queria cumprimentá-los; cumprimentar V. Exa., Presidente da CPI, Senador Omar Aziz; cumprimentar todos os presentes; e cumprimentar o Sr. Vitor José Campos Bourbon.

E vou dar início aqui aos nossos questionamentos.

A empresa Flodim foi contratada pela Braskem, como o senhor disse, em 2013 para realizar exames de sonar, perfilagem e apresentar relatórios técnicos referentes às sondagens e medições feitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas cavidades das minas de sal-gema. Essas medições são necessárias para aferir a estabilidade das cavidades de mineração de sal-gema em Maceió.

Qual foi a sua relação com a Flodim e durante que período?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON (Para depor.) – Obrigado pela pergunta, Senador.

Como coloquei na minha introdução, eu estive apenas nove meses na Flodim, eu estava como engenheiro... Por enquanto... No início da minha estadia lá, como engenheiro *trainee*, aprendendo todo esse processo de sondagem e como engenheiro responsável pela ART. A gente tinha uma engenheira chefe lá que não podia assinar essa ART, porque ela era uma engenheira de fora, estava com uma validação, e eu estava como engenheiro responsável pelas operações e pelo cuidado de sonda. No caso, como sou engenheiro de controle de automação, eu prezo pelas ferramentas e pelas operações em campo, para que tudo ocorra conforme o desejado, não tenha nenhum risco à saúde humana nem ao meio ambiente. Dentro desse critério, a sondagem é um passo essencial para você ver a evolução dessa lavra de minério, a progressão, se está avançando lateralmente, horizontalmente, verticalmente, se você está atingindo o ponto certo do sal-gema, se você está degradando alguma rocha em torno daquilo, mas a sondagem não é como um ultrassom, por exemplo, a sondagem é pontual. A gente extrai pontos da rocha, interliga esses pontos, faz uma linha, interliga essas linhas e faz um modelo 3D. A sondagem nunca teve a capacidade de aferir a integridade da rocha. Isso aí não faz parte do escopo da empresa. Existiam algumas ferramentas em paralelo que poderiam medir quais são os pontos de rocha, qual a geologia das formações, onde era uma rocha, um arenito, um folhelho, onde era sal, mas nada além disso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na verdade, aqui, pelo contrato, o senhor foi contratado para realizar exames de sonar, perfilagem, apresentar relatórios técnicos referentes às sondagens e medições feitas nas cavidades de minas. Isso já está dito aqui.

A sua experiência profissional à época... O senhor falou que tinha sido *trainee*.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Isso. Eu tinha saído da formação como engenheiro de controle e automação, passei...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em que ano?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Em 2012...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em 2013, o senhor começou como *trainee*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Exatamente. Comecei um mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e interrompi para começar o *trainee* antes de entrar no meu emprego atual – eu sou servidor público federal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor tinha alguma experiência com serviços de perfilagem, medições de sonar e segurança de minas?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não. Minha experiência era com a parte de ferramentas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só ferramentas?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Isso, porque eu sou engenheiro de controle e automação. Então, prezo pela operação e...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Hoje, o senhor... Qual é a sua experiência atual nessa área hoje?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Na área de minas, nenhuma, mas eu sou engenheiro de petróleo com mestrado na Universidade de Aberdeen e trabalho na Agência Nacional de Petróleo há dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Você que assinou o laudo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não. Eu não realizei o laudo, nem assinei o laudo. Eu era responsável pela operação em campo, engenheiro de ART. O laudo era emitido para a empresa na França, e outra pessoa também no Brasil, a representante legal no Brasil, a engenheira Mônica Ballus Armet, que realizou esse laudo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O laudo, mas a ART, foi usada a do senhor?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, para permitir a operação em campo e a...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, foi o seu registro técnico no conselho que validou todo o trabalho, porque foi a sua ART que foi utilizada?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não, porque, de novo, a ART era ligada à operação de campo. Então, sem uma ART era impossível que ocorresse um serviço prestado à Braskem. Porém...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor tem uma ART e a sua formação é como engenheiro de controle e automação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – De controle e automação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos falando aqui de sonar, de averiguação de mina...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de estudo de cavidade, não é? Nós estamos falando de uma área que requer uma *expertise* específica.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Perfeito. Eu, como engenheiro de controle e automação, tenho uma formação que tem uma base de elétrica, eletrônica, mecânica e informática. Dentro dessa base, existe uma parte que é vinculada à modelagem de *software*. Eu posso tanto programar um *software* quanto interpretar um *software*. Então, a sondagem se destaca em você pegar um dado, interpretar e fazer um modelo 3D. Isso minha formação me permite. Fazer estudos de rocha é um engenheiro de minas que tem que fazer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor conhecia quando... O senhor conhecia, quando começou os trabalhos, a farta literatura de geologia sobre subsidência de solo associada à mineração de sal no subsolo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Perdão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor conhecia a farta literatura de geologia sobre subsidência de solo associada à mineração de sal no subsolo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor se questionou em algum momento que ali nos bairros Mutange e Bebedouro poderia ocorrer uma tragédia associada à extração de sal-gema?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não. Não era o objetivo da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não era o objetivo de que empresa?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Da Flodim. Isso era objeto da Braskem. Por isso que a análise tem que ser feita com alguma periodicidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não questionou...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não fazia parte.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... em algum momento que ali nos bairros de Mutange e Bebedouro poderia ocorrer uma tragédia associada à extração de sal-gema?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não fazia parte do escopo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

É comum que empresas contratem consultorias independentes para verificar regularidade de seus processos operacionais e garantir a conformidade às normas de operação. Qual foi o objeto do contrato entre a Flodim e a Braskem, do qual o senhor foi testemunha?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não sou representante legal nem gerente de vendas, então, não tenho o escopo geral do contrato, mas, pela minha operação, o objetivo era entrar em cada mina. Então, durante o período em que eu estive, lá foram três minas apenas, a 26D, 34D e 35D. Entrar com o sonar, extrair dados e fazer o modelo 3D desses dados, além de falar sobre a litologia que estava ali na base da... Desculpa, na região do poço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, o senhor assinou o contrato e assinou o aditivo.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu posso ver o documento, por favor?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aqui.
(Pausa.)

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Essa não é minha assinatura, não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então falsificaram a sua assinatura?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Essa assinatura é de Thiago Araujo Aragao, que era um representante legal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas está aí o nome Vitor?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, mas essa não é a minha assinatura, não reconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.
Registre isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa outra assinatura aqui é do senhor, no aditivo, como testemunha?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Posso ver?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, a de baixo foi a minha assinatura. A de cima é de Mônica Ballus Armet, que era representante legal e engenheira-chefe da Flodim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como foram...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Mas a nota fiscal não é minha. Então, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas, quando você assina como testemunha aqui, você não viu a nota fiscal, filho?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não consigo precisar a situação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – porque tem aqui: Vitor José Campos Bourbon.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é ART, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Deixe-me... Tem uma questão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Confea/Crea, que é ART e que é assinada por ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois é, e tem aqui uma...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, alguém falsificou a assinatura da ART, utilizando o seu nome?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não sei precisar. O que eu estou dizendo é que essa assinatura não é minha. Você pode conferir os dois documentos e ver que a assinatura é bem diferente. Isso não quer dizer que eu tenha conhecimento do que tenha sido assinado. Você está me dando uma folha em branco, dizendo "testemunha", e eu não sei se essa assinatura está associada ao documento anterior.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A assinatura do contratante me parece igual à assinatura do Vitor José Campos Bourbon.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É igual, é igualzinha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E da que aqui nós estamos falando está no nome do senhor: Vitor José Campos Bourbon, engenheiro de controle de automação.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sr. Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Flodim.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sr. Senador, se o senhor olhar a folha...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Essa folha, e vir a minha assinatura, e comparar com a assinatura da folha de contratação da nota fiscal, são assinaturas diferentes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é nota fiscal, aqui não é nota fiscal; aqui é a ART.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Desculpa, da ART.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor disse que assinou a ART.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No começo.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu falei que eu era engenheiro responsável. Então, perante o Crea, meu nome estava como engenheiro responsável pela Flodim, porque a empresa não poderia operar sem um engenheiro responsável. A engenheira responsável, a Mônica Ballus Armet, é estrangeira, estava em processo de validação do diploma; enquanto isso, eu estava como responsável, de novo, por operações e a qualidade das ferramentas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor pode não ter assinado, mas o senhor era o responsável técnico perante o Crea, sistema Confea/Crea, que o senhor falou que era o responsável. A ART foi a do senhor; não foi de outra pessoa. O senhor confirmou isso aqui, há poucos minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – O que eu estou dizendo é que essa assinatura que está nessa ART eu não reconheço. Portanto, eu não sei dizer qual o objeto dela.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu estou mostrando para o senhor o objeto dessa ART. Aquela é a ART...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, e eu estou falando que é a primeira vez que eu vejo essa ART, porque não é a minha assinatura, entendeu?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, mas o senhor trabalha, o senhor foi o responsável técnico, é a sua ART que foi utilizada.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Ah, sim, pelo que eu estou vendo, sim, mas, de novo, não é a minha assinatura.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas só um...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – De novo, a empresa era terceirizada, prestava serviços. A obrigação de realizar a análise do laudo era da Braskem, sempre foi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, veja, essa ART era para o estudo; não tinha sonar, não tinha nada aqui, certo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Estudo é um termo amplo, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Oi?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Estudo é um termo bem amplo, né, Senador? Ele não quer dizer que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo, mas depois teve um aditivo.

Mas vamos adiante, que a gente vai chegar lá.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, sim, claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos lá.

O senhor conhecia, quando começou os trabalhos... O senhor se questionou, em algum momento, que ali nos bairros, em Mutange, poderia ocorrer uma tragédia? O senhor disse que não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi o objeto do contrato entre a Flodim e a Braskem, do qual o senhor foi testemunha?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Novamente, o objeto do contrato era fazer uma modelagem 3D de três minas, da 26D, 34D e 35, para entrega à Braskem, e a Braskem poderia avaliar. A ideia é que esse trabalho, esse serviço fosse realizado com alguma frequência, para poder ver a evolução dessa mina.

Quanto à questão do perigo dessas minas, a exploração de sal-gema, pelo que eu entendo, na Braskem, ocorre há várias décadas. Não é um serviço pontual que vai dizer qual é a melhor forma de fazer essa lavra, nem vai dizer qual é o nível de segurança da lavra naquele ponto. É pontual, é fotografia, não é um vídeo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tá.

Eu só queria, Presidente, deixar claro que, na ART, ele assinou para fazer o sonar e ele disse que não precisava de grandes experiências, porque um *software* é um modelo matemático... Ele é capaz de fazer, obviamente, a maioria dos engenheiros são capazes de fazer isso, mas o primeiro contrato, o contrato original, que foi feito um mês antes, era com sonar.

O aditivo que o senhor assinou, que o senhor confirma que a assinatura é do senhor, como testemunha... Serviço: "A contratada prestará à Braskem os serviços de pesquisa de ensaios de resistência, amostragem, testes de laboratório de solos ou outros serviços afins, sem a necessidade de perfuração e furos para investigação do solo, com propósitos geofísicos ou geológicos, devendo a contratada apresentar à Braskem, periodicamente, relatórios técnicos referentes aos serviços executados".

Como foram obtidos os dados utilizados pela Flodim para chegar às conclusões que apresentou no estudo que o senhor subscreveu como técnico responsável?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não tenho conhecimento do estudo, porque eu não subscrevi esse estudo, porém o contrato não quer dizer que o serviço foi realizado. Ao meu conhecimento... De novo: não sou o gerente de vendas nem fiz nenhum contrato com a Braskem, mas, ao meu conhecimento, somente um serviço foi prestado ou dois. Se esse segundo serviço foi prestado, eu não estava no país, estava em treinamento fora, pela empresa, e não quer dizer que houve o serviço, tá?

Você pode investigar a geologia, a litologia de uma mina só colocando uma ferramenta, por serviço de perfilagem. É um método indireto, a gente não tem nenhum contato com a mina, e você avalia, de novo, quais são as formações que estão presentes em cada região do poço, se você tem um arenito, um folheio, um sal, qualquer outra coisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Como está dizendo na leitura da sua página, Senador, não é um método direto. Então, você não precisa extrair uma amostra, você não precisa fazer uma perfuração, não tem qualquer análise de rocha em si, o que deveria ser feito pela Braskem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor: na sua opinião, quem assinou esse contrato aqui pelo senhor? De quem é essa assinatura?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Essa assinatura é de Thiago Araújo Aragão, que era um representante legal da empresa também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, vocês anotem aí: Thiago Araújo Aragão.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – E quem fez o relatório final foi Mônica Ballus Armet, que era a engenheira chefe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

De acordo com o laudo e a avaliação da ANM sobre os estudos da Flodim, nenhum dos resultados atingiu os limites de critério de ruptura que foram estabelecidos, mostrando, então, que as cavernas estariam estáveis, mesmo após 30 anos. As quantidades de subsidência ficam na ordem de milímetros. No entanto, na recomendação, o perito sugere que seja realizado um laudo nas estruturas de superfície, porque o relatório falha em demonstrar que essa subsidência não afetaria essas estruturas.

Prestem atenção todos vocês: o laudo que foi entregue pela Flodim disse, em 2013, que nada aconteceria em 30 anos, e aqui, Presidente, eu queria chamar a atenção para o que eu tenho falado sistematicamente, e eu tenho repetido isso porque me parece algo muito sério.

Veja, nós estamos falando de um setor autorregulado. Quem contrata a empresa que vai fazer o estudo é a mineradora, é a regulada, a empresa regulada. E aqui ela contrata um estudo em que o estudo diz que ela pode, ela tem estabilidade pra andar por 30 anos. Com isso, alguém está assumindo a responsabilidade pela empresa. Alguém está assumindo, está validando. Essa é uma situação muito séria, e a gente precisa mudar de vez o nosso sistema de agências. Não acabar com as agências, mas as agências precisam se atualizar para que elas estejam do lado da sociedade, protegendo a sociedade e regulando o setor a ser regulado. Neste caso da ANM, é um processo ainda mais profundo e danoso à sociedade, porque ela não é... Ela é só um cartório que aceita aquilo que é feito por empresas terceirizadas contratadas pelo setor regulado. Aqui se caracteriza o processo de autorregulação sem nenhum tipo de estudo mais profundo.

Vamos adiante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Senador, pela ordem. O senhor me permite, por favor?

Pelo que eu entendi da sua leitura, o laudo não falou que haveria estabilidade por mais 30 anos, mas sim que houve estabilidade pelos 30 anos anteriores. O senhor poderia reler, por favor, para tirar essa dúvida?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nenhum dos resultados atingiu os limites de critérios de ruptura que foram estabelecidos, mostrando, então, que as cavernas estariam...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Estariam, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... estariam estáveis mesmo após 30 anos.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Trinta anos decorridos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim. E depois?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – As quantidades de subsidência ficam na ordem de milímetros. No entanto, nas recomendações, o perito... Ou seja, em 30 anos de mineração não houve impacto. Elas estavam intactas.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É isso que diz o laudo. Mas aqui um técnico da ANM diz que precisa fazer um novo estudo de subsidência.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, perfeito, Senador. Por isso é que eu quis fazer essa interrupção e essa correção. O fato de mostrar uma integridade pontual em 2013 não quer dizer que essa integridade vá se manter por muitos anos. E a recomendação do técnico da ANM é bem perfeita. Você tem que manter uma regularidade de estudos, de análises, inclusive com métodos diretos, pra você tentar descobrir qual é a relação de fratura dessa rocha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nesse quesito, nós vamos ver o próximo estudo e o próximo a ser interrogado.

Nós já estamos terminando, Sr. Presidente, aqui.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Flodim assinou o contrato com a Braskem em 15/08/2013, tendo como objeto a prestação de serviço de perfilagem, sondagem por sonar, sondagem por giroscópio e apresentação de relatórios técnicos referentes às sondagens e medições citadas.

No dia 23/10/2013 – portanto, dois meses depois aproximadamente –, mesma data do estudo de estabilidade de subsidência das cavernas de sal, foi assinado um termo aditivo do qual o senhor é testemunha, alterando o objeto do contrato, que passou a ser pesquisas de ensaio de resistência, amostragem, testes de laboratórios de solos e outros serviços, sem a necessidade de perfuração e furos para a investigação. O senhor já explicou isso daqui. Eu só estou mostrando que a Flodim fez uma mudança no objeto.

Como foram obtidos os dados utilizados pela Flodim para chegar às conclusões que apresentou no estudo que o senhor subscreveu como técnico responsável?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Novamente, Sr. Senador, a alteração do contrato não quer dizer que o estudo tenha sido realmente feito, não é? Foi uma aditivação, sem necessariamente o estudo ser...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas para que alterar o contrato?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Desconheço. Eu não sou o gerente de vendas nem o gerente comercial da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito bem. A Flodim, então, simplesmente não confiou nos dados fornecidos pela Braskem, ou realizou alguma conferência, ainda que amostral, para se certificar a veracidade dos dados informados pela contratante? O senhor acompanhou *in loco* alguma mensuração feita por sonar?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Com relação à primeira parte da sua afirmação, eu não tenho conhecimento se foram extraídos dados da Braskem ou recebidos dados da Braskem. Com relação à operação *in loco*, sim, estive *in loco*: do dia 3 de setembro ao dia 5 de setembro de 2013, a gente fez estudo em três minas. O estudo é por sonar. Novamente, é um estudo pontual, é uma fotografia do que existe dentro da mina de lava, tá?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero só dizer para o senhor...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que os documentos de referência usados para o estudo, segundo o relatório da Flodim...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os documentos de referência usados para o estudo foram fornecidos pela Braskem, e são os seguintes: perfis histológicos para as quatro minas, última ecometria sonar para as quatro minas, estudo de estabilidade das cavernas, estudo de estabilidade das cavernas 16, 17, 30 e 31, controle de subsidência nas minas de sal, desenho, área, 500 campos de salmoura, planta de localização dos poços, sal, etc. Ou seja, nós estamos falando que os dados para a conformação do estudo da empresa Flodim foram fornecidos pela própria Braskem. E foi usada a sua ART, e foi utilizada a empresa como um mero instrumento de validação.

O senhor fez doutorado?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não, tenho mestrado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor tem mestrado?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, o senhor sabe que uma base de dados muda o resultado de uma pesquisa?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, a mera observação do dado já muda o resultado da pesquisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é verdade? Portanto, se a empresa fornece os dados que ela quer, ela vai obter o relatório que ela deseja.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Isso é verdade. Isso acontece com qualquer entidade autorregulada. Como eu citei anteriormente, eu faço parte da regulação de petróleo, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas vocês aceitaram as informações da Braskem para você assinar essa ART?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – ART não é relacionada à lavra, ART é relacionada à operação em campo, Sr. Senador, mas, sim, se você fornece um dado, acredito eu... Não tenho certeza sobre esse caso, mas acredito eu que, em qualquer empresa que forneça um dado que seja de outra empresa terceirizada especializada naquilo, você toma o dado como base do seu estudo. Qualquer estudo é feito dessa forma, Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja aqui, de novo, Presidente, a questão da autorregulação, certo? Não pode continuar a autorregulação do setor minerário no Brasil com áreas de risco, como mineração de ferro, mineração de bauxita, mineração de sal, que criam grandes barragens de armazenamento de resíduo, com o setor sendo autorregulado e a gente vendo esse tipo de prática entre empresas contratadas, a própria empresa que deveria ser regulada e a convivência do setor regulador. Ou seja, tudo isso é uma coisa que precisa ser revista no Brasil, com muita urgência, para garantir a segurança para garantir as boas práticas no setor minerário e garantir a segurança da população, do meio ambiente e do clima no nosso planeta.

Os dados de monitoramento enviados ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas evidenciam que a Braskem explorava alguns poços até o limite superior da camada de sal. Esses dados foram enviados periodicamente aos órgãos ambientais de Alagoas de 2010 a 2018, na forma de relatórios de monitoramento, e dizem em respeito à mensuração por sonar, justamente o objeto do contrato original da Flodim com a Braskem.

O primeiro contrato com a Braskem foi assinado em 2013, depois houve novo contrato em 2015 e 2018. O senhor sabia à época que uma condição de segurança das cavidades quanto à estabilidade geotécnica era a manutenção de um teto ainda na camada de sal?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Na época eu desconhecia isso, não fazia parte do meu escopo de trabalho, porém, em 2015 e 2018 eu já não estava mais na empresa, eu saí em 2014.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelas medições feitas por sonar às quais o senhor teve acesso para a elaboração do relatório, esse teto foi alguma vez violado?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não fiz o relatório, não fui eu que lavrei esse relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor fala que o contrato assinado não garante que o estudo foi feito. Isso cai por terra porque tenho o estudo na minha mão. O senhor sente agora que a empresa o enganou, utilizando seu nome para aproveitar e viabilizar o estudo de interesse deles?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – É, isso não era do meu conhecimento, Sr. Senador. O conhecimento que eu tive com relação à Braskem foi apenas os três dias que eu passei lá e o relatório frente à modelagem 3D da caverna. Qualquer estudo de rocha, integridade ou litologia não foi realizado por mim, então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, se...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – ... é realmente lesivo. Desculpe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Vitor, o senhor sabe que, se eu faço um sonar, o sonar vai dizer qual é o tipo de rocha pela dureza, porque sonar... Eu entendo de ultrassom, é som. Sonar é algo muito semelhante.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você vai definir o tipo de dureza que você tem, o tipo de... Se eu faço um sonar de uma caverna, é óbvio que eu vou saber se a camada tem sal ou se não tem sal. Isso é o óbvio. É um sonar. Sonar é volta do... É o impacto do som, vai e volta, e você vai, a partir da onda, definindo a distância, você vai definindo a dureza, você vai definindo a natureza do que tem de obstáculo pela frente, etc., etc.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, pra mim já é o suficiente.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Excelência, eu posso fazer uma correção?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Licença. Em geral, sonares, relações sísmicas, são feitas da forma que o senhor acabou de citar, você consegue ver por diferença de impedância qual o tipo de rocha, se tem alguma fratura. No caso específico da Flodim, o sonar era apenas um pulso, então ele media a distância entre o sonar, a parede e a volta. Então, ele media uma relação de tempo. Então, eu sabia o que era um ponto, eu não sabia qual era a estrutura do ponto. Então, eu media vários pontos, como se eu medisse até uma parede X, uma parede Y, eu via essa distância, traçava uma linha e depois conectava essas linhas, não via nenhuma relação de dureza. É só uma correção. É bem diferente da indústria do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vitor, você é engenheiro de controle e automação signatário de anotações de responsabilidade técnica pela empresa Flodim do Brasil, correto?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não sou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não sou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A Flodim do Brasil foi uma empresa contratada pela Braskem para a realização de exames de sonar, os quais, conforme documentos recebidos pela CPI, não foram realizados com a periodicidade requerida no plano de lavra e recomendações técnicas.

Você tem conhecimento disso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – É, eu sei que, durante o tempo que eu passei na Flodim, apenas uma atividade foi realizada. Eu não sei qual é a frequência desejada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas o...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não sabe?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não, porque isso é uma questão comercial que foi determinada entre o representante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, mas isso, quando você dá a lavra, você tem também... Esse estudo é sistemático, ele tem uma periodicidade para ser feito, correto?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Acredito que sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, acredita? Espere aí, quem é o engenheiro de controle é você, não sou eu. Você acredita? Você não tem conhecimento de que tinha um período para a empresa fazer isso? A lavra dizia o quê? O que dizia a lavra daquelas minas? Vai ter que fazer nos períodos tais, tais, tais, tais um estudo, para que você vá acompanhando. Conforme você vai retirando o sal-gema, você está acompanhando como é que aquele ambiente está se comportando, por sonar, com outras coisas. Não tem isso numa mina?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Excelência, quem determina a frequência é o engenheiro de minas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, quem determina é a lavra.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, a lavra. Quando você vai receber a lavra, você vai dar a lavra para uma empresa...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... é uma exigência mínima ter um controle disso – exigência mínima –, até porque, conforme o andamento...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou mais além, veja bem, eu vou mais além. Você assinou... E aí, se você assinou ou não, porque, agora, a gente não sabe nem quem assinou mais essas coisas. Agora, estava assinado... Está seu nome, e outra pessoa assinou por você.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Veja bem: "Após sucessivos pedidos de prorrogação de prazo para o cumprimento das exigências do DPN...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – DNPM.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... DNPM, a Braskem apresentou, em 2013, laudo relativo aos estudos de mecânica de rochas elaborado pela Flodim do Brasil Ltda., intitulado Estudo de Estabilidade e Subsistência das Cavernas de Sal", correto?

Você tem conhecimento desse estudo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu tenho conhecimento de que um estudo estava sendo realizado, mas não sei qual é o escopo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não, veja bem, após sucessivos pedidos de prorrogação para apresentar esse estudo, aí foi apresentado, está certo? "... a Braskem apresentou, em 2013", depois do trabalho que vocês fizeram, "um estudo relativo aos estudos de mecânica de rochas elaborado pela Flodim Ltda. intitulado Estudo de Estabilidade e Subsistência das Cavernas de Sal. Esse trabalho não abrangeu toda a área de mineração, mas tão somente quatro cavidades selecionadas – 16, 17, 30D e 31D –"...

Tens conhecimento disso?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não tem conhecimento. Está bom.

... "e não avaliou os efeitos decorrentes da influência do conjunto de cavidade entre si". Uma estava se juntando a outra, e isso também vocês não avaliaram.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Também não tem conhecimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme nota técnica enviada a esta CPI, em documento datado de 2013, atestou acerca das mencionadas minas em Maceió, que: "Do ponto de vista da estabilidade, as conclusões principais são: sem danos observáveis nos modelos por dilatação induzidos pela lavra ou comunicação prévia ao abandono das cavernas".

Também não tem conhecimento sobre isso?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não tenho conhecimento. Um retrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – "Nenhum estresse mecânico de tensões induzido na rocha de sal foi obtido por nenhum modelo. Nenhuma tensão de ruptura acontece no sal nos modelos implementados nesse estudo".

Tens conhecimento disso?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, não tens conhecimento de nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, só uma complementação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não tem conhecimento de nada, Relator, porque, veja bem, esse estudo era para prorrogar uma lavra. Existia ali a exigência do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais para que fosse feito, você é contratado da Flodim, se você passou um mês, dois meses, três meses, alguma coisa você fez, você fez objetivamente.

Você assinou alguma nota técnica referente ao comportamento da mina?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não, eu sou um engenheiro de controle de automação, não tinha a capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não assinou.

Então, acho que nós chamamos a pessoa errada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, ele era o responsável técnico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não é, não é porque ele não tem conhecimento de nada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo o que eu falei aqui está escrito e mandado para esta CPI para que fosse prorrogada a lavra, porque tinha que ter sido feito o estudo. A Flodim foi contratada pra isso, está certo? Terceirizada.

Pegou os dados da própria Braskem...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e utilizou os dados da própria Braskem para dar um laudo assinado por... Se não foi por você...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON (*Fora do microfone.*) – Não foi por mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Foi por alguém da Flodim, quer dizer, a irresponsabilidade é tamanha, que é a mesma coisa que você acreditar piamente que a Braskem era a empresa mais séria do mundo e que todos os dados técnicos e geológicos que foram feitos, entregou...

"Está aqui, meu amigo, isso aqui, Vitor, são todos esses dados técnicos". Aí você olha e diz: "Não, olha, isso é legal, está bacana, não tem problema nenhum. Vou dar aqui a nota técnica pra prorrogar a lavra pra continuar explorando a mina". Porque isso não aconteceu em 2018, isso foi acontecendo ao longo dos anos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é em 2013, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, isso é em 2013.

Em 2013, com certeza, já havia comprometimento dessas minas. Já havia, uma estava se juntando à outra, chegando a ter um campo do Maracanã lá embaixo, e aí não há dinheiro no mundo que vá aterrar. Aterrar, que eu digo, é que vai solucionar o mal que foi causado.

Eu não estou falando nem do ponto de vista ambiental, eu estou falando mal das pessoas.

Vocês estavam assinando nota... Se você não assinou, Vitor, eu peço desculpas a você, mas que tem uma omissão sua nessa questão, tem, porque você não tem conhecimento de nada, absolutamente nada.

Quem é a pessoa que nós temos que chamar aqui da Flodim que tem conhecimento de tudo isso que eu falei há pouco?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – A engenheira Mônica Ballus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E ela mora no Brasil?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Pelo meu conhecimento, ela não mora no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não mora no Brasil.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Existe um representante legal da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A Flodim ainda existe no Brasil?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Ainda... Pelo que eu saiba, ainda existe no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, nós temos que pedir, esta CPI, que essa empresa seja tornada inidônea, inidônea para fazer qualquer estudo ou trabalho em relação a qualquer coisa que se trate de questões ambientais, geológicas ou que mexa com os seres humanos, porque a partir do momento que uma empresa se sujeita a pegar exames terceirizados e dar só uma nota técnica para poder prorrogar a lavra... E vocês pediram... A empresa Braskem pediu várias prorrogações esperando esse estudo. Então, era correria, vamos lá. "A questão aqui é o que nós vamos retirar, não vamos nos preocupar se isso vai cair, se vai desmoronar ou não".

Então, tanto a Braskem comete um erro que, do ponto de vista para ela financeiro, era importante dar celeridade, e do ponto de vista da Flodim também era importante dar esse laudo, esse relatório técnico para se dar continuidade.

Então, está muito claro, Sr. Vitor, e aí eu não vou entrar na questão técnica... Eu sou engenheiro também, está certo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E eu acho que quando você assina uma planta, você é responsável por aquilo que vai acontecer, se a obra cair, você é o responsável técnico.

Quando você tem responsabilidade técnica, não venha me justificar depois que os dados que, para eu dar essa responsabilidade técnica, que eu assinei foi por terceiros, sem eu realmente comprovar se eram verdadeiros ou não.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Excelência, como eu citei anteriormente, a minha responsabilidade técnica era para fazer a empresa funcionar. Não diria nada em relação ao laudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Por isso que eu estou dizendo, nós estamos com a pessoa errada aqui. Ele não sabe nada. Ele não viu, não tem conhecimento. Você está me entendendo?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Como eu falei, a Braskem direcionou os estudos feitos em campo para minas diferentes das minas citadas no relatório. Quando eu estava em campo, eu estava estudando outras minas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou te dando o nome das minas. Veja bem...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, sim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixa eu dizer só uma coisa aqui que é importante. A empresa selecionou a dedo os documentos encaminhados. As minas selecionadas, 16, 17, 30 e 31, estavam em plena atividade, totalmente dentro da camada de sal e no auge de sua produção.

Então, eles trabalharam com os dados da Braskem.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, como eu acabei de citar, fomos direcionados a trabalhar com algumas minas específicas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, baseado nisso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso eu vou dizer. Você sabe o que é? Vamos pegar aqui que você é médico do Conselho Regional de Medicina. Vamos lá. Tem uma ação contra um médico. Aí, essa ação não vai ter uma terceira opinião. O próprio médico que cometeu o equívoco ou o erro, na hora da investigação, a gente pede do próprio médico que cometeu as informações para poder chegar num laudo dele.

Foi isso que a Braskem fez. A Braskem cometeu, você está me entendendo, não é um erro, não. Uma maldade tão grande porque ou foi de má-fé, porque não posso dizer outra coisa, de mandar os dados para vocês sem ter conhecimento técnico profundo sobre a realidade em que estavam as minas ali. E vocês só assinaram isso. Vocês não fizeram absolutamente mais nada.

Por isso que a Agência Nacional de Mineração, as reguladoras do Brasil se preocupam muito mais de servir ao empresário do que o consumidor, do que o ser humano, do que o ambiente. É conforme os interesses. E está provado porque aí Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Procuradoria-Geral do Município de Maceió, Procuradoria-Geral do Estado não entraram com ação contra a empresa. Quem teve que entrar foi a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois foram feitos acordos em que a Prefeitura leva muito mais dinheiro, proporcionalmente, do que a população que foi atingida levou. Isso tudo de responsabilidade de vocês também. Quando eu digo de vocês, eu estou falando da empresa, não estou falando você pessoa física. Porque vocês atestaram isso.

Se em 2013 esse estudo tivesse sido feito com seriedade, nós não chegaríamos em 2018 e não teria acontecido o que aconteceu, porque isso não vai acontecer em dois dias. Isso acontece ao longo do tempo e você sabe muito bem que isso dá para detectar.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Primeiro, a empresa tinha dado uma entrevista na *Folha de S.Paulo* dizendo que não era responsável, que aquilo era uma falha geológica. Depois, veio aqui a própria empresa e disse: "Não, nós somos culpados por isso".

Se a empresa diz que são culpados, vocês têm corresponsabilidade. Por isso, vamos pedir às empresas que trabalharam dando assessoria técnica que sejam tornadas inidôneas neste país e não trabalhem mais em lugar nenhum deste país em termos de mina.

E principalmente ver essa empresa, que é alemã? A Flodim?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Acredito que seja francesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Francesa, ser comunicada ao Governo francês a irresponsabilidade. A França, que tanto grita por meio ambiente. A França, que tanto quer que os outros países sigam uma regra ambiental, vem com uma empresa dessa, sem responsabilidade ambiental e, do ponto de vista do ser humano, zero, zero.

Então, o embaixador francês vai tomar conhecimento disso. O Governo francês vai tomar conhecimento.

E essa empresa, se depender desta CPI, não fará mais nenhum trabalho neste país. É isso que nós vamos tomar de decisões. Ou a gente toma decisões para acabar com essa molecagem que é dar laudo para obter lavra e depois ter acidentes ambientais, ou esta CPI não vai servir para nada.

Eu não tenho mais nada a perguntar para o senhor. Não sei se o Relator tem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Não, eu só quero...

O senhor se lembra dessa imagem aqui, Sr. Vitor?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON (Para depor.) – Não me recordo. São 11 anos, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor disse que faz os estudos a partir de... Como engenheiro de automação, teria todas as condições para fazer o estudo a partir de um modelo matemático, a partir de *software*, a partir da tecnologia de informação, de tudo, para fazer esse estudo.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Eu não consigo ver. Eu posso ter acesso ao documento, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não tem conhecimento de nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas ele afirmou que, como engenheiro, ele poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Trouxemos a pessoa errada. Nós tínhamos que ter chamado aqui alguém que assinou...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Pelo que eu estou vendo aqui, esse relatório da Flodim da... Não tenho acesso a quem fez esse relatório, não, pela assinatura. Mas não, não me recordo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente só tinha acesso ao responsável técnico, mas eu quero dizer aqui nesse... só aqui, Presidente, dizer o seguinte, olha: "assim o modelo não prevê danos estruturais a infraestruturas da superfície".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É, foi o que eu disse há pouco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É. E também deixa eu dizer uma coisa: desde 2008 que tem rachadura na região.

Bom, eu também não tenho mais nada a perguntar, não, Presidente. Eu acho que o encaminhamento de V. Exa. já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito obrigado, Sr. Vitor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só uma pergunta: como é o nome da pessoa que assinou por você?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Pelo que eu reconheço da assinatura – de novo, não tenho recordação, porque são 11 anos, tá? –, é Thiago Araújo Aragão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Thiago Araújo Aragão.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – E a responsável pela empresa é Mônica Ballus Armet.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor autorizou ele a assinar?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Não me recordo, não, porque eu não me lembro dessa coisa, são 11 anos, novamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ele não tinha procuração sua na época?

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – A empresa teve uma procuração minha após a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas na procuração...

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – ... da Braskem quando eu fui para a França.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Espera aí.

Na procuração, a pessoa podia utilizar a sua assinatura ou assinar por você? Isso você deve lembrar.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – A esta época não. Da época dessa nota eu não me recordo, tá? Eu sei que, posteriormente, entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, quando eu estava fazendo um treinamento na França, sim, a empresa tinha uma procuração minha. E não foram realizadas atividades *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

O SR. VITOR JOSÉ CAMPOS BOURBON – Por nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião por 5 minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 10 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Solicito que o Sr. Roberto Fernando dos Santos Farias seja conduzido à mesa, por favor. *(Pausa.)*

Esclarecimento.

Decisão do Ministro Cristiano Zanin, no Habeas Corpus nº 240.335, de 23 de abril de 2024, impetrado pela defesa do Sr. Roberto Fernando dos Santos Farias, foi informada à Comissão com o seguinte teor:

[...] defiro parcialmente a medida liminar requerida, tão somente para ressaltar a necessidade de obediência às garantias constitucionais e assegurar a garantia de não autoincriminação.

Em razão disso, o paciente, na condição de testemunha, tem o dever legal de manifestar-se sobre fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, ficando-lhe assegurado, por outro lado, (i) o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e (ii) assistência de advogados durante sua oitiva [está aqui o advogado], podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPI.

Há um termo de compromisso que eu vou ler para V. Sa.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, ressalvado o *habeas corpus*, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar, ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Passo a palavra ao depoente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (Para depor.) – Bom dia aos Senadores e Senadoras presentes nesta Comissão, em especial ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator desta CPI.

Sou Roberto Fernando dos Santos Farias, engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica de Recife, e sou também advogado formado pela Famec, Universidade de Camaçari, com mestrado em engenharia na USP e também trabalhos na área de inspeções e perícia.

Trabalho com a Braskem desde quando era funcionário do Ceped, que é um centro de pesquisa do Estado da Bahia, e ainda era Copene na ocasião. Então, sempre atuei como consultor, prestando serviços de inspeções, treinamentos e algumas perícias ao longo do tempo.

Eu também curso doutorado, que está em suspensão por conta da pandemia na Espanha... na Argentina, mas possivelmente vai ser concluído. E também essa especialização como inspetor está também na minha programação.

Com relação aos trabalhos da Braskem, como eu sempre trabalhei como prestador de serviço da Braskem, eu fui solicitado para dar um parecer com relação às unidades habitacionais no entorno das minas, dos poços que estavam sendo questionados como causadores de recalques nas edificações. Ao receber essa missão como perito – porque estava sendo definido como perito na ocasião, e o contrato foi como perito, um contrato específico –, eu tentei esclarecer que as conclusões que pudessem sair dessas inspeções, sem o acesso permitido às unidades, seriam de uma forma dadas superficialmente, porque eu, nessa fase inicial, só fiz a inspeção na parte externa. Então, localizando os poços, a gente traçou uma área de trabalho de inspeção, porque é muito irregular, 50m em torno da mina eram ruas, metade de casas... Ficou uma coisa assim um pouco aberta.

De qualquer maneira, como eu não tive acesso aos interiores das unidades, as minhas conclusões foram as que já apresentei no meu relatório. E, na ocasião, não havia indício de afundamentos que pudessem ser decorrentes das minas. As construções, muitas... Muros, casas que não tinham fundação... Eu, inclusive, por uma questão ética, também não podia invadir com perguntas os proprietários, mas era bem visível a ausência de tecnologia e de construção bem feita nas unidades. Algumas próximas da falha geológica que todo mundo sabe que existe... Na ocasião... E tinha havido um tremor recentemente. E também numa encosta muito instável que dá para a lagoa. Então, nesta primeira etapa, os relatórios que eu emiti... Inclusive, quando eu recebi a convocação, tinha bem clara a minha frase de que as consequências, os possíveis defeitos e fissuras e recalques que estavam acontecendo... Eu disse que provavelmente seriam por conta de construções não adequadas, falta de cuidado técnico mesmo na execução. Eu, como repito, não tive acesso aos interiores.

Entretanto, esse relatório foi um pontapé inicial para os trabalhos. Logo em seguida, a Defensoria Pública...

O SR. DOMENIQUE MOTA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Defesa Civil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A Defesa... Primeiro, foi a Defesa... A Defesa Civil local de Maceió, juntamente com o Ministério Público, implantou uma metodologia de trabalho.. Foi a junta técnica, chamada de junta técnica... Houve, então, um contrato sendo comandado pela Defesa Civil local, pela Defesa Civil Nacional, pelo Ministério Público, com a participação de uma perícia da Braskem. Como eu já havia iniciado o trabalho, eu aceitei ser o perito da Braskem nessa junta técnica. Então, a partir daí, os trabalhos tomaram uma forma mais técnica, e os relatórios emitidos a partir daí saíam por iniciativa dos moradores. Os moradores solicitavam da Defesa Civil local a inspeção, foi contratada uma equipe muito grande de engenheiros, esses engenheiros visitavam as unidades, dessas visitas saíam os relatórios específicos de cada unidade, esses relatórios eram direcionados para a Defesa Civil local. Então, foi criado também um critério de avaliação que recebeu muitas reuniões, que teve muitas reuniões para poder se chegar a um esboço final, onde a Defesa Civil local, recebendo os relatórios dos engenheiros, dava a opinião.

Você poderia mostrar?

O SR. DOMENIQUE MOTA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Excelência?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu já permiti...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Porque tem um quadro que faz parte deste contrato que estabelece níveis...

O SR. DOMENIQUE MOTA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Pode passar. Salvo engano, é a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Aí não sei. Fale com a equipe técnica...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pode passar.

Bom, esse quadro daí é resultante exatamente deste protocolo. Quando o relatório enviado pelos engenheiros era avaliado pela Defesa Civil local, eles classificavam a situação da unidade a partir do nível 1, 2, 3, 4. Se tivesse no nível 1, é porque ainda estava com sinais iniciais de algum recalque, de algum problema. Isso era analisado pela equipe da Defesa Civil. A Defesa Civil dava a opinião. Quem criticava inicialmente essa opinião, se fosse necessário: a Defesa Civil nacional. Só depois de a Defesa Civil emitir a opinião, o relatório passava para mim como representante da Braskem no processo. Se eu concordasse com a Defesa Civil local, o procedimento seria continuar a inspeção, se realmente a Defesa Civil achasse que era necessário continuar, porque ainda estava no início de sintomas com problemas na unidade. Até chegar o nível 4...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Roberto...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Aí o senhor não está falando mais da empresa Concrete.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, estou sim, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vocês estavam juntos?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu estou, sim. Eu era o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Junto com a defesa...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – ... que recebia os relatórios. Eu recebia o relatório que vinha da Defesa Civil e analisava, criticava o relatório. Se eu concordasse com a Defesa Civil, isso já passava para a atuação dos engenheiros, de aguardar nova visita no sentido...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só se o senhor concordasse?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não... Se eu concordasse, não. Se eu concordasse...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor acabou de falar que a Defesa Civil apresentava...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu vou continuar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um minutinho.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o senhor disse aqui que, se o senhor concordasse, passava para a próxima fase. O senhor repetiu isso aqui pelo menos umas 4 vezes.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não. Espere aí. Eu sei. Mas quem entrava para decidir era a Defesa Civil nacional. Eu não decidia. Eu dava minha opinião como técnico. Quando



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

havia um impasse, a Defesa Civil nacional era chamada para atuar. E quem decidia era a Defesa Civil. Não voltava mais para mim. Entendeu? Se eu tivesse dúvida e discordasse da opinião da Defesa Civil local, o relatório, a questão passava para a Defesa Civil nacional. E quem decidia era a Defesa Civil. Eu não entrava mais no julgamento. O.k.? Eu não decidia. Eu dava a opinião. Se a minha opinião fosse de acordo com a Defesa Civil local, ou o imóvel continuava em observação, ou ele já era incluído no programa de indenização. Eu não decidia. Quem decidia era a Defesa Civil local e nacional. Isso tem que ficar bem claro. Eu não tinha poder de decisão de dizer que uma unidade entraria ou não no programa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós não estamos discutindo essa questão em particular neste momento.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor, neste momento, teria um tempo para falar sobre o trabalho da Concrete, contratado pela Braskem, para prestação de um serviço específico.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Isto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu pediria que o senhor fosse específico nisso, porque o senhor está falando aqui de indenização. Nós não estamos falando... Nós não estamos nesse momento. Nós estamos falando de um estudo que foi recomendado pela ANM para poder ver a subsidência e o impacto de superfície da atividade de mineração da Braskem, e foi contratada, para este fim, a empresa Concrete.

Então, seria interessante que o senhor focasse...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A Concrete não foi contratada para isso. A Concrete foi para analisar os problemas causados nas edificações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nas edificações, exatamente.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Nas edificações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está bom, nas edificações.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A gente não teve acesso às questões de mineração dos poços.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós não estamos falando de mineração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Tudo bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos falando do impacto na superfície.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O impacto na superfície, obviamente, se ela está coberta por edificações, se manifestará...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... nas edificações.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Entendi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, o senhor foi contratado para identificar os impactos na superfície.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, eu fui contratado para receber os relatórios já emitidos por uma empresa contratada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que empresa era essa?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Era uma empresa contratada para fazer as análises. Eu não me envolvi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que empresa era essa?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu não me envolvi com isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual era a empresa?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu não me envolvi com esse trabalho. Eu já recebia os relatórios prontos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor recebia...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu não atuava com os inspetores iniciais, porque, no momento, aqui...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essa empresa era contratada pela Braskem?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Foi contratada pela Braskem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Anota isso aí, por favor. Uma empresa contratada pela Braskem.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Inclusive, treinada...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela Braskem?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Foi treinada pela Braskem, pelos técnicos... Desculpe, Braskem e Defesa Civil. A Defesa Civil supervisionava tudo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Defesa Civil do estado ou da prefeitura?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Do estado... Local. Desculpe, da Prefeitura.

Veja bem como funcionava: os moradores interessados ligavam para a Defesa Civil local. A Defesa Civil local marcava a inspeção. Quem ia no local? A equipe dos engenheiros. Eu não estava envolvido ainda, até aí. Uma equipe de engenheiros ia ao local, ia à unidade e emitia os relatórios. Esses relatórios eram encaminhados para a Defesa Civil local. Se a Defesa Civil local concordasse, se a Defesa Civil concordasse, eu daria o o.k. – se eu concordasse com a Defesa Civil local. Se eu não concordasse com a Defesa Civil local, quem era chamada? A Defesa Civil nacional. Se a Defesa Civil nacional concordasse com a Defesa Civil local, eu não opinava mais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, deixa-me fazer algumas perguntas para o senhor...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para a gente tentar esclarecer.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor realizou estudo de inspeção nas estruturas de superfície no entorno das minas de sal do complexo de concessão de lavras, na Braskem mineração, em Maceió.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Certo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Correto.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Correto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor foi contratado pela Braskem.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pela Braskem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Concrete.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Empresa da qual o senhor é sócio...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e responsável técnico.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

Poderia explicar qual foi a metodologia de trabalho e como foi definida?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim. Inicialmente – eu já falei isso aqui –, como a Concrete não poderia ter acesso aos interiores das unidades, inicialmente, eram feitas as inspeções externas e emitidos os relatórios para cada unidade, com fotografias e comentários. A maioria dos problemas eram realmente decorrentes de construções mal executadas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixa-me refrescar a memória de V. Sa.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Tudo bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O objetivo... Metodologia de trabalho: o objetivo das inspeções nas edificações é avaliar as patologias ocorrentes e sua relação com as possíveis causas, estabelecendo um enquadramento dos critérios de gravidade, urgência e tendência.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Caso necessário, que sejam realizados estudos complementares para verificação dos problemas, com o auxílio de topografia, para medida de deslocamento e recalques e de sondagens, para confirmação das condições do solo, além de outras verificações esclarecedoras dos fenômenos ocorrentes.

Serviço de inspeção, perícia e análise técnica... Aqui são serviços...

Avaliação dos riscos de edificações, conforme protocolo a ser estabelecido para inspeção.

Então, aqui está a metodologia.

A pergunta que eu faço ao senhor: esses estudos aqui foram feitos pela Concrete ou por outra empresa contratada pela Braskem?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Foi por outra empresa, isso que eu falei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, o senhor trabalhou sobre dados...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A minha era só super...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor só analisava...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Analisava os relatórios.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... os dados produzidos por uma terceira empresa.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Isto. Isto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual era essa empresa?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu esqueço o nome dela.

Qual era o nome da empresa? (*Pausa.*)

Eu esqueço o nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Engraçado, não é? Todo mundo aqui esquece tudo...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, porque...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ninguém se lembra de nada.

Olhe, nós estamos há várias oitivas e, em todas as oitivas, todos que participaram não lembram, esqueceram, não têm recordação... É impressionante isso. Eu estou muito impressionado com isso.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Por favor, por favor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É um caso coletivo de amnésia?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Posso falar? Por favor.

A responsabilidade de contratação dessa empresa é de inteira responsabilidade da Braskem junto com a Defesa Civil. Eu fui contratado para fazer as verificações de relatórios emitidos por esta empresa.

Olha, eu tenho impressão de que é a YRM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – YRM.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu não tenho certeza absoluta. Está certo? Não tenho certeza.

Inclusive, eu não participava das reuniões do treinamento, que eram mais de 40 engenheiros divididos em equipes. Eu não participava da reunião deles. Eu só recebia deles o relatório e eu era responsável para analisar o relatório, visitando todas as casas de cada relatório. E emitia a minha opinião em função daquela tabela que foi apresentada, nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4.

No nível 1, continuava em observação; nível 2, continuava em observação; nível 3... Até no nível 4 é que a unidade entrava exatamente para o programa de compensação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Inclusive, o programa que eu usava era da Defesa Civil. Era um programa que eu só abria, via o relatório, imprimia o relatório, para efeito de inspeção de campo, e ia ao campo, visitava, fazia observações, voltava para o escritório e fazia meus comentários e classificava nos níveis 1, 2, 3, 4 e explicava por que eu estaria concordando ou discordando da Defesa Civil local, se a casa poderia já atender àquelas observações ou deveria permanecer em observação.

Quando eu discordava da Defesa Civil local, quem decidia? A Defesa Civil nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu não tinha voto de mando. Quem mandava era a Defesa Civil. Tudo foi Defesa Civil.

A Defesa Civil foi quem definiu o procedimento, a Defesa Civil é que decidia finalmente. Eu entrava com uma opinião para equilibrar o programa, num sentido assim... Senão... Muitas vezes vinha no relatório que a unidade já deveria ser incluída no programa, quando o problema da unidade era pequeno.

A própria Defesa Civil local também concordava que não era como o relatório indicava, e se estabelecia um programa de acompanhamento, de fiscalização e acompanhamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senhor... Senhor... Eu acho que a gente pode ser mais sucinto, Dr. Roberto Fernando dos Santos Faria.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria saber do seguinte: a Concrete atribuiu as fissuras, os buracos e os deslocamentos de revestimentos que encontrou a deficiências tecnológicas ocorridas nas construções dessas estruturas e falta de manutenção ao longo do tempo.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Certo.

Esse foi o primeiro relatório, antes da implantação da junta técnica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Sabendo hoje de tudo que se sucedeu em Maceió, o senhor acredita que o estudo da Concrete foi encomendado sob medida para produzir o discurso inicial da Braskem, segundo o qual os problemas não seriam decorrentes da lavra de sal-gema sob sua responsabilidade?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A minha opinião pessoal, eu não posso emitir agora aqui. Não posso.

Como técnico contratado pela Braskem para emitir a minha opinião, eu acompanhei todas as decisões que eram tomadas com as reuniões com a Defesa Civil. A Defesa Civil...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou repetir. Eu vou repetir. Eu vou repetir. Veja só.

A Concrete atribuiu as fissuras, os buracos e os deslocamentos de revestimentos que encontrou a deficiências... Veja, a Concrete atribuiu as fissuras, os buracos, os deslocamentos de revestimentos que encontrou a deficiências tecnológicas ocorridas nas construções dessas estruturas e falta de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção ao longo do tempo, ou seja, a Concrete passou a impressão de que tudo que tinha acontecido não tinha a ver com a mineração feita no subsolo, que era decorrente do sistema construtivo.

Dois, aqui na primeira oitiva, nós trouxemos o professor... Foi na primeira oitiva o Prof. Galindo, Abel Galindo – não foi isso? –, que nos informou que, desde o início da década de 2000, já havia fissuras e que, em 2014, ele foi chamado – portanto, isso é 2018 – e fez um estudo de sondagem de solo, fez um estudo e provou e mostrou que não era um problema de solo, mas um problema de subsidência da área em decorrência da lavra ambiciosa feita pela Braskem.

E o senhor, em 2018, contratado pela Braskem, que fez inspeções, mas utilizando estudos feitos por uma outra empresa contratada pela Braskem que dizia o que era a essência desses estudos... O senhor conclui que encontrou deficiências tecnológicas ocorridas nas construções dessas estruturas e falta de manutenção ao longo do tempo, ou seja, transferindo a responsabilidade do problema, a causa das rachaduras, a causa dos buracos encontrados em vias públicas, todos os problemas como sendo decorrentes da ação humana, ou seja, da pobreza, das construções malfeitas, coisa que o Prof. Abel Galindo refutou e refuta desde 2013 e 2014.

Nós vimos que, em 2018, houve o dolinamento de uma mina, certo? A partir de 2018, outros eventos ocorreram. A gente já soube aqui que não se fazia monitoramento das cavas, a gente já sabe de uma série de coisas. Mas o senhor está trazendo um dado importante: que quem apontava os imóveis era a Defesa Civil.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, eu posso explicar isso, por favor?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, explica, por favor.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Por favor. Esse relatório é anterior à implantação do programa estabelecido pelo Ministério Público. A partir deste relatório... Inclusive tem outro relatório de 2019, que ainda foi antes da implantação do programa imposto pelo Ministério Público. Esse programa do Ministério Público estabelecia exatamente o que eu já falei aqui: a vistoria, as inspeções por unidades, os moradores que se sentiam prejudicados...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos de falando de 2018.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – É, em 2018, ainda não tinha sido...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse, esse...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Esse foi de 2018. Depois desse relatório, teve outro em 2019. E depois desse relatório de 2019 é que foi implantada a junta técnica por exigência do Ministério Público. Então, a partir daí é que todo o programa desses bairros foi estabelecido. Cada morador que se sentisse prejudicado ligava para a Defesa Civil. A Defesa Civil programava uma visita. A equipe de engenheiros ia na unidade, emitia um relatório fotográfico com todas as observações. Esse relatório ia para a Defesa Civil local. A Defesa Civil local ia no local visitar o imóvel e emitia uma opinião. Se eu, como perito representante da Braskem, concordasse com a Defesa Civil local, esse imóvel já iria para o programa de compensação; se eu não concordasse, quem decidia era a Defesa Civil Nacional. Então, na hora em que era a Defesa Civil Nacional para tirar a dúvida, eu não tinha mais voto, eu não definia mais nada. Entendeu?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Roberto Fernando, veja, tem um contrato assinado...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Esse relatório que está sendo objeto da sua análise é anterior.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Roberto, tem um contrato assinado pelo senhor e a Braskem cujos termos falam do que estava acontecendo na superfície entre várias minas. Quais são as minas, por favor? Passa aqui para mim, por favor, e os termos contratuais, só para a gente refrescar a memória.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – São muitas minas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Espera aí. Aqui, ó. *(Pausa.)*

As minas de sal 1, 2, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 28, 30, 31 e 32, num raio de 50m nas instalações da contratante. Ou seja, o senhor foi contratado para fazer coleta de dados – aqui, ó –, serviço de inspeção, perícia e análise técnica de edificações, avaliação dos riscos de edificações, conforme protocolo a ser estabelecido para as inspeções a serem realizadas nas regiões dos bairros de Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, em Maceió. O senhor... Para mim, já está claro. Eu já...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu posso, eu poderia só dar mais uma explicação, por favor?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não, pois não.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Este relatório, insisto, é anterior à implantação do programa do Ministério Público, porque foi a partir daí que tudo foi decidido. Esse relatório perdeu completamente o efeito quando o Ministério Público implantou o programa da junta



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

técnica. A partir daí, a junta técnica é que decidiu tudo. Nada foi decidido em cima deste relatório, que foi anterior à implantação da junta técnica, que foi decorrente do Ministério Público. E, nesta junta técnica, a Braskem, pela minha opinião como perito e como contratado, era apenas para conduzir os serviços.

Se eu concordasse com a Defesa Civil Nacional... com a local, o problema estava ali resolvido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Professor...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Se não, quem decidia era a Defesa Civil Nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Dr. Roberto, o senhor foi contratado...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Esse relatório é anterior a isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, nós estamos falando do relatório anterior mesmo. Por favor...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim, mas nesse relatório a minha opinião foi esta mesmo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem. A opinião do senhor...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Os problemas... Eu não tinha acesso às unidades.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, então o senhor não poderia afirmar e o senhor afirmou baseado em dados secundários. Se o senhor fez isso...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Tudo o que eu vi. Tudo o que eu vi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor viu?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – As ruas, os muros, as paredes, o trilhado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, o senhor disse aqui, o seu relatório conclui que os problemas da estrutura de superfície da cidade de Maceió, casas, lajes, muros...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... teriam sido supostamente decorrentes do desleixo dos proprietários, e não fruto da extração subterrânea de sal-gema.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Isso. Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse seu julgamento demonstrou-se posteriormente totalmente equivocado.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim, porque...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Avaliando a situação de hoje, o senhor diria que houve imperícia ou mesmo dolo eventual de sua parte, ou a Braskem o induziu ao erro?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, não houve.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é dolo?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu sou completamente independente de quem me contrata.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como é que o senhor afirma isso...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Porque o que eu vi foi isso, os relatórios... O senhor teve acesso aos relatórios...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me permite?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não, pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me permite, por favor?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como é que o senhor pode afirmar isso se o senhor não fez estudo de solo, sondagem? O senhor não fez nada disso para poder afirmar que essas...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Porque...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, o senhor me permite?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Está bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou fazendo um...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Está bom. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, por favor.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Pois não, pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque senão o senhor vai ficar falando aqui e a gente não vai esclarecer o que está acontecendo.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Está bom, tudo bem. Está bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor pode afirmar que uma estrutura ou um defeito estrutural de um imóvel, de um muro é decorrente da negligência dos moradores baseado na inspeção sem sondagem, sem um estudo mais profundo da qualidade do solo? Se o senhor fez isso, o senhor foi imprudente.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Sr. Roberto, Sr. Roberto, eu estou presidindo aqui a CPI.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Tudo bem, eu espero. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Já é a terceira vez, só nesta pergunta, que o senhor interrompe o Senador Rogério, que é o Relator, que está aqui fazendo um trabalho exaustivo, de dedicação. Então, não está cerceada a possibilidade de o senhor responder. Então, nesse momento, para que não seja cortado o microfone, deixe o Senador pedir para que você responda, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero saber do senhor o seguinte: houve uma ação imprudente? Porque no caso o senhor assina um laudo dizendo e afirmando sem ter feito estudos, certo? Houve imperícia? Houve negligência da parte do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor? O que foi que aconteceu? Foi imperícia? Foi imprudência? Foi negligência? Ou foi a orientação da empresa de que esse deveria ser o laudo que deveria ser apresentado?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Posso responder agora?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, ninguém me impôs coisa alguma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu fui solicitado a fazer uma análise superficial das estruturas no entorno de cada mina, de cada poço, de maneira a ver quais os problemas que estavam surgindo, está certo? E, como era um relatório preliminar, a minha opinião foi essa, sim, porque eu não tive acesso aos interiores das unidades, não era permitido o meu acesso, eu estava fazendo uma inspeção superficial – superficial –, num raio de 50m no entorno das minas. Por quê? Porque esse relatório era exatamente um pontapé inicial para o que aconteceu em seguida, que foi a implantação de uma junta técnica pelo Ministério Público para aprofundar as...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito, isso o senhor já falou.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o senhor não conseguia entrar nos imóveis, se o senhor fez uma observação distante, é temerária a conclusão de V. Sa. O senhor é responsável pelo que V. Sa. colocou no relatório e pode ter sido de forma... Pode ser um dolo eventual, porque, se o senhor fez uma inspeção superficial, não pôde entrar nos imóveis, o senhor não fez um estudo de sondagem, nada disso aconteceu, e o senhor afirma no seu relatório...

O seu relatório conclui... Eu vou repetir para a gente encerrar logo mais esta oitiva, porque ela já chegou àquilo de que a gente precisava. O seu relatório conclui que os problemas das estruturas superficiais na cidade de Maceió – casas, lajes, muros – teriam sido supostamente decorrentes de desleixo dos proprietários, não fruto da extração subterrânea de sal-gema. Esse seu julgamento demonstrou-se posteriormente totalmente equivocado. E o senhor está me dizendo aqui que foi contratado para um estudo superficial, só que esse estudo embasou a posição da empresa, embasou a orientação para órgãos de controle. Portanto, existe uma ação dolosa ao fazer esse tipo de afirmação, uma vez que o senhor mesmo afirma aqui nesta CPI que não teve acesso aos imóveis, que não fez estudo de sondagem, que não fez nada que comprovasse o que o senhor está dizendo aqui que era desleixo. "A causa é o desleixo".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

População de Maceió, estamos aqui diante do absurdo que é alguém dizer que foi o desleixo dos moradores do Mutange, do Pinheiros e do Bebedouro que levou a rachaduras dos imóveis, não a subsidência e não a lavra ambiciosa, já admitida pela própria diretoria da Braskem.

Então, esse laudo que embasou vários órgãos, porque nós estamos falando de um sistema autorregulado... Eu lembro aqui aos promotores, aos procuradores e subprocuradores da República que estão aqui acompanhando – e eu agradeço a presença de V. Sas. aqui –, porque é importante que os senhores saibam... Vejam, é um laudo de um sistema autorregulado. Ele disse que recebeu informações complementares para poder afirmar isso de outra empresa Y...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor falou aqui.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – YRM é posterior a isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, então, tá bom. Então, aqui foi só a ação do senhor mesmo.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Foi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito, então, está mais claro. Ou seja...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – A junta técnica...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só para concluir...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – A junta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só para concluir, só para concluir, só para concluir aqui, eu quero...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – É outra etapa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou, Presidente, concluir já.

Mais uma vez, vemos aqui a atuação da Braskem na participação dela direta na entrega de dados ou de encomendas dirigidas para a produção de resultados e estudos que retirem o ônus da própria companhia sobre os danos causados na superfície onde tinha milhares de moradores na cidade de Maceió.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa que, na minha opinião, o trabalho do senhor se prestou a validar uma tese de que a Braskem inicialmente defendeu, e que hoje não defende mais, e o senhor corroborou com a tese que foi encaminhada aos órgãos de controle e aos órgãos responsáveis pela manutenção da autorização de funcionamento da mina – certo? –, de que não havia problemas na superfície do território cuja causa fosse a mineração de sal-gema no subsolo.

Coisa que o Prof. Abel Galindo, chamado pelos próprios moradores, fazendo um estudo a partir da contratação dos moradores, chegou à conclusão de que não tinha problema de solo, de que não tinha problema de desleixo e que era algo decorrente da subsidência que estava ocorrendo em função da lavra do minério sal-gema no subsolo de Maceió.

Portanto, Sr. Presidente, de minha parte, eu estou satisfeito.

Não tenho mais nada a perguntar ao Sr. Roberto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Tem alguma pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não, não tenho mais nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu vou falar agora, como Presidente, e o senhor, como representante da empresa Concrete, também pode esclarecer algumas dúvidas e, de repente, já é o sentido da fala que você queira colocar aqui, Sr. Roberto.

Então, Sr. Roberto, eu sou Senador, mas, com muito orgulho, Senador pelo Estado de Alagoas. Esse não é um assunto estranho para mim ou para a minha atuação política. Então, eu vou primeiro fazer uma afirmação aqui de que essa manifestação do Relator, Senador Rogério Carvalho, é uma manifestação coerente, é uma manifestação construída e é uma informação baseada em informações.

Então, é com muita tristeza que eu ouço também essa confirmação que, através de uma avaliação feita pela Concrete, a Braskem, até três semanas atrás, sustentava que não era responsável pelo problema que ocasionou a saída de mais de 60 mil pessoas de seus lares. Ela teve que se basear em alguma coisa e, infelizmente, foi exatamente no trabalho que V. Exa. apresentou.

Pelas informações que a Braskem passa desde o início, e eu acompanho aqui em um passo a passo... Porque, imaginem, diante de toda a situação... Olhem só, tem alguns aspectos que não estão sendo mostrados, mas imaginem, já com todo um cenário configurado de que há alguma coisa errada, de que a Defesa Civil condenou as casas das pessoas já depois de um tempo, você mora em um imóvel e esse imóvel... Porque a gente sempre fala em casa, mas também tem muitos, muitos apartamentos, muitos apartamentos, inclusive novos e, em grande parte deles, quem compra um apartamento compra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um apartamento em 30 anos para pagar, ou seja, ali, em quase todos os prédios que tinham, as pessoas tinham financiamento com a Caixa Econômica. E a Caixa, para realizar o pagamento do seguro, porque quem compra um imóvel necessariamente está pagando por um seguro habitacional, dificultava, mesmo diante de toda a situação, porque estava lá a Braskem, de um lado, afirmando que aquilo que estava acontecendo em toda a região não era um problema da exploração, mas, sim, de manutenção que não era feita pelos moradores. E a pior coisa para se ouvir é culpar a vítima. Então, as pessoas eram vítimas, estavam sendo revitimizadas, estavam sendo ali acusadas de um crime de que elas eram vítimas.

Então, em uma situação de humanidade, esse posicionamento feito pela Braskem foi algo que fez com que cada Senador que toma conhecimento hoje, cinco anos após, de imediato já entenda. A empresa fez tudo para fugir de suas responsabilidades, como ainda tenta até hoje.

E o principal ponto que nós temos aqui nesta CPI para identificar, fora a ação ou a omissão, é identificar o dolo da Braskem, para que se possa entrar com ações criminais e buscar uma indenização justa para essas pessoas. Porque a falta de transparência da Braskem, a maneira subterfúgia em que revela informações aos poucos, tendo informações reais sobre o que estava acontecendo, e hoje não resta dúvida sobre isso, embaixo do solo, do piso, da casa das pessoas enquanto elas dormiam, é realmente muito preocupante.

Então, minha pergunta para o senhor, Sr. Roberto, como representante da Concrete. O senhor mantém o posicionamento de que as rachaduras foram causadas por ausência da manutenção dos imóveis pelos moradores?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Eu quero voltar atrás um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Depois o senhor volta, mas essa pergunta...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Mas a resposta é essa que eu vou lhe dar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Certo. A pergunta, nessa parte da manutenção...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Quem decidiu isso não fui eu como contratado. Quem decidiu toda essa situação foi a junta técnica. A junta técnica, a partir da criação da junta técnica pelo Ministério Público, e a junta técnica...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Quando se deu, quando se deu essa junta técnica?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Logo em seguida a esse relatório...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Após o relatório. Não foi antes do relatório. Então, o relatório já estava feito.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, o relatório se restringiu a... sem o acesso às unidades, sem o acesso às empresas porque teve empresas. A própria instalação da Braskem na mineração também foi inspecionada e tem mina lá dentro.

Então, todas as decisões com relação a esse programa foram decorrentes da decisão da junta técnica, que a decisão não era...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – O senhor repete isso, mas a junta técnica não foi após a avaliação de V. Exa.?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Mas não teve nada a ver. Esse relatório perdeu completamente o efeito quando foi montada a junta técnica porque, a partir daí, é que todas as decisões foram tomadas, tanto das unidades que não entrariam no programa, como das unidades que entrariam no programa.

A decisão foi toda em cima da junta técnica...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, o senhor só está corroborando com o que nós estamos falando aqui. Se não fosse a junta técnica, o que estava valendo era o relatório da Concrete dizendo que a culpa era das vítimas.

Então, o senhor só está corroborando com isso. Antes disso, só se tinha uma informação, que foi a Concrete dizendo, de maneira superficial que seja, mas sem um embasamento que tivesse a certeza absoluta para dar uma informação sobre a vida dessas pessoas que moravam na região.

Então, o senhor só está complementando o raciocínio que nós estamos tendo. Se não fosse a intervenção da junta técnica com o Ministério Público, com todo o encaminhamento, nós hoje teríamos apenas um relatório feito com base na Braskem, que contratou a sua empresa para apresentar uma avaliação. E essa avaliação foi feita de maneira superficial, atestando que as pessoas eram responsáveis pela rachadura em todas as casas.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – O pedido foi superficial. Está dito. O pedido foi uma inspeção superficial num raio de 50m no entorno de cada mina, como um levantamento inicial. Está dito no relatório que eu não fui permitido a entrar, não fui permitido a fazer sondagem, não fui permitido a nada disso. Foi pedida uma vistoria superficial num raio de 50m em torno de cada mina.

Quando, então, surgiram esses comentários, o Ministério Público local implantou essa junta técnica. Foi um programa oficial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Tudo bem.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, vamos...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Então, a partir daí, os estudos foram mais completos. E as decisões, a partir daí, ficaram tudo com a Defesa Civil, tanto a local como a nacional. Eu não tinha mais voto, de forma alguma, como representante da Braskem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu entendi.

Então, eu quero, agora...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não tinha mais voto algum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Agora que o senhor fez essa fala, eu peço...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, eu já disse isso desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Certo, certo. Fez essa fala.

Eu peço que responda à pergunta que eu fiz. E eu vou refazê-la: a Concrete mantém o posicionamento de que as rachaduras foram causadas por ausência de manutenção dos imóveis, mesmo após o laudo da CPRM ter atestado o que aconteceu?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, depois que houve exatamente todos os estudos necessários, concordo perfeitamente que, em boa parte, foi sim; mas continuo dizendo que muitas construções não tinham o mínimo cuidado. Mas isso não impede que... Houve a influência, sim; mas, com o estudo posterior, inclusive com a junta técnica, tudo isso foi esclarecido, porque foi permitido tudo. E quem fez o estudo não fui eu. Quem decidia tudo com a implantação da junta técnica que foi imposta pelo Ministério Público foi a Defesa Civil, local e nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, hoje, aqui o senhor está dizendo que, com as informações que foram prestadas, o laudo que você fez...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Perdeu o efeito completamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... não condiz com o que deveria ser a realidade?

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Não, de forma alguma, porque, no momento em que foi implantada a junta técnica, este relatório inicial perdeu completamente o efeito. A junta técnica, a partir daí, é que manda. Todos os relatórios, todas as unidades foram... As unidades que eu verifiquei... Não foi nem relacionado por unidade.

A partir daí, cada morador que se sentia prejudicado entrava em contato com a Defesa Civil local; era marcada uma visita. Uma equipe de engenheiros – porque não era mais com a gente; então, uma equipe de engenheiros contratada – fazia um relatório. Este relatório era submetido à Defesa Civil local; eles classificavam em nível 1, 2, 3, 4. Dependendo... Só entrava no programa quando chegassem ao nível 4. Quem decidia isso? A Defesa Civil nacional – a Defesa Civil nacional. Então...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, a narrativa aqui já está clara, certo? Já está clara, só estamos repetindo os fatos. Já cheguei à minha conclusão. Acredito que o Senador Relator também.

Dessa maneira, encerramos o depoimento do Sr. Roberto Fernando dos Santos Farias, que nós teremos aqui a oportunidade, em outros momentos, de ouvir.

Sr. Roberto, eu vou pedir realmente para que, neste momento, a gente já encerre agora. Acredito que as informações prestadas...

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS (*Fora do microfone.*) – Posso só dar uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Com a palavra.

O SR. ROBERTO FERNANDO DOS SANTOS FARIAS – Este relatório, que foi motivo de comentário, deixou de existir como informação técnica definitiva a partir do momento em que foi implantada a junta técnica. A partir daí, começou do zero tudo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não para a Braskem, que continua ainda, há pouco tempo, afirmando que não tem responsabilidade porque tinha outras informações.

Então, dessa maneira, encerro o depoimento prestado e convido o próximo... (*Pausa.*)

Convido o Sr. Marcelo Sousa de Assumpção para que seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Marcelo Sousa de Assumpção, boa tarde... bom dia ainda. Eu vou passar aqui à leitura do termo de compromisso, para que V. Sa. tenha conhecimento.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO (*Fora do microfone.*) – Sim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º da Lei nº 1.579 estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a [...] [Comissão Parlamentar de Inquérito]", constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Lido o termo de compromisso, passo a palavra para o depoente fazer uma explanação inicial.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO (Para depor.) – Eu sou professor de sismologia e geofísica na Universidade de São Paulo. Este ano, eu completo 50 anos de atividade universitária e com pesquisa.

Em 2018, quando ocorreu o tremor de terra que foi sentido em Maceió, como parte das atividades da Universidade de São Paulo, a gente localizou o epicentro e a magnitude do sismo, e também fizemos algumas observações sobre as rachaduras que tinham sido observadas lá em Maceió. Posteriormente, em 2019, a gente foi contatado pela Braskem para ajudar a Braskem a fazer um estudo da atividade sísmica e de todo o fenômeno que estava ocorrendo lá em Maceió. Não só eu fui contratado, mas vários outros colegas da Universidade de São Paulo formamos um dos grupos assessores para tentar subsidiar a Braskem na análise dos dados que estavam sendo gerados com os acontecimentos.

Então, basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, Sr. Relator, com a palavra, para fazer as indagações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Rodrigo Cunha.

Quero cumprimentar o depoente, o Prof. Marcelo Sousa de Assumpção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marcelo, o senhor é professor da área de sismologia com décadas de pesquisa nessa linha. Correto?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO (Para depor.) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para quais outras empresas, além da Braskem, o senhor prestou consultoria?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu prestei consultoria a várias companhias de energia relacionadas a reservatórios hidroelétricos, para a atividade de... Para estudar a possibilidade de sismos induzidos por reservatórios hidroelétricos. E também já fiz consultoria para algumas empresas de mineração, para estimar a probabilidade de ocorrência de tremores fortes que podem afetar barragem de rejeitos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor fez algum estudo para as barragens de Brumadinho e Mariana?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Para a barragem de Brumadinho, não; para a barragem de Mariana, a gente fez uma análise dos... Logo que ocorreu o acidente de Mariana, a mina Germano contratou a Universidade de São Paulo para fazer uma análise dos pequenos tremores que tinham ocorrido um pouco antes do acidente. Então, foi para isso que a gente fez um estudo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Antes de 22 de julho de 2019, já havia trabalhado com os demais professores contratados para prestação de serviços para Braskem?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, foi a primeira vez que eu... Eu já conhecia o Prof. Sadowski já há muito tempo, mas foi a primeira vez que esse grupo foi formado para fazer consultoria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esses contratos de consultoria celebrados entre os senhores e a Braskem para a elaboração do relatório de análise de aspectos de metodologia aplicada pela CPRM nos estudos de instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutante e Bebedouro em agosto de 2019 e do relatório das análises das possíveis causas das instabilidades de terreno nos bairros Pinheiro, Mutante e Bebedouro em Maceió, Alagoas, em 20 de março de 2020 foram intermediados pelas universidades em que lecionam ou foram assinados pelos senhores na qualidade de pessoas físicas?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Para esse trabalho junto à Braskem, foi um contrato direto com pessoa física, eu já estava aposentado da Universidade de São Paulo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso considerar que a empresa buscou no Brasil um grupo formado por grandes autoridades no assunto – além de professor, referência em geologia da Imperial College London?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Sim, acho que é um grupo que tinha bastante experiência em vários aspectos do problema.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quais foram as exigências da Braskem para a contratação desses relatórios? A empresa buscou, de alguma forma, interferir nos resultados que os senhores apresentariam?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – De maneira nenhuma, quer dizer, desde o contato inicial, a ideia é que a gente estudasse todas as evidências e tentasse ajudar a Braskem a entender que partes do argumento da CPRM, por exemplo, estavam razoáveis e que partes não tinham comprovação, por exemplo, mas, em nenhum momento... Logo no início, a própria Braskem e vários geólogos da Braskem tinham a hipótese de que os movimentos de massa que estavam ocorrendo em Maceió poderiam ser relacionados a problemas de erosão no bairro de Pinheiro e talvez não fossem diretamente relacionados às minas, mas, em nenhum momento, a Braskem pediu para a gente armar uma comprovação desse aspecto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas como o senhor explica que, no contrato, no item 2.1.2, alínea 1 e alínea 2...

Está no contrato feito pela Braskem com os senhores, onde se encontram pontos às hipóteses assertivas apresentadas pela CPRM e prováveis causas, raiz dos eventos ocorridos nas minas de sal e bairros supracitados. Isso não é uma ação clara de direcionamento do trabalho de V. Sas.?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, de maneira nenhuma. Eu acho que, quando uma empresa ou qualquer pessoa é acusada de algum problema, faz parte da defesa fazer uma análise crítica dos argumentos que levaram àquela afirmação. Então, parte da nossa tarefa era verificar, como eu falei, que argumentos da CPRM estavam válidos e se havia alguma outra interpretação alternativa. Isso faz parte do método científico. Todas as evidências que você tem, os dados que você tem, você tem que tentar analisar sob vários ângulos. Mas, em nenhum momento, a gente foi direcionado a uma conclusão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Tanto que, no nosso relatório circunstanciado, que foi publicado um ano depois, a gente acabou desagradando a Braskem, porque a nossa conclusão foi a de que realmente as minas estavam envolvidas nos problemas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo. Um ano depois que ocorreu o dolinamento da caverna... Foi não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não. Foi...**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em 2023, os tremores.

O senhor foi contratado, então, pela empresa na data de 22 de julho de 2019. Em 20 de agosto de 2019, 29 dias, o senhor e os demais quatro consultores apresentaram um relatório, uma espécie de contra-argumentação àquele feito pelo Serviço Geológico do Brasil, mas em que, aparentemente, falta lastro em dados reais do que aconteceu na operação da mina da Braskem. Sobre isso, eu lhe pergunto: quais informações a Braskem disponibilizou para que pudessem tirar suas próprias conclusões nesse prazo de 29 dias? Não foi feita nenhuma checagem dos dados eventualmente fornecidos pela Braskem, ainda que por amostragem?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – A gente trabalhou com dados que a Braskem forneceu para a gente e dados que eram de domínio público.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quais outras fontes de dados, além dos da Braskem, os senhores utilizaram para o primeiro estudo que os senhores elaboraram?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Foram dados geológicos que a Braskem já vinha adquirindo. Logo depois do relatório da CPRM ou por ocasião do relatório da CPRM, a Braskem andou fazendo vários levantamentos geofísicos na região e a gente teve acesso aos relatórios desses...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor teve informação de que alguns dados que a Braskem fornecia, como por exemplo, para a empresa Flodim, eram dados das cavas que estavam em melhores condições, e não informaram dados sobre as cavas que já tinham ultrapassado a camada de sal? O senhor tinha algum tipo de informação sobre a seletividade dos dados que a Braskem passava para os seus consultores contratados?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não tenho informação nenhuma, nem sabia dessa hipótese que tinha sido levantada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os senhores tiveram acesso aos dados de sondagem e de sonar que foram realizados nas décadas de 80 e 90 pelo DNPM e pela Salgema?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – O nosso grupo teve acesso a vários dados. Eu, particularmente, me ative mais aos dados da parte de levantamento sísmico, que foi feito pela Braskem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabia que, nesses dados, estão descritas as heterogeneidades da geologia local, por exemplo, a falta de competência do conglomerado, que está no topo do sal e que, em tese, serviria como anteparo para reter o buraco, quando ele fosse despressurizado ou abandonado pela empresa?

Provavelmente, os professores não observaram os dados existentes ou não tiveram acesso, pois o prazo exíguo não permitiria observar questões empíricas importantes, como as descrições de furo de sondagem disponível ou os dados de sonar de cada poço.

Isso é uma afirmação que eu estou fazendo.

Quais foram as conclusões dos senhores num primeiro estudo e no que se sucedeu, em 2020, para o caso Braskem, em Maceió?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Bem, os meus colegas tiveram acesso a todos os dados de sondagem da Braskem, fizeram uma análise. Eu não me lembro de ter havido alguma indicação de camadas incompetentes, mas isso foge um pouco da minha área.

Na conclusão, na parte que mais se refere à minha especialidade, que é de sismologia, no nosso relatório, a gente concluiu que, do tremor de terra, em 2018, o epicentro foi realmente na área de Pinheiros. A gente até reanalisou alguns microtremores que a CPRM tinha localizado, e a gente melhorou as localizações, e confirmamos que os epicentros estavam na área das minas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo. Ai, Jesus! *(Fora do microfone.)*

É que, em agosto de 2019, o relatório... Por favor, Talita, esse aqui é sobre o relatório, né? *(Pausa.)*

Isso.

Nas conclusões do relatório de 2019, não se exclui processo de instabilidade das minas, mas não é possível associá-lo, à grande profundidade, às intensas deformações observadas em superfície. Por outro lado, eventual processo de instabilidade pode ser estancado pela espessa camada de conglomerado conhecida ou por tensões horizontais do maciço.

Aqui, os estudos geológicos da década de 80 já diziam que ali não tem maciço, que ali é uma área muito frágil, formada por rochas areníticas e argilosas, conglomerados argilosos. Portanto, não existe maciço nessa região, até para aqui foram outros geólogos, vieram aqui e falaram que ali é uma região de restinga; portanto, sem rocha basáltica, a maior parte formada por rochas areníticas. São aglomerados prensados e rochas argilosas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Descrição geológica genérica demais para o nível de detalhes sem foco na área afetada, na estratigrafia ou em sondagens.

Critica a falta de dados quanto aos sismos rasos detectados na região. O padrão observado de deformação em superfície não é típico para manifestações provocadas por assentamento devido a cavidades.

Essas são as afirmações que o relatório diz; o relatório está dizendo que as cavidades não têm a ver com os abalos sísmicos que ocorreram e nem com a subsidência, porque ele afirma que há uma estrutura muito consistente e competente, que é o termo apropriado, para sustentar os 1,2 mil metros ou mil metros de camada superior sobre a mina.

E a gente já sabia que várias minas tinham a sua camada de sal na parte superior já corroída. Portanto, elas iriam subir. Naturalmente, subiriam essas minas.

Falta de menção de dados da literatura no estudo geológico do Brasil, eles citam isso, e interpretação sem levar em consideração dados geofísicos, com mapas de isópacas de diferentes formações geológicas.

Critica a metodologia do uso de dados do GPR e batimetria, que ficaram apenas na dimensão metodológica, erros de interpretação e conclusões precipitadas para os dados de gravimetria, eletrorresistividade, relatórios de magnetotélurico pouco explícito, dado que a inversão de dados seria muito complicada, e o relatório não detalha suficientemente aspectos de complexidade do método ou interferência do ambiente urbano.

Falta de dado local de hidrogeologia.

Em março de 2020, pelos pesquisadores vinculados à USP e Imperial College, a importância relativa entre os efeitos diretos da mineração e o agravamento das condições superficiais ainda não pode ser avaliada com precisão.

Nesse período de 29 dias, os senhores fizeram relatórios empíricos ou teóricos?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Foi um relatório baseado em dados de sondagem e em dados coletados pelas estações sismográficas, por exemplo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem fez essa sondagem? Quem coletou esses dados?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Os dados foram fornecidos pela Braskem. São dados de sondagem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dados fornecidos pela Braskem.

O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Professor, a empresa interessada que não se criasse nenhum tipo de ruído com a Braskem, ela fornece um dado? Não havia uma desconfiança dos senhores?

O senhor é professor. Primeiro, que é tipo você ir ao IML e uma pessoa fazer um trabalho legista e mandar outro médico assinar por ela. Ela não assina como legista. Não era para vocês terem feito esse trabalho, para depois realmente fazer um laudo baseado naquilo que vocês tinham feito o trabalho, e não receber da empresa os dados que poderiam ser dados falhos, e vocês, baseados nos dados falhos, terem que dar um parecer sobre isso?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, a gente sempre supôs que todos os dados que a gente precisasse a Braskem estaria fornecendo, e não houve nunca nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Desconfiança.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – ... desconfiança de má-fé.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

Presidente, é...

Prof. Marcelo Sousa, quais levantamentos de campo os senhores realizaram ou solicitaram para que a Braskem fizesse entre 2019 e 2020, período em que elaboraram dois relatórios?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, a gente reforçou a necessidade de implantação de uma rede sismográfica.

Na época em que a gente fez o primeiro relatório, já havia uma rede sismográfica preliminar implantada pela Defesa Civil junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e a gente reforçou a recomendação de que deveria ter uma rede sismográfica maior, inclusive com sensores em profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não estava no início aqui. O senhor me desculpe, professor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi em 2019.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só em 2019.

O senhor é professor de Física e...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Professor de Geologia, não é?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Geofísica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Geofísica. Geofísica. E é de uma universidade das mais conceituadas do Brasil.

Se esse trabalho que vocês fizeram em 2019... Se essas medidas que vocês pediram para serem tomadas tivessem sido tomadas bem antes, que era uma obrigação da empresa fazê-lo, nós chegaríamos ao ponto que nós chegamos lá em Maceió?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu não sei responder. Isso dependeria de quais dados iriam ter sido coletados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O que vocês pediram para ser feito em 2019?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Implantação dessa rede sismográfica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se tivesse sido implantada essa rede sismográfica em 2008, 2003, 2005, quando começou, e com a evolução tecnológica que existiu de lá pra cá, nós teríamos evitado esses desastres?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não sei se teríamos evitado, mas teríamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Detectado, pelo menos.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Teríamos detectado, possivelmente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, só para o senhor ter uma ideia, o Serviço Geológico do Brasil precisou gastar aproximadamente 15 milhões de orçamento para fazer levantamento de dados e, então, tirar aquelas conclusões que constam em seu relatório de 2019, ou seja, toda a coleta de dados do Serviço Geológico do Brasil foi feita pelo Serviço Geológico do Brasil, por empresas que foram contratadas por ele. Por eles ou pelo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Braskem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Pelo Serviço Geológico do Brasil.

E, nesse estudo para o qual o Prof. Marcelo Sousa foi contratado, mais quatro outros pesquisadores, a Braskem gastou 5 milhões e utilizaram os dados escolhidos da Braskem, ou dados fornecidos pela Braskem, e uma justificativa teórica basicamente para enfrentar um estudo robusto feito a partir de estudos de campo feitos por um instituto, pelo Serviço Geológico do Brasil, de forma independente, sem utilizar dados primários fornecidos pela Braskem. Portanto, um estudo muito mais robusto, de difícil contestação.

Então, é uma temeridade, na minha opinião, professor, contestar um estudo com dados primários coletados por quem fez o estudo, a partir de dados fornecidos pela empresa que pedia para que o estudo contratado pelo Serviço Geológico, em contrato... Pedia em contrato, Presidente, que fosse contestado o estudo feito pelo Serviço Geológico do Brasil. Portanto, uma temeridade para quem se dispõe a fazer esse serviço.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu discordo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro que o senhor vai discordar.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Primeiro, eu não acho que o nosso contrato exigia que a gente discordasse do relatório da CPRM. O nosso objetivo era fazer uma análise crítica do relatório. O relatório da CPRM tem muita coisa positiva, mas tinha também algumas falhas. A gente apontou essas falhas, tanto que a CPRM respondeu aos questionamentos e juntou mais dados. Por exemplo, você pode coletar um monte de dados, mas a interpretação pode ser... você pode ter interpretações diferentes para os mesmos tipos de dados. Algumas das interpretações da CPRM eram uma interpretação possível, entre outras, que também poderiam ter sido usadas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Professor, o senhor me desculpe, eu vou lhe dizer uma coisa. O senhor é geofísico, eu sou médico; o senhor é Doutor, eu sou Doutor por uma universidade coirmã da universidade do senhor, pela Unicamp. E o senhor sabe que, nas ciências naturais, a produção do conhecimento tem espaço para grandes questionamentos, mas, nas ciências naturais, o espaço para questionamento é muito pequeno, se a gente está trabalhando com questões que são decorrentes de modelos matemáticos muito precisos e muito objetivos. Então, essas margens são muito limitadas, quando se trata de ciências naturais. Então, o senhor me desculpe aqui a minha sinceridade...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, eu discordo. Tem muitos levantamentos geofísicos que podem ser interpretados de maneira diferente. Eu vou dar um exemplo...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor interpretou aqui neste caso?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não. Por exemplo. A CPRM falou que o sismo detectado era raso e isso era uma comprovação de que era um sismo induzido...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só, em 2019...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – ... de que não era sismo tectônico, por exemplo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, temos aqui... Todo sismo não é tectônico, ali claro não tem nenhuma placa, não tem acomodação, não tem pedra calcária. Vocês não fizeram nenhuma descrição do estudo geológico do terreno. Como pode ser afirmado isso por V. Sas., senhores pesquisadores, sem um estudo mais aprofundado da geologia do terreno? Vocês sequer consideraram...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu tenho 50 anos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não importa... Veja, aqui não vale a autoridade do tempo, porque eu tenho 37 anos na minha atividade, e isso não me coloca na posição de autoridade. A autoridade é o que está escrito...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é o estudo que foi feito, não a sua autoridade como pesquisador de 50 anos. Se o senhor botou no relatório um determinado conteúdo, é nele que nós vamos nos basear, e não na sua experiência de 50 anos, porque aí o senhor não está sendo correto, o senhor está abusando da condição de 50 anos de experiência para tentar mudar o foco. O foco aqui é o relatório em que vocês não observaram o estudo da década de 80 sobre a geologia do terreno. Não tem nenhuma menção a essa geologia do terreno. Então, por favor, vamos aqui a uma condição de paridade sobre o estudo, o que está em discussão é o estudo, e no estudo, em 2019, entre outras conclusões do seu estudo, destacamos o seguinte: "É correta a observação de que as ondas de superfície com grande amplitude sugerem profundidade rasa do sismo principal de 2018".

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – "O termo raso não foi qualificado – 100m, 1km –, mas isso não é argumento suficiente para se concluir que o sismo tenha sido induzido, uma vez que os sismos naturais também podem ser rasos, com foco a menos de 1km de profundidade. Não se exclui o processo de instabilidade das minas, mas não é possível





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associá-lo pela grande profundidade às intensas deformações observadas em superfície. Por outro lado, o eventual processo de instabilidade pode ser estancado pela espessa camada de conglomerado conhecida ou por tensões horizontais do maciço". Que maciço, se vocês sequer observaram a geologia do terreno?

No estudo de 2020 foram as seguintes conclusões: "O evento de vazamento de pressão das cavernas incrementada, a movimentação das falhas, principalmente aquelas localizadas no sal, deflagrada sua reativação, possibilita a ocorrência de instabilidade das cavernas. A instabilidade não foi explorada nesta análise. Esta conclusão se apoia na análise dos deslocamentos da energia dissipada nas falhas. O acréscimo de energia decorrente do vazamento de salmoura pressurizada das cavernas dissipada nas falhas do sal, em sua porção que penetra nos sedimentos, é expressa e pode justificar a ocorrência de sismos. A importância relativa entre os efeitos diretos da mineração e o agravamento das condições superficiais ainda não podem ser avaliados com precisão na região imediatamente próxima e acima das minas. A alta subsidência, cerca de 50 centímetros em três anos, observada na superfície, pode ser explicada por diversos fatores, como, por exemplo, colapso de cavernas em estratos solúveis dentro e em cima do sal. No entanto, alguns modelos geomecânicos complexos, incluindo a interação de estratos solúveis com falhas locais e altas tensões neotectônicas, podem potencialmente explicar a subsidência observada no Mutange e eventualmente os deslocamentos horizontais medidos em Pinheiros".

Pergunto-lhe: o que mudou neste período de um ano? O que ocorreu para justificar afirmações tão significativamente distintas sobre as mesmas bases de dados?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Foi que na época do relatório existiam várias hipóteses diferentes que poderiam ser usadas para justificar a subsidência e as trincas no bairro de Pinheiros. Com o avanço dos estudos, com a análise dos sismos e também com a análise mais detalhada da subsidência, a gente foi verificando que realmente a movimentação na camada de sal era a hipótese mais provável. Mas uma coisa é, por exemplo, a CPRM dizer que o levantamento gravimétrico é compatível com a ideia de a subsidência ter sido provocada pelo desabamento da camada de sal, uma coisa é um dado ser compatível com uma hipótese, outra coisa diferente é um dado comprovar aquela hipótese.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu também diria: uma coisa é ter dados primários colhidos no local, outra coisa é receber dados produzidos ou seletivamente entregues aos pesquisadores que fizeram o relatório. Isso também pode ter interferido na definição do resultado do estudo que V. Sas. conduziram.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só uma pergunta aqui. *(Fora do microfone.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseado nos dados do DNPM, de furo de sondagem, indicava-se que o conglomerado que estava acima do sal não era maciço, correto?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Essa parte de geotecnia não é minha especialidade, mas eu sei que há inúmeras sondagens, essa pode ter sido uma e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso está aqui, nos modelos simulados no estudo de 2020. Não foi utilizado dado real sobre as cavidades que já tinham ultrapassado o sal. Baseado nisso, não foram usados esses dados reais nesse estudo, por considerar que não escapariam do sal. A probabilidade de o terremoto ser associado era diminuta.

Por que não utilizar os dados reais das cavidades para essas simulações? O senhor está dizendo que não é a sua especialidade isso.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, não é a minha especialidade essa parte de geomecânica de rochas e de geologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Porque, das pessoas que a gente tem ouvido aqui, Professor, o que mais nos chama a atenção são profissionais que têm uma experiência, como o senhor tem, de 50 anos, confiarem nos dados dados pela empresa que os contrata, sem olhar que poderia ter ou não má-fé.

Eu não estou aqui fazendo um juízo de valor – vamos logo deixar muito claro isso –, mas, quando a gente vai tratar de um assunto tão sério, o material a ser colhido tinha que ser o material colhido por vocês e não pela empresa, porque aí, o relatório que você vai entregar pode estar totalmente deturpado.

O senhor concorda comigo?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, quer dizer, eu tenho que partir do princípio de que a empresa está sendo honesta comigo. Eu não posso suspeitar que ela está sendo parcial, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – ... tudo o que a gente pediu a Braskem forneceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou dizendo... Hoje eu estou lhe afirmando, eu estou lhe dizendo, pelos dados que nós temos aqui, que realmente ela tinha que dar uma satisfação ou para a lavra ou para adiantamentos, não é? Porque,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde a primeira pessoa que nós ouvimos aqui, a gente está percebendo que houve aí uma série de erros, talvez induzindo vocês ao erro. É o que eu estou entendendo.

Eu não quero aqui falar do seu trabalho, da sua experiência. Nós estamos falando especificamente sobre esse caso e não o que o senhor fez ou vai fazer ainda – e tomara que faça por muito tempo –, porque, se tem uma coisa em que eu e o Rogério apostamos é na ciência. E apostamos muito na ciência. Nós acreditamos na ciência. Nós não falamos da boca para fora. A gente trabalhou aqui em outras investigações, sempre confiando na ciência.

Mas que fique um alerta – e acho que isso aí é importante no relatório final –: não dá para confiar em dados fornecidos pela empresa, para que vocês deem um laudo e depois assinem o nome de vocês, porque, depois, pode o tiro sair pela culatra: mostrar que realmente os dados que foram passados da empresa para vocês eram dados que beneficiariam a empresa e prejudicariam a população que mora naquela localidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, Presidente, só dizer o seguinte: o estudo que foi feito pelo Serviço Geológico do Brasil levou 11 meses; o estudo feito pelos professores, 29 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim, eles já tinham todos...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPTÃO – Não, a gente já tinha os dados, a gente já tinha feito visitas à mina antes de iniciar o contrato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É isso que eu estou complementando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, e veja bem, por isso mesmo. Se uma leva 11 meses, é porque ela foi colher o material – você está me entendendo? – e uma série de coisas. Vocês pegaram o material e fizeram uma análise do material que foi entregue.

Se eu entregar para o senhor um exame de sangue que não tenha problema nenhum e o senhor for analisar o sangue de uma pessoa, se for o meu, vai dar um resultado; se for o dele, vai dar outro resultado. Então, veja bem, conforme o interesse da pessoa para que se dê uma análise do sangue, você dá o sangue que não tenha problema nenhum para você dizer: "Não, nesse sangue aqui, não tem problema. Você não tem glicose alta, você não tem isso, você não tem aquilo, você não tem aquilo".

Então, o que eu estou entendendo... E aí eu o estou mais defendendo do que dizendo que o senhor tem responsabilidade. O senhor tem responsabilidade técnica de assinar um laudo baseado naquilo que lhe foi entregue. E isso é muito perigoso – é muito perigoso isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Na minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós estamos tendo muito problema no Brasil...

Veja bem, eu já falei isso aqui e vou falar para o senhor.

Em 1970, eu morava numa cidade no interior do Peru e no departamento de Ancash teve um terremoto, morreram 70 mil pessoas – morreram 70 mil pessoas!

Felizmente, não morreu ninguém da minha família, mas nós perdemos tudo. Eu sei o que é um terremoto, eu sei o desespero que é isso, eu sei o que é você abrir valas para enterrar pessoas e, graças a Deus, isso não aconteceu lá em Maceió, não houve perda. Houve perda material, psicológica, perda do habitar das pessoas, houve pessoas que... Teve o depoimento aqui de um professor que perdeu toda a biblioteca de uma vida nisso e isso baseado... As únicas pessoas que não tinham responsabilidade nenhuma era quem morava ali. Eles já estavam morando lá, ou foram morar lá, acreditando que eles estavam numa área segura...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Protegidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e aconteceu isso.

E é de se estranhar que a Prefeitura receba um valor de indenização de praticamente o que ela tem de orçamento no ano, praticamente isso. Recebe R\$1,7 bilhão, enquanto a indenização dessas famílias não chegou a R\$4 bilhões. Proporcionalmente, a Prefeitura recebe muito mais do que 15 mil, 19 mil famílias que foram vitimadas.

Então, o nosso trabalho aqui é, lógico, apurar isso, fazer justiça a essas famílias, fazer justiça a quem tem direito a essa justiça, mas também prevenir futuramente novas análises, porque nós temos um país que tem uma...

O meu estado, por exemplo, tem urânio, tem potássio, uma das maiores minas de potássio é no Estado do Amazonas, uma das maiores minas. Lá tem cassiterita, lá tem ouro, tudo o que o senhor possa imaginar de minério tem no meu estado. Lógico que, por questões ambientais, por questões de nós respeitarmos a população indígena que está morando nessas áreas, nós temos dificuldades de exploração.

Nós temos ali... Tem petróleo, gás em quantidade abundante, petróleo, mas isso, para mim, é uma preocupação para que a gente saia daqui com um relatório e que as agências reguladoras mudem o comportamento delas em relação às lavras que são dadas sem você fazer o estudo, porque se eu fosse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar uma lavra baseado no que o primeiro depoente falou aqui, eu não daria lavra, porque ele não assina o relatório técnico, eles não fizeram o relatório, pedi aqui que essa empresa francesa se tornasse inidônea no país, não trabalhasse. Quero comunicar ao Governo francês a empresa que tem e tem uma empresa alemã também que vai sofrer, são dois países que gostam de dar aula para o mundo em relação ao ambiental, querem dar aula para o Brasil de como nós devemos nos comportar na questão ambiental. Eles dão uma contribuição para o Fundo da Amazônia e acham que nós temos a obrigação de nomear ministro que eles querem, porque a questão ambiental no Brasil é uma questão séria hoje. Todo mundo olha para o Brasil como se nós tivéssemos todas as responsabilidades, nos impõem certas condições, mas o que parte deles pra cá é aquilo que há de pior.

A primeira empresa, nem lembro o nome da empresa, mas já falamos sobre isso...

Por isso, Professor, a questão é a seguinte, se o senhor foi induzido ao erro ou os professores, os técnicos que trabalharam nesse, baseado em dado da Braskem, isso é uma questão muito séria para a gente.

Eu acho que esse *modus operandi* tem que mudar. Tanto é que uma demora 11 meses e vocês demoraram menos de um mês para dar um...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu não acredito que a gente tenha sido induzido a erro. Os 11 meses que a CPRM levou é porque ela tinha que ir ao campo, tinha que fazer levantamento físico, levantamento eletromagnético e isso demora tempo.

A gente teve acesso aos relatórios, aos dados e não competia ao nosso grupo ir no campo e fazer levantamentos. A gente tinha dados suficientes da própria Braskem, assim como dados públicos, para fazer as nossas análises.

O relatório da CPRM, por exemplo, tinha, no nosso ver, um problema que, se você faz uma acusação para uma empresa de um problema tão grave, você tem obrigação de colocar todos os dados com o maior detalhe possível e explicando realmente causa e efeito. O relatório da CPRM apontava vários fatores que indicavam que o problema foi causado pelas minas, por exemplo, a subsidência detectada por satélite e a localização de alguns tremores, mas tinha outros argumentos que simplesmente diziam que tal dado é compatível com o fato de o sismo ser induzido. Ser compatível com o sismo induzido tem o mesmo valor você dizer que também é compatível com ser um sismo de origem natural.

Esse foi o nosso argumento para a CPRM melhorar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., mas vamos aqui a alguma... Em 2020, os senhores recepcionaram algumas hipóteses levantadas pelo Serviço Geológico do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, apresentam conclusões que acredito serem infundadas pelos fatos e dados existentes à época, ou mesmo incoerentes com o que observamos ao longo dos últimos anos. Pergunto, então: como o senhor explica a sua afirmação de efeito majoritário de neotectônica e subsidiariamente o efeito da mineração naquele local?

Veja, a mineração é subsidiária; a neotectônica majoritária. É isso que está em discussão aqui para poder a gente... Como é que o senhor justifica isso baseado nos dados, mesmo depois do relatório do Serviço Geológico do Brasil?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Mesmo quando há sismos induzidos por mineração ou por algum outro efeito, os sismos ocorrem também por razões de tensões geológicas que são naturais. Então, é a soma de condições geológicas favoráveis mais o efeito das minas ou de qualquer que seja.

Então, por exemplo, quando a CPRM falava que o sismo foi raso, então isso é evidência de que foi induzido pela mina. Isso é compatível com o fato de ser induzido pela mina, mas não é uma prova, já que sismos podem ocorrer naturalmente. Alagoas é um estado que tem muitos tremores de terra, todo mês treme em alguma cidadezinha. Você pode ter tremores de terra naturais que também são rasos.

Então, você afirmar que o sismo é raso, portanto comprova que é um sismo induzido, isso é uma possibilidade, mas não é uma prova. Esse foi o nosso questionamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito, mas o senhor então não considerou as condições objetivas de todo o estudo que foi feito, que tinha 35 cavas, que tinham cavas que já não tinham mais área de sustentação entre uma cava e outra, os 150m que eram exigidos no plano de aproveitamento da mina; não considerou que várias minas não tinham mais a camada superior de sal, que, em algumas minas, já tinha ocorrido... Como é que chama quando a mina sobe? Quando a mina sobe, como é que chama o termo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A mina sobe...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando a mina sobe.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Halocinese. Várias minas...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, não; não é halocinese.

A mina vai dissolvendo sal, então o topo da mina pode ir subindo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, exatamente. Ela vai subindo.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A mina sobe. Várias minas já estavam em processo de ascensão, de subir, porque estavam...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E aí isso vai causando a subsidência, certo? Tudo isso já estava acontecendo naquela área há mais de uma década. Já tinha informações de que várias minas já tinham sofrido dolinamento – três minas pelo menos. Todas essas informações estavam disponíveis, certo?

A neotectônica e os fatores de escoamento superficial de águas pluviais afetavam apenas aqueles bairros que estavam sobre a área de mineração da Braskem? Foi isso que o senhor afirmou?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, não afirmei isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Na sua avaliação, o conglomerado de capa da formação salina funcionaria como anteparo?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, essa é a parte de geotecnia, que é dos meus colegas, que eu não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor participou do...

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Sim, eu participei. Cada um fez a sua parte. Agora, havia várias sondagens por furo e, que eu me lembre, nunca lembro de ter visto que uma camada não era competente o suficiente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esses dados não seriam contraditórios com os dados de furo de sondagem existentes à época da elaboração do relatório?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, eu não tenho conhecimento desses outros dados aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É uma pena, porque, para poder afirmar... Da mesma forma que o senhor diz que não pode fazer uma afirmação sobre o movimento neotectônico a partir de uma atividade de mineração, também não pode fazer uma afirmação sem levar em consideração de que não é, sem levar em consideração esse conjunto de eventos que estavam acontecendo na área. Por isso que eu disse que nas ciências naturais a margem para que a gente possa ter interpretação é muito pequena – muito pequena. Seus argumentos foram os mesmos, Prof. Marcelo Sousa de Assumpção: os seus argumentos foram os mesmos utilizados pelo então Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, o Sr. Victor Bicca, que tentavam, por meio de argumento de autoridade governamental e da academia, desqualificar o trabalho de 53 pesquisadores em geociências do serviço público.

O senhor foi usado ou fez isso em pleno uso de suas faculdades morais?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu reafirmo que eu trabalhei eticamente. Analisei o relatório da CPRM na parte de simbologia, tentando ver que pontos eram favoráveis à hipótese da CPRM e quais argumentos da CPRM não eram justificáveis. E foi isso que a gente colocou no relatório.

Havia várias afirmações no relatório da CPRM que eram apenas uma hipótese possível, mas não eram uma comprovação. Essa foi a tônica do trabalho. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

Eu queria... Veja só, professor, eu quero dizer que este relatório, a que a sua história e a história dos seus colegas emprestaram legitimidade pela trajetória acadêmica, serviu de argumento, por pelo menos três anos, dois anos ou mais, para que a empresa assumisse a responsabilidade sobre os danos causados à população moradora daquela região. Isso é muito grave, baseado em análise de alguns pontos de um relatório feito por 53 geocientistas ou especialistas em geociência que fizeram o estudo de campo, que fizeram todo o trabalho, não com dados informados pela empresa, mas dados coletados primariamente. E vocês fizeram uma contestação para oferecer à empresa um argumento que foi utilizado pela empresa para obstruir, para induzir uma determinada forma de interpretação sobre o evento; evento que já se sabia pelo próprio Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, porque foi informado que as cavernas estavam se juntando. Se as cavernas se juntam a 1,2 mil metros, duas, três cavernas ou cavas, imagine o risco de dolinamento – não é isso?, de dolinamento, imagine as condições objetivas!

Então, por isso que digo que, nas ciências naturais, um estudo bem-feito, criterioso, sem a intenção de estabelecer a vitória de uma tese, mas comprovar a tese a partir de dados objetivamente coletados, de forma primária, dá qualidade a esse estudo e a precisão desse estudo nas ciências





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturais. Agora, quando um estudo é contratado para contrapor outro estudo e, em 29 dias, nós temos um relatório que faz uma contestação de algo que levou 11 meses com 53 pesquisadores, ou é muita arrogância de quem está à frente desse estudo, ou é a própria venda da sua trajetória acadêmica a serviço de algo que não fez bem ao povo de Maceió e que não fez bem ao nosso país. Eu sinto muito ter que dizer isso para V. Sa. num momento como este. A esta altura, eu sei que o senhor já deve ter dado grandes contribuições acadêmicas, mas, neste caso, eu não posso falar outra coisa senão o eu que estou falando aqui, senão estaria sendo incorreto com a minha própria trajetória profissional, acadêmica e como político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho mais nada a perguntar.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu discordo, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpellar.) – Sr. Marcelo, agora, estamos em outro momento. As perguntas foram respondidas. Tivemos a última explanação do Relator.

E eu tenho apenas uma pergunta. Eu acompanhei atentamente as informações, também tive acesso a algumas outras informações e quero criar um raciocínio aqui para que o senhor, pela atuação que teve, deixe claro esse ponto. Em 2020, foi feita uma análise da área de influência da subsidência em Maceió, onde foi delimitada uma área de afetação dessa subsidência, área essa que, em uma grande parte, extrapolava o mapa que se tinha à época como o mapa de risco. Essa informação é muito importante, porque, com o tempo, com o passar do tempo e quando chegaram mais equipamentos de monitoramento, verificou que esse mapa, que essa área delimitada da análise de influência – e o senhor também participou desse trabalho – era realmente aquilo que a Braskem, em outro momento, quando o tempo passou e tivemos acesso a mais tecnologia, ficou configurado. Então, a minha pergunta é a seguinte: se o senhor, em uma época, conseguiu entregar um relatório demonstrando a área de subsidência através de um mapa, e esse mapa que foi feito nesse relatório era diferente daquele mapa com as informações passadas para os órgãos oficiais, a minha pergunta é se o senhor tinha mais informações, o senhor tinha recebido mais informações da Braskem do que a Braskem passou informações para os órgãos oficiais?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO (Para depor.) – Eu não tenho como responder, porque eu não participei da análise específica dessa área de influência. Isso foi feito por pessoal da Braskem e outras pessoas do nosso grupo, mas eu mesmo não tenho informações sobre exatamente como isso foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É, exatamente isso, porque a informação que consta é a informação exatamente do relatório, do relatório





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que... O senhor também, apesar de não ter sido o autor, fazia parte, acredito eu, dessa contratação específica, da análise de área de influência de subsidiária... ACCMS... Não é isso?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Isso. É o nome do nosso grupo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – O nome do grupo. Então, no nome do grupo de que o senhor faz parte e que foi contratado pela Braskem...

Resumindo e tentando traduzir novamente. Maceió inteira e as pessoas estavam trabalhando com um mapa de subsidiária, com um mapa de uma zona de risco específica, porque eram as informações que os órgãos de controle tinham. A empresa em que o senhor trabalha estava trabalhando com outra análise maior do que aquela que os órgãos de controle tinham. Então, para ter trabalhado com essa área, qual é o motivo de ter expandido e de não ter sido delimitado com as mesmas informações que os órgãos de controle tinham? Então, ou a empresa tinha alguma informação a mais ou teria alguma outra justificativa técnica para isso.

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Não, é que à medida que as investigações foram sendo feitas, mais dados foram sendo coletados, então, mais informações a gente tinha para poder delimitar uma área de influência maior com mais base de dados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É exatamente o inverso. A área que foi delimitada por essa análise de influência contratada pela empresa foi uma área grande, digamos assim. A área que estava sendo trabalhada pelos órgãos oficiais era uma área menor, ou seja, por que vocês estavam trabalhando numa área maior, e conseguiu colocar isto em um relatório: que a área de influência era uma delimitação maior do que aquelas que estavam sendo trabalhadas naquele exato momento, em 2020, pelos órgãos oficiais?

O SR. MARCELO SOUSA DE ASSUMPÇÃO – Eu não tenho como responder a essa pergunta. Eu não sei exatamente quais os dados que foram usados pelos órgãos periciais na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Fala da Presidência.) – Porque nessa análise – inclusive, a pergunta do Presidente, do Relator foi respondida como que o senhor trabalhou com as informações que a Braskem passou, então, trabalhava em cima das informações da Braskem que estavam sendo passadas para as empresas –, neste caso específico, a empresa de que o senhor foi contratado, de que fazia parte ali. E é isto que nós estamos aqui... Não é tentando buscar a sua responsabilidade, neste momento, com essa minha pergunta, mas, diante de todo o contexto de uma construção daquilo que está sendo demonstrado depoimento por depoimento, de que a Braskem tinha, sim, informações que não foram disponibilizadas à época para os órgãos competentes que poderiam ter tranquilizado a vida de muitas pessoas que sofreram, e sofrem ainda, naquela região. Por sonegar essas informações – e, aqui, Sr. Relator, tenho certeza de que não foi por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprudência, por imperícia, por negligência, nem por incompetência –, está sendo demonstrada a falta de transparência, está sendo demonstrado aqui o dolo da empresa.

Então, se, em algum momento, eu tivesse a informação de que o senhor, como empresa, tinha informações recebidas pela Braskem, e a Braskem passava a informação para quem ela contratava para saber a real situação, no entanto, para aqueles órgãos de controle que poderiam passar as informações para salvar a vida das pessoas, ela passava uma informação diferente, isso é algo muito grave. Isso é um crime intencional que faz com que se configure mais um dolo cometido pela empresa.

Então, é com essa informação que o senhor pode contribuir aqui com o Estado de Alagoas, com as pessoas. E eu vou solicitar, inclusive, formalmente, até à própria empresa que demonstre, naquele exato momento, quais informações, já que se baseiam nas informações da própria Braskem, foram passadas para que se emitisse, em setembro de 2020, um mapa de risco, um mapa de subsidiência, um mapa de análise de influência dessa subsidiência maior, porque esse aqui não era divulgado, esse laudo aqui da Braskem não era o que era divulgado; o que era divulgado era o dos órgão de controle, que divulgava aquelas informações que recebiam porque não tinham ainda os equipamentos. Foi a resposta que o senhor me disse, mas essa resposta serve para os órgãos de controle, serve para a defesa civil, que não tinha equipamentos.

Então, é inacreditável, é impossível imaginar que, realmente, por ter toda a tecnologia possível e acesso à informação, a Braskem, que, aqui, durante todo esse período, negou sua responsabilidade, tinha, sim, essas informações.

Então, esta CPI está indo nessa linha.

Para o senhor ter uma ideia da gravidade de tudo que nós estamos falando, a transparência é a maior proteção que se pode ter. Então, como estava tudo obscuro, e esta CPI começa a colocar luz, pela primeira vez, depois de cinco anos, chega a empresa aqui, nesta mesa para dizer que tem, sim, responsabilidade, que foi a culpada pelo que aconteceu em Maceió. Sendo assim, configurado o dolo, não é só reconhecer a sua culpa, mas ter identificado a sua má-fé, ter identificado a sua busca por passar informações falsas, subterfúgios, para enganar as pessoas ou diminuir a sua responsabilidade, faz com que a gente olhe com outros olhos em um relatório que será construído pelo Relator na parte também de um indiciamento, de uma linha criminal, buscando essa responsabilidade pelo dolo, mas também buscando um dos principais objetivos da minha participação aqui, que é uma indenização justa para as pessoas.

Então, o senhor tem 50 anos de profissão, é uma referência, sem dúvida nenhuma, na área, e essa informação aqui eu peço para que também, junto com os outros da empresa, preste com a maior lisura possível, celeridade, ética, decência, como foi falado aqui, pelo senhor, em alguns momentos, para que a gente possa buscar uma solução, buscar um caminho real do que aconteceu e ainda acontece em um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, que é o estado que mais tem pessoas passando fome neste país, mas é uma estado em que, infelizmente, algumas pessoas foram domesticadas, como já tentaram colocar antes do início deste trabalho e, infelizmente, o resultado está aí, visto.

Então, solicito aqui para que seja feita essa formalização, ao passo que o Relator já finalizou, nós finalizamos aqui a terceira oitiva com o Sr. Marcelo.

Agradeço a participação e aguardo o retorno dessa informação também.

Ao passo que eu coloco em votação a Ata da 12ª Reunião, solicitando aqui a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada, informando que a próxima reunião desta Comissão será realizada dia 7, às 9h. Inclusive, eu conversei com o Presidente; ele falou que, dia 8, de fato, estará em Maceió. Então, não sei se realmente será dia 7 e dia 8 lá. O Relator, não, o Presidente.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço aqui a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e nove minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Dr. Hiran, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Rodrigo Cunha, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Cid Gomes, Wellington Fagundes e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva. Finalidade: Oitivas de Paulo Roberto Cabral de Melo (engenheiro e responsável técnico da Braskem) e Thales de Queiroz Sampaio (servidor aposentado do Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM). Oitiva do Paulo Roberto Cabral de Melo, em atendimento ao requerimento 91/2024; do Thales de Queiroz Sampaio, em atendimento ao requerimento 136/2024. Resultado: Realizada a oitiva do sr. Thales de Queiroz Sampaio. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 150 de 2024 que: "Convoca o Senhor Héctor Nuñez, Diretor-Presidente da Novonor S.A." Autoria: Senador Omar Aziz. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 151 de 2024 que: "Requisita da Braskem todos os estudos, e contratos relacionados, elaborados pela empresa TPF Engenharia no âmbito do acordo socioambiental." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 152 de 2024 que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático (Google, Meta, Whatsapp e Apple) no período de 1º/1/2005 a 6/5/2024 e transferência de sigilo bancário e fiscal no período de 1º/1/1976 a 6/5/2024 de Paulo Roberto Cabral de Melo." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI DA BRASKEM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia. Havendo o número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem, decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se ao depoimento dos Srs. Paulo Roberto Cabral de Melo, engenheiro e responsável técnico da Braskem, e Thales de Queiroz Sampaio, ex-Diretor do Serviço Geológico do Brasil, e à apreciação dos requerimentos constantes da parte deliberativa dessa pauta.

Do Sr. Paulo Roberto Cabral de Melo, foi informado à Comissão, com o seguinte teor: "Concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*". Ele pediu *habeas corpus* para não comparecer; foi concedido parcialmente. Ele tem o direito de ficar calado, se não quiser responder, mas tem que comparecer.

A advogada informou a esta Comissão que, primeiro, não poderia vir por causa de questões de saúde, e isso não era uma justificativa, até porque não se justifica a questão de saúde pelo telefone. Depois entrou com *habeas corpus*, e esse *habeas corpus* foi o Ministro Alexandre Moraes que concedeu parcialmente, parcialmente no sentido de que ele poderia se calar na CPI, não falar aquilo que pudesse comprometê-lo, que é um direito que ele tem, como qualquer cidadão brasileiro tem, mas que era favorável ao comparecimento.

Ele não compareceu e ele será... ele virá na semana que vem, sob vara, por ter se ausentado da CPI. Então, na semana que vem, o Sr. Paulo Roberto estará aqui, e a gente vai tomar as providências jurídicas e legais para que ele venha depor e falar sobre as questões que interessam à CPI.

Então, chamo aqui o Sr. Thales, para que possa sentar aqui, por favor. O senhor Thales já esteve aqui com a gente. (Pausa.)

Eu irei, antes de passar ao Relator para fazer as perguntas, até porque o Sr. Thales, na última vez em que esteve aqui, já fez uma exposição do que... do conhecimento dele em relação a isso.

Mas hoje nós estamos vivendo um momento difícil no Brasil, o Rio Grande do Sul vive uma tragédia, e a obrigação de todos nós, brasileiros, de norte a sul deste país, norte e nordeste – que sofrem também com cheias, com secas –, e hoje é um estado irmão, que é o Rio Grande do Sul, nossa solidariedade e o esforço que o Congresso irá fazer, para que a gente possa facilitar e salvar vidas naquele estado, que é um estado irmão.

Eu, que morei em Cacequi, uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, tenho um apreço muito grande por aquele estado, como todos nós, Senadores, temos, e é obrigação.

Vi hoje, de manhã, o Presidente Rodrigo Pacheco dando uma entrevista numa emissora de televisão, falando sobre esse assunto, o que o Congresso pretende fazer, e, nesse momento, não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem questões partidárias, e sim a solidariedade de pessoas que são irmãos brasileiros, e nós temos todo o dever e obrigação de contribuir, para que eles tenham um reerguimento.

O Rio Grande do Sul tem mais de trezentos e poucos municípios com enchentes, onde pessoas perderam tudo.

Eu sei o que é perder tudo, em poucos segundos. Eu passei por um terremoto na década de 70, no Peru, onde eu morava, e lá morreram 70 mil pessoas num dia, na cidade em que eu morava, Senador Rogério Carvalho, e você perde absolutamente tudo aquilo que você construiu na vida. Para reconstruir as coisas, é mais difícil. Destruir algo é fácil, mas construir sempre é com muita dificuldade. E este Parlamento tem essa obrigação de fazer aquilo que for possível para ajudar os nossos irmãos gaúchos, que vivem um momento terrível. Para quem já passou por destruição...

E esta CPI mesma está investigando um caso em que pessoas perderam o seu *habitat*. Felizmente, não se perdeu vida, mas se perdeu uma vida toda que morou ali naquela localidade, e a obrigação é a gente aprofundar essas investigações e ter um relatório que possa fazer justiça àqueles que estão sendo injustiçados nesse momento.

Passo a palavra ao Relator, Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero somar à sua manifestação.

Da mesma forma, eu também, durante dez anos da minha vida, trabalhei como pesquisador no Centro de Pesquisas da Universidade Federal de Pelotas, Centro de Epidemiologia, e conheço bastante o Rio Grande do Sul, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Canoas, Serra Gaúcha... Então, foram dez anos de convivência com o povo gaúcho e com o Rio Grande do Sul.

Então, todos nós estamos bastante empenhados e à disposição para votarmos o que for necessário para facilitar a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul aqui no Congresso Nacional.

Como disse V. Exa., somos todos irmãos, irmãs, e todos empenhados em promover o bem-estar de todos os brasileiros, principalmente num momento de sofrimento como este.

Sr. Presidente, a ideia que o senhor já propôs é de que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ele vai mostrar dois eslaides, e eu não sei se é necessário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sei, talvez... Eu não sei se é necessário, Thales, se tem... Além daquilo que você já apresentou da última vez,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

poderia, nas perguntas que nós vamos fazer, você complementar aquilo que foi a sua primeira vinda aqui. Acho que hoje é um dia para a gente complementar algumas informações depois de termos tido acesso a toda a documentação, de termos tido acesso aos trabalhos realizados por outros institutos com o objetivo até formal em contrato, até formalizado em contrato para contestar o estudo do Serviço Geológico do Brasil.

Então, a gente tem algumas questões a serem formuladas a V. Sa. que vão nos auxiliar na conformação do relatório final desta CPI. Então, se não for muito incômodo para V. Sa., eu preferiria já ir direto às questões para que o senhor possa falar um pouco com mais detalhes em alguns casos, para que a gente possa dar a concretude a uma série de dúvidas que ainda pairam na conformação do relatório final. Pode ser assim?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sem dúvida, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado. Então, vamos adiante.

Todos os planos de aproveitamento econômico da jazida, os PAEs de 1977, de 2003 e de 2013, passaram pelo crivo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e foram elaborados pelo mesmo profissional e responsável técnico, o engenheiro de minas, Sr. Paulo Cabral, que se negou a vir hoje aqui na CPI, Presidente.

Sabemos que os planos previam parâmetros mínimos de segurança para a operação, como dimensões máximas das cavas, distância mínima entre elas, necessidade de manutenção de coluna de óleo para prevenção da queda ou dissolução da parte superior da cava, além da obrigação de realizar monitoramento continuado por meio de sonares, pelo menos uma vez ao ano. Veja, em todas as cavas, deveria ser feito isso.

Pois bem, eu pergunto ao senhor: esses parâmetros de segurança referenciados nos planos de aproveitamento de minas que acabei de citar – distância mínima entre cavas, diâmetro máximo de cava, coluna de óleo para proteção do teto e realização de sondagens periódicas por meio de sonar – são essenciais e capazes de garantir uma lavra adequada?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO (Para depor.) – Senador, bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Rodrigo Cunha, o Senador Rogério Cabral e o Senador Omar Aziz.

Esses planos elaborados pelo engenheiro de minas Paulo Cabral – que eu conheço, é um profissional conceituado – por si só não garantiriam a exploração da lavra de forma sustentável, porque nesses planos faltou... Eu não tenho acesso a toda essa documentação, mas o que faltou? Faltou a parte de monitoramento, a parte de monitorar constantemente, por vários métodos e não só os métodos de pressurização das cavidades, mas vários métodos que hoje estão sendo utilizados em Maceió, para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you could know if there was any deformation on the surface resulting from what was being done between 1,2 mil e 900m de profundidade. É claro que, se esses planos tivessem sido seguidos *pari passu*, é muito provável que não estivesse acontecendo o que está acontecendo hoje, porque eles veriam alguma anomalia e aquilo ali teria remédio àquela época, se fossem vistas. A questão é que a lavra não foi desenvolvida conforme os planos que foram elaborados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

Podemos dizer que essas experiências que... O senhor chegou a estudar casos e eventos de acidentes e desastres ocorridos em operações similares em outras regiões do mundo?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – A gente tem na nossa bibliografia – e apresentamos isso não só para a Braskem, mas para a Agência Nacional de Mineração, para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, enfim, para diversas autoridades – casos de problemas em lavras de sal, começando lá no final dos anos 1800 até 2015, problemas em todo o mundo, inclusive com exemplos. Na apresentação que eu fiz da vez passada, a gente acabou demorando em alguns aspectos, mas naquela apresentação tem vários exemplos de problemas na superfície, inclusive com subida e abertura de *sinkholes*, em mineração de lava.

Eu vi aqui no depoimento do Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, e não sei se compreendi bem, ele dizer que era um caso único no mundo. Não, não é um caso único no mundo; a literatura técnica tem milhares de casos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não só não é, como na Bahia a gente viu...

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sim, na Bahia está lá o *sinkhole*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho aqui. Antes de iniciar, eu teria que ter pedido o termo de compromisso de V. Sa.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Prometo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Eu queria só esclarecer o Sr. Thales de Queiroz sobre essa questão.

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, o senhor já afirmou aqui, tanto na primeira como nessa segunda oitiva, que há vários relatos na bibliografia de que uma lavra ambiciosa, uma lavra sem os devidos cuidados técnicos na sua exploração pode produzir subsidência, dolinamento e até *sinkhole*. Isso a bibliografia já aponta e apontava. O senhor considera, em relação a essa atividade minerária de lavras de sal-gema, como uma atividade que está atrasada em termos, no Brasil inteiro, em todas as minas em que a gente está agindo de forma descuidada, de que a gente está tendo essa lavra predatória para além do que aconteceu, que é esse desastre em Maceió? Em outras lavras, porque nós temos, por exemplo, em Sergipe, nós temos na Bahia, nós temos em outros estados a lavra de sal ou de algum minério extraído do sal. O senhor acredita que essas lavras estão ocorrendo de forma também ambiciosa?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, do ponto de vista de Maceió, eu conheço muito bem tudo que aconteceu em Maceió, liderei uma equipe de 52 pesquisadores que se empenharam, ao longo de praticamente dois anos, em compreender e em concluir o que está acontecendo em Maceió, enfim, que tudo que está acontecendo em Maceió, em todos os bairros, é decorrente da mineração de sal.

Do ponto de vista da Dow Química, na ilha de Matarandiba, na Bahia, tem um *sinkhole* lá, que inclusive está crescendo. Na abertura, ele tinha... De cabeça aqui, eu me lembro de 70m no diâmetro maior, 40 de profundidade, 30 de profundidade, 40 de largura. Hoje ele já passa de 110m e continua abrindo. E não há dúvidas... Claro que não é uma área habitada; por isso, a gente não teve grandes problemas, mas não há dúvida de que não foi feito corretamente. Você não pode deixar abrir um *sinkhole*. Mas, se vai haver um *sinkhole*, primeiro é preciso evitar a todo custo, porque existe um impacto ambiental. Mas certamente a Dow Química não trabalhou de forma a evitar o surgimento desse *sinkhole*, ou seja, houve desmoronamento.

Com relação às outras, Senador, eu tenho pouquíssimo conhecimento e eu não gostaria de opinar sobre isso, mas acho que esse momento deve ser de exemplo pra todas – na verdade, pra toda a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineração do país, que é importantíssima. Nós não vivemos sem mineração. Não há como a civilização humana sobreviver sem mineração, mas há como fazer mineração de forma responsável, sustentável e que precisa ser feita.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão que pra mim parece muito importante e que, ao longo da CPI, vai ficando cada vez mais evidente é que o sistema de monitoramento, de regulação é, de certa maneira, comandado e controlado pela própria mineradora.

Ao que nós tivemos acesso, a própria mineradora contrata os estudos, apresenta aos órgãos que autorizam a lavra, que autorizam e dão licença ambiental. O senhor não acha que uma atividade tão relevante deveria ter uma definição ou uma escala de risco por atividade e, dependendo do risco, essa avaliação ser externa às empresas, por uma questão de segurança? Que o sistema regulatório pudesse ter autonomia, contar com o que foi feito em 2018? Não deveria ser a regra? O que foi feito em 2018 ser feito regularmente, em algumas atividades de mineração de maior risco de dano ao meio ambiente, de dano à sociedade, de dano ao clima, de dano geral, como aconteceu em Maceió? Não seria o caminho mais correto uma instituição do tipo Serviço Geológico do Brasil ter várias instituições contratadas por ela para fazer esses estudos sobre as áreas de maior risco, atividade minerária de maior risco? Não seria este o melhor caminho, em vez de a gente ter a própria empresa contratando quem fará a sua avaliação e ela autodeclarando que está indo bem e tendo o aval, simplesmente uma ação cartorial dos órgãos de regulação?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, sem dúvida nenhuma. Eu acho um absurdo que em 2019 – e me perdoem aqueles do Ministério de Minas e Energia que não concordam – o Serviço Geológico do Brasil ter impedido de continuar os estudos, até porque a Braskem não admitia que o trabalho da gente estava correto, ela tentava por todos os meios, contratando alemães, franceses, americanos, por todos os meios desqualificar – na verdade, desqualificar – o Serviço Geológico do Brasil. Então, nós do Serviço Geológico do Brasil elaboramos um documento e dissemos tudo o que precisa ser feito. Aí isso não foi para a frente porque não tinha dinheiro? A gente está falando de um impacto em 60 mil pessoas, em vários bairros importantes da cidade de Maceió, tradicionais, o impacto na Lagoa Mundaú... Aí, de repente, não! Quem vai fazer os trabalhos é a Braskem? E, na verdade, a Braskem sonegava informação para o Serviço Geológico do Brasil e sonegou durante muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Solicitaram a paralisação de serviço lá alguma vez, Sr. Thales?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, quem solicita paralisação de serviço é a Agência Nacional de Mineração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, mas vocês prestam serviço para... O serviço é Serviço Geológico do Brasil, quer dizer, existe ali uma comunicação entre vocês, não tem? Ou não?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sim, sim. Sim, existia a comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas essa comunicação não foi feita à Agência Nacional de Mineração?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Várias vezes, Senador, todo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E recomendando que se parasse o serviço da Braskem lá?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Recomendamos... Recomendamos não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós temos esses documentos?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Nós, em várias apresentações para a Agência Nacional de Mineração...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque, se o senhor faz um serviço, e é recurso – Serviço Geológico brasileiro – do povo brasileiro, e tem um estudo em que o senhor está dizendo que há comprometimento, que vai haver problema, isso teria que ser repassado ao órgão acima do senhor, com uma recomendação escrita e assinada por vocês, dizendo: "Olha, a mina não tem condições de funcionar, porque vai ter colapso na mina". Isso não foi feito?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Isso foi feito em várias reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não em reuniões, mas por escrito tem alguma coisa?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, nos relatórios... A gente fazia relatórios mensais sobre o desenvolvimento do trabalho da gente. A partir de quando nós concluímos o que estava acontecendo... Isso foi... A gente recebeu o resultado da interferometria no final de fevereiro de 2019. A partir daquele momento, nós deixamos claro que havia risco para a população – havia risco para a população – e que providências imediatas deveriam ser tomadas para retirar a população e interromper completamente a exploração de sal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Isso já é em 2019?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Em 2019.

A gente iniciou o trabalho em março de 2018. E, assim, completamente a Braskem negando qualquer tipo de anomalia no trabalho dela. Então, assim, a gente tinha reunião com a Braskem: "Não, aqui está tudo certo, aqui está tudo o.k.". Então, assim, a gente teve que testar todas as hipóteses científicas para exaurir e dizer: "Não é problema geotécnico, não é problema da exploração de água subterrânea, não", ou seja, todas as hipóteses foram descartadas. A única hipótese que sobrou foi a hipótese do problema da desestabilidade das cavidades.

Aí a gente contratou a interferometria, que foi uma luta para contratar. Sei lá, um contrato de – eu não lembro aqui, mas vamos dizer – R\$2 milhões para fazer interferometria por satélite. E não é uma emissão de um satélite. Existe um radar acoplado ao satélite, e esse radar interferométrico manda ondas para o terreno e recebe de volta. E aí tem todo um processamento, que é bastante complicado, para se chegar a essa conclusão.

Então, nós estudamos qual organização no mundo que teria imagens de Maceió. E aí descobrimos que a empresa Telespazio, que tem uma filial no Brasil – ela é uma empresa italiana, a matriz é em Roma –, que essa empresa tinha imagens de Maceió, porque ela checava... Ela checa o radar dela, que está transportado por um satélite, em vários pontos da Terra. E um dos pontos que ela checava era em Maceió. Só que ela não processava, porque o processamento é muito caro. E aí a gente descobriu que ela tinha de 2015 até 2018.

Aí a gente contratou o trabalho de processamento dessas imagens. E, assim, são dias e noites para você conseguir processar essas imagens. E o resultado começou a sair em fevereiro. Aí não havia mais dúvida, a gente já tinha descartado todas as outras hipóteses.

Essa imagem, eu tenho essa imagem aí no eslaide, e essa imagem mostra claramente até onde vai a deformação do terreno em superfície – certo? – decorrente da mineração. E ela é clara, ela é óbvia. É desonestidade científica olhar para essa imagem e dizer que não há prova científica de que, por exemplo, área tal ou tal não foi impactada pela mineração. Eu vou mostrar isso muito claramente – se os senhores me permitirem –, mas vamos às perguntas e, no final, eu vou colocar essa imagem. A gente só precisa talvez de duas imagens, certo? Porque eu queria que os senhores – certo? – e aqueles que nos assistem, compreendessem completamente a importância da interferometria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor, com essa fala agora, o senhor está afirmando que houve lavra ambiciosa de sal-gema no subsolo de Maceió, praticada pela Braskem?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Houve lavra ambiciosa, negligente, imprudente, sem conhecimento adequado, certo? Os adjetivos aí são vários, Senadores, não é? O que o senhor conseguir de adjetivo – certo? – para dizer que foi feito incorretamente está válido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É óbvio que esse processo, a degradação pela negligência, ocorreu ao longo de décadas, não é?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso não aconteceu na última década, isso deve ter ocorrido ao longo de todo o processo de exploração sem respeitar os planos de aproveitamento de mina, não é?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Planos de aproveitamento econômico da mina, não é?

O senhor acredita que houve aquiescência, houve uma certa leniência, aquiescência com essa forma de atuação da Braskem pelos órgãos de regulação de mineração federal pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas... O Instituto do Meio Ambiente de Alagoas não é um órgão especializado em geologia ou em mineração. Ele tem que olhar os impactos ambientais.

Evidentemente – certo? – deve haver, com certeza, geólogo no Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. Aliás, tem que ter em todos, pelo amor de Deus. Ele tinha acesso a esses dados da Braskem, eu não sei como é que a Braskem fornece os dados para o instituto, mas, assim, o que a gente pode dizer? Nem a Agência Nacional de Mineração, nem o Instituto do Meio Ambiente fizeram o trabalho correto do ponto de vista de todos os parâmetros técnicos estarem checados.

Isso pode ter acontecido por vários motivos, certo? Por falta de gente, por falta de gente capacitada para checar esses parâmetros, enfim, são muitos os motivos, certo? E como eu não sou de nenhum dos dois órgãos, eu não gostaria de me aprofundar nisso. Mas, sem dúvida nenhuma, existem relatos da Braskem, de documentos entregues ao antigo DNPM, hoje, Agência Nacional de Mineração, que mostram claramente que há desestabilização nas cavidades há bastante tempo, inclusive com problemas na operação das minas, de algumas minas, desde... Sei lá, acho que o primeiro relato é do começo da década de 80, tá?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Eu não tenho de cabeça aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós temos esses relatos de subsidência e de quando a mina sobe...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – É a ascensão da mina.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ascensão da mina. A mina subiu, algumas minas subiram...

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Saíram da camada de sal...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Saíram da...

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – ... e entraram na camada de argila, certo?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De argila, exatamente. Nós temos relatos oficiais de que isso já tinha ocorrido; em algumas cavas elas já tinham subido – essas minas tinham subido.

Em relatórios enviados a esta CPI, constatamos que a empresa ou não mandava informações para os órgãos de fiscalização ou as encaminhava apenas parcialmente. Provavelmente os alertas ficaram pendentes. Na sua visão, a sonegação de informações pela empresa no momento em que o Serviço Geológico do Brasil estava realizando seu relatório pode ser considerado como negligência ou podemos inferir que a empresa assumiu o risco ou até mesmo teve a intenção de praticar o ilícito?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, negligência, eu acho que... Eu acho não; a observação do coordenador do trabalho é que a Braskem definitivamente não queria colaborar – certo? – com o levantamento que o Serviço Geológico do Brasil estava fazendo. E não colaborou, tanto que, em fevereiro de 2019, depois dos resultados preliminares do levantamento interferométrico, eu chamei dois engenheiros da Braskem, mostrei os resultados, e aquilo ali, a partir dali – certo? –, a agressividade ficou tão grande que eu afastei a equipe do contato com a Braskem e ninguém mais deu declaração, porque...

E, assim, quando a gente fez a apresentação na audiência pública em Maceió, no dia 8 de maio... Só recordando: a gente fez a apresentação no Ministério de Minas e Energia no dia 29 de abril...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De 2019?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – ... de 2019, na Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Isso foi à tarde, certo? A equipe toda, nós viramos uma semana, começamos na segunda-feira e fizemos a semana inteira, sábado e domingo, trabalhando para fechar o relatório e as conclusões.

Segunda-feira, a gente pegou um voo, às 11 da manhã, para Brasília. Pousamos no aeroporto e fomos direto para o Ministério de Minas e Energia. Fizemos uma apresentação, na Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, para os diretores, assessores, todo mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminou essa apresentação – o chefe de gabinete do Ministro assistiu –, terminou a apresentação, ele me chamou – eu estava com toda a equipe, as lideranças, não os 52, mas eu tinha pelo menos 12 técnicos de ponta comigo –, aí ele me chamou, sozinho, para subir ao gabinete do Ministro e apresentar para o Ministro. E aí eu pedi permissão para levar um único técnico comigo para me ajudar, para eu não precisar ficar operando o computador e explicando. Então, subimos dois técnicos, dois geólogos do Serviço Geológico do Brasil, e apresentei para o Ministro Bento Albuquerque, que, a partir daquele momento, disse: "Marque a apresentação para o dia 8 de maio", em vez de fazê-la no dia seguinte. Por quê? Porque ele queria dar ciência às autoridades da Presidência da República de que iria haver essa apresentação em Maceió.

E assim foi feito, sem nem... O Ministro Bento Albuquerque simplesmente não fez nenhuma consideração, "Ah, mas será que isso é isso mesmo?", nada. Ele disse: "Faça a apresentação conforme você a fez para mim". E foi isso que eu fiz.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em estudo realizado por professores da USP, percebemos que houve uma ênfase em realizar diversas críticas aos diversos métodos geocientíficos utilizados pelo Serviço Geológico do Brasil, mas faltava o principal: a integração dos dados para apontar qual era a hipótese que mais se encaixava no acidente da Braskem em Maceió. Isso tudo foi feito em 29 dias de serviço.

Percebe-se, da leitura dos próprios contratos firmados, que a Braskem solicitou estudos com o objetivo de contestar o Serviço Geológico do Brasil. Qual foi a sua atitude ao se deparar com a utilização de instituições renomadas, como o Serviço Geológico da França, e a contratação de quatro professores renomados da Universidade de São Paulo e um da Imperial College London para fazer o que chamaram de análise crítica ao trabalho feito pelo nosso Serviço Geológico do Brasil?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, olha, isso foi um dos golpes duros contra o Serviço Geológico do Brasil, mas isso nunca nos abateu. Nunca.

É claro que, num determinado momento, a Braskem entrou com uma causa, pedindo indenização ao Serviço Geológico do Brasil de R\$1 bilhão por danos morais. É claro que alguns membros...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um minutinho.

Vocês, a assessoria está anotando? A Braskem entrou com uma ação pedindo R\$1 bilhão de indenização por danos morais por conta do estudo feito pelo Serviço Geológico do Brasil. Esse estudo foi contestado por professores da USP contratados pela Braskem, pelo Imperial College, pessoas do Imperial College, do Instituto Geológico da França. E, nesses estudos e em outros estudos que foram contratados, eles diziam que eram movimentos naturais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, nenhum desses estudos, pelo que nós tivemos acesso, foram, na completude, realizados por esses institutos, ou seja, eles trabalharam com dados ofertados pela própria Braskem para conformar os estudos, diferentemente do estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil, que contratou dados primários e que coletou dados primários na própria área, na mina, na região que estava sendo objeto de investigação naquele momento.

Isso faz uma diferença muito grande pelo que a gente tem anotado e já tivemos acesso; é você ter dados seletivos encaminhados para uma empresa ou para um instituto. Isso vai modificar o relatório final. E, ao mesmo tempo, o que me chama a atenção é: institutos e professores de instituições tão renomadas se dispõem a assinar relatórios sem ter acesso ou sem produzir a base primária de dados para a conformação desses relatórios.

E fazer um discurso, como a gente viu aqui, do professor da USP, tentando dizer que nesta ciência natural há controvérsias com relação à interpretação de dados... Não tem como. É físico, é matemático, é objetivo. Nós não estamos falando das ciências humanas, que são teorias, são perspectivas, são visões de mundo que estão em debate. A visão da realidade ou é, ou não é; ou tem, ou não tem. São modelos matemáticos que são utilizados quando você faz um sonar, quando você faz uma interferometria, quando você faz... qualquer coisa que você faz. São modelos matemáticos bastante precisos, ao que me parece, para que haja margens distintas de interpretação. O resultado vai ser sempre muito semelhante, se forem utilizados, de forma correta, os equipamentos e as tecnologias apropriadas para fazer investigação de cada tipo de atividade minerária. Cada tipo de atividade minerária requererá um tipo de tecnologia para avaliar como a lavra está sendo conduzida por quem faz a mineração.

Então, isso me deixou bastante chocado: como foi fácil ter essas instituições, e os nomes dessas instituições, a serviço de um interesse de deslocar o problema da atividade da lavra ambiciosa promovida pela empresa Braskem e questionar o trabalho do Serviço Geológico do Brasil. Isso ficou muito claro, e o senhor disse que, além de tudo isso, o Serviço Geológico do Brasil ainda foi processado por danos morais, no valor de R\$1 bilhão, por apresentar um estudo, feito com 52 técnicos, e que estava sendo contestado por um estudo utilizando-se de dados fornecidos pela própria empresa, por cinco professores; um estudo que vocês levaram meses para concluir, e eles fizeram em 29 dias, com cinco professores, enquanto vocês tinham 52 técnicos. Então, alguma coisa aqui não está... Aliás, as coisas aqui estão muito claras já com relação à idoneidade desses estudos, à finalidade desses estudos, ao porquê desses estudos. Acho que a gente já ultrapassou essa visão.

Vamos aqui... O senhor poderia descrever a pressão do mundo acadêmico, que eu já descrevi aqui? Acho que nem precisa. Mas o senhor poderia falar um pouco sobre essa pressão do mundo acadêmico em relação ao Serviço Geológico do Brasil, nesse período; a tensão que o Serviço Geológico sofreu por esse universo acadêmico contratado pela Braskem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, o Serviço Geológico do Brasil não se abateu com o documento assinado pelos professores da USP, mas eu diria que, especialmente para este geólogo que vos fala, eu fiquei extremamente incomodado, mas, muito mais do que incomodado, eu fiquei muito triste, porque eu sempre pensava o seguinte. Nas discussões com a Braskem, e apresentando os trabalhos, e sempre havia embates, eu dizia o seguinte, quando a gente começava a discutir tecnicamente... Por exemplo, Paulo Cabral, que não compareceu hoje; ele participou das primeiras reuniões com a gente. Quando o Serviço Geológico do Brasil nessas reuniões começou a mostrar que as coisas não iam bem, Paulo Cabral sumiu das reuniões. Tem um outro consultor, Álvaro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele sumiu daqui agora também.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – É... Entendeu? Assim... Então, a Braskem trazia pessoal técnico. Quando a gente começava a mostrar que a argumentação do técnico da Braskem não estava bem, na outra reunião o técnico já desaparecia.

Então, esses professores da USP, o que eu sei informalmente – porque eu estou dentro do mundo das geociências, enfim, e fui Diretor do Serviço Geológico do Brasil e conheço gente do Rio Grande do Sul até Porto Velho, Amapá... Então, o que eu soube é que os pares deles na USP ficaram, assim, completamente – não vou dizer horrorizados, que é uma palavra... – desolados com o fato de eles terem assinado um documento que é um fragmento da visão sobre Maceió, sem analisar de uma forma mais sistêmica, sem enxergar o todo.

E, assim... você está escrevendo, assinando um documento... Eu achei que isso era coisa para advogado. Honestamente, nada contra os advogados, porque o advogado está cumprindo a missão dele, que é defender o seu cliente, e todo mundo tem direito a uma defesa, mas, gente, a gente está falando de ciência, de geociências; a gente está falando de professores doutores. E eu tinha muitos doutores na minha equipe, muitos. Inclusive, toda a parte de geofísica foi liderada por um geólogo com doutorado e absolutamente bem formado. E essa contestação deles era mais em cima da questão da geofísica.

Enfim, havia várias hipóteses, as hipóteses foram... Então, isso não me abalou minimamente. Houve um abalo na equipe na hora em que a Braskem... A gente teve uma reunião difícil no Rio de Janeiro, onde eu tive que puxar as rédeas, porque, assim... a Braskem chegou quase querendo conduzir a reunião, certo? Então, eu dei uma puxada nas rédeas, aí, quando terminou a reunião, o advogado da Braskem subiu para a consultoria jurídica do Serviço Geológico do Brasil e disse que tinha entrado com uma causa pedindo R\$1 bilhão de indenização.

Então, aí, a equipe ficou assustada, não é? Então, assim... Ninguém dava mais declaração; só eu dava declaração. Havia também uma recomendação do nosso jurídico, na CPRM, para eu me preservar, para dar menos declarações. Mas, enfim, aquilo era uma forma de intimidar o Serviço Geológico do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Mas a equipe do Serviço Geológico do Brasil não se intimidou, certo? Cambaleou, na época? Sim, levou um soco, um cruzado de direita bem dado, mas, enfim, faz parte do jogo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, eu tinha uma série de perguntas aqui, uma sequência de perguntas que o senhor respondeu de forma muito clara, ou seja, todo o debate, a partir do relatório do Serviço Geológico do Brasil, tinha uma finalidade que era a sua contestação, e não o aprofundamento sobre os estudos que o instituto, o Serviço Geológico do Brasil havia feito com todo o aparato tecnológico necessário para a coleta de dados primários na própria área, certo? Portanto, qualquer instituto, ou qualquer serviço geológico, ou qualquer instituição, ou qualquer profissional deveria se interessar pelos dados primários coletados para poder melhorar a conformação de possível entendimento e colocar sua assinatura no relatório.

Muito pelo contrário, o que a gente viu pela fala do senhor é que essas outras instituições ou profissionais vinculados a essas instituições foram contratados para legitimar a tese de que não era decorrente da ação da mineradora o desastre que estava ocorrendo em Maceió. Então, o que significa que isso leva ao debate de que a empresa não teria responsabilidade direta pelos eventos que estavam acontecendo, pela subsidência, pelas rachaduras, por tudo que estava acontecendo na superfície ali na cidade de Maceió. Mas nós conseguimos, numa das nossas reuniões da CPI, que um dos Vice-Presidentes da Braskem assumisse publicamente que o que estava acontecendo em Maceió era decorrente da atuação da Braskem no subsolo.

Então, isso é uma vitória da seriedade do Serviço Geológico do Brasil, que fez um estudo muito bem embasado e que sobreviveu a todas as contestações e a todas as tentativas de carteiradas acadêmicas às quais vocês foram submetidos ao longo deste processo, porque literalmente foram carteiradas acadêmicas que tentaram fazer com o instituto, com o Serviço Geológico do Brasil. E, felizmente, prevaleceu a qualidade do estudo, prevaleceu a seriedade do estudo que foi conduzido e que nos leva a hoje termos uma consciência de que foi a lavra ambiciosa que provocou a subsidência na região da cidade de Maceió, a lavra ambiciosa e todo o processo que lá ocorreu.

Nós também temos informações de que parte dos equipamentos da mina, ou que eram utilizados na mina, eram adquiridos de segunda mão ou de descarte feito, por exemplo, pela Petrobras – tubos. Na sua avaliação, inclusive há uma discussão sobre a impossibilidade de o sonar ser colocado por ali, porque os tubos não permitiram, tubos inadequados, porque era um aproveitamento de sucata da exploração de outra atividade minerária, por uma outra empresa, que era a Petrobras.

O senhor, quando esteve lá, identificou, viu esses equipamentos? Teve a oportunidade de presenciar esses equipamentos em operação?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, na verdade, essa tubulação que dava acesso às cavidades, muitas delas tinham saído totalmente do prumo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não diria que, exatamente porque foram reaproveitadas de perfuração de petróleo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Dependendo do estado – porque isso precisa ser examinado –, você pode aproveitar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode reaproveitar.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Deve até.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É até correto que seja reaproveitado.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Exatamente.

Agora, com a movimentação das camadas geológicas, essa tubulação foi empenada, foi rompida, entendeu? E, por isso, você não tinha mais acesso às cavidades, e as cavidades se mexeram.

Existe um processo natural numa camada de sal. A camada de sal está sob pressão. Imagine que tem 900m de rocha em cima dessa camada, 950. Existe um fenômeno muito conhecido em camadas de sal, sob essa pressão, que a gente chama de halocinese. O sal está ali quieto, sem se movimentar, porque ele está sob uma pressão grande – certo? –, mas, se você tiver qualquer tipo de movimentação em cima desse sal que abra espaço, o sal vai se movimentar – certo? – por um fenômeno que a gente chama de halocinese.

Hoje, se fala que a mina 18 desabou. Senador, não é a mina 18; não foi só a mina 18, e com certeza absoluta. A mina 18... Eu estava olhando isso ontem; me perdoe, eu não tenho os dados de hoje. Enfim, eu estou fora do processo e não quis ir ao Serviço Geológico do Brasil. Eu mantive uma distância segura, emocionalmente, para mim – certo? –, porque, enfim, você tem novos diretores – não é? –, você tem um novo Presidente – certo? –, eu estou fora – certo? –, houve aqui uma argumentação de que eu não podia falar em nome do Serviço Geológico do Brasil. Então, eu estou falando como ex-Diretor do Serviço Geológico do Brasil e estou usando o *button* do Serviço Geológico do Brasil. Se isso for crime – certo? –, um geólogo que ficou mais de 40 anos no Serviço Geológico do Brasil e que dedicou todo o seu conhecimento, ao longo de uma vida – certo? –, para o bem comum – certo? –, se for crime eu estar usando o *button* do Serviço Geológico do Brasil, então, por favor, me processem, porque eu vou responder esse processo com muita satisfação e vou me sentir muito honrado por fazer isso.

Minas 7, 19, 18 – essas minas aqui estão juntas. Aí, falam assim: "Isso está admitido pela Braskem?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mina 7... Nos primeiros dados que a gente pegou, a gente viu que a mina 7 já tinha subido para a cota 700. Ou seja, ela devia estar abaixo de mil metros e já estava em 700, e estava junto com a 19 e a 18. Aí, o cara diz: "Não, a mina 18 rompeu". Como rompeu? São três minas juntas! Três minas juntas... Isso aqui é um grande, um enorme salão que tem lá embaixo, que está todo rompido. As minas 20 e 21 também estão juntas e estão próximas ao miolo das 7, 19 e 18.

Eu estou falando dos dados de 2019, que foi a última apresentação que eu fiz no Parlamento, lá na Câmara dos Deputados, certo?. E, assim, vamos lembrar: foram 10 milhões de metros cúbicos lavrados no subsolo. Isso equivale a 700 mil caminhões de areia.

Essa camada de sal, as minas, estão todas na mesma... Ou seja: está tudo entre – deveria, né? – mil e 1,1 mil metros, para você deixar uma margem boa na base e no topo. Não estão. E é tudo na mesma camada de sal.

Na hora em que você desestabiliza um conjunto de minas, como a 7, a 18 e a 19, com certeza absoluta, e muito provavelmente a 20 e a 21... Mas enfim... Pelo amor de Deus. Não há como você dizer que "ah, não, não...". Gente, a gente falou que isso iria ser desestabilizado e iria chegar à superfície, e isso era completamente contestado.

Eu me lembro das procuradoras federais em Maceió, que, aliás, nos ajudaram muito, porque, de certa forma, protegiam o Serviço Geológico do Brasil, no sentido de afirmarem categoricamente que o Serviço Geológico do Brasil tinha fé pública. Ou seja: quando eu estava assinando um documento, em nome do Serviço Geológico do Brasil, ou eu estava fazendo uma apresentação pública, em nome do Serviço Geológico do Brasil, aquela apresentação tinha fé pública, porque a Braskem sempre tentava desqualificar.

E a imprensa nacional não divulgava. Aquilo ficava restrito à cidade de Maceió, e era uma coisa muito louca, isso, lá em 2019. Aí veio a pandemia, e aí foi a forma, veio aquela argumentação: "Não, não tem dinheiro para o Serviço Geológico do Brasil continuar...". E por que é que a gente queria continuar? Porque a Braskem não tinha admitido que o nosso trabalho era verdadeiro, que o nosso trabalho correspondia, cientificamente, à verdade do que estava acontecendo.

Os senhores apresentaram aqui – com o que eu fiquei horrorizado – um documento da Agência Nacional de Mineração encaminhado para a Bolsa de Valores de São Paulo, dizendo que estava tudo sob controle e que estava tudo bem em Maceió em 2020? Ou seja: como é que a Braskem tinha admitido que o trabalho da gente estava correto, quando a gente dizia que as camadas estavam desestabilizadas – a camada de sal –, em decorrência da mineração, e que isso, todo impacto que a gente via em superfície era decorrente da lavra de mineração?

Então... Gente, isso é tão óbvio...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu fico pensando: "Cara, os professores da USP fazem um negócio desse, uma universidade conceituada como a USP, um curso de Geologia maravilhoso...". Mas existem vários professores de outras universidades que se juntaram a nós e disseram "vão em frente", "vocês estão certos" e "não desistam". Certo? Então, paciência.

Houve uma tentativa também americana de Houston. Houston foi concomitante com os professores da USP. Foi uma equipe de professores de Houston, nos Estados Unidos, e da USP. Mas, enfim, essa briga aí foi ganha pelo Serviço Geológico do Brasil em nome da verdade, em nome do bem comum, certo? A mineração é completamente necessária para a sobrevivência da civilização humana. Mas, por favor, como geólogo – certo? –, como uma pessoa que passou... Sei lá, eu estou há 48 anos da minha vida estudando geologia, tirando esses últimos dois anos, por questões de saúde – certo? –, de manhã, de tarde e de noite, porque geólogo não para de trabalhar, certo?

Por muita coisa que eu estou falando para o senhor aqui, eu perdi o sono. Honestamente, eu não dormi de ontem para hoje. Eu vi os depoimentos dos diretores da Agência Nacional de Mineração com uma tristeza enorme. Eu me envergonhei. Honestamente, eu me envergonhei e com certeza eu falo em nome de muitos colegas da comunidade geológica. Nós nos envergonhamos daquele depoimento, não é? Eu estava acompanhando ao vivo, vendo o senhor e o Senador Omar Aziz, certo? E os senhores foram duros com eles, mas eu ficava assim... Eu disse: "Meu Deus! Qual vai ser o próximo passo?". E cheio de papel e lendo, entendeu?

Gente, eu apresentei tudo para a Agência Nacional de Mineração. Esse trabalho foi dissecado dentro da Agência Nacional de Mineração por mim e pela equipe do Serviço Geológico do Brasil. Mas, em todas as reuniões, eu estive, certo? Porque eu digo sempre que eu não sou o cara, eu não sou o grande geólogo, mas eu sou o melhor explicador, sabe? Minhas filhas adoravam – certo? – que eu ensinasse os deveres de casa, porque eu sei explicar. Eu não sabia que eu sabia, mas hoje eu sei, sabe? Eu tenho um talento de explicar – certo? – coisas que, às vezes, são complicadas para serem explicadas. Então, eu fico horrorizado de eles não terem respondido a tudo aqui com a maior clareza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, eu queria fazer uma última pergunta ao senhor, e ela é de uma resposta bem objetiva. O senhor pode responder com sim ou não.

Podemos afirmar que a Braskem retirou mais sal do que a capacidade de segurança dos poços?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Sim, com certeza absoluta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Sr. Presidente, da minha parte...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Rodrigo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu queria agradecer ao Sr. Thales Sampaio.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador Omar Aziz, me permita só um segundo. Antes de o senhor encerrar a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não vou encerrar. Vou passar para o Senador Rodrigo Cunha, que vai lhe fazer algumas perguntas.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Pois não, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está bom, meu amigo?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interperlar.) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator Rogério, Dr. Thales, é muito bom sempre ouvi-lo falar com paixão e com conhecimento profundo sobre tudo que se relaciona à geologia. Uma vida toda dedicada, e não foi em vão. Eu aqui...

Sr. Relator, Sr. Presidente, em algum momento, a gente pode ter parado para pensar: o que aconteceu em Maceió com a Braskem? Qual foi a responsabilidade dela? E esta CPI deixou claro, desde os seus primeiros momentos, que não foi uma imperícia, que não foi uma negligência, uma imprudência, e a cada momento se demonstra uma má-fé, se demonstra uma falta de transparência. E, para mim, eu confesso que essa CPI mudou muito de uma visão que eu tinha da causa, da exploração irracional e do momento em que se deu, que causou prejuízo a uma cidade e a milhares de famílias alagoanas.

A gente sempre imaginava que a atual gestão da Braskem teria sofrido as consequências, digamos assim, dessa má atitude feita por gestores antigos. Mas só esse relato, nesse fato específico que o Senador Rogério trouxe, corrobora o raciocínio a que eu também cheguei, de que também quem está hoje na Braskem tem total responsabilidade, porque quando a gente observa que foi contratada uma empresa – e aqui veio o seu representante na última sessão –, e essa empresa apresentou um laudo técnico, com o responsável técnico, dizendo que a culpa do que estava acontecendo em Maceió era dos moradores, que não prestaram os serviços necessários de manutenção nas suas residências... Foi uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tese. Aí vem outra tese apresentada em uma semana anterior: "Olha, o que aconteceu foi um fenômeno natural". E contratam-se professores renomados para atestar aquela situação. Esses laudos, pagos todos pela Braskem. Aí vem o Serviço Geológico nacional, de maneira independente, e apresenta o único laudo verdadeiro, e aí vem a Braskem, tentando pressionar, e entra com ação pedindo uma indenização de R\$1 bilhão.

Então, isso demonstra que ela não conseguiu domesticar, como foi dito aqui em outro momento, o Serviço Geológico nacional. Conseguiu domesticar com certeza muitos órgãos, que não fizeram sua parte e agiram por omissão durante todo esse tempo. Então, está claro isso. Tudo que ela pôde fazer para postergar sua responsabilidade foi feito. Contratou os laudos, pagou por eles, e o resultado foi eximindo sua responsabilidade. E ao mesmo tempo, a gente vai para a Agência Nacional de Mineração, que também recebia durante todo esse período os laudos da própria Braskem, que eram feitos por quem? Por consultorias pagas por ela. Então, tudo estava se baseando em algo que não dá segurança para o Brasil – e aqui a gente já há muito tempo saiu de Maceió, saiu de Alagoas – sobre o que acontece nos casos de exploração mineral.

Então, eu estou muito ansioso, e eu acho que esse é o próximo passo, para acompanhar o inquérito da Polícia Federal, porque com certeza o crime está configurado aqui, com certeza não foi só no passado, é agora também, com essas atitudes irresponsáveis de tentar enganar a população, de se utilizar de meios que facilmente colocam por água abaixo uma defesa de que os laudos apresentados a eximem de sua responsabilidade.

E não vai parar por aí, Senador Rogério. Realmente, o crime está configurado, não só o crime ambiental, o que causou às pessoas, mas o crime da má-fé, da falta de transparência e de tentar ludibriar ou então criar qualquer tipo de situação junto aos órgãos de controle e fiscalização para que sua responsabilidade não acontecesse.

Então, por isso aqui, eu vou remeter a mais uma situação. Quando tivemos sentado aqui nessa cadeira o Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, que é o IMA, ele disse que fez, que permitiu, que deu as licenças ambientais baseado em laudos falsos da Braskem.

O Sr. Relator perguntou: "O que foi que você fez com essa situação?". Ele disse: "Multei a Braskem em R\$1,6 milhão". E foi embora para casa. Não disse que um ano depois, ele mesmo anulou essa multa. Ou seja, os dados apresentados pela Braskem eram falsos ou eram verdadeiros? Então, isso é muito grave. Isso é muito grave! Então, os laudos que ela apresentava à ANM eram falsos ou verdadeiros? Se eram falsos, teve consequência, teve multas? Sim. Aquelas de 3 mil, 40 mil, aquelas multas irrisórias. E isso é algo que não deve ficar por aqui nem vai ter consequências.

Aí a minha pergunta é só sobre esse assunto, Thales, deixando muito claro que a sua postura aqui durante a CPI foi a postura que você teve durante os anos que passou à frente do Serviço Geológico, lá



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

em Maceió, foi e é a postura que você tem como profissional durante todos os 40 anos de dedicação e de vida, e, eu repito, não foi em vão. Você aqui contribuiu e muito com dados técnicos, de uma maneira muito tranquila, e eu tenho certeza de que a sua vida está servindo sim para fazer o bem a muita gente. E é essa postura de um servidor público independente, efetivo, que é necessária para que se tenham os resultados que se buscam.

Então, a minha pergunta é: O senhor teve acesso a esses estudos, como por exemplo o da empresa Concrete, que afirmou que a falta de manutenção foi o que causou o rachamento das casas? Ou também teve acesso a esses estudos feitos pelos professores, que demonstraram que o que estava acontecendo foi um fenômeno natural?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – E qual a sua avaliação técnica.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Bom, sobre a questão de que a culpa era dos moradores, um absurdo, não é? E sobre a questão dos professores da USP, uma tristeza, não é? Uma tristeza. É como eu lhe disse: eu sou geólogo. E esses caras não são... Não é brincadeira, não. Eles têm um currículo espetacular, não é?

Mas, assim, eu me reuni com a equipe para analisar esses dados e coloquei o melhor que a gente tinha, certo? E assim, cara, esses caras estão loucos! E assim, a gente... Eu, eu, particularmente, disse assim: Como é que um cientista – porque eles são, são cientistas na verdade, não é? – tem coragem de assinar um documento desse? Não é?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Eu, eu... Realmente é...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Thales, o senhor me permite um aparte? Antes que eu me esqueça.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – O senhor tem o nome desses professores da USP que deram esse laudo que não correspondia à realidade? O senhor tem os nomes, por favor?

Isso, isso fere sobremaneira a credibilidade de uma instituição que é muito respeitada em todo o nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO (Para depor.) – Assim, eles não falaram em nome da USP, mas coloca lá o currículo do cara, é professor da Universidade de São Paulo.

Senador, o Senador Rogério Carvalho tem os nomes, tá? De cor aqui, eu me lembro do Assumpção, certo? Não lembro o nome dos outros porque realmente não me detive nisso, para essa audiência. A minha perda de sono ontem foi... Bom, eu não sabia o que iriam me perguntar, mas eu me concentrei em... Me permita, Senador, eu sei que é a hora das suas perguntas, mas eu vou adiantar aqui a minha perda de sono.

Houve uma discussão muito grande aqui, quando o Secretário de Defesa Civil de Maceió esteve aqui, que é um homem bem preparado – eu ouvi o depoimento dele –, tem um currículo importante. Ele disse o seguinte: "Cientificamente, não é possível...". Foi a primeira vez que o Senador chegou a perguntar: "A Braskem admite isso?". E ele balançou a cabeça que sim. E aí depois veio o depoimento do Vice-Presidente da Braskem pra a área de pessoas, que admitiu que o trabalho do Serviço Geológico do Brasil estava correto...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Marcelo Arantes.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – ... mas que discordava da abrangência. Então, essa abrangência hoje...

Depois que o senhor terminar as suas perguntas, eu peço permissão ao Presidente e ao Relator, pra, com duas imagens, mostrar até onde vai a abrangência da deformação provocada nos bairros em Maceió. E aí, Senador, com o que eu vou falar, os senhores vão poder... E aí eu gostaria que algum desses professores ou alguém que trabalhou cientificamente pra Braskem viesse aqui e dissesse: "Não, não é, por isso, por isso e por isso". Então, é isso.

Senador, me perdoe porque eu não tenho de cor os nomes, mas isso está anotado já nos Anais da Comissão pelo Relator.

E é isso, Senador. Me perdoe...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Claro, claro, Thales. Mas você já respondeu. Essa era a minha única pergunta sobre esses estudos, um determinando que a culpa era dos moradores, o outro, que a culpa era da natureza, por empresas e por profissionais contratados pela própria Braskem, como foi uma prática também durante todo esse período junto à Braskem e à Agência Nacional de Mineração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senador, o senhor lembra também que houve um procurador do Ministério Público de Alagoas que escreveu um relatório quase que zombando do Serviço Geológico do Brasil? Então, assim, tem pra todo canto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Omar, ilustre Relator, Sras. e Srs. Senadores, ao cumprimentar o Sr. Thales, eu queria falar pra V. Exa. que já ficou muito clara, aqui nesta CPI, a responsabilidade, que já foi reconhecida aqui, inclusive, pelo Sr. Marcelo Arantes, que era o Diretor de Pessoas e Vice-Presidente da Braskem, a responsabilidade da Braskem. Ele já deixou consignado na sua oitiva aqui.

Agora a gente está tentando estabelecer a extensão civil e criminal desses danos, que certamente o nosso Relator saberá mensurar com muita competência, como tem sido feito pela Presidência e pelo Relator.

Mas eu queria perguntar ao senhor que critérios a Braskem deixou de adotar pra realizar uma mineração sustentável em Maceió. O que o senhor acha que poderia ter evitado essa tragédia ambiental?

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO (Para depor.) – Senador, ela praticamente deixou de fazer tudo que ela teria que ter feito, desde o cuidado com a pressurização dos poços, o monitoramento da pressurização dos poços, a instalação, desde o começo, de uma rede sísmica para monitorar qualquer tipo de movimentação no solo, certo?

A topografia que ela fazia... Ela checava se havia subsidência ou não no terreno fazendo uma topografia contratada por uma empresa terceirizada – eu não vou me recordar do nome –, e o marco de referência estava dentro da área de subsidência. Então, se tudo estava baixando, se eu vou medir, eu quero saber se isso aqui baixou ou não, mas o meu marco está aqui junto. Então, ela errava todo ano. E disso houve uma discussão seríssima com o pessoal da cartografia da CPRM, porque eu levei a equipe de cartografia, antes de ter os dados da geofísica e da interferometria, certo?

E, assim, as coisas mais simples que teriam que ter sido feitas ou não foram feitas ou foram feitas de forma errada, certo? Não havia monitoramento por rede sísmica, não havia DGPS, não havia interferometria, certo?

Eu vi um dos diretores da Agência Nacional de Mineração ou o Presidente: "Não, é porque naquela época não existia interferometria". Meu Deus do céu, gente! Não vá falar isso no Senado Federal. Interferometria é um método antiquíssimo. Hoje a gente tem interferometria via satélite, ou seja, o radar está acoplado no satélite, mas existe interferometria por avião, certo? Existe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferometria por ônibus espacial, certo? E foi feita, quando os ônibus espaciais estavam circulando, especialmente da NASA. E nós, do Serviço Geológico do Brasil, lá em 2011, nós contratamos – a gente estava fazendo o mapeamento das áreas de risco no país, nos deslizamentos lá no Rio de Janeiro –, nós contratamos interferometria aerotransportada por uma empresa coligada à Embraer. E eles fizeram um trabalho maravilhoso, tecnologia 100% nacional. Então, por favor, gente, dizer que não existia interferometria? Essa interferometria podia estar sendo feita há 20 anos. A interferometria mostra claramente o que está acontecendo e até onde vai a área de abrangência do fenômeno. Aí é só interferometria? Não. Aí põe o DGPS, põe a rede sísmica, certo?

E outra coisa: não existe abalo sísmico – abalo sísmico *stricto sensu* – em Maceió; existe o que a gente pode, sim, chamar de abalo sísmico provocado por ação antrópica. Aquilo ali... Não teria nenhum tipo de sismicidade naquela área que não fosse a sismicidade normal que existe em todo o Nordeste brasileiro. O que está acontecendo ali... A rede sísmica que está instalada em Maceió detecta os sismos, mas ela não consegue detectar até onde vai a abrangência da deformação. Os DGPS conseguem detectar isso? Sim, conseguem, mas você teria que ter uma quantidade de DGPS talvez 20 vezes maior do que o que está lá para você chegar no resultado, do ponto de vista de abrangência do fenômeno, que a interferometria lhe dá – e com muito mais segurança.

Então, assim, é isso. É triste. A gente está falando de uma coisa aqui... Hoje é o dia da minha aposentadoria, porque eu saí do Serviço Geológico do Brasil há dois anos, mas hoje realmente eu sinto que é o dia da minha aposentadoria. Hoje eu posso realmente... Eu nunca vou deixar de ser geólogo, porque cada vez que eu viajo as paisagens mudam, as rochas mudam, então o geólogo, naturalmente, o olho já vai, entendeu? Então, minha grande distração hoje, que até me salva do estresse, é a motocicleta, então eu saio de motocicleta e eu paro nos afloramentos de geologia. Então, hoje – hoje – eu encerro minha carreira nesta Comissão e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Thales, deixe ele concluir as perguntas. E a questão do ponto de vista pessoal, a gente deseja sucesso para o senhor a partir do momento que o senhor encerrar a carreira como geólogo, mas vai continuar contribuindo com o país e na sua área.

Senador Hiran, por favor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estou contemplado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vou permitir que V. Exa. mostre os dois eslaides, até porque nós temos uma votação na Comissão, na CCJ, agora. Temos que participar lá. Vou votar os requerimentos.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – Senhores, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa ser um gênio para compreender o que eu estou falando. Eu já falei que essa interferometria foi feita por radar, um radar acoplado a um satélite orbital, numa empresa que está presente em 16 países, inclusive no Brasil, de que a matriz é em Roma, é uma empresa italiana e precisa ter muito equipamento para fazer esse tipo de trabalho, certo? Então, todos os serviços geológicos do mundo contratam esse tipo de trabalho quando precisam.

Os senhores estão vendo uma área em vermelho que mostra a maior movimentação do solo em Maceió. Essa área em vermelho, a área mais crítica – certo? – é a área que está no centro desse semicírculo, no centro desse semicírculo, e imagine que esse semicírculo fecha na lagoa, porque existem poços dentro da lagoa, tá? E a área de maior subsidência é lá onde colapsou a mina 18 junto com a 19 e a 7, tá?

Muito bem, quando essa mina colapsou... Essa imagem é uma imagem de 2019, tá? Então não é possível que não exista essa interferometria acompanhada até hoje. Eu nunca ouvi se falar da interferometria. Falam da rede sísmica... Falar da interferometria... essa imagem mostra claramente até onde o fenômeno vai.

Toda a área verde que está nessa imagem, porque a gente contratou uma área maior do que só a área da mina, para a gente justamente comparar o que está mexendo e o que não está mexendo... E a Braskem, até onde eu sei, contratou uma área ainda muito maior do que o Serviço Geológico do Brasil, porque ela queria encontrar uma movimentação semelhante a essa para além da dela, e não encontrou, e por isso ela não mostra o trabalho, suponho eu, tá?

Então, nessa área vermelha, a movimentação dela é para baixo e, à medida que você vai indo para as pontas, a movimentação é em direção ao centro. Então você tem uma movimentação vertical e uma movimentação horizontal. E as bordas do vermelho, quando ficam laranja e vão indo para o amarelo, foram a primeira coisa que a gente viu no Bairro do Pinheiro. Por quê? Porque a borda está toda quebrada. Por que está quebrada? Porque a área verde está toda estável. Então, se você começa a baixar a área central, ele repuxa, ele puxa, tem um movimento de tração nas bordas e aí quebram as bordas. Então, as casas mais rachadas estão nas bordas, mas elas não são as que mais afundaram. As que mais afundaram não estavam quebradas. Inclusive, o escritório da Braskem não estava quebrado, que é na beira da lagoa, era na beira da lagoa, onde eu tive a minha primeira reunião com a Braskem e várias outras, não estava quebrado, porque ele estava baixando tudo, entendeu?

Então, meu amigo, tudo que está desenhado por esse gráfico, que é um gráfico decorrente da interpretação interferométrica, é de responsabilidade da mineração, é de responsabilidade da Braskem. O que está em laranja está quebrado por causa da Braskem, certo? E, aí, você fala: "Ah, não, mas Flexais..." Gente, pelo amor de Deus, essa área vermelha encosta em Flexais e, aí, Flexais... E Flexais continuam em vermelho, certo? Agora, não, mas tem outro fenômeno em Flexais que está ajudando o movimento? Sim, tem. Mas por que que Flexais... o que está acontecendo em Flexais é decorrente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineração? Por todos os motivos que já foram ditos nessa CPI e porque a interferometria mostra claramente que Bom Parto, Bebedouro, Flexais, ou seja, toda essa área aí... Eu não estou com uma imagem de sobreposição, mas, enfim, vocês têm geólogo aqui na assessoria de vocês, certo? É só pegar uma imagem... Infelizmente, isso é um eslaide, mas o Serviço Geológico do Brasil tem, com certeza absoluta, essas imagens – certo? – em *layer*, e você pode inclusive pedir para eles fazerem isto: sobrepor essa imagem com uma imagem cartográfica do Google, por exemplo. E aí você vai simplesmente delimitar até onde houve movimentação do solo em decorrência da mineração.

E, por favor, eu estou falando aqui como geólogo, não estou falando em nome do Serviço Geológico do Brasil, eu falo em meu nome, e eu gostaria muito que algum cientista que trabalha com geociência pudesse dizer que não é. Por amor de Deus, é claro, é óbvio.

Olha, essas linhas amarelas que estão bem para além da área vermelha, essas linhas amarelas, percebam, estão contornando a área vermelha. É porque está havendo tração, ou seja, se você tem uma área que está o.k., não está se movimentando, e uma área que está se movimentando nessa direção e baixando, gente, isso aqui está colado no outro, ou seja, você vai quebrar. Para a área verde ficar estável, ela tem que se descolar da área que está se movimentando, isso é óbvio.

Então, assim, eu espero que essa explicação tenha ficado clara, que eu tenha podido explicar isso para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito obrigado, Sr. Thales.

O SR. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO – ... e, assim, eu fico imensamente grato por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado pela disposição de estar novamente aqui e colaborar muito no conhecimento técnico que V. Exa. tem, porque nós não temos esse conhecimento técnico, até porque não somos geólogos, mas é muito claro que a abrangência foi detectada e essa abrangência, se tivesse esse movimento sísmico que eles alegam que causou esse afundamento, também nas outras áreas teria causado também... Então, a razão é de a mina estar ali mesmo, é claro isso pra gente.

Fico muito agradecido pela sua presença, Sr. Thales.

Nós temos aqui votação de requerimento.

Consulto se algum Senador...

Cadê os requerimentos? (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tem três requerimentos aqui extrapauta.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão, extrapauta, dos Requerimentos nºs 151 e 152 e a retirada do Requerimento nº 147, todos de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, coloco em votação os requerimentos extrapauta.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****Requerimento Nº 151/2024**

Requisita da Braskem todos os estudos, e contratos relacionados, elaborados pela empresa TPF Engenharia no âmbito do acordo socioambiental.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 3****Requerimento Nº 152/2024**

Transferência de sigilo telefônico e telemático (Google, Meta, Whatsapp e Apple) no período de 1º/1/2005 a 6/5/2024 e transferência de sigilo bancário e fiscal no período de 1º/1/1976 a 6/5/2024 de Paulo Roberto Cabral de Melo.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Aqueles que com isso concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

2ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 150/2024

Convoca o Senhor Héctor Nuñez, Diretor-Presidente da Novonor S.A.

Autoria: Senador Omar Aziz

Coloco em votação o requerimento.

Os Parlamentares que aprovam o requerimento de minha autoria permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

Coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e informo que amanhã será realizada diligência desta Comissão na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Estão confirmadas a ida do Senador Rogério Carvalho, a ida do Senador Hiran, a ida do Senador Rodrigo e a minha também, juntamente com a assessoria, para estarmos amanhã, em torno de 10h da manhã, na cidade de Maceió, onde vamos passar o dia todo e iremos pedir explicações aos órgãos competentes e iremos, *in loco*, também, olhar essa área que V. Exa. acabou de mostrar.

Muito obrigado pela presença.

Está encerrada a nossa sessão.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti e Efraim Filho, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª reunião, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do JULIO CESAR CASARES, Presidente do SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE, em atendimento ao requerimento 24/2024; do José Perdiz de Jesus, Presidente do STJD, em atendimento ao requerimento 45/2024; do Ronaldo Botelho Piacente, Procurador-Geral do STJD, em atendimento ao requerimento 47/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 50 de 2024** que: "Convida Diego Pombo Lopez, AVAR2 BA, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 51 de 2024** que: "Convida Frederico Soares Vilarinho, AVAR MG, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 52 de 2024** que: "Convida Rafael Traci (VAR Fifa-SC), VAR Fifa-SC, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2024** que: "Convida Braulio da Silva Machado, árbitro Fifa-SC, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 54 de 2024** que: "Convida Erivaldo Alves, ex-presidente da Sociedade Esportiva de Santa Maria." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 55 de 2024** que: "Requisita do Presidente da CBF informações relacionadas ao quadro de árbitros da primeira divisão do campeonato brasileiro de futebol." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 56 de 2024** que: "Convite Sra. Dayana Nunes Presidente do Clube Santa Maria - Brasília." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2024** que: "Requer pedido de esclarecimentos por escrito ao senhor Júlio Avellar (Diretor de Competições da CBF) e senhor Eduardo Gussem (Oficial de Integridade da CBF)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2024** que: "Convida o senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor Geral da Polícia Federal, para depoimento perante esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2024** que: "Convida o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Jarbas Soares Júnior." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2024** que: "Convoca, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de investigado, o Sr. ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2024** que: "Convoca BRUNO LOPEZ DE MOURA a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2024** que: "Convoca ZILDO PEIXOTO NETO, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2024** que: "Convoca ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/22>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas, à nossa pátria amada, em especial às gaúchas e aos gaúchos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, neste dia 22 de maio de 2024, uma quarta-feira, de novo, esta CPI da manipulação de resultados de futebol e apostas esportivas mostra o seu comprometimento de toda semana, sem depender do tempo que vamos levar aqui para os convidados de hoje serem ouvidos e questionados, evidentemente respeitosamente.

Eu já abro dizendo que, havendo o número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo Requerimento 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados do futebol brasileiro envolvendo jogadores, árbitros, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

A presente reunião será dividida em duas partes: uma deliberativa, para apreciação de requerimentos, e a outra, a mais importante, para o Brasil inteiro acompanhar, através do YouTube, da TV Senado, da Rádio Senado, de emissoras como a TV Meio, em rede nacional, a BandNews e também a Rede Novabrazil FM.

Essa parte será para depoimento dos Srs. Julio Cesar Casares, Presidente do São Paulo Futebol Clube, nos termos do Requerimento nº 24, de 2024; José Perdiz de Jesus, Presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), nos termos do Requerimento 45/2024; Ronaldo Botelho Placente – desculpa, Placente, é minha visão, só três graus –, desculpem, que é Procurador-Geral do STJD, nos termos do Requerimento 47/2024. *(Pausa.)*

Nós já temos o quórum suficiente, mas vamos já aqui com a presença do histórico e inigualável homem público, ser humano e Senador da República, Romário de Souza Faria, nosso Relator. Os demais membros desta Comissão também estão chegando, em função de toda quarta haver, simultaneamente, mais de quatro Comissões trabalhando. Aí, cada Senador tem que fazer o papel de Bolt, embora só Romário e eu consigamos, porque temos condições físicas – os demais Senadores são barrigudos. *(Risos.)*

Bom, eu convido já aqui para a mesa o primeiro a ser ouvido, merecedor de meu respeito, de minha admiração, desde os tempos de meu trabalho em rede nacional na capital de São Paulo, que é o nosso querido Julio Cesar Casares, para que ele tenha o prazo de dez minutos. Cederemos e deixaremos, caso ele queira mais um pouco falar, para a sua explanação inicial e darmos sequência, com toda a celeridade, a esta importante sessão da CPI hoje.

O SR. JULIO CESAR CASARES *(Fora do microfone.)* – Prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Prazer, querido. Tudo bom? Prazer.

O SR. JULIO CESAR CASARES *(Fora do microfone.)* – Prazer em revê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Prazer em revê-lo, claro. Dos tempos de SBT, não é isso? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, o advogado do Presidente? (*Pausa.*)

O advogado do Presidente Casares, do São Paulo, é o Luís Carlos Torres. Deve ser um exímio advogado; para ser advogado do Presidente do São Paulo, não pode ser ruim de serviço, não é?

Presidente Casares, fique à vontade. Romário e eu, com todo o respeito, tínhamos a certeza absoluta de que, convidando, o senhor estaria aqui.

Apenas rapidamente, para esclarecer à imprensa brasileira, que telefonou hoje, a manhã inteira, a Presidente do Palmeiras, Relator Romário, querido, a Leila Pereira, faz questão de estar aqui. Portanto, ela não recusou o convite. Ela: "Pelo amor de Deus, Senador Kajuru, eu tenho o maior respeito pelo Romário, pelo senhor, que, aliás, é palmeirense". Ela falou: "Eu não sabia, fiquei sabendo que o senhor é". Ela estará aqui no dia 6 de junho, portanto, espontaneamente, para que não haja necessidade de convocação, que é o que o Romário, principalmente, não queria de forma alguma. Ele que me convenceu a primeiro convidá-la, e, como ele é mais educado do que eu, eu o respeitei.

Presidente Julio Cesar Casares com a palavra. Fique à vontade.

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – Bom dia, Senador Kajuru, Presidente desta Comissão. Bom dia, Relator Romário.

Primeiro, é uma satisfação estar aqui nesta Casa. Quero cumprimentar a todos.

Como o Presidente Kajuru colocou, no primeiro contato, nós já agendamos data e estamos aqui, porque a nossa intenção direta é para que sempre melhoremos o futebol. E nós acreditamos que uma CPI respeitável como esta vai merecer de todos nós a contribuição necessária e possível para que a gente possa desenhar neste momento no futebol.

Então, eu vejo aqui nesta mesa dois homens do futebol: um dentro de campo, referência; e o outro fora, também referência, e hoje se encontrando aqui no Parlamento. Então, para nós é uma alegria muito grande. Não vou usar os dez minutos, eu quero ficar à vontade para, no que for possível, poder contribuir.

Eu fico feliz quando vejo na abertura dos trabalhos uma menção ao povo do Rio Grande do Sul. E lembrando que nós, do São Paulo, encaminhamos 320 toneladas de alimentos para o Rio Grande do Sul. E acho que o futebol é o agente transformador. É o futebol que transforma. E, com a nossa intenção de o futebol ser um agente de transformação, nós temos que melhorar o produto cada vez mais. Então, é nosso dever, é nossa obrigação estar aqui.

E eu encerro essa colocação, Presidente, dizendo que o São Paulo, que você conhece, é uma instituição importante, está aqui com muita satisfação e está aqui colocando as suas ideias, mas também tentando colaborar no que for possível, no que for do nosso conhecimento, para que a gente melhore o produto futebol com transparência, com ética.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que, quando assumi o São Paulo em 2021, numa pandemia brava, difícil, uma das primeiras ações nossas foi criar um departamento de *compliance*, que o São Paulo não tinha. E isso é o início de um processo em desenvolvimento.

Então, eu vejo com muito bons olhos e estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado por ser tão objetivo, Presidente do São Paulo Futebol Clube, Julio Casares. E mostrando...

Tenho certeza de que o Relator Romário, pela história que tem em CPI, faria o mesmo se estivesse aqui na Presidência: eu vou até dispensar a leitura daqueles termos de falar a verdade, somente a verdade, de reclusão. Concorde, Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque a gente está ao lado de um homem que é respeitado. Portanto, eu vou aqui já diretamente para o nosso Relator, o histórico, em todos os sentidos, homem público Romário de Souza Faria, para as primeiras colocações ao Presidente do São Paulo.

Senador Romário, à sua disposição.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, meu irmão Kajuru, Presidente desta CPI.

Quero dar bom-dia a todos. Sejam todos bem-vindos aqui nesta Comissão – Comissão esta que tem o entendimento, com esta reunião de hoje, de esclarecer algumas coisas que vêm acontecendo, que vêm sendo faladas durante esse período que está bem conturbado em relação ao nosso futebol no que se refere às manipulações dos jogos.

Presidente Julio Cesar Casares, muito obrigado pela presença. Seja bem-vindo.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Corroboro todas as palavras do Kajuru em relação ao senhor.

Eu vou direto... Assim como o senhor foi muito objetivo, eu também vou ser.

Eu tenho três perguntas aqui para lhe fazer.

A primeira é a seguinte: em sua atuação como Presidente do São Paulo Futebol Clube, o senhor já teve ciência de alguma proposta de manipulação de resultados recebida por seus jogadores? Ouviu algum relato dessa natureza vindo de seus colegas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – Relator, nenhuma. Nunca ouvi, a não ser depois: os acontecimentos, a mídia e o que a Justiça determinou, as punições corretas... Mas eu nunca ouvi dentro do âmbito do São Paulo Futebol Clube.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O senhor acha que a Justiça brasileira está preparada para lidar com o avanço dessas verdadeiras quadrilhas especializadas na manipulação de resultados? Em sua visão, a tendência para os próximos anos é um aumento ou uma diminuição desses casos?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Eu acredito que ela esteja capacitada para isso, mas acho fundamental que o trabalho da CPI traga uma regulamentação dessa matéria.

Acho que a CPI pode contribuir muito – e todos nós –, mas a CPI, porque tem hoje esta Comissão, pode contribuir muito, porque, na verdade, fica o exemplo de uma punição, fica o exemplo de uma medida, e eu acredito que vai melhorar. Entretanto, na minha visão, na minha visão modesta, até porque também não sou um entendedor do tema, mas é um tema que precisa ser regulamentado, e mais do que regulamentado, são os grandes exemplos.

Então, Relator, eu acredito que, havendo punição, todas as pessoas começam a saber que podem ser punidos, porque a impunidade é que traz a prática delituosa. Então, quando eu vejo que a polícia, mas principalmente o Ministério Público e a atuação parlamentar, como a da CPI... pode ajudar a coibir. Porque todos nós queremos: nós queremos um futebol transparente, nós queremos uma participação efetiva do torcedor... Porque, na verdade, o grande lesado disso, além de um clube de futebol, o São Paulo, o América, o Palmeiras, etc., nós temos o prejuízo daquele que é o amante do futebol, que é o que acredita no futebol.

Então, quando você tem eventual manipulação, é você ludibriar o torcedor, que é o espírito maior da razão do produto futebol.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Após as denúncias do Sr. John Textor, muito tem sido falado sobre sistemas de análise de imagens baseadas em inteligência artificial, em termos de sua capacidade de detectar jogadas suspeitas. Qual a sua experiência com esse tipo de sistema? O senhor acha que esse é um caminho válido para detectar esse tipo de fraude?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Olha, Relator Romário, Presidente Kajuru, eu sou a favor sempre da ciência, da questão dos instrumentos que apoiem a decisão de um gestor, mas também acho que nós temos que ter preocupação, quando você coloca dentro de uma inteligência artificial – que são dados subjetivos, na maioria das vezes –, a reputação de algum profissional, seja ele qual for.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não conheço esse relatório, embora eu acredite que possa ajudar sempre no sentido de trazer um norte para o gestor. E pode ser útil, conforme foi a apresentação desse relatório nesta Mesa, mas também tenho a preocupação de subjugar, de prejudicar, através de um número subjetivo de avaliação – tantos passes errados, postura de um atleta –, e colocar esse atleta em suspeita. Porque, na verdade, como você, Relator, foi um grande atleta, o atleta, na verdade, tem uma vida já de dificuldade, desde o seu início. Então, nós temos que tomar muito cuidado.

O que eu gostaria de ter é que esse relatório fosse aprofundado, e está sendo nesta Casa, para que a gente não pudesse permitir...

Eu fiquei sabendo pela mídia, não conheço esse relatório, não conheço o teor, e soube pela mídia.

E vou me estender até um pouco. Esse relatório trouxe o São Paulo, depois que o São Paulo foi campeão da Copa do Brasil, e nós estávamos numa ressaca de vitória. E fomos jogar com um arquiadversário, eu não falo inimigo, adversário, e perdemos de 5 a 0, num jogo que estava 3 a 0, com um jogador a menos, e a coisa desandou.

A rivalidade de um Fla-Flu, de um Vasco e Flamengo ou de um São Paulo e Palmeiras não permite, no meu raciocínio, que possa haver, de repente, uma atuação de um profissional... a gente presume sempre a inocência, esse é um comportamento que eu tenho. E, nesse caso, eu conheço os meus atletas, mas também não vou nunca abdicar de que uma apuração deve avançar. Se uma apuração avançar e mostrar uma culpa efetiva de qualquer funcionário que seja, nós temos que ser muito firmes nisso.

Por isso, eu reitero, porque é uma coisa que... eu vim aqui com muita satisfação, eu não vim aqui dizendo "poxa vida, minha agenda, eu vou ter jogo amanhã" – e sempre jogo é dia difícil, pré-jogo –, mas venho aqui no sentido de que a gente tem esperança, pelos homens que compõem a Comissão – o Senador Girão também compõe, eu gosto muito dele, não está aqui, não o vi ainda –, mas acredito que os dois lados devem ser medidos, porque não só a questão da punição, se houver o problema, mas também da punição quando você leva à tona uma questão que envolve pessoas.

Poxa vida, o Textor, que é uma pessoa que eu conheci, num primeiro momento, sempre tive um respeito muito grande... Achei uma esperança, e acho ainda, uma esperança importante para o futebol brasileiro um investidor do tamanho dele. Mas eu não sei se esse mesmo estudo dessa plataforma foi feito quando ele tomou uma virada histórica do Palmeiras, ganhando de 4 a 1 – não lembro –, perdeu pênalti... É, muito às vezes irresponsável, sem prejuízo de ter que apurar, você fazer um juízo de valor: "Olha, aquele jogador teve 80% de passe errado". Isso não significa que ele está envolvido, mas deve-se apurar. Há indícios? São indícios. Então, deve-se apurar.

Mas eu acho também que a responsabilidade deve ser medida no que a gente fala, no que a gente coloca. Um pai de família, um cara que tem uma vida, e o jogador de futebol tem uma vida... muita gente só vê o sucesso, quanto ele ganhou, quanto ele ganha no contrato, mas ele não tem vida social, ele concentra,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele viaja, ele é cobrado, as redes sociais hoje massacram. Então, nós temos que ter um cuidado. Isso sem prejuízo de uma apuração profunda como nós estamos fazendo aqui.

Eu tomei esse conhecimento, Presidente, pela mídia. Tenho pelo Textor um respeito, nada contra, mas eu fiquei surpreso. Eu disse: "olha, eu não faria isso". Talvez eu levaria, se eu tivesse algum indício de algum estudo, nos órgãos competentes, mas eu não faria um juízo de valor, colocando uma possibilidade de um delito, de uma fraude em cima de pessoas que são profissionais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Presidente. Obrigado pelas respostas.

Só tenho aqui para finalizar mais uma: o que o senhor acha que poderia ser feito pelos clubes, pelas federações e pela CBF para termos um sistema eficiente de prevenção, detecção e combate à manipulação dos resultados do futebol?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Hoje existe, Relator, algumas empresas que a FIFA recomenda para que você faça uma análise de alguns desvios de comportamento.

Depois que as manipulações começaram a chegar, então, a gente começava a ver com detalhe jogador que, às vezes, sem nenhuma razão, colocava a bola para escanteio. Depois que veio o problema, você começa a analisar.

Eu acho que nós deveríamos ter um órgão competente de fiscalização do produto futebol dentro de uma linha harmônica entre os órgãos. Hoje, nós temos a Anac, agências. Por que não no futebol, no produto futebol? Porque mexe com o sentimento do povo, com o sentimento... Eu vim da arquibancada, eu não sou um presidente filho de conselheiro, não faço parte de oligarquia. Eu vim da televisão, como o Kajuru colocou, vim do SBT, da TV Record. Então, a minha... Só que eu era um são-paulino fanático, eu ia na arquibancada, etc. e virei presidente.

Então, o que eu acho, Relator, dentro dessa linha, eu acho que nós deveríamos ter uma agência reguladora.

Lamento profundamente que os clubes não se entendam. Eu estou tentando, eu faço a minha parte para ter uma liga do futebol, porque a liga vai ver esse produto com credibilidade. Para ter credibilidade, a gente tem que coibir, de forma cautelar, essa questão da educação. Na base, a gente tem falado muito com os atletas, principalmente porque são os garotos que serão os profissionais. Então, respondendo de forma objetiva, Relator Romário, eu acredito que a liga é um passo, mas talvez uma agência, sem a tutela de um governo, porque eu também tenho muito medo de você ter uma agência que tenha uma composição ideológica. Isso não é bom, mas uma agência que tenha ex-jogadores, Parlamentares, membros do Ministério Público, pode atuar em consonância com os agentes de transformação do futebol.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sou um esperançoso, porque, se eu cheguei no futebol, é porque eu acredito no futebol. Muita gente diz assim: "Pô, você virou Presidente, você é louco? Olha só o clima que é o meio do futebol". Eu digo: "Olha, eu tenho que ser louco por acreditar e tentar fazer a minha parte".

Então, eu vejo que nós estamos num bom caminho, por isso que eu reitero, o relatório final desta Comissão pode ser um grande instrumento de início de um trabalho para que a gente se una. Então, eu tenho falado sempre com o Dr. Luís Carlos, com os meus companheiros que estão aqui; hoje tem o advogado, tem o diretor de comunicação, o superintendente, o diretor de *marketing*, todos vieram em respeito à Comissão. Eu quero todos envolvidos, desde o *marketing*, a comunicação, o financeiro, o jurídico, porque essa é uma cruzada para o futebol brasileiro, e o São Paulo está aqui como um agente que vai estar à disposição no que for possível.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado pelas palavras.

E essa ideia de uma possibilidade de uma agência – não é? – em relação ao futebol é uma ideia muito interessante. A gente vai até, daqui para frente, pensar nessa possibilidade em relação ao nosso relatório. E quero dizer que, como não poderia ser diferente, fico muito satisfeito, muito honrado de poder tê-lo aqui. E, se ser Presidente de clube de futebol é ser louco, eu também sou louco. (*Risos.*)

O SR. JULIO CESAR CASARES – Bem-vindo, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela participação, Presidente.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Obrigado.

Bem-vindo ao clube!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, como sempre, colocações, questionamentos de qualificação inofismável do nosso irmão e Relator, histórico brasileiro, Romário de Souza Faria.

Presidente Julio Casares, quando o John Textor veio me falar do jogo Palmeiras 5, São Paulo 0 – nós temos inclusive aqui, com a secretaria eficiente desta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, os gols do jogo no telão, para que o Brasil inteiro possa ver –, eu fiz uma colocação a ele, respeitosa: "Sr. Textor, sim, de repente amanhã haverá a constatação cabal, irrefutável...", porque tem que ser assim, se não for cabal, se não irrefutável, será apenas uma falácia, palavras jogadas ao vento de um homem que não é do Brasil, que veio para ser dono de um time de futebol, sendo ele dono já de outros três times na Europa, um na Bélgica, um na Inglaterra e outro na França. E, ao mesmo tempo, falei: "Não é possível que o senhor veio para cá para fazer uma bagunça no futebol brasileiro, jogar tudo no ventilador e dane-se o que vai acontecer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com a maior paixão do Brasil e principalmente com a sua credibilidade", porque, quer queira, quer não, ele colocou muita gente, no país, em dúvida.

Eu converso com torcedores, com torcedoras – o Romário da mesma forma, até mais do que eu, porque ele é procurado toda hora para foto, para autógrafo – e tem gente que chega e fala: "Meu Deus, mas esse Textor, em alguma coisa, pode ter razão, Kajuru. Nem tudo, mas em alguma coisa ele pode ter razão".

Então, eu começo perguntando ao senhor: Presidente, juridicamente, o senhor tomou alguma providência quando ele fez a denúncia clara e pública sobre o jogo Palmeiras 5, São Paulo 0, pela Série A do Brasileiro?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Presidente Kajuru, essas imagens me machucam – 5 a 0. E eu estava no estádio, não é? Nós vínhamos de uma conquista histórica – o São Paulo nunca tinha ganhado a Copa do Brasil na sua história – e nós sabemos que, no futebol, depois de uma grande conquista, há um relaxamento. Em 15 minutos, tomamos o primeiro gol, com um jogador a menos, etc. E foi um momento de inconformismo que eu vi dos próprios atletas no vestiário, inclusive – e o Romário conhece bem essas coisas do vestiário –, com um brigando com o outro. "Você foi expulso, você deu mole". A rivalidade é muito grande. E me surpreendeu...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu já tomei de 5 do São Paulo. *(Risos.)*

O SR. JULIO CESAR CASARES – Você já tomou de 5! Não era comum quando você jogava – não era.

E aí, Presidente, aquele inconformismo.

Quando veio a declaração do John Textor, nós pedimos apenas para que ele provasse o que ele falou, porque eu não conheço o relatório. Eu não sei nem o nome. Good... Como que é o nome?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Good Game!

O SR. JULIO CESAR CASARES – Good Game! Eu não sei, não conheço.

Então, quando ele veio, eu até falei: "Textor, fala comigo, porque nós vamos ter interesse, se houve algum deslize, etc". Então, a única medida jurídica foi interpelar no sentido de que ele prove – e acho que é o que nós vamos exigir – ou, senão, que ele se retrate de forma cabal: "Não foi isso que eu quis dizer, etc". Até porque os atletas ficaram muito chateados, e eu conversei com todos eles logo depois.

Então, a minha medida foi no sentido interno de entender o que estava acontecendo. Eu não conhecia o relatório e disse a ele: "Você tem que provar". E acho que é isso que ele está tentando fazer. Vamos aguardar. Se tiver prova e se tiver alguém culpado, será punido, mas eu, preliminarmente, presumindo a justiça, a inocência das pessoas, conhecendo o caráter dos meus atletas, eu... Num primeiro momento, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder da dúvida existe, mas eu acredito neles. E também quero crer que o Textor, nesta Casa... Ele já encaminhou o relatório, que deve ser apurado. Agora, nada de muito subjetivo. Se for subjetivo, é algo que vai ensinar a ele outros problemas que eu não estou aqui para colocar, mas que, claro, ninguém pode ficar impune ao acusar um vizinho, acusar um mecânico, um eletricista de um problema que não seja provado. Essa é a minha preocupação, e foi essa a medida. Então, nós o interpelamos, sim, para que ele faça essa prova cabal de tudo que ele afirmou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque é o seguinte: quando ele fez a demonstração com imagens desse jogo, eu coloquei: "Textor, você não pode jamais discutir a integridade do Presidente do São Paulo. Pode ser que a gente prove realmente alguns erros nesses cinco gols aqui. Agora, ele não tinha conhecimento, pode ter certeza...

O SR. JULIO CESAR CASARES (*Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e, se ele tiver conhecimento, ele vai punir", como aconteceu no meu Estado de Goiás, onde lá se comprovou – o Romário sabe disso – jogadores se vendendo, recebendo propinas do Vila Nova. E o próprio Presidente do Vila Nova, de Goiás, que é um policial, por sinal, meu amigo Hugo, denunciou os seus próprios jogadores e os entregou ao promotor, que estará aqui, inclusive, nos próximos 15 dias, presente, para mostrar o que ele fez, como fez. E ele vai trazer mais novidades para nós, até agora não de conhecimento público.

Agora, eu não tenho... Aliás, eu não tenho nenhuma capacidade para comparar nada, Romário e Kajuru, ainda mais em visão, não é? O homem é uma águia em tudo.

Infelizmente ele não estava aqui, faltou Romário. Eu estava com outros membros desta Comissão, Senadores, e eu falei: "Gente, por favor, eu não estou vendo, nem se eu colocar a visão aqui, eu tenho 3% e estou em tratamento ainda, eu não tenho como ver esses cinco gols, o que vocês querem falar para mim de que tem lance que você não tem como desconfiar". E eu falei: "Então quais são?". Eles falaram de dois, e o telão tem aí os cinco gols. Aí o Relator Romário está aqui pela primeira vez vendo junto comigo, no caso – ele já viu, mas junto comigo aqui. Eu queria até o testemunho dele.

Há dois lances que muita gente veio falar para mim: "Kajuru, esses dois lances são discutíveis". Um é o goleiro, pela falha que ele cometeu: a bola parece que passou debaixo do corpo dele. Esse é um lance, que eu queria a opinião do Romário de se é um lance normal. Porque a gente tem que entender que, às vezes, o erro do jogador não é intencional, é um erro humano. É um erro grave, sim, um erro primário, sim, pelo qual o treinador vai chamar a atenção dele, vai dar bronca nele. Romário nunca levou bronca, mas tem jogador que já levou bronca demais. Eu me lembro do nosso eterno treinador do São Paulo, meu padrinho de casamento, o mestre Telê Santana que, quando o jogador cometia um erro desse, no vestiário o jogador tomava uma bronca que nem o pai dele na vida dele dava igual ao Telê. O Telê batia mesmo, ele era duro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo. E o outro lance é um em que o atacante do Palmeiras entra na área, e, segundo os Senadores e outros que viram comigo: "Kajuru, preste atenção que o zagueiro está junto com o atacante do Palmeiras, o zagueiro do São Paulo, e ele de repente se afasta". Até um Senador usou a expressão: "Kajuru, parece que ele disse assim: 'Opa, pois não, trânsito livre, entre com bola e tudo, o gol é seu'".

Então eu concluo. Esses dois lances, eu pergunto primeiro para o senhor, Presidente, sobre esses dois lances.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Dá para passar o lance?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem como passar o lance, por gentileza, gente? A Carol com toda a... (*Pausa.*)

Então, entre esses cinco gols, nós vamos ver esses dois, a gente identifica esses dois. É o do goleiro...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como terceiro maior jogador da história do mundo, Romário, como treinador, vocêalaria o que depois do jogo para os jogadores em relação a esses dois lances que eu comentei e aos demais gols?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Meu irmão Kajuru, eu particularmente tive muitos anos de experiência dentro de campo e posso afirmar para vocês que eu não identifiquei nada de estranho, nada de diferente nesses cinco gols aí do Palmeiras contra o São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Erros normais para você, então, e jamais intencionais?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Erros que acontecem todos os dias, em todos os jogos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Presidente Julio Casares, o senhor interpreta como? E, depois do jogo, o que o senhor pensou em relação a esses dois lances especialmente comentados pelos outros Senadores desta Comissão e por tantos torcedores do Brasil em conversa pessoal comigo?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Presidente, vendo os lances aqui, primeiro, vamos fazer algumas colocações. Campo sintético, que é uma desigualdade... O futebol brasileiro tem que ter padrão de gramado. O futebol brasileiro... "Vai ter grama sintética também?" "Tá, então, todos vão ser iguais." Essa bola corre mais. A bola passou longe do goleiro, essa que foi cruzada. As outras não tinha a menor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chance de ele pegar. Então, eu vejo com total normalidade. O que foi anormal é perder de cinco, o que nos deixou nervosos. Você chega ao vestiário e você... Então, é melhor falar: "Vamos falar amanhã porque hoje não deu certo". E foi um dia muito feliz do Palmeiras – um dia muito feliz. E o São Paulo vinha de uma conquista, etc. Então, eu não vejo... Olhando aí, uma bola no ângulo, outra bola cruzada que passou longe do goleiro, campo sintético, em que a bola corre. Eu não acredito.

Seria bom passar os lances do Botafogo e Palmeiras. Ele estava ganhando de quatro a um, teve um pênalti que o jogador do Botafogo perdeu. Será que ele foi displicente? Eu não faria isso. Não faria isso porque o futebol é isso mesmo.

O Zico foi um dos maiores jogadores do mundo, perdeu um pênalti contra a França. Já imaginou...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estava lá pelo SBT.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Você estava lá, eu sei. E o Telê era técnico. Você já imaginou aquilo ser objeto de discussão? Que o Zico tivesse a posse naquela época? Então, a gente tem que ser um pouco mais cauteloso. Mas eu avalio e tudo deve ser apurado de novo. Mas essas imagens foram uma infelicidade do nosso time.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Kajuru, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, é o Senador Chico. Desculpe. Eu, sem visão, não vi a sua presença. Você é sempre atuante, voz respeitada da nossa amada Roraima e membro titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas.

À sua disposição para o questionamento que quiser fazer, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpellar.) – Meu caro Presidente Kajuru, companheiro de partido inclusive, que sabe tudo de futebol, junto com o Romário, esse ícone do futebol mundial, vocês dois, obviamente, dominam praticamente esta CPI pelo conhecimento que tem.

Eu, obviamente, sou hoje o que fora no passado o Presidente Julio Cesar, sou um torcedor de arquibancada. Mas sou um torcedor tão crítico quanto qualquer outro torcedor do menor time do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Futebol é paixão. No futebol, o juiz pode ser o melhor do mundo, mas não presta se apitar alguma falta ou algum lance que prejudique o meu time, enfim.

E o Senador Romário, assim como eu também, apenas como curioso, observei ali... Veja, essa história de moleza existe, sim, essa história de questão de juízes, por exemplo, que é o grande calcanhar de Aquiles no futebol, nessas questões aí que todos sabem, a história, o que vem se levantando, etc...

E eu, inclusive, quero deixar em alto e bom tom uma sugestão aqui, até para a CBF também. Eu gostaria de dizer que a derrota do São Paulo foi uma derrota como outros já tiveram aí, de 2 a 0, 3 a 0. No Brasil, qual foi a culpa... Perdemos de quanto da Alemanha?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só 7.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – De 7 a 1. Foi porque os jogadores fizeram corpo mole? Não. Porque não estavam no dia deles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se venderam? (Risos.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Estavam todos com as pernas de pau naquele dia.

Então, na verdade, tem que entender isso. Não estou aqui isentando algumas manobras, algumas práticas que se fazem exatamente nos bastidores. Mas eu acho que o ponto fulcral de tudo isso parte obviamente do árbitro, que também é um ser humano, ele pode errar, mas que também em alguns momentos tem alguns envolvimento.

E se fala muito... Eu tenho conversado com algumas pessoas no *petit comité*, enfim, e uma coisa que chamou muita atenção: eu acho que a coisa mais correta que teria na CBF, em qualquer campeonato, primeira, segunda, terceira divisão, enfim, seria sorteio dos árbitros. Quantos árbitros tem? Tem dez árbitros com padrão FIFA ou que estão, na verdade, no *ranking* da CBF, etc. Então, em todos os jogos, independentemente de Vasco e Flamengo, São Paulo e Palmeiras, São Paulo e Santos, não interessa, o sorteio visível, com os dirigentes, dos árbitros, ponto final. Porque tem nomes aí que vêm sendo questionados aí aos quatro ventos, mas tem que ter todas as provas. E, no sorteio, no sorteio, se evitaria. A gente tem ouvido de alguns que tem jogos que são missa encomendada, em que se indica um juiz que tem interesse de escolha, enfim. Eu não sei se é esse o procedimento, mas acho que o sorteio, de uma forma direta, já isentaria 90% desses problemas.

Então, eu resolvi pedir a V. Exa. a intervenção aqui exatamente para falar do 7 a 1 do Brasil contra a Alemanha. Então, não é porque o São Paulo perdeu um jogo de goleada, o Flamengo já perdeu, meu time já perdeu de goleada, viu, Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR CASARES – O Romário mesmo... (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu sou também filho de Deus, posso torcer pelo Flamengo, enfim. E que a gente vai só culpar. Tem dia que... É feito na vida nossa também. Tem dia que você amanhece com a barguilha para trás, entendeu? Enfim, sei lá... E tem dia que você amanhece inspirado. Então, a gente tem que olhar o lado humano; primeiro que tudo, o lado humano, o ser humano. Um jogador de futebol quer ser ídolo, ele quer ser campeão, ele quer ganhar muito dinheiro. Para ele... É que nem nós aqui no Parlamento, quer ter o reconhecimento do que você faz de positivo. E acho que, quando ele veste a camisa, calça a chuteira – ah, meu amigo –, ele quer ganhar. Não conheço jogador na minha vida, nem político na vida que quer perder. Eu disputei dez eleições, ganhei nove; perdi uma, fiquei com raiva. (*Risos.*)

Mas é assim, a vida é assim. Então, a gente não pode só querer demonizar, e logo o futebol. O futebol, queira ou não queira, o futebol, a chuteira está no coração de todos os brasileiros.

Então, veja, qualquer movimento que prejudique a sua paixão, até no casamento, no namoro e tal, você fica... Agora, imagine no futebol, que são multidões que estão ali torcendo, aplaudindo, veja que coisa mágica exatamente um estádio com 30, 40, 50 mil pessoas, às vezes dividido, às vezes com uma torcida maior que a outra, aquela explosão de amor pelo seu time, aí passa tudo na sua cabeça.

Então, acho que a CPI tem uma importância fundamental, está em boas mãos. Na verdade, quando o Presidente Rodrigo Pacheco escolheu o Senador Kajuru como Presidente é porque conhece tudo, inclusive os atores do futebol brasileiro – do Romário nem se fala –, então está em boas mãos. E espero, na verdade, que as proposições que venham a sair desse relatório sejam para, na verdade, cada vez mais melhorar o nosso futebol e oferecer ao povo brasileiro, na verdade, esses grandes espetáculos e, quem sabe, mais um campeonato mundial, porque nós estamos carentes.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, como sempre em suas posturas, em suas declarações, o Senador Chico Rodrigues é uma referência nesta Casa.

E, quando, Senador Chico, você falou de sorteio, eu, nos meus 50 anos de carreira nacional na televisão, no rádio, nos jornais... Eu fiz 9 Copas do Mundo, 22 Taças Libertadores, 8 Champions League, portanto, eu fiz futebol demais. Foram 50 anos, eu vi de tudo. Quando havia o sorteio, tinha um ponto interessante, porque, às vezes, você só tomava conhecimento dos nomes na hora do sorteio, então não havia publicidade no sábado, na sexta-feira, para evitar o quê? Que algum clube, de repente, algum dirigente corrupto, de repente – porque existem bons e ruins em qualquer meio –, procurasse os quatro que participariam do sorteio. Então, essa sugestão sua deveria ser até apresentada por essa CPI, para que volte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o sorteio, mas que a gente só conheça o nome 10 minutos, 15 minutos antes de começar cada partida de futebol.

E ainda, na construção da sua explanação, aqui hoje, graças a Deus, a gente tem como Presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva)... Eu não sou amigo pessoal dele, não o conheço, mas eu tenho muito respeito pela postura dele, acho que, às vezes, ele é meio bravo. Ele, dependendo da pergunta que você fizer, você toma cuidado que ele vem para cima de ti. *(Risos.)*

É o Perdiz. Ele não é fácil, mas ele sabe que o Kajuru também não é, o Romário também não é, e que a gente não vai brigar jamais, a gente vai se respeitar. Mas, felizmente, o STJ tem um homem como o Perdiz, porque eu sou do tempo que o STJD tinha um tal de Zveiter, que era triste, aí acontecia de tudo, amigo.

Então, o Perdiz, o Julio Casares se lembram, por exemplo, Copa do Mundo 98, França, eu lá estava presente, aí, dois dias depois, o mundo começa a denunciar que o Brasil vendeu o jogo. Vocês estão lembrados. Eu fui entrevistar o Dunga, capitão do time. Ele falou: "Kajuru, eu vou responder para você, pelo respeito que tem. Você acha que alguém consegue comprar todos os jogadores, Kajuru? Você pode comprar um jogador, comprar outro, agora, comprar todos, Kajuru? Todos se venderam, então, para que a França fosse campeã ou a gente tomou um banho tático e perdemos o jogo, ponto final, por 3 a 0?". Então, eu nunca vou esquecer dessa declaração do Dunga.

Por que eu faço essa colocação aqui? Porque é a próxima pergunta ao Presidente Julio Casares.

A empresa Good Games!, contratada pelo americano John Textor, alegou que nesse Palmeiras 5 x São Paulo 0, Série A, brasileiro que houve corpo mole por parte de alguns jogadores do São Paulo.

Como é que você prova que houve corpo mole, Presidente Julio Casares?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Aliás, Presidente Kajuru, essa é uma conversa até boa, porque é o que se fala na torcida, nos bares: "Corpo mole, esse cara entregou", mas nós que estamos no futebol, sabemos que isso não existe. É uma subjetividade. É como falar: "O Ronaldo foi escalado em 98 contra a França, não devia" ou "devia". Gente, esse é o futebol, é o folclore do futebol.

Eu queria aproveitar essa colocação do Presidente Kajuru, quando a gente fala de justiça, Senador Chico Rodrigues, e os meus amigos estão aqui, eu me lembro, eu não era nascido, em 1950, foi a maior comoção de pessimismo por causa de um gol que o Barbosa levou. O Barbosa foi condenado publicamente e até hoje. Ele entregou? Ele queria entregar aquele gol? "Foi um frango, o Barbosa". Tinha gente até que falava: "Olha o Barbosa, não sei o quê?". Então é muito leviano.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acabaram com a vida dele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR CASARES – Acabaram com a vida dele!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu chamo isso de crime de morte social.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Morte social. Acabou a vida dele, acabou a família, etc. Então essa é a minha preocupação.

Então falar "corpo mole"... Apenas para raciocínio, imagina um gestor brasileiro que estivesse trabalhando nos Estados Unidos, contratasse uma Good Games! lá, e num time da NFL fizesse uma afirmação dessa. Como esse brasileiro seria tratado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Como esse brasileiro seria tratado?

Então nós também temos que entender, embora ele seja um investidor estrangeiro, e que temos que ter o maior respeito por ele, nós temos que tomar cuidado com a afirmação aos brasileiros, que hoje não têm o melhor futebol do Brasil, novamente, mas tem no histórico as maiores conquistas.

Eu agora vou chefiar a delegação da seleção brasileira. Fiquei surpreso, fiquei feliz, mas eu também não vou lá como figurante, porque eu não vou lá para quadro na parede. Eu quero ir com o Dorival, que é uma pessoa que eu conheço, fazer de tudo para que a gente consiga a Copa América, trabalhando, fazendo planejamento.

Então, Presidente Kajuru, quanto ao "corpo mole", é uma irresponsabilidade afirmar isso. É a mesma coisa de eu chegar aqui e falar assim: "Os Senadores fazem corpo mole para aprovar..." O que vocês estão fazendo aqui? Trabalhando? Muitas pessoas não conseguem enxergar. E tem aquelas pessoas que só falam mal do Senador, do Parlamentar. Eu vou falar que ele está fazendo corpo mole? Porque, às vezes, ele está em Comissão, às vezes, ele está fora trabalhando; às vezes, ele está na sua base em Goiás ou em Santa Catarina, trabalhando. Mas o julgamento é que pode atrapalhar a vida da gente.

Então, "corpo mole", me desculpe, John Textor, você pode fazer isso com os seus funcionários, com os jogadores do São Paulo, eu não admito. O Rafael é um goleiro de seleção brasileira, a bola passou longe dele. Afirmar tal coisa, com um profissional como ele, que é da seleção brasileira, hoje, vai viajar, é no mínimo irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só para justificar aqui, porque toda quarta – o Senador Chico sabe – e toda terça, nós temos cinco Comissões simultâneas e aí você vira um Bolt. Você fica dez minutos em uma, corre para outra, volta. O



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário é o Relator volta rapidinho. Nós temos mais dois convidados, e ele foi ser Relator em uma Comissão. Então vai lá, faz o relatório e volta, e é assim a nossa vida.

Bom, em relação ao futebol brasileiro, claro, você não pode deixar... Eu, que fui jornalista investigativo sempre, e, graças a Deus, nunca fui condenado, embora só de processos de Presidente da CBF, de dirigente de futebol, eu cheguei a 86. O total meu é recorde, não é? São 188 processos na vida, mas nunca fui condenado. Eu só perdi um processo: eu falei que uma pessoa pensava menos do que essa mesa e eu pedi desculpas à mesa porque eu estava ofendendo a mesa; aí o juiz me condenou. Foi o único. Por quê? Porque graças a Deus eu conseguia provar. E o mundo inteiro tomou conhecimento de dirigentes da CBF corruptos até na medula, na essência, que faziam parte de erros gravíssimos, de corrupção mesmo, no futebol brasileiro.

Hoje nós precisamos ter respeito com esse baiano, o primeiro negro a dirigir a Confederação Brasileira de Futebol e o primeiro homem fora do eixo Rio e São Paulo. Sempre Presidente da CBF foi carioca e às vezes paulista, então foi a primeira vez que isso aconteceu. O Sr. Ednaldo Rodrigues... Você pode falar qualquer coisa sobre um erro dele, às vezes em relação à arbitragem, em relação a isso ou àquilo; agora, moralmente ele é intocável. Todo mundo que trabalha com ele... Inclusive, nesse domingo, um que trabalhou com o Ricardo Teixeira – eu não quero ser processado de novo pelo Ricardo Teixeira, embora, se eu for, eu sei que eu vou ganhar de novo; nunca perdi nenhum processo dele; mas ele trabalhou com o Ricardo Teixeira –, domingo, ele disse: "Kajuru, diferente dos outros, esse nosso Presidente, Kajuru, não faz coisa errada moralmente de forma alguma".

E, do jeito que o Textor coloca, ele inclusive deixa dúvidas do comportamento moral do Presidente da CBF, com o qual ele precisa conversar, na minha opinião – e eu disse isso aqui na CPI. Ele tem que o procurar. E o Presidente Ednaldo está à disposição dele. Tudo o que ele fez na imprensa, conforme eu falei, de repente, palavras ao vento e julgando gente inocente, ele tem que provar lá na CBF; reunir com a Comissão de Arbitragem da CBF, com o Seneme, e mostrar a ele: "Olhe esse lance aqui. Qual é a sua opinião?". E isso não aconteceu até agora. Nem as provas ao STJD, que vai ser ouvido daqui a pouco, até agora não entregou, não é, Presidente Perdiz? Até agora, não se entregou prova nenhuma, não é isso?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Senador, Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Prazer.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Na verdade, nós temos em curso um inquérito atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Essas provas que a CPI recebeu nós também recebemos lá. Estão sendo ouvidas algumas pessoas. E a questão do áudio do árbitro eles disponibilizaram, mas ainda não entregaram o acesso e querem saber como será o sigilo no STJD. Até, em relação a isso, nós ainda não decidimos. Porém esses áudios já estão na imprensa – não sei se V. Exa. tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – A imprensa já divulgou o nome do árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, vazou no jornal *O Globo*.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Isso, exatamente. Então, assim, a gente vai lá, a gente mantém sob sigilo as questões, porém já houve uma quebra antecipadamente em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade, tem toda razão.

Inclusive, a gente ouviu aqui, de forma secreta, esse árbitro. E é preciso deixar bem claro: o jogo foi da Série C do Campeonato Carioca. Então, não foi um jogo do Brasileirão, como parte da imprensa informou. E aí já veio a interpretação. Gente, então...

Agora, essa pergunta cabe, Presidente Julio Casares, que muita gente vem dizer para mim: o senhor concorda que, em muitos depoimentos, em muitas declarações de provas, de imagens ou de falas do americano Textor, a gente realmente não chegará, repito, àquilo que é o mais importante, à prova cabal, à prova irrefutável, mas que alguma coisa a gente poderá descobrir que realmente aconteceu, como o caso de Goiás? E aí a gente terá que dar razão a ele em parte, e não em tudo, porque, se ele estiver errado em tudo, eu já disse que, como Presidente da CPI, eu vou pedir o banimento dele do futebol brasileiro, que ele saia do futebol brasileiro. Ele veio aqui, fez essa confusão toda. Se ele não provar nada, a minha condenação a ele será essa, banimento do futebol brasileiro. Ponto final.

Mas, para o senhor, a gente vai ver que algumas coisas, algumas declarações, algumas provas dele serão realmente refutáveis, ou, para o senhor, nenhuma delas será?

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – Presidente, V. Exa., Kajuru, é difícil você dar uma opinião sem conhecer nem o relatório. Não conheci nada, apenas o que foi colocado.

O que eu acho, nesse momento, é que, se ele está fazendo isso com outro objetivo, ele escolheu a porta errada, porque esta Comissão de Inquérito, você mesmo colocou, V. Exa. colocou que depende: ele tem que provar. Senão, o problema é dele.

O Relator Romário também é muito sério.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que ele possa contribuir. Então, também não quero apagar a luz e dizer assim: "Não, não tem nada de errado". Ele pode apagar. Mas eu acho que, no objetivo dele, ele jogou uma bomba de canhão e pode pegar um caso ou outro que talvez não seja o objeto da denúncia dele. Talvez seja do ambiente. Aí, qualquer um pode denunciar: "Olha, tem manipulação" – quando você começa a ver jogador que bate, joga pra escanteio um monte de bola e tal. Então, a gente só tem que tomar esse cuidado.

Agora, eu acredito na CPI, estarei aqui quantas vezes for possível, porque eu acredito que nós temos que apoiar. Quando a gente está aqui, nós queremos dizer "ele tem o ônus da prova", mas também nós temos que abrir espaço pra que isso aconteça.

Agora, do outro lado, se não vier nenhuma prova cabal, ele passa a ter um grande problema, e disso não tenha dúvida. Por isso que nós indagamos e interpelamos na Justiça, pra que ele prove. Eu estou esperando uma prova também, porque, puxa vida, imagine um assessor seu, Presidente Kajuru, que é denunciado na esquina por alguém. Você vai esperar essa prova pra puni-lo, ou não, ou pra adverti-lo – ou não.

Então, eu vejo com dificuldade, mas eu acho que toda denúncia, seja ela qual for, deve ter o curso da apuração, e é isso que está sendo feito aqui.

Agora, se foi uma bravata, jogar pra torcida ou justificar a perda de um campeonato, ele escolheu, na minha visão, a porta errada. Não vão brincar com o São Paulo, não vão brincar com uma CPI que é tão séria e não vão brincar com a opinião pública. Você mesmo disse, eu vou reiterar, o Presidente da CBF, Ednaldo, é um homem sério, é um homem honrado, é um homem que não vem também de uma oligarquia de poder – eu fico à vontade, porque eu também não vim –, e, quando ele me convidou pra chefe da delegação, eu, dentro da minha humildade, falei a verdade: "Presidente, o que você espera de mim, porque eu nunca chefei delegação nenhuma de seleção brasileira?". Ele falou: "Faça o que você faz no São Paulo, que está muito bom".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Não é?

Então, eu fiquei feliz com a generosidade, com a humildade dele.

Então, Presidente Kajuru, eu espero que ele possa estar contribuindo. Juro. Com todo o respeito. Eu não torço contra, não é? Eu acho que é uma consequência se não acontecer nada do que ele falou.

Agora, se ele contribuir 1%... Não precisava esse Carnaval todo, mas 1%, dentro de algum objetivo, já é um avanço.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Será um avanço, sem dúvida alguma.

Eu vou aqui, nesse quase momento final da nossa conversa, colocar o senhor como se fosse o Presidente do Botafogo no campeonato em que o Botafogo parecia ser campeão antecipado, naquela situação privilegiada... Não me lembro... Foram 22, Senador Chico? Vinte e dois pontos na frente? Ou não? Menos...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone.*) – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Doze, doze.

Doze pontos na frente – não é? –, disparado e tal, e, de repente, perde o campeonato para o Palmeiras. Isso levou o Textor a fazer uma declaração dura – e a Presidente do Palmeiras o processou inclusive, a Leila Pereira –, de que o Palmeiras comprou arbitragens – no plural – para ser campeão brasileiro.

Se o senhor fosse Presidente do Botafogo, naquela circunstância como o Botafogo perdeu o campeonato, o senhor falaria o quê sobre o Palmeiras ter ganhado, depois de 12 pontos atrás do Botafogo?

O SR. JULIO CESAR CASARES – V. Exa. me faz uma pergunta muito oportuna, porque eu vivi um problema como esse. Eu assumi na pandemia e eu estava na transição, em que o técnico Fernando Diniz, um grande técnico, estava liderando o Campeonato Brasileiro com dez ou onze pontos, salvo engano. E eu assumi numa transição. O campeonato, em razão da pandemia, terminou em fevereiro. Então, eu assumi em janeiro e estava lá lidando com aquela liderança. E o time despencou, e nós não fomos campeões. Eu não ia jogar isso no colo da arbitragem. É muito fácil você colocar no colo da arbitragem e omitir a sua responsabilidade. Também não demitiria, embora eu tenha demitido depois, por uma questão apenas do resultado. O que eu fiz internamente foi questionar o que aconteceu e trocar o comando.

E, na verdade, V. Exa., que é um homem muito experiente na comunicação brasileira e no futebol... Hoje, nós estamos vivendo uma coisa chamada de a demonização dos clubes, como eles surgem, e a santificação de SAF. E eu não sou radicalmente contra SAF. Só que ele, como Presidente de SAF do Botafogo, naquele campeonato inclusive, trocou cinco vezes de técnico no curso do campeonato. Se é um associativo que faz isso, é amador, é despreparado, mas a SAF parece ter uma imunidade. E, no Brasil, as SAFs estão enfrentando problemas. Então, não tem uma coisa milagrosa. O que tem é caráter, é gestão, é seriedade.

Então, respondendo essa pergunta, eu jamais iria tentar transferir para arbitragem ou para um eventual sistema de corrupção uma infelicidade e uma incompetência. Eu tive isso. O Fernando Diniz não saiu porque ele não ganhou esse campeonato, porque tinha 11 pontos e caiu; foi pela avaliação total... E



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

depois ele foi campeão no Fluminense, um grande técnico. Então, eu tento o seguinte: o dirigente, quando perde, tem que ir lá pedir desculpa para o torcedor, porque ele representa a instituição. Mesmo ele não batendo pênalti, ele representa a instituição. E naquele momento... Como eu também não gosto – e não vou nominar – que dirigentes falem que tem sistema, esquema... Isso não é bom. É porque, às vezes, você não está fazendo a sua lição de casa.

Então, resumindo e sendo objetivo, Presidente Kajuru, eu iria internamente cuidar do assunto, mas não iria transferir, principalmente para um coirmão... É porque o coirmão fez o papel dele: um perdeu 11 pontos, o outro ganhou 11 pontos ou reverteu essa situação. Então, nós temos que entender que o futebol é jogado, que todos nós temos nossas limitações. Os dirigentes falham muito, nós mesmos falhamos muito. O sistema do ambiente do futebol é muito ruim. Os agentes do futebol... Hoje, para promover um *match day*, que é o dia do jogo, festa, você não consegue, porque tem a polícia que tem que organizar o evento, tem o Ministério Público... E você com isso sacrifica o evento.

Então, eu quero colocar, Presidente Kajuru, que nós temos, em razão da pressão que as redes sociais exercem... Porque, quando ganha, é felicidade, tirar fotografia, o Presidente... Quando perde, é um martírio. As redes sociais impulsionam isso. Nós perdemos a Sul-Americana em Córdoba, num campeonato possível de ganhar. Eu estava lá, todo mundo triste. E a primeira coisa que eu fiz: eu quero, como eu estou na rede social, falar com o torcedor que estou triste igual a você, peço desculpa, não deu para ganhar, mas o São Paulo está voltando a disputar, e tomara que, chegando às disputas, vamos ganhar coisas grandes. E depois ganhamos. Quando nós assumimos, o Paulista na pandemia; depois ganhamos a Copa do Brasil e a Supercopa. Agora, virão as derrotas. E aí nós temos que discutir *interna corporis*, que são as questões internas em que você tem que proteger pessoas. A demissão também de um profissional deve ser levada num contexto, não por um resultado. Telê Santana não ganhou em 82, e todo mundo sabe que aquela seleção foi maravilhosa. Ele foi mantido em 86. Aquilo, para mim, foi um orgulho.

Enfim, eu tento responder essa pergunta com essa brevidade. Nós temos que assumir os nossos fracassos e os nossos sucessos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente Kajuru, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Chico Rodrigues, à vontade, querido.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interperlar.) – Eu gostaria de consultar o Presidente Casares: o São Paulo é uma SAF ou ele tem as suas limitações de conselho, etc.?

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – O São Paulo é associativo. O São Paulo, diferentemente de outros clubes, não se tornou SAF por uma necessidade. Se eu dia se tornar, vai ser dentro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um projeto de fortalecimento do sistema, mas o São Paulo teve alguns avanços. Mesmo sendo associativo, tem um conselho de administração plural. O São Paulo tem um departamento de *compliance*.

Então, o São Paulo tem uma governança. O sistema, se vai ser SAF ou um outro sistema, será discutido oportunamente.

A única coisa que eu gosto de colocar aqui, mesmo antes do advento da Lei da SAF: o São Paulo é o clube hoje brasileiro mais vezes campeão do mundo com sistema associativo, um clube mais jovem do que os outros, porque foi fundado em 1930, teve técnicos como o Telê, que internacionalizou o São Paulo. Não por isso a SAF deve ser desprezada, mas nós vamos discutir no outro âmbito.

As primeiras SAFs, no Brasil, vieram por necessidade. Os clubes estavam... a maioria dos clubes estavam com muita dificuldade financeira e vieram, e colocaram por um valor, na minha visão... Eu não negociaria o São Paulo por esse valor.

Então, nós vamos aguardar os acontecimentos, Senador, mas eu nem demonizo o sistema associativo, porque, quando você tem um trabalho correto, o São Paulo explodiu nesse tempo, constituiu um patrimônio, tem um dos maiores estádios do Brasil, que é quitado – nós não devemos nada para a Caixa Econômica, para o Banco do Brasil, para nada.

Então, nós temos altivez...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O nome do estádio é Morumbi, não é?

O SR. JULIO CESAR CASARES – Morumbis.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, eu digo assim: não tem nome de patrocinador. (*Risos.*)

O SR. JULIO CESAR CASARES – Não, não tem, não tem. É Morumbis.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso, para mim, é uma vergonha. O estádio do Corinthians, a Arena... Eu nem falo o nome lá de um laboratório, que, inclusive, é de Goiás.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Na verdade, Presidente, eu acredito que o futebol está passando por essa transformação e acho que isso vai ser importante. Lá na frente, vão dizer: "Essa SAF funcionou [agora tem uma questionada na Justiça, no Rio de Janeiro], essa não".

Então, o São Paulo, eu dizia na campanha, quando eu fui candidato, que não seria nem o primeiro a se tornar SAF, e talvez nem um dos últimos. Nós vamos analisar o quadro, sentir o ambiente, e,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, entregar o São Paulo financeiramente, porque, se sentar com algum investidor, que se sente de forma adulta e com muita soberania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu quero registrar aqui, com muito prazer, Senador Chico, a presença da voz política mais amada do Acre, que é o nosso querido Senador Sérgio Petecão. Ele sempre preocupado com esta CPI, com tudo aquilo que nós vamos aqui fiscalizar, investigar para chegarmos a um acordo para um relatório final com que o Romário está sonhando. Ele falou: "Kajuru, é uma questão de honra para mim", porque o Petecão sabe, o Chico sabe... Talvez o Brasil inteiro não tenha conhecimento. Eu vou fazer aqui duas revelações: uma sobre o Textor e outra sobre o que viveu o Romário.

O Romário foi Presidente de uma CPI do Futebol. O que aconteceu? No relatório final, ele, pela primeira vez, tomou bola nas costas, ou seja, lateral gordo. Entendeu? Bola nas costas. De quem? Do próprio Relator dele: Romero Jucá.

Eu tomei conhecimento de fatos tristes. Nessa CPI do Futebol, na época, a CBF, que não era de Ednaldo, era daqueles corruptos até na medula, até na essência. Eles vieram para cá com um caixa de R\$60 milhões. Compraram votos de Senadores... E era tão difícil! E o Romário ontem – em uma entrevista exclusiva a mim e à Leila do Vôlei, que vai para o ar em rede mundial de televisão neste sábado, 10h da noite – pela primeira vez conta essa história.

Na hora da votação de um caso grave nesta CPI do Futebol, quatro Senadores saíam para combinarem o voto em um gabinete. O que o Romário fez? Um dia ele deixou a Presidência e foi lá em flagrante e pegou os quatro combinando, os Senadores. Então, veja o que aconteceu nessa CPI do Futebol da qual o Romário foi Presidente.

Na CPI da Câmara, ela terminou desmoralizada e com denúncias de achques. A Comissão de Esportes da Câmara, que criou a CPI do Futebol. Esta aqui é uma questão de honra para todos nós! E nós falamos isto no primeiro dia – Petecão, Chico, Girão, Portinho e todos que estavam aqui no dia; tinha mais gente –, que a gente não podia manchar a nossa história, especialmente Romário e eu, por sermos... Diferentemente do Petecão, que nunca jogou bola e, quando vai ao estádio, inclusive pergunta quem é a bola. Agora nós dois, eu e o Romário, temos essa responsabilidade, que é igual à dos outros. Eu só estou fazendo aqui uma brincadeira, um pouco de humor. Essa é a primeira revelação.

A segunda. O John Textor, em videoconferência comigo...

E a minha equipe estava junto, com uma das melhores assessoras da história do Senado, que trabalha comigo, prazerosamente, a Carol da Luz. Ela viu, não sei se ela está aqui. Está aqui. Ela deve se lembrar.

O Textor virou para mim e falou assim: "Presidente!". Eu falei: "Para de me chamar de Presidente porque eu não sou, o Presidente é o Lula". Ele: "Senador!". "Também não me chama de Senador, me chame





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Kajuru. Eu estou Senador". Ele: "Calma, Senador!". Eu: "Não, eu estou calmo. Fala, o que o senhor quer falar?". "Não, é o seguinte: o senhor talvez não saiba, eu sou um documentarista mundial". Aí mostrou as fotos na videoconferência. Você lembra, Carol? Ele no Oscar. Ele já ganhou oito óscares.

Aí, ele virou e falou assim: "Você acha que um ganhador de oito óscares, como eu, Kajuru, você acha que eu vou chegar aqui no Brasil, como cheguei, sem prova de nada do que eu falei? Você pode ter certeza, Senador...". E pode ter certeza, Presidente, ou seja, Relator, que já foi Presidente, eu contava da história sua como Presidente da CPI, o que aconteceu e que isso não vai acontecer aqui, jamais! Nós dois sabemos disso, e os Senadores sabem disso.

Aí, querido irmão Romário, o Textor deixou a mim então... E o Romário depois conversando comigo, tipo assim: "Alguma coisa ele deve ter. Será que ele seria tão irresponsável de chegar aqui e não ter prova de nada de tudo que ele falou até agora?".

E aí, ele fez uma observação que vale a pena nesse ponto não defendê-lo, mas justificar o comportamento dele. Ele falou assim: "Se eu for desmoralizado no Brasil, eu estarei desmoralizado no mundo inteiro porque o mundo inteiro fará matéria, *The Guardian*, *The New York Times*, os maiores jornais do mundo vão dizer o que eu fiz. De repente, Kajuru, eu nem voltarei a ser dono dos times da Bélgica, da França e da Inglaterra. Portanto, a minha honra está em jogo".

Então, eu gostaria de deixar isso bem claro aqui nesta CPI, que tem esse ponto que nós também precisamos levar em consideração. E por isso que o Presidente do São Paulo, Julio Casares, foi muito coerente e sensato em não dizer que tudo o que até agora disse e declarou John Textor é mentira.

Ele disse que não, que espera – e até colocou aqui na sua ausência, porque eu expliquei e justifiquei que o nosso querido Romário foi ser Relator em outra Comissão... Ele colocou aqui, o Casares, o seguinte: "Se pelo menos 1% do que ele está falando for verdade, já vai ser importante".

E o resto vai caber a nós aqui, porque trazendo muita gente aqui... Veio o Promotor de Goiás, que disse que vai trazer novidades. De repente, amanhã um desses vai acabar contando para nós fato grave, seja de Série A, Série B, Série C, Série D, do Campeonato Brasileiro, e não ficar acusando, como o caso do árbitro lá da Série C do Campeonato Carioca – e a gente aqui, o Romário e eu, ficou lamentando a situação dele –, que fez vaquinha para pagar advogado.

E de repente um sujeito desse é condenado – como você lembrou do Barbosa, na Copa de 50....

O SR. JULIO CESAR CASARES – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... é uma morte social e acaba com a vida desse cidadão. Nós não sabemos o que ele está passando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, de repente, árbitro tubarão, peixe grande, está aí fazendo lambanças, nada acontece, e continua vivendo normalmente, como aconteceu na Máfia do Apito, com tudo scandalizado. E aconteceu o quê? Só um juiz foi suspenso, aquele Edilson.

E, antes, aquela Máfia da Loteria Esportiva, também gravíssima. E ninguém foi punido naquela Máfia da Loteria Esportiva.

Por fim – eu contei até para o Romário, que não sabia, porque aconteceu agora mesmo...

A gente aqui, nesta CPI, sabe separar o joio do trigo. Tem gente que fala assim: "Ah, vocês estão dispostos a acabar com as casas de apostas". Não, tem casas de apostas sérias, que merecem o nosso respeito. Como tem corruptas também, em qualquer meio.

A casa de apostas que patrocina o Corinthians – me parece que o nome dela é Vem de bet...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ...Vai de bet – agora de manhã soltou uma nota, exigindo do Presidente do Corinthians esclarecimento sobre pagamentos a laranjas, num total de quase R\$2 milhões, porque parece que não há mais dúvida sobre o envolvimento de um dirigente do Corinthians. Ela entrou com uma nota e disse que, se o Presidente do Corinthians não esclarecer tudo, ela rescinde o contrato hoje mesmo.

Então, você pode dizer que esta casa de aposta é corrupta? Ela que tomou essa providência.

Então, por isso que o nosso cuidado aqui será total, no que tange a tudo e, principalmente, à responsabilidade de homens, desde o Romário, até os demais integrantes desta Comissão Parlamentar de inquérito.

Presidente do São Paulo, Julio Cesar Casares, o senhor está liberado. MUITÍSSIMO obrigado por ter aceitado o convite. Sei que, se precisarmos da sua presença novamente, o senhor estará aqui. Caso queira fazer alguma observação final, fique à vontade.

A gente vai seguir os nossos trabalhos, pois temos mais dois convidados importantes para ouvirmos aqui na CPI.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Presidente Kajuru, Relator Romário, eu que agradeço, e reafirmo: se necessário for, é só marcar data e horário que estaremos aqui.

Acho que é uma cruzada para o bem do futebol brasileiro, e eu fico honrado de ter visto e ter presenciado o trabalho sério que está sendo feito aqui pelos Senadores Chico Rodrigues, Petecão, que está aqui também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou à disposição e estou muito feliz, porque eu acho que nada deve ser encoberto – tudo deve ser discutido – e as responsabilidades devem ser apuradas.

Meu muito obrigado. Espero recebê-los um dia num clima, talvez, de refundação do futebol. E tenho certeza de que a CPI vai dar uma contribuição imensa para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado.

Queridos amigos Petecão e Chico, alguma observação final?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Eu gostaria apenas de desejar êxito ao Presidente do São Paulo, Casares, que deu um suporte, pela sua experiência no São Paulo, ao Presidente Ednaldo Rodrigues, para que, se Deus quiser, se você tiver uma aura positiva, leve uma aura positiva e nós possamos chegar a 2026 trazendo para o Brasil o que o Romário trouxe. O brasileiro já está com saudade, Romário, de uma Copa do Mundo, e só dirigentes sérios podem, na verdade, fazer com que esse sonho se transforme em realidade.

E V. Exa. agora, acompanhando a delegação brasileira, que leve realmente esse estímulo ao Presidente Ednaldo Rodrigues, e vamos, na verdade, fazer com que essas questões menores, que não vão acabar nunca enquanto tiver futebol...

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – Claro.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Aqui não tem hipocrisia de: "Ah, a CPI vai resolver o problema do futebol!". Vai nada. Vai, na verdade, direcionar, porque nós temos o Romário, que sabe tudo, o Senador Kajuru, que sabe tudo, então vai apenas mitigar com algumas ações essas denúncias, essas questões, pelo menos para inibir aqueles que, na verdade, querem fazer do futebol um instrumento.

Mas parabéns pela apresentação.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Acho que o Presidente Kajuru e o Senador Romário conduziram de uma forma muito técnica. Vocês vejam que eles não politizaram, não têm politizado...

O SR. JULIO CESAR CASARES – Em nenhum momento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... a apresentação de nenhum dos convidados, e isso demonstra que realmente a tendência do relatório final vai ser no sentido de corrigir alguns erros que se têm cometido hoje no futebol.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR CASARES – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Senador querido Petecão, você não quer nem o direito de resposta. Afinal, eu afirmei que você vai ao estádio e pergunta quem é a bola. *(Risos.)*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Romário está rindo aí de ti. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você quer dizer que o Romário já te viu jogar bola?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele me viu, nós jogamos juntos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu vou dar um depoimento: um dos grandes zagueiros aqui do nosso Congresso Nacional, pode acreditar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Rodamos o Brasil todo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interperlar.) – Romário foi ao Acre fazer uma partida de futebol, quando nós tivemos a enchente lá, ele participou de um evento. Recolhemos não sei quantas toneladas de alimento. Rodamos o Brasil todo ajudando algumas entidades, quando, então, Deputado Federal.

Um dos maiores zagueiros que o Acre já teve, Kajuru. Eu me admiro você, um cara que conhece muito de futebol. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu me retrato, peço desculpas, porque agora, sim, eu corro risco de perder o primeiro processo. Não me processe, Senador Petecão, por favor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente Casares, eu cheguei atrasado. Peço até desculpas, viu, Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que é isso? Hoje não tem desculpa. Hoje é dia de trabalho demais aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Parabéns. Pelo pouco que eu acompanhei da sua fala, muita tranquilidade, muita firmeza.

Eu penso que esta CPI tem um compromisso grande. Nós temos aí na Mesa duas figuras renomadas do esporte: o Kajuru, como um grande jornalista; o Romário, que dispensa qualquer comentário... Está me devendo uma camisa do América. Passei o final de semana ligando para ele: "Cadê a camisa, Romário? Pelo amor de Deus!".

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou te dar!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas vai me dar quando? (*Risos.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você pediu não tem dois dias! Vou te dar daqui a pouco.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quando terminar o campeonato, quando o América for desclassificado, sei lá?

Então, Presidente, obrigado pela sua presença. Nós estamos aqui apenas tentando dar a nossa parcela de contribuição para que a gente possa melhorar a imagem do futebol brasileiro.

Então, é isso. Muito obrigado e parabéns pela sua participação aqui na nossa CPI.

O SR. JULIO CESAR CASARES (Para expor.) – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sérgio Petecão, Senador, só para rapidinho dizer...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sou tricolor, sou tricolor doente, mas sou tricolor do Rio de Janeiro, não sou são-paulense. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei, eu sei, eu sei!

O SR. JULIO CESAR CASARES – Mas tem que respeitar, o América está chegando, hein? (*Risos.*)

Vamos respeitar, hein?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, é sobre o América. Veja a luz que Deus deu a esse homem Romário, dos gramados à vida pública. Ele estreou num sábado, não é? Eu tomei conhecimento ontem e eu juro por Deus que fiquei surpreso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiquei estupefato. Vocês nem tomaram conhecimento, que estão presentes aqui, mulheres e homens, senhoras e senhores.

No jogo do América, ele no banco o tempo inteiro. Chegou a ter no YouTube uma audiência simultânea de 800 mil pessoas. Olhe que loucura! A estreia do América na Série A2. E eu com a minha esposa brigando, porque ela falou assim: "O Romário vai entrar em campo". Eu falei: "Você não conhece o Romário. Ele não vai entrar em campo. Ele vai ficar no banco até o fim e vai deixar esse gostinho para um dia o torcedor ver". Aí ele falou assim: "Não era o dia, Kajuru, a situação não estava boa". *(Risos.)*

Mas, enfim, o América...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A audiência era tão grande que eu estava acompanhando, e foi daí que surgiu a camisa: eu achei bonita a camisa. E disse: "Romário, pelo amor de Deus, me dá uma camisa". E ele... Eu pensei que estava falando com o Romário jogador, mas estava falando com o Romário político, porque ele me prometeu e até hoje não cumpriu nada. *(Risos.)*

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele me mandou uma mensagem durante o jogo e queria que eu respondesse. Aí, é difícil. *(Risos.)*

O SR. JULIO CESAR CASARES *(Fora do microfone.)* – Não, aí, não dá; aí, não dá. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu mandei depois do jogo.

O SR. JULIO CESAR CASARES *(Fora do microfone.)* – Bem depois, umas duas horas depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dr. Luís Carlos, advogado do Presidente do São Paulo, muito obrigado pela sua presença também. Voltem com Deus para a capital paulista!

E só para a gente não terminar sem humor também: volte por gentileza, quando deixar o São Paulo, ao nosso SBT, na época em que eu trabalhei junto contigo...

O SR. JULIO CESAR CASARES – Saudade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A saudade não é só do SBT...

O SR. JULIO CESAR CASARES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... é saudade do salário. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR CASARES – Eu também tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, na época dele, gente, salário do SBT... Eu, Kajuru, ganhava R\$0,5 milhão. Eu não sabia nem o que fazer com o dinheiro no final do mês.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Mas era merecido, trabalhava direito, informava direito e não tinha medo de patrão, embora fosse um bom patrão, não é? O Silvio sempre foi bom.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Excelente. Para mim o melhor de todos.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Mas, Kajuru, lembra Luciano Callegari, Guilherme Stoliar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Luciano Callegari, Guilherme Stoliar...

O SR. JULIO CESAR CASARES – E o Kajuru... a gente sabia que a audiência dele era muito grande, porque o Kajuru informava, mesmo do campo, de fora do campo, ele trazia informações e furos importantes na transmissão, o que hoje, infelizmente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hoje está.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hoje o meio está.

O SR. JULIO CESAR CASARES – Mas vamos, quem sabe, um dia juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se Deus quiser!

Bem, gente, dando continuidade às nossas oitavas – um abraço, querido –, eu convido para a nossa mesa diretora – aqui se escreve "os depoentes"; eu não gosto de usar essa palavra – os convidados: o Sr. José Perdiz de Jesus, merecedor do respeito de Romário, meu e de todos os membros desta CPI, que é Presidente do STJD, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva; e o Sr. Ronaldo Botelho Piacente, que é Procurador do mesmo Superior Tribunal. Que eles tomem assento à mesa!

E, aí, eu também vou dispensar aquele palavreado, como se você estivesse aqui com alguém já condenado: "jurar, dizer a verdade, nada mais que a verdade; tome cuidado, porque tem reclusão de até quatro anos...". Nós sabemos que aqui mentira a gente não vai presenciar. Quando presenciar, é claro que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai pedir voz de prisão. Eu sou apaixonado em pedir voz de prisão, mas sei que hoje eu não vou pedir. *(Pausa.)*

Bom, eu cedo o tempo de dez minutos, inicialmente, ao Presidente do STJD, Sr. Perdiz, para sua explanação inicial. Fique à vontade!

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos novamente, Presidente Kajuru, Senador Romário, Senador Petecão, Senador Chico, a todos e a todas aqui.

Primeiramente, eu quero agradecer a oportunidade, o convite de contribuir, de participar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em que, mais uma vez, o futebol é tratado com a grandeza e responsabilidade que merece.

V. Exas... Como já demonstrado o conhecimento de campo do Senador Romário, e o de V. Exa., nas análises... E isto eu quero destacar, Senador Kajuru: da importância... Porque nós estamos diante de um momento em que o que é colocado aqui para análise e o que foi objeto, junto ao STJD e aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito, é exatamente uma análise de desempenho ocorrida em jogos significativos ou em jogos de menor – chamamos assim –, de menor importância no futebol brasileiro.

Eu encaro que todos os jogos das Séries A, B, C e D e séries de campeonatos estaduais têm a mesma importância de uma final de campeonato brasileiro. A seriedade, a destinação da segurança, da tentativa de que um jogador tenha, alcance êxito, os dirigentes de clubes, toda a organização de uma competição... Isso não é fácil de se mensurar, isso não é fácil de se colocar nesse aspecto.

O STJD tem sido rigoroso. O STJD, no caso específico da Operação Penalidade Máxima, talvez tenha sido um dos colaboradores que efetivamente puniu aqueles participantes, porque a legislação – e isso é uma legislação absolutamente boa, aplicável – permite que os condenados ou os investigados não tenham uma punição, a chamada não persecução penal, e façam acordos. E, no STJD, apesar de existir essa possibilidade, os jogadores que estavam envolvidos foram suspensos.

E aí eu já adianto a todas e a todos aqui que nós temos lá hoje, Senadores, pedidos de conversão de pena, que é uma situação absolutamente prevista na legislação, e nós não temos feito ainda as conversões aos atletas que podem se regenerar, que podem voltar ao esporte, por quê? Porque nós entendemos que esse momento é um momento ainda muito delicado, é um momento em que estamos ainda vendo a extensão... O próprio Senador Kajuru se referiu a que a penalidade máxima pode vir ainda com algumas outras questões.

Então, eu queria dizer no sentido não da satisfação por problemas, mas da honra de estar aqui colaborando. Eu estou encerrando o meu mandato, um período de oito anos no Pleno do STJD, agora em julho, não posso ser reconduzido, mas entendo que tenho ainda muito a ajudar, a contribuir nesse final de mandato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas cinco, seis vezes em que estive aqui no Parlamento junto aos senhores, eu tive a honra da participação... Falamos sobre racismo, falamos sobre manipulação, falamos sobre apostas, falamos sobre situações inúmeras no esporte como um todo, e foi de uma grandeza imensurável para mim, como representante hoje da Justiça Desportiva.

A Justiça Desportiva ganhou uma dimensão muito de visibilidade maior. O Senador fez referências a julgamentos anteriores, e nós temos tido, sim, um desempenho com transparência. Antigamente os votos eram orais, hoje os votos são obrigatoriamente escritos, os votos são fundamentados, os auditores que compõem são todos muito competentes e formados, assim, no sentido de estarem imbuídos da melhor situação, mesmo que essa – por traduzir paixão, que é o futebol – paixão não permita que alguns interpretem com sangue frio ou com aquela frieza que às vezes o tribunal julga os processos.

Então, eu quero dizer, em relação específica a esse processo, essas denúncias que chegaram, Senadores aqui presentes e os que nos ouvem, o que ocorreu. Quando recebi, no final do ano de 2023, uma notícia de infração, pelo Sr. John Textor, com essas imagens, essas questões, isso tratava de campeonatos de 21, 22 e 23, campeonatos já encerrados, Senador Romário. E, ao analisar essas questões, eram imagens, e essas análises, eu entendi em um despacho e – na oportunidade o Procurador-Geral estava na sessão – eu levei ao Colegiado. Apesar de ter um poder de decidir monocraticamente, eu levei ao Colegiado, ao Pleno e disse: "Olha, recebemos essas questões. Eu entendo que isso não é possível para essa fase do tribunal nós analisarmos, essas questões que estão postas". E por quê? Essa análise de desempenho, a UEFA... E a gente cita a UEFA aqui, que é um futebol de referência, o futebol europeu. Sempre que se cita um futebol de primeiro mundo, a gente não coloca o Brasil, apesar de o Brasil ser, sim, eu penso, um futebol de primeiro mundo. Porém se cita muito o futebol europeu. E eu até faço uma referência de que o futebol brasileiro talvez não seja considerado esse primeiro mundo, porque os países europeus são pequenos, e o nosso país é de uma dimensão continental: o futebol no Acre, o futebol no Amapá, em Roraima, são diferentes do futebol do Rio de Janeiro, são diferentes de todas as capacidades. Não há como se comparar. A regra é a mesma, a identidade do jogador, do dirigente, é a mesma; porém é diferente o futebol. O estádio não tenha talvez a capacidade, a grama não seja adequada, o torcedor não tenha aí a sua condição a mesma do carioca, do gaúcho, de tudo.

Então, eu quero dizer que, essa questão da análise, a Europa já refutou essa questão, porque tem dia, e já foi dito isto aqui pelo Senador Romário e pelo Presidente Casares que esteve aqui, e o Senador Chico, V. Exa. falou do 7 a 1, tem dia em que as pernas... Eu não posso dizer, porque não fui profissional, mas o Romário foi, e tem dia que tudo não dá certo no futebol, e é aquilo. Nós já tivemos aqui – apenas como uma gota de humor – aquele Inacreditável Futebol Clube em que uma empresa de televisão dava uma camisa a um jogador que perdia um gol debaixo da linha, debaixo das traves ali, e isso hoje seria considerado um crime, praticamente. Mas infelizmente ocorre. Tem dia que a bola não recebe aquela maestria, o toque magistral, ou as costas abrem aqui, a bola passa por trás, e o gol ocorre, como no título



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do tetra no Campeonato Brasileiro. Então, às vezes a bola pega nas costas de um atleta do mesmo time e evita um gol, uma questão.

Então, eu entendi – e o Pleno do Tribunal –, com a opinião do Procurador-Geral, no sentido de que nós não tínhamos como analisar. E por quê? O STJD não tem poderes de quebrar sigilo bancário, não tem poderes de quebrar o sigilo telefônico. Então, a nossa investigação se dá com oitivas e provas que venham a ser produzidas. Em alguns inquéritos que nós investigamos de situações comuns de jogadores... Por quê? Nós temos recebido... Recebemos, mensalmente e agora semanalmente, os relatórios da empresa Sportradar, que é uma empresa contratada pela CBF, pela FIFA, para apresentar... Esses relatórios eram muito simples: "Ó, esse jogo está sob suspeita", mas não dizia. Depois a CBF, através do Diretor de Competições, do Presidente Ednaldo, de todo o *compliance*, foi ampliando essa questão. O tribunal também pleiteou essa questão, e hoje os relatórios são eu não digo completos, mas são com evidências significativas, que nos permitem apontar a jogada, nos permitem ali ver essas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Vou concluir já.

Então, é uma circunstância em que no tribunal, dentro da sua capacidade, eu vou dizer, jurídica, nós temos uma limitação. Muitas vezes a gente conversa com um jogador na hora do inquérito, pergunta e fala: "Olha, o senhor parece que estava correndo em direção ao gol e, de repente, o senhor falha um pouco ali na perna". "Olha, eu estava com uma contusão, eu não poderia falar isso ao médico do clube, ao massagista, ao presidente, senão eu não jogaria. E, se eu não jogo, eu não recebo salário; então, eu passaria fome, minha família, essas questões...". Então, nós temos a limitação, o STJD.

A Operação Penalidade Máxima foi muito importante. O compartilhamento de provas é que nos possibilitou, sem sombra de dúvida, a apuração e a condenação daqueles que eram culpados e a absolvição dos que não eram culpados, porque obviamente o STJD, como já dito aqui, é um tribunal com duplo grau de jurisdição, ampla defesa e contraditório sempre presente. Então, acho que isso é importante para evitar injustiças. E o tribunal está sempre pronto para auxiliar, eu digo assim, naquilo que for preciso.

Então, o folclore... Já vou encerrar, Senador Kajuru e Senadores. Eu vou encerrar. Tem um folclore que muitos, talvez os mais da minha idade, eu já vou acima dos 60, se lembram, não é? É aquela história da mala branca e da mala preta. Então, a mala preta era aquela que poderia ser um incentivo para uma equipe jogar, fazer o corpo mole ou perder. Esta é crime, esta é tipificada na apuração de manipulação. Já aquela que incentivava uma equipe a correr mais do que o devido normal é, em tese, uma situação velada. Então, eu trago esse exemplo de que, na verdade, qualquer coisa que influencie de forma externa tem que ser considerada e analisada.

Então, eu tenho certeza de que a CPI, com a amplitude que tem, poderá analisar, mas eu entendo que, no momento, quando chegaram ao STJD essas imagens, esses estudos, a gente teve dificuldade, e eu entendi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não era cabível. Por isso é que, no STJD, *prima facie*, nós arquivamos esse processo. Hoje nós temos lá um inquérito em curso, o outro se sobrepôs, um se sobrepôs ao outro. Então, tem um inquérito em curso com base nessas questões colocadas pelo Sr. John Textor, e nós estamos ainda apurando.

O relator é o Dr. Mauro Marcelo, que é um membro do tribunal, é delegado de polícia por experiência, ativo na Polícia Civil de São Paulo, e tem conduzido esse inquérito lá, dentro da nossa competência, sempre respeitando.

Então, em suma é isso, Senadores, para iniciar aqui o que eu tinha a dizer, e fico absolutamente à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Presidente do STJD, José Perdiz.

De imediato, os questionamentos sempre qualificados do inigualável Relator, Senador Romário.

Irmão, a bola é sua.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, Sr. José Perdiz, obrigado pela presença, obrigado pelas palavras.

O senhor considera que o grande problema a ser enfrentado pelo futebol brasileiro atualmente é exatamente a manipulação de resultados? O STJD está preparado para enfrentar essa questão com a firmeza que ela exige?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Senador Romário, eu entendo que a maior evidência hoje no futebol brasileiro seja, sim, a manipulação de resultados, a maior evidência, porque eu entendo que a violência de toda ordem – a violência física, a violência discriminatória, a falta de respeito para com os atletas, a falta de respeito para com os dirigentes também é uma forma a ser enfrentada pela Justiça Desportiva.

Mas especificamente sobre a manipulação de resultados, eu quero dizer ao senhor... O que acontece? O tribunal sempre ouvia algumas questões em relação a isso. E nós nos deparamos agora com um caso vindo do campeonato estadual de São Paulo que foi emblemático. Foi a primeira vez que nós trabalhamos com uma questão muito diferenciada daquela que foi na penalidade máxima. Por quê? Existia, sim... Aí eu vou dizer aos senhores de um lance de um goleiro, o Ivo, que é um auditor do Pleno, foi goleiro do Grêmio. Ele tem um episódio em que o Corinthians ganhou de 5 a 0 do Grêmio, ele estava no gol e tomou cinco gols, foi crucificado por isso. E, quando nós fomos julgar esse caso de São Paulo, ele falou: "Olha, aqui tem um problema grave, porque o goleiro, quando armou a barreira, estava atrás da barreira, ele não tinha visão nenhuma da bola, ele não tinha visão". Em todo posicionamento de um goleiro quando arma a barreira, ele fica aguardando uma visão, um ângulo de visão, para que a bola... Então, quando a falta foi cobrada, a bola entrou, eu vou dizer, suave, entrou sem nenhum esboço. E, quando vimos essas imagens,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós ficamos assim: poxa... Agora, pela primeira vez, a imagem dá indícios, mas nós condenamos só pela imagem? Não. Nós condenamos por vários outros indícios. Tinha depoimentos, tinha investigações que foram feitas com o Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo, com a Federação de São Paulo, que auxiliou nesse aspecto. E depois nós fomos nos deparar com que inúmeros jogadores que estavam ali não tinham vínculo com o clube diretamente. O vínculo era com uma loja na cidade, no município, uma loja que disponibilizava os jogadores para isso. Então, esse foi um caso diferenciado em que o tribunal analisou várias circunstâncias, mas analisou, sim, a imagem, ou seja, uma parte do julgamento foi com base no desempenho que estava acontecendo. Então, havia um conjunto de indícios, um conjunto de provas, de provas realmente, que fez com que o STJD confirmasse a decisão lá embaixo.

Em relação a essa questão de manipulação, Senador, eu quero dizer ao senhor que nós nos deparamos também, no curso das investigações, com algumas surpresas especificamente.

Quando nós falávamos em *sites*, em algumas investigações de jogadores de clubes das Séries C e D e clubes de segunda divisão e terceira nos estados lá – e aí não há discriminação nenhuma, Senador Chico – do Norte principalmente e do Nordeste, nós nos deparamos com uma tal de maquinação. Eu perguntei: "O que é maquinação? *Sites*?". "Não, auditor, o senhor está enganado. Aqui não é só essa questão de *sites*, não. *Sites* são fáceis verificar". Por quê? Nós pedíamos aos que estavam sendo ouvidos para que mostrassem nos seus celulares se havia apostas, se havia alguma outra questão que eles apostassem ou familiares apostassem, e alguns mostraram. Depois os advogados já falaram: "Olha, cuidado aí que você está fazendo prova contra si próprio". Mas essa questão de maquinação, eu falei: "O que é isso?". Ele falou: "Não, as pessoas chegam durante o treino, durante a partida e, durante o tempo inteiro, leva a máquina, oferta, como se fosse uma maquininha de apostas, de cartão de crédito, e as apostas são realizadas ali até em treino, até em jogos amadores". Aí eu falei: "Bom, esse é um controle que foge à Justiça Desportiva, é um controle das autoridades policiais, é um controle nessa questão".

Eu estive recentemente participando de um seminário aqui em Brasília sobre todas as possibilidades antifraude, o futebol estava lá participando. E o que eu acho que é importante nesse caso? É exatamente essa troca de informações, porque o *modus operandi* é o mesmo da Europa, é o mesmo na Ásia, é o mesmo em todos os lugares, é o mesmo aplicado no Brasil: é a cooptação de um atleta, é a cooptação de um dirigente ou de alguém que tem aquele vínculo ali com os jogadores. E o que foi colocado? O primeiro caso que eu estudei veio da Primeira Guerra Mundial, os ingleses tiveram um envolvimento entre um atacante e um goleiro, e depois eles foram penalizados, serviram na Primeira Guerra às forças inglesas e depois tiveram a conversão de pena para eles voltarem. E disso nós tivemos a Itália, que teve clubes importantes rebaixados, nós tivemos a Espanha, nós tivemos a Bélgica, nós tivemos Portugal, tivemos todo mundo do futebol – é isso. E o que aconteceu? Talvez a limitação de possibilidades da conduta individualizada possa evitar isso, como foi dito aqui. Hoje, às vezes, nos deparamos com inúmeros escanteios que não se justificam, mas eu tenho respeito pelos atletas, porque a gente sabe, isso não é cartesiano, isso não são dois



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mais dois. O jogo de futebol, as possibilidades da disputa de um esporte, é exatamente a imprevisibilidade do resultado que cativa, que motiva tanto o esporte. E o futebol é o esporte mundial.

Então eu sugiro que a Comissão possa estudar também a troca de informações entre as autoridades no sentido da prevenção.

V. Exas. têm feito um trabalho, eu sei disso, em relação – estive aqui participando – a essas questões de apostas e V. Exas. saberão dar... Mas eu entendo que é um dos motivos principais e preocupantes, Senador Romário: a manipulação de resultados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O Sr. John Textor entregou uma série de documentos que, segundo ele, seriam provas de manipulação de resultados no futebol brasileiro. Gostaria de saber aqui que tipo de evidência ele entregou para vocês e que tipo de encaminhamento o STJD deu a essas supostas provas?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Senador Romário, as primeiras que ele apresentou, que foi essa análise da empresa Good Games!, salvo engano, e, as análises estavam todas em inglês, no final do ano, de vários campeonatos, nós entendemos que não era possível, com base nessas imagens, colocar. Por quê? Eu cito um exemplo, o próprio VAR hoje, linha de impedimento, dependendo do *frame*, que eles chamam, do quadro em que se coloca a posição, um pouco à frente ou um pouco atrás, pode se caracterizar um impedimento ou não.

Então essas questões de analisar, se esses relatórios teriam essa validade, e como a Europa já recusou a validade dessa análise de desempenho por esse aspecto, o tribunal entendeu por não prosseguir, mas o tribunal ofertou a possibilidade de ele trazer provas concretas de jogos específicos, como nós tivemos aí na penalidade máxima. Ele podia trazer várias situações para que o tribunal avançasse, e nós temos compartilhado. Nós temos compartilhado provas com a polícia, com o Ministério Público, e estamos recebendo e estamos fornecendo também. Todas as vezes em que o STJD recebe alguma questão em que é possível a base dos relatórios analisar isso, nós não estamos deixando de apurar, e estamos apurando.

Em relação ao John Textor hoje, nós temos um inquérito aberto. Nós tivemos um outro inquérito aberto, eu despachei três dias para ele apresentar, foram renovados três dias, e ele não levou. Uma das peças do advogado dele, à época, foi exatamente dizer: "Olha, ele não vai fazer prova contra si mesmo". Porque eu penso que seria essa questão da gravação, que a gravação de pessoas, de terceiros é ilegal no Brasil, se não tiver sigilo... autorizada a quebra do sigilo, ser autorizada pelo Judiciário ou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito uma questão dessa. Porque é o que eu disse, o tribunal, o STJD não tem poderes para quebrar sigilo bancário e telefônico. Mas existe hoje, em curso, de igual forma a CPI, um inquérito em que estão sendo ouvidos, em que serão ouvidos jogadores, serão ouvidos árbitros, estão sendo ouvidos todos aqueles que estão relatados ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora essa questão da gravação, ele apresentou tem uma semana um *link*, mas esse *link* ainda não foi autorizado, porque ele quer que o tribunal diga como será o sigilo desse *link*. O tribunal trabalha hoje com processos digitalizados, não trabalha com um sistema que possa auferir dessa maneira, por isso nós não recebemos ainda essa gravação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, essa gravação é de quem? É do goleiro?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – É do árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, do árbitro.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Essa que já está na imprensa, é isso que eu ia dizer.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa já está mais do que conhecido...

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – É, quebrado o sigilo. Então, se for essa realmente, nós não acessamos ainda, o Relator já tem conhecimento dela e vai ter uma forma.

O tribunal, nós não... nós colhemos depoimentos em sigilo, nós não divulgamos, nós guardamos tudo aquilo. Agora os resultados dos julgamentos foram públicos, como devem ser todos os julgamentos no tribunal, conforme a Constituição.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou satisfeito, obrigado.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quero registrar, com muito prazer, o sempre atuante, mas, no dia de hoje com tantas Comissões, especialmente a CCJ, o querido homem do futebol, maior Presidente da história do Fortaleza, Senador Eduardo Girão, do Ceará.

Seria eu aqui pela inscrição, mas, caso o Senador Girão aqui presente, que se comprometeu que estaria, queira fazer questionamentos ao Presidente do STJD, nosso querido José Perdiz, à disposição, e, com prazer, pode pular a minha vez aqui, querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Poxa, muito obrigado, Senador Kajuru. O senhor é sempre muito gentil. Eu lhe agradeço e eu vou ser bem objetivo.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. José Perdiz de Jesus, o Sr. Ronaldo, também, Pia...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Piacente. Sejam muito bem-vindos aqui ao Senado Federal os dois.

Queria pedir desculpa aos colegas também, porque, como o senhor falou, com essas Comissões uma em cima da outra, a gente acaba não participando, mas a nossa equipe estava aqui, tá?

Eu pergunto só em nível de procedimento, Senador Kajuru: eu posso fazer pergunta também ao Dr. Ronaldo? Posso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu já vou aqui aproveitar...

O Presidente do São Paulo já foi embora, não é isso? Então, eu tenho umas perguntas para ele aqui, infelizmente não deu... Depois eu vou encaminhar para a Presidência, se puder, enviar para o Presidente de São Paulo também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Enviarei hoje mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Então, Dr. José Perdiz, ainda em 2023, o STJD decidiu pelas primeiras punições de atletas envolvidos em esquema de apostas esportivas no Brasil. A CBF enviou solicitação à FIFA para que essas punições fossem estendidas para além do território nacional e contemplassem as 211 federações membros da entidade máxima do futebol. Os jogadores que foram punidos pelo STJD ficaram, assim, impedidos de atuar também em clubes no exterior. O grupo de atletas condenado em julho recebeu punição definitiva, ou seja, sem direito a recurso no âmbito esportivo nacional. Essa importante medida teve como base algumas das dezenas de operações dos MPs estaduais para cobrir as fraudes em resultados. Eu pergunto: qual o protocolo de julgamento para esse tipo de infração? Qual a relação entre o STJD e os órgãos de persecução penal, como as polícias civis, Federal e os Ministérios Públicos estaduais e Federal?

Também para o senhor: as investigações, processamentos, julgamentos e as eventuais punições de atos de manipulação de resultados demandam um procedimento cuidadoso, detalhado, envolvendo a coleta de evidências, o depoimento de testemunhas e a análise técnica de partidas suspeitas. A complexidade desses casos requer uma abordagem multidisciplinar envolvendo não apenas conhecimentos jurídicos, mas também a *expertise* de profissionais de outras áreas, como análise de dados e psicologia esportiva. Pergunto: nesse contexto, como o STJD tem visto o uso de análise de partidas de futebol por empresas como a Sportradar? O senhor falou agora da Good Game!, que simplesmente a questão da análise comportamental não é... Eu concordo com o senhor, acho que tem que ter um cruzamento com a aposta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportiva. E a Sportradar me parece que faz isso. Até que ponto essas avaliações têm servido como prova para a condenação de atletas?

Para o nosso Procurador, eu faço a seguinte pergunta: para mitigar os impactos das fraudes em resultados no futebol, é fundamental destacar que é muito importante que haja um esforço conjunto entre entidades esportivas, autoridades governamentais e a sociedade civil, para promover a integridade no esporte, através de campanhas de conscientização e da implementação de políticas de integridade e *compliance* nos clubes e federações. Além da atuação punitiva, como o STJD, órgão máximo da Justiça Desportiva no Brasil, tem atuado para coibir a manipulação dos resultados? O órgão tem promovido ações educativas e de conscientização sobre a importância da integridade e da ética desportiva?

E a última... Nós tivemos também, Procurador, nós tivemos, Dr. Ronaldo, há algumas semanas aqui, nesta CPI, a presença dos Srs. Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da CBF, e Julio Avelar, Diretor de Competições da CBF. Eles citaram algumas ações da Confederação Brasileira de Futebol contra as fraudes que têm comprometido a reputação das competições dos clubes e dos atletas envolvidos.

Eu pergunto: qual a relação do STJD com a CBF nesse aspecto? Há alguma interferência da confederação no julgamento da CBF, já que essas entidades têm uma relação institucional muito próxima?

E, para encerrar, meu querido Presidente, Senador Kajuru: eu sou um desportista, assim, apaixonado pelo esporte, e tenho visto esse patrimônio do povo brasileiro se esvaír pelas mãos aí, com o advento, e o grande detalhe foi o advento das apostas esportivas, não é? E eu me preocupo, porque, hoje em dia, você não consegue mais nem assistir a uma partida de futebol.

Vamos parar pra pensar: quando a gente está assistindo àquilo ali... Não falo nem das propagandas não, no intervalo; eu falo durante o jogo: "Aposte, aposte, aposte...". É algo, assim, que chega a uma banalização, a uma promiscuidade muito perigosa. Então, eu acho que nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro.

Já falei, numa vez em que o senhor estava aqui: nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro.

Eu tenho analisado outros países – viu, Senador Kajuru? Tenho até... Agora, que a gente vai ter um recesso, estou pensando em fazer uma viagem pra acompanhar de perto, conversar com entidades de fora, porque eu acho que, se a gente está aqui e se os senhores estão na posição que os senhores estão, a gente pode colaborar com isso para a essência, para a pureza do futebol. A gente não sabe se está sendo enganado hoje, se está lá...

E o nível de violência do torcedor aumenta, sabe por quê? Porque, além de o time dele estar, por exemplo, no resultado negativo, que ele esperava, ele apostou... Já parou pra pensar nisso? Eu conversei com o Presidente lá, do Fortaleza, e ele disse: "Rapaz, é um caso sério!".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quais medidas a gente poderia tomar... Questão de camisa de time, no manto sagrado do clube, como chamam os torcedores, tem lá propaganda de *bet*.

A própria CBF, que tem patrocínio de *bets*, pra mim me parece um conflito de interesses, tanto na série A como na série B, são casas diferentes...

Então, esse negócio de aposta a céu aberto, como está acontecendo, vai gerar... Os dirigentes de clube ainda não captaram isso...

Eu fui dirigente. Fui Presidente do Fortaleza. E, assim, a curto prazo, o.k.: a aposta chega com R\$30 milhões, com contratos espetaculares, o cara... É um sufoco, Senador Chico Rodrigues, que ele saia ali e bote a cabeça de fora pra pagar os salários e tal, o custo do clube, mas você imagine, a médio e longo prazos, o que é que vai acontecer...

O sócio torcedor... Eu já apresentei aqui o dado oficial, da própria Datafolha, pesquisa, mostrando que R\$100, em média, do brasileiro que recebe o Bolsa Família – olha só quem está sendo atingido nessa tragédia social! – já está sendo totalmente consumido com aposta esportiva! Cem reais, do Bolsa Família... E com seis meses que a gente votou o projeto! Você imagine isso em um ano, um ano e meio, o que é que vai... As pessoas estão se endividando! O torcedor...

Sabe o que é que vai acontecer? Pode anotar. É por isso que a gente tem que fazer algo urgente. Vai chegar o momento em que a família do torcedor – ele leva, muitas vezes, pro estádio a mãe, o pai, a esposa, os filhos – vai pegar tanta ojeriza, porque ele perdeu tudo que tinha em casa, produtividade, vai o emprego... E, muitas vezes, ele chega a atentar contra a própria vida – eu mostrei aqui casos. E só o que a gente vê, fora o que a gente não está vendo. Então, o nível de endividamento vai fazer sabem com o quê? Que ele pare de pagar o sócio-torcedor, primeira coisa que ele vai cortar: "Não, já perdi tudo, eu não tenho como pagar, vou pagar o meu pão, vou pagar a comida pra cá" E aí corta o sócio-torcedor, no desespero. O clube vai perder essa... E ele vai se afastar dos estádios, ele vai pegar ojeriza de futebol, porque ele perdeu tudo no futebol! Então, é um drama que a gente está vivendo aqui. E eu tenho alertado os colegas...

Eu tenho certeza de que esta Comissão vai encaminhar, depois de tudo nesta CPI, medidas para proteger o esporte dessa tragédia que são as apostas esportivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

V. Exa. tocou num ponto que eu ia falar que foi exatamente, Senador Kajuru, Senador Chico, a internacionalização das penas. Isso foi importante. O jogador, no mundo todo, quando era apenado, cumpria só naquele país. E nós nos deparamos no STJD com circunstância... Não era o condenado de manipulação, condenado por uma jogada violenta com oito partidas de suspensão, com doze partidas de suspensão, com três partidas de suspensão, que chegava e ia jogar. O que aconteceu é que nós tivemos aí uma análise da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

FIFA, e, nesse ponto, a CBF foi importante. O Diretor de Competições, o Dr. Julio, que veio da FIFA, trouxe essa possibilidade. O tribunal pediu durante os julgamentos... Por quê? Um dos atletas que foi condenado imediatamente foi pra rede social e falou "Olha, eu já estou vendido lá pra jogar na Ásia, em outro país lá", quer dizer, isso soava contra o futebol brasileiro como um descaso, como uma situação de impunidade, o que não é o que a Justiça Desportiva, a Justiça brasileira e os dirigentes do futebol pretendem. Ninguém pretende ver a impunidade. E também ninguém quer ver aí que o atleta não possa voltar à convivência do esporte, voltar a essa situação.

Então, o tribunal como funciona? O tribunal funciona em duplo grau de jurisdição. No primeiro grau, uma comissão disciplinar que julga os processos; são cinco auditores; na instrução do processo, cinco auditores fazem interrogatório, analisam as provas; e dessa decisão de julgamento já colegiado sobe um recurso voluntário para o pleno, que são nove membros, e lá nós podemos rever as provas, nós podemos admitir novas provas. Então, a ampla defesa e o contraditório são sagrados na Justiça Desportiva.

E como se inicia esse processo? A notícia de infração chega através de uma questão dessa do Sportradar ou de alguma denúncia formada por quem é parte, que pode denunciar... É para que não fiquem denúncias vazias também atrapalhando o andamento do futebol. E, a partir daí, um procurador define abrir o inquérito ou não, o Presidente define processar ou não – uma medida inominada ou uma notícia de infração. Então, a partir daí, se deflagram situações absolutamente, processualmente constitucionais com a ampla defesa e o contraditório. Então, por isso que a FIFA analisou bem e internacionalizou as penas que o STJD aplicou, com ajuda da CBF, que é a organizadora de todas as competições, o sistema confederado. Então, nós fomos... tivemos o auxílio da CBF, a FIFA acatou. Então, isso foi muito importante.

E o STJD... Eu estava dizendo, existe a possibilidade de conversão de pena desses atletas que foram condenados. Alguns foram condenados a 720 dias, outros a 360, outros a 180 dias.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (*Fora do microfone.*) – Seiscentos dias.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Seiscentos dias também teve uma média. Obrigado.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (*Fora do microfone.*) – Processo grande.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Isso.

Então, nós tivemos aí uma condição. Nós podemos até fazer, dessa forma, uma conversão. Não foi feita nenhuma ainda, porque nós achamos que o momento não seja o mais adequado, mas o tribunal pode a qualquer momento, e aí passa-se por medidas outras e toda essa questão.

Então, eu vou deixar o Procurador Ronaldo – porque a Procuradoria é quem dá o pontapé inicial a todos os processos lá – falar aí, senão eu acabo falando muito – me desculpem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos. Senador Kajuru, eu quero dizer que é uma honra estar aqui, nesta Casa, com o senhor, com o Senador Romário.

Esta CPI é muito importante. Nós sabemos que a questão da manipulação do resultado é uma coisa que vem de há muito tempo – eu vou falar um pouquinho daqui a pouco sobre isso.

E conte conosco, no STJD, conte comigo, como Procurador-Geral. No que puder ajudar, no que puder auxiliar, no que puder trazer a verdade a V. Exas., estarei aqui quantas vezes for necessário.

Estou à disposição e parabéns pelo trabalho.

Cumprimento também aqui o Senador Eduardo Girão e o Senador Chico Rodrigues também.

Bom, em relação... Só eu quero, antes de tudo, deixar aqui consignado, em meu nome e em nome também do Dr. Perdiz...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só rapidinho, para justificar aqui: o Relator Romário teve que sair em função de dores lombares. Ele foi até o departamento médico, mas ele deixou perguntas que ele gostaria de fazer ao senhor, e, quando eu tiver oportunidade...

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... farei as minhas e as dele também.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Está bom. Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode prosseguir à vontade.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Em meu nome também e em nome do Dr. Perdiz, eu quero também deixar a nossa solidariedade às cidadãs e aos cidadãos do Rio Grande do Sul. Quero dizer que nós fizemos transações disciplinares e conversões de pena e já estamos em quase R\$1 milhão em doação do STJD para ajuda ao povo do Rio Grande do Sul.

Bom, Senador, vamos lá. O senhor me pergunta sobre a questão das entidades. Eu quero ir só um pouquinho atrás.

Como é que funciona? Sportradar, que é o que está, na verdade, gerando todos esses relatórios, que vem através da CBF; a CBF também acaba arcando com essas despesas para as federações também. Então, a CBF disponibilizou isso, está pagando por essa despesa para, realmente, tentar buscar essa questão de evitar a manipulação do resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório é um relatório que é baseado em inteligência artificial e ele vai o quê? Ele, na verdade, analisa as apostas, e ele, essa inteligência artificial, analisando que há alguma aposta incoerente, a partir daí, sim, ele vai analisar o jogo. Aí ele faz a análise do jogo lá, dizendo: "O atleta tal não jogou, fez corpo mole, o atleta tal não foi contundente na bola". E chega para mim esse relatório.

Aí analisando esse relatório, obviamente, embora essa questão de manipulação de resultados todos nós sabemos que já vem de há muitos anos. Em 1982 teve a questão, que o senhor até disse agora há pouco, da loteria esportiva, em que o senhor foi até matéria da revista *Placar*, que ganhou até um prêmio Esso na época por esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Jornalista irretocável Juca Kfourir.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Exatamente, eu ia chegar lá. E aí, o senhor sabe que teve isso e não houve punições, não é? E não houve punições.

Depois nós tivemos a questão do Edílson Pereira de Carvalho, que na verdade também não teve, pela Justiça, nenhuma punição. Ele acabou sendo absolvido no Tribunal de Justiça. A única punição que houve foi da Justiça Desportiva, que acabou afastando os árbitros. Então, assim, esta CPI é importante para chegar na punição de quem realmente pratica esse ato.

Inclusive, a FIFA reconheceu o Brasil como o país mais importante ao combate da manipulação de resultados. E também reconheceu o STJD pela importância e pelo maior número de casos já julgados e condenados e internacionalizados. Então, tem esse reconhecimento da FIFA.

Bom, posto isso, o que nós temos a fazer enquanto entidade? Na verdade, então, nós recebemos esses relatórios da CBF e esse relatório da Sportradar. E a gente faz aquela análise do relatório que fala sobre a questão dos jogos, que, a meu ver, é uma questão subjetiva porque é uma pessoa que analisa lá. Esse atleta... eu recebi lá, por exemplo: "No cruzamento o goleiro não foi firme na bola; o atacante não foi de forma contundente na defesa, que não tirou a bola". Então, assim, é uma coisa muito subjetiva que estamos analisando. E aí, evidentemente... e aí, eu quero usar até a frase que o senhor utilizou da morte social. E eu me preocupo muito, eu não posso, embora tenha tido até algumas críticas de dizer: "Ah, mas por que você não denuncia direto?". Eu falei: "Eu não posso ter a irresponsabilidade, com base num relatório, de fazer uma denúncia". Então, chega lá uma inteligência artificial, analisa um jogo – um jogo não, uma aposta –, entende que essa aposta está um pouco fora da curva, que eles têm um gráfico lá. E aí chega: "Ah não, então vamos lá, então eu estou entendendo aqui que o atleta tal foi de corpo mole e deixou passar lá o gol". E com base nisso eu vou denunciar? Não, não fiz isso porque acho que é uma irresponsabilidade porque você vai colocar o nome desse atleta, você vai colocar o nome dessa pessoa. E ele denunciado é aquela coisa, depois que saiu, depois que está lá denunciado, mesmo que absolvido, fica aquela pulga atrás da orelha. E, profissionalmente, isso para outros clubes que poderiam querer contratar esses atletas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, haveria uma grande preocupação. Então, eu tomei muito cuidado com isso. Então, ao invés disso, eu determinei a abertura de inquérito.

E qual foi a grande dificuldade nossa do STJD? Porque nós não temos, como o Dr. Perdiz disse, o poder de polícia. Não temos o poder investigatório de determinar uma quebrar esse sigilo bancário, nós não temos de quebrar... uma escuta telefônica. Então, o que acontecia? Eu chamava árbitro, os atletas, presidente de clube, o técnico, eu chamava todo mundo para ser ouvido.

E o que nós chegamos a ouvir lá, Presidente? Chegamos a ouvir, assim, de o atleta chegar, de divisões menores, e falar: "Olha, doutor, eu naquele dia eu comi um prato de macarrão, eu comi um prato de macarrão, e fui jogar". O outro falou: "Eu fui jogar com febre, não tinha atleta, eu jogava com febre". Então, a gente ouvia várias coisas nesse sentido. "Olha, eu joguei lesionado, eu não tinha condições, eu tinha muita dor e joguei com dor."

Então, nós ficávamos limitados àquilo. Aí, ouvi o árbitro. "Olha, o senhor verificou alguma coisa de anormal, o senhor percebeu alguma coisa de corpo mole?". E: "Não, não percebi nada, foi um jogo normal". Aí, chegamos no técnico: "O senhor percebeu?". Chamava o técnico do time contrário: "Não, não percebi nada, foi um jogo normal". E, obviamente, com isso, nós ficamos aí amarrados, porque nós não conseguiríamos avançar com um inquérito, além de ouvir essas pessoas.

E aí, o que aconteceu? Até que houve a questão do Ministério Público de Goiás. Este foi o norte de tudo, e o Dr. Fernando Cesconetto foi espetacular.

Eu, tomando conhecimento, Presidente, da questão do trabalho do Ministério Público – eu tomei conhecimento pela imprensa –, eu entrei em contato com o Dr. Fernando Cesconetto, ele é chefe do Gaeco, do Ministério Público, do Gaeco, de Goiás. Eu me identifiquei para ele, falei: "Eu sou Procurador-Geral do STJD, eu estou com uma grande dificuldade, porque eu não consigo, eu não consigo avançar no meu inquérito, acaba sendo arquivado". Às vezes, até a gente até achava que tinha alguma manipulação, mas eu não tinha prova para seguir em frente.

O Fernando falou: "Ronaldo, me manda um *e-mail*, eu vou falar com o juiz, porque o processo lá, o processo da Justiça comum, está correndo em segredo de justiça, eu vou conversar com ele, vou falar, acho importante esse compartilhamento". O juiz deferiu o pedido, e aí, compartilhou para mim, Ronaldo, em especial, falou: "Como era o segredo de justiça lá, ele compartilhou as conversas, quebra de sigilo bancário, telefônico". A partir daí, sim, eu tinha provas. Aí, sim, a partir das provas, dos depoimentos pessoais, que já havia em algumas confissões, eu consegui fazer a denúncia direto. E, nos inquéritos que estavam em andamento, eu consegui: "Olha, para o inquérito, já vamos transformar em denúncia", porque eu tinha prova disso.

Então, essa questão que V. Exa. me pergunta, dessa relação com entidades, é o que tem que ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até trouxe aqui, tem uma convenção, chamada Convenção de Macolin, eu vou deixá-la com V. Exa., e até a CBF pediu para participar, para que o Governo se inscreva, para que ela apoie, que ela adira a essa convenção, porque é bem interessante, porque é uma convenção que fala sobre questões mundiais de manipulação de resultado. Eu acho que essa convenção é muito importante, porque ela pode trazer muita ajuda a nós, mas a gente depende do Governo. Eu vou deixar com V. Exa. Já existe o pedido da CBF aqui na Casa para isso. Então, eu acho que pode nos ajudar muito.

E a outra questão que já existe em andamento, no CNJ inclusive, é uma questão de compartilhamento exatamente do que nós fizemos com o Goiás, porque nós tivemos no Acre, está tendo no Rio de Janeiro, e não há o compartilhamento. Então, esse convênio... Seria muito importante que essas autoridades, tomando conhecimento – porque ela vai cuidar da parte da questão criminal –, também comunicassem, oficiassem à Justiça Desportiva, para que nós possamos tomar as medidas cabíveis na esfera desportiva, e aí fazer a denúncia. E, se provado, obviamente, fazer a punição das infrações disciplinares.

Então, esse convênio é importantíssimo, fiz com o Ministério Público de Goiás, mas não estamos tendo, na verdade, informações de outros estados, de outros Ministérios Públicos, o que é muito importante para nós podermos avançar nessa questão.

V. Exa. me perguntou sobre a relação do STJD com a CBF. Há uma relação institucional muito boa, até por questões... Há uma proximidade, que V. Exa. disse, por questão da lei, porque a própria Lei Pelé diz que ela deve ser custeada pelo... o Tribunal é custeado pela CBF. Nós não recebemos salários, não há salário, não há remuneração, é um trabalho realmente voluntário, mas toda a estrutura é realmente custeada pela CBF e, nas Justiças de Desportivas estaduais, pelas federações. Isso é por questão de força de lei, porque nós não estamos inseridos na Constituição Federal como um Poder Judiciário.

Interferência? Não, não há interferência alguma. Eu posso lhe garantir que a CBF vem fazendo um trabalho muito forte, muito sério. O Presidente Ednaldo tem uma grande preocupação com essa questão de manipulação de resultados. Ele contratou a empresa Sportradar exatamente para poder auxiliar, e como disse, também oferecendo isso para outras federações, para que possamos tentar, de alguma forma, amenizar isso.

Como disse o Senador Chico Rodrigues, não vamos ser hipócritas. Isso existe e vai ser realmente muito difícil dizer "ah, vamos acabar com isso". Não sei de que forma, mas não podemos parar, precisamos avançar, precisamos combater e precisamos punir os culpados.

Então, é isso que eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o Presidente me conceder só uma réplica rápida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Evidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Só para agradecer as respostas. Sinto-me contemplado. Eu só queria fazer um apelo às pessoas de bem. A gente vê pessoas comprometidas com o esporte aqui, nesta Comissão, os Senadores, os assessores... Eu quero fazer um apelo às pessoas de bem, porque eu, quando fui Presidente do Fortaleza, olhei no olho de cada atleta, porque me diziam: "Oh, vão te dar a facada na hora da final. Vão deixar na mão, na hora da final, se você não pagar um negócio a mais do que foi combinado, vão te enfiar aí uma chantagem, tal, aquela coisa". Diziam isso. Eu disse: "Eu não acredito nisso". Antes de eu assumir, eu disse: "Eu não acredito nisso". Como é que o cara faz o gol e dedica para Deus, para Jesus? O goleiro faz uma defesa espetacular e dedica para... Como é que essas pessoas vão fazer esse tipo de coisa? Não bate.

E realmente eu estava certo. Não tive um problema na gestão do Fortaleza. Tudo que foi acertado desde o início eles cumpriram direitinho. É porque a regra da boa convivência é o respeito.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, quando você respeita, você é respeitado. Eu não tenho a menor dúvida de que é a minoria da minoria que pode fazer alguma coisa nesse sentido, por uma porta aberta do dinheiro fácil, numa situação.

E esse é o apelo que eu faço. Eu, por mim, não existia aposta esportiva no Brasil. "Ah, mas os caras vão jogar em outros países". Não interessa, mas no Brasil você dificultaria. Isso é preservar o patrimônio, a joia da coroa do futebol brasileiro, que está nas mãos da CBF e que os senhores, na posição em que estão, também podem ajudar.

Não sei se nós vamos chegar a isso, porque o poder do dinheiro é muito grande, mas esse alerta eu faço questão de colocar para a gente encontrar medidas nem que seja para restringir ao máximo esse tipo de... Porque, é como eu repito – uma palavra forte –, está prostituído isso, está promíscuo, está... O futebol é um mercado, no sentido negativo da palavra, uma aposta a céu aberto, é um campo muito perigoso o que está acontecendo com o Brasil. Eu faço esse alerta e peço que os senhores reflitam comigo e levem para as entidades máximas do nosso futebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente Kajuru, pela ordem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Evidente também, Senador Chico Rodrigues, à vontade.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Eu estava observando aqui, acompanhando a manifestação dos Senadores, do Senador Romário, de V. Exa. no início e, agora, do Senador Girão, e a gente percebe que o tema é obviamente interminável, interminável! Eu observei que, na apresentação tanto do Presidente Dr. Perdiz quanto do Ronaldo Botelho, eles conhecem – obviamente, não poderia ser diferente –, na essência, todas essas questões, e o STJD tem procurado, na medida do possível, conduzir de uma forma cartesiana, apresentando resultados, enfim.

E sempre sobra alguma dúvida, e eu deixaria rapidamente, já foi falado, mas de uma forma mais didática e rápida, só para vocês me esclarecerem e à opinião pública que está nos assistindo aos milhares neste momento: qual a validade dos relatórios das empresas como Good Game!? Qual a validade?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Tá!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A segunda, para adiantar: havia uma denúncia contra jogadores do River, do meu estado, lá de Roraima. O STJD os inocentou, porque foi no Estado do Amazonas, e foi uma coisa mal entendida, e obviamente quarta divisão, quinta divisão, sei lá, mas, independentemente da divisão, o STJD se debruçou e, na verdade, chegou a uma conclusão para dar a alforria àqueles jogadores ali da Região Norte.

E há outra questão – viu, Presidente? –, que é claro que também, no momento oportuno, vai ficar sob o acompanhamento, a fiscalização, o controle do STJD. É uma questão que tem chamado bastante atenção. E, aí, com as pessoas que têm nos procurado, temos discutido, assim como a questão do sorteio dos árbitros, que eu sugeri aqui e vou apresentar até como um dado a ser incluído no relatório final para a CBF. Tenho certeza de que o Presidente Ednaldo Rodrigues vai analisar inquestionavelmente, com muito cuidado, a sugestão que nós apresentamos aqui.

O VAR todos sabem que é o árbitro assistente de vídeo, é o eletrônico, é a tecnologia que chega ao futebol. Acabou aquela história de imaginar, acusar e agora o árbitro... O VAR já começa a ser questionado também. É um inferno! Vocês sabem disto, que, às vezes, você está assistindo, todo mundo fica esperando: "Ah, o VAR, o VAR...". Quando o VAR define contrário ao interesse do torcedor, aí o VAR é o capeta. Não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Realmente. Então, veja... E para uma outra coisa que me chamaram atenção – como no mundo dos mortais tudo é possível –, alguém me disse: "Olha, o árbitro que fica sob o controle eletrônico lá no VAR, na cabine





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um contato direto, por telefone, com os dirigentes". Eu não sei se precisamente com o Dr. Julio, que é Diretor de Competições, não sei se é a cargo dele ou de quem é em relação a essa questão do acompanhamento e o controle do VAR. E aí se falou: "Olha, o VAR tem que ser independente, ele tem que ficar isolado ali". Na hora de um pênalti mal marcado ou de um impedimento ou de outra ocorrência em que o juiz não tenha segurança, o VAR... Se ele estiver numa campânula sozinho para decidir, sem interferência externa, porque hoje tem interferência externa, claro que a análise real pode ser mais justa – em tempo real, ela pode ser mais justa. Então, é outro item que também, Presidente Kajuru, nós iremos incluir como sugestão para que o VAR fique ali independente de forças exotéricas externas, para evitar qualquer dúvida. E o torcedor, como nós acabamos de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só me permita, Senador Chico, mais uma vez, com muita felicidade, essa sua sugestão...

Eu, como tenho muito respeito pelo Presidente Ednaldo Rodrigues, quero até falar com ele da possibilidade de o VAR não ter o comando da CBF, de ele ser independente, ou seja, de ele ser de uma empresa – correto? – que não tenha nada a ver com a CBF, com a Comissão de Arbitragem da CBF; que ele seja mais amplo; que ele tenha, inclusive, câmera para mostrar o comportamento do torcedor no estádio, uma outra câmera com que a gente pudesse saber o que o torcedor está fazendo, como racismo, como agressão, violência, desrespeito a uma mulher, a uma criança, para que aquele torcedor fosse punido através de uma imagem, de um flagrante e não entrasse mais nos estádios. Hoje alguns deles possuem aquilo que nós propusemos na nossa Comissão de Esporte, de que o Senador Girão se lembra, que foi o reconhecimento facial, que hoje já tem alguns estádios, tanto na bilheteria, como na catraca. O Goiás foi o primeiro que aceitou a minha sugestão, que é do meu estado, não é?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (*Fora do microfone.*) – Eu fui lá visitar e funciona muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é? É um exemplo!

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Fui lá visitar. Foi um exemplo!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora a Arena do Galo também, não é?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Também tem. O Palmeiras agora instalou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Palmeiras.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – O Atlético Paranaense também tem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – E agora, com a nova Lei Geral do Esporte, Presidente, também vai ser obrigatório. Em todo estádio com até 20 mil torcedores...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – ... a mais, vai ser obrigatório o reconhecimento facial, que vai ajudar muito na questão de violência no estádio, para identificação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpe interrompê-lo, mas só para acrescentar essa bela sugestão sua, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de dizer que esta CPI, diferentemente de outras CPIs – na verdade, eu estou há 25 anos no Congresso, e é a primeira CPI de que eu participo em 20 anos na Câmara, e em mais cinco que estamos juntos aqui, Senador Kajuru –, é de uma independência monumental e de uma responsabilidade e compromisso conduzidos por V. Exa. e pelo Senador Romário intocáveis.

Portanto, todas essas autoridades que estão sendo convidadas, etc., só têm contribuído de uma forma muito transparente, para que se possa apresentar um relatório final propositivo, para que possa, na verdade, melhorar exatamente o desempenho do futebol brasileiro e sem essas questões que, como eu disse, nunca vão acabar, mas vai haver realmente um acompanhamento e controle para frear essas situações muitas vezes deploráveis que acontecem no nosso futebol.

Então, era essa observação que eu gostaria de fazer.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Posso falar? Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (Para expor.) – O Dr. Girão saiu agora, foi numa outra Comissão, mas ele até estava falando da questão de valores. Nós tivemos lá um caso, que eu peguei, em que o atleta ganhava R\$1,5 mil e ele ganhou R\$100 mil para fazer um pênalti. Aí você vê o valor que isso envolve, das apostas, que era o que o Dr. Girão estava falando – não é? –, a questão do volume de dinheiro e aonde está chegando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, a gente percebe que tem aliciadores. As casas de apostas, a princípio, até hoje, pelo que a gente tem verificado, nem tem interesse nisso, porque dizem que mancha a imagem da empresa, mas os aliciadores vão até os atletas, os atletas mais humildes – embora isso acabou chegando até a Série A, que para nós foi uma surpresa muito grande –, e aí nós deparamos com valores, assim, absurdos envolvidos, R\$100 mil, para fazer... Um rapaz que ganhava R\$1,5 mil. E ele me respondeu: "Ah, mas não achei que estava fazendo nada de errado!". Foi o que ele falou. Foi o que ele... (Risos.)

Então é só para poder...

Bom, vamos lá.

A questão que V. Exa. me perguntou foi a qualidade do relatório da Good Game! Veja bem, a Good Game! trabalha com uma análise de performance do atleta. Então, ela falou: "Olha, esse atleta, aquele que o senhor vai falar que fez corpo mole, aquele atleta, o goleiro, não pulou na bola" – como foi a questão agora que mostramos aqui na imagem, em que o próprio Senador Romário falou "não vi nada". Eu estava aqui ao lado do Dr. Perdiz, sentado ali, olhando, e eu não consegui ver nada de errado ali, comentei, e depois o Romário falou: "Realmente eu também não vi nada de errado naquele 5 a 0".

Então, assim, se precisa tomar muito cuidado, porque nós tivemos um lance muito... Logo na questão da manipulação de resultado que estourou aí na mídia, eu não me lembro do nome, mas um atleta do Palmeiras foi fazer uma jogada logo na saída, ele chutou a bola e a bola foi parar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Gabriel, isso! Gabriel, isso mesmo!

E aí foi uma manipulação de resultados. No primeiro lance, ele jogou a bola para a lateral. É óbvio que não tinha nada ali, entendeu? Ele falou que era uma jogada ensaiada que acabou não dando certo.

Então, tudo que se vê hoje de errado é "uma manipulação de resultados".

Então, voltando para a Good Game!, me parece que a Good Game! é um relatório que, por si só – por si só –, não faz prova nenhuma de manipulação de resultado. E por quê? Por quê?

Inclusive, eu vou deixar com V. Exa. um estudo feito pela UEFA, inclusive assistido pela comunidade europeia, que é uma comissão formada, em que, analisando inclusive o Sportradar e a Good Game!, eles mesmos chegaram à conclusão de que o relatório por si só não faz prova – e não faz prova mesmo. E, quando o John Textor quer, com base nesse relatório, dizer que houve uma manipulação de resultado, com todo respeito, é uma irresponsabilidade, porque ele coloca não só os atletas, ele não coloca só os árbitros, mas como a própria competição, como a própria Confederação Brasileira de Futebol, como as federações, dirigentes, ele coloca em descrédito. E isso, no mercado internacional, o valor do campeonato





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente tem uma queda. Então, assim, não pode ir alegando com base no relatório e pelo fato de que entendeu que aquele atleta não jogou bem naquele dia.

Como o exemplo que eu tive, pessoalmente de o atleta me falando: "Eu joguei contundido, eu joguei com febre, eu não treinei, eu comi apenas um prato de macarrão o dia inteiro, eu trabalhei o dia inteiro e fui para o jogo". Isso nós ouvimos lá, está tudo lá relatado.

Então, não dá, com base em *performance*, para dizer que há manipulação de resultado. A manipulação de resultado deve estar acompanhada de um jogo de apostas e deve ser acompanhada da prova, como fez o Ministério Público de Goiás, com quebra de sigilo bancário – aí, sim, tinha as conversas: "Olha, eu vou te dar tanto de dinheiro, faz o pênalti, faz aquilo; aos 10 minutos, você precisa fazer um escanteio" – e baseado também no recebimento do dinheiro. E isso não basta. Então, assim, é preciso tomar muito cuidado quando o Sr. John Textor diz que o relatório com aquilo...

E, com todo o respeito, Kajuru, me parece que ele quer justificar a derrota dele em campo. Então, é o que... Com todo o respeito a ele, espero que isso possa trazer realmente alguma questão que nos ajuda. Se isso é 1% de verdade e realmente se provar, vai ser ótimo, já é um avanço, mas, ao que me parece, com todo o respeito ao John Textor, porque ele esteve no tribunal e me mostrou um lance. Ele falou: "Ó, vou te mostrar um lance". Ele estava com as jogadas lá, o próprio John Textor, pessoalmente, com ele. Eu olho no computador dele, ele me mostra um atleta com a bola, vem o defensor, o atacante passou com a bola o defensor e fez o gol. Ele mostrou... Então, ele falou: "Olha aí a manipulação!". Eu falei: mas cadê a manipulação? É difícil, com base nisso.

Então, assim, o relatório – os relatórios tanto da Sportradar como da GoodGame! – é importante? Acho que é. Pode ser um indício? Pode ser indício, tanto que, quando eu recebo, eu determino a abertura de inquérito. Mas, só com o relatório, infelizmente, não dá para – não dá para nós – condenarmos pessoas, atletas, dirigentes, clubes, campeonatos, condenarmos a CBF ou federações com base no relatório. Realmente, com todo o respeito, não dá para acreditar nisso.

Bom, em relação à questão do River e dos atletas que foram absolvidos, sim, foram absolvidos porque houve, como o Dr. Perdiz disse, há o devido processo legal, há a ampla defesa, todos são intimados, todos são ouvidos, acompanhados de advogado, e não tinha provas contra esses atletas. Então, não tendo prova, obviamente, nós não poderíamos condená-los. Então, por essa questão, houve o devido processo legal, eles foram... Pelas provas dos autos se mostrou que eles não tiveram nenhum envolvimento. Porque tinha muito a questão que nós vemos: "Ah, eu falei com o fulano; ah, ó, eu pedi também para aquele atleta participar; eu pedi, mas o atleta falou: 'Não, eu não vou participar de nada', entendeu? Então, como surgia o nome... Como o próprio Ministério Público: "Ó, um falou o nome do outro, vamos ouvir aquele; aquele falou outro nome, vamos ouvir". Isso não significa que ele participou. Então, por isso, os atletas acabaram sendo absolvidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao VAR – vejam bem, isso aí é uma opinião pessoal minha –, acho que o VAR veio muito para ajudar, e ajudou muito, e me parece que fez justiça. Sobre o que eu vejo muita reclamação é que deve-se avançar mais a questão de treinamento. Eu fiz um treinamento no VAR. É um negócio absurdo para você... São vários vídeos, assim, e eu fiquei lá no VAR, participando no VAR. E olha: "O que você viu no VAR de errado?". Não vi nada, e tinha vários lances errados aqui – obviamente que eu não sou árbitro, não tenho aquela *expertise* –, mas era impressionante o que tinha acontecido anteriormente, e eu não conseguia visualizar. Óbvio que o árbitro vai visualizar, mas não é fácil, porque ficam três lá, um olha um antes, outro olha depois, outro olha depois. E, assim, não têm contato com os dirigentes, não, tá, Senador? O VAR, os árbitros de VAR não têm contato, no dia do jogo, com ninguém da CBF, isso eu garanto. O que tem é com o árbitro principal, e eles não podem decidir. Eles têm que dizer: "Olha, dá uma olhada lá, me parece que houve lá uma falta anterior". Entendeu?

Agora, se houve uma agressão... Um exemplo: houve uma agressão fora da disputa de bola, está lá no ataque, tem uma agressão aqui, aí ele pode dizer: "Ó, houve uma agressão do atleta tal no atleta tal". Aí o árbitro pode tomar... coisa... Mas, numa decisão de pênalti, o árbitro e o VAR não podem dizer: "Foi pênalti". Não, isto ele não pode dizer: "Foi falta". Então, assim, ele vai dizer o que foi impedimento, porque obviamente ele está lá traçando a linha. Aí ele pode, mas uma decisão de árbitro, de gol, de validade, não sei o quê, isso realmente o árbitro viu e não pode intervir.

E, assim, há a questão da crítica da demora muito de se decidir, não é? Mas me parece que faz justiça, pelo menos no meu ponto de vista.

Bom, acho que é isso que o senhor tinha perguntado.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Só vou fazer um adendo aqui, Senador. Eu acho importante até, Presidente Kajuru, a Comissão se debruçar sobre essa questão.

Na regulamentação, por que não pode ser aceito... Nós trabalhamos hoje com a Sportradar, que é uma empresa chancelada mundialmente e a metodologia é conhecida, porque essa é exatamente a essência do que pode ser levado em consideração por quem vai julgar. É exatamente o quê? Uma metodologia conhecida, definida e padronizada internacionalmente, porque não podemos aqui que uma pessoa que detenha o conhecimento tecnológico crie um *site*, um aplicativo para analisar essas questões e diga: "Olha, a minha metodologia é uma" – criada por ele próprio – e passe a analisar e questionar as decisões. A Justiça Desportiva não pode aceitar isso, como a Justiça comum também não vai aceitar a partir dessas questões, porque a inteligência artificial é muito suscetível a um determinado caminho. Se nós trilharmos um determinado caminho, pegarmos aqui em direção norte, sul, leste, oeste, ela vai caminhar nesse sentido.

A primeira Justiça internacional que utilizou a inteligência artificial foi a americana, com aplicações muito significativas. E logo se percebeu que havia uma distorção na forma de analisar os julgamentos, porque havia uma determinada condenação de uma parcela da sociedade que estava sendo reiteradamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenada. E aí, quando houve um movimento social para analisar esse aspecto, perceberam que havia, sim, na forma como foi constituída a inteligência artificial, uma deformação que levava a uma determinada parcela da sociedade americana que residia em determinado bairro, que era menos favorecida economicamente, com a cor da pele também identificada, que ia sendo condenada mais do que os demais. E aí houve uma mudança.

Então, por que é importante que quem analise essas questões tenha, sim, uma definição, vou chamar de metodologia, para não haver distorções, e aí sim talvez até uma manipulação por algum outro motivo? Então, a situação é padrão.

E aí o que o CBJD diz quando nós vamos julgar? Não precisa nem realizar, a cogitação deu início ao processo. Algum jogador, algum agente iniciou: "Olha, eu aceito fazer isso e vou a campo procurar um atleta, ou o que for, um dirigente para fazer...". Ele já estartou, não há volta, é um crime instantâneo, ele começou ali.

Então, como o CBJD traz ingredientes processuais e materiais da lei, material em si, o que a gente interpreta no STJD é o seguinte: não tem volta. Começou a participar, Senador Kajuru, Senador Chico, não há volta, ele já participou do sistema. Porque o que tem que acontecer? Se alguém o procura para fazer uma manipulação, ele tem que denunciar de imediato, procurar as autoridades. A CBF tem um canal. Então, o que acontece é exatamente isso. Então é muito difícil nesse aspecto.

Em relação ao VAR, nós tivemos recentemente uma questão que foi questionada. Por quê? O árbitro que foi apitar uma partida final de um campeonato estadual era de outro estado. E, quando ele chegou lá, o árbitro de VAR... o árbitro da partida de campo era um estrangeiro, de outro estado, e o do VAR era do local. E, durante, foi questionado: ah, houve manipulação, houve interferência externa. Por quê? Pelo áudio, o árbitro do VAR, basicamente ele não estava apitando o jogo, mas ele estava dando ao árbitro de campo, que não conhecia talvez os jogadores... Ele falou: "Esse é o melhor, esse é o camisa 10, esse..." Então, quer dizer, ele errou, eu entendo que ele errou, mas ele não influenciou no resultado. Então, chegou essa decisão ao tribunal; o tribunal validou o campeonato estadual, porque não havia essa interferência, porque não tem... Como disse o Procurador-Geral, o Dr. Ronaldo, a decisão é do árbitro de campo. Então, não há, mesmo que o VAR... Ele chama para uma revisão, mas ele não determina que seja definido de um modo a, b ou c.

E esse isolamento, hoje todos os jogos têm uma cabine reservada e uma central lá no Rio de Janeiro, porque nós tivemos momentos, por exemplo, em que a cabine do VAR, que era um contêiner, era atacada – foi atacada na Argentina, no campeonato da Libertadores, já foi atacada – e tivemos um caso específico em Santa Catarina em que cortaram os cabos de transmissão do VAR, ou seja, faltou internet para o VAR, então a partida ficou prejudicada. Então, para evitar isso, é uma central com toda segurança. E, como disse o... não tem contato.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Até foi sugerido... Em uma audiência que nós tivemos aqui, um depoente, um participante aqui da mesa – o Senador Jorge Kajuru vai lembrar – falou: "Olha, seria bom que tivesse dentro da cabine do VAR um ou dois – um representante de um clube, um representante do outro – para verificar, mas não tem necessidade, porque, na verdade, a isenção do árbitro de campo é a mesma. E o mesmo posicionamento que o árbitro tem que ter em campo, a técnica para estar na posição transversal, para analisar o jogo e decidir em fração de segundos, ele tem que ter também no VAR. A dificuldade... Eu fiz esse teste também. É difícil. Quem não tem técnica não enxerga nada no lance; é só a arbitragem mesmo, com a técnica.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois é...

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Desculpa.

Só para acrescentar, também na questão do árbitro de VAR, que antigamente era na sede da CBF, hoje já não é mais, eles deslocaram, até para dar mais independência e mais transparência. Hoje é num prédio separado, é num prédio vizinho, mas um prédio separado, totalmente independente da sede da CBF.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois é, Presidente Kajuru, coisas do futebol.

Veja aí, o Presidente do STJD acaba de dizer da complexidade: cortar o cabo de acesso ao VAR. A que ponto chega, na verdade, a paixão pelo futebol!? Tudo é possível.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. para me ausentar desta sessão, porque eu vou abrir a sessão do Senado agora, às 14h. Faltam dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Até porque o senhor está aqui desde o começo, Senador Chico, e tem que abrir a sessão na Presidência.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E eu gosto de ser presente, enfim, cumprir o horário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só justifica a minha ausência lá, por favor, porque eu sou sempre o primeiro a falar ou o segundo.

Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Presidente do STJD, José Perdiz, eu vou aqui levar para um lado diferente nessa pergunta.

Eu sei que o senhor se baseia muito mais, e com razão, no relatório da empresa Sportradar, que atesta a seriedade da atual Presidência da CBF, que a contratou, porque eu acho que antes jamais a CBF... Até porque antes a CBF não se chamava Confederação Brasileira de Futebol; antes a CBF se chamava casa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

bandida do futebol – hoje mudou o nome. Então, hoje ela foi e buscou essa empresa que também a FIFA tem contrato e utiliza. Então o senhor se baseia no relatório dela.

Chega para o senhor hoje à noite na sua casa a sua filha, que eu sei que é muito amada, tanto que logo, logo pode te dar netos, a sua filha chega e fala: “Pai, do jeito que o senhor está analisando tudo, o senhor acha que nós vamos chegar ao conhecimento de fatos graves em jogos de competições importantes, de tudo que está se falando sobre manipulação de jogos de futebol?”. O senhor responderia como à sua filha?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Eu agradeço a pergunta, Senador. Quero dizer ao senhor que, como democrata, nós partimos do princípio da inocência de todos, mas eu não vou dizer a V. Exa. que eu não me furtaria a analisar tudo que chegar. Tudo que chegar ao STJD, enquanto estiver lá, nós vamos analisar. Porque, como disse o Procurador Dr. Ronaldo, nós fomos surpreendidos quando um jogador de um time da Série A, com alto salário, participou, e ele foi condenado. Se um jogador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode dizer o nome dele?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Eu acho que é...

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (*Fora do microfone.*) – Bauermann, do Santos.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – ... Bauermann, do Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, do Santos Futebol Clube.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele tinha um salário de R\$300 mil?

Pode falar, Dr. Ronaldo.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Era um salário de R\$300 mil, e ele recebeu 50 mil. Ele iria fazer... Era para ele fazer um pênalti no primeiro tempo. Esse pênalti... Não sei se é um pênalti ou... Desculpa. Ele teria que ser expulso no primeiro tempo. E ele acabou não conseguindo ser expulso, e foi expulso no segundo tempo. E olha aonde isso chegou. Foi até bom. Esse caso é bem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em troca de um cartão vermelho, ele recebeu uma propina.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Receberia R\$50 mil. E aí o que acontece? Ele acabou sendo expulso no final do segundo tempo. E a questão com o assediador lá, a quadrilha falou: "Não, não, eu não vou te pagar, não, porque a minha aposta foi para você ser expulso no primeiro tempo".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No primeiro tempo.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – "E eu não recebi. Agora você vai ter que me pagar R\$800 mil do que eu perdi". E começou a ameaçar a ele e a família dele, por questão de que ele não tinha cumprido o acordo. E depois veio com a defesa, ele devolveu o dinheiro, disse que depois ele não foi expulso no primeiro tempo, mas infelizmente a gente sabia que não tinha como, acabou sendo condenado. Foi internacionalizado, inclusive ele tentou jogar num clube da Arábia Saudita lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E não conseguiu.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – E não conseguiu, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ele foi condenado por quanto tempo, Presidente Perdiz?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Foram tantos...

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Salvo engano...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eduardo Bauermann.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Isso.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Ele está... já cumpriu a pena, a pena dele está chegando ao final. Eu acho que uma das petições que nós temos, Presidente Kajuru, hoje em análise no STJD, é o cumprimento integral da pena dele.

Inicialmente, ele havia sido condenado, no primeiro grau do STJD, à pena de suspensão por partidas, em face da capitulação que foi dada no primeiro grau. O Pleno, com o recurso da Procuradoria, o Pleno mudou a capitulação e passou a aplicar a pena, salvo engano, eu não sei se ele pegou 180 dias ou 360 dias – se não me falha a memória

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ou seja, um ano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Um ano. Mas tem uma petição no tribunal, eu recebi esta semana a petição, salvo engano, dele, eu posso estar aqui trocando os nomes, mas já dizendo que cumpriu, para análise nossa, de que cumpriu um ano de suspensão. O que é muito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Que é muito para um atleta. As penas nossas têm sido mais rigorosas do que na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que há o reconhecimento da FIFA, como vocês dois colocaram aqui.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então quer dizer que, na verdade, o senhor diria para sua filha que pode, sim, ter fato grave, porque já teve esse.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então o senhor não vai negar a ela, filha?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Não nego, não nego. Não nego. Não nego que infelizmente é isso. E a luta que nós temos na Justiça Desportiva, e os senhores aqui hoje no Parlamento e a Justiça comum também têm feito, como essa Operação Penalidade Máxima e outros, é exatamente isto: é fazer com que o esporte, um ícone no mundo todo que é o futebol, continue tendo, como todos os outros esportes, a imprevisibilidade de seus resultados. O dia em que o esporte perder essa imprevisibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o fim.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – É o fim. É o fim.

E o esporte emprega, Senador. E aí, há um estudo que eu já fiz em relação a atletas, ademais, porque é em torno... é muito baixo o aproveitamento do atleta, e isso é significativo para os casos de manipulação para que V. Exas. estudem e sei que estudaram, mas podem trazer. É baixíssimo o índice dos atletas reputados de amadores que chegam ao profissionalismo. Não são os que têm sucesso, não. Casos, como o do Senador Romário e de outros no nível dele, é 1% no futebol. A maioria para a carreira dos 16 para os 18 anos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos ter um trabalho social, porque o atleta é resiliente, ele é disciplinado, ele tem uma condição física que ajuda, e nós temos que ter um trabalho para que a sociedade pegue esses atletas que não se transformaram em jogadores, mas que eles possam ser hoje... o futebol não é só um treinador, é uma equipe, é análise de estatísticas, é o massagista, é o fisioterapeuta, é o administrador, é o conselheiro, é o psicólogo. Hoje o esporte tem uma dimensão gigantesca, gigantesca, é um árbitro que ele pode se tornar.

Então, nós precisamos dizer aos jogadores que não é uma reta final ser um atleta profissional ou não. Na verdade, o início dele como atleta pode significar um cidadão de bem para a sociedade, pode significar uma pessoa que vai trabalhar no mundo do esporte e que não é efetivamente aquele atleta que estará dentro de campo.

O dia em que nós conseguirmos levar isso à população, e as autoridades ajudarem nesse aspecto de fazermos esses trabalhos sociais, principalmente na classe menos favorecida, nós teremos, sim, um trabalho de evitarmos isto, porque a educação – e é exatamente aonde eu queria chegar quando o senhor me traz – a educação é que vai levar a pessoa. Por quê? Eu não sei se já citei aqui, Senador, e vou citar um exemplo que a polícia de São Paulo me falou. Na Copa São Paulo de Futebol Júnior, que é a vitrine do futebol brasileiro, um atleta que saiu do Norte e viajou cinco dias de ônibus com seus companheiros foi cooptado lá na saída do Norte: ao entrar no ônibus – ele ganhava R\$500 de ajuda de custo e ajudava a família –, ofereceram R\$5 mil para ele cometer um pênalti. Ele era o goleiro. Então, ele veio pensando naquilo: "Nossa, dez vezes meu salário para eu cometer um pênalti ali no jogo e tal". Quando ele desembarca em São Paulo para disputar, ele é novamente cooptado. Veja que há uma monitoração.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, claro.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – É um monitoramento o tempo inteiro: "No ônibus lá, vai um atleta que já não negou, que pensou...". Quando ele desembarca em São Paulo, falaram: "Olha, R\$5 mil para você cometer o pênalti e R\$10 mil para você deixar a bola entrar". (*Risos.*)

Vejam V. Exas. aqui a dimensão da questão.

E, quando ele vai pegar o credenciamento, ele vê lá que tinha um estande que permitia isto: falar sobre manipulação e tal. E aí ele vai e confessa lá que não ia participar, e que tinha sido cooptado e tal, tal, tal, tal. E a polícia passa a deter essa informação. E aí perguntaram para ele: "Por que essa atitude?". Ele falou: "Além de pensar na minha família, eu pensei nos colegas que estavam cinco dias no ônibus comendo uma farofa fria, um frango frio e na vida". Então, são pessoas de bem que estão no esporte, e nós precisamos ajudar essas pessoas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que você não pode nunca generalizar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aqui, com todo o respeito – alguns assessores que estão aqui se lembram muito bem –, quando do julgamento... julgamento não, desculpa; quando da votação polêmica que foi a questão das casas de apostas, fui o primeiro Senador a apresentar um projeto de lei para legalizá-las e tarifá-las, porque elas vinham sonegando há tempos durante o Governo Bolsonaro todinho. Houve uma ignorância neste Governo sobre os bilhões faturados por essas empresas, e o nosso Governo não recebendo nem R\$0,01 de tributo.

Vimos Portugal perder os tributos, porque não soube se relacionar quando da votação, e as empresas preferiram sair de Portugal ou trabalhar clandestinamente. Portugal, então, perdeu bilhões em impostos.

Bom, posto isso, no dia da votação...

É a única divergência que eu tenho com o Senador Eduardo Girão – felizmente respeitosa, porque somos amigos pessoais, do seio da família um do outro.

Eu penso o seguinte sobre a questão das casas de apostas no patrocínio das camisas dos times de futebol, nas placas de publicidade e nos veículos de comunicação: você tem que saber discutir esse assunto, mostrando a verdade sobre cada casa de aposta. Aquela que cometeu algum erro e que já foi denunciada, essa tem que ser para mim excluída, banida, ponto final. Saia do Brasil, vá para outro país – ou nem outro país vai te aceitar. Agora, tem casas de apostas sérias, que eu conheço, que procuraram a mim, inclusive, na época e disseram: "Senador, nós queremos pagar imposto, nós queremos trabalhar legalmente".

E aí eu faço uma observação a esses Senadores, inclusive, que acabaram concordando comigo, porque, cá entre nós, se não fosse a minha participação, as televisões estariam hoje em situação financeira difícil, os outros veículos de comunicação, os clubes, e nós poderíamos ter, inclusive, times em situação financeira quase que de falência, porque perderiam o quê? Uma receita importantíssima.

Antes, no nosso tempo, nós tínhamos, todo time de futebol, um com uma cerveja, outro com outra cerveja, outro com outra... Eram cinco cervejas patrocinando times de futebol na camisa. Cinco bancos estatais: Caixa Econômica Federal, Lubrax, Petrobras... Hoje não tem mais isso. Você liga a televisão, os intervalos de TV, hoje, não têm banco, não têm cerveja – pelo monopólio dela; então, elas não têm mais interesse em investir em publicidade –, e os times de futebol perderam, então, essas receitas.

Se, hoje, a maior receita que os veículos de comunicação têm, que os clubes têm, através das camisas e das placas de publicidade, são as casas de apostas, nós não podemos proibir isso, de forma alguma. A gente tem é que saber investigar qual é a casa de aposta séria e qual que não é. Por isso que eu dei o exemplo aqui da casa de aposta do Corinthians, que está ameaçando hoje rescindir o contrato com o Corinthians, se ele não provar a denúncia grave feita de uso de laranja em pagamento a uma senhora que mora numa casa de dar dó, em Peruíbe, uma senhora chamada Edna, que não sabe nada do assunto e que foi colocada como uma laranja num escritório da Avenida Paulista, em São Paulo, que não existe.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É. Isso, o jornalista Juca Kfoury provou tudo.

Então, por isso que eu falo: a gente tem que saber discutir esse assunto, porque, senão, daqui a pouco, se a gente generalizar, a gente vai provocar um prejuízo enorme aos times de futebol, aos veículos de comunicação, isso vai significar desemprego da minha classe – e, evidentemente, eu não vou concordar com isso...

E, aí, só pra concluir essa parte: a questão do sócio torcedor, eu entendo a opinião do Senador Girão, mas sócio torcedor não é a principal receita de time, gente. Vamos falar a verdade. Isso, um Flamengo, um Corinthians, mas e os demais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a televisão, é a imagem, é patrocínio na camisa, nas placas... Não há como discutir isso. É a sobrevivência desses times de futebol.

Mas aí, Presidente José Perdiz, do STJD, cabe uma outra colocação, posterior a essa: caso o John Textor não apresente ao STJD as provas prometidas, ele sofrerá uma suspensão, não é isso?

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS *(Fora do microfone.)* – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que poderá ser de um ano...

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – A previsão do art. 223, do CBJD, é multa pecuniária de até R\$100 mil, que é o teto máximo do CBJD, e a suspensão, que pode chegar a 90 dias, aí, sem sombra de dúvida, penso eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A 90 dias.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – A 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É...

Então, baseado neste importante relato, o senhor se baseando mais na Sportradar, isso significa o quê? Independentemente de Textor ter provas ou não, o trabalho nosso, na CPI, da Polícia Federal, dos demais órgãos responsáveis e, especialmente, do STJD e da CBF... Porque eu ouvi, pessoalmente, o Presidente Reginaldo dizer a mim que ele não abriria mão de uma investigação 100% profunda, porque ele está enojado com esse assunto de manipulação de resultado: vocês não vão parar, não importa se ele vai



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ter prova ou não, porque a Sportradar já tem elementos suficientes para vocês continuarem o trabalho, e nós aqui da mesma forma, investigando tudo; vocês trouxeram aqui um jogador importante, que tinha salário de R\$300 mil e aceitou uma propina de 50 mil.

Isso me faz lembrar aquela imortal frase de Millôr Fernandes no livro *Millôr definitivo: a bíblia do caos*, ele que foi meu amigo pessoal. O Millôr, bem-humorado como sempre, escreveu assim: o dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo. Essa frase é forte.

E aí eu me lembro de João Saldanha, o comentarista que o Brasil inteiro consagrou. Na época, teve um jogador do Botafogo que ganhava salário de – hoje, em tempo de hoje – quase R\$300 mil por mês. Ele se vendeu num jogo para o Flamengo. Aí o João Saldanha fez a denúncia no *JB*, o famoso *Jornal do Brasil*, na época. E eu, como discípulo de Saldanha, cheguei até ele e falei: "E aí, João? Isso aí vai ter sequência?". Ele falou assim: "Ô Kajuru, você é um jornalista que sabe perguntar. Que pergunta ridícula! Se nós tivemos um caso já como esse, é claro que tem mais casos, Kajuru! É só uma questão de investigar".

Daí a pergunta para os dois: nós temos mais exemplos de Eduardo, jogador do Santos, pela Sportradar?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – É, na verdade, como eu disse, Senador, a Sportradar traz um indício. Então, assim, o que nós conseguimos avançar foi sempre quando nós fizemos o compartilhamento de provas com o Ministério Público de Goiás, porque aí nós temos as provas realmente inquestionáveis...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Cabais.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Exatamente, cabais e também da confissão dos próprios atletas. Então, assim, todos, 100% dos relatórios que chegam, que a Sportradar envia para a CBF, e a CBF encaminha ao STJD, todos, 100%, nós estamos determinando a abertura de inquérito. Em todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em todos.

Pois não, Presidente Perdiz.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Só para complementar, porque... O que ocorre? Na verdade, essas condenações que nós tivemos, Senador, tirando essa do Estado de São Paulo, que veio do TJJD de São Paulo, todas as demais foram com base no compartilhamento de provas com a Operação Penalidade Máxima. Foi o que permitiu a nossa agilidade de terminarmos rápido e trabalharmos na ampla defesa e no contraditório. Então, esse compartilhamento é o principal. É o principal, tanto do nosso lado para o Ministério Público e a polícia quanto da polícia e do Ministério Público para o STJD. E, nesse ponto, a CBF tem sido rigorosa. A CBF fez diversos convênios. A CBF, quando compartilha conosco, compartilha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Ministério Público e a polícia. Então, a CBF tem tido um trabalho muito significativo nesse aspecto.

É porque, às vezes, demora um pouco. É o que o senhor falou no início. O Presidente do Vila Nova, por ele ser policial, conseguiu adiantar até para ele mesmo fazer uma espécie de flagrante nos jogadores dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Flagrante.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – E aí começou. Então, é essa a situação, mas nós não vamos parar, não. Enquanto tiver indício, nós vamos examinar.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Sim, com certeza.

E, no caso de São Paulo, em que pese não ter as provas e Ministério Público, lá havia depoimentos do próprio Presidente, do técnico... Então, aí nós tínhamos outras provas adicionais que puderam...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim. Tinha mais embasamento.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Inclusive, eu quero aproveitar para deixar então com V. Exa. aqui o trabalho da UEFA...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só me permita uma coisa. A minha craque, a assessora Carol ali está...

Carol, esse material da Sportradar, da CBF, já está em nossas mãos, não é? (*Pausa.*)

Já está conosco, não é?

O Dr. Octavio, do conselho jurídico do Senado Federal, que está aqui presente, esse craque escolhido por mim e, por unanimidade, com concordância da CPI, para estar com a gente, trabalhando com a gente, já está fazendo a análise de toda essa documentação. Portanto, o mais rápido possível, nós vamos dar publicidade ao que os senhores estão também fazendo e ao que ele também, simultaneamente, está fazendo.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Então, o que está aqui é um... Esse aqui é um relatório, um estudo feito pela UEFA, no qual eles analisam a questão desses relatórios da Sportradar, Good Game! e de uma outra empresa, State Sport, se não me engano, em que se fala realmente que é preciso de mais provas e que somente isso não é uma... que, com base nisso, não é prova e também a convenção, que é a chamada de Convenção de Macolin, que também é importante... Existe um pedido da própria CBF para que o Governo adira a ela. Então, é só para deixar com vocês aqui. Acho que é importante, para poder enriquecer o material e a CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

A gente está chegando aos momentos finais desta importante sessão, que é a 7ª Reunião da CPI de Manipulação de Jogos esportivos e de casas de apostas.

Presidente Perdiz, também, se chegar hoje à noite ao senhor uma pergunta: "Presidente, o senhor acredita que o Textor vai entregar ao senhor todas as provas ou o senhor não acredita mais nele?"...

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Não, acredito que ele pode, sim, entregar ao STJD, para a apuração, todas as provas, todas as dúvidas, todas as evidências que ele tenha. O que pode ocorrer é: o tribunal pode aceitar algumas questões, e pode não aceitar outras. Por que maneira? Não é pela credibilidade ou não dele, é pela tecnicidade da legislação e tecnicidade da forma de apuração. Agora, tudo que chega o tribunal apura. Então, tudo que ele entregar, e ele já entregou – as mesmas que entregou à CPI ele entregou ao tribunal, e o tribunal está apurando, sim, em fase de inquérito no momento... É um inquérito que tramita sob sigilo neste momento porque houve, sim, várias, várias, várias pessoas que estão nominadas ali ou identificadas por ele. E nesse ponto eu confesso que nós não interferimos; é o auditor processante que vai chamando e sempre com a presença de um procurador, um subprocurador, acompanhando a oitiva, e quem está sendo ouvido, acompanhado dos seus advogados, com a ampla defesa e o contraditório. Apesar de que, a exemplo da vida normal, o inquérito não tem o contraditório, é igual à CPI: aqui é investigativo. Então, ele é auxiliar de quem? O contraditório surge após a denúncia, a ampla defesa vem após a denúncia, mas nós damos a amplitude máxima lá à participação de todos. Vai continuar, o tribunal não vai se furtar. E eu não vou aqui, de maneira alguma, dizer que ele tem credibilidade ou não. Todos têm a credibilidade. Agora, o tribunal não vai condenar por uma cor de camisa ou por ser um cidadão mais rico, menos rico ou mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por fatos.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Por fatos, é técnico. Fatos que sejam típicos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Se eles não forem típicos, não adianta o tribunal criar aquilo que não existe.

Então, o tribunal não se furta, mas eu reitero tanto à Justiça Desportiva quanto à CBF, ao Ministério Público, à polícia do Brasil inteiro, ao Senado, ao Parlamento: esse tema é de vital importância para o futebol brasileiro, vital importância não só para o futebol brasileiro como para todo o desporto.

Nós assistimos, esses dias, a uma maratona que foi tida como suspeita. Não sei se V. Exa. se lembra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Saiu na imprensa: três africanos, representantes nos países que são tradicionais em vitórias na maratona, acabaram perdendo para um asiático na reta final, e está sob investigação esse resultado da maratona.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu vou apresentar uma novidade aos senhores aqui e também a todo o Brasil.

O Dr. Renato... o Dr. Octavio está aqui? Dr. Octavio, eu preciso fazer uma revelação importante aqui, uma decisão que eu quero tomar, como Presidente desta CPI.

Na videoconferência com o Sr. John Textor, comigo e com os seus advogados, ele prometeu enviar novas provas a mim e fez a seguinte observação... Videoconferência, evidente, tudo gravado, até porque não foi pedido *off*. Aí ele falou: "Senador Kajuru, já que o senhor não gosta de ser chamado de Presidente, dessas provas que o senhor vai receber, nós vamos dizer a quais que o senhor poderá já, imediatamente, dar publicidade a elas. E outras, o senhor, por favor, mantenha, por enquanto, o sigilo. O.k.?" Eu falei: "O.k.". "Palavra dada?". "Palavra dada". E, para mim, palavra dada, você vira escravo dela. Um homem público, a única coisa que ele precisa ter é palavra. Ele não cumpriu a palavra comigo. Aí, a Carol vem e me informa: "Não, não, ele mandou todo o material de novas provas de manipulação de jogos, mas pediu para não revelar e não dar publicidade – nada, nada, nada".

Eu vou consultar o Dr. Octavio, juridicamente, para não cometer erro, mas, se eu puder, eu vou simplesmente dar publicidade a essas provas que ele enviou e não cumpriu o combinado comigo, porque eu dei conhecimento à imprensa dessa informação dele; ele sabe disso, os advogados dele sabem disso. Então, fica uma situação difícil para mim, como Presidente da CPI, ter essas novas provas e não poder dar publicidade a elas. Por que ele mudou de opinião, Dr. Octavio? Por que ele mudou de opinião, se ele deu a palavra de que eu poderia dar publicidade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Manter o sigilo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, todos eles concordam comigo. Já consultei.

Eu acho que a gente devia fazer uma discussão sobre isso, porque, senão, sabe o que acontece, gente? É todo dia você jogando pedra em todo mundo. "Ah, tem novas provas". Sim. Contra quem as provas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas só que ele falou que a gente poderia dar publicidade a várias delas, a parte delas. Por que ele mudou de opinião, eu te pergunto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por quê? O senhor que é experiente, Dr. Ronaldo e o Sr. Perdiz, por que ele fez isso?

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (Para expor.) – Para acrescentar lá, o que aconteceu no STJD? Foi a mesma coisa: ele ingressa com toda essa confusão, dizendo... apresenta lá um relatório para o Dr. Perdiz e fala: "Tenho, eu sei, acontece, eu tenho o áudio, eu tenho prova, é manipulação, árbitro envolvido". E o Ministério Público de Goiás diz que não tem um árbitro envolvido na investigação, nenhum árbitro envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Então, ele jogou no ventilador e isso esparramou para tudo quanto é lado no Brasil inteiro, inclusive fora do Brasil.

Aí o que acontece? Abre-se o... Ele arquiva, por entender que não houve prova, aí depois ele entra com uma nova questão. Ele deu a oportunidade depois, em uma nova ação, de ele apresentar as provas e ele não apresentou. Requeri a abertura de inquérito. Dr. Mauro Marcelo, que é um Delegado de Polícia, foi inclusive Diretor da Abin do Governo Lula, muito amigo pessoal do Lula. Ele novamente dá uma nova oportunidade para juntar prova. Ele não junta.

O que eu fiz? Eu determinei a abertura de uma denúncia contra ele pelo descumprimento do art. 223 e 220-A, que é uma questão de não colaborar com a Justiça Desportiva, e ele não apresentou. Julgado, aí o tribunal de primeira instância entendeu que ele estaria condenado no art. 223 por deixar de colaborar com a Justiça. E o Relator determinou um prazo de cinco dias para ele juntar essa documentação.

Ele juntou... E aí, eu já estou falando na questão já em julgamento, já havia a denúncia. Aí ele junta um *link*, como o Dr. Perdiz falou: "olha, segredo de justiça, aqui eu não autorizo". Porque, se você acessar hoje o *link*, você não consegue abrir. E, pelo que nós estamos percebendo, é um *link* que já não tem segredo de justiça nenhum. Esse *link* é o áudio que já saiu na imprensa, que todo mundo sabe, que aquele árbitro lá da série...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E só ele tinha esse áudio? Quem é que vazou? Foi o Kajuru?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Só ele... Então, porque nós não temos. Ninguém tem o áudio.

Então, o que acontece? A questão que o Presidente – o senhor não gosta de Presidente –, que o Senador Kajuru diz é porque, se não liberar essas provas... Nós temos aí a questão do Alexandre de Moraes, que ele, nas alegações dele, chega um momento e ele acaba liberando. Ele acaba liberando e divulgando porque, senão, vai ficar exatamente no que o Senador disse. Fica tacando pedra, acusando todo mundo. Então acusa, acusa o STJD que não tomou medidas, acusa a CBF que não toma medida, acusa árbitro, acusa atletas do São Paulo, do Fortaleza, do Palmeiras e como é que fica isso? Vai ficar eternamente isso?

Então precisa realmente, se há... até porque, só com base nessas provas, eu acho que a CPI vai poder continuar e também a Justiça Desportiva vai poder punir. E não tem essa história de que ele fala: "Não, mas eu não posso fazer prova contra mim". O advogado veio sustentar isso para mim, mas não é prova contra ele. O inquérito não é contra o John Textor. Isso é importante dizer. O inquérito é para investigar se houve realmente a manipulação do resultado no jogo contra o Palmeiras; do São Paulo, que perdeu de 5 a 0 para o Palmeiras; no caso do Fortaleza. Então, nós precisamos investigar isso.

Como é que se investiga isso? Ah, eu tenho prova. Cadê a prova? Essa prova nunca aparece. Então, assim, também se não for abrir essas provas, dentro do devido processo legal, como é que faz? Não é verdade, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Não vai andar. Então, é importante essa análise aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, eu vou aqui... Em função das dores lombares que levaram o meu irmão Relator, o Senador Romário, ao departamento médico, mas ele, sempre responsável, deixou aqui as perguntas que ele fez ao senhor, Dr. Ronaldo Botelho, como Procurador, porque ele já tinha feito as perguntas ao Presidente do STJD, José Perdiz.

Ele pergunta: "O senhor foi responsável pelas denúncias oferecidas ao STJD referentes aos atletas flagrados pela Operação Penalidade Máxima? Foram no total 29 jogadores denunciados com base naquela investigação. É muita gente? Como o senhor vê a dimensão que esse esquema tomou? Que falhas nos mecanismos de controle e fiscalização ocorreram? E o que podemos fazer para diminuir a possibilidade de que um esquema de tal magnitude aconteça novamente?"

Vamos fazer um pingue-pongue. Pode responder.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Bom, vamos lá. Sim, eu fui o responsável, até porque, como eu disse anteriormente, foi um acordo de colaboração com o Ministério Público de Goiás.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com base nisso, e também anteriormente nos inquéritos, recebendo os relatórios da Sportradar, eu fui o responsável. Olha que eu tenho uma equipe de quarenta, eu tenho mais seis subprocuradores e mais trinta e poucos procuradores, que dá um total de quarenta, e evidentemente a equipe iniciou-se por mim, recebendo, pessoalmente, por uma autorização judicial, essas provas. Aí eu fui o responsável por deflagrar, na Justiça Desportiva, essas denúncias.

Sim, o número é grande, é elevado, mas eu acho que tem mais coisa para vir aí. Eu acho que tem mais coisa, não me parece que parou por aí, mas me parece que as penas, inclusive de internacionalização... As pessoas começaram a pensar mais.

Em várias entrevistas, eu dizia, dei muita entrevista, muita entrevista. Eu dizia para o atleta: "Olha, cuidado, porque isso... Você está recebendo lá R\$20, R\$30, R\$40, R\$50 mil, e vai acabar sua vida. Isso não vai resolver sua vida. E vai te prejudicar na vida pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro...

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Na vida profissional, mancha a sua imagem perante a família, sua esposa, seus filhos, seus pais. Então não façam isso".

Eu sempre orientei dessa forma, e me parece, pelo menos pelo número que tem chegado ao tribunal, me parece que houve algum efeito, obviamente, isso não reduziu.

O que deve ser feito? Conscientização, acho que os clubes devem conscientizar os seus atletas. Não é um trabalho da Justiça Desportiva, nem é da Justiça Comum, mas, sim, dos clubes orientarem, conversarem, chamarem os atletas, dizer: "Oh, não faça isso, você vai se prejudicar". Porque, se você, óbvio, tem um atleta que é condenado por manipulação de resultados, será que algum clube... Só se ele for muito craque...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro...

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Porque se não, ninguém vai querer ele, porque, se ele fez isso com você, ele vai fazer comigo também, eu não quero esse atleta aqui.

Então, assim, a questão da conscientização, a questão da punição... Um apelo que eu faço e peço uma ajuda de V. Exa., o CBJD precisa se atualizar, ele está desatualizado, então a gente precisa muito desta Casa para poder nos ajudar a melhorar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Estamos aqui à disposição, porque está muito defasado.

Então, às vezes, você acaba nem punindo de forma que deveria punir, por falha na própria legislação que, na verdade, é uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Esporte, e precisa ser modificado.

Então, a conscientização, o trabalho já vem sendo feito pela Justiça Desportiva, vem sendo feito pela CBF, vem sendo feito pelas federações. Então é isso e a questão de uma forma de monitorar mais essas questões, de o técnico ficar atento ao seu atleta, ver se alguém está assediando ou não, de os atletas informarem. Porque, inclusive, teve atletas, Senador, que foram condenados porque eles tinham conhecimento e não informaram à Justiça Desportiva. Então, há uma previsão legal por isso, porque eles se omitiram. Então, também foram condenados por isso.

Então, acho que essa é uma forma de tentar... Nós, evoluindo, irmos em frente de forma incansável para tentar ver se conseguimos, de alguma forma, cessar essa questão de manipulação de resultado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Seguindo nos questionamentos do inigualável Relator, Senador Romário: "Nos casos, Dr. Ronaldo, de manipulação de resultados revelados pela Penalidade Máxima, o STJD puniu vários jogadores com multas, suspensões e até com o banimento do futebol. Alguns jogadores, em seus depoimentos, demonstraram não achar que estavam cometendo crimes? Como o senhor vê as punições existentes hoje, tanto na esfera esportiva quanto na criminal? O senhor entende que elas são suficientes?"

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Essa questão é interessante, não é, Senador? Como disse até anteriormente, acabou coincidindo com a pergunta de um atleta, que disse: "Mas eu não achei que estava fazendo nada errado". Tivemos, sim, alguns depoimentos dizendo: "Não, mas eu achei que era um pênalti, não ia prejudicar, porque ele ia fazer um gol, mas depois o jogo continuava". Então, tivemos esse depoimento, sim, nesse sentido.

Obviamente que há uma infração disciplinar e, na manipulação, quando ele recebe o dinheiro, obviamente, há um crime. Só que, para esse tipo de crime, tanto quando era o Estatuto Torcedor, hoje revogado pela Lei Geral do Esporte, há uma previsão de pena na qual é possível aquele acordo de não persecução penal.

Inclusive, eu conversei com o Dr. Fernando Ciconetto sobre isso, o chefe do Gaeco, de Goiás, e ele falou: "Ronaldo, eu tenho uma obrigação legal, eu não tenho... mesmo que ele confesse, eu tenho uma obrigação legal de propor, e se ele aceita, eu estou exigindo que nesse acordo ele vá colaborar com a prova, colaborar com o conhecimento dele, o que ele sabe para vir depor aqui e também atuar como testemunha".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E assim foi feito na parte criminal. Mas, independentemente disso, na esfera desportiva... Porque os advogados falaram: "Ah, ele fez acordo de não persecução penal lá. Então, acabou aqui". Eu falei: "Não, acabou, não! São coisas completamente diferentes". Uma coisa é Justiça Desportiva, outra coisa é a Justiça Comum, uma não vincula a outra. Eles são independentes, nós não... Somos independentes deles. E evidentemente mesmo esses atletas, com a não persecução penal, realizando o acordo, foram condenados na Justiça Desportiva.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Ainda o Senador Romário pergunta: "O senhor acha que falta informação no meio dos clubes e dos jogadores sobre a gravidade dos atos criminosos relacionados à manipulação de resultados? Como isso poderia ser mudado? Faltam campanhas de conscientização?".

E, por fim, ele pergunta: "O Sr. John Textor esteve recentemente nesta CPI, trazendo análises comportamentais de vídeos que, segundo ele, mostrariam uma manipulação de resultados em importantes partidas do futebol brasileiro. Como o STJD avalia o uso dessas ferramentas baseadas em inteligência artificial como evidências de manipulação de resultados? O senhor entende que esse tipo de análise é suficiente para iniciar uma investigação ou até mesmo condenar alguém?".

São as últimas perguntas do nosso inigualável Senador Romário, prazerosamente Relator que fará história nesta CPI.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE – Em relação à questão da conscientização, eu acho que os clubes precisam intensificar mais, sim, essas questões, explicar, como eu disse anteriormente, precisam explicar: "Olha, qual a consequência disso?", porque ele está tirando a carreira. "Eu sou advogado". É a mesma coisa que falar: "Ó, você vai levar propina lá, você vai perder a carteira". "Vai valer a pena os R\$50 mil e eu perco a minha carteira? Será que vale?". Quer dizer, nenhum tipo de propina, nenhum tipo de corrupção vale a pena, seja ela por milhões que for, porque é uma questão até de caráter da pessoa.

Mas, assim, precisa, sim, eu acho que os clubes precisam... É melhor se reunirem e melhor explicarem isso para os seus atletas. E não adianta fazer uma campanha de agora: "Não, faz lá e reúne a galera e fala não pode, não pode, é isso e tal, tchau". Isso tem que ser de forma intensificada, mês a mês, conversando, explicando, dizendo: "Olha...". Cite como exemplo o que aconteceu agora com as condenações do STJD. "O seu nome vai ficar manchado, a sua profissão vai acabar, você não vai mais receber aquele salário que você recebia, você vai ficar manchado na família. Então, não faça isso". Acho que precisam, sim, acho que os clubes devem intensificar mais essas questões de conscientização, sim.

Em relação à questão do John Textor, ele esteve, sim, no tribunal, como disse, ele mostrou uma imagem para mim lá no computador dele, em que sinceramente eu não consegui ver nenhuma questão de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

manipulação ali, de que aquele atleta perdeu a bola para o atacante por questão proposital para que o atacante fizesse o gol. É bem, é muito subjetivo e muito complicado. Como eu disse, seria até irresponsável da minha parte dizer que: "Ah, não, ali ele perdeu a bola, fez o gol". "Ah, a bola passou debaixo do gol". Quer dizer, quantos frangos já existiram no futebol mundial, na Copa do Mundo. Então, é tudo proposital? Não é.

E a questão das provas, não, o relatório por si só não é prova suficiente para denunciar e para condenar ninguém, tem que estar somado a outras provas. Precisa ter lá questão de que houve uma aposta, de que essa aposta... realmente ele fez o ato e que se beneficiou levando dinheiro. A partir daí, sim, nós temos um conjunto fático-probatório, ou se o atleta confessar. Obviamente, se o atleta confessar, ele vai ser condenado. Então, por si só os relatórios não podem ser tidos como prova para condenar alguém em manipulação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeitamente, pode falar Presidente do STJD, José Perdiz.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Sei que, pelo horário, já estamos avançados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já vai encerrar.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – É o seguinte, essa questão da conscientização de um trabalho dos clubes, dos dirigentes, de sindicatos de atletas, de todos é importantíssima por quê? A maioria chegava ao tribunal e dizia o seguinte: "Não, com o cartão amarelo, eu não estou prejudicando nada. Eu só estou aqui... O cartão amarelo até, às vezes, quando precisa ser suspenso para mudar de fase da competição...". Mas não é isso. É preciso lembrar – e aí o Senador Kajuru conhece bem, por ser comentarista – que nada é por acaso. Aquela tabela que aparece, em que é divulgada a ordem, em que vêm pontos ganhos, vem saldo de gols, jogos realizados, cartões amarelos, vermelhos, é porque é critério de desempate da competição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Ali é a ordem. A ordem de desempate é exatamente da esquerda para a direita nas tabelas, na leitura de vídeo – não é, Senador? –, no aspecto de que ali... Então, ou seja, um cartão amarelo pode, sim, influenciar no resultado da competição como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Totalmente.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Então, isso é... O cartão vermelho influencia, o cartão amarelo... E isto é que é importante: esse trabalho de base nesse aspecto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, bem observado.

Bem, eu gostaria de deixá-los à vontade, tanto o Presidente do STJD, José Perdiz, como o Procurador Ronaldo Botelho Piacente, para alguma consideração final que queiram fazer, e aí a gente vai dar encerramento aqui com alguns requerimentos desta reunião.

Por gentileza.

E, mais uma vez, muitíssimo obrigado por aceitarem o convite de primeira e não de segunda – às vezes, não aceitam de primeira e aceitam de segunda – e por estarem aqui por tanto tempo à disposição de toda a nossa Comissão.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Senador, agradecer ao senhor, a todos os participantes, aos auxiliares, assessores da Comissão, às pessoas que nos ouvem com paciência até esta hora e parabenizar o senhor pelo seu trabalho realizado em prol do esporte. O senhor tem o analista de uma partida, o comentarista de um esporte, o hoje Senador que tem de representar, o dever de representar o estado como um todo perante a nação; o Romário, que é um jogador que traz a experiência de campo; o Senador Girão, que foi Presidente de um clube; o Senador que estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Chico Rodrigues, Petecão.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – ... Chico, que trabalha... O Petecão, que demonstrou conhecimento. O futebol é isso, ele está no sangue.

E este trabalho que a CPI está fazendo do tema mais relevante para o futebol neste momento, que é a manipulação de resultados, independentemente de que seja por apostas ou por corrupção – não é? –, porque, muitas vezes, pode estar... Nós citamos o caso da mala branca e da mala preta não é nem por aposta, é por questões mesmo diretas de má índole e de influência no resultado.

Então, parabenizar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, na sua pessoa aqui na Presidência, todos os participantes, e colocar à disposição o tempo inteiro; dizer que para mim é muito gratificante, é muito importante participar deste momento histórico. E o tratamento que a gente recebe aqui é significativo, de saber que o intuito é sempre o melhor, de todos que vêm aqui, incluindo V. Exas., que coordenam e tomam o rumo disso aqui.

Então, todo mundo que está no futebol nesse momento, no esporte, tem o interesse de um bem maior, que é crescimento, porque o futebol brasileiro, quando se fala... Hoje o Presidente Casares falou sobre SAF ou não, e nós sabemos dos bilhões que tem para vir para o futebol.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – E a estruturação do futebol, a reorganização, tudo isso passa exatamente por momentos como este aqui, que são os momentos de aperfeiçoamento.

Meu muito obrigado, minha gratidão por estar, mais uma vez, junto com o senhor e todos os servidores do Senado aqui, participando deste momento histórico. Sem sombra de dúvida, saberemos no futuro que participamos dessa parte da história com dignidade e correção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se Deus quiser! Recíproco, em tudo.

E, só para lembrar sobre mala branca, os senhores tomaram conhecimento de um time de futebol, no ano passado, na Série B do Campeonato Brasileiro? Esse time foi rebaixado para a Série C e perdeu todos os jogos, o.k.? Na última rodada, ele resolve jogar futebol, dizendo que era uma questão de honra: derrotou o time que estava para subir – perfeito? –, e fomos descobrir a verdade: R\$ 200 mil para cada jogador, um presente de Natal.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (*Fora do microfone.*) – Eu vi a matéria de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Lembra? Matéria minha, até hoje não fui processado. Disseram que iam me processar, que iam me botar na cadeia. Falei: "Por favor!".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque eu tinha a prova de que foi feito o pagamento.

E a pergunta é esta: "Como é que vocês jogaram o campeonato todo perdendo e só ganharam a última partida?".

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (*Fora do microfone.*) – E do melhor time. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É muito difícil, não é?

A sua consideração final, por favor, Dr. Ronaldo Botelho Piacente.

O SR. RONALDO BOTELHO PIACENTE (Para expor.) – Bom, também eu quero agradecer e dizer que é uma honra estar nesta Casa, é uma honra estar participando desta CPI. Estaremos sempre à disposição, tanto o STJD como a procuradoria, nós estamos aqui, no que precisar, na hora que for, no dia que for. Estamos aqui para dizer a verdade, para esclarecer, para trazer a transparência do futebol, e tentar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de alguma forma, pelo menos, minimizar isso e poder ter um controle maior. Trabalharemos incansáveis nas questões de denúncias. E foi um trabalho realmente que eu fiz, inclusive com meu amigo Rafael Bozzano, que é o meu Subprocurador, de trabalhar de madrugada. A gente se falava às 2h da manhã, às 3h da manhã, a gente estava conversando sobre isso, e digitando, e trocando ideia, e discutindo sobre a legislação. Então foi um trabalho incansável, e não vamos parar. Enquanto tiver isso, nós vamos denunciar, nós vamos punir. Então, que fique aqui o recado para quem está pensando em fazer alguma coisa errada.

Parabéns pelo trabalho importante! Você e o Senador Romário são pessoas muito queridas – pelo menos eu gosto muito, eu sou fã realmente, de verdade – e fazem um trabalho sério, não só na questão de manipulação, mas nesta Casa, no Senado. Parabéns! Continuem, porque representam o nosso país. Meus parabéns aos dois!

E, aos demais que estão presentes aqui também, aos servidores, também a todos que estão presentes, muito obrigado por nos ouvir, e obrigado pela oportunidade, e contem sempre conosco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado. Recíproco também, em tudo, Dr. Ronaldo.

Bem, passamos agora rapidamente à parte deliberativa da reunião destinada à votação dos requerimentos.

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco os seguintes requerimentos da pauta: Requerimentos 50 a 56, 58 e 60 a 64.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 50/2024**

Convida Diego Pombo Lopez, AVAR2 BA, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 51/2024**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convida Frederico Soares Vilarinho, AVAR MG, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 52/2024**

Convida Rafael Traci (VAR Fifa-SC), VAR Fifa-SC, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 53/2024**

Convida Braulio da Silva Machado, árbitro Fifa-SC, o qual atuou na partida realizada no dia 01 de novembro de 2023, entre os times Botafogo e Palmeiras.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 5****Requerimento Nº 54/2024**

Convida Erivaldo Alves, ex-presidente da Sociedade Esportiva de Santa Maria.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 6**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 55/2024

Requisita do Presidente da CBF informações relacionadas ao quadro de árbitros da primeira divisão do campeonato brasileiro de futebol.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 7****Requerimento Nº 56/2024**

Convite Sra. Dayana Nunes Presidente do Clube Santa Maria - Brasília.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 8****Requerimento Nº 58/2024**

Requer pedido de esclarecimentos por escrito ao senhor Júlio Avellar (Diretor de Competições da CBF) e senhor Eduardo Gussem (Oficial de Integridade da CBF).

Autoria: Senador Eduardo Girão

2ª PARTE**ITEM 10****Requerimento Nº 60/2024**

Convida o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Jarbas Soares Júnior.

Autoria: Senador Eduardo Girão

2ª PARTE

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11**Requerimento Nº 61/2024**

Convoca, na condição de investigado, o Sr. ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 12****Requerimento Nº 62/2024**

Convoca BRUNO LOPEZ DE MOURA a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 13****Requerimento Nº 63/2024**

Convoca ZILDO PEIXOTO NETO, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 14****Requerimento Nº 64/2024**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS, a ser inquirido por esta CPI sobre os fatos que o levaram a ser alvo de denúncia criminal no âmbito da Operação Penalidade Máxima, deflagrada pelo MPGO, que visa combater a manipulação de resultados em apostas esportivas.

Autoria: Senador Romário

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, os requerimentos.

(É o seguinte o item não deliberado:

2ª PARTE**ITEM 9****Requerimento Nº 59/2024**

Convida o senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor Geral da Polícia Federal, para depoimento perante esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão)

E não havendo mais nada a discutir e antes de encerrar a reunião... *(Pausa.)*

Eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 5ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. *(Pausa.)*

Ah, este eu sei que não falha! O Senador carioca, melhor advogado esportivo do Brasil – hoje ele não pode mais, é Senador da República –, Carlos Portinho, por motivos pessoais, não pôde estar aqui, mas faz questão de enviar aos senhores as suas perguntas, os seus questionamentos. Ele é atuante... E é suplente, hein?, desta CPI da Manipulação de Jogos e Apostas. Evidentemente as entregaremos o mais rápido possível e pediremos as respostas, por finesa.

Então, eu gostaria de agradecer a todos os colegas Senadores, que não são colegas, são amigos. Dos 81 Senadores, eu só tenho um colega. Ele é tão colega que eu nem o cumprimento, ele me dá a mão e fica com a mão no ar. Os outros 80 são meus amigos e não meus colegas.

Eu quero agradecer também à minha equipe de gabinete, comandada pela Carol da Luz, Luma Paschoalato e Roberto Gonçalves; à do gabinete do Senador Romário, os craques Wester, Flavio e Vicente; à do gabinete do Senador Girão, outros dois craques, o Chico e o Roberto. O Chico acabou com um casamento meu. Sério, eu estava no Plenário do Senado, com uma namorada atual, caminhando para uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

relação séria com ela. Ele não a viu, entrou no Plenário e gritou: "Fala, Kajuru, mulherengo!". Esse é o Chico. Como o Kajuru não tem *off* em nada... *(Risos.)*

Eu quero agradecer aos advogados do Senado, ao nosso craque principal, Dr. Octavio; à Liderança do PSB, o meu histórico partido e de Miguel Arraes, Eduardo Campos e Geraldo Alckmin, nos seus 80 anos de Partido Socialista Brasileiro, à Olga, ao Santi e ao Carlos. O Santi é gaúcho inclusive. Amanhã estaremos pessoalmente lá em Canoas, Porto Alegre e São Leopoldo, com a nossa Comissão Temporária para socorrer o Rio Grande do Sul.

E quero agradecer aos Consultores do Senado Luciano, Tiago Ivo e Vinícius; aos servidores desta Secretaria da Comissão, pois sem eles não haveria sucesso em nenhum dos nossos trabalhos, especialmente o meu, em função da visão principalmente, e em tudo o que eles auxiliam – eu sempre digo que todo trabalho é plural e nunca singular –; à Secretaria de Comunicação, à Secretaria da Comissão, que é do Marcelo Lopes, do Henrique Cândido e do Gabriel Udelsmann. Até Gabriel vai bem. Esse sobrenome dele que eu não consigo entender de que país é. *(Risos.)*

Gente, Deus, saúde, alegrias e vitórias em suas vidas e de seus familiares e amigos!

Obrigado a todos os veículos de comunicação que mais uma vez acompanharam as minhas redes sociais sem parar, do começo ao fim, às demais da rede Novabrasil FM, da TV Meio, em rede nacional, da BandNews, do YouTube e do grupo Senado, Rádio, Agência e TV.

Agradadíssimo.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Angelo Coronel, Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitivas dos Presidentes de Tombense e Londrina. Finalidade:** Oitivas dos Presidentes do Tombense Futebol Clube e Londrina Esporte Clube. Oitiva do Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube, em atendimento ao requerimento 3/2024; do Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube, em atendimento ao requerimento 4/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 80 de 2024** que: "Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações acerca do "quality manager" (gerente de qualidade) e do observador do VAR na partida entre Botafogo e Palmeiras, ocorrida em 01/11/2023 e na partida entre Palmeiras e Vasco, ocorrida em 27/08/2023." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2024** que: "Convoca Ricardo Gonçalves, Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil, para prestar depoimento em CPI." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2024** que: "Requisita do Presidente da CBF a íntegra das imagens internas da cabine do VAR da partida Botafogo x Palmeiras, ocorrida em 01/11/2023, no lance que ocasionou a expulsão do jogador Adryelson e na partida Palmeiras x Vasco, ocorrida em 27/08/2023." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2024** que: "Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida entre Athletico e Flamengo, ocorrida no dia 16/06/2024, em Curitiba-PR." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 84 de 2024** que: "Convida, na condição de testemunha, Estevam Soares, ex-técnico do Patrocinense." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2024** que: "Convida, na condição de testemunha, Anderson Ibrahim, representante da empresa Air Golden" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 86 de 2024**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Convida na condição de testemunha, o Sr. Danilo Rodrigues Maluf, Presidente da Associação Atlética Internacional (Inter de Limeira)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 87 de 2024** que: "Convida, na condição de testemunha, Roberto Avatar, presidente do Clube Atlético Patrocinense (MG)" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2024** que: "Requisita da SportRadar relatório de suspeita de manipulação de resultados produzido pela empresa SPORTRADAR AG sobre a partida de futebol entre Inter de Limeira (SP) e Patrocinense (MG), disputada em 01/06/2024, válida pelo Campeonato Brasileiro Série D." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/03>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e a toda a nossa pátria amada!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é quarta-feira, 3 de julho de 2024. Em uma só semana, é a nossa segunda reunião, cujo roteiro eu já iniciei, sempre tendo a presença do histórico Relator, Romário de Souza Faria, e dos membros da nossa CPI de manipulação de jogos de futebol.

Havendo o número regimental, eu declaro aberta esta 13ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

Havendo quórum, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, senhoras e senhores, destina-se à apreciação de requerimentos e aos depoimentos dos Srs. Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube, e Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube, nos termos dos Requerimentos de nºs 3 e 4/2024, ambos de minha autoria.

Destaco que os depoimentos serão realizados por videoconferência, havendo a compreensão de todos nós da CPI, em função de um deles ter cirurgia marcada e de outro ser pré-cirúrgico.

Passamos agora à parte deliberativa da reunião destinada à votação dos Requerimentos 80 a 88, de 2024.

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 80/2024



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações acerca do "quality manager" (gerente de qualidade) e do observador do VAR na partida entre Botafogo e Palmeiras, ocorrida em 01/11/2023 e na partida entre Palmeiras e Vasco, ocorrida em 27/08/2023.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 81/2024**

Convoca Ricardo Gonçalves, Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil, para prestar depoimento em CPI.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 82/2024**

Requisita do Presidente da CBF a íntegra das imagens internas da cabine do VAR da partida Botafogo x Palmeiras, ocorrida em 01/11/2023, no lance que ocasionou a expulsão do jogador Adryelson e na partida Palmeiras x Vasco, ocorrida em 27/08/2023.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 83/2024**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida entre Athletico e Flamengo, ocorrida no dia 16/06/2024, em Curitiba-PR.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE**ITEM 5****Requerimento Nº 84/2024**

Convida, na condição de testemunha, Estevam Soares, ex-técnico do Patrocinense.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 6****Requerimento Nº 85/2024**

Convida, na condição de testemunha, Anderson Ibrahim, representante da empresa Air Golden

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 7****Requerimento Nº 86/2024**

Convida na condição de testemunha, o Sr. Danilo Rodrigues Maluf, Presidente da Associação Atlética Internacional (Inter de Limeira).

Autoria: Senador Jorge Kajuru



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 8****Requerimento Nº 87/2024**

Convida, na condição de testemunha, Roberto Avatar, presidente do Clube Atlético Patrocinense (MG)

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 9****Requerimento Nº 88/2024**

Requisita da SportRadar relatório de suspeita de manipulação de resultados produzido pela empresa SPORTRADAR AG sobre a partida de futebol entre Inter de Limeira (SP) e Patrocinense (MG), disputada em 01/06/2024, válida pelo Campeonato Brasileiro Série D.

Autoria: Senador Romário

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco todos os requerimentos da pauta que tratam de convites, convocações e pedidos de informações.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos 80 a 88, de 2024.

Obrigado, Secretário, sempre eficiente, Marcelo.

Dando início às nossas oitivas, vamos conceder, como é praxe, com o tempo de dez minutos e com a devida tolerância, inicialmente, a palavra, remotamente, ao Sr. Lane Gaviolle e, em seguida, ao Sr. Getúlio Marques Castilho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após cada um, a voz imediata ao Relator e seus questionamentos sempre qualificadíssimos, bem como aos demais membros, que poderão fazer as suas perguntas aos dois convidados, a fim de que sejam respondidas em conjunto.

Do termo de compromisso, os dois Presidentes têm conhecimento, e eu dispenso a leitura dele, mas ambos sabem que, se houver qualquer mentira, tenho o direito até a dar voz de prisão, e também quanto à questão de não querer falar, mentir ou calar. Tenho certeza de que isso não vai acontecer, e assim esperamos.

Portanto, Presidente do Londrina, o seu tempo de dez minutos. Obrigado pelo convite aceito. Estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (Para depor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Excelência. Tudo bem? É Getúlio Marques Castilho falando.

Me sinto até honrado em participar dessa CPI, até por conta de diversas notícias veiculadas em vários jornais e notícias, mas, infelizmente, eu praticamente não poderei até colaborar muito nessa aí, até porque, no Londrina, eu não estava na função... Estou na função de Presidente, porém, o nosso futebol estava terceirizado com a SM Sports. E, com respeito a essa manipulação de resultado, eu não tenho, assim, muita, como se diz, eu não tenho muito nem conhecimento dos fatos, porque a gente pouco participava no futebol.

Tivemos aí uma intervenção trabalhista. Inclusive, até por conta disso, eu assumi o clube para colocar o clube em ordem. Porém, o futebol ficou terceirizado com a SM do Sr. Sérgio Malucelli. Eu não tenho, assim, como lhe dizer a respeito dos fatos que pouco chegavam para nós, assim, na parte administrativa do clube, da associação. Portanto, eu me sinto honrado, mas não tenho como colaborar demais nesse assunto, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, o senhor foi objetivo, mas evidentemente essa CPI tem o direito de fazer os questionamentos e, de imediato, o nosso Relator, que sempre faz história em CPI e em tudo que faz, Romário de Souza Faria, irmão, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Getúlio Castilho. Muito obrigado pela participação do senhor nessa CPI. Apesar de o senhor já ter



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

falado aqui, elaborei duas perguntas. Não sei se o senhor vai ter capacidade de responder pelo que o senhor acabou de dizer, mas, de qualquer forma, é meu trabalho, é minha obrigação fazer essas perguntas.

Em resposta ao convite da CPI, V. Sa. explicou que a administração do Londrina Esporte Clube, à época do jogo suspeito de manipulação, estava a cargo da empresa SM Sports. Porém, como dirigente experiente e certamente torcedor do clube, o senhor deve ter acompanhado a partida disputada entre Londrina e Tombense em 19 de maio do ano passado. Naquele evento, a empresa SportRadar detectou um volume anormal de apostas, seis horas antes do jogo, de que o Tombense receberia mais cartões que o Londrina, o que acabou se comprovando. Citando o relatório da SportRadar, a Betano indicou que a maioria dessas contas era da mesma região do árbitro do evento, o que causou preocupação de integridade sobre a atividades de apostas testemunhadas no mercado de cartões mencionado. O cartão amarelo que possibilitou os ganhos com as apostas foi dado ao Tombense já no acréscimo do segundo tempo. Logo após o cartão, o juiz Jefferson Moraes encerrou a partida.

O senhor se recorda daquela partida? Qual a avaliação da atuação da arbitragem naquela partida? O senhor poderia falar alguma coisa sobre isso?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (Para depor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Excelência. Muito obrigado. Eu praticamente vou a todos os jogos do clube. Eu mesmo... Na situação em que a gente se encontrava – a gente participa diretamente da torcida ali, não é? –, eu não, assim, vi nada que fosse anormal em termos de arbitragem, porque hoje está muito comum o jogador receber cartão. E, como a gente não participa diretamente, não consigo te dar essa informação. Mas, eu achei normal a conduta, sem problema nenhum, pelo que eu me lembro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, no entendimento do senhor, o cartão amarelo aplicado pelo árbitro naquele jogo, por mais que tenha sido nesse momento do jogo – praticamente no final –, foi um cartão amarelo normal que qualquer árbitro poderia aplicar, em qualquer jogo, em qualquer jogador, no seu entendimento?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Sim, eu acredito que sim, até por conta do próprio transcorrer dos jogos, não é? São situações que se apresentam, e a gente não tem... De repente, o árbitro dá um cartão de uma maneira, outro de outra, assim meio... Não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são todos na mesma linha de aplicação de punição. Então, acho normal, achei normal, tranquilamente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Depois de tantos escândalos de manipulação de jogos que geraram investigações criminais na justiça esportiva, como dirigente do clube, que sugestões o senhor teria para impedir o aliciamento de jogadores por essas quadrilhas? O que o Londrina tem feito para combater essa prática criminosa? A CBF tem ajudado nesse enfrentamento?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Olha, nós, agora, acho que temos que tomar todo... toda a condição que for possível para evitar esse tipo de coisa. Até em função de muitas casas de apostas que a gente sabe que, por exemplo, muitas casas de apostas acabam levando até a essa situação desagradável que aparece, muitas vezes, uma manipulação de resultado, como se diz. Eu não tenho visto dessa forma, mas o Londrina está preocupadíssimo também com essa situação, até porque o Londrina pode mesmo ser prejudicado numa coisa dessas. E, a gente tem, por exemplo, pelo nosso... inclusive pelo estatuto, a condição de seriedade e a condição de melhor prestar serviço para a população, entendeu?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor, dentro da sua experiência dentro do futebol, ao longo desse período curto que o senhor está administrando o clube, o senhor não tem sentido nenhum tipo de manifestação de movimentos diferentes ou estranhos por parte do seu grupo de jogador, ou se tem alguma pessoa que vem aliciando algum tipo de jogador, ou seja, dirigente, ou até mesmo árbitro? O senhor tem algum conhecimento?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Não, infelizmente, eu não tenho conhecimento nenhum, até por conta que eu acho que, hoje, a administração do Londrina leva tudo muito a sério, sabe, numa gestão de transparência total. Eu não tenho percebido, nem no grupo de jogadores, a gente sempre tem... Quando é para contratar jogador também, a gente tem que olhar a capacidade não só física, técnica dele, mas sim a capacidade moral da pessoa.

Então, eu não tenho percebido nada nessa situação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Relator Romário.

Eu queria, Presidente do Londrina, terra do nosso inigualável Senador da República Alvaro Dias, que tanto faz falta neste Senado Federal... Além da partida contra o Tombense, pela Série B do ano passado, a SportRadar registrou irregularidade em outro jogo do Londrina, pela Série B, em 2022. Em casa, a equipe foi derrotada pelo Ituano por 2 a 0, com muitas apostas indicando derrota do Londrina ainda no primeiro tempo, o que, de fato, a queria, na sua opinião sobre este episódio, a nós, aqui, esclarecer, porque me parece um fato grave.

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Para depor. Por videoconferência.*) – Olha, com referência ao jogo de Londrina e Ituano, até para nós foi uma surpresa a vitória do Ituano, até por conta que o Londrina estava disputando a parte de cima da tabela, assim como o Ituano. Então, foi muita surpresa.

A gente questionou jogadores, o motivo da derrota, a maneira como o Londrina foi derrotado, mas, infelizmente, não conseguimos apurar nada de irregular. Entendeu?

Eu acho isso aí... A gente acaba também trabalhando para ver a capacidade dos jogadores, mas, infelizmente, você não consegue entender, muitas vezes, um lance ou outro da partida. Então, não acredito, até que seja uma manipulação de resultado, talvez, ou talvez num lance de jogo ou alguma coisa parecida assim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas o Londrina, neste jogo, na sua opinião, não cometeu um erro grave – e, para mim, primário – de procurar a Justiça, o Ministério Público, em Londrina, num estado do tamanho do Paraná, para que investigasse o que o senhor acaba de falar, que é o que eu também penso em relação ao jogo?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Olha, como o Londrina estava em intervenção, inclusive, e a gestão era do parceiro, o Londrina, em si, como associação, não teríamos essa condição, e, sim, o parceiro. Eu não posso lhe assegurar se ele não entrou no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público ou fez alguma representação. Isso eu não posso te garantir. Eu acho que, caso ele achasse que houve alguma irregularidade, ele teria que ter feito isso, mas não foi o caso. Não acredito que houve essa manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ainda pela Série B, em 2022, o Ministério Público de Goiás, pioneiro na investigação de manipulação, investigou a partida entre Sampaio Corrêa e Londrina, vencida pelo time maranhense por 2 a 1. Quais as conclusões que o senhor tirou desta partida?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Olhe, Excelência... Assim, o resultado de uma partida, conforme esses tipos de coisa... Eu não estou me lembrando muito de como foi o transcorrer dos jogos, mas eu ouvi – até ouvi realmente – que o Ministério Público tinha verificado, mas, segundo informações, tudo correu normal. Não posso lhe precisar se houve manipulação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Relator Romário está lembrado, porque foi uma CPI com uma reunião muito importante, dos dois, o Procurador e o Promotor de Goiás, que vieram aqui e... Você se lembra, Relator Romário, de que, na opinião do Cyro, que era o Procurador – o outro era o Fernando, o Promotor... Na opinião do Cyro, ele não tem nenhuma dúvida de que houve manipulação. O senhor tem dúvida?

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Olhe, eu não posso precisar até por conta de que, inclusive... Como a gente não estava presente, eu não tive essa oportunidade de verificar, mas eu não sei se houve manipulação. Caso tenha havido, pode ser que tenha sido por parte de algum jogador, e também não nos foi passada nenhuma situação nessa condição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só para fechar e liberá-lo e ouvirmos a explanação inicial do Presidente da Tombense, o Sr. Lane Gaviolle, o que me parece estranho é que, nesta reunião com os procuradores do Ministério Público de Goiás, houve a apresentação de quatro jogos investigados pelo Gaeco, que é do Ministério Público do Estado de Goiás, de uma independência irretocável... É porque eu sou de Goiás e conheço o trabalho deles. De quatro jogos citados pelos dois, em três o seu time está envolvido – o Londrina. O senhor não achou estranho isso, não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO *(Por videoconferência.)* – Olhe, eu acho estranhíssimo, Excelência, porém, o Ministério Público não enviou nada para o Londrina, na verdade, para a gente apurar esses fatos também, até por conta de caso... Independente de que estava terceirizado o futebol, mas eu acho que a diretoria também teria tomado alguma providência, não resta nenhuma dúvida, porém, nós não recebemos nada do Ministério Público a respeito dessa situação. Eu até acho realmente muito estranhas essas manipulações, porém, eu acho que ficaram só no campo da especulação, porque, como não veio nada para o clube, a gente não tem como tomar uma posição mais completa a respeito de uma verificação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Eu peço, por fineza, Sr. Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube, que se mantenha remotamente, caso haja necessidade de outro questionamento.

E, de imediato, passo a palavra ao Sr. Lane Gaviolle, agradecendo o convite aceito, ele como Presidente da Tombense Futebol Clube. Saúde ao senhor. E, por fineza, o seu tempo de dez minutos para a explanação inicial. Por fineza. *(Pausa.)*

Está sem áudio. *(Pausa.)*

A sua imagem está parada... Agora, sim, normal, porém não há áudio. E é o seu, não é o nosso aqui. A Secretaria garante. *(Pausa.)*

O senhor poderia falar, não é? Porque aí a gente vai ver se tem áudio ou não. *(Pausa.)*

Continua sem áudio, Sr. Lane. É o seu computador. Sr. Lane, é o seu computador, 100%.

O senhor poderia sair, por fineza, e entrar de novo. Certamente, o senhor deve estar com algum assessor aí, com alguém próximo do senhor.

Eu estava aqui presente, eu chego sempre meia hora antes, eu vi o teste feito, e o teste foi perfeito.

Vamos aguardar o Presidente da Tombense Futebol Clube, o Sr. Lane Gaviolle, que saiu para entrar de novo, e a gente dar a ele o direito da explanação inicial pelo tempo de dez minutos. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está entrando? Hã? (*Pausa.*)

E, agora, Sr. Lane, está ouvindo? Oi, Sr. Lane, está ouvindo? Hein? (*Pausa.*)

O seu som continua não saindo. Desculpa, esse computador seu é velho, antigo? É de 1910? Com todo o respeito, o senhor não está querendo falar, me desculpe. Eu, como Presidente da CPI, tenho direito de falar isso. A impressão que dá é de que o senhor não está querendo falar. Por quê? (*Pausa.*)

O senhor abriu, o senhor está ouvindo? (*Pausa.*)

Sr. Lane, o senhor está diante do terceiro maior jogador do mundo, Romário, que driblou o mundo inteiro. O senhor acha que o senhor vai driblar o Romário? E o Kajuru, com 50 anos de carreira, nove Copas do Mundo na vida, já enfrentei João Havelange... O senhor acha que o senhor vai me enganar? Não vai. Drible aqui é impossível. (*Pausa.*)

Então, se o advogado dele está pedindo pra falar, por que ele não fala? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL (*Por videoconferência.*) – Posso ligar pra ele – eu acho que o microfone está fechado – e tentar orientá-lo a abrir?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acontece que, antes da reunião, Doutor... Desculpa, o seu nome qual é?

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL (*Por videoconferência.*) – Carlos Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dr. Carlos Eduardo, respeitosamente, antes de começar a reunião, foi feito o teste, e ele falou normalmente com a gente. É estranho que agora ele não está falando.

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL (*Por videoconferência.*) – O microfone foi fechado, aparece fechado, talvez ele não esteja conseguindo abrir. Posso ligar pra ele e orientá-lo a como abrir? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Me faz essa fineza, porque senão vai ficar muito estranho, na minha opinião, para a opinião pública.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL *(Por videoconferência.)* – Vou tentar orientá-lo a abrir. Só um segundinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu agradeço a sua participação.

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL *(Por videoconferência.)* – Me desculpe. *(Pausa.)*

Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Doutor.

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL *(Por videoconferência.)* – Eu conversei com o Lane, ele de fato – até tem uma pessoa lá com ele – falou que ele abre o microfone, mas não está funcionando. Ele vai pedir a autorização de V. Exa. para sair e entrar pelo celular para ver se funciona. Eu não sei o que aconteceu, mas ele reiterou aqui que não tem nada para não falar, vai colaborar, vai participar, só está tentando corrigir esse problema técnico. Se V. Exa. tiver um pouquinho de paciência, eu agradeço, mas ele vai tentar entrar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Paciência eu tenho, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL *(Por videoconferência.)* – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Jó, da Bíblia, era afobado perto de mim. Pode ficar tranquilo. Romário, a mesma paciência, mais do que eu até. Eu, às vezes, até sou impaciente, mas, como o senhor foi muito gentil...

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL *(Por videoconferência.)* – Imagine! É que na minha tela aqui aparece pra mim que o microfone está fechado. Eu falei isso pra ele, mas ele disse que abriu, então fica difícil eu saber como é que está lá, mas ele vai tentar entrar pelo celular, e talvez a gente não tenha esse problema. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É possível por celular? É possível? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabou de entrar?

O SR. CARLOS EDUARDO AMBIEL (*Por videoconferência.*) – Sim, ele tem o *link*, ele consegue, só precisa ser aceito aí, mas ele está fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele entrou agora e saiu. (*Pausa.*)

Ele entrou pelo celular e saiu. Confesso que essa cena, em CPI – eu já participei de seis –, eu nunca vi. Romário, que é mais experiente do que eu, acho que não viu também, não é? (*Pausa.*)

Está entrando, a Secretaria informa.

Entrou? (*Pausa.*)

Sr. Lane Gaviolle, está ouvindo, por fineza?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Estou ouvindo agora. Está tudo bem? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora sim, estamos ouvindo bem.

O senhor tem o tempo de explanação inicial de dez minutos. Fique à vontade, por fineza.

O SR. LANE GAVIOLLE (Para depor. *Por videoconferência.*) – Primeira coisa, me desculpe, não é culpa minha, a internet nossa aqui é um pouco complicada, a gente está no interior; S. Exa. o Romário sabe, ele conhece Tombos.

Mas, em relação ao jogo de Londrina, a gente não viu... Eu não vi nada demais no jogo. A gente perdeu o jogo de 2 a 0. Até busquei na súmula, e você vê que teve os cartões para o nosso jogador em 15 minutos do segundo tempo e mais ou menos em 2, 3 minutos da prorrogação. Então, pelo vídeo, por tudo e pelo que eu vi no momento, eu não vi nada de alteração em relação ao que houve na partida, principalmente porque qualquer dirigente, ex-jogador, a primeira coisa é que acha ruim de qualquer coisa – não é? –, de cartão, principalmente se o time estiver perdendo... E isso que aconteceu. Então, eu não vi nada de alteração, e a alteração maior que eu vi foi que o meu time jogou muito mal e perdeu o jogo. Isso é que foi o pior no momento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De imediato, com a palavra, o histórico Senador da República e ser humano Romário, irmão, com os questionamentos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente Lane Gaviolle.

Obrigado por ter aceitado o nosso convite e estar participando da CPI. Mande um abraço aí para o querido Edinho, que trabalha com vocês há muitos anos, ex-jogador e meu treinador no Flamengo.

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Lane, eu tenho aqui que fazer meu papel, que é fazer as minhas perguntas, já que eu sou Relator desta CPI.

Na partida realizada contra o Londrina, pela Série B do ano passado, foi detectada suspeita de manipulação e alerta emitido pela empresa Sportradar em relação ao número de cartões. Esse volume anormal de apostas ocorreu com apostadores da mesma região de origem... (*Pausa.*)

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, desculpe porque eu troquei aqui a pergunta.

Esta CPI teve acesso aos relatórios produzidos pela empresa Sportradar sobre partida suspeita de manipulação. Um dos relatórios traz suspeita sobre uma partida disputada entre o Criciúma Esporte Clube e o Tombense pelo Campeonato Brasileiro Série B, no dia 5 de novembro de 2022. A partida foi vencida pelo Criciúma por 2 a 0. A Sportradar detectou, quatro horas antes da partida, um volume anormal de apostas de que o Tombense perderia o primeiro tempo. Esse resultado se concretizou depois que um pênalti foi cometido pelo jogador Joseph Figueiredo, no minuto 32 do primeiro tempo. Segundo a Sportradar, 99% do faturamento tentado, no mercado do vencedor, no primeiro tempo, foi a favor da derrota do Tombense no primeiro tempo. O volume de apostas foi de mais de 78 mil euros, citando aqui textualmente a conclusão da Sport TV.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os padrões de apostas e o lastro probatório reunido, como suportes atuais, forneceram indicação de que o Tombense pode estar envolvido na potencial manipulação da partida. O Ministério Público de Goiás, na Operação Penalidade Máxima, parte I, p. 8, afirma, abro aspas: "Joseph Mauricio de Oliveira Figueiredo, de forma consciente, voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade da sua conduta, aceitou vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento da competição esportiva entre o Tombense e o Criciúma, na Série B do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022".

Qual foi o resultado da investigação feita pelo clube? O que o senhor teria dito sobre esse caso específico? Qual foi a ação tomada pelo Tombense, já que foi uma ação comprovada pelo Ministério Público de Goiás?

O SR. LANE GAVIOLLE (Para depor. *Por videoconferência.*) – Primeira coisa, a gente estava vendo o jogo. Por causa da pandemia, normalmente, eu não estava participando das viagens, mas vi pela televisão. Até, no momento, a gente não viu nada de irregular. Quando saiu a notícia de que realmente poderia ter sido alguma coisa irregular, a gente foi pego de surpresa, justamente porque, quando saiu a notícia, veio o pessoal aqui do Ministério Público na casa do Joseph e apreendeu celular e um monte de coisa. E, com isso, a primeira coisa que a gente fez foi conversar com o jogador, afastá-lo, porque ele não tinha condição nenhuma porque a família estava toda abalada.

Como era um jogador que não teria... Nunca tive problema com ele. Era um excelente jogador e, ao mesmo tempo, boa pessoa. A gente ficou indignado com isso. Com isso, a gente o afastou. Ele não tinha clima para, então, ficar no clube, nem ficar com os companheiros. Todo mundo ficou com dúvida, né? A dúvida é normal. A gente esperou o resultado, e, dentro desse resultado, esperado por muito tempo – estava demorando sair o resultado, se ele tinha culpa ou não –, ele nos procurou, a gente conversou, resolvemos fazer uma rescisão amigável e ele procurar se defender da maneira que poderia. Ele tinha advogado próprio, dele. Com isso, ele o colocou, pra se defender. Isso foi a atitude do clube. Desde então, sempre, quando acontece alguma coisa, sempre há o nome do Joseph envolvido em relação a isso, a esse jogo dentro do clube. A gente passou, como sempre faz, não é?, passou a fazer palestra, proibir aposta, fazer tudo que tinha que fazer em relação à proteção dos atletas e à proteção do clube.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, o jogador foi afastado do elenco depois desse entendimento do Ministério Público de que ele cometeu esse crime. É isso? De comum acordo?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – É. Ele foi afastado...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi uma decisão amigável?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Foi afastado até segunda ordem. Como estava demorando... Justamente, como ele estava com a cabeça muito ruim, não tinha condição nenhuma de ficar no clube... A gente também... Você fica naquela dúvida de se é verdade, se não é verdade. E, nesse período dessa demora de ter..., de a acusação ser realmente verídica, a gente foi, fez um acordo amigável e ele foi cuidar da vida dele. Logo em seguida, parece que ele já está jogando bola normal, não foi ainda 100% comprovado. Parece que é isso, né?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na partida realizada contra o Londrina pela série B do ano passado, foi detectada suspeita de manipulação em alerta emitido pela empresa SportRadar em relação ao número de cartões. Esse volume anormal de apostas ocorreu com apostadores da mesma região de origem do árbitro daquela partida. O senhor percebeu algo de errado naquele jogo, sobretudo em relação ao comportamento do árbitro? Os jogadores comentaram algo? Houve realmente algo nitidamente forçado para se conseguir o resultado daquelas apostas?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Eu não posso te informar se houve forçado. Eu posso te informar que, em 15 minutos do segundo tempo, foi dado um cartão pro jogador nosso; na prorrogação, com dois ou três minutos, foi dado cartão pra outro jogador; mas, durante a partida, eu não vi nada de anormal. Houve a jogada de um carrinho, outra jogada que qualquer árbitro pode dar. Agora, isso aí vem muito... Como você é ex-atleta, sabe bem como é a interpretação do árbitro, né? Muitas vezes ele pode interpretar como cartão, cartão amarelo, cartão vermelho, ou não dar nada. Então, na minha concepção, eu não vi nada demais em qualquer dos dois cartões. Eu vi que o meu clube jogou muito mal e perdeu o jogo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois desse jogador que foi afastado amigavelmente pelo senhor, o zagueiro Joseph Maurício de Oliveira, o senhor conseguiu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificar ou detectar algum outro jogador que possa ter alguma atitude suspeita em relação a manipulação dos jogos aí no Tombense?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Como eu disse, a gente vive numa cidade pequena, de 8 mil habitantes. A gente procura sempre se cercar de todas as informações possíveis. A gente sempre coloca psicólogo, coloca as pessoas... Mostra esse momento do Joseph, que aconteceu no clube, que nunca teria acontecido.

A gente também não está falando se é verdade ou se é mentira, mas a gente mostra isso aí, porque aqui a gente não quer que jogue, isso não é do futebol. A gente é muito honesto com as nossas coisas, a gente procura fazer tudo certo e a gente não quer nada disso no nosso clube. Então, há, sim, sempre palestras, sempre conversamos com os jogadores, porque a gente não quer, dentro do nosso clube, qualquer tipo de aposta. Isso não é o que a gente preza aqui para a gente continuar tocando o Tombense por esses anos todos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela sua participação.

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bem, é muito difícil você fazer perguntas depois do Relator Romário, não é? Ele é completo, é implacável; mas cabe a mim aqui lembrar ao Presidente que a Tombense também estava em outra partida da Série B de 2022 investigada pelo Ministério Público, contra a Chapecoense, vencida pelo time de Santa Catarina por 3 a 2. O que o senhor tem a dizer a respeito deste jogo sinistro?

O SR. LANE GAVIOLLE (*Para depor. Por videoconferência.*) – Deste jogo eu não tenho nada a dizer, porque todos esses jogos que são sinistros, em que acontece essa situação, a gente está perdendo os jogos. E eu não me lembro deste jogo, em relação ao que aconteceu neste jogo, te juro. Mas, independente disso, a gente tenta fazer sempre o melhor e nunca estamos enfiados em nada que seja ilícito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só para concluir: Presidente, o senhor não acha que – eu faria assim, tenho certeza de que o Romário também –, a partir do momento em que há um fato ocorrido, como questionado pelo Relator Romário e confirmado pelo senhor... Não entendo, sinceramente, a expressão que o senhor usou, "acordo amigável". Eu não teria nada amigável com um jogador que fez o que fez. Mas, tudo bem, vou respeitar a sua resposta.

Agora, a partir de agora, no contrato com cada jogador, o senhor não acha que tem que ter uma cláusula específica, para que o jogador saiba da responsabilidade dele caso se envolva e se apresente uma prova cabal e irrefutável contra o mesmo em manipulação de resultado de futebol, sobre condenação, sobre punição com rigor? O senhor está fazendo isso no clube ou ainda não?

O SR. LANE GAVIOLLE (Por videoconferência.) – Eu acho que tem que ter sim. Eu acho que não estou fazendo ainda porque a gente trabalha de outra forma. Mas, se precisar e se a CBF, realmente, como está ajudando – em todas as palestras nossas, em todas as reuniões da CBF, eles estão pegando muito no pé de todo mundo, colocando empresas para olhar isso, justamente para não ter isso –, acho que é cabível qualquer coisa no contrato que venha a proteger o clube – entendeu? – e proteger essa manipulação que está acontecendo. Eu acho que é muito viável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu lhe informo e antecipo, porque eu conversei ontem por telefone com o Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, para agradecer o fato de ele ter atendido ao nosso pedido de criar imediatamente a central de denúncias, que poderá se chamar "cbfversusmanipulação.com" – o departamento jurídico da empresa, no caso privada, Confederação Brasileira de Futebol, autorizou por unanimidade –, que ele relatou a mim ontem que já mandou informar a todos os clubes esta questão contratual a partir de agora com cada atleta. Então eu espero que o senhor já tome essa providência até para o senhor servir de exemplo.

O SR. LANE GAVIOLLE (Por videoconferência.) – A primeira coisa que a gente vai fazer. Eu acho que a gente procura fazer sempre o melhor, Senador. Eu acho que a gente procura fazer proteção para nós que estamos no meio do futebol, às pessoas que trabalham honestamente; e não pode ser feito dessa forma o que está acontecendo no futebol. Então tudo que vem é para melhorar o futebol, para proteger o futebol, proteger o clube, com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comando o meu clube aqui mais ou menos há 25 anos. Eu estou na frente do meu clube, que é um clube do interior, e a gente não costuma nunca fazer nada, nada de errado, pelo contrário, e a gente quer proteção: proteção para mim, para minha família, proteção para o clube. É isso que a gente quer, entendeu? Então tudo que vem para acrescentar, a gente está pronto para fazer e cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Nós agradecemos aos dois dirigentes que participaram remotamente. Entendemos a questão de saúde de ambos. E espero que os senhores continuem à nossa disposição para qualquer outro motivo que tenhamos, para ouvi-los e para questioná-los.

Saúde aos dois.

O SR. LANE GAVIOLLE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode se despedir.

O SR. LANE GAVIOLLE (Para depor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu só queria pedir desculpa, mais uma vez, em relação à internet, em relação ao que aconteceu, se eu não quisesse falar, eu não estaria aqui, primeira coisa, não é? Queria só pedir desculpas em relação a tudo o que aconteceu, em relação à nossa internet aqui, que deu pau na hora para a gente fazer a nossa audiência.

Muito obrigado ao senhor, obrigado ao Romário, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Assunto encerrado. Deu pau na hora. (*Risos.*)

Só na hora. Só na hora ficou estranho. Eu achei que o seu computador era de 1910, me desculpa.

O SR. LANE GAVIOLLE (*Por videoconferência.*) – Eu sou da cidade de 8 mil, mas o computador é novo. O Romário conhece muito bem Tombos, então não precisa nem falar mais nada. (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Obrigado ao senhor, obrigado ao Presidente do Londrina.

E eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

Agradecer também a quem? *(Pausa.)*

Ah, desculpa. Sr. Getúlio, desculpa, o Presidente do Londrina também tem o direito de se despedir. Eu que lhe peço desculpas.

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (Para depor. *Por videoconferência.*) – Olha, para nós é uma tremenda satisfação ter participado, até por conta de todos os boatos que têm ocorrido. E o Londrina estará sempre à disposição para a gente tentar sempre melhorar o nosso futebol, está o.k.?

Muito obrigado pela oportunidade. E muito obrigado ao Romário também, que é um dos maiores ídolos que nós já tivemos, está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O.k.

O SR. GETÚLIO MARQUES CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Para sair satisfeito com o senhor, vou fazer uma pergunta diferente de CPI: o senhor votou no Senador Alvaro Dias ou não, aí em Londrina? *(Pausa.)*

Não? Claro que não, não é? Então me desculpe, o senhor não sabe votar.

Bom, brincadeiras à parte, agradeço à nossa equipe de gabinete: a craque Carol da Luz, Luma Paschoalato, Roberto Gonçalves, os nossos craques; do gabinete do craque maior, Senador Romário, os também craques, Wester, Flavio e Vicente.

Hoje não vi o Vicente aqui, não é?

Do gabinete do Senador Girão, o Chico e o Roberto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje ficamos livres do Girão, não é? Perceberam, senhoras e senhores? E do Chico também.
(Risos.)

O Girão hoje não quis vir. Hoje ele deve estar na tribuna falando de? Aborto.

Da Liderança do PSB, Olga, Santi e Carlos; do gabinete do Senador Portinho, a Fran Vieira.

Agradecemos ao Advogado do Senado, Dr. Octavio, que está trabalhando todos os dias vendo cada página das centenas de relatórios que temos aqui na CPI da Manipulação de Jogos e Apostas; aos Consultores do Senado: Luciano, Tiago e Vinicius; e aos servidores, eficientes, desta Secretaria da Comissão: Marcelo Lopes, o Henrique Cândido, o Gabriel Udelsmann.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas, convidando-os para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 9 de julho de 2024, às 4h da tarde, para as oitivas dos Srs. Manoel Serapião Filho, ex-árbitro da FIFA, e Rômulo Meira Reis, ex-oficial de integridade da Confederação Brasileira de Futebol.

Obrigado, irmão Romário, Senador, Relator, por mais uma vez estarmos juntos.

E declaro encerrada a presente reunião.

Deus e saúde a todos e a todas.

(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e cinquenta e um minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Carlos Portinho e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitivas de Manoel Serapião Filho e Rômulo Meira Reis. Finalidade:** Oitivas previstas pelos requerimentos 66 e 75/2024-CPIMJAE. Oitiva do Manoel Serapião Filho, Ex-árbitro de futebol, em atendimento ao requerimento 66/2024; do Romulo Meira Reis, ex-oficial de integridade do VAR, em atendimento ao requerimento 75/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Oitiva de William Pereira Rogatto. Finalidade:** Oitiva prevista pelo Requerimento nº 72/2024-CPIMJAE. Oitiva do William Pereira Rogatto, em atendimento ao requerimento 72/2024. **Resultado:** Oitiva não realizada em virtude do não comparecimento do convocado. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 89 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de BC SPORTS MANAGEMENT LTDA, desde janeiro de 2022 até a presente data." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de Bruno Lopez de Moura, desde janeiro de 2022 até a presente data." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 91 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de Camila Silva da Motta, desde janeiro de 2022 até a presente data." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2024** que: "Convida Mauro Marcelo de Lima e Silva, Auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, a prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 93 de 2024** que: "Requisita ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva o compartilhamento dos documentos e informações produzidos do inquérito das denúncias de John Textor, sobre possível manipulação de resultado no Campeonato Brasileiro de 2023." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e sete





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/09>

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, só...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, com o maior prazer, antes de começarmos a reunião.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Tem um pedido de inclusão de deliberação para um requerimento extrapauta. Os colegas tomaram conhecimento de que, na última semana, o Relator do STJD, Dr. Mauro Marcelo, soltou um relatório. Ele se debruçou sobre as mesmas provas, e nós iniciamos esta CPI por isso, por iniciativa do Senador Romário, e estamos também debruçados nisso e muito mais. Ele soltou o seu relatório pedindo a condenação do Sr. John Textor – que esteve aqui prestando... foi o primeiro depoente. Uma pena que eu confesso que, em 20 anos do STJD, eu não vi ser aplicada nem a quem fraudou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

resultados em competição nem a corruptores, com exceção daqueles que foram banidos – naturalmente atletas, alguns –, mas, quanto aos outros, nunca vi uma pena pedida nessa proporção. Já vi a Procuradoria pedir, porque a Procuradoria pede o máximo, sempre é assim, mas nunca vi o próprio relator, condutor do inquérito, sugerir essa penalidade, o que me chamou a atenção, até porque esta CPI nasce justamente das denúncias.

Então, eu acho que é importante nós ouvirmos, porque nós temos aqui a nossa avaliação das provas, e ele certamente chegou a uma avaliação primeiro até do que nós – nosso trabalho só se encerra ao final. E, como nós ouvimos o Presidente do STJD, o Procurador-Geral, agora esse requerimento extrapauta para, numa sessão, provavelmente na volta do recesso, com a extensão do prazo que é necessário desta CPI, a gente possa ouvir e compreender as razões, até pro nosso próprio convencimento.

Então, é um pedido extrapauta pra votação desse requerimento, pra convocar o Sr. Mauro Marcelo, auditor do STJD.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sobre esse assunto, eu...

Já praticamente começamos mais uma reunião aqui, mas eu coloco, Portinho, que, sem querer entrar no mérito de dar crédito ou não às denúncias feitas por John Textor até agora, o que eu não entendi foi que, numa reunião nossa aqui, o representante do STJD – o Relator Romário, nosso histórico Romário de Souza Faria, deve se lembrar, e você também – falou que a punição máxima que ele daria seria de 60 dias, no caso do Textor, e o relator deu dois anos agora. Eu até fiz uma brincadeira com ele...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Seis anos, desculpa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seis anos e R\$2 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E 2 milhões de multa.

E aí eu brinquei com ele: "Mas punição de 60 dias é de criança de escola. Não é pouco, não?". Ele falou: "Não, é o máximo". Aí agora o relator... Mas, enfim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É pra gente entender.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Enfim, vai haver votação, não é? Isso apenas foi o relatório inicial.

Bem, então, havendo, brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde, alegrias e vitórias para todas e todos presentes aqui, e os ausentes que nos acompanham pelos meios de comunicação, TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado, no YouTube... E também registro aqui a Band FM 90.7. Hoje, em rede mundial de televisão, esta reunião... A partir de agora, a TV Meio decidiu transmitir todas as nossas reuniões, e agradecemos a esse importante veículo de comunicação, que chega ao Brasil inteiro por TVs abertas, por TVs fechadas, e nos aplicativos SmartTV em qualquer lugar do mundo. Agradecidíssimo.

Hoje é terça-feira, 9 de julho de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes, empresários, empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está, então, aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e aos depoimentos do Sr. Manoel Serapião Filho, aqui já presente, a quem agradecemos, ex-Árbitro da FIFA, meu conhecido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos bons tempos de imprensa esportiva, porque hoje os tempos não são mais tão bons como antigamente, e, naquela época, a gente também acreditava mais nos árbitros, não é? Tivemos briga, mas sempre terminamos bem, com um bom relacionamento, Serapião, baiano aqui presente.

Da mesma forma, o nosso respeito ao Romulo Meira Reis, que é ex-Oficial de Integridade da CBF, nos termos dos Requerimentos nºs 66 e 75, de 2024.

Ainda foi convocado...

Peço aqui a atenção da imprensa, com a qual eu tenho o melhor relacionamento e o maior respeito, aqui presente ou nos vendo: foi convocado para prestar – convocado para prestar – depoimento o Sr. William Pereira Rogatto, investigado, ele, na Operação Fim de Jogo do Ministério Público de Goiás, nos termos do Requerimento de nº 72/2024. Entretanto, apesar de novo contato na data de hoje – que a imprensa saiba –, pela Secretaria da Comissão, o Sr. William não informou se iria comparecer nem enviou justificativa para a sua ausência.

Aqui trago a transparência, que meu irmão Romário sempre me pediu, na Presidência desta CPI, até porque tenho o Romário como exemplo de Presidência de CPI. Eu trago aqui, então, a conversa de hoje, por telefone, em que ele ficou surpreso.

O Marcelo é nosso Secretário eficiente. Disse ele: "Boa tarde, Sr. William. Envio, em anexo, o ofício de convocação para o depoimento de V. Sa. perante a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas do Senado Federal, a ser realizada na próxima terça-feira, dia 9 de julho, às 15h30". Respondeu William Rogatto: "Quem está falando e como conseguiu o meu contato?". Respondeu Marcelo, nosso Secretário: "Esclareço que o mesmo também foi encaminhado para o seu *e-mail*. Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos. Me chamo Marcelo; tentei ligar para me apresentar ao senhor. Sou o Secretário da Comissão". O William Rogatto respondeu: "Olá, Marcelo. Tudo bem?". Marcelo: "Tudo bem. E o senhor?". William Rogatto: "Não muito, não é? Convocado para uma CPI, algo que não estava nos meus planos, mas deixa tirar uma dúvida. A minha ausência vai me prejudicar em alguma coisa?". O Marcelo respondeu: "A convocação é uma intimação para comparecimento obrigatório, que foi aprovada pelos Senadores membros da CPI. Eu, como Secretário, lhe encaminho este documento e entendo que seja uma situação incômoda. Quanto às consequências do não comparecimento, minha sugestão seria perguntar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu advogado de confiança". William Rogatto respondeu: "Então, o.k. Obrigado, Sr. Marcelo". Volta Marcelo, Secretário nosso: "Pois o entendimento sobre a ausência a uma convocação é complexo e envolve a situação exata do senhor sobre os fatos que motivaram a sua convocação, que não são de meu conhecimento. Por isso, recomendo conversar com o advogado para responder da forma que julgar melhor para o senhor. De nada, qualquer dúvida pode me chamar por aqui". Por fim, William Rogatto respondeu: "Entendi. Muito obrigado. Poderia apenas tirar uma dúvida? Meu contato foi pego como amigo?" Ou: "[...] com um amigo?". Marcelo respondeu: "A CPI, como órgão de investigação, tem acesso a sistemas e ferramentas para localizar pessoas". William Rogatto: "Entendi. Que legal!". Marcelo: "Qualquer dúvida, fico à disposição, Sr. William". Aí hoje: "Bom dia, Sr. William. Tudo bem? O senhor tem algum retorno quanto ao seu comparecimento para o depoimento na reunião da CPI de hoje?". Responde William Rogatto: "Desculpa, Marcelo, meu advogado é o único com que falo e que pode responder qualquer coisa. O.k.? Muito obrigado".

Grosso no telefone e com parecer, ou seja, com um *feeling*... E eu aqui afirmo que, se ele quiser me processar, será um atestado de idoneidade pra mim, será mais um quadro em meu gabinete entre tantos que eu tenho.

Esse senhor que manipula resultados de futebol – e aqui nós provaremos –, desde 2020, no Campeonato Paulista, é corrupto até na medula, até na essência. Ele respondeu então aqui, por fim: "Certo, poderia passar o contato do seu advogado ou pedir para ele entrar em contato comigo?", o Marcelo. Não teve mais nenhuma resposta, nenhuma mensagem. Pela experiência do Senador Romário e do Senador Portinho, da mesma forma, e como aluno de vocês aqui, o que terá que acontecer? Agora será por bem ou por mal?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É debaixo de vara, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por bem ou por mal?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É debaixo de vara que dizem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não é isso? Debaixo de vara, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vir aqui ele tem que vir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não é? Não tem discussão, certo, Relator? Então, é o que vamos fazer, não é? É nossa obrigação.

Sabemos que ele pode conseguir no STF um *habeas corpus*, como o Romário me disse aqui, mas o nosso papel nós faremos, porque ele está mostrando ao Brasil que ele tem culpa no cartório. Ele ignorar e não querer vir?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está muito esquisito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não está, não? Pelo amor de Deus, não é?

Passamos, então, à parte deliberativa da reunião, destinada à votação dos Requerimentos 89 a 91/2024.

3ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 89/2024**

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de BC SPORTS MANAGEMENT LTDA, desde

janeiro de 2022 até a presente data.

Autoria: Senador Romário



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

3ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 90/2024**

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de Bruno Lopez de Moura, desde janeiro de 2022 até a presente data.

Autoria: Senador Romário

3ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 91/2024**

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de Camila Silva da Motta, desde janeiro de 2022 até a presente data.

Autoria: Senador Romário

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco todos os requerimentos da pauta que tratam de transferências de sigilo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só incluir o meu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O extrapauta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... Requerimento 92, extrapauta, de que eu já fiz a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já está aqui na sequência do roteiro, me diz o Secretário Marcelo.

Aprovados os Requerimentos de 89 a 91/2024.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos seguintes requerimentos:

3ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 4****Requerimento Nº 92/2024**

Convida Mauro Marcelo de Lima e Silva, Auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, a prestar depoimento.

Autoria: Senador Carlos Portinho

De autoria do aqui presente, como sempre, exímio Senador Carlos Portinho. Convida ele o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para prestar depoimento sobre o relatório apresentado ao STJD no âmbito do inquérito instaurado para apurar denúncias feitas pelo Sr. CEO do Botafogo do Rio, o americano John Textor.

3ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 5****Requerimento Nº 93/2024**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva o compartilhamento dos documentos e informações

produzidos do inquérito das denúncias de John Textor, sobre possível manipulação de resultado no Campeonato Brasileiro de 2023.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Requisita os documentos e informações produzidas no âmbito do inquérito instaurado para apurar denúncias apresentadas pelo Sr. John Textor sobre manipulações de resultados no Brasileirão Série A 2023.

Caso o Plenário esteja de acordo, também votaremos em bloco esses requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, os Requerimentos 92 e 93/2024.

Rapidamente, em nome do Relator Romário, dos membros desta Comissão aqui, Portinho, Girão, Hiran, Chico, todos que fazem parte dos nossos trabalhos, o nosso aplauso a uma matéria que acabei de ler e vou enviar a Romário e Portinho aqui, do jornal *O Globo*, que traz uma constatação feita por esta CPI. Ficamos felizes pela postura do jornal *O Globo* – o jornalista está inclusive aqui presente, é o Vinícius – numa reportagem que demonstra à sociedade brasileira do futebol, a nossa independência e a credibilidade, de que vocês podem ter certeza, desta CPI aqui no Senado Federal, que não terminará em pizza e jamais terá denúncias de suspeitas de achagues.

Aqui não terminará sem gols esta CPI, no relatório que será, mais uma vez, histórico, do Senador Romário. E desta vez, irmão, você não tem Romero Jucá aqui não, tá?

Bem, então, dando sequência aqui, por gentileza, vamos às oitivas.

Eu dou início às nossas oitivas, concedendo inicialmente a palavra, por 10 minutos – posso tolerar mais, evidente, como sempre –, ao baiano, o Sr. Manuel Serapião Filho, ex-Árbitro de Futebol da FIFA, começando por ele, e também, depois, ao Sr. Rômulo Meira Reis, ex-Oficial da Integridade da CBF, após os quais, o nosso Relator histórico, Romário de Souza Faria, bem como os demais membros, poderão fazer as suas perguntas aos dois convidados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Manuel Serapião Filho, por favor, e Rômulo, aqui na Mesa Diretora. E fiquem à vontade. E, mais uma vez, o nosso agradecimento pelo convite.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Manuel Serapião, no seu depoimento, certamente vai nos trazer elementos importantes sobre a implementação do VAR, e uma das exposições que eu peço seja definida, Sr. Presidente, como complemento, é justamente para a gente entender como é que é o mapa de câmara, como é que funciona... Eu acho que o seu assistente está aí com essas informações, porque são visuais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, sem nenhum problema.

Sr. Manuel Serapião Filho, fique à vontade.

Ligue o microfone.

Ligou?

Já foi, já foi.

Obrigado.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Kajuru, boa tarde, Senador Romário. Obrigado por nos dar alegria, muitas alegrias no campo, sobretudo na nossa seleção brasileira.

Senador Portinho, senhores, senhoras, é um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ainda mais depois, Serapião, do vexame contra o Uruguai, não é? Aí dá vontade de ficar vendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o YouTube e ficar vendo os lances, os dribles do Romário, no PSV, no Barcelona, no Flamengo, onde esteve, porque que tristeza essa seleção, hein, gente? Só para aproveitar, hein? Pelo amor de Deus!

Eu sou do tempo, Romário, em que a gente tinha Cafu, Roberto Carlos, laterais; Jorginho, Leonardo, Branco, Carlos Alberto Torres, Leandro, Júnior, hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Zico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, estou falando dos laterais.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ah, dos laterais!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque hoje, Portinho, é duro ver a seleção brasileira com os laterais que nós temos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ela não tem nem centroavante!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É. Nem isso. É triste.

Desculpe a interrupção. Só para lembrar e mostrar para o Brasil que a gente ficou aturdido com essa nossa seleção de anteontem. Mas, se Deus quiser, ela vai se recuperar.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Perfeito.

Primeiramente, Senadores e senhores, nós gostaríamos de dizer da nossa honra de estar nesta Casa, a mais alta Casa do Poder Legislativo de nossa República, que presta relevante serviço para os destinos de nossa sociedade.

Também quero dizer que me congratulo com os Srs. Senadores que estão participando desta CPI, justamente porque a transparência e a ética devem prevalecer, e os serviços que os senhores prestarão para o futebol brasileiro será, com certeza, de extrema relevância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos certeza, como disse o Senador Kajuru, que não teremos *pizza*; teremos um relatório conclusivo, responsável, o que a competência dos senhores, sem dúvida, vai demonstrar para o nosso país. E as providências serão adotadas para corrigir possíveis desvios, se houver, mas sobretudo para beneficiar o crescimento do nosso futebol e, particularmente, da nossa arbitragem.

Nós, como autores do projeto VAR – o único projeto que foi encaminhado à FIFA em 2015, na administração do Sr. Marco Polo Del Nero, quando o Presidente da Comissão de Arbitragem era Sérgio Corrêa da Silva, e eu compunha a comissão ao lado de Luiz Cunha Martins, Paulo Jorge Alves e Edson Resende –, tivemos a oportunidade de – porque havia muitos lances de dúvida e de erros na arbitragem – encaminhar para a FIFA. E a FIFA, felizmente, encampou nosso projeto encaminhado nos meados de 2015. E, já em 2016, nós passamos a fazer experimentos para implementação. Eu e Sérgio Corrêa ficamos responsáveis por implementar o VAR no Brasil, e assim o fizemos, e hoje é uma realidade.

O nosso projeto foi absorvido quase 100%. Houve um acréscimo do erro de identificação de um jogador: quando o jogador que pratica uma infração é o número 7, e o árbitro se equivoca e dá cartão ao número 3, que também estava na jogada, o VAR pode verificar quem cometeu a falta. Esse índice muito pequeno foi o que foi agregado.

E uma coisa, que é o que está dando o grande problema hoje, foi a introdução do monitor no campo, para possibilitar a revisão pelo árbitro, porque o nosso projeto se destinava – como, aliás, o protocolo o estabelece – para correção de erros claros, indubitáveis e inequívocos. Os lances relacionados com o fato – por exemplo, a bola saiu de campo e depois volta, e um gol é marcado; o jogador está em posição de impedimento e faz o gol ou passa a bola para o seu companheiro; o penal foi marcado com uma falta fora da área ou uma falta dentro da área foi marcada fora da área – são situações, de fato, em que o VAR simplesmente passa a informação para o árbitro, e ele efetivamente consolida aquilo, sem necessidade de uma revisão, até em nome da celeridade do processo, porque o árbitro não iria lá para confirmar o que foi visto. Afinal de contas, o árbitro de futebol tem que enxergar bem, e o VAR também tem que enxergar bem.

Mas, com a introdução do monitor, surgiu o grande gargalo e o grande problema do VAR no Brasil e no mundo – menos um pouco na Europa e na Inglaterra, porque eles traçaram uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretriz mais firme do que seria o erro claro, erro óbvio. Há pessoas até que dizem "erros claros e óbvios"; não: claro, óbvio – óbvio é um reforço de linguagem. A Conmebol inclusive fala "erro claro, óbvio e manifesto". Basta claro, e o que é claro é claro; basta óbvio, porque óbvio é óbvio; e manifesto é manifesto. Mas a gente faz essa linguagem de reforço, para demonstrar que os limites do VAR têm que estar ali bem estabelecidos.

Mas, no nosso país, principalmente na América do Sul, as dúvidas por equívoco de orientação, por falta de diretriz firme do que é um erro claro, do que é um erro óbvio, que ninguém vai discutir, está gerando toda essa confusão, toda essa instabilidade. E instabilidade inclusive emocional, no próprio árbitro de vídeo, que tem uma responsabilidade extraterrestre.

O árbitro, em campo, apita o que vê. O VAR não pode errar, porque ele se louva das imagens. E imaginem o VAR na dúvida sobre se foi ou não foi, e aí entra na dicotomia: recomendo uma revisão ou não recomendo uma revisão? E, entre recomendar e não recomendar, sobretudo para não ser considerado omissor, ele opta por fazer a recomendação. E, às vezes, a gente vê revisões que não têm o menor sentido, que não têm nenhuma pertinência com a filosofia do VAR, que é a mínima interferência e o máximo benefício para evitar paralisação do jogo.

E no nosso projeto está lá estabelecido, de modo muito textual, que o objetivo era manter a sistemática de arbitragem vigente com observação. Depois que o mundo do futebol absorvesse a cultura do VAR para lances claros e inequívocos, aí sim, gradativamente, analisando irresponsavelmente e responsabilmente os lances que podem ser agregados para o futebol.

Por exemplo, um lance de mão, em que o jogador está com o braço aberto e que não se sabe se ele está com o seu braço compatível com o movimento para jogar futebol, que é um grande problema e, aqui no Brasil, um problema ainda maior. Isso é um grave defeito de nossa arbitragem, que precisa exatamente ter diretrizes mais seguras, os golpes de cotovelo, as mãos nos rostos dos jogadores, que passaram a ser comuns, e há instruções que me deixam absorto: "Ah, a mão foi no rosto, mas não teve impacto".

Futebol é MMA? O jogador que pratica, deixa de jogar a bola, está com o seu adversário atrás e dá um tapa no rosto do adversário não merece outra coisa senão a punição de expulsão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas dúvidas, essas inconsistências e que existem também no procedimento do VAR, na nossa tecnologia não tem o devido calibre, as imagens não são boas, as iluminações dos estádios não são boas. Na Série A, você ainda tem uma boa visão, um bom ângulo, um número de câmeras suficientes, mas, na Série B, a coisa já cai um pouco; na C e D, a gente julga que a coisa é bem difícil, e isso é uma postura que me parece inadequada, de a CBF tratar desigualmente, porque o futebol não é somente para o mundo rico, é para o mundo do entretenimento, e a classe mais baixa talvez precise... Mas baixa financeiramente – apenas desse particular –, porque pode haver homens de elevação muito mais alta do que as nossas, que estamos aqui com esse privilégio.

Então, nas Séries C e D a coisa fica bem melhor.

Então, nós precisamos ter...

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – ... posições e diretrizes e atitudes da CBF para melhorar todo o processo.

Como árbitro de futebol, sei o tempo e respeito o tempo.

Obrigado por terem me ouvido. E estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A gente que agradece. Finalmente um convidado que cumpriu o tempo, não é? Mas, se quisesse falar mais, poderia falar.

E eu já vou de imediato ao nosso Relator – como ser humano, exemplo para este país, com o seu amor ao próximo, e, como homem público, exemplo de uma honradez intocável –, Romário de Souza Faria, irmão, com as suas perguntas; e depois nós daremos sequência aqui nesta importantíssima reunião de hoje.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Boa tarde a todos: ao Presidente, meu irmão, Kajuru; a todos que estão presentes; ao Senador e amigo, irmão, Portinho; aos nossos convidados, Serapião e Rômulo Meira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou diretamente às perguntas, Sr. Serapião, para a gente tentar objetivar mais aqui esta reunião. O senhor foi o responsável técnico pela implantação do VAR no Brasil. Muito se fala sobre a edição de imagens que a cabine do VAR faz para mandar pro árbitro em campo quando há verificação de algum lance. O senhor acha que neste momento existe alguma possibilidade de manipulação? É possível o árbitro de campo solicitar todas as imagens disponíveis para um determinado lance?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO (Para expor.) – Senador, nós fomos responsáveis (*Fora do microfone.*) pela implementação do VAR, e posso lhe assegurar que a mais absoluta transparência e dignidade eram exigidas e passadas para os árbitros e para todos que participam do processo: operadores, o AVAR, os árbitros em campo. Tenho certeza, posso lhe dizer sem titubear, que o grupo de árbitros do país é composto por rapazes sérios, corretos, honestos, com os quais eu convivi, ultimamente, por 17 anos; antes, fiz parte de outras comissões e convivi com uma equipe que já se afastou. Posso lhe assegurar, Senador, que não vejo a mínima possibilidade de que haja manipulação, de que o grupo de árbitros do Brasil, tampouco os dirigentes de arbitragem que estão na CBF, que eu os conheço, possam induzir ou praticar qualquer ato de desvio.

Se houver, será uma grande decepção e uma grande surpresa. E, se houver, posso lhe assegurar, Senador, que será com uma ou outra ovelha negra, que não vai contaminar o grupo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na opinião do senhor, a tecnologia trazida pelo VAR aumenta ou diminui a possibilidade de se tentar manipular uma partida? O senhor considera que temos hoje um elevado grau de transparência em seu funcionamento?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu acho que diminui, porque antigamente o árbitro interpretava algum lance ou não via algum lance claro, e não se podia afirmar que ele tinha visto ou não tinha visto o lance, que decidiu corretamente ou não corretamente.

Então, diminui. E este foi o grande objetivo do nosso projeto, que nasceu em 1976, quando eu marquei um gol num jogo entre Bahia e Galícia, que, depois, eu não sabia se a bola tinha entrado ou se não tinha entrado, se tinha sido gol ou se não tinha sido gol, porque a televisão não mostrava. Aí nasceu a ideia de que há lance no futebol que é impossível o homem ver, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele precisa de um socorro técnico. E, a partir daí, nasceu nossa ideia de criar a filosofia do VAR, que se desenvolveu até 2009, quando pudemos apresentar no Footecon.

Então, acho que não há possibilidade e há mais segurança para o futebol. Onde está o homem é possível que haja falhas, mas a intenção, o objetivo, o VAR veio exatamente para corrigir possíveis distorções, possíveis equívocos, sobretudo aqueles que o árbitro não tem capacidade visual de analisar, haja vista a dificuldade que todos percebem quando há um lance de impedimento, se diz se é impedido ou não e só a tecnologia é que pode definir isso. Então, há lances difíceis e o VAR tem trazido um resultado muito positivo, apesar de precisar evoluir, precisar melhorar, de a tecnologia precisar ser mais bem dirigida.

Os treinadores, operadores precisam conhecer o futebol. Eles têm dificuldade grande. Por exemplo, no momento de botar o *frame* correto para medir o momento do passe, o operador tem dificuldade. O operador trabalha, às vezes, com o monitor em diagonal, quando deveria ter o seu próprio monitor para ter uma visão mais perfeita. Então, todos esses pontos podem melhorar, e devem melhorar, e nós precisamos melhorar, inclusive melhorar a análise técnica, a linguagem, uma linguagem clara, absoluta.

Se me permite, Senador, só para dar uma ideia, imagine que dois jogadores se choquem fora do campo natural de visão do árbitro, que ele veja apenas o choque. É o único caso em que ele pode dizer ao árbitro de vídeo: "Houve um choque ali, eu não vi nada, cheque o lance para mim". Fora daí, o árbitro de vídeo é quem provoca o árbitro de campo; o árbitro de campo nunca provoca. Então, ele faz esta análise, o árbitro de vídeo analisa o lance e, por infelicidade, diz assim: "Olha, não é lance para cartão vermelho, a jogada foi temerária". Se ele disser isso, ele está ferindo o protocolo, está dando uma dica para o árbitro de campo de que deve aplicar cartão vermelho e este cuidado, a instrução tem que ser absolutamente rigorosa para evitar exatamente esse tipo de coisa. Então, o VAR tem que dizer: "Lance checado, segue o jogo". Se não mandou ou sugeriu a paralisação, é porque não era para cartão vermelho.

Recentemente, Senador, só para complementar, nós tivemos um jogo entre Corinthians e Vitória em que a análise do VAR foi, me permitam adjetivar, mas foi desastrosa, sobretudo para um VAR que tem competência e sabe, que é o Caio Max.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele disse: "Pra mim não teve força intensiva, pra mim não foi trava de chuteira, o contato não foi pleno, não é pra cartão vermelho. Mas o que é que você viu aí, fulano?". Ele disse: "Não, eu só vi o jogador cortar a bola". Ele sai então: "Eu vou recomendar, porque você não viu". E o VAR não é pra uma segunda oportunidade. Então, é um erro imperdoável pra um profissional competente, mas acontece, passa, porque isso, efetivamente, não pode acontecer porque se ele...

A gente ouve a imprensa dizer... Vou completar, Senador. A gente ouve a imprensa dizer "o árbitro estava muito bem colocado" ou "o árbitro estava longe", pouco importa. O árbitro pode estar bem colocado e enxergar mal. Eu já deixei de dar pênalti olhando pro lance e já dei pênalti distante do lance.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Serapião...

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – O que o VAR ter que cuidar é apenas... Só pra complementar, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é rapidinho, dentro do que você falou. Tem uns que enxergam mal, mas tem outros que não querem enxergar, não é? *(Risos.)*

Tudo bem. Pode continuar.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu creio que não enxerguem mal, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é pergunta ou drible?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É drible, é drible. Isso é uma dica, Senador.

Mas o meu princípio de boa-fé é de que não há nenhuma possibilidade.

Então, pouco importa – só pra complementar – se o árbitro está bem ou mal colocado. A imprensa diz: "Não, era de interpretação. No mínimo, ele tinha que chamar". Não! É erro claro, é erro óbvio: chama. Não é erro claro, não é erro óbvio: segue o jogo. Porque, quando o VAR recomenda uma revisão, e o árbitro vai ao monitor e não corrige sua decisão, um dos dois está errado. Ou o VAR recomendou uma revisão que não poderia ou o árbitro foi teimoso e se manteve na posição inicial brigando com as imagens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tecnicamente falando, o senhor entende que o nosso quadro de arbitragem tem a mesma competência e capacidade dos europeus? Do inglês, por exemplo?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Senador, eu acho que os nossos árbitros são de ótima qualidade. Há árbitros mais bem preparados, há árbitros menos preparados, há árbitros com espíritos mais fortes que se impõem, há árbitros que têm um espírito não tão forte e que sucumbem à pressão, mas o nosso futebol é muito diferente, Senador, do futebol europeu.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas as regras são as mesmas.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Hein?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As regras são as mesmas.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – As regras são as mesmas, mas as dificuldades dos nossos jogos são bem maiores. Eu não sei se um árbitro europeu... Já tivemos exemplos de árbitros europeus virem para o Brasil fazerem jogos e saírem escoltados e descerem o túnel.

Acho que há uma diretriz mais clara, há uma postura de continuidade dos instrutores e da arbitragem mais longa. E acho, por isso, que a arbitragem europeia está mais bem qualificada, em que pese essas dificuldades que o nosso futebol, a forma de jogar nossa, com esses pontos que eu mencionei de entradas, de cotoveladas, dificultam. Mas temos árbitros de ótima qualidade e árbitros que, efetivamente, merecem o nosso respeito. Ser árbitro de futebol, Senador, é como um sertanejo, viu? Antes de tudo tem que ser um forte, porque não é fácil.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Serapião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Relator Romário de Souza Faria.

Rapidamente, uma informação para a imprensa sobre o convocado ausente, que se diz empresário, e, com provas cabais, está envolvido na manipulação de jogos de futebol, desde 2020, começando no campeonato paulista, o Sr. William Rogatto: ele está foragido, o DDD dele é de Lisboa, e já foi decretado o mandado de prisão dele, para conhecimento de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, como eu sou triturador de protocolo, sempre o Presidente é o segundo a perguntar, até por chegar antes e se inscrever, mas eu prefiro ser o último e, como o Senador Carlos Portinho também foi o autor deste requerimento, a ele, o direito a suas perguntas, seus comentários e questionamentos.

Por fineza, querido amigo Portinho, preparadíssimo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Kajuru, e querido Relator, Senador Romário.

Agradecer a presença do nosso ícone da arbitragem, Manoel Serapião Filho. Eu não conhecia a história, exatamente, porque você era chamado "o pai do VAR". Hoje, eu e todos que assistem puderam entender. Vocês encaminharam à FIFA a recomendação de se desenvolver esse protocolo com o uso de tecnologia. Você é um homem à frente do seu tempo, porque isso ocorreu a partir de 1976. Então, parabéns, Manoel! Você dignifica a arbitragem do Brasil e muito bem a representa, porque é feita de homens dignos, quero registrar aqui. Os árbitros brasileiros são árbitros dignos, são árbitros qualificados, merecem todo o respeito.

Eu também achava que, com o advento do VAR, nos lances óbvios, não teríamos mais dúvida, mas nem do que é óbvio, hoje, a gente tem certeza, porque acho que o embrião desse projeto que você liderou se transformou em um monstro. Aqui, esta CPI trata de manipulação, e eu sempre digo que há erros, erros do árbitro, sempre houve, antes do VAR, só que, antes, eram três que podiam errar. Hoje, cinco erram com a ajuda da tecnologia!

Os três que erravam antes estariam sempre desculpados, porque a função de arbitrar uma partida é das mais complexas, são frações de segundo, lances encobertos, muitas vezes, e a decisão tem que ser em uma fração de segundo. Não é fácil ser árbitro. É preciso ser forte, é preciso ter a sua mãe confortada, porque ela é a mais ofendida, sempre foi, mas a arbitragem brasileira sempre revelou bons quadros, e eu também acredito na boa-fé da grande maioria.

Quando a gente vê um caso como o do árbitro do Rio de Janeiro – a gente está quebrando o sigilo dele, porque, comprovadamente, estava envolvido em apostas e, inclusive, foi afastado –, é uma pena. Eu também espero que seja a maçã podre da cesta, só que, Senador Girão, com o advento das apostas, se antes era só erro, se antes só três erravam – ou poderiam, teriam até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permissão de errar –, hoje são cinco que erram, e não há mais só o erro, há o erro para a manipulação.

Esse erro, também, a gente sabe que já existia antes, antes das apostas, por interesses políticos, pela ascensão, pela queda... A gente já viu mala branca, mala preta, isso envolvendo atletas, e também já vimos a máfia do apito, envolvendo arbitragem.

Só que, agora, existe um terceiro erro, que é o erro por manipulação de aposta. Então, a situação do futebol mundial se agrava quando o futebol, que não é um jogo de azar, escolheu as apostas. E foi uma escolha do esporte. Eu sempre disse: votei contra a lei das apostas e votarei contra a lei dos jogos de azar, que, inclusive, dizem que vai entrar extrapauta esta semana, o que eu acho uma temeridade, principalmente a gente tendo uma CPI. A lei acabou de ser aprovada, das apostas esportivas, e a gente já tem uma CPI de manipulação, de diversos casos de manipulação ocorrendo.

Mas eu queria iniciar aqui a minha participação, primeiro, deixando claras algumas questões que você colocou, até porque o Senador Girão chegou agora.

Originalmente, não haveria, então, aquela câmera em campo. O VAR, Girão, seria para lances óbvios, e lances óbvios, com a ajuda da tecnologia: "Essa bola entrou ou não entrou?", está lá o *chip* na bola, ele vai dizer. Linha de impedimento: dependendo da situação, o que se espera é que não se erre na marcação da linha de impedimento. Cartão para um jogador quando era o outro.

Só que o que a gente está vendo – ao contrário da Europa e da Inglaterra, onde, você disse, Manoel, os protocolos são rígidos e eles esclarecem o que é um erro óbvio, o que é passível de interferência – aqui no Brasil, quando você diz que é vedado, que seja dada a dica ao árbitro de campo pelo VAR, o que a gente somente vê hoje em jogo de futebol – eu tenho chamado e falei, inclusive, para o chefe da arbitragem da CBF – são palpitesiros.

O árbitro, muitas vezes, toma a decisão correta, em campo, do que ele viu de um lance que poderia ser duvidoso, em que ele até teria o direito de errar. Aí vai lá o árbitro do VAR e fala: "Não, checa aí o lance, o cara não tocou na bola, o cara usou de força excessiva".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem viu agora este jogo Bragantino e São Paulo? Com todo respeito, não há, na arbitragem brasileira, um árbitro que não tivesse dado um pênalti naquele lance. O cara do São Paulo, dentro da pequena área, levanta, num carrinho, o jogador do Bragantino...

Aí fica um bando de palpiteiro! E é sobre isso que eu queria ouvi-lo, Manoel. Primeira pergunta: isso estava previsto? Primeiro: quantos árbitros de VAR eram previstos? Porque hoje são dois – e agora tem um observador e ainda tem o outro que fala com as empresas de televisão para mandarem as imagens de uma câmera ou de outra. Então, dentro de uma cabine de VAR, era previsto que estivessem quatro pessoas e que, dessas quatro, duas, pudessem palpar, dar dicas ao árbitro?

O lance do gol do Flamengo contra o Bragantino. No primeiro, a VAR diz, lá no início do lance: "Não foi nada, jogo legal, vamos ver agora o gol". Aí no segundo, a VAR diz: "Não, realmente, o gol foi legal; agora, volta lá atrás que eu acho que foi falta. Olha de novo. Foi falta, não foi?".

Isso está previsto? Estava previsto? Primeiro, se isso, na concepção do projeto, estava previsto. E, se não estava, isto, hoje, é o protocolo? Voltar lance que o árbitro considerou legal para ficar vendo detalhes: se o cara encostou o pé, se aquele pé era suficiente para derrubar, se houve força excessiva, o que, muitas vezes, é mais fácil ver em campo, não é? E eu digo que, na tela de TV, em câmera lenta, um encostão é um tapa.

Então, eu queria que você explicasse, primeiro, sobre a composição da cabine do VAR e se, originalmente, o conceito é que eles fossem palpiteiros. Vou falar assim só por figura de linguagem, tenho todo o respeito aos árbitros, quero deixar claro, mas não dá aquela gritaria. Eu não sei nem como é que o árbitro... Dizem que ele não ouve a gritaria, ele só ouve a instrução final – eu tenho dúvida, tá? Eu sou leigo, tenho dúvida –, mas a gente vê aqui os vídeos: blá-blá-blá, "eu acho que foi isso", "não!", "tocou", "não tocou"... Isso era o protocolo, e, se não era, virou um protocolo?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO (Para expor.) – Bom, Senador, as observações de V. Exa. são efetivamente profundas e merecem uma resposta com boa reflexão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de dizer que, se, para a surpresa minha, há um nome de um árbitro envolvido em possíveis apostas, ele tem que ser afastado imediatamente para não contaminar a cesta, o restante das maçãs que estão na cesta; depois, se ele provar que foi apenas um fogo de monturo, ele volta para atuar. Quem é inocente sempre vai poder provar, mas, preventivamente, para respeitar a arbitragem, ele tem que ser afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Serapião, só uma interrupção rápida, me permita.

Aqui vale lembrar – Portinho e Girão, certamente, têm isso na memória – que o Presidente Itamar Franco da República, na época, deu um exemplo ao país. Quando o seu melhor amigo foi acusado de corrupção, o Hargreaves, ele o demitiu e disse: "Prove sua inocência que você volta".

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – E assim deve ser: o homem público tem que ter cuidados, sua postura absolutamente ilibada, porque senão ele contamina e prejudica as instituições, e isso não pode haver.

Senador Portinho, o nosso objetivo, o nosso projeto – V. Exas. se lembram do gol de Maradona, La Mano de Dios; e do gol de Thierry Henry, França e Irlanda, que eliminou a França? – era para lances daquela natureza, daquela clareza, em que não há quem possa dizer que não houve infração e que não houve erro da arbitragem; era para isso, não era para interpretar.

Então, a FIFA, que era contra – e eu sofri muito, até por árbitros brasileiros, "você é louco", "a FIFA não vai aprovar nunca isso", eu lutei e, finalmente, chegou –, absorveu, a IFAB absorveu a filosofia do erro claro, do erro óbvio, mas a própria FIFA, já no nascedouro do árbitro de vídeo, deu instruções flácidas que possibilitam essa indecisão e essa interpretação, o palpatar, como V. Exa. se refere.

Acho que precisa haver um urgente desvio de rota para colocar o bonde nos trilhos, e nós termos um futebol em que o árbitro não se escude no VAR, deixe de expulsar, deixe de marcar o pênalti, porque sabe que vai ter um suporte, e isso é do humano, é uma autodefesa.

Então, o projeto era exatamente para coisas que não comportassem dúvida: "Ah, a carga foi faltosa ou não foi?"; "O braço estava um pouco aberto ou não estava?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recentemente vimos o jogo entre a Espanha e a Alemanha, num lance em que o jogador da Espanha estaria com o braço um pouco aberto – aqui no Brasil seria pênalti claramente –, mas a essência da regra manda que o árbitro verifique que movimento o jogador fez. O defensor tem direito de correr para tentar salvar sua meta. Ele estava correndo e não pode correr com os braços colados. O que não é natural é que um defensor vá disputar a bola com os braços atrás das costas. Isso que é antinatural. O braço de quem sobe para cabecear, de quem está chutando a bola; se chuta a bola com o pé direito, o braço esquerdo vai para frente, o direito vai para trás, e ao contrário também. Então, o movimento do braço do jogador que é fundamental.

Então, nosso projeto era exatamente para situações que não comportassem. E, a partir daí, a cabine não precisaria ter tanta gente, tanta instrução, porque tudo decorre, exatamente, desta ambiguidade, dessa dúvida sobre o que é certo e o que não é certo.

E, por exemplo, há na cabine o árbitro de campo e um árbitro assistente, como se um árbitro assistente fosse a única pessoa capaz de verificar se há ou não o impedimento. Quem vai dizer se há ou não o impedimento é a máquina. Não há necessidade dessa divisão. O árbitro sabe que o impedimento está formado para isso. A máquina vai dizer: está impedido ou não. Com o cuidado que V. Exa. acabou de se referir, e nós precisamos ter *expertise* no calibrar da bola, que eu já mencionei, no traçar das linhas.

A Conmebol e a CBF fazem uma coisa inconcebível. Imagine que um jogador esteja com a ponta da sua chuteira num determinado nível, com o seu joelho num nível e com a cabeça no outro e a ponta da chuteira é a parte mais avançada. Então eles traçam a linha apenas na parte da chuteira, e o público fica em dúvida sobre o restante do corpo. Eles dizem: "Vocês estão economizando tinta do computador? Por que não fazem todo o corpo, pra demonstrar que a parte mais avançada é exatamente aquela? Não é o joelho, não é a cabeça?".

Então, há algumas inconsistências na execução do projeto que, lamentavelmente, têm trazido – o que eu chamo, adjetivando, pedindo licença, mais uma vez – essa babel na comunicação e na definição da efetiva e esperada, por nós, atuação do VAR.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa questão da calibragem da câmera eu vou deixar pra minha última pergunta, porque eu sei que tem uma apresentação a respeito, que é muito elucidativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho duas perguntas em cima do que foi dito, Sr. Manoel.

A partir do momento, então, que já desvirtuaram, não era para ter um vídeo em campo para o árbitro, e que adensaram a cabine com quatro pessoas lá dentro, não seria melhor – uma pergunta opinativa, lógico, mas, assim – até como reduzir essa interferência? Porque a palavra final é sempre do árbitro, não é verdade? Sempre será, mesmo com VAR. Ele pode, inclusive, discordar. A palavra é dele final. Ele pode ser depois massacrado, mas, se o árbitro falou, se o VAR falou que a bola não entrou, ele pode dar que a bola entrou; depois ele vai responder – não é? – pelo seu erro. A palavra – isso eu aprendi como advogado esportivo – é sempre final do árbitro.

Então, considerando que a palavra é sempre final do árbitro e considerando que já há essa situação da cabine, com tanta gente opinando, que está atrapalhando, não seria melhor essas imagens, os *frames* dessas imagens serem apenas mandados para campo, para que o árbitro enxergasse a tela de vídeo e ele tomasse a sua decisão, e não o outro tomasse por ele, já que inverteram?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Certo.

O procedimento teria um elemento complicador, porque em futebol acontecem muitos lances que são passíveis ou não.

Qual é a filosofia do VAR? Checar todo lance passível. Há uma disputa, um braço no rosto? Ele tem que checar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todo gol também, não é?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Todo gol; todo pênalti marcado ou não marcado; todo gol, verificar se houve um impedimento na origem, se houve uma falta na origem, se a bola entrou ou se não entrou. Aí são situações de fato, para isso não haveria dúvida – como não há hoje, está certo? –, mas quem diria qual seria a imagem a ser levada senão o VAR? Tem que ter o VAR para selecionar a imagem, o que está dentro do protocolo. O que ele precisa é ser um trem, andar sobre os trilhos, e não um carro com a direção não balanceada, numa estrada insegura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O problema da seleção da imagem até foi gancho da pergunta do Romário, e a gente já confirmou aqui nessa CPI: entre as denúncias do Sr. John Textor, há o lance da expulsão do Adryelson no jogo Botafogo e Palmeiras no ano passado – não sei se o senhor acompanhou, Sr. Manoel –, mas em que o árbitro de campo perguntava para cabine do VAR: "Quem tocou primeiro na bola?". Essa foi a primeira pergunta dele. "Quem tocou primeiro na bola?", porque o VAR é que chamou ele para rever o lance; ele tinha dado um cartão amarelo, já estava resolvido ali.

A primeira pergunta é se o VAR, nesse caso, poderia chamar, num lance duvidoso, para dizer que era para dar cartão vermelho.

A segunda questão é que o árbitro, a todo momento, desde o início, falava: "Quem tocou primeiro na bola?", "Quem tocou primeiro na bola?", e nós aqui comprovamos que uma das imagens que era fundamental para essa resposta o VAR, a cabine do VAR não mandou a campo. Ou seja, o VAR, é lógico, é óbvio que ele que seleciona as imagens, mas isso não significa que ele possa suprimir uma imagem que seja relevante, que ele tinha e que o árbitro pedia e perguntava: "Quem tocou primeiro na bola?" – "Quem tocou primeiro na bola?".

Inclusive, daí eu disse que, das denúncias do Textor – e isso não é inteligência artificial, isso é supressão de imagem e edição de imagem –, essa tinha materialidade, e isso ficou muito claro, porque foi admitido que essa imagem foi suprimida.

E aí é que a minha pergunta: não era melhor pegar todas as imagens – o VAR apenas dizia para o árbitro "faça a checagem do lance" –, o VAR pegar todas as imagens do lance, não são as 50 imagens de câmeras daquele momento, mas daquele *frame* do campo, em todos os seus ângulos, por isso as melhores, e mandar para campo, para o árbitro tomar a decisão dele? Porque essa resposta... Se não tivesse sido suprimido, ele teria mantido a decisão dele, porque quem tocou primeiro na bola foi o Adryelson. "Ah, mas depois puxou" ou "não puxou"...

Aí é que está, eu acho que a gente está revisando, e são duas pessoas na cabine do VAR: uma tem uma opinião; a outra tem outra. Isso não... Se não for uma coisa óbvia, o árbitro do campo tem que ter a decisão final. E uma coisa é certa: não podem ser suprimidas as imagens dele; as melhores, diz o protocolo, têm que ir a campo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Perfeito, Senador.

Primeiramente, eu quero fazer uma observação, de que, pelo próprio protocolo VAR, se houver duas emissoras transmitindo o jogo, todas as câmeras das duas emissoras têm que estar à disposição do VAR – todas.

Hoje as emissoras se consorciam e uma utiliza a câmera da outra; o seu narrador, mas com uma só câmera. Mas eu já tive situação de que eu não... Ou coloca todas as câmeras na cabine do VAR, quando estava como observador, ou não vai ter VAR, porque eu não vou possibilitar que haja uma transmissão para o público e o VAR não disponha, para gerar um descrédito para o procedimento, está certo?

Então, a questão é que, se a gente tivesse o limite do erro claro e do erro óbvio, nada disso passaria.

Este lance do Adryelson, se eu estivesse apitando o jogo, eu o expulsaria, porque a dúvida não é sobre se houve falta ou não houve falta, ninguém questionou isso, a questão está entre o cartão amarelo e o cartão vermelho. Então, significa que a falta foi indubitosa. Então, o fato de um jogador tocar na bola antes ou depois, Senador, e me permita lhe dar esse esclarecimento técnico... O que está se discutindo não é se foi falta ou não foi falta. Se eu toco na bola antes – toco na bola antes – e depois atinjo o adversário no movimento natural, não no segundo movimento, não há infração, mas, se eu toco na bola e depois eu empurro o jogador, aí caracteriza falta. Então, nesse caso do Adryelson, ele tocou na bola, sim, mas cometeu a falta depois de tocar na bola. E o que está se discutindo neste lance é o efeito tático daquela falta, porque a falta não se discutiu. Mas sei e concordo com V. Exa. que, mesmo na minha concepção de árbitro de que a expulsão foi correta, como foi correta a expulsão do jogador acho que do Corinthians, aqui no começo, na rodada passada... O jogador do Atlético Mineiro que deu uma falta estava um pouco distante, mas o atacante sozinho, com a bola dominada, na direção da meta, sem adversários, quer dizer, todas as configurações do DOGSO, que é danificar uma clara oportunidade de gol, que é impedir uma clara oportunidade de gol, estavam ali presentes... Então, no caso do Adryelson, para mim, também estavam, ele mereceria ser expulso. Concordo com V. Exa., estamos plenamente de acordo com que tem um liame de interpretação profundo de que naquilo não era para o VAR interferir: a decisão do árbitro, se tivesse sido de expulsão, o VAR nada diria; não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expulsão, o VAR nada deveria dizer. Essa é que é a chave do problema, para nós evitarmos esse achismo e esse palpar a que V. Exa. se referiu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, mesmo assim, eu acredito, além de concordar com V. Exa... Eu acho que é exatamente isso que o senhor concluiu, mas ainda acrescentaria que acho temerário ter sido suprimida essa imagem, porque o árbitro pediu. Ainda que ele falasse assim: "Vou te dar a imagem, ele tocou primeiro na bola, mas o problema foi depois", o.k. Mas eles não mandaram a imagem melhor para o campo. E isso cria a desconfiança natural de que o VAR, ao escolher imagens, pode beneficiar um lance ou outro, ao não encaminhar imagens para o campo, porque o protocolo diz que têm que ser as melhores, mas não diz que ele pode suprimir qualquer uma das melhores.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu cometi um deslize imperdoável em não abordar essa parte.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Obrigado por ter me permitido corrigir.

V. Exa. está corretíssimo. É um verdadeiro absurdo afirmar-se... E, no começo da nossa explanação, disse que, se houver duas emissoras transmitindo, todas deveriam estar no VAR. E para quê, se quem decide é o árbitro? Para estarem disponíveis para o árbitro. Então, o VAR é obrigado a disponibilizar todas as imagens para o árbitro. O que é muito diferente quando um VAR competente seleciona duas ou três imagens; nunca uma só. Eu dizia aos meus árbitros: "Olha, se apaixone pela primeira imagem, mas nunca case com ela. Namore com a segunda e depois volte para casar com a primeira, depois de você ter uma experiência". Então, nunca decida o lance apenas com uma imagem – apenas com uma imagem –; decida, no mínimo, em lance absolutamente claro e aberto, com duas imagens que lhe mostrem com nitidez, com clareza, com ângulo, porque o VAR tem que saber.

Imagine um foco em V. Exa., outro no Senador Girão, outro no Senador Kajuru, outro no Senador Romário, outro na plateia. O VAR tem que saber o lance que aconteceu, qual é o foco que vai iluminar aquela jogada. O VAR tem que ser treinado para isso, e o próprio árbitro também, porque quando ele vai... E aí falo com V. Exa. o que V. Exa. quer ouvir: o árbitro de vídeo exhibe as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores imagens, as mais prováveis – está certo? –, e o árbitro toma decisão se se julgar satisfeito. Se não, ele pode dizer: "Me dê a câmera tal". Como tem acontecido no Brasil: "Tem outra imagem aí?", como se o operador é que fosse o dono da bola. O operador é um mero executor, e isso é imperdoável, essa atecnia é imperdoável na nossa arbitragem. O árbitro que tem que dizer: "Me dê a câmera 6 do lado esquerdo, que é a do impedimento; me dê a câmera do fundo do gol". Nesse lance do Adryelson, por exemplo, a câmera que melhor definia sobre se há... é a câmera do gol oposto. E o VAR tem que saber disso, e o árbitro tem que saber. Eu preciso ter uma amplitude da jogada.

Então, esta omissão e, sobretudo, a afirmativa de que o VAR não é obrigado, é absolutamente imperdoável. E a omissão em mostrar esta câmera, já que se tratou de uma expulsão, e de uma falta que seria ou não seria, tocando ou não tocando a bola, se sobejava essa dúvida, o VAR já não chamaria o árbitro, mas, se chamou, com esta liberdade, com essa oscilação grande que há no futebol brasileiro, ele teria que ser fiel e dizer: "Tem essa imagem aqui; verifique, inclusive, se houve falta". Porque, na concepção, na análise de um pênalti, de um gol, de uma expulsão, de cartão vermelho por dano tático, ou seja, impedir uma clara oportunidade de gol, o árbitro pode examinar até a falta e revogar a falta, não apenas mudar o cartão amarelo para vermelho, ou do vermelho para o amarelo, mas revogar a falta.

Recentemente, teve um jogo do Brasil aí, e o mundo esportivo não compreendeu, e o árbitro marcou uma falta que seria a penal, que seria para expulsar o jogador, e não houve a falta. Ele voltou e reiniciou o jogo com bola ao solo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Manoel, a minha última pergunta é só porque você falou de câmeras, posicionamento, para a gente entender como é que são. Eu queria que você fizesse a apresentação através da sua assessoria aí, e, inclusive, dizendo quantas câmeras são recomendadas pela FIFA, quantas câmeras tem nos jogos do campeonato brasileiro.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É, o número de câmeras estabelecido pela FIFA é até uma briga nossa, porque, no começo, a FIFA queria dez, doze câmeras e depois baixou até para seis, sete, e nós entendíamos que poderia ser apenas com uma câmera. Se se trata de provar que o árbitro errou apenas com uma câmera e se é essa câmera que vai provar que o árbitro não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errou ou vai provar que errou, o futebol pobre, que não tem condição de botar vinte câmeras, pode simplesmente funcionar apenas com uma – tendo certeza, uma só. Tem imagem nítida? Vale. Não tem, segue a decisão de campo.

Agora, no nosso futebol rico, no mínimo, câmera 1 e 2. A câmera 1 é a que o senhor assiste ao jogo na TV e a câmera 2 é mais centrada, está certo? A 1 e a 2; depois, a 6, que é a câmera do impedimento do lado esquerdo, que é a chamada de 16-50 e fica, mais ou menos, no limite da linha da grande área; a 7 – está certo? –; e a câmera 4 e a 5. Aí tem as microcâmeras do gol, tem as câmeras que hoje são indispensáveis, denominadas *goal-line*, na direção da linha de fundo, porque decidem e comprovam se a bola entrou ou não no gol, se saiu ou não do campo. E também há uma câmera 8, que é uma câmera invertida, porque, às vezes, o jogador está de costas, tá? O jogador está de costas... Ali tem um plano de câmera mais rico, deve ser do futebol europeu, não é do nosso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, no mínimo, de sete a oito câmeras, então?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É, o que a FIFA tem estabelecido é isso aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lembrando que o chefe da arbitragem diz que, no futebol brasileiro, pode haver até seis câmeras em campo. Então, não segue a recomendação mínima de sete a oito.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu me permito ser sincero com o senhor. O número aí que é a recomendação da FIFA... A gente não está em seis, sete. Para as câmaras 1 e 2, o impedimento; outro, 2, 4, 6... Pode ser de seis. Pode ser de seis, Senador. Eu não tenho segurança pra confrontar essa informação. Eu tenho que ser honesto com o senhor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como você disse, podem ser seis, mas, se as seis não captam, é melhor ficar com a imagem do árbitro, não é isso?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Mas, sem dúvida.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com o que o árbitro viu.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Mesmo com dez. Mesmo com dez.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mesmo com uma, se não captou, não é claro, não é óbvio, fique com a decisão do árbitro.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Agora, o que eu não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só rapidinho, por favor, Manoel Serapião.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Pois não. Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aquele dia, Portinho, em que nós vimos as imagens com o pessoal do VAR, que foi muito gentil... O pessoal veio aqui pessoalmente, você se lembra? Naquele dia ali, eram cinco ou seis?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu me lembro de que eu fiz essa pergunta e ele falou que varia no Campeonato Brasileiro, varia nas séries de 6 a 25 câmeras. Imagino que, num estádio de maior infraestrutura, devem chegar a 25.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Mas só pra concluir, o futebol brasileiro está passando por uma coisa inacreditável. Qual é o lance mais importante do futebol?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – O gol.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – E as câmeras que foram postas na nossa administração passada, com o Leonardo Garcia, que é a *goal-line*, que define se a bola entrou ou não, se saiu ou não pela linha de meta, não estão sendo utilizadas constantemente. E isso é imperdoável.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Veja que, dentro do número mínimo, pelo menos a de gol ou não gol, de *goal-line*, da linha, por causa do *chip* da bola...

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Pra mim é fundamental.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E a gente saber que tem jogo que não tem a câmara de *goal-line* é...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Isso pra mim é efetivamente imperdoável.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas tem jogo que não tem? Existe hoje... Essas câmeras, determinadas câmeras não existem em todos os jogos? Eu não ouvi porque não estava aqui.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Nós criamos estrutura em todos os estádios, porque todo estádio é vistoriado. Nós criamos estruturas, postes, localização de todas essas câmeras, inclusive porque elas têm uma função extraordinária. Na medida em que a câmera do impedimento não capta qual o jogador que está mais à frente quando se trata de um impedimento ajustado, um jogador próximo do outro, a câmera do impedimento, se estiver na linha, não vai definir qual o jogador que está mais na frente, não tem como ver.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso pode ter acontecido naquele lance do Vasco e Palmeiras, inclusive, que é um dos denunciados? O posicionamento da câmera pode interferir no traçado das linhas?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não, mas ali foi a questão do sol.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, era de noite.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não foi num jogo à tarde, no ano passado?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Foi este ano?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, foi ano passado.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Ano passado? Não, era... Foi o sol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi ano passado.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Foi o sol que não possibilitou...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não me engano era noite.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Foi à tarde, sim, foi à tarde.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Foi à tarde, foi o sol que não possibilitou a captura da imagem. Ali é diferente. Mas quando você tem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só porque esse lance é um dos lances que foram denunciados aqui e que chamou a atenção, porque há um traçado de linha torta e, na verdade, na explicação do Bassols, que muito gentilmente veio aqui, montou tudo aqui e mostrou esse lance, ele não falou nada com sol, de iluminação, de nada não. Ele falou que estava certo o traçado, que era mais ou menos o que você falou. Ele pegou a ponta do negócio, não necessariamente pegou o corpo inteiro. Eu fiquei com essa dúvida. Mas ele não falou nada de sol, não.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Senador, esse lance não foi passado, foi dito, para a decisão do árbitro, que a câmera não capturou a imagem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O jogo foi à noite.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – O que foi dito, desse jogo do Vasco, é que a câmera não capturou a imagem por causa do sol que não deixou passar. Não, isso foi dito. Isso foi dito, e não foi traçada a linha.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas esse jogo foi à noite. Acabei de confirmar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então foi dito que foi à noite.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Aliás, foi dito que foi à tarde, com o sol.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O jogo foi à noite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas o jogo foi à noite. Confirmado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O jogo foi à noite, e o que foi dito ali dentro daquela reunião secreta em que mostraram o VAR é que o traçado estava certo e que a linha do Textor estava errada. É a primeira vez que eu escuto que pode ter sido questão de iluminação, sinceramente.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Olha, Senador, o que me foi passado... Eu estava assistindo ao jogo, um jogo do Vasco...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei que um vascaíno está dizendo que foi Vasco e Inter, não foi não? Em 2020? E você está confundindo? Desculpa, Manoel.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Ah, eu não sei...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que teve um problema com o sol.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É. Teve um problema com o sol.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi num jogo do Vasco.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu estou me referindo a esse lance, foi outro.

O fato é que é imprescindível que tenha as câmeras do fundo do gol, porque capta a imagem de gol num gol, de bola saindo ou não pela linha de meta, na batida de um tiro de canto que a bola faz a curva. O Romário batendo na bola vai fazer uma curva, mas ele vai entrar na meta, está certo? Vai por fora, mas ele faria o gol.

Mas muito bem, é indispensável essa câmera, porque nós criamos toda uma estrutura, e a CBF, agora, não sei por quê, se por questão tecnológica, não sei as razões, só ela pode esclarecer, mas o fato é que, tendo possibilidade, tem que ter o máximo de segurança, sobretudo para o gol/não gol e para traçar as linhas de impedimento de trás para a frente, porque aí a câmera do *goal-line* vai ver os jogadores que estão mais adiantados ou não com absoluta clareza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E tem jogos – só respondendo ao Senador Romário – em que essas câmeras de gol não existem.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É o que V. Exa. me falou, que seriam apenas até com seis, não é? Então...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A CBF diz que tem jogos que são com seis câmeras.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu não estou acompanhando o dia a dia, não sei como é que o procedimento está sendo realizado agora, estou afastado, mas na nossa época havia essas câmeras e nós implementamos isso aí na gestão, repito, de Leonardo Garcia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E a qualidade da imagem dessas câmeras, no mundo hoje do 8K? A FIFA recomenda uma qualidade específica de resolução? E se você sabe dizer quais são as resoluções usadas, se são câmeras 8K em todos os jogos ou como você imaginou originalmente.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não, a FIFA não recomenda. Não tenho conhecimento de que a FIFA recomende. Óbvio que a FIFA recomenda que seja a melhor tecnologia possível. E, se a gente tiver 8K, aí, às vezes...

Nesse lance que a gente falou do Adryelson, em que a câmera do fundo seria a melhor para capturar a amplitude do jogo, o VAR dá um *touch* na tela e amplia e traz à imagem nitidez.

Aqui, quando não era Full HD, se fizesse isso, virava um borrão. Então, com HD já vira um borrão, o ideal é que a gente tenha uma tecnologia... Agora, no Brasil, nós estamos tendo aí 4K, o que já possibilita esta ampliação da imagem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E elas são 4K? Todas as usadas em todos os jogos do Campeonato Brasileiro?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não... Creio que não, porque, quando é, eles anunciam. Eles anunciam...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, quando não é, na hora de você fazer uma aproximação de *zoom* mesmo – não estou nem falando dedo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Vai borrar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... você vai conseguir ver *pixel* suficiente para ver quem tocou primeiro na bola?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não creio, não creio. Só se for uma situação muito aberta.

Nós precisamos evoluir na tecnologia sem sombra de dúvida. Não creio. Se for uma situação muito clara, muito aberta, sem sombra de dúvida que nós veremos, mas, se for alguma coisa sutil, que não deveria estar sendo analisada pelo VAR, porque situações sutis estão fora do mundo ideal, do mundo da transparência e da dinâmica do futebol, que não pode sofrer interrupções a todo momento, inclusive pelos próprios árbitros que se posicionam mal, que a bola bate neles e paralisa o jogo indevidamente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Última pergunta: o senhor achar, Sr. Manoel, que árbitros aposentados deveriam prolongar sua carreira, sendo utilizados nas cabines de VAR, pela sua experiência?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Acho que não há nenhum inconveniente. Se ele tiver capacidade, tiver treinado e habilitado, com os óculos atualizados, sem sombra de dúvida que sim, porque a experiência para esse tipo de atividade é o que mais conta.

O arroubo do jovem, do impetuoso pode precipitar as coisas. Eu acho que a experiência é o que vale realmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou satisfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Serapião, eu tenho uma pergunta. Por exemplo, em um jogo sem VAR, um árbitro expulsa um jogador. E aquela... Vai para a súmula. Ele tem que apresentar aquela súmula no dia seguinte para a CBF ou para determinada...

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Até quatro horas depois, ele tem que redigir.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até quatro horas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos imaginar que, no dia seguinte, ele viu, reviu, viu de novo e se arrependeu daquele cartão que ele deu para o jogador de determinado time. Expulsou o jogador e, consequentemente, prejudicou o outro time. O que é que acontece? Nada?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Aí não acontece nada. O que acontece, e que deve acontecer, é a Comissão de Arbitragem analisar a atuação do seu árbitro, para verificar se o erro era um erro grosseiro, se era uma coisa sutil, e que, só por meio de televisão, ele pôde ver que no campo era falível. Aí não pode acontecer nada do ponto de vista jurídico.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou passar uma imagem para o senhor aqui que não tem nada a ver com VAR, não tem nada a ver com a CPI, mas é interessante, pela experiência do senhor. Eu queria que o senhor me desse uma... Me falasse...

Mostra aí, por favor.

Isso aconteceu com o meu América, domingo. O jogo estava 2 a 1.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Nosso América, não é, Senador?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O nosso América.

O jogo estava 2 a 1 para eles, 43 minutos, o juiz expulsou o meu jogador.

Olha lá. O meu é o vermelho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Conseguiu ver?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – O jogador parece que botou a mão para trás e teria derrubado o jogador. Agora eu preciso...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha primeiro o que aconteceu na parte de baixo.

Olha lá.

Ó.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Falta primeiro do atacante, depois...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só isso.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – E depois...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode tirar. Obrigado. É a nossa arbitragem. É *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art. 19, inciso I, do Regimento Interno.)*, desculpa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não tem desculpa não.

Isso aconteceu domingo então com o América?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Isso é futebol, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O que é isso?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele estava com o segundo amarelo, com 42 minutos... Segundo amarelo. O cara expulsou o meu jogador. É isso aí.

Mas enfim, vamos dar seguimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que eu falei com o Serapião que eu sou do tempo dele. Eu, como repórter, esportivo, comentarista, na época a gente confiava mais em árbitros.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É bom para o Rubinho saber.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente da Federação, dê uma olhadinha nos seus árbitros aí, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O Rubinho, com certeza, está assistindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Rubens.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É o Rabelo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não, o Rubinho é o Presidente da Federação, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enfim, podia prestar um pouco de atenção no que está acontecendo aí no futebol carioca da segunda divisão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu só queria fazer uma observação aqui, Serapião, que eu fui a um estádio da Serrinha, em Goiânia, com um cinegrafista que fez várias Copas do Mundo comigo, da TV Globo. E, como eu aprendi com o Boni, meu ídolo da televisão, nos meus 50 anos de carreira, televisão é qualidade.

E eu e a Senadora Leila do Vôlei fazemos um programa em rede mundial de televisão de entrevistas, semanalmente, e investimos no melhor equipamento possível que a TV nos proporcionou, a TV Meio. E aí eu entrei e vi as câmeras do VAR com esse cinegrafista. E, pela minha visão, eu perguntei a ele: "Qual é a sua opinião?". Ele me chama de mestre de brincadeira. Ele: "Mestre, Kajuru, as suas câmeras têm qualidade infinitamente melhor. Essas câmeras são uma das piores hoje de qualidade".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas foi por isso que eu fiz a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Que eu prestei atenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque isso influi diretamente na análise do VAR, inclusive se é aproximação.

Você quer saber se foi um pênalti ou não? Aproxima.

Se você tem uma câmera de pouca resolução e você só confirmou a denúncia que eu já tinha recebido, de que não são em todos os jogos que são usados um padrão 4K, que tem câmera de festa infantil... Foi isso que a pessoa me disse.

Quero deixar claro para a CBF: a denúncia que eu tenho é que é usado câmera de festa infantil!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É brincadeira.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Imagino que seja, espero... Espero que não seja na Série A. Mas, de qualquer maneira, não deveria ser em nenhuma série.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, no Serrinha foi jogo da Série B. Desculpa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é.

Então, para ver que isso influi diretamente na decisão. E aí, nesse caso, eu fico com o nosso mestre guru, pai do VAR, Manoel Serapião. É melhor não olhar o VAR; é melhor deixar com árbitro em campo, que era a orientação que sempre foi – que é a orientação, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quer uma informação pior agora?

Sabe quanto custa essa câmera? Essa que eu trabalho, que o Senador Esperidião Amin hoje deu entrevista, que o Romário, que já foi entrevistado meu, você será um dos próximos, que o General Hamilton Mourão já foi... Eles chegam e ficam impressionados: "Kajuru, que qualidade o seu estúdio".

Eu faço entrevista com quatro câmeras. Quatro. A TV Globo às vezes faz com três.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu perguntei para o cinegrafista: "Qual é o valor dessa câmera lá na Flórida?". Ele: "Com todos os acessórios, US\$450". E ela é robótica inclusive.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí me vem uma pergunta: é terceirizado? São as câmeras das TVs ou são câmeras próprias da CBF?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – As transmissões são das empresas que transmitem o campeonato. Então, as câmeras são dele. O equipamento de tecnologia para levar – o vai e vem –, fazer as imagens e mostrar na cabine é da empresa – que era a Hawk-Eye, atualmente eu não sei qual é –, que é terceirizada.

Agora, vou fazer uma observação muito interessante, Senadores, porque isso fecha a ideia geral do VAR: o VAR tem que atuar em lances claros, óbvios, demonstrados por imagens claras.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – E óbvias.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – E óbvias.

Se não houver imagem clara, o VAR não tem que atuar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Kajuru, só para deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e dar uma sugestão a você, que é o homem das câmeras: eu pedi já, num jogo da CBF em que houve uma interpretação de um lance em que eu receio – receio – que a câmera não tinha a melhor resolução, eu pedi o mapa de câmera e pedi a resolução das câmeras. Eu gostaria de sugerir a você que pedisse pra CBF pra ela informar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Urgentemente farei isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... nas Séries A, B, C, D...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carol, urgente, Carol!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... em todos os jogos, o mapa até aqui de câmeras, pra gente saber quanto tinha em cada estádio, e a resolução de cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Pra discutirmos qualidade, não é? Não tem nem como discutir...

O Senador Portinho fez um pedido, vamos enviar esse ofício já agora à tarde para o Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, por fineza? Você, que é minha assessora-chefe; você, que manda em mim, manda mais até do que a minha mulher.

Você vê, minha mulher está sem moral, gente. Perceberam, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Que nada, ela é fantástica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas é verdade, ela está separando já.

Brincadeira à parte... Só converse com o Portinho sobre esse ofício, por gentileza, pra gente já mostrar na hora aqui o que temos que fazer.

Mas eu tenho só uma última pergunta. Quero só dizer o seguinte, Manoel Serapião Filho: além de ter sido um prazer revê-lo – há muito tempo eu não falava contigo pessoalmente –, eu fiquei feliz, porque você reforçou uma frase minha. Porque muita gente na televisão ri dos meus comentários, e outros até não, quando eu falo que às vezes a vontade minha é dizer: "Vai te catar", ou seja, "VAR te catar", porque tem erros do VAR – realmente não dá pra acreditar, com cinco, seis câmeras –, erros imperdoáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha última colocação a ti, pra gente ouvir o Rômulo, já aqui presente... Eu peço a compreensão do Rômulo e o cumprimento pela paciência de Jó aqui – você terá todo seu tempo, fique tranquilo.

O Sr. Manoel Serapião disse que a filosofia do VAR é: o mínimo de interferência e o máximo de benefício. Diante dos equívocos frequentes, podemos dizer que temos, no Brasil, máxima interferência e mínimo benefício?

E concluo com uma outra questão: de zero a dez, Serapião, qual a nota que o senhor daria hoje para o VAR no Brasil?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO (Para expor.) – Senador, primeiramente, eu gostaria de dizer que eu estou... Mantive o contato com o Gabriel e vou disponibilizar para os senhores algumas colocações, por escrito, do VAR, com o projeto originário, a nossa carta de Londres, que eu e Sérgio Corrêa redigimos, quando a Ifab, de que nós éramos representantes do Brasil, em Londres, estabeleceu que teria que ter o monitor e apenas o monitor.

Nós brigamos muito e redigimos a carta de Londres, pedindo a eles que fizessem, já que estavam numa fase de experiência – quando se procura vacina, buscam-se todos os meios, não é verdade? –, que fizessem uma experiência com o monitor e sem o monitor, respeitando o nosso projeto, mas não fomos ouvidos, e é o que está passando aí.

Então, eu estou encaminhando para os senhores alguns documentos que podem ajudar, inclusive com observações técnicas sobre os lances de mão, que já mencionei aqui, e a gente pode aperfeiçoar a nossa arbitragem, principalmente no VAR.

Mas, Senador, a primeira pergunta me permita aqui que lhe responda, porque a nota eu vou dar: 6,5.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nota 6,5?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – É 6,5, sim, porque poderia ser muito menos tumultuado, muito mais claro, muito mais livre, muito mais firme e sem dúvida para os clubes, que ficam sem saber como atuar e como orientar seus jogadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A nota 6,5 é uma nota preocupante, hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu daria menos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não é não? Eu sei porque eu fui jurado de Silvío Santos, Flávio Cavalcanti e Chacrinha.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu daria menos, infelizmente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... queremos ajudar no aperfeiçoamento, e precisa.

Tem um lance ali de gol não gol? Eu queria passar, só para a gente ver...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... como é na Série C.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Mas a pergunta do Senador, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É se nós podemos dizer que temos no Brasil máxima interferência e mínimo benefício.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Pela nota dada, que passou do 5, de zero a 10, significa que a gente tem mais benefício, sobretudo nos lances factuais. Nos lances de interpretação, a gente está carente.

E esses 3,5 pontos são caídos – 3 pontos; 0,5 por causa da incorreção, da inconsistência na formação das linhas do impedimento, na agilidade do processo e pela linguagem também e a técnica entre árbitro e VAR.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que precisa ser corrigida é, quando o árbitro está no campo, e os senhores já ouviram os áudios, isso está indo lá para a cabine do VAR, em vez de fechar, e fica uma verdadeira algazarra, em que ninguém entende ninguém. O árbitro está reclamando com os jogadores, os jogadores reclamando com o árbitro, cercando o árbitro, que é o mal dos nossos jogadores, um embate verbal desagradável de se ouvir, num momento de exigência de concentração e de plena agonia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o árbitro não ouve o que os dois VARs estão discutindo?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Não, o árbitro não ouve, mas a gente ouve o árbitro, e a cabine fica uma dificuldade. Para o árbitro ouvir, é necessário apertar um botão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só porque é o seguinte: a gente tem um tempo breve, porque daqui a pouco começa a sessão. Eu tenho só duas perguntas para o Romulo, certas, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas só rapidinho, só para aproveitar o momento aqui, que é raro, não é?

O Manuel Serapião deu nota 6,5 para o VAR hoje no Brasil. O Senador Portinho e eu, nota inferior. Não tem como não pedir, quebrar o protocolo aqui e pedir a nota sua, histórico Romário, um dos melhores jogadores do mundo.

A mesma da nossa opinião? (*Pausa.*)

Então, aqui estamos juntos rigorosamente, em sintonia.

Qual é o lance? É da Série C? Série C do Campeonato Brasileiro?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – ... a imagem lá...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como é que é a imagem da série C do Campeonato Brasileiro?

Atenção, pátria amada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – São Bernardo e América do Rio Grande do Norte.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Dá pra parar aí? Dá um *stop*, por gentileza.

Senhores, há necessidade desse "segura, segura, segura"? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com essa aí, eu me assustei.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Diga-me uma coisa: todo gol é checado? O árbitro não pode reiniciar o jogo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, uai...

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – No máximo, um "segura". E o VAR que se segure. *(Risos.)*

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É questão de impedimento pra ver quando é que o jogador bate na bola e como é que é traçado, não é isso?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E a qualidade do áudio, hein?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Espere um instantinho só... Para aí. Espere um instantinho só. "Segura", como diz...

Romário, olha só, porque você, em breve, vai estar, se Deus quiser, com o América de volta ao Campeonato Brasileiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Amém!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha a Série C, a qualidade da imagem, Kajuru. Eu não sei se você...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei que você tem a sua dificuldade de visão, mas eu só quero relatar a você o seguinte: eu já teria abandonado aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque você não consegue ver nem o braço do jogador. Quem é que está vendo o braço do jogador de amarelo ali? Não dá! A qualidade do *pixel* é tão ruim que está faltando pedaço do jogador. Esse é o VAR da Série D. Era melhor deixar tudo com árbitro no campo, e a gente desculparia o erro dele, porque traçar uma linha de impedimento? Só se tiver interesse em fazer um resultado aí. Vocês me desculpem, porque isso aí é uma vergonha!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Você vê a dificuldade do VAR para dizer "para a direita, para a direita". O operador tem que saber isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro!

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Todo mundo entrou na frente dele, e ele já coloca automaticamente, não aumenta o toque na bola para fazer a calibragem, tem que ser imediato. É uma briga grande, uma falta de treinamento muito grande, e de responsabilidade, nesse particular, muito grande.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas ele não está vendo a batida do atacante.

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Ele já calibrou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele já calibrou?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Já, já calibrou antes, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Dá uma paradinha, por favor, Gabriel, porque eu me sinto mal. *Stop.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – *Stop*, por fineza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Mario Vianna diria: "Gol Legal".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "Gol Legal"!

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Eu me sinto mal com uma análise de um lance desse. E, depois que as linhas são traçadas, vamos ver quem faz o gol. Esse é o primeiríssimo passo para saber em que jogador coloca a câmera. É um processo todo incipiente e que precisa de uma correção urgente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi anulado o gol?

O SR. MANOEL SERAPIÃO FILHO – Acho que foi confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi confirmado?

(Procede-se à exibição de vídeo.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dez minutos para ver o que todo mundo viu, e que não dava para enxergar com a câmera, não dava.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Uma mesa redonda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para dizer que essa imagem nublada, míope...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito. Até pro míope Kajuru.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu já vi traçada até na Série A, para a gente ver a importância da qualidade das câmaras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro. Sem nenhuma dúvida.

Bem, dando sequência então para esta importantíssima reunião que realizamos nesta terça-feira, 9 de julho de 2024, da CPI da manipulação de jogos de futebol e de apostas, é a vez do Sr. Romulo Meira Reis, ex-Oficial de Integridade da CBF, com direito a dez minutos para sua explanação, e depois as nossas perguntas.

Obrigado, de novo, pela paciência, Sr. Romulo, e fique à vontade, por fineza.

O SR. ROMULO MEIRA REIS (Para expor.) – Bom, muito boa tarde a todos e todas, a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, ao Senador Romário, ao Senador Portinho.

Bom, eu me chamo Romulo Reis, sou natural do Rio de Janeiro, exerci a função de Oficial de Integridade da CBF entre 2017 e 2022. A função de Oficial de Integridade é uma função nova, criada por uma deliberativa da FIFA, onde cada associação membro, no caso do Brasil, a própria CBF, deveria estabelecer uma pessoa destinada a verificar as possíveis irregularidades entre o que acontecia em campo *versus* o que acontecia no mercado de apostas esportivas.

Aqui no Brasil nós conhecemos especificamente em relação à questão de casas de apostas, que, nada mais nada menos, são como anunciantes convencionais. Hoje o *boom* de anúncios é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das casas de apostas, como um dia já foi das montadoras, como um dia já foi dos grandes magazines e assim sucessivamente – e assim sucessivamente.

É uma função extremamente técnica, uma função que não é política. Eu recebi treinamento da FIFA, recebi treinamento da Conmebol e ajudei a implantar um projeto relativamente novo no futebol brasileiro, não só brasileiro, mas no futebol mundial.

Eu creio que todos conhecem aqui os maiores escândalos de manipulação, a questão do futebol italiano recentemente, já teve na Nigéria, na África. E o grande foco inicial que chamou essa atenção da FIFA, na ocasião, foi o mercado asiático, onde ocorreu uma série de manipulações nesse sentido.

Estou aqui como cidadão de bem, disposto a colaborar dentro do meu conhecimento, dentro dos fatos com que eu conseguir colaborar. Por favor, fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De imediato, o nosso histórico Relator, especialmente em CPIs, Romário de Souza Faria, com as perguntas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem. Muito obrigado.

Sr. Rômulo, o que o senhor pensa da recorrência de nomes na escalação da equipe de arbitragem de campo e da equipe do VAR. Isso, de fato, pode facilitar uma atuação mais entrosada ou abre uma brecha para possíveis questionamentos?

O SR. ROMULO MEIRA REIS (Para expor.) – Bom, a função de integridade não tem conexão alguma com a arbitragem, diretamente, mas eu acredito, como especialista na área de integridade, que o árbitro é um ponto extremamente sensível. Um dos protocolos, até simples e básico, é, quanto menor a divisão, menor o poder aquisitivo, mais fácil de ser corrompido, quanto mais alto o poder aquisitivo, mais difícil você comprar, deliberadamente, um atleta, talvez, um árbitro, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E mais caro também...

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Bem mais caro, é claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, todos nós aqui conhecemos, como amantes do futebol, que a arbitragem, realmente, exerce um papel indispensável e, às vezes, comete uma interferência, que é o assunto, agora, que o Manoel Serapião explanou muito bem, que foi abordado. A integridade não faz conexão com a arbitragem especificamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Faz com as apostas...

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Faz com as casas de apostas e manipulação. Para explicar tecnicamente, Senador Romário, a V. Exa., digamos que o jogador A tenha uma opção, na casa de apostas, de que ele vai tomar um cartão amarelo na partida que ele vai disputar. Esse jogador... Algum apostador realiza um grande montante financeiro, aposta naquele cartão, e aquele cartão, subitamente, ocorre na partida. Ou seja, há um dolo para o esporte, há um dolo para a casa de apostas, e alguém se favoreceu com aquele resultado. Assim pode ocorrer com escanteios, pode ocorrer com o resultado da partida, pode ocorrer um pênalti ou não ocorrer, entre outros que a casa de apostas disponibiliza dentro do mercado. Quem frauda, dentro do mercado esportivo de apostas, normalmente, busca o interesse financeiro, busca se valer financeiramente. O processo normal que acontece é esse.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quais são ou qual é a sugestão que o senhor poderia dar, aqui, em relação a esta CPI, para que a arbitragem de vídeos se tornem menos suscetíveis a um episódio de manipulação por parte dos árbitros?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – O árbitro faz parte do espetáculo. A medida preventiva referente à arbitragem não é esconder a escala do árbitro, por exemplo, o fulano de tal será o AVAR ou será o VAR na partida, e, sim, tratar a informação de quando chegará à cidade, em qual hotel ele vai ficar, qual é o itinerário que o árbitro vai fazer, em caráter totalmente sigiloso, porque esses aliciamentos costumam ocorrer em contato pessoal, em telefonemas, isso pode acontecer. Então, uma sugestão, uma solução seria, literalmente, garantir a segurança e a integridade do árbitro.

Por outro lado, não podemos colocar isso somente na informação, há uma necessidade, sim, de o árbitro receber treinamento para isso. Dentro de um vestiário, dentro de um campo, qualquer situação de contato com o árbitro pode ocorrer, e o árbitro tem que ter a maturidade e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o treinamento para entender o que é um cumprimento, um gesto cordial, totalmente diferente de um aliciamento, ou de alguma coisa para ser facilitada.

A Conmebol, na ocasião, e a FIFA recomendaram, inclusive, que arbitragem e delegados Conmebol e FIFA – como eu exerci essa função – não aceitassem nenhum tipo de presente de clubes, dos mais simples, uma camisa da qual, porventura, o árbitro seja até fã, o que pode acontecer, até um presente que, porventura, chega ao vestiário, tem um *kit* lá – não vou citar nomes para não dar propaganda para ninguém – do fornecedor de material esportivo do clube Y.

Então, é em duplo sentido, você precisa zelar pelo árbitro, para que ele fique blindado na informação, e ele também precisa receber treinamento, para saber diferenciar e saber a quem denunciar, inclusive, caso isso aconteça.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator Romário de Souza Faria.

Senador Carlos Portinho – como sempre, eu fico para o fim –, as suas colocações.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Até porque, Senador Jorge Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Temos Plenário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É rapidinho.

O que eu gostaria de saber é se o senhor foi Oficial de Integridade da CBF de 2017 a 2022. A função de Oficial de Integridade é, justamente, quem recebe os alertas, por exemplo, da Sportradar e passa a colaborar com as instituições, para tentar ver se houve manipulação, se não houve, encaminhamentos e tal.

Não é isso?

O SR. ROMULO MEIRA REIS (Para expor.) – Exatamente, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois do senhor, qual é o nome do que o sucedeu?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Eu desconheço.

Eu saí da CBF em maio de 2022.

E, em janeiro de 2023, eu recebi um contato da FIFA – eu tinha, na época, uma ponte, que era o Sr. Rodrigo Arias – me perguntando se eu estava pela CBF e se estava exercendo a função.

Eu, simplesmente, disse a ele que tinha sido demitido, tinha sido desligado da CBF e, infelizmente não poderia ajudar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja, de maio de 2022... Isto é muito sério: de maio de 2022 a janeiro de 2023 não havia um Oficial de Integridade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É muito tempo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... designado pela CBF?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Eu não posso provar, Senador.

As minhas designações para exercício da função eram realmente enviadas para a FIFA através de uma comunicação oficial.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A FIFA e a Conmebol são informadas oficialmente quem é?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – São, pela própria CBF, quem é o responsável.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se alguém da Conmebol faz o contato achando que é você é porque, provavelmente, ela não foi informada de que tinha outro.

O SR. ROMULO MEIRA REIS – No caso, foi um membro direto da FIFA que fez o contato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hoje, tem um Oficial de Integridade?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Não sei dizer.

Depois, eu troquei, praticamente troquei de ramo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Entendi.

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Eu trabalho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, a gente vai oficial, Kajuru, porque é muito sério não ter um Oficial de Integridade, tendo, inclusive, a CBF patrocínio de casa de aposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida alguma.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você, como Oficial de Integridade ou como Delegado da Conmebol e da FIFA, você assina algum contrato de não corrupção? Isso existe fora do Brasil?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Durante os treinamentos da FIFA, eu assinei, inclusive, um termo de acordo com o Código de Ética e conduta da própria FIFA.

Eu me recordo que a CBF, assim que implantou o Código de Ética da CBF, passou uma circular para todos os funcionários para que eles assinassem. Dentro do Código de Ética, havia alguns artigos que – se não me engano 19 ou talvez 22 ou alguma coisa que eu não lembro de cabeça – tinham essa relação.

Automaticamente, se o funcionário acerta que está de acordo, ele compreende também que uma das regras é que ele não poderia participar de qualquer tipo de mercado de apostas nesse sentido.

Agora, onde esse documento foi parar? Talvez, nos recursos humanos, alguém tenha acesso a isso.

Eu me recordo, sim, de que assinei.

Inclusive, na FIFA, era o primeiro ato que você tinha que assinar na reunião. Você recebia os manuais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Kajuru, um contrato de não corrupção, um acordo de não corrupção, uma declaração, um comprometimento é o que a gente vem batendo aqui desde o início...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desde o início.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que não vai inibir, mas vai, certamente, dificultar e vai prever penalidades, até além do próprio CBJD para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Senador, apenas para complementar minha resposta, esse termo de acordo e conhecimento do Código de Ética foi estendido aos funcionários da CBF, um quadro de aproximadamente, na ocasião, 150 funcionários, talvez 200.

Isso não foi estendido, por exemplo, para clubes, para afiliados, para federações, ou seja...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o que a gente defende.

O SR. ROMULO MEIRA REIS – ... o Código de Ética se restringiu somente, na ocasião, aos funcionários da confederação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E os servidores da CBF e diretores podem apostar?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – De acordo com o Código de Ética da CBF e o Código de Ética da FIFA, não. Nenhum dirigente, seja ele diretor, supervisor, coordenador ou até mesmo quem está relacionado direto à operação – e aí vamos descer um pouquinho a escala –, primeiro, arbitragem, depois, supervisor de futebol, jogador, diretor, executivo de futebol, quem está relacionado ao clube, não pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, isso é uma questão que a gente vai, inclusive, oficialar para saber melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma última pergunta, a partir até do que o senhor disse: você acha importante que tenha um canal, você, como ex-oficial de integridade – e é uma coisa que a gente vem discutindo muito aqui –, um canal público de denúncias para o irmão do atleta, se soube que o atleta foi assediado, que o árbitro foi assediado, ou a quem ele recorre? Acha importante que tenha um canal de denúncia que preserve a identidade, inclusive, do denunciante?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Esse é um item recomendatório, inclusive para a FIFA. A FIFA hoje dispõe, na verdade, de um aplicativo próprio, chamado Integridade FIFA, FIFA Integrity, no qual qualquer pessoa pode fazer uma denúncia, inclusive submeter documentos, fotos, entre outros.

Na ocasião em que eu exerci a função...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Existe isso na FIFA?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Existe isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Há quanto tempo? Desde... Bom, pelo menos você estava de 2017 a 2022.

O SR. ROMULO MEIRA REIS – O senhor pode... Se o senhor quiser abrir agora o seu aplicativo, pode observar aí; pela Play Store, o senhor consegue baixar de imediato, da FIFA.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desde quando isso?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Desde 2017.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desde 17?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Desde 17.

Os canais de denúncia que a CBF, na ocasião... A associação-membro tem a sua autonomia de tomar as decisões dentro do que ela realiza. Um canal exclusivo para integridade no futebol não existia; entretanto, existia um canal de ética para que você fizesse todos os tipos de denúncia, tá? Então, a decisão, na ocasião, da CBF foi simplesmente centralizar tudo no canal de ética. Se esse canal hoje funciona ou não funciona, se tem alguma coisa de integridade, eu não sei dizer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No caso, só uma que me veio: ano passado, foram 109 alertas de possível manipulação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Suspeitas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Suspeita.

... de jogos das Séries B, C e D. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isto: B, C e D.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – B também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Da B, é Londrina e Tombense.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, B, no caso do Londrina.

O que o oficial, em tese, recebendo esses alertas... Qual é o procedimento padrão?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – O oficial de integridade, quando recebe...

Primeiro, eu vou voltar um pouquinho atrás. O senhor fez uma pergunta, e eu lhe agradeço.

O contrato da Sportradar assinado passava por mim; ou seja, o escopo contratual *versus* orçamento, entre outros, passava por mim. Então, nós tínhamos previsto, realmente, Séries A, B, C e D, não é? A C e a D, parcialmente – a Série C, também parcialmente –, e a Copa do Brasil, a partir das fases eliminatórias. Então, isso estava previsto em contrato.

Dos alertas, normalmente, o oficial de integridade tem autonomia para realizar a análise. Não adianta receber um relatório, porque ele já vem com uma certa informação. Então, as análises geralmente são: aquela infração no mercado de apostas ocorreu em campo? Sim ou não? Caso não, automaticamente, é descartado; ou seja, algum apostador tentou alguma coisa ou movimentou um volume financeiro muito acima do normal e foi detectado, aquilo não aconteceu. O.k. Ocorreu em campo? De que maneira ocorreu em campo? Interferiu no resultado? Sim ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não? Caso tenha interferência, isso gera uma documentação, e a CBF encaminhava, na ocasião, para o STJD. De qualquer forma, todo e qualquer relatório que eu recebi na ocasião, além da análise técnica, era encaminhado para o STJD. Ao que acontecia dentro do STJD, processualmente, eu não tinha o acesso. Entretanto, por não ter o acesso, não significa que eu não estivesse disponível para prestar qualquer tipo de esclarecimento; diga-se de passagem, é um dos protocolos que eu preciso cumprir.

Até 2022, eu não fui chamado para nenhum tipo de esclarecimento referente aos relatórios. Então, somando aí aproximadamente cinco temporadas, devem ter passado pela minha mão mais de 200 relatórios.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nessa época, teve mais de 200 alertas, entre, pelo menos, 2007 e 2022...

O SR. ROMULO MEIRA REIS – De 2017 a 2022.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De 2017 a 2022. Em cinco anos, teve mais de 200 alertas?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Provavelmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, encaminhando... Eu sempre falei isso, o STJD não é uma instância do Judiciário, ele é um departamento da CBF, e isso ficou claro e estabelecido em decisão transitada em julgado da Corte Arbitral do Esporte, no *leading case*, no primeiro caso em que se discutiu isso, essa sua natureza jurídica, do ponto de vista nacional. Foi o caso Dodô, e que eu fui o advogado, inclusive, e eu sustentei a autonomia e a independência do tribunal e me conformei que há autonomia e há independência nas suas decisões.

E, para alguns casos, a gente sabe que é relativo, porque ele é um órgão da CBF. E o STJD tem limitações, ele não tem poder de polícia, não é? Ele pode até intimar um terceiro, que, se ele não for da família do futebol, o cara nem vai. Aqui a gente ainda convoca abaixo de vara, o cara vai ter que pegar um *habeas corpus*; no STJD, se não for um agente, um "agente", entre aspas, que não é um agente credenciado, que esteja envolvido, ele nem vai, ele não está nem aí. Então, ela tem limitações para essa investigação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que a CBF disse, apenas aqui para deixar claro, é que, hoje, ela manda esses relatórios para o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hum-hum.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o que, aliás – é por isso que eu quero aqui ouvir o Relator Mauro Marcelo –, na minha opinião, era o que ele deveria fazer, porque ele não tem instrumento de investigar; a gente tem mais do que ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se eu quiser perguntar o nome dos atletas do clube em que houve a denúncia, se eles têm cadastro em casa de aposta, eu posso perguntar. E eles vão ter que me responder – as casas de aposta. O STJD? Dão de ombros para ele.

Então, o que deveria... Por isso eu quero ouvir o Relator, para não ser injusto, mas o que deveria seguir o caminho de todas as 109 denúncias. Pega, manda para o Ministério Público, e, de preferência, o Procurador do STJD tenha a representação junto ao Ministério Público para acompanhar. Porque, quando – pelo menos nesse período que você relata, 2017 a 2022 – você mandava para o STJD, você foi chamado lá alguma vez para falar desses relatórios?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Não, não fui chamado. V. Exa. está bem correto.

A associação-membro possui uma limitação de atuação. A própria FIFA prevê no código de ética. Se não me engano, o código da CBF também, o código de ética da CBF possui também. Você pode dar multas financeiras, suspensão e até a exclusão do desporto.

Entretanto, conduzindo uma investigação com maior rigor, digamos assim, quem seria, por exemplo, talvez eu ou alguém do STJD, um civil, para fazer um inquérito ou até mesmo uma inquisição? Não teria a qualificação, e eu tenho muitas dúvidas se, legalmente, poderia ser exercida esse tipo de atividade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito esclarecedor, inclusive uma informação que a gente não tinha: mais de 200 casos de alertas de suspeitas de manipulação, em cinco anos passados – de 2017 a 2022 –, que foram para o STJD e de que a gente não teve nem conhecimento, nem na imprensa.

Estou até curioso em saber. Isso eu posso oficialar ao STJD, para saber se esses alertas... E pedir a cópia deles? Eles têm lá?

O SR. ROMULO MEIRA REIS – Senador, o senhor pode, talvez, solicitar à própria Diretoria de Competições da CBF, que a correspondência saía... Não saía diretamente do Romulo Reis, saía do departamento de competições através da secretaria, como qualquer despacho administrativo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou pedir para a minha assessoria já preparar esse ofício, Senador Kajuru, tanto para o departamento de competições...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... quanto para o STJD, para que informe a essa CPI, a nós aqui, e traga a cópia desses alertas.

Não vou nem dar o número, acredito que sejam em torno de mais de 200, o que é espantoso, mas que eles nos encaminhem todos os alertas que foram encaminhados, nesse período de 2017 a 2022, ao STJD. Porque em 2023 a gente sabe que são 109...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – São 109.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e em 2024 a gente já tem uns casos aí. Eu até estou pedindo – já fiz um outro requerimento, já foi aprovado – para saber quantos alertas tem este ano. Eu sei que em um caso, pelo menos, a própria CBF se antecipou junto com a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu faço questão de subscrever esse ofício contigo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Juntos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– ... com o maior prazer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Partilho com o maior prazer, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Claro.

Só uma dúvida, Sr. Romulo, nessa sequência de perguntas qualificadas, como sempre, do Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro: há denúncias de árbitros? A CBF tinha conhecimento disto, árbitros envolvidos?

O SR. ROMULO MEIRA REIS (Para expor.) – Bom, eu não recebi nenhum alerta da Sportradar diretamente apontando a atuação de um árbitro. Normalmente as questões eram o atleta com comportamento – vamos chamar de – fora do padrão.

Talvez o canal de denúncias da CBF, de ética, ao qual eu não tenho acesso, possa ter recebido alguma denúncia mais específica da arbitragem. Agora, a esse tipo de questão somente a CBF irá responder – tem qualificação para responder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Kajuru, só uma informação que corrobora o que foi dito pelo Romulo.

Eu entrei aqui no...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– No aplicativo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... aplicativo da FIFA, o FIFA Integrity, de integridade da FIFA. O aplicativo tem seis anos! Ou seja, a FIFA já tem o seu canal de denúncia há seis anos. A CBF está seis anos atrasada no que essa CPI agora lhe recomenda, mas que ela já poderia ter feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Houve a promessa de que, o mais rápido possível, inauguraria esta central de denúncias, quando eu enviei o ofício ao Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

Eu gostaria de fazer aqui alguns agradecimentos.

Como sempre, é um privilégio estar trabalhando em uma CPI desse naipe, com essa pauta – manipulação de resultados de futebol e apostas e tal –, com um Senador da qualidade de Carlos Portinho, que sempre está do começo ao fim de cada reunião.

Agradeço aqui a todos os colegas Senadores presentes e àqueles que nos viram remotamente.

Enalteço o conteúdo dos dois convidados aqui presentes: o ex-árbitro da FIFA, o baiano Manoel Serapião, um amigo que construí no futebol; o Sr. Romulo Meira, da mesma forma. Conteúdo é o que mais precisamos aqui, ou seja, gente qualificada, gente preparada e gente que tem opinião própria. Isso que é importante, porque poderia vir aqui, desfilhar, nos driblar; e aqui não, pelo contrário, aqui a gente ouviu opinião até vendo imagens – ou seja, cara a cara, lance a lance.

Agradeço também à minha equipe eficiente de gabinete, como já disse: a Carol da Luz, que manda mais em mim do que a minha esposa, a Luma Paschoalato, o Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador Romário, o Wester, os craques Flavio, Vicente; do gabinete do Senador Girão, Chico e Roberto...

Aliás, uma falha aqui da nossa assessoria: por que não tem os seus assessores aqui, Senador Carlos Portinho, para dar os nomes? (*Pausa.*)

Tem? Ah, desculpa. Então foi falha da minha visão, e não do meu caráter.

Do gabinete do Senador Portinho, agradeço aqui à eficiente Fran Vieira, sempre presente; da Liderança do meu histórico partido de 80 anos, o PSB, à Olga, ao Santi, ao Carlos, craques; ao Advogado do Senado Dr. Octávio, de qualidade irretocável – e parece que ele está acompanhado de outro advogado que hoje veio também, se a Carol puder me dar o nome dele –; aos Consultores do Senado Luciano, Tiago Ivo, Vinicius, eficientes, atuantes; aos servidores desta



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria, com que raramente eu convivi nesses cinco anos e meio de mandato, desta Comissão, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Marcelo Lopes, Henrique Cândido e Gabriel, que só tem uma coisa ruim na vida dele, o sobrenome dele, Udelsmann. É pior do que Kajuru, desculpe.

Bem, não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas e convidamos para a próxima reunião, a realizar-se amanhã, dia 10 de julho de 2024, às 2h da tarde, para a oitiva do Sr. Roberto Avatar, Presidente do time mineiro da Patrocinense. Esperamos a sua presença. Do contrário, ele será convocado. Aqui é por amor ou por dor.

Declaro, então, encerrada a presente reunião.

Agradecidíssimo, pátria amada, Deus e saúde.

(Iniciada às 15 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitivas de Anderson Ibrahim e Roberto Avatar. Finalidade:** Oitivas previstas pelos Requerimentos 85 e 87/2024-CPIMJAE. Oitiva do Roberto Avatar, Presidente do Clube Atlético Patrocinense (MG), em atendimento ao requerimento 87/2024; do Anderson Ibrahim, Representante da empresa Air Golden, em atendimento aos requerimentos 85/2024 e 94/2024. **Resultado:** Oitiva de Roberto Avattar realizada. Anderson Ibrahim não compareceu. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2024** que : "Convoca o senhor Anderson Ibrahim, representante da empresa Air Golden, para comparecimento perante CPIMJAE." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/10>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas da Pátria amada, aqui presentes e nos acompanhando pelos meios de comunicação do grupo Senado – TV, Rádio e Agência.

Aqui também faço um agradecimento especial à maior audiência de Minas Gerais, que é a do grupo Itatiaia, com a Rádio Itatiaia nos acompanhando; ao Grupo Globo, que não perde nenhuma reunião desta CPI, o nosso agradecimento; à TV Meio, que transmite para o mundo inteiro todas as nossas reuniões; à rede Novabrasil FM; e à BandNews FM 90,7, que são veículos de comunicação interessados e certos de que este trabalho cada dia mostra a sua diferença, o seu papel de independência e a sua obrigação de saber investigar esse escândalo, dos mais graves da história do futebol brasileiro, pois toda a mídia, especialmente aquela que o Brasil mais respeita...

Ontem, falamos de uma matéria de enorme repercussão do jornal *O Globo*, trazendo um retrato e constatando que os nossos trabalhos não só estão tendo eficiência como resultados, que é o que a torcida brasileira espera, sabendo que, nesta CPI, tem um Relator da qualidade de honradez intocável de um ser humano raríssimo, com a experiência que tem em CPI, que é Romário de Souza Faria, já aqui ao lado, nesta quarta-feira, 10 de julho de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, empresários, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos. *(Pausa.)*

Só um instante por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se destina ao depoimento do Sr. Roberto Avatar, Presidente do Clube Atlético Patrocinense, da queridíssima cidade de Patrocínio, onde, tantas vezes, estive. Nos termos do Requerimento nº 87/2024, eu ainda informo que foi convidado para esta reunião o Sr. Anderson Ibrahin, nos termos do Requerimento 85/2024. Entretanto, o convidado informou, à Secretaria da Comissão, que não compareceria ao depoimento devido a motivos familiares, pois a sua esposa está no nono mês de gravidez, e, também, pela distância de seu local de residência. Eu, inclusive, vi, no Instagram, a sua esposa grávida. Ele solicitou o adiamento de seu depoimento, e nós já deixamos para agosto a presença dele aqui.

Antes de dar início à nossa reunião, rapidamente, quero informar à imprensa brasileira mais informações sobre a ausência de ontem daquele chamado de empresário, envolvido em escândalos de manipulação de resultados de futebol, com provas cabais, inclusive, no Campeonato Paulista. Esqueci até... Marcelo, o nome dele? *(Pausa.)*

William Pereira Rogatto. Ele gravou um vídeo, tirou o vídeo, rapidinho, do Instagram, mas uma pessoa gravou e teve a gentileza de me enviar. No vídeo, ele me ofende e faz a seguinte declaração, que é digna, realmente, de arrepios. Onde chega o mau-caratismo de uma pessoa... Ele fala, no vídeo, que nunca ouviu falar em Marcelo – que aqui está, que é o Secretário-Geral desta Comissão –, que nunca conversou com ele. Que azar você deu, hein, sujeito?

A conversa está aqui no celular, e ele já está entrando com a ação em cartório para mostrar a conversa de vocês dois. Ou você acha que eu li ontem a conversa, inventando? Que eu iria criar uma conversa entre você e o Marcelo, e, com a experiência parlamentar que tem o Marcelo, como Secretário, ele teria o teu caráter de me entregar uma mentira, ou seja, uma conversa que não existiu? Então, quando você retrucou a palavra corrupto a mim... Em relação a ti, eu o considerava apenas corrupto; agora, você conseguiu duas proezas: além de corrupto, você também é mentiroso. E, ao final desta reunião, você saberá como você vai ser tratado por nós aqui, de forma absolutamente com lisura, mas tratando você como você merece, porque realmente você deveria estar... E, dentro da lei, como bem observou o Relator Romário – nós nunca faremos nada fora da lei –, mas tratando você da forma como você está nos tratando.

O Romário, com a experiência que tem, já passou por isso e até contava uma situação de alguém que quis brincar com ele, que estava na praia e tal... Então, quando uma pessoa faz isso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o quê? É passar o recibo, é assinar: "Sou culpado, tenho medo de ser condenado e vou, então, entrar para a ironia e tentar não comparecer".

Mas vamos lá.

Dou início a nossa reunião, convidando o Sr. Roberto Avatar para tomar assento à mesa e já dar uma explanação especial e inicial, pelo tempo de dez minutos. E, depois, de imediato, o nosso histórico Relator Romário inicia com os seus questionamentos.

Seja bem-vindo, Presidente, e fique à vontade. É um prazer. *(Pausa.)*

Aqui a gente trabalha e, ao mesmo tempo, tem que votar, porque a CCJ continua lá, não para. Essa é a vida aqui, Presidente.

Presidente, obrigado por ter vindo, por ter aceitado o convite. O tempo de dez minutos é seu para tudo o que se tomou conhecimento em relação ao envolvimento de manipulação de resultados, infelizmente, porque eu tenho muito carinho pela Patrocinense. Eu frequentava a cidade sempre em finais de semana, assistia a jogos lá, mas, infelizmente, houve essa notícia, e cabe a nós, dentro da lei, investigarmos o que aconteceu com o seu time, a Patrocinense.

Por fineza, o tempo é seu.

O SR. ROBERTO AVATAR (Para expor.) – Primeiramente, uma boa tarde aos ilustríssimos Senadores.

Quero agradecer pelo convite porque o Clube Atlético Patrocinense é uma equipe, uma instituição que completa 70 anos agora em 2024, e nós, mais que ninguém, queremos que seja comprovada a lisura com que o clube participa de campeonatos mineiros.

A gente está aqui ao seu lado, Jorge, e ao lado do Romário, com a satisfação de a gente poder ajudar nessa investigação que vocês fazem.

No Clube Atlético Patrocinense, o que mais se preza é a honestidade. O clube, como eu mesmo disse, um clube de 70 anos, enfrenta dificuldades, como todos os pequenos clubes do Brasil. Está um companheiro de mesa aqui, o Romário, que sabe – porque está lá no América, hoje, como Presidente – que a dificuldade é que todo dia tem um leão para matar, de manhã e à tarde. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente que mexe... No meu caso e no caso do Romário, que somos Presidentes, o celular é 24 horas por dia, tocando e pedindo e cobrando. O que eu mais recebo, nos últimos dias, é cobrança, porque, como os senhores sabem, eu assumi uma diretoria após a assinatura do contrato com a empresa do Anderson, e o nosso Presidente, por motivos particulares... Eu não sei qual a real intenção dele...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor não conhece?!

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, não. Eu falo do Ronaldo Correia de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Ah, perdão. O outro que trabalhou contigo...

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, o Anderson não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Realmente, a esposa dele está grávida, não é isso?

O SR. ROBERTO AVATAR – Sim, a gente sabe desse motivo. Eu estava falando do Ronaldo Correia, que renunciou no dia 28 de maio, ou seja, na semana que aconteceu o fato que está sendo investigado, ou seja, o jogo do dia 1º.

E, quando eu assumi, eu e mais dois diretores fomos a Limeira para acompanhar – porque já estava uma cobrança muito grande em cima da diretoria – por que estavam acontecendo fatos de que a gente não tinha explicação. Então, a gente foi lá no dia 1º. E, no dia 2, como consta nos autos do processo aí, nós fizemos uma notificação extrajudicial para a empresa do Anderson Ibrahin rompendo o contrato, justamente porque a diretoria lá não compactua com fatos que estavam sendo falados na mídia. Então, a gente, por bem, resolveu: no dia 2 de junho, um dia após o incidente que ocorreu e que vocês estão investigando, foi notificada a empresa rompendo a parceria.

E muitas pessoas me diziam que eu era louco, porque no contrato tem uma multa de 500 salários mínimos. Para quem foi rebaixado no campeonato mineiro igual a nós, por não pagar um boleto da federação de 40 mil, 800 mil é muito dinheiro, mas, acima de tudo, é a honestidade do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

clube que estava em jogo. Então, por isso, foi feita essa notificação para a empresa. E, a partir do dia 2 de junho, ela não tinha mais ingerência nenhuma no clube.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Presidente Roberto Avatar.

De imediato, com a palavra, o irretocável Senador Romário de Souza Faria para as perguntas, como Relator desta CPI da Manipulação de Jogos e Apostas.

Muito bem, irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, irmão Jorge Kajuru, boa tarde a todos.

Boa tarde, Sr. Roberto Avatar, Presidente do Patrocinense. É um prazer tê-lo aqui.

E eu quero corroborar todas essas palavras como Presidente: realmente, o leão a gente mata de manhã, de tarde e à noite também.

Enfim, a partida do seu clube contra o Inter de Limeira disputada no dia 1º de junho na cidade paulista terminou com o placar de 3 a 0 para o time da casa. Conforme investigações da Polícia Federal, tendo como base relatório da empresa de monitoramento Sportradar, houve um grande volume de apostas, bastante anormal: 99% das apostas foram na direção para que o Patrocinense sofresse dois ou mais gols no primeiro tempo daquela partida. O seu clube acabou sofrendo três gols apenas na etapa inicial, um deles contra.

Eu pedi aqui à Secretaria para mostrar os vídeos para que os senhores tomem um pouco de... Tenham um pouco de ideia do que aconteceu nesse jogo. Pode ser?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, como foi colocado aí, segundo a Polícia Federal, esse resultado foi manipulado. E eu queria saber do senhor seguinte: se foi o senhor que deu essa declaração para a TV que teria sido alertado de antemão que aquela partida seria manipulada e quem o alertou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR (Para expor.) – Em relação a esse jogo, Romário, eu estava presente, eu e mais dois diretores. Nós fomos lá, porque a semana foi muito turbulenta com a saída do Presidente, com a renúncia. A gente não tinha obrigação nenhuma de assumir o clube, porque, desde janeiro, eu estava afastado do clube, desde o início do Campeonato Mineiro. Só voltei, porque o meu amor pelo clube é grande demais e, se eu não volto, não teria continuidade. Aí, sim, a empresa seria dona do clube.

E a gente em rodas lá de amigos, eu falei: "Gente, já tem jogo aí em que estão levantando suspeita de resultado". "O que você vai fazer, Avatar, o que você faz?" Eu me indispus com a minha esposa, nós estávamos num feriado em Caldas Novas, porque, como eu não tinha... Como eu não estava atuando na direção do clube, eu aproveitei o feriado da quinta-feira e fui passar o final de semana em Caldas Novas. Fiquei quinta e sexta, o tempo todo, com o celular, resolvendo coisas lá do clube. Ela por fim falou assim: "Não, vamos embora, porque a gente não vai ficar aqui, não!". (Risos.) Aí, tomei um puxão de orelha, fomos embora.

No sábado pela madrugada, nós saímos de Patrocínio e fomos a Limeira. Lá – eu vou ser sincero com vocês –, eu estava numa cabine lá em cima, lá no estádio. Na hora que sofreu o primeiro e o segundo gols, eu comecei a passar mal, desci para eu ir para a arquibancada. O terceiro gol, que eu entendo que foi o mais feio do jogo, foi um gol contra. Eu não vi pessoalmente, vi depois da mesma forma com que vocês estão vendo, que é através de imagens.

A gente foi de Limeira para Patrocínio, quase 500km, conversando. Chegamos de madrugada. No domingo pela manhã, já nos reunimos novamente com mais diretores, e foi onde que a gente achou por bem – pela instituição, pelo nome que o Clube Atlético Patrocinense tem – romper essa parceria. Não estou falando que tem algo, que aconteceu algo, porque isso é a investigação que vai provar. Que seja provado para que os culpados paguem e o Clube Atlético Patrocinense seja inocentado dessa causa!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor acredita que o Presidente que renunciou...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... sabia de alguma coisa relacionada a essa possibilidade de manipulação desse jogo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, não acredito nisso, Romário! É uma pessoa que a gente... Eu o conheço há muitos anos; é uma pessoa que, se você for lá em Patrocínio e perguntar sobre a idoneidade dela, eu acho que não tem o que questionar. O que foi questionado é o porquê desse contrato com essa empresa. Porque, uns dois anos atrás, veio de conhecimento a nós que tinha acontecido algo semelhante na equipe do URT, que é de uma cidade vizinha de Patos de Minas, a 70km de Patrocínio. Então, a gente ficou meio com o pé atrás sobre isso, mas duvidar da idoneidade do Ronaldo Correia, eu não acredito nisso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esses gols que passaram, o senhor que é Presidente do clube, assim como eu, e já vive, há alguns anos, no futebol, independentemente de nomes, acredita que esses gols foram normais ou foram gols realmente estranhos, o que possibilitou uma investigação da Polícia Federal?

O SR. ROBERTO AVATAR – Eu acredito que o primeiro e o terceiro... O terceiro, como eu disse, eu não vi pessoalmente, vi por imagem. Eu acho que são estranhos para quem está no meio do futebol, Romário. Você que é uma pessoa que labutou aí no futebol brasileiro e nos ajudou a sermos campeões mundiais sabe que são gols que não tem todo dia no futebol. Quando acontece, tem algo errado. Mas isso aí é como eu disse: eu não sei te falar se tem ou não tem algo de errado. Aí, a gente espera que a Polícia Federal, que está fazendo as investigações, possa... Se for inocente, que seja inocentado, mas, se for culpado, que sejam condenados.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor tem conhecimento de se essa empresa Air Golden ainda tem alguma relação com algum outro tipo de clube de futebol?

O SR. ROBERTO AVATAR – Que eu saiba, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa empresa é da própria cidade?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, essa empresa é do Anderson Ibrahin.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse Anderson Ibrahin é da cidade?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, ele é do...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é empresário de outra cidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – Acho que é de Tanabi, acho que é... Se eu não me engano, é de Tanabi, São Paulo. A empresa é do interior de São Paulo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela participação, Presidente.

O SR. ROBERTO AVATAR – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator Romário. Como sempre, com perguntas qualificadas.

O que nos resta é saber em relação ao Anderson.

O senhor o conhece pessoalmente, o que não pôde vir hoje, alegando o estado de gravidez no nono mês de sua esposa, mas que virá aqui em agosto, no final do mês?

O SR. ROBERTO AVATAR (Para expor.) – Eu passei a ter...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Sr. Anderson Ibrahin.

O SR. ROBERTO AVATAR – Eu passei a ter contato com o Anderson Ibrahin na semana em que o Ronaldo renunciou, ou seja, foi um prazo curto, de cinco dias, em que a gente teve contato, porque, do dia 28 até o dia 2, que foi o dia em que eu entreguei a notificação pessoalmente pra ele... Inclusive, ele não quis assinar a notificação, falou que teria de ser através de *e-mail* ou WhatsApp. Eu tenho aqui... Foi mandado pra ele através do WhatsApp. O contato que eu tive foi nessa semana em que o Ronaldo tinha renunciado e eu, assumido a Presidência do comitê que foi ficar à frente do Clube Atlético Patrocinense.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, no período deste jogo em Limeira, no estádio Limeirão, entre Inter e Patrocinense, o Anderson, ausente hoje aqui, já justifiquei, era o diretor de futebol?

O SR. ROBERTO AVATAR – Ele era o gestor do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Gestor do futebol. Ele que tinha relacionamento com os jogadores?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor não tinha?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não. Ele que contratava, ele que mandava embora, ele que pagava. Tanto é que o mês de maio, que era competência da empresa dele pagar, até hoje não foi pago para os atletas.

Muitos atletas me cobram, e, de fato, eles têm razão, porque foi no nome do Clube Atlético Patrocinense, só que eu já propus várias vezes para eles montarem uma comissão, e a gente entrar com um processo contra a empresa, para eles receberem os salários, e até hoje ninguém quis se pronunciar sobre isso.

Então, a gente vai resolver, daqui pra frente, como que vai ficar essa quebra de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Quando o senhor decidiu, em reunião, no domingo, romper com a empresa, qual foi a reação do Anderson na cidade?

O SR. ROBERTO AVATAR – Isso era no domingo, umas 15h mais ou menos, quando a gente acabou e resolveu, por fim, mandar essa notificação para o Anderson. Liguei para ele, falei que precisava conversar com ele, e ele compareceu lá no escritório do CAP, onde eu mostrei para ele a notificação que consta nos autos. Ele falou assim: "Não vou assinar. Se você quiser mandar por *e-mail* ou por WhatsApp você manda, fica a seu critério". E eu já deixei bem claro para ele que, a partir daquele momento, ele não resolveria, não teria voz nenhuma no clube.

O clube lá é um clube pequeno, eu tive de levar dois seguranças e deixar na porta...

Lá, na verdade, é uma república, onde os atletas moram. Ficaram lá, onde eu deixei, mais de 15 dias, dois seguranças, justamente para que ele não tivesse acesso ou outras pessoas que não têm nada a ver com o clube.

Então, o contato que eu tive mais perto, de perto, com ele foi na semana da renúncia do Ronaldo Corrêa, que seria do dia 28 até o dia 2, quando eu entreguei a notificação para ele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu sempre tive, em programas de entrevista, um quadro chamado "Por Quem Você Põe a Mão no Fogo". Permita-me, Presidente: o senhor colocaria a mão no fogo por esse Anderson, Sr. Roberto Avatar, o Anderson Ibrahim?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não coloco, porque eu não o conheço. Se fosse uma pessoa que está...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não, mas eu digo nesse caso dessa denúncia, dessa manipulação, desse gol contra escandaloso, desse primeiro gol que o senhor também entende que foi estranho. Nesse caso, o senhor põe a mão no fogo por ele ou o senhor não colocaria?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, não coloco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não coloca.

Porque aí a pergunta é "sim" ou "não", né?

O jogo suspeito envolvendo o Patrocinense e o Inter de Limeira aconteceu no dia 1º de junho, sábado. Um dia depois, 2 de junho, domingo, o clube Patrocinense, como já disse aqui... O Presidente anunciou, postando um documento com a sua assinatura nas redes sociais, o fim do contrato com a empresa AIR Agenciamento e Marketing Ltda. Então, a gente já falou sobre isso.

Meu ídolo e irmão, o Relator Romário, como tem muito mais experiência do que eu, neste caso aqui, eu acho que a nossa CPI vai ter que se ater mais ao dia, em agosto, da presença aqui do Sr. Anderson Ibrahim. Concorda?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Aqui não adianta, né?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Verdade. O que o nosso Presidente tinha que falar já falou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Já falou, não é?

Agora, em relação à empresa, você acha que a gente deveria também convidá-la?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Também, não é?

Essa empresa é de Tanabi?

O SR. ROBERTO AVATAR – A empresa... O CEO é o Anderson Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Ele é o CEO dela?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente isso.

O SR. ROBERTO AVATAR – É. Ele é o CEO dela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então, tem que ser ele e ela.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele representa a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então é ele mesmo. Ele representa os dois.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É dois em um.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Dois em um. O Romário definiu bem: dois em um.

Presidente, então, creio que foi importante a sua vinda aqui, até pela clareza das suas palavras nas respostas ao Relator Romário e a mim aqui.

Teria outras perguntas, mas entendo que, de forma objetiva, não há mais nada e eu me coloco, com o direito que cada convidado tem, ainda mais quando gentilmente aceita, de pronto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sua observação final e para a gente dar sequência aos últimos detalhes desta nossa reunião de hoje, aqui, da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas.

O SR. ROBERTO AVATAR – O que eu quero deixar bem claro aqui hoje, Jorge, é que o clube se põe à inteira disposição desta Comissão, que está imbuída de esclarecer esses fatos.

Patrocínio sempre estará de portas abertas para quem quiser ir lá. E eu, mais do que todos, estou lá à disposição no que vocês precisarem.

Estarei sempre disposto a esclarecer os fatos, para que do clube seja tirada essa mancha, essa nuvem negra que está lá hoje. Então, o Clube Atlético Patrocinense abre as portas para vocês. No dia que vocês quiserem ir lá conhecer Patrocínio, o Clube Atlético Patrocinense, estaremos à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já fui casado em Patrocínio, Presidente.

O SR. ROBERTO AVATAR – Que é isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E a família da minha ex-esposa é minha amiga, graças a Deus! Eu tenho uma ótima relação lá. Eu vou sempre a Patrocínio.

Presidente, mas, assim, só para aproveitar a sua presença aqui... Diante do que o senhor viu em Limeira, então, a torcida brasileira e nós, integrantes desta CPI, não podemos ter nunca uma dúvida diariamente, a de que a gente tem que terminar com um relatório que será implacável, o do Senador Romário, eu tenho certeza, com a nossa colaboração, e de que nós chegaremos aqui aos mais de 200 dias de trabalho, em função do Rio Grande do Sul – que às vezes evita que a gente faça reunião, pelas presenças, pois eu e outros Senadores somos integrantes da Comissão Externa de socorro ao Rio Grande do Sul, e a conclusão nossa será realmente triste para o futebol brasileiro, a seu ver? A gente vai ver provas cabais, irrefutáveis, e não indícios, e não denúncias jogadas ao vento, muitas delas feitas pelo John Textor, do Botafogo, do Rio, que provou muito pouco? Até agora, só indício é o que a gente conseguiu concluir de todo o relatório que o Textor nos entregou, de todos os vídeos que ele nos mostrou. Não há nada de prova – estou falando de provas cabais, irrefutáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor entende que o Relator Romário vai terminar o trabalho dele tendo essas provas cabais, irrefutáveis?

Pelo que o senhor viu em Limeira, o senhor quer dizer, então, que isso está acontecendo mesmo no futebol brasileiro, que isso não é mentira, não é invenção, que isso é um fato real?

O SR. ROBERTO AVATAR – Jorge, para o que eu mais torço e quero que aconteça é que, se alguém for culpado, que seja pego, que seja condenado e que seja excluído do futebol brasileiro, porque nós já passamos por muitos perrengues.

Atualmente, o futebol brasileiro está muito decadente, o futebol brasileiro está numa descendente. Então, que a gente – e o Romário, que sempre levou o futebol brasileiro para cima – possa, nessas investigações aí, fazer de tudo para, se tiver algum culpado, que ele seja condenado e o nome do futebol brasileiro seja limpo, como era antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Carlos Portinho informa que está chegando, em instantes, e que ele também queria fazer algumas perguntas ao senhor. Então, peço a sua paciência.

Uma curiosidade: quando publicou, nas redes sociais, a informação de que estava rompendo o contrato com a empresa gestora de futebol, o Patrocinense anunciou ainda a saída do conhecido ex-técnico do Palmeiras Estevam Soares, com agradecimento pelos serviços prestados. Ele era contratado do clube ou da empresa gestora cujo CEO é o convidado ausente hoje, o Ibrahim?

O SR. ROBERTO AVATAR – Da empresa.

Noventa e nove por cento dos atletas e a comissão técnica eram da empresa do Anderson Ibrahim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas a decisão de demiti-lo de vocês...

Desculpe-me. Desculpe-me.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria só fazer uma pergunta: os três jogadores envolvidos... No caso, o jogador que fez o gol contra... Ele continua no clube?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR (Para expor.) – Não.

Na segunda-feira, pela manhã, eu estava no clube para assinar alguns papéis. Ele me procurou, a gente conversou lá, e resolvemos que ele não continuaria. Na segunda, cedo, ou seja, no dia 3 de junho, ele já foi embora para casa.

Era para ele ter feito atestado demissional, para que pudesse dar baixa na CLT, assinar a rescisão, e ele saiu sem fazer isso e foi embora para casa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele mesmo procurou o clube e se desvinculou?

O SR. ROBERTO AVATAR – Sim, na segunda, pela manhã.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é um fato estranho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito estranho. Sinistro.

A demissão do técnico Estevam, decisão tomada na reunião de vocês, de que o senhor participou e comandou no domingo, significou o quê? Desconfiança de que ele poderia também estar envolvido ou em hipótese alguma isto?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, não é desconfiança, não, Jorge. A situação... Como ele tinha sido contratado pela empresa gestora em que o CEO é o Anderson Ibrahim, pelo que a gente teve conhecimento, o salário dele, para nós, lá do Clube Atlético Patrocinense, era alto. Então, nós não tínhamos como bancar esse salário. Então, no domingo mesmo, à noite, nós o procuramos. Eu, pessoalmente, o procurei no hotel onde ele residia e deixei para ele que nós estávamos rompendo com ele, justamente por não poder continuar com o trabalho dele lá no CAP.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu tenho uma curiosidade. Por exemplo... A Polícia Federal, que está investigando esse caso.... No caso, assim... O gol contra... Com certeza, é um jogador que está sendo investigado, certo?

O SR. ROBERTO AVATAR – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os outros dois gols, que foram de jogadores diferentes, com certeza não estarão investigados porque eles fazem o papel de fazer o gol. Quais seriam os outros jogadores que estariam dentro dessa investigação? Você sabe disso? Sabe de alguma coisa, Presidente, sobre isso? No caso do Patrocinense.

O SR. ROBERTO AVATAR – Lá, nos autos do processo, constam quatro atletas. Um, inclusive, é da cidade de Patrocínio. Pelos desígnios do destino, caiu sobre ele, que ele foi...

O primeiro clube dele, oito anos atrás, quando ele tinha 22 anos, foi lá em Tanabi, mas é um menino que eu conheço há anos e tenho certeza de que isso, por ele...

No momento do jogo, ele era um extrema e estava improvisado de lateral direito, Romário. Então, não sei por que colocaram ele nesse processo.

Por esse, sim, eu ponho a mão no fogo, Kajuru, porque ele não tem nada a ver com esse processo, e vai ser comprovado que essa coincidência de ele ter sido o primeiro contrato profissional na cidade, na mesma cidade do Anderson, não tem nada a ver com o que aconteceu lá esse ano.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Uma outra curiosidade...

Tem outra?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Pode ir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Sr. Anderson Ibrahin Rocha, que deveria estar aqui hoje, mas justificou – e espero que ele cumpra a sua palavra de que estará aqui em agosto e saúde à sua esposa – disse à imprensa que a empresa dele, a Air Agenciamento e Marketing Ltda., também conhecida como Air Golden, tomou a iniciativa de notificar o Clube Atlético Patrocinense no dia 31 de maio, antes, portanto, do jogo suspeito, para cobrar cláusulas que não estariam sendo cumpridas desde o início da parceria, em abril.

Houve ou não, Presidente Avatar, essa notificação?

O SR. ROBERTO AVATAR – Essa notificação deles ou... Qual que é a data aí, por favor?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Repita a data para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– A data? Confirmo aqui para ti agora.

É 31 de maio.

O SR. ROBERTO AVATAR – É 31 de maio.

Não, não, aqui ó, aqui ó.

Leia aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– Eu não consigo pela visão, olha o tamanho da minha letra. Minha letra é 52, Presidente.

O SR. ROBERTO AVATAR – Patrocínio, 20 de maio. Então, foi antes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– Então aqui ele mentiu, ué?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, não, não. Essa é a dele. Essa é a dele. A nossa aqui, no dia 20 de maio.

Na época, o Ronaldo Corrêa, ainda Presidente, fez uma notificação extrajudicial...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– Contra ele?

O SR. ROBERTO AVATAR – ... contra ele, pelos não cumprimentos do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– Ah, então ele é que não estava cumprindo.

O SR. ROBERTO AVATAR – É. Aí, depois, para ele ter algum documento, ele também fez a mesma coisa contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)

– Depois de vocês é que ele entrou com outra ação?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – A nossa foi no dia 20 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E a dele, 31.

O SR. ROBERTO AVATAR – E ele, uma semana depois, colocou a dele.

Foi justamente para tentar quebrar essa notificação que a gente tinha feito para eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então, é por essa e outras que o senhor, realmente, não põe a mão no fogo por ele?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, porque eu não conheço. Já o atleta de Patrocínio, que nós comentamos aqui, eu conheço. Aí, por esse sim eu ponho a mão no fogo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Entendi.

Aqui, ainda sobre esse assunto, o Sr. Anderson Ibrahim Rocha declarou que, além de não responder à notificação extrajudicial, o Patrocinense publicou, três dias depois, o documento comunicando a quebra de contrato entre as partes, e, segundo ele, sem nenhum embasamento no próprio contrato.

A cronologia e os fatos apontados por ele são verdadeiros ou falsos?

O SR. ROBERTO AVATAR – São falsos, porque nós estamos comprovando.

Nós temos uma notificação anterior a dele. Ele fez essa contranotificação justamente para tentar quebrar essa aqui, caso o contrato fosse rompido. É o que aconteceu no dia 2 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Presidente, como curiosidade, o senhor acompanhou tudo o que foi denunciado até agora pelo CEO do Botafogo do Rio, o americano John Textor?

O SR. ROBERTO AVATAR – Eu não vou te falar que tudo, mas, superficialmente, a gente, que participa do futebol toda hora, está sabendo de alguma coisa sobre essa denúncia do John Textor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Com a experiência que o senhor tem em futebol, o senhor acredita que, de tudo o que ele trouxe a público até agora, algo poderá ser verdade e nos mostrar provas – não só a nós como à Polícia Federal, ao Ministério Público – irrefutáveis?

O SR. ROBERTO AVATAR – Kajuru, sinceramente, até que se prove o contrário... Ele está falando de equipes que...

No Brasil, a gente não tem como...

Primeiro, pelo poder aquisitivo deles, eles têm condições de fazer equipes melhores do que as outras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. ROBERTO AVATAR – Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– No caso, você fala de Palmeiras, São Paulo?

O SR. ROBERTO AVATAR – Palmeiras, Flamengo, São Paulo, são equipes que estão lá em cima. Aí você pega uma denúncia dele de que São Paulo e Palmeiras fez jogo de compadre. Que dia que lá em São Paulo vai ter isso? Você que morou muito tempo lá...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu, com 50 anos de carreira, não consigo imaginar, jogadores que ganham um milhão por mês, não é?

O SR. ROBERTO AVATAR – Então, primeiro a gente tem que ter consciência e noção das coisas, porque os clubes que mais investimento têm, eles têm condição de fazer equipes melhores. Então, nós que estamos lá embaixo, temos que, como se diz, dançar conforme a música. Se eles são melhores que a gente, a gente tem que procurar de outras formas tentar equilibrar dentro das quatro linhas, porque de fora não tem nem como brigar com o Flamengo, com o Palmeiras hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, e o Botafogo também, daqui a uns dias vai ser alguém falando que ganhou o jogo dessa forma, porque ele está montando uma equipe que hoje é superior às demais, então, a gente tem que ter noção disso. Se a equipe dele ou do Flamengo ou do Palmeiras for melhor, que vença. Ficar procurando fantasma onde não existe, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito, entendi a sua resposta.

Eu queria apenas dar aqui uma informação importante, no dia de hoje, ainda sem trazer tudo a público, mas, no mais rápido possível, nós vamos obter autorização para divulgação: agradecer à Receita Federal e à Polícia Federal, que nos entregou um material farto de contas bancárias, de envolvimento de pessoas, de conversas gravadas. Então, esta CPI só pode agradecer realmente a esses outros órgãos responsáveis. Eu conheço pessoalmente o Diretor da atual Polícia Federal, para mim é o melhor que eu conheci até hoje, e olha que eu conheci vários, o Dr. Andrei, confio no trabalho dele, de cada superintendente dele em cada estado, escolhido por ele e também, na época, como Ministro da Justiça, por Flávio Dino.

Então a gente pede o mesmo à CBF, ao Presidente Ednaldo Rodrigues, que não tem faltado com nenhum pedido feito por mim, como Presidente desta CPI, como a central de denúncias, que ele voltou a me avisar, ontem à noite, que o jurídico já entendeu como que ela tem que ser aberta e o mais rápido possível estará à disposição de qualquer torcedor, de qualquer dirigente, o que eu acho que é fundamental, foi um pedido nosso aqui, começou com o Senador Carlos Portinho. Quando ele falou, eu disse "Portinho, eu vou entrar com o ofício agora", ele, "parabéns, Presidente". Entrei, então nós vamos ter essa central, que eu acho que é fundamental, o seu advogado está aqui, com a cabeça, assinalando que concorda, que é fundamental para o futebol brasileiro.

A CBF exigir dos clubes, não sei se o senhor, como Presidente, concordaria. O Presidente do Londrina, na semana passada, disse que iria fazer imediatamente contratos com os jogadores tendo uma cláusula sobre envolvimento em manipulação de resultados de futebol, uma cláusula de que ele teria uma punição rigorosa caso isso acontecesse. O senhor, como Presidente da Patrocinense, acha que, a partir de agora, em função deste escândalo que veio a público, todo clube deveria aceitar uma sugestão da CBF para que os contratos tivessem essa cláusula?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – Kajuru, eu acho que nem precisaria ter essa cláusula.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu também acho.

O SR. ROBERTO AVATAR – Eu acho que nem precisaria ter essa cláusula. A primeira coisa, quando você faz algo de errado, é você ser punido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. ROBERTO AVATAR – O clube, quando erra com um atleta, tem muitos aí que não pagam FGTS, não pagam INSS, não pagam décimo terceiro, é punido. Agora, o atleta que erra tem que ser punido também.

Eu acho que a lei, em geral, teria de ser bem ampla, falando assim: "Não, você fez, você participou, então você já está banido do futebol", porque eu acho que isso brinca com o sentimento de todo brasileiro. A gente, que é torcedor, quando você ouve um caso desse aí de manipulação de resultado, a gente fica muito triste, porque a gente que milita no meio do futebol... O que a gente mais luta é para que, dentro das quatro linhas, haja um embate justo, honesto para os dois lados. Quando acontece isso, eu acho que tem de ser, sim, punido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito. (*Fora do microfone.*)

Perfeito, entendi claramente a sua resposta.

O Senador Chico Rodrigues, voz respeitada da nossa amada Roraima, é integrante desta CPI de Manipulação de Jogos e Apostas. Estou aguardando o Senador Carlos Portinho, que disse que estava chegando rapidamente – ele deseja fazer perguntas ao senhor. Eu confesso, como um jornalista de cinquenta anos de carreira, o que eu mais aprendi na minha vida, no rádio e na TV, foi sabe o quê? Encher linguiça. (*Risos.*) Entenderam? Então, eu abria uma transmissão meio-dia e o jogo começava às 5h da tarde. Então você entrevistava uma pessoa e você não tinha mais nada para perguntar para ela, que é o caso aqui. (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu, por cortesia a um amigo que eu tanto respeito, que deveria estar aqui no começo da reunião, como o Kajuru, que chega meia hora antes de começar... às vezes eu chego antes do secretário aqui, mas o Portinho tem os seus motivos. Então, Portinho, chegue logo, por gentileza, porque a linguiça já foi enchida demais.

Desculpe a sinceridade *à la* Kajuru, mas tem uma curiosidade importante que, para um Presidente de clube com experiência, é interessante a gente conhecer aqui, com o Brasil inteiro nos acompanhando: Quais outros jogos que o senhor viu, nas Séries A, B, C e D, ou em campeonatos estaduais, que o senhor falou assim: "Opa, gol estranho"?

Porque eu, como jornalista e como Presidente desta CPI, eu vi alguns jogos – para não dizer vários – daquelas 109 partidas que a Sportradar, empresa contratada pela CBF, nos apresentou, como suspeitas de manipulação, com aquele jogo Londrina e Tombense, por exemplo... o seu advogado deve ter visto o jogo, viu? Aliás, o nome do senhor advogado por fineza?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Dr. Bruno.

Além desse jogo, eu vi outros jogos da Série C e D, com gols como aquele contra aqui. O senhor também viu?

O SR. ROBERTO AVATAR – Jorge, o que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Estou gostando de me chamar de Jorge, porque Jorge quem me chamava era Sandra Bréa, Adriane Galisteu; hoje me chama um homem. *(Risos.)*

O SR. ROBERTO AVATAR – O que a gente ouve muito falar não é em gols, mas sim em cartão, cartão amarelo, cartão vermelho, escanteios, porque isso tudo aí... tem jogos que você vê lá que o cara, como se diz, pode dar um bico lá para frente, joga lá e quase faz o gol contra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO AVATAR – Então, são muitos os fatos que acontecem que a gente pensa: gente, será que isso é verdade? Mas, é igual a gente está falando, a Sportradar... Em 2022 e 2023, eu era o Presidente do Clube Atlético Patrocinense, disputei a Série D e, na primeira conversa que eu tive com o Presidente da CBF, ele falou que tinha essa empresa que pesquisava, e eu falei assim: "É a melhor coisa que tem para o futebol"...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. ROBERTO AVATAR – Porque, quando se tem alguém que fiscaliza, se você tem pensamentos turvos de fazer alguma coisa errada, você vai pensar duas vezes. E o atleta, pode ter certeza que uma hora a casa dele vai cair, se ele estiver fazendo coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim, claro.

O SR. ROBERTO AVATAR – O senhor citou o lance do Londrina e Tombense. Eu sou amigo do Lane. Na época, nós ainda conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O Lane é o Presidente do Londrina?

O SR. ROBERTO AVATAR – Não, do Tombense.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Desculpa, do Tombense, perdão.

O SR. ROBERTO AVATAR – Se eu não me engano, o último jogo do Joseph foi lá em Patrocínio. Aí, depois disso, no dia em que foi jogar, foi numa quarta-feira à noite, acho que já tinha saído nas mídias que ele estava sendo investigado. Eu falei assim: "E aí, Lane?". Ele falou assim: "Não, nós vamos afastar ele e conversar com ele sobre isso aí para ver o que é de verdade". E parece que depois ele mesmo confessou que tinha feito isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para deixar claro aqui, eu, em nenhum momento, desqualifico as denúncias feitas pelo CEO do Botafogo do Rio, o John Textor; eu espero apenas mais provas e não só indícios. E insisto naquela tese, que é minha, que é do Portinho, que é do Vice-Presidente Eduardo Girão: se ele trouxer 1% de provas cabais, irrefutáveis, ele já estará fazendo um trabalho de contribuição para que esse escândalo seja desmascarado totalmente e que o futebol brasileiro não seja manchado.

Bom, o Senador Eduardo Girão, como Vice-Presidente, pode sempre se sentar ao meu lado, mesmo que o Romário esteja aqui. Ele, sempre, nunca deixa de chegar. Agora, o nosso Portinho teve um compromisso externo e parece que ele não vai chegar a tempo. E eu estava brincando aqui: você sabe o que é uma entrevista, como Presidente do Fortaleza? Tem hora em que a entrevista acaba, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí o jornalista enche linguça. Eu falei: eu estou enchendo linguça aqui. Eu não tenho mais perguntas para fazer, porque ele esclareceu tudo aqui a nós.

Então, queria saber, Senador cearense, queridíssimo, em Fortaleza especialmente, se o senhor tem alguma observação a fazer, se o senhor tem algum requerimento, porque, daqui a pouco, nós temos um extrapauta muito importante, que o senhor vai com certeza apoiar, em função do convidado ausente de ontem, aquele conhecido como empresário.

Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Senador Kajuru, Presidente desta Comissão, queria cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela sua condução; também cumprimentar o Dr. Roberto Avatar, que é Presidente do Clube Atlético Patrocinense de Minas Gerais; seu advogado aqui presente, Dr. Bruno – seja muito bem-vindo.

Eu tenho aqui alguns questionamentos para fazer rapidamente – sei que a gente vai ter uma sessão deliberativa; e eu já quero consignar meu voto a favor do requerimento que o senhor vai fazer aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Romário e eu agradecemos.

E eu lá tinha dito, na reunião – todos aqui ouviram –: "Podem ter certeza de que o Senador Girão e o Senador Portinho vão apoiar".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, pronto.

Então, assim, nós estamos numa semana, Dr. Roberto, que é uma semana um pouco atípica, com muitas deliberações, porque vamos ter um recesso de 15 dias a partir da próxima semana. Deve ser – o Presidente falou ontem – presencial, mas a gente vê uma possibilidade de que seja semipresencial. Então, desculpa essa correria de ir e voltar. Nossa equipe está aqui, o Roberto. É uma semana também atípica – e nada acontece por acaso na vida.

Eu assisti, com muita tristeza, àquela partida do Brasil com a Colômbia, sendo eliminado nas quartas. E eu fiquei extremamente preocupado e acompanhei uma fala do nosso Presidente Kajuru, quando ele disse que... Até para preservar o atleta – e o senhor lida com o atleta no dia a dia. Eu também fui Presidente do Fortaleza, em 2017, Dr. Bruno. Eu sempre procurei ter contrato com os atletas e, de minha parte, no Fortaleza, tive toda a reciprocidade em termos de ética, em termos de correção, tudo que foi compromissado de lá para cá, daqui para lá, foi tudo cumprido. O respeito é a regra da boa convivência.

E com a eliminação do Brasil, eu vejo os sinais – procuro observar – e vi que, por exemplo, até para preservar o atleta Paquetá, eu vejo que a CBF deveria tê-lo afastado. Quem entende um pouco de futebol via o atleta perdido em campo, com o psicológico abalado, é natural, qualquer um de nós. Então, para que ele pudesse se dedicar à defesa dele, sem nenhum tipo de pré-julgamento, apesar dos indícios serem fortes...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas a CBF não teve essa sensibilidade, o que passa uma mensagem para a população brasileira muito perigosa no momento de inversão de valores que a gente está, tipo assim: "Isso é bobeira! Ética? Não, deixa para depois da Copa América". Então, está aí o resultado, e tudo é aprendizado para a gente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aliás, você profetizou isso antes do jogo, numa conversa nossa no Plenário. Eu até dei um exemplo ontem – você estava ausente ontem porque você usava a tribuna do Senado... O Senador Girão, Vice-Presidente desta CPI, e o Presidente Avatar, aqui, que é mineiro, deve se lembrar muito bem de um Presidente que para mim fez história: o Presidente da República Itamar Franco, de Juiz de Fora, Minas Gerais.

O Itamar fez exatamente isso com o seu melhor amigo, o Ministro Hargreaves, que foi acusado de corrupção. O Itamar o convidou e falou: "Você está demitido, prove a sua inocência e você voltará". Ele agiu assim, e o Hargreaves provou meses depois e voltou. Ou seja, esse exemplo do Itamar deveria servir para todo mundo, inclusive nesse caso, em que você e eu temos a mesma opinião quanto ao Paquetá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente. Agora que terminou a Copa América, há um requerimento meu, que este Presidente teve a coragem de colocar para votar, para a vinda do Paquetá aqui para explicar. Espero que agora não tenha mais justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro que não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como tem também, e, Presidente, eu lhe agradeço, mais uma vez, por ter colocado – infelizmente vai ter que ser depois ...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do recesso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... do recesso a vinda de um dos depoimentos, que eu considero um dos mais importantes que vieram nesta CPI, que foi sobre a questão da denúncia – uma denúncia de propina –, em que esteve aqui o Dr. Manssur falando nome, sobrenome, e a gente precisa ouvir o Presidente da associação – também sem pré-julgamento –, para saber de onde é que saiu esse pedido? Como é que foi? Se é do Deputado? Enfim, a gente precisa ir até o fim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É isto que a população brasileira espera de nós: não fazer como a Câmara dos Deputados fez, que foi transformar em pizza. E o senhor tem dito: "Comigo não vai ter pizza aqui. Esta CPI não vai entrar para isso, eu não vim para esse tipo de coisa", e eu estou junto com o senhor por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Nem isso nem denúncia de suspeita de achaques, como aconteceu na Câmara Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Aqui nesta CPI do Senado, não acontecerá isso de forma alguma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Porque eu ponho a mão no fogo por cada um dos membros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Senado pode justamente conseguir fazer, através do trabalho de todos nós, com que o que está embaixo do tapete possa vir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é? Pro bem do futebol, pro bem do Brasil.

Então, eu não vou fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com o que o senhor colocou, estou satisfeito, está certo? E vamos pra votação do requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito.

Agradeço ao Senador Eduardo Girão, nosso Vice-Presidente desta CPI.

E, já liberando o nosso querido Presidente do Clube Atlético Patrocinense... Depois, fora do ar, eu lhe falo da família que conheço lá em Patrocínio, pra você mandar um abraço, que eu tenho certeza que você conhece todos, e a toda a cidade. E tenho certeza que sobre qualquer outra dúvida que tivermos, poderemos conversar contigo. E tenho certeza que, se necessária a sua volta aqui, também podemos contar contigo.

Um abraço ao seu advogado, o Dr. Bruno, muito gentil, aqui a seu lado.

E muitíssimo obrigado pela sua presença. Eu o considero liberado, porque eu sei que o senhor tem voo de volta e depois ainda tem viagem até Patrocínio.

O SR. ROBERTO AVATAR (Para expor.) – Jorge, eu que quero agradecer o convite, que partiu de vocês aqui, porque você pode ter certeza que, mais do que ninguém, o Clube Atlético Patrocinense quer que se esclareçam esses detalhes desta CPI que você está presidindo. Você pode ter certeza que, quantas vezes eu for convocado, aqui estarei.

E você pode ter certeza que Patrocínio está em polvorosa. É uma cidade pequena; na hora que se falou que o Roberto Avatar viria a Brasília participar de uma CPI no Senado, todo mundo ficou em polvorosa.

Mas a gente está aqui pra deixar bem claro que o Clube Atlético Patrocinense, um clube de 70 anos, não tem nada a ver com essa investigação. E o que for preciso ele fazer pra que seja inocentado o seu nome, ele fará. Então, quantas vezes você me convidar, eu estarei aqui com maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu sei que a nossa audiência lá em Patrocínio neste momento deve estar enorme.

O SR. ROBERTO AVATAR – Bombando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Bombando, como o senhor colocou. Pode ter certeza, cidade de Patrocínio, que eu tanto gosto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a que quero bem, que o Presidente Avatar sai daqui com a maior credibilidade, especialmente com as perguntas feitas pelo Relator Romário e por mim. Ele não deixou nenhuma dúvida, nada paira sobre a sua integridade e principalmente a da instituição Patrocinense.

Aqui o que cabe a nós agora é questionarmos tudo sobre os dois lados, é o dois em um de que falamos: o diretor de futebol, neste episódio do jogo em que a Polícia Federal investigou e obteve resultados sobre o que ela observou, e de que nós vimos aqui imagens... Eu não sei se você chegou a ver o gol contra, que pra ele foi um escândalo, para o Presidente e para todos nós, não é? E ele também falou do primeiro gol. Então, dos três gols, ele falou de dois, o Presidente, no momento aqui do começo da oitava.

Portanto, a cidade pode ter certeza que o senhor sai daqui absolutamente como o senhor é: limpo. Vamos esperar que o Sr. Anderson Ibrahin saia daqui também da mesma forma e que ele nos traga provas, porque pairam dúvidas sobre ele e sobre a empresa dele, que é do interior de São Paulo, de Tanabi, especificamente neste jogo do Inter de Limeira contra a Patrocinense.

Presidente, vá com Deus! Deus e saúde pro senhor, pra a sua família. MUITÍSSIMO obrigado.

Dr. Bruno, também, Deus e saúde pro senhor, pra sua família. Muito obrigado, tá?

Bem, senhoras e senhores, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do seguinte requerimento:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 94/2024

Convoca o senhor Anderson Ibrahin, representante da empresa Air Golden, para comparecimento perante CPIMJAE.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Requerimento 94/2024, de autoria minha e do Relator Romário.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será para o mês de agosto, imediatamente após o recesso, ou seja, estaremos de volta dia 5 de agosto. A gente pode já marcar dia 6 de agosto, terça-feira, a nossa primeira reunião. Concordam?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Concordo. Eu só peço ao senhor, assim, dentro da linha de prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, claro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que a gente aprovou, o presidente da associação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estou dizendo: a partir de 6 de agosto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A partir, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não dia 6. Certo?

Então, aprovado o Requerimento 94/2024.

Agora, atenção, Brasil: tendo em vista a ausência injustificada do Sr. William Rogatto ao depoimento agendado para ontem, depois da sua mentira descancarada, em gravação no Instagram – o vídeo está aqui, à nossa disposição –, onde ele falou que jamais conversou com o Secretário nosso, Marcelo, que é eficiente, que provou a nós, ontem, na conversa no WhatsApp.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu li, na íntegra, cada pergunta, cada resposta. Temos confiança absoluta no Secretário Marcelo, e é evidente que eu não tenho confiança nenhuma nesse sujeito. Perfeito? Ele já mostrou quem ele é, tanto que ele está com medo, ele tem culpa no cartório, e, em São Paulo, se fala que o caso dele é antigo, é desde o Campeonato Paulista. São coisas graves. Então, ele foi agendado para ontem.

Eu consulto o Plenário se estão de acordo sobre esta CPI acionar a Advocacia do Senado Federal para adotar as providências cabíveis, decorrentes e relativas ao trabalho investigativo desta CPI, relacionado ao Sr. William Rogatto, visando, inclusive, ao seu comparecimento em data posterior, a ser agendada na forma da lei. Nunca deixaremos de cumprir a lei, mas, pela lei, é aquilo que o Senador Portinho falou ontem: agora ele terá que vir debaixo da vara, ou de vara. Ou seja, ele não quis vir por bem; então, que venha do outro sentido.

Portanto, quem concordar permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Gostaria de agradecer a todos os amigos e amigas Senadores desta Casa e integrantes desta CPI, agradecer às assessorias. As assessorias, de minha parte: os craques, a Carol da Luz, a Luma Paschoalato e o Roberto Gonçalves; do Gabinete do Senador Romário, também craques: Wester, Flavio e Vicente; do Gabinete do Vice-Presidente desta CPI, Senador cearense amado em todo o estado, especialmente em Fortaleza, onde sempre vou lá... E não é porque eu fico na casa dele que eu estou falando isso, não; é porque eu conversei com cearenses na praia, em restaurantes, e eu não vi nenhuma pessoa falar mal dele. E, se falasse, eu também não iria falar publicamente, mas iria falar para ele: "Ó, teve um taxista lá que falou que não vota em você!". Mas, graças a Deus, eu só ouvi falar de gente que vai votar para Prefeito nele, amigo meu, irmão meu, Eduardo Girão, que tem como eficientes assessores o Chico e o Roberto. O Chico é aquele que, vocês sabem, acabou com um casamento meu no Plenário do Senado, onde, alto, diante de minha noiva, ele gritou: "Fala, Kajuru mulherengo!". Simplesmente acabou com o casamento meu. *(Risos.)*

Mas, no mais, ele é muito competente.

Da Liderança do meu histórico PSB, a Olga, ao Santi e ao Carlos outros craques; do gabinete do Senador Portinho, a craque sempre presente, a Fran Vieira; agradecer aos advogados do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, o Dr. Octávio, o Dr. Marcelo Cheli, a Dra. Bárbara Rodrigues, que agora vão ter uma missão importantíssima... Eu queria lhe dar consciência disso, já iria lhe passar até para sua assessoria acompanhar, Senador Eduardo Girão: nos chegaram informações fortíssimas da Receita Federal e da Polícia Federal sobre envolvimento de gente graúda – perfeito? –, com contas bancárias, com conversas gravadas. Eu acho que nós temos agora um material aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que precisamos agarrá-lo 24 horas por dia.

E também aos Consultores do Senado, craques Luciano, Tiago Ivo e Vinicius.

E evidentemente, por fim, aos servidores, que raramente eu vi em uma Comissão de CPI desta Secretaria, formada pelo Marcelo Lopes, o Henrique Cândido e o Gabriel Udelsmann.

E também aos policiais do Senado, sempre atentos, que são meus amigos queridos: o Itamar e o Braga. Um deles tem um apelido que eu não posso falar publicamente, gente, é sobre a sua boca: não posso falar, é brincadeira. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, antes de você encerrar, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hoje é o dia do aniversário de um grande radialista, uma lenda do nosso Estado do...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do Ceará?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... Ceará, que é o Júlio Sales.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim, eu conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Júlio Sales, que é paraense, mas vive no Ceará há décadas e está lá na Rádio Assunção, fazendo toda a coordenação do trabalho esportivo e gosta muito de você. E o Júlio, embora ele tenha mais identificação com a torcida do Fortaleza, todos gostam dele, acompanham os jogos, e a população tem um apreço muito grande. E hoje está fazendo 83 anos! Está lá diariamente trabalhando nos programas e narrando futebol. Eu sou muito grato ao Júlio, é um amigo pessoal que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Com 83...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São 83 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Nenhum narrador esportivo chegou a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É uma façanha!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe o que Kajuru está falando aqui, Júlio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O que chegou mais foi o Jorge Curi, da Rádio Globo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– ... que morreu em acidente de trânsito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a graça de Deus, Júlio, do jeito que está, jovem, com a família maravilhosa, ele vai a mais décadas. Que Deus o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

abençoe, Júlio! Sabedoria, paz, saúde, harmonia para você, para sua vida! Feliz aniversário! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Deus e saúde para você, querido, e para família, Júlio! Um grande abraço!

Então, não havendo mais nada, eu declaro encerrada esta reunião, desejando também Deus e saúde a todos e todas que nos acompanharam pelos veículos de comunicação já citados inicialmente nesta reunião, e, a todos e todas presentes aqui, até a nossa próxima reunião.

E continuamos à disposição do Brasil inteiro para denúncias, para o que vocês puderem nos ajudar, como estão fazendo a Receita Federal e a Polícia Federal.

Agradecidíssimo!

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Carlos Portinho e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Marcio Bittar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2024** que: "Convoca Camila Silva da Motta, na condição de investigada." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2024** que: "Convida Pércles Bassols, ex-árbitro de futebol e integrante da equipe do VAR da CBF, a prestar depoimento em CPI, na qualidade de testemunha." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida do Campeonato Brasileiro 2024 entre Flamengo e Fortaleza, ocorrida no dia 11/07/2024, às 20h00, no Maracanã-RJ" **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 98 de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida do Campeonato Brasileiro 2024 entre Atlético-MG e São Paulo, ocorrida no dia 11/07/2024, às 21h30, na Arena MRV, em Belo Horizonte-MG." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2024** que: "Requeiro o fornecimento de informações pela empresa SPORTRADAR AG, em relação aos alertas de suspeita de manipulação de resultados envolvendo partidas de futebol de campeonatos disputados no Brasil nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020e 2021, com suspeita de manipulação" **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 100 de 2024** que: "Requeiro o fornecimento de informações pela Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD) e pelo Departamento de Competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em relação aos alertas de suspeita de manipulação de resultados envolvendo partidas de futebol de campeonatos disputados no Brasil nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, com suspeita de manipulação." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da CPI da Manipulação de Jogos**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Apostas Esportivas nº 34, de 2024 que: "Requer sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre como o Estado está se organizando para combater a manipulação das apostas esportivas após a sua regulamentação no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas nº 79, de 2024** que: "Requer que seja convidado o Senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de para prestar informações." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva de Anderson Ibrahim. Finalidade:** Oitiva do Anderson Ibrahim, Representante da empresa Air Golden, em atendimento aos requerimentos 85/2024 e 94/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **3ª Parte - Oitiva de Wesley Cardia. Finalidade:** Oitiva do Wesley Cardia, Ex-Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias, em atendimento ao requerimento 27/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação do grupo Senado, TV, Rádio, Agência, e também o nosso agradecimento, por estarem sempre transmitindo, na íntegra, cada reunião desta importantíssima – e que fará história – CPI da Manipulação de Jogos e Apostas às rádios BandNews FM 90.7, Rede Novabrazil FM e TV Meio, em rede mundial de televisão.

Aqui, o roteiro para este dia 6 de agosto de 2024, hoje, terça-feira.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes, árbitros, auxiliares, enfim, empresas de apostas, corruptores e corruptos.

Havendo quórum, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, senhoras e senhores, nossos únicos patrões, se destina à apreciação de requerimentos e aos depoimentos do Sr. Anderson Ibrahim, representante da empresa Air Golden, nos termos do Requerimento nº 94/2024, e do Sr. Wesley Cardia, ex-Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias, nos termos do Requerimento nº 27/2024.

Passamos à parte deliberativa da reunião, destinada à votação dos Requerimentos 95 a 100/2024.

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco todos os requerimentos da pauta, que tratam de convites, convocações e pedidos de informações.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 95 a 100/2024.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 95/2024**

Convoca Camila Silva da Motta, na condição de investigada.

Autoria: Senador Romário

1ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 96/2024**

Convida Péricles Bassols, ex-árbitro de futebol e integrante da equipe do VAR da CBF, a prestar depoimento em CPI, na qualidade de testemunha.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 97/2024**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida do Campeonato Brasileiro 2024 entre Flamengo e Fortaleza, ocorrida no dia 11/07/2024, às 20h00, no Maracanã-RJ

Autoria: Senador Carlos Portinho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 98/2024**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, informações acerca da partida do Campeonato Brasileiro 2024 entre Atlético-MG e São Paulo, ocorrida no dia 11/07/2024, às 21h30, na Arena MRV, em Belo Horizonte-MG.

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE**ITEM 5****Requerimento Nº 99/2024**

Requeiro o fornecimento de informações pela empresa SPORTRADAR AG, em relação aos alertas de suspeita de manipulação de resultados envolvendo partidas de futebol de campeonatos disputados no Brasil nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020e 2021, com suspeita de manipulação

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE**ITEM 6****Requerimento Nº 100/2024**

Requeiro o fornecimento de informações pela Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD) e pelo Departamento de Competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em relação aos alertas de suspeita de manipulação de resultados envolvendo partidas de futebol de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

campeonatos disputados no Brasil nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, com suspeita de manipulação.

Autoria: Senador Carlos Portinho)

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos seguintes requerimentos:

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 7****REQUERIMENTO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS Nº 34, DE 2024**

Requer sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre como o Estado está se organizando para combater a manipulação das apostas esportivas após a sua regulamentação no Brasil.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Requerimento 34/2024, de autoria do Senador carioca Carlos Portinho, que solicita realização de audiência pública sobre como o Estado está se organizando para combater a manipulação das apostas esportivas.

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 8****REQUERIMENTO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS Nº 79, DE 2024**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidado o Senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de para prestar informações.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Requerimento 79/2024, também de autoria do Senador Carlos Portinho, que convida Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, a prestar depoimento nesta CPI, na qualidade de testemunha. *(Pausa.)*

Coloco para aprovação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovado os requerimentos e também os extrapauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem. É importante... Antes de iniciarmos a primeira oitiva com o Sr. Wesley, Senador querido amigo e exemplar Carlos Portinho, à disposição, por fineza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, meu querido Presidente, grande Senador Kajuru, Senador Romário, nosso Relator, saúdo aqui o Senador Girão e todos que nos acompanham.

Nesse recesso eu me debrucei sobre muitos dos requerimentos, cujas respostas já foram encaminhadas. Não esgotei ainda, naturalmente, a análise de todos, mas eu trago dois aqui, em especial, porque eu gostaria de dar transparência a esta CPI. E o primeiro deles que me causa alguma perplexidade e eu entendo que... E já fica o meu requerimento para, ao final desta sessão, em deliberação secreta entre nós, nós podermos avaliar que providências tomar.

Sr. Presidente Kajuru, a CBF mentiu para esta CPI. Ela não falseou, ela mentiu deliberadamente para essa CPI, o que eu lamento muito, porque, inclusive, a resposta por escrito foi assinada pelo Sr. Presidente da CBF, Presidente Ednaldo, e é muito sério isso.

Um breve relato. Eu fiz um requerimento, nós ouvimos aqui o Sr. Rômulo Reis, que foi o Oficial de Integridade da CBF. O oficial de integridade, ficou claro, é aquele que justamente recebe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os alertas das empresas de monitoramento, no caso a Sportradar. Só no ano de 2023, foram 109 alertas, e nos anos anteriores também – descobrimos nessa CPI, porque isso não foi ventilado na mídia – há outra centena, que justamente está lá para a gente se debruçar a respeito.

Mas a minha pergunta foi muito objetiva à CBF: depois do Sr. Rômulo Reis, a partir de 2023, quem foram os oficiais de integridade?; o nome e data de cada nomeação dos oficiais de integridade que atuaram na Confederação Brasileira de Futebol no período mencionado, posterior a 2022; documentação enviada à FIFA referente à nomeação e atuação dos oficiais de integridade mencionados – o Sr. Rômulo Reis disse que a nomeação desses oficiais de integridade tem que ser reportada à FIFA e à Conmebol. Então eu pedi a documentação que teria sido enviada à FIFA, após 2022, para o substituto do Sr. Rômulo Reis –; relação das partidas em que cada oficial de integridade atuou e o referido período.

Em breve resumo, a CBF, em papel timbrado – vou deixar à disposição de todos; é documento que está à disposição da CPI –, responde, abro aspas: "esclarece inicialmente que não existe determinação normativa de qualquer natureza que imponha às entidades de administração de futebol a manutenção de pessoas ou mesmo unidades administrativas para que exerçam atividades como oficial de integridade". Depois ela vem dizendo que criou em 2024... Nós soubemos, porque esteve aqui o Sr. Eduardo Gussem, que é o Diretor de Integridade. É um cargo até não exigido pela FIFA, que é a entidade maior do futebol, nem pela Conmebol, mas a CBF se diz na vanguarda por ter criado em 2024. Só que tem um lapso de 2022 a 2024, e nesse lapso, não à toa, 109 alertas de manipulação, e a CBF diz que não existe determinação normativa de qualquer natureza que a obriga a indicar um oficial de integridade. Ela não dá o nome, naturalmente porque não há, isso já está comprovado... Após o Sr. Rômulo Reis, em 2022, até pelo menos o Sr. Gussem, que virou Diretor de Integridade em 2024, não há nenhum nome, nenhuma pessoa indicada como oficial de integridade, e a CBF, para se safar da sua omissão, escreve com todas as letras que não há normativa de qualquer natureza.

Eu, que sou advogado esportivo, fui lá pesquisar na FIFA se realmente a FIFA exige que seja reportado o nome, se a Conmebol exige que seja reportado o nome de oficial de integridade. Como não há determinação alguma, de qualquer natureza, que obriga a CBF a indicar? E eu fui lá na página, no *site* oficial da FIFA, e encontrei. Veja que é uma preocupação antiga da FIFA. No que a gente está fazendo agora, já era para ser tomada a atitude de combate e fiscalização de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manipulação lá atrás: "Aos membros da FIFA, Circular nº 1.424", da FIFA, papel timbrado, em que ela inicialmente recomenda ações específicas para combater a manipulação de apostas em 2014; estamos em 2024. E ela, manifestando a sua preocupação, já antevendo o problema das apostas, até porque em 2009 houve um grande escândalo na UEFA, ao final escreve, abro aspas:

A fim de coordenar outras atividades relacionadas à luta contra a manipulação de jogos, convidamos todas as federações afiliadas [todas afiliadas] à FIFA a informarem à Divisão de Segurança da FIFA qual a pessoa responsável designada pela sua federação para atuar em todas as questões relacionadas à manipulação de partidas (conforme o item 1.3 das recomendações) por meio do *e-mail* integrity@fifa.org.

Então, a Circular 1.424 determina, a convite, mas é uma determinação, e era cumprida até 2022, tanto que o Sr. Rômulo Reis era o oficial de integridade, por muitos anos foi...

No item 1.3, da mesma circular, está escrito:

Designe um ponto único de contato ("SPOC")

As federações deverão nomear um ponto único de contato ("SPOC") como a pessoa responsável (como um inspetor, oficial de inquérito ou inspeções, e/ou o oficial de integridade) que atuará em todas as questões relacionadas à manipulação de jogos.

Então, Sr. Presidente, a FIFA está achando... A FIFA, não; a CBF deve estar achando que aqui tem algum neófito. Aqui tem um dos maiores jogadores de futebol do mundo, um dos maiores locutores, jornalistas de futebol do Brasil, um grande Presidente de um clube e um modesto advogado de direito esportivo, que bobo não é, pelo menos sabe ler. Então, como é que a CBF diz que não existe – eu sublinhei –, não existe determinação normativa de qualquer natureza? Como não? E essa circular de 2014, Circular 1.424, da FIFA, que determina que seja informado a ela o nome de um oficial de integridade, que é a pessoa com quem as empresas, a Sportradar, que é contratada da FIFA – da CBF, mas através da FIFA –, vão se comunicar, vão caminhar os alertas, que vai tomar providências com relação a esse alerta.

Conclusão 1: do período após o Sr. Rômulo Reis, em 2022 até 2024, com o Sr. Gussem – quando entrou, pelo menos –, não houve oficial de integridade, e pelo menos 109 alertas foram enviados pela Sportradar, acusando possível manipulação em partidas que a gente já viu da Série





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

B, Série C e Série D do futebol brasileiro. A CBF está brincando com um assunto sério. E conclusão 2: está brincando com esta CPI. É inadmissível o que o Presidente da CBF, Sr. Ednaldo – por quem eu tenho o maior respeito, mas ninguém aqui é palhaço –, escreveu e botou no papel, não foi de boca, não: que não existe nenhuma obrigação de qualquer natureza. Como não, se a FIFA está aqui, obrigando? Então, mentiu a CBF para esta CPI, o que é grave, e eu peço que, ao final, a gente, em deliberação secreta, discuta esse assunto para que a gente possa tomar providências, mas já consignando ao Relator que, no período de 2023, a CBF não cumpriu obrigação como afiliada à FIFA, e não havia nenhum agente oficial de integridade, o que é gravíssimo para o futebol brasileiro, para os clubes que investem a sério no futebol brasileiro e se sujeitam a pelo menos 109 alertas, sem ter na CBF uma pessoa indicada para atuar. Então, é mentira, está comprovado, e eu espero que, ao final, a gente possa deliberar.

Eu tenho mais uma outra questão, mas gostaria de ouvir V. Exa. antes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Insofismavelmente o assunto é sério, e cabe a nós quatro, ao final da reunião, com a devida independência desta CPI, tomarmos uma providência de como vamos agir diante deste fato que está absolutamente esclarecido, não paira nenhuma dúvida, é documento, perfeito? Então, não tem o que discutir.

Senador Eduardo Girão, Vice-Presidente da CPI, outro exímio Senador, atuante, está à disposição para falar. Por fineza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar também o Senador Romário, Relator desta CPI, que está dando o que falar, porque está fazendo um trabalho sério, está buscando fazer, sem poupar ninguém para buscar a verdade, com todo o respeito que todos merecem. Mas o que traz aqui o Senador Portinho é, ao meu modo de ver, muito grave, porque numa CPI pode acontecer tudo, menos mentira. Então, ele mostrou, comprovou aqui, com documento oficial, que realmente houve uma... Se faltou com a verdade a esta CPI em um assunto que é o tema central desta CPI, que é a manipulação de apostas esportivas.

E eu queria ir um pouco além. Eu já me manifestei publicamente, inclusive aqui, Sr. Presidente, que eu achei uma atitude muito ruim da CBF no momento em que nós aprovamos o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento para ouvir o atleta Lucas Paquetá, respeitando completamente, sem fazer prejulgamento ao atleta, mas os indícios são graves de manipulação esportiva desse atleta. A CBF não o afastou, resolveu manter o atleta concentrado, e, para mim, nada acontece por acaso, o resultado a gente viu na Copa América: o atleta desconcentrado – normal, ele tinha que estar concentrado na sua defesa. E todo mundo falando sobre o assunto. Acha que o quê? Que vai se botar debaixo do tapete? Acha isso a CBF? Então, o senhor foi tolerante, e eu o admiro, porque nós temos que buscar o equilíbrio. E o senhor disse: "Não, vamos deixar passar a Copa América". O senhor colocou sua opinião, discordava de manter o atleta concentrado, mas já passou a Copa América. Então, que, neste primeiro dia após o recesso, neste primeiro dia após a Copa América, em que nós estamos tendo aqui esta nova sessão da CPI, o senhor possa priorizar o convite ao atleta pra que ele possa explicar essa situação pra gente desses graves indícios que mancham não apenas o esporte, mas também o futebol brasileiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente, Senador Eduardo Girão. E a nossa assessoria já têm conhecimento da minha posição, como Presidente da CPI, e da posição do nosso Relator, o histórico Senador Romário.

É evidente que talvez ele prefira por videoconferência, em função de morar na Inglaterra. O que importa é ele ser ouvido. Não há como não ouvir, não há nada pessoal aqui, nada "pessoento", apenas que se esclareça... E ninguém aqui está condenando o jogador Paquetá de forma alguma.

Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria dar sequência também a outro requerimento e outra resposta da CBF.

Foi requerido à CBF que informasse, naquelas duas partidas em que John Textor acusou um alerta, um indício de possível manipulação... Nós o ouvimos aqui. Foi a partida Botafogo e Palmeiras no dia 1º de novembro de 2023 e a partida Palmeiras e Vasco no dia 27 de agosto de 2023: Palmeiras e Vasco, a questão da linha do impedimento; e Botafogo e Palmeiras, a expulsão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Adryelson. Eu pedi, em requerimento, que fosse informado, Senador Romário, pela CBF, qual o nome do observador do VAR.

A gente aprendeu que, na cabine, além do VAR 1, do VAR 2, do AVAR, tem um observador e um gerente de qualidade chamado *quality manager*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – São cinco, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E nós pedimos aqui, por requerimento, à CBF que informasse o nome do observador do VAR e o do *quality manager* que atuaram nessas duas partidas, que são chave, inclusive, dessa denúncia que motivou a abertura desta CPI. A CBF respondeu pela metade. Na verdade, ela respondeu que tinha, e – pasmem –, nessas duas partidas, o observador do VAR foi o Sr. Giuliano Bozzano, nas duas, por acaso. E não havia *quality manager*, ou seja, gerente de qualidade, nessas duas partidas, porque a CBF só trouxe aqui o nome do observador e ela diz: "Por isso, encaminham-se abaixo os dados pessoais do observador VAR e *quality manager* das partidas entre Palmeiras e Vasco, 27 de agosto, e Botafogo e Palmeiras, 1º de novembro de 2023, válidas pelo Campeonato da Série A de 2023. Observador do VAR, Giuliano Bozzano". Ou seja, para o nosso Relator constar do relatório: não havia *quality manager* nesses dois jogos denunciados, acusados, com alerta, vamos dizer assim, com indícios de manipulação pelo Sr. John Textor. Fica o registro.

Terceiro, foi requerido por mim que encaminhassem o mapa das câmaras das partidas Athletico Paranaense e Flamengo do dia 16 de junho de 2024 e de um outro jogo que eu já pego aqui... Perdão, já pego aqui. E eu fui ver o mapa de câmera.

Eu fiquei interessado na exposição que foi feita aqui na última audiência, e a gente inclusive viu o Manoel Serapião, pai do VAR, trazer aqui um lance da Série C, em que estavam marcando a linha de impedimento – vocês se lembram – e no meio eu falei: "Poxa, já não dá para enxergar mais nada!", porque o cara aumenta a resolução e perde qualidade na resolução, dá o *zoom* e perde qualidade. Estavam traçando, na Série C, uma linha de impedimento espírita, porque era impossível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos considerar, aquilo era a Série C. Aí, por acaso, esse jogo do Flamengo e Atlético Paranaense foi um jogo polêmico. E do outro jogo – eu não estou aqui agora à mão, mas também foi um outro jogo polêmico – eu pedi um mapa de câmeras. Está aqui o mapa, está à disposição de todos, como a resposta oficial da CBF.

Senador Kajuru, é muito sério, e a gente está levantando uma lama aqui nesta CPI. Nenhuma das câmeras, com exceção da câmara da linha do gol – e essa da linha do gol é da CBF, ela compra e ela coloca; das outras, a CBF se vale de quem estiver transmitindo a partida, qualquer um –, as outras câmeras não têm resolução 4K. Todas as câmeras da Série A do futebol brasileiro... Eu estou pegando por amostragem desses dois, duas partidas que valiam liderança, certamente, no campeonato, não era um joguinho da Série B, Série C. Todas as câmeras têm apenas a resolução HD.

Essa semana – eu até vou convidá-lo aqui –, o árbitro conceituado, Alfredo Loebeling, fez uma denúncia. Eu quero trazê-lo aqui – a gente vai fazer um requerimento, Senador Romário –, porque ele diz que o VAR comprado pela CBF é o mais barato, o *software* não é o mesmo usado na Premier League. Estão fazendo economia de porco, com todo o respeito. E isso se confirma, porque não é só o *software* que é o mais barato. A qualidade das imagens, a resolução não é suficiente, não é a mais avançada e não é suficiente para você ver, na hora em que você amplia uma imagem e vai traçar uma linha de impedimento, se o ombro é um ombro, porque há um *blur*.

Acho que você, Senador Kajuru, com todo o respeito, deve enxergar melhor do que as câmeras HD das transmissões, porque, na hora que aproxima, não dá para você ter a certeza. Isso aconteceu na partida também de Palmeiras e Vasco. Aquela discussão sobre a linha, que o Textor trouxe, aconteceu no jogo da Série C, que a gente viu. Impossível! Coitado do Romário, lá na Série D. Não quero nem ver do que é a câmera, deve ser de rolo. (*Risos.*)

Mas isso é muito sério, porque vocês viram que o *corner* que o Arrascaeta bateu ocasionou um gol, que foi anulado, algumas rodadas atrás, e mandaram voltar; ou seja, o VAR já se meteu no que não é óbvio, aquele lance não era óbvio. Nem eles conseguiam chegar à conclusão na cabine do VAR, e eles afirmaram que o Arrascaeta deu dois toques na bola. Para mim, ele chutou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a perna, mas não dava nem para ver, porque, na hora em que você amplia o *zoom* da imagem, fica nebuloso. E é assim que estão sendo tomadas as decisões do VAR no Campeonato Brasileiro!

Acordem, clubes de futebol do Campeonato Brasileiro! Estão ameaçando o produto. Isso é uma ameaça ao produto. A negação de que tudo isso está acontecendo é uma ameaça ao produto futebol, à integridade do resultado esportivo, vira discussão de mesa de bar dentro de uma cabine do VAR, porque a gente está vendo que não só, parece, o *software* não é o mais atualizado, como é na Premier League, como as câmeras não são com resolução 4K. E a gente está adivinhando a interpretação de lances, afastando o que é óbvio e discutindo sobre o que é duvidoso.

E, por isso, como você disse, Senador Kajuru, ao contrário – deveria ser a menor interferência e o maior proveito ao futebol –, é a maior interferência e o pior proveito ao futebol. É muito sério. O descaso que a gente está revelando da instituição CBF, com manipulação de resultado, com a ausência de oficial de integridade, com a ausência de *quality manager* nas partidas e com a ausência de uma câmera com alta resolução, que deveria ser a preocupação primeira dela... Ela deveria ter, no mínimo, seu equipamento – paciência! – vezes o número de jogos. Vai ter que investir, sim, ou então não usa o VAR, porque ele está atrapalhando, está prejudicando o futebol brasileiro. Está comprovado aqui.

E eu peço, Senador Romário, que essa questão também – até à sua assessoria – possa constar do relatório, porque está provado que a qualidade da resolução da imagem importa na decisão do VAR, ou melhor – o que deveria ser –, do árbitro de campo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apenas, Senador Girão, para corroborar – o Senador Portinho se lembra, o senhor também estava aqui, o Senador Romário, Relator, também –, eu fui ver as câmeras. E se lembram que eu dei...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Disso você entende.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, modéstia à parte, são 50 anos de televisão em carreira nacional.

E eu fiquei pasmo, porque um cinegrafista da TV Globo, meu amigo, falou: "Kajuru, as suas câmeras, no seu programa com a Leila do Vôlei de entrevistas, são altamente superiores". Eu jamais imaginava que a câmera não tivesse qualidade, porque isso é uma câmera que eu uso para entrevista cara a cara. Romário já foi entrevistado. Agora, você imagina uma imagem para um jogo de futebol? Porque a câmera fica na tribuna, fica atrás de um gol.

Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, em primeiro lugar, eu queria apenas fazer uma correção aqui para o meu amigo, com todo o respeito a ele, meu amigo Senador Carlos Portinho, porque, quando ele fala aí "economia de porco", alguém que torça pelo porco lá em São Paulo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pode estar achando: "Então, a gente tem que mudar o animal aí".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, pelo amor de Deus. Isso nunca passou... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu queria apenas dizer, meu querido Senador Presidente desta Comissão, Jorge Kajuru: nós estamos no Senado da República do Brasil e nós sabemos que um dos grandes patrimônios nosso é o futebol. É o primeiro esporte do brasileiro. Somos pentacampeões! E fazer economia de câmera? Tu estás de brincadeira. Com todo o respeito aos demais países, o melhor futebol do mundo, nato, é o nosso. Os clubes aí, deslanchando nas competições onde jogam. Está fazendo a entidade máxima do futebol economia de câmera? Isso é uma coisa que me surpreende como um desportista, como uma pessoa que gosta de fazer, de praticar esporte e de assistir. Ontem eu fiquei, até de madrugada, assistindo ao meu Fortaleza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, Presidente, até agora, eu digo pro senhor: o senhor está de parabéns. Eu quero repetir – uma coisa quando é bem feita, a gente tem que estar sendo justo –: o senhor está colocando todos os requerimentos pra votar. E hoje o senhor colocou um que não deu tempo de a gente votar antes, porque foi ali no período do recesso, de um lance escandaloso que mostra que as imagens continuam... Cada vez que a gente puxa isso, está deixando claro que essa CPI está cumprindo o papel, escancarando que não temos transparência nas imagens que são mostradas para o público e para os próprios árbitros dentro do campo.

Continua, agora, no Campeonato de Futebol Brasileiro, agora, Série A, no jogo entre o São Paulo e o Atlético Mineiro, naquele lance do jogador Paulinho, do time mineiro, envolvendo ele, que mudou completamente o resultado da partida. O ângulo que mostrava o lance não foi mostrado nem para o público e nem, pelo que se pôde notar, para o árbitro do campo, assim como no jogo Flamengo e Fortaleza também, em um lance, lá no Maracanã, 34 minutos do primeiro tempo, onde o Pedro recebeu uma entrada na área, avançou em direção ao gol, ele ensaiou a finalização e caiu após suposto contato com Pedro Augusto, que é do Fortaleza. Isso gerou uma repercussão nacional, porque também pelas imagens não foi mostrado o toque. Então, será que tem outra imagem que não foi mostrada?

Por isso que o senhor aprovou aqui – e eu quero lhe agradecer –, nós aprovamos, esse requerimento para que a gente possa ouvir com muito respeito exatamente os integrantes, principalmente aqui o árbitro Péricles Bassols, ex-árbitro de campo e atual integrante da equipe de arbitragem do VAR, para que ele possa explicar para a gente exatamente se isso vai continuar acontecendo no futebol brasileiro, porque, em meio a tantas denúncias de manipulação e tudo, a gente precisa fazer o dever de casa, o feijão com arroz, o básico. E o VAR eu acredito que seja importante para o futebol.

Eu tive até, no primeiro momento, assim: poxa, mas isso aí vai atrasar... a vibração do... Mas é justo se for aplicado corretamente, com tecnologia alta...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que é o que o Brasil merece, que é o que o futebol brasileiro merece.

Então, Presidente, parabéns mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso! É nossa obrigação, Senador Eduardo Girão.

Apenas para comunicar à opinião pública brasileira, especialmente à sociedade do futebol, que a nossa CPI terá a prorrogação de mais 30 dias. O Presidente do Congresso Nacional e deste Senado, Rodrigo Pacheco, foi compreensivo de entender a situação do Rio Grande do Sul, que fez com que a gente adiasse algumas reuniões, também a questão do recesso parlamentar e, pela expressão lá de Cajuru, no interior de São Paulo, de mamãe, pela fartura de novas denúncias que estão chegando e de acontecimentos.

Eu não sei se aconteceu com o seu glorioso América, Presidente Romário, mas eu tenho visto que este Campeonato Brasileiro, para concluir essa abertura de pauta extra, esses assuntos... Eu nunca vi antes tantos gols nos acréscimos. É uma coisa impressionante! E o que está acontecendo em alguns jogos, que eu vou apresentar a vocês aqui na nossa reunião de amanhã?

Mais uma vez essa CPI mostra a diferença dela no que tange à vontade de trabalhar: duas reuniões por semana – perfeito? –, nós que já fizemos reuniões até nas segundas-feiras.

Gente, o juiz aponta sete minutos de acréscimo. O que que ocorre? Ele passa mais três minutos, e um time vai e faz um gol: 2 a 1. Isso é muito grave. Essa Comissão de Arbitragem da CBF, pra mim, francamente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual o critério?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual o critério? Pra mim ela é a pior dos últimos tempos, porque é um erro atrás do outro. Porque um acréscimo que não é obedecido... Se o torcedor no estádio viu que tem mais sete minutos, por que que o árbitro dá mais dez? Dá mais 12? Isso para um time de futebol é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízo enorme; lá na frente, na última rodada, ele vai sentir a falta que fizeram os dois, três pontos perdidos num jogo de futebol.

Bem, a Comissão foi notificada – aqui é um esclarecimento – da decisão do Ministro Flávio Dino, em medida cautelar, no Habeas Corpus nº 244.362/DF, que deferiu o pedido da defesa e garante ao Sr. Wesley Cardia, em sua inquirição perante esta CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas – aspas –: "a) o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas a ele dirigidas; b) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; c) o direito à assistência por advogado durante o ato; e d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores".

Passamos agora, então, à oitava e pedimos a sua presença aqui na mesa, do Sr. Wesley Cardia. Sabemos respeitar lei, mas devemos apenas lembrar, como bem orientou juridicamente, na CPI da Covid, o Ministro Luiz Fux, quando concedeu um *habeas corpus* – eu não sei se os senhores estão lembrados –, Fux disse o seguinte: que há limites no que tange ao silêncio; ou seja, eu poderei fazer um alerta se começar a ter abuso do silêncio em relação às perguntas, que serão iniciadas, evidentemente, pelo Relator desta CPI, o histórico homem público Romário, em todos os sentidos. Portanto, esperamos que isto não aconteça.

Seja bem-vindo, Sr. Wesley.

E eu, de imediato, passo a palavra ao Relator para o início desta oitava, Romário Souza Faria, mais uma vez deixando aqui a sua marca histórica como homem público em mais uma CPI.

Irmão, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, meu irmão Kajuru; Senadores, amigos e irmãos também, Portinho e Eduardo Girão.

Agradeço a presença aqui do Sr. Wesley Cardia.

Só para registrar aqui, amigo Portinho, em relação à nossa relatoria, pode ter certeza absoluta, tudo que for importante e relevante, assim como esses dados que vieram aqui sendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

colocados por V. Exa., pode ter certeza que a gente colocará lá. Nada vai escapar. A princípio essa é a nossa ideia, também com a ajuda de V. Exa. nessa relatoria.

Eu apenas quero dar de novo as boas-vindas ao Sr. Wesley Cardia e dizer que eu, particularmente, tenho algumas perguntas aqui que talvez não impliquem no silêncio e gostaria muito que o senhor respondesse, mas respeito. O senhor está no seu direito. Fique à vontade. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. WESLEY CARDIA (Para depor.) – Senadores, obrigado pela oportunidade. De verdade, agradeço por estar aqui, principalmente por estar na presença de dois Senadores que foram tão importantes para que a gente tivesse a melhor lei possível, que é o Senador Portinho, que trouxe uma das colaborações mais importantes da lei, aonde exige a foto de todo jogador para que não aconteça, Senador, aquilo que acontece muito. Nas casas em que o pai tem o seu controle para entrar numa determinada casa de apostas, e aí o filho vai lá, pede a foto, vê que não é e tranca. Então parabéns, muito obrigado pela contribuição, Senador.

O outro, o Senador Girão, com quem nós estivemos mais de uma vez. E a outra associação, o IBJR, também conversou com o senhor várias vezes, aonde o senhor faz contribuições fantásticas, acho que com cinco emendas, Senador. Estou certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WESLEY CARDIA – Cinco emendas aprovadas, justamente tratando dos controles para que as pessoas tenham a melhor interação e para que se protejam aquelas pessoas que não têm condições de discernir o momento de parar, quem pode e quem não pode jogar. Então, também eu quero cumprimentá-lo, porque isso tudo faz dessa atividade uma atividade mais regrada, portanto mais afeita ao bom trabalho.

Eu fiz uma apresentação muito rápida, Senador Romário e Senador Kajuru. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode, com todo o direito, no prazo de dez minutos. Pode ser?

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, senhor. O senhor que manda. Obrigado.

Por gentileza. É bem rápida. Vai surgir lá? Se eu não enxergar, eu tenho aqui. Vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz aqui um apanhado, Senadores e senhoras e senhores, da legislação que foi promulgada desde 2018, lá no Governo Temer, com a 13.756, depois a 14.790 no finalzinho de 2023, aonde traz um dos regramentos que é fundamental para esta CPI, que é a instituição de regramentos para o funcionamento das casas de apostas esportivas e jogos *online*, aonde as empresas têm que estar ligadas a órgãos internacionais de controle. Aparece aqui, eu mencionei a IC360, uma empresa americana, a Sportradar, que já esteve aqui, a Stats Performance e a Genius/IBIA.

Aliás, sobre a IBIA, Senador Portinho, eles lançaram semana passada um relatório primoroso – que, se o senhor me permitir, eu vou passar às suas mãos depois, ou a todos os Senadores, se me permitem –, aonde traz informações preciosas justamente sobre o tema desta CPI, que é a manipulação de resultados. Aonde acontece, aonde acontece mais, em quais esportes. Claro que infelizmente o futebol é o mais visado, porque o futebol é o que mexe com as maiores quantias. No Brasil, o futebol representa, sozinho, mais de 90% do mercado esportivo. Não estou falando de *bets*, eu estou falando de mercado esportivo, de publicidade, de direitos de transmissão, etc., etc.

Mas esse relatório é primoroso.

(Intervenção fora do microfone.)

Vou lhe passar. Obrigado. Vou passar aos senhores.

Próxima.

Os senhores todos já têm isso certamente, mas eu vou falar aqui que tem a portaria de pré-credenciamento, que foi, ainda no ano de 2023, feita antes de ser Secretaria, quando era assessoria, em que ela traz os primeiros elementos de condições gerais de operação, as primeiras normas contra a lavagem de dinheiro – só as primeiras –, direitos e deveres de jogadores e normas de jogo responsável.

A partir dessa portaria, foi aberta a porta para que as empresas fizessem um pré-licenciamento. O pré-licenciamento é para dizer: "Sim, eu tenho interesse. Quando houver o regramento, eu quero pedir licença". E 134 pediram essa pré-licença.

Por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou correndo aqui, porque o Senador Kajuru vai me dar um...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Fique tranquilo.

O SR. WESLEY CARDIA – ... um beliscão aqui.

Essa é outra portaria fundamental. Por que eu digo que é fundamental? Porque cada uma das empresas terá que ter contratado um grande laboratório internacional que possa fazer a aferição dos jogos que estão sendo colocados à disposição do público. Eu não posso criar um joguinho lá, botar e fazer com que as pessoas joguem. Não! Tem que ser um jogo que tenha passado pela aferição dessas empresas. Estas cinco já pediram licença ao Governo brasileiro e foram credenciadas pelo Governo brasileiro para atuarem junto às plataformas e aos operadores. Sem o contrato com uma dessas cinco empresas, não se pode pedir licença ao Ministério da Fazenda.

Próximo.

Meios de pagamento: essa eu acho que é a grande revolução. Por que é a grande revolução? Porque, hoje, como é feito o jogo? Passa por qualquer Pix de qualquer lugar. O cara bota uma empresinha lá no bairro e faz um acordo com o cara da padaria, e o cara da padaria, que recebe o Pix, repassa o dinheiro pra ele, e assim vai. Acabou isso. Isso acaba com essa portaria, porque o Pix é exclusivamente de entidades financeiras credenciadas junto ao Banco Central, e quem faz o Pix para a casa de apostas tem que ser a pessoa que recebe o valor quando ganha. Isso muda radicalmente o mercado, porque, hoje, o Senador Kajuru aposta, eu retiro, aí mando pro Dr. André, e a Dra. Marília recebe. Não pode. Perde-se completamente o controle disso em termos fiscais. Então, essa portaria também é fundamental.

Próximo, por favor.

Vou ficar sem voz, porque eu não tenho hábito de falar tanto, Senador Kajuru. Não sou como o senhor que fala por três horas...

Requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de aposta: ele deve fornecer as movimentações realizadas pelos apostadores, identificar tentativas de fraude, possibilitar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geolocalização do apostador e manter todos os dados gravados dos últimos cinco anos. Com isso, cria a rastreabilidade para que se possa ir atrás daquele jogador e ter a certeza de que foi ele que pagou, que recebeu, que fez a aposta.

Próxima.

Essa é a portaria mais abrangente de todas, é a maior. Eu tenho todas elas impressas aqui, Senador Kajuru, caso precise recorrer a alguma coisa na hora de alguma pergunta que os senhores venham a fazer. Essa é a mais abrangente, porque ela cria todas as regras de quem pode operar jogos no Brasil, estabelece valores pelas licenças, paradigmas para as empresas, sócios e beneficiários.

Um ponto importante aqui: as exigências feitas às empresas, Senador Portinho, são mais sérias, são mais apuradas do que as exigências para abrir uma instituição financeira no Brasil. É inacreditável. Eles foram tão a fundo, tão a fundo no Ministério da Fazenda, que se corre, por um lado, o risco do *overruling*, de regramento em excesso. Isso é um perigo. Eu posso explicar por que depois. Mas ela foi muito, muito severa.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Não vai me dizer que trancou... Travou. Eu sigo aqui... Foi!

Lavagem de dinheiro.

Ainda hoje de manhã, eu discutia com a Dra. Marília, que é uma especialista no tema justamente sobre lavagem de dinheiro, é a tese de doutorado dela. O Dr. André também tem vários livros escritos sobre isso. E essa portaria vai no âmago, vai no fundo. Ela cria todos os controles possíveis que o Governo brasileiro pode ter para que esse dinheiro não tome outro caminho. Então, isso é fundamental, porque não é a segurança, quando diz "ah, mas é a segurança do Estado brasileiro". Não é só a segurança do Estado, Senador Girão. É a segurança do apostador, daquele que está brincando, daquele que quer ir lá fazer a sua apostinha no jogo do Flamengo, no jogo do Fortaleza. É a segurança do sistema tributário brasileiro e é a segurança do operador.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas portarias aqui, a partir desse momento, foram publicadas na semana passada. Algumas na segunda-feira, depois terça e quarta-feira. São as últimas portarias, e elas tratam dos requisitos técnicos dos jogos *online* e dos estúdios de jogos ao vivo a serem observados pelos operadores, mais uma vez, demonstrando que não pode sair pegando qualquer coisa que tenha no mercado. Não! Tem que ser controlado, tem que passar por todos os crivos, tem que ter a certeza de que o montante da tal do *odd* que for programado é aquele que ele vai receber.

A 1.212 estabelece os procedimentos para as destinações do produto da arrecadação da loteria. O que significa isso? Aqueles valores da lei que os senhores criaram, da 14.790, onde diz que X por cento vai para isso, X por cento vai para aquilo, há uma regra geral sobre isso. Se não me falha a memória, acho que só falta um, que são os requisitos referentes ao que trata o Ministério dos Esportes, que virá numa outra portaria.

Estou certo, Senador Portinho? *(Pausa.)*

Obrigado.

A 1.231, as diretrizes para o jogo responsável – aí o Senador Girão tem um interesse especial nisso –, eu acho uma das mais bonitas porque exerce um...

(Soa a campainha.)

O SR. WESLEY CARDIA – ... controle...

De novo, desculpe-me. Posso continuar mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. WESLEY CARDIA – Obrigado.

... direitos e deveres de apostadores e de agentes a serem observados na exploração comercial das modalidades. Acaba aquele negócio do *influencer* que faz qualquer coisa, diz qualquer bobagem, para não dizer um palavrão aqui, e os incautos seguem. Acabou! Isso não pode! Não tem condições de acontecer!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Girão... Eu espero que o senhor já tenha lido, Senador; se não, eu arranco aqui e lhe dou para ler, porque atende muito das suas preocupações.

Próxima, por favor.

A Portaria 1.233, o regime sancionador no âmbito de exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de cota fixa, essa é menos interessante.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Por favor, pode passar?

Eu fiz aqui um comparativo do jogo regulamentado *versus* jogo ilegal. Eu canso de ouvir, canso de ouvir: "Ah, mas não sei o quê!". É porque não é regulamentado. Essas 11 portarias que foram apresentadas regulam de tal forma, com o meu receio de um *overruling*, que é quando acontece, Senador Kajuru, um excesso de regramento, como foi feito agora na Alemanha... Criaram mais regras, mais regras, e o que é que aconteceu? Explodiu o jogo ilegal, porque ele tolheu de tal forma a operação legal que a operação ilegal cresceu. Vou lhe dar outro exemplo, e aí um exemplo de que o Senador Girão vai gostar. Na Itália, não pode fazer qualquer tipo de publicidade. O que é que aconteceu? Como é que eu, incauto, vou saber que a *bet A* é legalizada, é regulamentada, segue todas as regras, e a *bet B* não? Como eu não sei qual é qual, onde é que eu jogo? Na que dá o melhor prêmio, porque, como a legalizada dá menos prêmio por ter que pagar impostos, a ilegal dá um prêmio maior, e migram para lá. Então, esse é o grande problema que a Itália enfrenta, esta regra de não poder fazer publicidade, que é um erro fatal. Nós temos que mostrar quem é correto e quem não é correto.

Segue, por favor. O primeiro quadro ali.

O regulamentado paga imposto, e o jogo ilegal não paga imposto. Paga 30 milhões pela licença, o outro não paga nada e continua atuando. Se quebrar as regras, perde a licença; o outro faz o que bem entende. Tributa quem ganha acima de R\$2.112; o outro não tributa ninguém. Impossível usar para lavagem de dinheiro; o outro é canal de lavagem de dinheiro. Vetadas as apostas por menores de idade; na outra, aposta quem quer, e, se tiver dez, doze anos, pode apostar. Publicidade atende às normas padrões do Conar e dessa portaria que saiu semana passada; a outra faz publicidade enganosa. Prevenção ao uso por ludopatas, tem aqui uma série





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de medidas em que tem que haver, a casa tem que se responsabilizar por isso, não é o Estado, a casa tem que estar atenta para que o ludopata possa dizer "não quero mais jogar, cancela minha inscrição ou cancelem todas as inscrições em todas as casas onde eu aposto", isso tem que acontecer imediatamente; na outra, não tem prevenção nenhuma. Garantia do pagamento de prêmios, hoje a garantia é zero tanto é que determinadas casas atingem determinado montante depositado e somem no mercado. Sede e diretoria registradas no Ministério da Fazenda no Brasil; na outra, ninguém sabe quem é o dono. Cumpre legislação antiterrorismo; na outra, não tem esse compromisso. Cumpre legislação contra lavagem de dinheiro; na outra, não tem compromisso. Multa por falhas e erros; a outra não pode ser punida, ninguém sabe quem é. Escrutínio permanente do Ministério da Fazenda; a outra, sem qualquer chance de controle.

Próxima lâmina. Eu estou correndo para não ser advertido.

No jogo regulamentado, o CPF que aposta saca; no jogo ilegal, o CPF aposta, e o outro pode sacar. O CPF do jogo regulamentado é registrado a cada operação; o outro não tem controle de CPF. O apostador do jogo regulamentado é conhecido pelo que se chama de KYC (*know your customer*), tem que saber tudo desse sujeito, até para saber se ele está jogando mais do que a capacidade financeira dele permite: "Opa, esse cara tem problema, vou segurar esse cara por 1 dia, 30, 90 dias"; no outro, não há. O CPF tem que bater com a face – sua emenda –; no outro, não tem reconhecimento facial, reconhecimento capilar, reconhecimento de qualquer coisa. Num, a intenção é que seja basicamente entretenimento; no outro, é usado como incentivo ao uso de meio de vida, o que nós abominamos. Pagamento somente por Pix; o outro aceita cartão de crédito... Como é que se chama a moeda aquela...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Bitcoin.

O SR. WESLEY CARDIA – Bitcoin, etc. Somente via bancos registrados no BC; o outro aceita qualquer meio de pagamento.

E serão menos de cem. Na minha opinião, serão menos de cem casas operando, enquanto hoje eu escrevo 5 mil *sites*, Senadores, mas não é.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – No Brasil?

O SR. WESLEY CARDIA – São mais de 10 mil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Operando no Brasil?

O SR. WESLEY CARDIA – Operando no Brasil.

Por favor, a próxima.

Eu gostaria de que assistissem a isso, que eu acho primoroso para ilustrar esse nosso encontro. (*Pausa.*)

Opa, por favor.

Assim como essa, e eu trouxe essa porque ela é... ela chega a ser quase engraçada...

Tem som?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. WESLEY CARDIA – Pode parar por aqui. Obrigado.

Senhores, não é o único. Se os senhores olharem na internet, tem dezenas oferecendo esse tipo de serviço. Tem um *site*, tem uma empresa no Estado de Pernambuco que tem mais de mil *sites* que ela atende – mais de mil *sites*. Os meninos se reúnem numa festa; ao final da festa – pode apagar, por favor – dizem: "Vamos fazer uma *bet*?". E aí ligam para um sujeito, para uma senhora dessas e fazem a sua *bet*. E isto esculhamba o mercado.

Então, enquanto nós não regulamentarmos, enquanto não chegar o dia 1º de janeiro, quando só poderão operar as *bets* que aceitem toda a regulamentação e cumpram toda a regulamentação, nós vamos continuar tendo casos como esse, Senadores. E isso, nós... Não posso falar mais nós, porque eu não faço parte da entidade, mas as entidades que representam as maiores *bets* do Brasil são veementes na defesa desse... que se acabe com esse tipo de coisa. Senador Girão, só com uma boa regulamentação. Esse é o nosso caminho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Kajuru. Eu me coloco à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito, Sr. Wesley.

Voltamos, então, a palavra ao Relator Romário de Souza Faria, com as suas sempre qualificadíssimas perguntas e questionamentos.

À vontade, irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Wesley, pela sua explanação bem interessante.

Nos últimos anos, nós tivemos, no Brasil, pelo menos seis grandes operações policiais, conduzidas pelo Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, para desbaratar quadrilhas especializadas na manipulação das apostas. As denúncias que levaram a essas operações tiveram como origem, em grande parte, os relatórios da empresa Sportradar, e, no caso, foi o Presidente do Vila Nova, Hugo Bravo, que virá a esta CPI amanhã, que fez a denúncia.

Em nenhum caso, a denúncia partiu de casa de aposta. É de se estranhar que as casas de aposta, que têm acesso a todas as informações de apostas e apostadores, não tenham tido um papel ativo, e, por isso, eu pergunto: as casas de apostas não sabem o que acontece em suas plataformas ou elas não comunicam os crimes de que têm notícia? Qual é o compromisso que essas empresas têm com o jogo limpo e com o combate à manipulação?

Essas duas são minhas primeiras perguntas.

O SR. WESLEY CARDIA – Obrigado, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Antes da sua resposta, só, rapidamente, um registro prazeroso aqui: a maior audiência de Minas Gerais, a rede Itatiaia, de rádio, também está cobrindo nossa reunião.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Kajuru, só um pequeno aparte.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu vou acompanhar pelo sistema, e lá... Porque eu tenho uma reunião sobre a PEC 66 com o Governo, mas, quando o Girão for o último e acabar de falar, eu venho, que eu tenho algumas questões e vou estar acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sr. Wesley: a pergunta de Romário.

O SR. WESLEY CARDIA (Para depor.) – Senador Romário, antes disso, eu queria ter trazido aqui hoje uma bola que o senhor me deu após um jogo no Barcelona, onde fui convidado a assistir ao jogo pelo seu técnico, o Crujff, à época, e o senhor me deu uma bola, na sala da Presidência, autografada. Só que essa bola, Senador, que está intacta, mas uma funcionária, lá em casa, achou que estava riscada e apagou o seu nome. Mal dá para ler.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem que trazer, para eu assinar de novo.

O SR. WESLEY CARDIA – Eu quero trazer, para o senhor assinar de novo. Não quis trazer hoje, para não constrangê-lo, mas eu quero fazer isso.

Obrigado, Senador.

Bem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor tomou bola nas costas da sua empregada então. (*Risos.*)

O SR. WESLEY CARDIA – Mais ou menos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, Senador Romário... Sim, as casas de apostas que são filiadas – todas elas – às grandes casas ou às casas que têm representação nas duas entidades reportam, quando percebem alguma coisa, imediatamente à Sportradar, à Ibia, às empresas que fazem esse tipo de coisa.

Talvez algum dos casos que a Sportradar tenha documentado, tenha trazido à tona, tenha sido divulgado, tenha sido levado ao conhecimento da Sportradar pela própria empresa.

Não dá para fazer o controle do cara que ganhou R\$20, não sei... Não dá. Mas, como são esses casos grandes, como esse do Lucas Paquetá, esses é óbvio que aparecem, e elas imediatamente entram em contado com a Sportradar, com a Ibia, com todas essas empresas que fazem com a IC360.

O senhor tem que levar em conta, Senador, que essas empresas não têm ou não tinham – não têm ainda – representação no Brasil. Agora que estão abrindo. São empresas estrangeiras e talvez não soubessem o melhor caminho, a não ser através das agências de controle, como Sportradar, Ibia, IC360, para fazer essas comunicações.

Mas aí eu trago um outro problema, Senador: as casas de apostas são as mais interessadas nesta CPI. São as mais interessadas nos resultados daqui, porque são as casas de apostas, Senador Romário, que pagam o pato.

Quem paga o pato não é, como estava explicando aqui o Senador Portinho, o VAR, o quarto juiz, o *quality manager* – não sei como é que se chama o cara do VAR... Quem leva, quem paga o pato é justamente a empresa, porque é quem paga a aposta fraudulenta.

Então, as empresas têm total interesse no resultado dessa CPI e na qualificação de sistemas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor... Aqui esteve um promotor...

O SR. WESLEY CARDIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Procurador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Procurador de Goiás.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA – Procurador de Goiás.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Lauro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... Lauro, que, em relação a essas empresas, usou a seguinte frase: "São empresas que têm conhecimento das fraudes, mas não têm interesse de divulgar ou de anunciar isso". Por que seria?

O SR. WESLEY CARDIA – Desculpa, Senador...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou falando do Promotor que foi um dos primeiros a começar a abrir processo em relação a essas fraudes.

O SR. WESLEY CARDIA – Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja, é uma opinião bem diferente da do senhor.

O SR. WESLEY CARDIA – Tá! O.k. Talvez não tanto. Eu vou até onde o meu conhecimento...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como não tanto? O senhor está dizendo que eles têm interesse...

O SR. WESLEY CARDIA – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e eles falam que não têm interesse. É bastante, é oposto, 100%.

O SR. WESLEY CARDIA – O senhor vai entender agora através da minha resposta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Certo.

O SR. WESLEY CARDIA – Provavelmente – e eu não sei quais são as casas – algumas dessas casas não querem aparecer em lugar nenhum, porque são casas que não têm o menor interesse em que saibam que elas existem, a não ser os jogadores. As casas grandes que contam com sistemas de controle comunicam imediatamente às suas agências de controle.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sobre esses comunicados dessas casas de apostas a essas agências, essa CPI pode pedir documentos e a gente terá esses documentos aqui, através dessas evidências?

O SR. WESLEY CARDIA – Boa pergunta, Senador. Eu não posso falar em nome das casas de apostas, mas isso pode ser...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não! Não é das casas de apostas; estou perguntando se as empresas que trabalham com essas casas de apostas podem fornecer a essa CPI esses documentos...

O SR. WESLEY CARDIA – Acredito que sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de que elas...

O SR. WESLEY CARDIA – Não posso falar em nome delas, Senador, mas acredito que sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Houve uma manipulação e elas denunciaram, porque até hoje, neste momento da CPI, não apareceu nenhuma casa de apostas ou nenhuma empresa, como a Sportradar, que apresentou aqui algum documento de que essas casas de apostas realmente fazem a denúncia. Só para o senhor entender.

O SR. WESLEY CARDIA – Sim. O.k.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em todo esse processo, nós temos visto as associações de casas de apostas bastante presentes aqui no Congresso, na discussão dos projetos de leis de seus interesses. Normal.

Quanto à criação de um ambiente que garanta o jogo responsável e íntegro, que está na missão da ANJL, que é a empresa, associação, o senhor poderia nos dizer quais são as ações da ANJL nessa direção? As empresas de *bets* defendem a criação de uma agência de integridade sugerida pelos vários depoentes aqui desta Comissão?

O SR. WESLEY CARDIA – Sim. Não só nós defendemos, Senador, como recentemente, eu fui alertado pelo atual Presidente, que me disse: "Wesley, nós tivemos esta semana [que foi a semana passada] uma reunião com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo pedindo que seja criada uma secretaria especializada nesse tema". Também foi feita uma reunião





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Ministério Público de mais de um estado pedindo que atuem de forma mais enfática. Isso demonstra, Senador, a preocupação, porque, como eu disse, o grande prejudicado é quem tem que pagar. Eu não tenho ideia de quais foram os valores que esses jogadores lá na Ilha de Paquetá ganharam, mas certamente foi muito dinheiro e isso prejudicou muito as casas de apostas que foram vítimas dessa manipulação. Aliás, o Promotor que o senhor citou disse que as casas de apostas são vítimas dos estelionatários. Está no discurso dele. Ele mesmo reconhece isso.

Acho que eu respondi a sua pergunta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não me engano, o Promotor usou a palavra "vítimas desinteressadas".

O SR. WESLEY CARDIA – Vítimas desinteressadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos lá!

O Governo Federal tem feito um esforço de regulamentação das apostas, inclusive em um ritmo mais lento do que nós esperávamos aqui. Um elemento crucial desse modelo é a concessão das licenças de operação em todo o território nacional. Apesar do grande interesse inicial, até o momento, apenas um número ínfimo de casa de apostas formalizou o pedido de registro. A que o senhor atribui isso? As empresas, no seu entendimento, não têm o interesse real de legalização?

O SR. WESLEY CARDIA – Excelente pergunta. Muito obrigado pela pergunta.

O senhor, no início da sua pergunta, disse que há demora na regulamentação. Isto foi um fator crucial. Se nós tivéssemos essa regulamentação no ano passado, nós já teríamos um grande número de casas de apostas trabalhando dentro de todas as regras estabelecidas pelo Governo, mas, infelizmente, talvez pela mudança na secretaria, na nomeação das pessoas – a equipe era muito pequena, hoje tem uma equipe suficientemente grande para cuidar disso –, este foi o fator decisivo para a demora. Hoje, se não me engano – alguém pode me ajudar, alguém da imprensa? –, são seis empresas que já pediram... É isso? São seis empresas que já pediram, e a principal razão, Senador Romário, é: como é que vai pedir licença para algo que eu não conheço as regras?

As principais regras vieram na semana passada. Eles devem estar lá debulhando esses calhamaços de papel que eu trouxe aqui para entender bem quais são as regras, porque, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incrível que pareça – e isso é uma coisa que eu ouço às vezes repetidamente de que os lucros são imensos –, os lucros são bons não pagando imposto. Pagando imposto, o lucro é micro, é mínimo, só funciona se tiver muita, muita, muita aposta, senão não tem lucro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso o desinteresse, a princípio, das empresas, dessa demora da legalização.

O SR. WESLEY CARDIA – Não, o interesse na demora da legalização são daquelas empresas daquela senhora ali que vende por R\$50 mil uma empresa. Esses não querem que legalize.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas as próprias que são legalizadas, que serão...

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, essas têm todo interesse.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ou já estão, elas pagam imposto, passam a pagar imposto.

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, senhor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E sem a legalização, com certeza, elas ganham mais porque elas não pagam imposto.

O SR. WESLEY CARDIA – Elas não vão operar, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Eu sei que elas não vão operar. Estou dizendo até este momento.

Então, não existe por parte das empresas, mesmo as grandes, que essa legalização aconteça de uma forma mais rápida?

O SR. WESLEY CARDIA – Não, senhor, Senador. Todas querem a legalização, inclusive algumas do exterior que não podem atuar no Brasil porque não é um mercado regulamentado estão ansiosas pela regulamentação. O senhor não faz ideia de quantas empresas que não atuam hoje no Brasil virão, porque são empresas com ações em bolsa, com uma série de ações de *compliance* que não podem atuar no Brasil, porque não é um mercado regulamentado; a partir de agora, virão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Além das concessões federais, alguns estados como o Rio de Janeiro, por exemplo, meu estado, e alguns municípios maiores iniciaram o processo de concessão de licenças para as casas de apostas. Isso tem sido objeto de muitos questionamentos, inclusive na Justiça. Qual a posição da associação, a ANJL, sobre as concessões estaduais e municipais?

O SR. WESLEY CARDIA – Senador, eu vou me permitir fazer essa observação dizendo que a minha opinião como ANJL se refere a quando eu era Presidente. Hoje eu não sei, Senador Kajuru, se a opinião é outra. Mas a Lei 14.790 faculta aos estados e aos municípios, também por uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, terem as suas empresas de apostas desde que, e aí está o furo da bala, atendam as regras nacionais. Por quê?

Não pode um município criar, por exemplo: "Ah, aqui vai ter cassino". Pode cassino? Não, não pode cassino, então não pode fazer um cassino lá em São João de Meriti, mas aquilo que é previsto na lei federal os estados, dentro da sua territorialidade, observando o princípio federal da territorialidade dos estados, podem fazer. Nós não podemos ser contra nem a favor. É a lei que diz que pode fazer.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para finalizar, eu queria saber de V. Sa. quais são as fontes de financiamento da associação que paga ou pagou o seu salário, o salário das pessoas que ali trabalharam, além de todas as despesas decorrentes das atividades da associação. No *site* oficial, no caso da associação, não consta o nome de nenhum associado. Essa é uma informação sigilosa? E, se é, por qual motivo?

O SR. WESLEY CARDIA – Desculpe, Senador. Salvo alguma mudança muito recente, ao contrário, a associação tem orgulho de ter o nome de seus associados lá. Eu peço que alguém dê uma conferida nisso, mas sempre estão lá os nomes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A fonte pagadora?

O SR. WESLEY CARDIA – A fonte pagadora é a contribuição, a mensalidade dos associados, como se fosse um clube.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o senhor está afirmando aqui que, se a gente levantar lá, esses associados estão dizendo que eles pagam o salário daquelas pessoas que trabalham ali?

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, senhor. Se por acaso não estiverem, até o fim do dia eu lhe forneço.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pelas respostas e, da minha parte, eu estou bastante satisfeito.

O SR. WESLEY CARDIA – Eu lhe agradeço a oportunidade desses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator Romário de Souza Faria, como sempre insofismavelmente qualificado em seus questionamentos.

Eu quebro sempre protocolo. Normalmente o Presidente é o segundo a perguntar, até pela inscrição, mas eu prefiro ceder o meu espaço – e ficar para o final – ao Senador Eduardo Girão, que é Vice-Presidente desta CPI, para os seus questionamentos.

À vontade, Senador Girão, do Ceará para o mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – É isso, é isso. Muito obrigado, Presidente, meu querido amigo, Senador Kajuru.

Senador Romário, muito feliz nas perguntas, muito objetivas e importantes, que fique nos anais da Casa tudo que foi perguntado, que foi respondido, mas eu até me preocupei com algumas respostas aí, quando... Seja bem-vindo, Dr. Wesley, desculpa. Seja bem-vindo. Seja bem-vindo o seu advogado André Callegari, a advogada Marília Fontenele também.

Eu fico até preocupado – viu, Senador Romário? – quando dizem aí: "Não, mas vai vir mais empresa de aposta com essa regulamentação, o pessoal já está preparado para vir para o Brasil". Se o estrago está ruim hoje para a sociedade, imagina que pode ficar pior, porque o que está acontecendo hoje... E eu sou abordado, cada vez mais – está difícil –, em porta de estádio, porque eu sou desportista, porque eu me preocupo com o brasileiro, eu me preocupo com o esporte, eu estou vendo uma tragédia cada vez pior. Aí nós vamos naquela questão bíblica, uma passagem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que diz: eles não sabem o que estão fazendo. E eu fico estarelecido, Senador Kajuru, quando eu vejo matéria do *Estadão*, capa recente, mostrando aqui o seguinte: "Ex-secretários de Haddad que regularam 'bets' viram chefes da área de apostas em escritório".

Se isso não é um conflito ético, eu não sei o que é. Eu até fiz pergunta aqui sobre quarentena, na época em que veio o Manssur, e aqui na matéria diz que foi liberado pelo comitê de ética pública, que informou que pode rever imposição de quarentena caso surjam novos elementos. Mas o fato aqui: dois integrantes, Simone Vicentini e Francisco Manssur, foram anunciados como os cabeças da área de *betting* do escritório de advogados. Poxa vida, estavam neste instante no Governo, com Haddad, articulando a votação – pessoas boas, inclusive o Sr. Manssur, pessoa de um nível excelente. Mas nada como um dia atrás do outro. E o que eu vejo, repito, é uma armadilha, uma arapuca cada vez maior para as pessoas que apostam. "Ah, não, mas teve uma regulamentação agora, vai melhorar, teve as novas medidas." Como diz meu pai, o tempo é o senhor da razão, mas o que a gente está vendo são pessoas se suicidando, Dr. Wesley. São pessoas se suicidando, irmãos nossos, amigos, pessoas que estão perdendo tudo por causa disso, porque o esporte é o âmagô, o esporte e o clube pelo qual você é apaixonado, você vai diretamente na alma, você não perpassa nem a razão. Então, é muito complicado o que a gente está vivendo hoje, nós estamos jogando para o espaço o próprio esporte em si, que virou um campo aberto de apostas, como também a própria manipulação, que a gente está vendo aí tomar conta, ganhar força, porque sempre houve, mas ganhar uma força jamais vista. E todos os dias a gente não sabe se o jogo que a gente está assistindo está combinado ou está...

Enfim, então eu queria deixar isso muito claro e, em primeiro lugar, parabenizá-lo, porque o senhor está com uma desenvoltura muito boa – aliás, sempre teve, nos encontramos no corredor, naquela véspera da votação, e o senhor sempre teve muitos argumentos fortes, a gente reconhece, e está aqui respondendo tudo. Eu não entendi para que pediu o *habeas corpus* ao STF, porque quando a gente, pelo menos aqui, tendo em vista outras CPIs de que eu participei... Eu participei, desde que cheguei aqui, de três CPIs, Senador Kajuru, duas com o senhor, inclusive. Aliás, de uma o senhor não participou, mas o senhor foi o autor, que é a CPI da Pandemia, outra foi a CPI do dia 8 de janeiro, de que o senhor participou, e agora essa CPI da Manipulação de Apostas Esportivas. Em cinco anos e meio, nós chegamos juntos aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... nós já tivemos essa experiência. E quando eu vejo alguém pedir um *habeas corpus* preventivo e tal ao Supremo é porque tem receio de falar alguma coisa, porque aqui o senhor está vendo o nível de respeito, e nós vamos fazer os questionamentos aqui para o senhor com relação a exatamente isso. Eu espero que o senhor me responda, assim como respondeu ao Senador Romário tudo, que o senhor possa me responder também sobre os casos graves que eu vou trazer aqui, que é o objetivo. O objetivo da vinda do senhor aqui é essa matéria aqui, matéria de capa da revista *Veja*, que impactou fortemente a nossa nação, e o Sr. Manssur esteve aqui e citou o senhor, e nós precisamos...

A grande crise moral que vive a nossa nação hoje, que nós estamos vendo, não é uma crise econômica, não é crise política, é uma crise de valores. E o senhor tem a oportunidade, nesta CPI, de nos ajudar a fazer o nosso trabalho pelo bem da nação, pelo bem do esporte, pelo bem dos nossos filhos e dos nossos netos. Eu não sei se o senhor tem filho, tem neto. Eu tenho cinco filhos e, se Deus quiser, vou ter netos, mas eu me preocupo, porque a gente vai embora, a gente passa rápido, nossa vida aqui na terra é um sopro, mas eles vão ficar.

O Brasil já tem problemas demais, e essa questão de aposta já está mostrando o grande erro que foi a gente votar essa regulamentação. Só pro senhor ter ideia, R\$100 do Bolsa Família... Olhe só, quem é que recebe Bolsa Família no Brasil são os mais necessitados. Por causa desse negócio de aposta esportiva, que eu votei contra com louvor e vou trabalhar no limite das minhas forças para a gente reparar esse erro, o senhor sabia que mais de R\$100 do Bolsa Família o brasileiro, em média, já gasta com aposta esportiva? Olhe que loucura! O comércio já está preocupado, o setor de serviço, de indústria... Já tem várias cartas aqui de presidentes de associações dizendo que o dinheiro está saindo lá da compra do alimento pra aposta esportiva. Olhe que inversão, o que é que nós estamos fazendo com as futuras gerações.

Então, eu faço um apelo pro senhor, que tem a chance de aqui, perante o Brasil, perante a nação, nos revelar a verdade sobre o que... O que a gente quer buscar é a verdade sobre isso. E eu confio, acredito de verdade, porque já estive com o senhor e vejo uma boa intenção, o senhor acredita naquilo que o senhor defende. Divergência faz parte da democracia, mas o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredita, tanto é que eu não sei hoje qual é a sua função, o senhor é ex-Presidente da associação, mas fez uma apresentação aqui como se estivesse à frente da associação ainda ou de alguma casa *bet*, ou de alguma coisa, eu não sei. Mas eu digo pro senhor o seguinte: o senhor tem a chance aqui de revelar a verdade, porque o senhor foi um instrumento importante pra que existisse essa matéria de capa, pra que houvesse toda essa celeuma, que eu mesmo denunciei depois à PGR e está lá sendo investigada.

Mas a gente precisa que o senhor seja instrumento pra que a gente vá buscar a verdade através de uma preocupação legítima de um cidadão como o senhor, que foi surpreendido, pelo que nós estamos aqui vendo – e eu vou lhe perguntar –, com um pedido de propina de R\$35 milhões de um Deputado Federal. O Brasil não pode ter um corpo na sala, nesta CPI, como outras CPIs acabaram. Inclusive, um dos motivos dessa denúncia, Senador Kajuru, foi para que acabasse em *pizza* aquela CPI e também que se aprovasse logo esse projeto de lei de jogo de azar, de casa *bet*, que, curiosamente, coincidentemente, foi aprovado rápido. Então, não me parece uma coisa sem cabimento essa matéria de capa da revista *Veja* mostrando o jogo de interesses por trás da legalização de casas *bets* no Brasil.

Então, eu faço uma contextualização, para quem não acompanha esse assunto desde o início. A *Revista Veja*, na sua edição nº 2.860, de setembro do ano passado, publicou, no fim de agosto de 2023... publicou o quê? No fim de agosto de 2023, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi alertado, por um assessor especial de sua equipe, de que um Deputado Federal da base governista teria pedido R\$35 milhões a uma associação que reúne empresas de apostas em troca de duas contrapartidas. Olha só, Senador Jorge Kajuru! O senhor é um homem que sempre buscou a verdade e é conhecido no país inteiro por isso. Buscou duas contrapartidas: defender seus interesses na regulamentação do setor – parece que conseguiram, não é? Parece que conseguiram – e não transformar a vida de seus associados num inferno, na CPI das apostas esportivas instalada na Câmara dos Deputados.

Esse Deputado citado na extensa matéria foi o Deputado Federal Felipe Carreras. Na matéria, está aqui escrito.

Ainda segundo a *Veja*, a alegada cobrança de propina por parte do Deputado Carreras foi levada ao Ministro Fernando Haddad por V. Sa. Ainda citando a matéria da revista *Veja*, o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi procurado – que aqui, no caso, na verdade é o nosso Manssur – pelo Presidente da Associação de Jogos e Loterias, Wesley Cardia, que narrou, em uma conversa reservada, que foi abordado pelo Deputado Felipe Carreras, que a época era também Relator da CPI das apostas esportivas, na Câmara dos Deputados, a qual, coincidentemente, terminou em pizza e sem votação sequer do relatório.

Isso aqui, nas perguntas que a gente fez aqui para o Sr. Manssur, segundo ele, Cardia, o senhor, teria... o Deputado teria lhe pedido R\$35 milhões em troca de ajuda e proteção, certo? E dentro do contexto aqui da matéria, para piorar, o Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias disse que essa não teria sido a primeira interpelação por parte do Parlamentar, pois um assessor do Deputado já havia lhe procurado anteriormente. Ele acrescentou que outros integrantes da CPI, sem citar nomes, pressionavam o setor em busca de vantagens financeiras.

Cabe destacar que Felipe Carreras, acusado de cobrar propina das empresas de aposta de cota fixa, além de ser Relator da CPI das apostas esportivas, também relatou o Projeto 442, o famigerado Projeto 442, de 1991, que libera os jogos de cassino, bingo, vídeo, bingos e jogo do bicho no Brasil, que foi aprovado na CCJ do Senado, sob o nº 2.234, de 2022.

Eu tenho uma notícia para o brasileiro: atenção, estão querendo aprovar. Já não basta a lama toda, estão querendo aprovar esse projeto na semana que vem, aqui no Senado Federal – na semana que vem. Inclusive, vai ter um debate quinta-feira; mil bingos e 67 cassinos. Imaginem! Aí é empurrar o brasileiro para o precipício de vez, se já está acontecendo o que está acontecendo com aposta esportiva.

Ou seja, onde supostamente tem jogatina, esse Parlamentar ocupava posição de destaque na Câmara dos Deputados.

Dito isso tudo, fiquei extremamente surpreso quando fui comunicado, agora há pouco, que o depoente tinha ingressado no STF com um *habeas corpus* preventivo, com o pedido de liminar contra o ato convocatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resumidamente pedindo para ficar em silêncio e não ter a obrigação de prestar termo de compromisso em dizer a verdade. Mas eu agradeço mais uma vez ao senhor por estar aqui falando a verdade até esse momento na CPI. O senhor está prestando um grande serviço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer ao Sr. Wesley Cardia, aqui, olho no olho, que sempre tive... na verdade, eu sempre o tive como mocinho dessa história toda, por mais que nós estejamos em lados opostos, mas eu sempre o vi com muito respeito. Na verdade, o senhor estava fazendo um enorme favor ao Brasil e, em especial, ao esporte brasileiro, às famílias brasileiras, quando teve a coragem de denunciar esse caso – e espero que aqui mesmo permaneça firme – sobre esse possível esquema de propina no mundo da jogatina virtual, conhecido como *bets*.

Ressalto que, com as perguntas que eu vou lhe fazer, caso fique em silêncio – eu espero sinceramente que não; isso seria uma decepção, uma frustração para mim –, aí vai começar a trazer graves suspeitas para mim, e a gente vai precisar se aprofundar.

Pior do que esse pedido desnecessário, pois o senhor aqui não figura como investigado, e sim como testemunha, pois foi nessa circunstância que eu convidei, com a anuência dos colegas desta Comissão, foi a decisão do Ministro Flávio Dino em deferir essa liminar. Tal concessão por parte do Ministro Dino ajuda a jogar, no meu modo de ver, mais sombras sobre esse tema que tanto mal está fazendo aos brasileiros, ao comércio, à indústria. É muito por culpa, no meu modo de entender, do Governo Lula, trazendo até hoje... Um único centavo não foi trazido aos cofres do Brasil. E o que vai trazer vai ser à custa de sangue, de dor. Na verdade, eu não poderia esperar nada diferente do Ministro Dino: quando ele era Ministro da Justiça e Segurança Pública, desrespeitou a CPI de que eu fazia parte e não enviou as imagens, todas as imagens da câmera do Palácio da Justiça. E até hoje nós temos presos políticos no Brasil, e a gente não sabe a verdade, já que tinha, segundo testemunhas aqui relataram, tropas posicionadas para defender o patrimônio público que não foram acionadas pelo Ministro da Justiça.

Ressalto que a sua oitiva tem tudo a ver com o objetivo desta Comissão, que é o de apurar os fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultado no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Diante do resumo desses fatos, Dr. Wesley, todos extraídos de uma das revistas de maior circulação nacional, a *Veja*, e dos graves indícios de que o senhor foi achacado para pagar propina em troca de beneficiar a indústria das *bets*, eu pergunto ao senhor: o senhor confirma todos esses fatos narrados na revista *Veja*, aos quais acabei de me referir? Essa é a primeira pergunta, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA (Para expor. *Fora do microfone.*) – Antes de entrar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O microfone, por favor.

O SR. WESLEY CARDIA – Desculpe.

Antes de entrar no assunto, o senhor fez um preâmbulo com relação às 10 mil e viriam mais... Não, é o contrário. A intenção é fechar as 10 mil para que fiquem só umas poucas que atendam a regulamentação. Não vão ficar as 10 mil que já existem e mais cem. Vão ficar só... A ideia é que fiquem as cem.

Voltando agora à sua pergunta.

Se o senhor permite, eu vou ler, Senador Girão:

Eu estou de verdade honrado em poder trazer informações que eu julgo importantes para a CPI da Manipulação de Resultados, bem como informações que demonstram a necessidade urgente da regulamentação da 14.790 e o combate ferrenho às operações de *sites* ilegais no Brasil.

Aplaudo a iniciativa do Senado em debater a manipulação de resultados e de sua intenção de ajudar a sociedade, as empresas operadoras e o Ministério da Fazenda, que vem se empenhando para publicar as melhores regras possíveis para refrear essa prática delituosa.

Não pretendo, no entanto, dar azo a qualquer situação que possa criar ilações sobre o comportamento de membros deste Parlamento, seja do Senado, seja da Câmara de Deputados. E eu, como um democrata convicto, entendo ser o Congresso Nacional a voz mais importante e derradeira do povo brasileiro, não cabendo a mim discutir questões de fórum interno dessas duas Casas.

Reitero que fiz parte de um grupo de empresas que se reuniram para lutar pela ampla legalização e regulamentação de uma atividade que até agora se desenvolvia sem regras, grupo esse de empresas que se dedicou e se dedica ao combate ao jogo ilegal e irresponsável e à manipulação de resultados. Esse grupo de empresas se notabiliza





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo comportamento ético, responsável e transparente, não tolerando, portanto, qualquer atitude não republicana.

Dito isso, Excelências, peço a gentileza de entenderem que eu vou permanecer calado sobre as perguntas que não façam parte do assunto manipulação de resultados, porque elas não serão respondidas. Para reforçar minha decisão de me ater apenas ao tema desta CPI, o eminente Dr. André Callegari e a Dra. Marília Fontenele, que estão aqui ao meu lado, impetraram *habeas corpus* preventivo, concedido pelo egrégio Supremo Tribunal Federal.

Permaneço, no entanto, à total disposição desta CPI caso ainda possa esclarecer algum tema sobre integridade dos jogos, *compliance* e manipulação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Girão, me permita, como Presidente desta CPI, e depois o senhor fica à vontade – é só um minuto –, fazer uma observação aqui.

Eu gostaria que o Sr. Wesley prestasse atenção neste questionamento, com todo o respeito que tenho pelos exímios advogados que estão aqui, que eu conheço, a Dra. Marília e o Dr. André: primeiro, em relação ao caso do citado Deputado – eu jamais censuro pergunta, Girão, quero que você entenda o que eu vou falar –, eu prefiro não dizer que ele é "da base do Governo", porque, caso se confirme esse caso, é um caso individual do Deputado e ele terá que responder por isso. A base do Governo não pode ser culpada por isso. Então, só essa colocação.

Agora, o fato de o senhor ficar em silêncio... O senhor não entende que o senhor pode estar prejudicando um inocente ou acobertando um culpado?

O SR. WESLEY CARDIA – Um comunicador da sua qualidade tinha que fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Modéstia à parte, eu pergunto bem, é verdade.

O SR. WESLEY CARDIA – O senhor pergunta muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Segundo o Silvio Santos, o melhor do Brasil, só isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA – Mas, apesar de toda a qualidade da pergunta e da sua verve, da sua capacidade de comunicação inegável – eu gostaria de ter a metade dela –, também sobre essa pergunta eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É muito triste isso. Eu retiro o que eu disse agora há pouco, os elogios que eu fiz à sua postura aqui nesta CPI. O senhor vinha por um caminho, falante, por um caminho... extremamente com desenvoltura, e muda completamente o semblante. Aqui ficou claro pra mim. O seu semblante muda, a sua postura muda. Vai ficar em silêncio num assunto em que o senhor pode ajudar este Congresso Nacional à verdade, num assunto que tem total correlação. Eu jamais perguntaria algo aqui que não tivesse correlação com o escopo desta CPI, que é apurar na questão de manipulação esportiva. Então, a CPI que virou *pizza* lá na Câmara dos Deputados tem a ver com manipulação esportiva. As denúncias que a gente está tendo têm a ver com manipulação esportiva.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive, ela terminou com suspeitas de achaques, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Suspeita de achaque.

Olha, essa aprovação das casas *bets* no Brasil tem a ver com essa denúncia também, porque, curiosamente, foi rápida a aprovação dela, e teve uma denúncia de propina de R\$35 milhões. Nós não podemos deixar, absolutamente – nós que estamos aqui nos propondo a representar os estados da Federação, o povo do nosso estado que gosta de futebol –, de fazer o nosso trabalho.

Eu respeito sua decisão – está certo? –, mas eu vou fazer as perguntas. Respeito sua decisão, embora tenha me decepcionado com essa postura...

O SR. WESLEY CARDIA – Eu lamento a sua decepção, mas do meu lado vou continuar apreciando-o, como sempre fiz.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – O.k., então vamos lá. Eu quero... O senhor não confirma a matéria da revista *Veja*. Não... Aliás, o senhor permanece em silêncio, não diz que confirma, nem que "desconfirma".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi procurado pelo Deputado Felipe Carreras, que lhe fez uma proposta de cobrança de propina no valor de R\$35 milhões em troca de ajuda e proteção na CPI das apostas da Câmara dos Deputados?

O SR. WESLEY CARDIA – Lamento, Senador, mas vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quando, onde e como foi feita a abordagem do gabinete do Deputado Felipe Carreras pra tratar desse assunto? Foi por telefone? Pessoalmente? Via assessoria?

Apenas para ressaltar, o Sr. Francisco Manssur, que se sentou aí onde o senhor está sentado, algumas semanas atrás afirmou aqui nesta CPI que o senhor tinha dito que foi abordado tanto pelo gabinete quanto pelo próprio Deputado Felipe Carreras. O senhor pode nos passar esses detalhes?

O SR. WESLEY CARDIA – Em razão do *habeas corpus* preventivo que eu consegui, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Wesley...

O SR. WESLEY CARDIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... por fineza, eu quero apenas lembrar aqui que houve uma orientação jurídica do Ministro Luiz Fux durante a CPI da pandemia, que só foi realizada, a CPI da Covid, por uma interferência minha e me acompanhou o Senador Alessandro Vieira; ou seja, se não fôssemos nós dois, nós teríamos mais de um milhão de mortes neste país, porque a CPI teve a sua importância indiscutível, apesar de também ter tido seus erros. Eu me lembro de que Fux fez uma observação quando concedeu um *habeas corpus*, de que, no caso do senhor, que o tem, o direito do silêncio... Eu gostaria que o senhor refletisse, em nome de sua família, pela qual eu tenho o maior respeito – e ela está acompanhando agora evidentemente esta sessão –, porque, às vezes, pode ser interpretado o seu silêncio, se ele continuar insistente, como um abuso a esta CPI. Nesse caso de abuso – eu me lembro das palavras do Ministro Fux –, isso pode ser interpretado com um desacato.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Foi isso que Fux disse.

O SR. ANDRÉ CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Mas o Fux decidiu no caso específico, determinado para aquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim, sim. Doutor...

O SR. ANDRÉ CALLEGARI – Cada paciente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Doutor, eu vou concluir, e o senhor pode falar.

O SR. ANDRÉ CALLEGARI – Perfeito, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito? O senhor terá todo o direito de falar, pelo amor de Deus.

Eu só estou dizendo o seguinte: eu não quero... Pela minha mãe – a coisa mais importante da minha vida, o amor mais incondicional da minha vida –, eu não quero ter o direito de dar voz de prisão ao senhor caso chegue ao desacato. Então, por gentileza, reflita, porque pelo menos alguma pergunta o senhor pode responder e não 100%, penso eu. Não sou jurídico como o Dr. André.

Com a palavra o advogado, democraticamente.

O SR. ANDRÉ CALLEGARI – Muito obrigado. Sr. Presidente, antes de mais nada, saudar V. Exa., porque eu não tive a oportunidade de falar antes. Eu o admiro muito não só como Senador, como comunicador e na Presidência destes trabalhos.

Também saúdo o Senador Girão. Também sei do seu interesse em esclarecer os fatos, que são fatos importantes desta CPI.

O objeto dela, no nosso entendimento jurídico, modesto entendimento, está adstrito à manipulação de jogos de futebol. Portanto, a decisão do Ministro Dino, tudo que refoge a isso



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diz que o paciente, no caso aqui o depoente, tem o direito absoluto ao silêncio. E eu entendo a interpretação de V. Exa. e o que diz o Ministro Fux. Com todo o respeito ao Ministro Fux, não me interessa e não interessa a esta CPI, porque ele decidiu naquele caso, um caso específico, que era a CPI da Covid. Cada paciente, na sua impetração, tem um espectro jurídico na concessão de uma medida liminar de *habeas corpus* que se dá do menos ao mais. No nosso caso, nós temos o mais: não só o direito de não prestar o compromisso de dizer a verdade, como também o direito absoluto de não responder nada.

E desculpe, Sr. Presidente, mas, se V. Exa. praticar esse ato de prendê-lo ou de ameaça de prendê-lo por desacato, V. Exa. estará cometendo um crime de abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu não fiz ameaça, eu fiz um alerta.

O SR. ANDRÉ CALLEGARI – Mas seria um crime de abuso de autoridade por V. Exa., porque descumpriria uma ordem específica de um Ministro da Suprema Corte, da qual... Sim, a decisão não é do... Nós não estamos discutindo a decisão do Ministro Luiz Fux, que, com todo o respeito, com a *maxima venia*, para aquele caso específico, pode ter dado a interpretação que ele quis. Mas, da decisão do Ministro Flávio Dino aqui, me parece que é inadmissível qualquer outra interpretação que não seja esta: o silêncio é, sim, absoluto.

Aliás, se ele quiser, ele não precisa responder nada. Pode-se dizer que é um desrespeito à Casa – aí eu vou concordar com V. Exa. –, que é uma interpretação de V. Exa., enquanto Presidente, ou do Senador que retirou até os elogios feitos ao meu cliente. Agora, tecnicamente e juridicamente falando, ela é irretocável. Ele nem sequer pode ser ameaçado ou pode ser advertido de que, permanecendo reiteradamente em silêncio, ele poderá sofrer um crime de desacato, porque aí, sim, nós vamos ter que deslindar essa questão na Suprema Corte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Só pra colocar ponto final nisso e dar sequência às perguntas que o Senador Girão deseja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar fazendo, eu não falei aqui, ou seja, eu não acionei a boca e não liguei o cérebro, até porque eu o tenho. *(Risos.)*

Caso o senhor duvide, pergunte a José Luiz Datena, que foi ao Hospital Einstein, em São Paulo, fazer o QI comigo. O meu QI é de 198, é quase próximo ao de Einstein. Desculpe a modéstia.

Eu não faria isto jamais, ou seja, ver o galo cantar sem saber onde. Antes de começar esta reunião, a Consultoria Jurídica do Senado Federal é que me deu esta orientação. Perfeito?

O SR. ANDRÉ CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, é só para o senhor entender que não foi aqui o Kajuru que resolveu fazer essa colocação, e nunca em tom de ameaça, simplesmente um alerta. Repito que a Consultoria Jurídica competentíssima deste Senado Federal me orientou a alertá-lo, caso o senhor insistisse num silêncio que pudesse ser interpretado como desacato.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Olha, falar que o que nós estamos questionando aqui não está no escopo da CPI é um absurdo, porque está aqui. O escopo da CPI envolve, sim, a questão de empresa de aposta. Está lá no escopo.

E se o senhor representa, ou representava, o Presidente da Associação Nacional de Empresas de Aposta, é claro que o senhor teria que responder sobre este caso, que é justamente sobre empresa de aposta esportiva. Está aqui, porque a CPI é clara.

Mas a decisão do Ministro Flávio Dino, para mim, não me surpreende tanto, porque aqui nós estamos tentando fazer o nosso trabalho não é de hoje, e ele, como Ministro, numa outra CPI, também tomou a decisão de não apresentar as câmeras de segurança, e toma essa decisão aqui. Nós apelamos para essa decisão, mesmo sabendo... Hoje, particularmente, eu vejo que a justiça não é para todos neste país, que existe um poder, acima dos demais, que manda e desmanda, que não respeita este Parlamento. Para fazer uma CPI, de novo está havendo desrespeito com este Parlamento, mas nós vamos insistir. O senhor pode ter certeza de que, no limite das forças, nós vamos insistir pela busca da verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu posso estar equivocado, mas o Brasil está acompanhando, a imprensa está acompanhando, a imprensa livre deste país está vendo justamente o que nós estamos buscando aqui, que é simplesmente a verdade, e tem uma decisão para o senhor não responder. Então, isso já gera uma pulga atrás da orelha. Por que não? O que é que estão querendo esconder de vocês, imprensa brasileira? O que é que estão querendo esconder do brasileiro?

Eu não posso deixar de fazer aqui, para o senhor, mais algumas perguntas, para encerrar.

O senhor foi pressionado por outros integrantes da CPI da Câmara dos Deputados na busca de vantagens financeiras? Se sim, quem o pressionou? Foi Parlamentar? Foi assessor? Foram os dois? Quais os nomes?

O SR. WESLEY CARDIA (Para depor.) – Lamento, Senador Girão, vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como foram passadas essas informações publicadas na revista *Veja*? Como foram passadas? Como a revista *Veja* teve acesso? Eu sei que tem o princípio da fonte e tudo, mas foi o senhor mesmo quem passou para a revista *Veja* essas informações? Foi iniciativa do senhor, como cidadão, preocupado com a ética, que estava sendo achacado, e o senhor foi lá e procurou a revista para denunciar? Porque eu o estou vendo, e o vejo, quero lhe deixar muito claro, nessa situação, como o mocinho da história, como a pessoa... Eu me coloco no seu lugar. Acontecendo isso, eu faria a mesma coisa. Eu iria dizer "poxa, olha o que está acontecendo aqui". Por isso que eu lhe peço para não ficar em silêncio, porque o senhor tem a chance de colaborar com o Brasil, colaborar com o futuro do nosso país. Então, foi iniciativa do senhor para procurar a revista *Veja*?

O SR. WESLEY CARDIA – Senador Girão, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Senador Girão, uma observação importante. Talvez essa pergunta o senhor deseje responder. O Sr. Manssur, da mesma forma que o senhor reagiu, disse que a minha pergunta foi pontual quando eu coloquei a ele que um jornalista importante, aqui presente nesta CPI naquela sessão, naquela reunião, informou a mim que o Sr. Manssur havia considerado o senhor, quando se dirigiu a ele para esta informação grave, mas ainda sem provas, que o senhor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não estava bem, que o senhor tinha tomado remédios, e que ele sentiu que o senhor não estava se mostrando seguro na denúncia que fez. Ele usou a palavra que, inclusive, tem aí, na nossa casa, na nossa secretaria... Ele usou a palavra que o senhor se mostrou duvidoso. A isso o senhor pode responder?

O SR. WESLEY CARDIA – Senador, não cabe a mim fazer juízo de valor sobre o depoimento do Dr. Manssur, profissional de primeira linha, mas, com relação a qualquer coisa relativa a estado de saúde, isso é questão de foro íntimo, Senador. Eu não gostaria de responder. Concorda?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordar eu não concordo, mas respeito o seu direito de ficar em silêncio. É evidente que eu não vou concordar com o senhor... Se ele disse que os senhores... O senhor falou pra ele que o senhor estava mal, que o senhor estava tomando remédio. Então, ele aí achou que o senhor estava duvidoso em função da sua pessoa, ou seja, do seu semblante. Foi isso que ele quis dizer aqui. É por isso que eu perguntei respeitosamente.

Girão, querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Sr. Wesley, o senhor...

O SR. WESLEY CARDIA – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Wesley, o senhor encontrou com o Dr. Francisco Manssur nas últimas semanas?

O SR. WESLEY CARDIA – Não, senhor. Nas últimas semanas, não, mas, ao longo do ano de 2023, várias vezes. Nós tínhamos reuniões semana sim e semana não com a equipe da secretaria – e então não era secretaria, era assessoria –, onde a associação, com vários membros sempre, com vários integrantes, levava especialistas em cada um dos temas que seriam tratados. O tema, por exemplo, era Pix, nós buscávamos alguém dos principais bancos que iam com conhecimento técnico pra ajudar a secretaria a formular as melhores portarias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu lhe agradeço demais, inclusive, por o senhor ter começado a voltar a responder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É por isso que foi importante o alerta que eu fiz.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Superimportante.

E eu espero que a gente possa concluir, como disse o grande humanista e pacifista Chico Xavier, que me norteia muito... E eu tenho muitas imperfeições e limitações, eu sei, mas eu procuro melhorar a cada dia. Ele disse o seguinte: a gente não pode voltar atrás pra fazer um novo começo, mas todos nós podemos, a partir de agora, fazer um novo fim.

Então, nós estamos no final aqui do seu depoimento, e eu quero lhe fazer uma pergunta, porque reitero: eu acredito que o senhor não é o vilão dessa história. Pelo movimento, pela matéria da revista, pelo movimento, pelo depoimento do próprio Sr. Manssur, o senhor não é o vilão. Tudo demonstra isso, mas esse seu silêncio incomoda bastante, porque é como se estivesse querendo proteger alguém, e o Brasil já está de saco cheio disso, ninguém aguenta mais isso. Eu e Kajuru não viemos pra cá pra ficar fazendo jogo de cena. Então, vou lhe perguntar: por que o senhor procurou o Sr. Francisco Manssur, do Ministério da Fazenda, e não diretamente a polícia ou o Ministério Público, já que se tratava claramente de um crime de corrupção passiva o achaque feito ao senhor?

O SR. WESLEY CARDIA – O senhor juntou duas situações diferentes, me perguntou se eu visitava o Dr. Manssur. Sim, nós o visitávamos em grupo, sempre para fazer as reuniões em grupos da ANJL junto com o grupo técnico da secretaria. Eram essas as reuniões. Sobre qualquer outra reunião, eu não vou me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Sr. Wesley, permita-me mais uma pergunta à la Kajuru?

O SR. WESLEY CARDIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor tem filho?

O SR. WESLEY CARDIA – Tenho uma filha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Tem neto?

O SR. WESLEY CARDIA – Ainda não, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Uma filha. Se uma filha – essa sua filha – perguntar ao senhor hoje à noite "pai, esse Deputado denunciado é inocente ou culpado", o senhor responderia a ela como?

O SR. WESLEY CARDIA – Isso é uma pergunta à la Kajuru, muito capciosa. E eu ia dizer a ela: "Minha filha, o Dr. André me deu um *habeas corpus* pra eu não te responder". (Risos.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO.
Fora do microfone.) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É complicado, mas vamos lá.

O que o senhor esperava que Manssur ou o Ministério da Fazenda fizessem, e eles não fizeram? Na sua... E o senhor levar esse assunto para o Sr. Manssur, esse achaque que o senhor sofreu, o que o senhor esperava que o Sr. Manssur ou o Ministério da Fazenda fizessem com relação a isso, ou não fizeram o que o senhor estava esperando?

O SR. WESLEY CARDIA – Desculpe, Senador. Eu fico um tanto constrangido, sendo o senhor a fazer as perguntas, e eu não lhe respondendo. Eu... Oxalá fosse outra pessoa que eu não conhecesse que estivesse fazendo isso, mas o senhor me perguntando, eu fico muito constrangido, mas eu não vou responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sinto isso. Eu sinto que o senhor tem a colaborar nessa CPI e eu acredito que, até o final dela, o senhor vai colaborar nessa CPI, porque... Quero deixar bem claro para a população que está nos assistindo aqui que o movimento que o Sr. Wesley Cardia fez foi o movimento de um cidadão, e eu me coloco no lugar dele. Só aqui, na CPI – e aí o senhor me perdoe –, eu esperava um procedimento diferente, até



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu ouvi o senhor responder todas as perguntas do Senador Romário, e a minha infelizmente eu não estou conseguindo. Mas vamos lá para a parte final.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Nem a minha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E nem a do Senador Kajuru também, que é o Presidente dessa Comissão.

Mas o ex-servidor do Ministério da Fazenda, Francisco Manssur, que – também coloco – me parece uma pessoa muito correta, me parece uma pessoa... afirmou que o senhor o procurou muito nervoso, procurou o Sr. Manssur, muito nervoso, naquela oportunidade. Segundo ele, até um pouco descontrolado e dizendo que o senhor estava tomando remédios. O Senador Kajuru até já perguntou – o senhor não quis responder, e eu não vou insistir – se o senhor estava ou não sob o efeito de remédios naquela hora.

Mas como se deu essa reunião? O senhor saiu da Câmara dos Deputados e foi direto à Esplanada dos Ministérios falar com o Sr. Manssur? Já que o senhor costumava ir muito conversar com o Sr. Manssur junto com outras empresas, associações? Isso foi colocado em grupo também ou foi em particular com o Sr. Manssur? Ou o senhor revelou esse pedido de propina para outros colegas que estavam querendo fazer aprovação das casas de apostas?

O SR. WESLEY CARDIA – Mais uma vez, eu me reservo o direito ao silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só um detalhe, só uma informação importante aqui. O senhor marcou essa reunião por telefone ou foi diretamente com o Sr. Manssur, no Ministério da Fazenda? Essa reunião em que teve origem essa denúncia e tudo foi por telefone ou foi pessoalmente apenas? Como o senhor a marcou?

O SR. WESLEY CARDIA – Vou permanecer em silêncio, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Qual foi a participação da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) na regulamentação das apostas esportivas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA – A participação foi levando técnicos e conhecimento para poder debater cada um dos assuntos, levando informações internacionais, de associações internacionais, de órgãos reguladores internacionais, fornecendo toda a informação que se podia, porque o ministério tinha pouca gente para trabalhar, então nós os auxiliávamos levando informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tanto ao Ministério da Fazenda como ao Congresso Nacional também?

O SR. WESLEY CARDIA – Também, a mesma coisa.

Várias vezes estivemos aqui... Tive o privilégio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Era um grupo? Era um grupo?

O SR. WESLEY CARDIA – Sempre era um grupo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas esse pedido de propina foi só para o senhor?

O SR. WESLEY CARDIA – Senador, eu vou ficar em silêncio.

Senador, eu teria respondido diferente para o Senador Kajuru. Aqui eu teria dito: Senador, isso é uma *trick question*, uma pergunta truque: o senhor pergunta uma coisa absolutamente plausível e, depois, tenta chegar a um outro sentido.

Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

O senhor tratava diretamente com o Sr. Francisco Manssur?

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, todas as reuniões...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sempre, sempre com ele?

O SR. WESLEY CARDIA – Não. Várias vezes foi só com a equipe, quando ele estava viajando, fazendo palestras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para não ser repetitivo, nesse caso, foi só com ele, nessa abordagem da revista, dessa matéria que... Supostamente, o pedido de propina foi só com ele, pessoalmente, o senhor e ele? Isso o senhor pode confirmar. Se foi num grupo grande... Eu não vou perguntar detalhes. Eu queria saber se foi apenas com ele.

O SR. WESLEY CARDIA – Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele falou, ele falou que foi com o senhor.

O SR. WESLEY CARDIA – Senador, apesar da fidalguia da sua pergunta, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Além desse episódio, o senhor tomou ciência de alguma outra situação em que houve oferta ou pedido de propina que envolvesse esse universo de casas de apostas? Se sim, qual foi e como se deu?

O SR. WESLEY CARDIA – Permanecerei em silêncio, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para todos os efeitos, o senhor fez um favor ao Brasil, naquele momento – naquele momento –: delatou um esquema de propina que, segundo o senhor, envolve o Deputado Federal e a indústria.

Eu pergunto: por que o senhor interpôs um *habeas corpus* ao STF, já que nem investigado o senhor é? O senhor está sofrendo algum tipo de ameaça de alguém, de algum poderoso de plantão? O que o senhor tem a esconder?

Essa é a minha última e derradeira pergunta, Sr. Presidente.

O SR. WESLEY CARDIA – Meu advogado aqui vai me torcer o pescoço, mas eu vou... Eu posso cantar? (Risos.)

Não. Já disse que não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor queria o quê? Cantar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA – Cantar. Eu ia dizer que era um pobre rapaz latino-americano.

Senador, não vou responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tudo bem, mas, por favor, também não cante...

O SR. WESLEY CARDIA – Está certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque aqui é uma CPI, que está querendo fazer o que é correto.

O SR. WESLEY CARDIA – A minha mulher teria dito...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que eu usei a palavra "desacato".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu não tenho mais questionamentos.

Eu queria dizer que saio desta CPI ainda com mais foco, juntamente com o senhor, com outros colegas, para que a gente possa buscar a verdade sobre esse tema, por que esse assunto está tão na sombra, está tão nas trevas, de uma denúncia que saiu numa das maiores revistas do Brasil, e que ninguém fala mais sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A própria revista não deu sequência à denúncia que ela apresentou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A própria revista não fala nesse assunto, a própria revista, outros veículos da mídia...

Eu espero que esse... Se a gente não – hoje, depois deste depoimento aqui, mesmo com... o silêncio diz muita coisa –, se a gente não vai deixar um corpo, aqui no Senado Federal, no sentido figurado, óbvio, de mais um caso de corrupção sem ser desvendado na história deste país? Da minha parte, não vai ser, o senhor pode ter certeza, e eu tenho certeza de que da sua. Até o último momento desta CPI, nós vamos buscar ouvir quem quer que seja para que a gente possa ter a busca da verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O STF poderia ter colaborado hoje, através do Ministro Dino, nesta CPI, não dando esse *habeas corpus*. Com respeito, a gente tem que respeitar a decisão judicial, mas, simplesmente, o objeto desta CPI é o que nós estamos fazendo aqui. Então, tirar uma denúncia grave de cobrança de propina, não deixar que a gente pergunte, que a gente possa buscar a verdade através de uma oitiva aprovada pelo Congresso Nacional, eu repito, é mais um desrespeito a esta Casa. E o Senado precisa agir nesse sentido. Eu sou um, aqui, que o senhor sabe, que quero ver de volta o reequilíbrio entre os Poderes da República. Isso é ótimo para a democracia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Harmonia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... cada um fazendo o seu trabalho, mas, a partir do momento que não deixam a gente fazer o nosso trabalho... E a gente teve mais um caso hoje aqui. Depois de muitos meses, mais um caso ocorrendo aqui nesta CPI, é muito triste. Mas, vamos insistir.

Sr. Presidente, eu tenho um requerimento a que nós já demos entrada para que a gente possa, a partir do que nós ouvimos e não ouvimos aqui, requerer que o Sr. Wesley Cardia passe a figurar como investigado desta comissão parlamentar de inquérito de apostas esportivas. Em tempo, eu requeiro a quebra do sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático.

Está aqui o requerimento. Eu não vou ler ele todo, mas está aqui todo o embasamento feito por ele. Se o senhor quiser, eu leio. O senhor quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade. Eu apenas não posso tomar uma decisão, porque só estamos nós dois aqui. São onze membros desta CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Relator está ausente porque teve um compromisso no seu gabinete. O Carlos Portinho saiu porque está reunido com o Ministro interino da Fazenda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então, eu sozinho não posso tomar essa decisão, eu não seria democrata.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor vai marcar...
O quórum a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Uma reunião com a...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O quórum o senhor sabe que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim, mas precisamos saber se vai ter a votação, senão fica só o seu voto, eu só posso votar se houver empate. Como é que eu faço?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas aí eu lhe peço que vote na próxima. Amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sim, aí teremos outros aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E aí nós teremos outros aqui. Eu tenho certeza de que todo mundo vai aprovar. Não acredito que ninguém vai chegar e dizer "não". Depois do que nós ouvimos aqui, eu acredito que os Senadores vão aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu só espero que você entenda a minha situação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu, como Presidente da CPI, tenho que cumprir o Regimento. Eu só posso votar se houver empate.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Só teria o seu voto. Como é que eu faço? Concorda?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Então fica...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Isto hoje, amanhã é outro dia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor coloca amanhã para votar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu lhe agradeço.

Então, eu, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a aprovação do presente requerimento para que o Sr. Wesley Cardia passe a figurar como investigado desta comissão parlamentar de inquérito de apostas esportivas. Em tempo, requiro também a quebra do seu sigilo fiscal bancário, telefônico e telemático.

Justificação.

A revista *Veja*, da Editora Abril, na sua edição nº 2.860, de 22 de setembro de 2023, essa que nós mostramos aqui algumas vezes, publicou que, no fim de agosto de 2023, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi alertado por um assessor especial de sua equipe, o Sr. Francisco Manssur, de que um Deputado Federal da base governista teria pedido 35 milhões... Retiro "da base governista"...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Por gentileza, porque é uma injustiça, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Deputado Federal Felipe Carreras teria pedido R\$35 milhões a uma associação que reúne empresas de apostas em troca de duas contrapartidas: defender seus interesses na regulamentação do setor e não transformar... Isso é tão grave, Senador, isso é tão grave! Defender seus interesses na regulamentação do setor – e foi regulamentado, coincidência ou não – e não transformar a vida dos seus associados em um inferno na CPI das apostas esportivas instalada na Câmara Federal. E não foi um inferno, foi um céu lá que eles fizeram porque eles acabaram a CPI, e nem relatório foi votado. Então, este é o Deputado citado na matéria de que eu falei: Deputado Felipe Carreras.

Ainda segundo a revista *Veja*, a alegada cobrança de propina por parte do Deputado foi levada ao Ministro Fernando Haddad pelo Sr. Manssur. É isso? Perfeito. Tudo aqui de acordo com o que a gente ouviu na revista e que conseguiu falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Agora, o Manssur desmentiu a informação de que o Fernando Haddad teve acesso a essa informação. Foi o secretário dele, do Haddad, que tomou conhecimento. Pode ter certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Concorde comigo? Foi o que ele falou aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele falou. As notas taquigráficas estão aí, inclusive, para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Elas estão aí, elas estão aí para falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ainda citando a matéria da revista *Veja*: "O senhor foi procurado pelo Presidente?". Na verdade, o Manssur foi procurado pelo Presidente da Associação Nacional dos Jogos e Loterias, que é justamente o Sr. Wesley Cardia, aqui presente hoje, que narrou em uma conversa reservada que foi abordado pelo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Carreras, que à época era também Relator da CPI das apostas esportivas na Câmara dos Deputados, a qual, repito, terminou em pizza e sem votação do relatório. Segundo Cardia, este lhe teria pedido – esta matéria diz – R\$35 milhões em troca de ajuda e proteção.

Para piorar, o Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias disse que não teria sido a primeira interpelação por parte do Parlamentar, pois um assessor do Deputado já o havia procurado anteriormente. Ele acrescentou que outros integrantes da CPI, sem citar nomes, pressionavam o setor em busca de vantagens financeiras.

Cabe destacar que Felipe Carreras, acusado de cobrar propina das empresas de apostas fixas, além de ser Relator da CPI das apostas esportivas, também relatou o Projeto 442, de 1991, que libera os jogos de cassino, bingo e jogo do bicho no Brasil, que foi aprovado na CCJ poucas semanas atrás, sob o nº 2.234, de 2022, e que está previsto ser aprovado na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Infelizmente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ou seja, onde tem jogatina, este Parlamentar ocupa posição há muito tempo de destaque na Câmara dos Deputados. Não é possível que, além da queda, a gente vai ter o coice.

Ocorre que o Sr. Wesley Cardia ingressou no STF com *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, contra o ato convocatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Resumidamente, pediu para ficar em silêncio e não ter a obrigação de prestar termo de compromisso em dizer a verdade.

O senhor não prestou termo...

Agora é uma pergunta que eu estou fazendo, desculpe: o senhor não prestou termo de compromisso de verdade aqui não, não é?

O SR. WESLEY CARDIA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque, quando você consegue o *habeas corpus*...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Está certo. Não, é porque eu não vi o senhor perguntar, mas o senhor já queimou nessa etapa corretamente, porque não adiantava...

Portanto, quem vinha até agora prestando um enorme favor ao Brasil, em especial ao esporte brasileiro, quando denunciou – e eu repito e elogio a sua coragem no momento de denunciar... E espero que, de alguma forma, mais na frente, a gente possa poder terminar bem esta CPI, investigando esse esquema de propina do mundo da jogatina virtual, conhecida como *bets*. Não podemos esconder absolutamente esse tipo de gravidade, que joga graves suspeitas sobre um setor.

Eu ressalto que a oitiva do Sr. Wesley Cardia teve como objetivo apurar os fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Por tais razões, Sr. Presidente, considero fundamental, diante dos fatos aqui narrados, que o Sr. Wesley Cardia passe a figurar como investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito das Apostas Esportivas, em tempo requerendo aqui também a sua quebra do sigilo fiscal, bancário, telefônico. Já que ele não quis falar – e respeito a decisão –, já que ele não quis falar, teve a oportunidade, pelo menos nós vamos saber com quem que ele falou a partir da quebra do sigilo. Isso é importantíssimo para que a gente possa concluir o nosso trabalho, pelo menos na parte do período... Perdão, do período de 1º de janeiro... Só para incluir no requerimento: do período de 1º de janeiro de 2023 até 5 de agosto de 2024, ontem. Está certo? Que a gente possa ter a aferição aí da quebra do sigilo, especialmente telemático, telefônico do cidadão Wesley Cardia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Eduardo Girão, eu tenho certeza, me dirigindo agora à pátria amada, brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, que a sociedade sabe do meu histórico de 50 anos de carreira nacional em todas as redes de televisão do país, nas maiores rádios, nos maiores jornais, colunista do maior jornal do Brasil, *Folha de S.Paulo*. Eu tenho muito medo, e o senhor fez aqui uma observação muito coerente, Senador Girão, quando colocou que o fato de o senhor ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficado aqui em silêncio, e o Ministro Flávio Dino, merecedor de meus aplausos, de minha amizade, mas isso não significa que eu tenha que concordar tudo com ele... Nesse caso eu discordo da atitude dele. Por quê? Porque, gente, vocês que estão aqui, mulheres e homens, esse assunto precisa ter um basta até em função do Deputado que está sendo nacionalmente, toda hora, apresentado como alguém acusado de ter recebido propina. Imagine, ele tem família, ele tem esposa, ele tem filho, ele tem pai, ele tem mãe.

Existe algo que muito jornalista "polichinco"... Aliás, jornalista que nem sabe o que significa "polichinco", até porque não tem no Aurélio. Para você entender esse adjetivo, você precisa ler os diálogos de Nietzsche e Sócrates. Eu até aviso a alguns jornalistas que não é o Sócrates da seleção brasileira, é o filósofo grego. "Polichinco" por quê? Porque o jornalista esquece que ele comete um crime: morte social. Concorda, Dr. Ricardo? O que é morte social? Você está deixando uma pessoa sendo execrada a partir do momento em que o assunto vai continuar em tona. O Senador Eduardo Girão, no papel dele de Parlamentar, tem todo direito de fazer as suas observações enquanto não tiver um fim, um basta.

E aí, nesse campo de raciocínio meu, eu só faria uma pergunta final ao senhor e depois uma última que eu sei que o senhor vai querer responder, que é outro fato. O senhor é um homem que teria coragem de fazer acusação a alguém sem ter provas?

O SR. WESLEY CARDIA – Desculpe, não vou responder a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que o assunto vai continuando, continuando...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, só rapidamente, não vou fazer mais perguntas, não tenho mais, só agradeço essa oportunidade. Mas eu queria dizer pro senhor o seguinte: que eu sou de um estado diferente do Senador, do Deputado Felipe Carreras, eu sou do Ceará e ele é de Pernambuco, eu não tenho absolutamente nada contra a pessoa dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pessoal, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixei muito claro isso, inclusive pra interlocutores que vieram falar comigo: absolutamente nada, pelo contrário. Vejo um Deputado articulado, um Deputado que está em muitas relatorias, mas, nesse aspecto, tem uma denúncia nacional de uma revista de grande impacto, que teve aqui um Secretário, que é o Manssur, que trabalhou diretamente com o Haddad, falando sobre a questão de um pedido de propina.

Então, sabe aquelas coisas que estão no ar, como o senhor colocou... E a gente precisa de um esclarecimento, a gente precisa esclarecer isso, pra mostrar que o processo foi todo correto, não teve absolutamente nada, até pra gente se tranquilizar. Mas essa blindagem que está acontecendo vai me botando mais pulga atrás da orelha pra gente buscar o que é que está acontecendo. Então, deixando muito claro que não estamos fazendo prejulgamento. Por isso é que nós precisamos aqui cumprir o nosso dever, inclusive até pra ouvir o Deputado – inclusive até pra ouvir o Deputado. E não temos como fugir de uma situação dessas.

Então, eu agradeço mais uma vez a presença de todos vocês, da advogada Marília Fontenele, do Dr. André Callegari, do Dr. Wesley Cardia. Me desculpe se de alguma forma eu fui um pouco insistente, um pouco indelicado com o senhor. Essa não foi a minha intenção. Apenas eu estava na expectativa, talvez eu tenha criado uma falsa expectativa de que iria conseguir, já que o senhor estava respondendo aos colegas, iria me responder, porque eu que fiz o requerimento. Mas eu acredito que a gente vai ter outras oportunidades para, de alguma forma, reparar isso; e que essa CPI vai cumprir o seu dever, é para isso que a gente vai trabalhar, nesse sentido.

Parabéns, Senador Kajuru. A sua condução aqui hoje é exemplar. Parabéns! E vamos que vamos aí, para amanhã aprovar esse requerimento, para que a gente possa avançar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tenha certeza da independência de minha postura como Presidente dessa CPI.

Eu apenas concluo dizendo que o triste de não ver esse assunto rapidamente encerrado é porque Romário e eu ouvimos pessoalmente o Deputado Felipe Carreras, ele que foi Líder do PSB na Câmara dos Deputados. Ele chegou até mim – e o Romário disse que o mesmo aconteceu com ele – chorando, não é chorando como chora apresentador de televisão, em que você não vê





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lágrima. Tem um monte de apresentador de televisão que chora com qualquer coisa, mas você não vê nenhuma lágrima cair. Desse Deputado, eu vi a lágrima dele cair. Ele disse que estava arrasado. Por isso que esse assunto precisa ser encerrado, e eu lamento, repito, que tenha acontecido hoje esse *habeas corpus*, como observou o Senador Eduardo Girão.

Por fim, Sr. Wesley, qual é o seu papel na ISL, empresa suíça, que no ano de 2000 se associou, no Brasil, ao Flamengo e ao Grêmio Porto Alegrense?

Em 2000, a ISL enviou, da Suíça, cerca de US\$500 mil para saldar dívidas que segundo o Grêmio se referiam a multas pelo atraso no pagamento dos passes de dois jogadores de futebol, multas que não existiam, segundo apurou a polícia, que ainda descobriu os três cheques enviados pela ISL nas mãos de doleiros. E aí, pergunto: que explicação o senhor teria a dar para o fato?

Por causa desse episódio, o senhor e o ex-Presidente do Grêmio José Alberto Guerreiro foram condenados, em 2007, por crime de estelionato. Um ano depois, em 2008, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul o liberou de cumprir a pena, sob o argumento de que ela prescreveu. O senhor diria que a Justiça errou na condenação?

E, por fim: o senhor dirige a Aspen Capital? E qual é a atividade dessa empresa? São as minhas últimas perguntas, que eu creio que o senhor poderá responder, pelo menos parte delas.

O SR. WESLEY CARDIA (Para depor.) – Posso responder tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fica à vontade.

O SR. WESLEY CARDIA – Sim, eu era o Presidente da ISL no Brasil. Quando foi feita a Lei Pelé, várias empresas internacionais decidiram vir para o Brasil para tentar profissionalizar o futebol brasileiro, organizando e administrando de uma forma mais empresarial. Infelizmente, os projetos não tiveram sucesso, porque a empresa que tinha os direitos da FIFA, os direitos das Olimpíadas, os direitos de *marketing* no mundo todo comprou os direitos do ATP Tour, que é o maior campeonato, o maior torneio de tênis do mundo, e isso deu um problema de caixa, e a empresa quebrou no mundo inteiro – tinha escritórios em 24 sedes, em 24 países do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, nós já tínhamos aportado, naquele momento, US\$16,8 milhões – não é US\$500 mil; é US\$16,8 milhões – para o Grêmio comprar jogadores, etc. E nunca, nunca, embora isso estivesse em contrato, o Grêmio deixou que a ISL tocasse nas receitas de *marketing* que lhe competiam, que lhe diziam respeito. Então, isso foi gerando uma situação extremamente complicada entre o clube e a empresa ISL, porque só colocava dinheiro e não conseguia reaver um centavo. Isso foi mote de brigas, quase às vias de fato, dentro do Grêmio Porto Alegrense. E, em consequência disso, algumas pessoas foram processadas lamentavelmente. E um dia eu ouvi uma autoridade dizendo: "Vamos resolver isso, deixando os dois Presidentes responderem, e a gente libera todos os outros". E foi o que aconteceu: os dois panacas foram os que responderam pelo processo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor não entendeu que isso ficou como uma mancha na sua vida? Porque o senhor foi condenado e, depois, só não teve a condenação concretizada porque ela prescreveu.

O SR. WESLEY CARDIA – O senhor não faz ideia do quanto isso me incomoda, mas eu não tinha a menor condição de refutar, por uma razão... Por outra razão: os diretores da empresa – olha que fato absurdo –, mesmo tendo recebido tudo, tudo que lhes dizia respeito na hora da demissão, resolveram, porque ficaram bravos que a empresa quebrou, entrar contra mim, pessoa física, na Justiça. Eu não tinha um talão de nota de contador, uma caixinha com contabilidade, um livro caixa ou qualquer outra coisa, porque eu havia sido demitido junto. Eu não tinha nenhum elemento para contestar. E a Justiça do Trabalho me condenou, e eu, na física, tive que pagar as rescisões dessas pessoas sem que um centavo fosse devido.

São mágoas que ficam? Sim, são mágoas que ficam, mas, como disse o Senador Girão, nas palavras do célebre médium Chico Xavier, essa gente pode mudar o fim da história. E a minha mudança do fim dessa história, que o senhor citou, é tentando esquecer esse fato horroroso e tentando sublimar a raiva que eu tenho pelas pessoas que provocaram isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. WESLEY CARDIA – Eu e o Presidente Guerreiro. Nunca pedi, nunca disse, em nenhum momento, que ele era vítima também. E foi.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pegando essa deixa...

O SR. WESLEY CARDIA – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pegando essa deixa do Sr. Wesley... E eu, nesse aspecto, o cumprimento – no aspecto da resiliência, de sublimar isso para a sua vida pessoal –, só que a gente aqui, na CPI – por isso que eu lhe peço desculpa de a gente ter ido até um pouco mais duro –, não pode sublimar isso, porque este é o interesse da nação: esse caso da denúncia da revista *Veja*, esse caso que envolve um Deputado Federal. E esse Deputado não o processou. Olha só como a coisa não bate, não fecha. Se fosse uma coisa que não tivesse cabimento nenhum, esse Deputado, em vez de estar procurando blindar essa situação, deveria tê-lo processado se não fosse verdade.

Ele não o processou porque talvez seja verdade. Aliás, isso é algo que se encaminha e nós vamos buscar isso no limite das nossas forças, porque não é uma pessoa prejudicada, não é uma sublimação pessoal, não é uma resiliência pessoal; é um problema pra nação, pro esporte brasileiro uma denúncia de 35 milhões de propina pra regulamentar casa *bet*, pra acabar com a CPI. E, coincidentemente, foi regulamentada a casa *bet* e foi acabada a CPI em pizza.

Então, que a gente possa fazer diferente nessa CPI.

Muito obrigado, Presidente, mais uma vez. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Vice-Presidente Eduardo Girão. Só deixando claro: é uma opinião sua, que a gente respeita, ainda não é a opinião da CPI, porque nós teremos que chegar às conclusões para que provas cabais e irrefutáveis sejam aqui apresentadas. Por enquanto, é isso que temos que fazer.

Agradecer a sua presença, Sr. Wesley, dos seus advogados, o Dr. André e a Dra. Marília. E, se o senhor quiser fazer alguma observação final, fica à vontade, porque nós temos mais uma última oitiva nesta reunião da CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WESLEY CARDIA (Para depor.) – Eu só quero agradecer a essa Casa pelo seu interesse, interesse da CPI, do Senador Girão, de tratar do tema manipulação de apostas, que é fundamental para que as casas, os operadores tenham mais segurança no seu trabalho no Brasil.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Saúde e Deus na sua vida.

A assessoria, por gentileza. Muito obrigado, Henrique.

Eu convido agora o Sr. Anderson Ibrahim a tomar assento à mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, liberados. Vão com Deus. Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso! Até logo. *(Pausa.)*

Ah, já está chegando. Peço a ele desculpas pelo tempo, mas aqui a gente não pode limitar tempo de perguntas. E o senhor teve uma paciência de Jó.

Então, eu passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa., Sr. Anderson, promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado? Responda, por favor.

O SR. ANDERSON IBRAHIM (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A partir deste momento, então, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito", esta CPI, constitui crime punível com pena de "reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa".

Fiz apenas essa leitura para cumprir o Regimento, sei que o senhor aqui não vai faltar com a verdade.

A minha assessoria, por gentileza, a Carol Luz.

E eu aproveito pra dar ao senhor o direito de dez minutos para a sua explanação inicial sobre o que deseja falar, Sr. Anderson.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Boa tarde a todos da Casa, ao que preside. O trabalho que vocês vêm fazendo é um trabalho que eu acredito que é de interesse não só da Casa, do Senado, mas também de quem acompanha o futebol, de quem gosta do esporte e de quem também trabalha com esse segmento.

Primeiramente, eu não pude – vou justificar, eu sei que eu fiz isso por escrito – estar presente no primeiro convite. A minha esposa estava gestante na fase final, graças a Deus já nasceu meu filhinho, vai fazer 12 dias agora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Deus o abençoe!

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim. E foi necessária a minha presença, porque nós temos outros filhos pequenos e eu dirijo, eu que levo ao médico e acabo dando toda essa assistência. Tinha a questão da logística também, e como foi uma surpresa com relação ao convite... Eu sei que vocês têm um prazo, uma demanda pra ser atendida, mas eu não podia me organizar dentro daquele primeiro prazo. Foi quando eu solicitei uma nova data, e cá estou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Anderson Ibrahim Rocha, o jogo suspeito de fraude envolvendo Patrocinense e Inter de Limeira, um time mineiro e um time paulista, aconteceu no dia 1º de junho de 2023, quando o futebol profissional do Clube Atlético Patrocinense era gerido pela sua empresa, a Air





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agenciamento e Marketing Ltda. Suspeitas recaíram sobre jogadores contratados por ela, por essa sua empresa.

Como inicialmente explicar essa situação, por fineza?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Bom, Kajuru, quando eu recebi esse comunicado, me espantou um pouco, a partir do momento que eu tive o entendimento do inquérito, juntamente com o jurídico nosso, porque dentro desse inquérito constam algumas alegações que prontamente eu conseguiria rebater que não são verdadeiras. Lá, diz-se que eu montei o elenco de forma autoritária, sem aceitar indicações, sem ouvir parte da direção do clube, e isso não é verdade, porque eles indicavam atletas, eles participaram, indicaram goleiro, indicaram atletas de linha, enfim, jogadores que vinham jogando, vinham atuando; até jogadores da cidade, a quem foi dada a oportunidade pra que eles fizessem avaliações num período, e depois, posteriormente, foram aprovados e ficaram dentro desse grupo.

Então, dentro desse inquérito, foi alegado um autoritarismo meu na questão de montagem do grupo, com relação a não dar ouvidos à direção, porém uma coisa que não consta no inquérito ou nunca é explanada pra imprensa ou pras pessoas próximas é que, quando foi feito um contrato de parceria entre a Air Golden juntamente com o Clube Atlético Patrocinense, esse contrato tem cláusulas. E qual é o intuito desse contrato? O intuito desse contrato é tentar profissionalizar a administração do clube de uma maneira que ele não vem sendo gerido. "Ah, mas o clube não é profissional?". Ele é um clube profissional no papel. Porém, quem acompanha o futebol sabe que o clube... Você acompanha o futebol mineiro, acredito eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu trabalhei lá seis anos.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O Patrocinense, para quem acompanhou o Campeonato Mineiro, não conseguiu nem concluir a sua participação no estadual mineiro. Houve três W.O. seguidos. Então, não vinha sendo feita uma boa administração do clube, não vinha sendo feita uma boa gestão da instituição. Eles pecaram com pagamentos, eles pecaram com a logística, eles pecaram com administração de grupo, tomadas de decisões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pagamento de multa à Federação Mineira de Futebol, não é isso?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Tudo. Eles estavam, vamos dizer, numa situação bem delicada. Eu vou ter que contar um pouco sobre isso para poder dar um entendimento melhor para a Casa com relação ao que, no meu ponto de vista, levou a tal situação, de acusação e tudo mais.

O clube vinha com essa bagunça administrativa antes da minha existência junto à instituição, antes de eu estar próximo. Foi oferecido que esse clube buscasse uma parceria para disputar a Série D, pois ele não tinha recursos e não tinha profissionais para poder estar tocando nessa competição. E se porventura ele desistisse da competição quando não havia mais tempo de desistência, ele pegaria um gancho, se eu não me engano, tanto da Federação Mineira quanto da CBF. Isso atrapalharia o futuro breve do clube. Foi feita uma parceria. O Presidente Roberto Avatar, na minha época de fechar esse contrato de parceria junto à equipe do Patrocinense, era Vice-Presidente. Eu até não pude acompanhar presencialmente nesse último convite, mas eu acompanhei virtualmente. Eu o assisti, não só uma vez, e eu vi até que ele citou, porque ele começou a ter proximidade comigo na semana em que ele assumiu presidência. Isso não é verdade. Ele participou desde a aprovação do conselho na parceria, como ele era o responsável pela Prefeitura em organizar os campos de treinamento, e eu na parte de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor está dizendo que ele mentiu, então?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, faltou com a verdade, sim, com relação a essa situação. Porque ele afirmou que a gente não tinha contato e foi ter contato só na semana em que ele assumiu. E, no final de semana seguinte, ele rompeu o contrato de forma unilateral. Isso não é verdade, porque tanto ele quanto o Presidente, quanto o Iverson, que era o braço direito do então Presidente Ronaldo, quanto o Presidente do conselho, José Félix, quanto o Régis, o Regin, que é um Diretor também do clube, todos eles participavam. Porém, no início da parceria, quando se iniciou a parceria, quem estava mais ativamente no dia a dia do clube era o então Presidente Ronaldo com o Iverson. Quando eles renunciaram, esses demais ficaram mais próximos do clube. Porém, eles estavam presentes desde o início da negociação da parceria, eles estavam presentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde a assinatura porque foi feita uma reunião com o conselho, saiu matéria na imprensa local. Eles assinaram ata de que iam estar fazendo essa parceria. Eles tinham conhecimento de como que é esse contrato.

O contrato, acredito que, se vocês não tiverem disponível, eu posso disponibilizar para vocês poderem olhar as cláusulas desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A CPI quer.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A CPI quer, por favor.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Perfeito, eu tenho o... E, dentro desse contrato, tem as cláusulas, deveres e direitos também da parceria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Obrigado.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – E, dentro disso daí, quando foi firmada a parceria, foi um contrato de gestão. Por que gestão? Eu sempre trabalhei de uma forma que eu não busco levar ao pé da letra as minhas parcerias ou ser engessado com elas. Eu procuro entender que existe o lado sentimental de quem se envolve com o clube – a pessoa que é torcedor, que o pai foi Presidente, que o filho assumiu, que o neto vai assumir –, a gente sabe que isso acontece, que envolve esse lado sentimental do torcedor. Porém, a gente entende que o futebol, se ele ficar sendo gerido dessa forma, vai acontecer o que acontece cada vez mais: falta de recurso, falta de pontualidade nos compromissos, falta de organização. De vez em quando, eles acertam, montam um elenco competitivo e conseguem fazer uma boa competição, mas, na grande maioria da história dos clubes, é sofrimento dentro da competição, brigando para não rebaixar, atrasando o pagamento, faltando alimento, faltando estrutura básica.

Então, quando a gente fez a parceria com o CAP, foi para quê? Num projeto de médio e longo prazo, introduzir essa profissionalização, criar o departamento de *marketing*, criar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo, melhorar a estrutura. O clube não tinha nem sala de fisioterapia. Eu comprei todos os equipamentos, montamos uma sala de fisioterapia para fazer o tratamento dos atletas, para não ficar dependendo, às vezes, do hospital local da cidade, porque, às vezes, a demanda é muito grande, e eles não conseguem dar a devida atenção para o atleta, para a necessidade que o clube tem.

Mas, enfim, quando se fez a parceria, todos esses, até o então Presidente Roberto Avatar, tinham ciência da parceria, tinham ciência desse documento, porque esse documento foi entregue ao então Presidente e ao Iverson. Então, acredito eu que todo mundo que assinou a ata deve ter pedido esse documento para dar uma analisada, até porque o contrato teve vários ajustes por parte do jurídico do clube. E, nesse contrato, está que a empresa capta recursos para investir dentro do futebol e administrá-lo, principal e primeiramente, no futebol profissional. Posteriormente, iria ser feito um trabalho com base, num futuro próximo, até porque a gente pegou o clube vindo de um rebaixamento no estadual, no Campeonato Mineiro, que é uma competição muito forte, que o clube não conseguiu terminar, teve W.O., ficou com dívidas na Federação.

Dentro da parceria, foi aberta uma negociação com relação à cota que a CBF transfere para o clube, para que se conseguisse regularizar essas pendências, que foi o que eu passei para o então Presidente Ronaldo, na época porque, se o clube estivesse recebendo, toda hora, cobranças e dívidas, ia ser ruim para administrá-lo, para tocá-lo, com o telefone toda hora tocando por causa de débito do Campeonato Mineiro, que não teria nada a ver comigo.

Então, dentro disso daí, a gente procurou ser o mais maleável possível, para que o clube conseguisse se organizar, e aí começar a montagem do elenco. Eu perguntei para eles, na época, o que eles teriam de atletas do Campeonato Mineiro que pudessem ser aproveitados, e eles não tinham nada, a não ser o atacante, o Gabriel Tocantins, que esteve no campeonato, mas não foi relacionado para nenhum jogo. É um atacante jovem, para quem eu dei oportunidade ali no elenco da Série D e para o goleiro que eles também fizeram questão que ficasse, o Gianluca, que é o goleiro que também não teve um minuto em campo no estadual, no Campeonato Mineiro. Mas eles exigiram que esse goleiro ficasse no grupo, porque era um pedido deles, e eu falei: "Não, sem problema. É bom de grupo? Se não for um cara que vai criar problema se for titular ou não, porque ele tem que brigar pelo espaço dele, não tem problema de estar fazendo parte. E ele que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busque a oportunidade, juntamente com os demais companheiros, dentro de campo e no dia a dia de treino".

E, depois, começaram a fazer algumas outras indicações. E, dentro do que estávamos dentro de contrato com as nossas obrigações e também com os nossos deveres e direitos, o clube não vinha cumprindo algumas situações, por exemplo: transparência com relação a repasse de receita, sócio torcedor, bilheteria, coisas para as quais o clube teria que fazer repasse, e não para eu, Anderson, gastar. Não. Era para fazer, pelo menos, a transparência. Eles poderiam direcionar diretamente para os pagamentos de alguns funcionários, de algumas despesas, mas que mostrassem que o dinheiro que entrou aqui foi para isso, e que o daqui foi para aquilo. E isso não aconteceu desde o início da parceria.

Em pouco tempo, com o início dessa parceria, a gente teve que montar um elenco praticamente do zero. Quem trabalha com o futebol sabe que não é fácil montar um grupo. Ainda mais onde você compete com equipes que têm um poder financeiro maior, que têm condições e que já vêm de um estadual onde o atleta prefere continuar no clube em que ele já está do que buscar um novo clube. A gente estava numa chave, no meu ponto de vista, a chave mais difícil da Série D deste ano. Não vou falar tecnicamente, porque, depois, a gente viu que um clube outro acabou se destacando em outras chaves, mas eu digo em questão de nomes de clube. Futebol paulista, futebol paranaense, salvo o representante do Mato Grosso do Sul, que é um futebol um pouco mais modesto, porém o Costa Rica é um time muito bem organizado e bem administrado. É uma chave difícil de competir. Eu tinha ciência disto. Não prometi acesso, não prometi título, mas prometi organização para que a gente conseguisse, em um futuro breve, ter um time competitivo, talvez ficar para o ano seguinte para a disputa do mineiro do Módulo 2, que era uma proposta dentro do contrato. Nesse contrato tem cláusulas de gatilhos de renovação e metas atingidas: classificou na segunda fase, tem uma renovação; acesso para a Série C, teria uma outra renovação. Para quê? Para que a gente pudesse se empenhar e junto, não só a parceira, mas que os representantes do clube, que gostavam de se envolver no dia a dia, pudessem se empenhar junto nessa busca de objetivo.

Mas eu sou do interior de São Paulo, sou da cidade de São José do Rio Preto. Eu sei como a política, às vezes, destrói um clube de futebol, infelizmente. Não, a política que eu digo... As pessoas usam como uma ferramenta a instituição. A gente vê hoje grandes times do interior





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paulista em que há uma briga por poder, para tomada de cadeira, que vai arrebentando com a instituição. A gente tem um gigante, um estádio gigante na minha cidade, que, infelizmente, hoje disputa a quinta divisão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O América.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso. E é um time de que eu gosto muito, simpatizo demais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu também.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – É um time que... Eu lembro de criança, sendo criança, meu pai assistindo jogos lá. E, infelizmente, a gente vê que a briga política do clube faz com que ele chegue na situação em que está.

No CAP não estava diferente. Muita briga, não comigo. Logo quando eu cheguei, briga política entre eles. Era o Ronaldo brigando com o Roberto Avatar, que era o Vice, um querendo tirar o outro, um tentando derrubar o outro. Chegou um momento em que o Ronaldo, acho que se cansou do esforço da outra parte da direção em querê-lo fora do clube, fez a renúncia dele, e, juntamente, o Iverson fez essa renúncia, que era o braço direito dele, que trabalhava ali na diretoria, e esse pessoal assumiu, que é o – o Presidente do Conselho continuou – Régis, e o Roberto Avatar, que assumiu a Presidência. Tem outros lá que participavam, mas esses que eu estou citando são os que iam no clube pelo menos, que, de vez em quando, apareciam lá. E, depois que chegaram lá, já chegaram com a ideia, isto que foi passado para mim, num dos bastidores, que eles não queriam que a empresa estivesse lá, que foi uma decisão, na época, do Ronaldo e que, por eles, quebrariam o contrato. Automaticamente, eles buscaram formas de fazer isso. Mas eu não acredito que eles tenham feito da maneira correta. Eles alegam, uma outra pontuação de uma situação que ele comentou na participação dele aqui na outra reunião, que ele teve contato comigo só em uma semana, que o clube havia notificado a empresa de forma extrajudicial. De fato, isso ocorreu no dia 20 de maio. A gente estava com parte dos pagamentos em aberto, porque muitos tinham pegado vale. Então, tinha partes do pagamento em aberto. Porém, depois da notificação extrajudicial que eles fizeram, que, na época, ainda foi feita pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iverson, que ele ainda estava na... Depois eu te encaminho, ou eu te passo para você também ter um acesso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Eles me notificaram, só que eu já tinha comunicado a eles que não havia necessidade de uma comunicação extrajudicial, porque já estavam sendo feitas regularizações, porém eu respeitaria a decisão deles de me comunicar dessa forma, porém que estaria sendo resolvido, e, em seguinte, eu estaria contranotificando eles para avisá-los.

Aqui, se quiser ficar contigo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Obrigado.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – E esta foi a notificação que eles fizeram no dia 20 de maio. No dia 24 de maio, nós contranotificamos já com a regularização. Aqui pontuando todas as cobranças deles por parte da empresa que estavam em aberto... Contranotificamos eles dentro do prazo muito, muito tranquilo, dentro do prazo que rege dentro do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sr. Anderson, por gentileza, no depoimento do Presidente Roberto Avatar, da Patrocinese, em algum momento... O senhor assistiu na íntegra. Perfeito?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Assisti.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Em algum momento, o senhor se sentiu ofendido por ele?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, não senti diretamente, eu senti assim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor não acha que ele quis demonstrar aqui que realmente o senhor cometeu erros?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Eu acredito que a falta de um esclarecimento devido leva pessoas a entenderem as coisas... Então, deixar no ar alguma situação pode levar pessoas a terem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

uma indução ou um pensamento ruim sobre alguém que não estava aqui para poder depois falar, no caso. Eu não vi ele me acusar diretamente de nada, porém, quando questionado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Mas os jogadores ele deixou claro, não é?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, ele deixou...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Ele até comentou... Não sei se o Senador Portinho estava aqui no dia...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) –
Assisti depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Depois.

Para ele, aqueles dois lances... O goleiro que ele falou, me parece... Sobre dois jogadores, ele deixou claro aqui que ele não teve nenhuma dúvida de que eles receberam propina.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, bom, sim... Na forma...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Porque a falha que eles cometeram, segundo o Presidente da Patrocinense, foi gravíssima. Nós vimos na televisão...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Realmente foi de assustar.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, eu vi os três lances depois por gravação, eu não estava também presente no jogo.

Mas, rapidinho, só pra justificar essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – No dia 31, antes do jogo da Internacional de Limeira, naquela semana, foi feito até uma... Depois, eles apagaram da rede social do clube. Foi feito um comunicado sobre o desligamento de alguns atletas, atletas que não vinham tendo bom desempenho em campo, atletas que estavam saindo muito na noite... A gente sabe que a mulher mineira é uma mulher bonita, o povo gosta de um churrasco, gosta de uma confraternização... *(Risos.)*

E, infelizmente, o atleta... A gente sabe que a rotina de treino e a ausência de familiar, longe de casa há muito tempo, levam eles a criarem amizades e gostarem disso. Natural, a gente não está ali pra prender atletas, eu nunca... Mas a gente procura explicar que eles têm que tratar as coisas de forma moderada, porque o corpo deles é a máquina de trabalho. Então, eles precisam estar descansados.

Mas a gente estava tendo alguns problemas com alguns atletas, atletas esses que a própria direção, o próprio Roberto e alguns outros questionaram e pediram para estar desligando do clube. Prontamente, eu falei: "Eu concordo ". São jogadores que eu também não estava contente não só pelo campo, mas pelo extracampo, de saindo muito à noite, chegando tarde, não cumprindo o horário do alojamento... E a gente fez isto: desligou. Alguns, na verdade, não precisaram nem desligar, acho que já sabiam que iam ser mandados embora, pediram a liberação. Isso antes do jogo da Internacional, está bom?

Nesse meio tempo, ele solicitou que a gente trouxesse atletas. Eu falei: "Vocês têm algum atleta para indicar? Não tem?". Eles pediram para um parceiro, o parceiro indicou quatro atletas, eles deram o o.k. Era um goleiro, porque a gente liberou zagueiro, liberou lateral... Perdão, o lateral estava machucado. Liberou o volante e liberou... Outro zagueiro foi para a equipe do Boa, ele recebeu uma proposta salarial muito boa perto do que ele recebia – os nossos salários lá eram baixos, não eram salários altos. Ele recebeu uma proposta muito boa pra ele, pediu liberação, e liberou. Nisso, trouxemos as peças de reposição, tínhamos atletas machucados no grupo e nós procuramos agilizar para poder estar regularizando esses atletas.

Eu costumo ir em todos os jogos. Raramente eu fico de fora, a não ser que tenha algum compromisso que me impossibilite de estar participando. Eu gosto de assistir, eu gosto de acompanhar, eu gosto de estar presente. Não foi diferente nessa competição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, nesse jogo específico, eu não fui. Mas por que eu não fui? Tínhamos quatro atletas para regularizar e pôr no BID. Estávamos indo para o jogo com 22 atletas. No dia da viagem, o Thiago Ribeiro solicitou a liberação dele. Falou que viu que o time não ia ter condições de chegar e tinha coisas particulares dele para resolver, um documento da Itália, algumas situações. E depois até me espantou o fato de ele voltar para o time, mas, enfim, ele pediu para estar indo para casa. Eu falei: "Olha, você quer esperar um pouquinho e tal?". Ele pegou e falou "não", pediu a liberação, eu falei "tudo bem", a gente comunicou a saída dele via rede social do clube e comuniquei os atletas que eles tinham saído do clube já. E ia ser feita a comunicação dos novos atletas, que já estavam treinando na semana, no clube. A gente sabia que não poderíamos ir para um jogo com o até então líder da nossa chave, que era a Internacional de Limeira, que estava invicto até então, e nós em último colocado. Não poderíamos ir com eles desfalcados. A possibilidade de desastre seria gigantesca.

Então, eu não viajei na quinta-feira. Fui de manhã no campo, que a gente treinou na quinta-feira de manhã. Depois do almoço, pegaram estrada. O Presidente Roberto Avatar estava no campo. Busquei a assinatura dele nos quatro contratos dos atletas que estariam sendo regularizados e solicitei o pagamento dos boletos. A gente organizou o pagamento dos boletos. Porém, na quinta-feira era feriado, e o escritório de contabilidade não estava aberto para poder fazer o registro dos atletas para, então, subir o contrato no BID. Eu não sei se, talvez, quase ninguém aqui vai ter conhecimento de como que é o trâmite para regularizar um atleta, colocá-lo no BID e deixá-lo disponível para jogo, mas passa-se aos exames médicos, que a gente fez na quarta-feira, assinatura dos contratos, contabilidade para o registro devido na carteira de trabalho e pagamento das taxas, e, posteriormente, subir o contrato, fazer o *upload* do contrato para que eles sejam regularizados na CBF e estejam à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Anderson, só para não ficar um monólogo aqui, com todo o respeito, e por respeito a uma voz consagrada do Estado do Rio de Janeiro, que é o Senador Carlos Portinho, membro desta importante CPI – e ele é fundamental porque ele é implacável e tem trazido uma colaboração preciosa nas informações, em tudo que ele apura e na dedicação dele a esta CPI –, eu farei uma proposta para o nosso pingue-pongue, caso o Senador Portinho deseje fazer alguma colocação. Fique à vontade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Minha pergunta é breve. A verdade é uma, podendo se desdobrar em outras, mas o que eu queria saber se a Air Golden, antes Patrocinense, geriu o departamento de futebol de outros clubes.

O SR. ANDERSON IBRAHIM (Para depor.) – Sim, a gente já teve parcerias em outros clubes, mas nem sempre no mesmo modelo de parceria. Cada situação é uma situação. Eu já trabalhei onde eu cheguei com a proposta de poder gerir e implantar uma profissionalização do futebol, e, chegando lá, a autonomia que eu teria que ter para poder realmente tentar organizar as coisas era grande, e a pessoa propor uma outra situação, como me oferecer para ser gerente de futebol ou como me oferecer para ser um outro cargo, mas de uma forma com menos autonomia. Então, já tive parcerias, como também já tive parcerias onde só trabalhei com a captação de recursos, patrocínios, parceiros para poder ajudar a fomentar investimento e conseguir tocar o futebol.

Então, já estive, de forma presencial, em alguns, já estive, de forma não presencial, fazendo algumas visitas, correndo em empresas também e já estive trabalhando *full time*, igual eu fiz nesse último aí, onde eu fiquei na cidade, visitei empresas, fazia contatos com empresários também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se só puder passar a relação desses clubes...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, eu já trabalhei no Tanabi, eu era recente, ainda estava aprendendo, isso faz bastante tempo; já fui Diretor de Marketing do América, de São José do Rio Preto; Internacional de Limeira, aconteceu isso, eu apresentei uma proposta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixa eu só... Só para eu poder organizar aqui, você podia dizer só o ano e o clube?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Internacional de Limeira, final de 2018 e 2019, no acesso da 2 para 1, lá eu fui Gerente de Futebol e depois de algumas reuniões eles propuseram o salário, eu trabalhei remunerado, eu não fiz gestão. Era remunerado, mas com a função como se fosse um gestor, fazendo a captação, montando departamentos também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E depois?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Da Internacional de Limeira, eu montei um projeto para o Jaguariúna, mas não fiquei presencial, só montei, TV, clube, captação, projeto para captação de patrocínios.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso foi quando?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2019 também. Porque era a Bezinha, era uma competição depois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Jaguariúna é de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, a terra do rodeio.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que mais?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Do Jaguariúna eu estive na cidade de Batatais, em 2020, quando iniciou a pandemia, que teve a paralisação. Quando retornou da pandemia, eu fiz uma parceria com eles. Na época quem me indicou lá foi o Prof. Mirandinha, lá de Fortaleza. Ele era treinador, depois ele saiu da função de treinador e me indicou para ajudar o clube. A gente chegou nas quartas de final daquele ano, quase subimos para a 2, na 3 Paulista.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2020?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2020.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2021?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – No ano seguinte eu fechei com a equipe do Toledo, lá não era gestão, eu fui trabalhar, fui diretor lá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Paraná?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso, primeira divisão do futebol paranaense. Mas lá quem mandava era o presidente, eu fazia a minha participação dentro da função.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2022?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2022 eu trabalhei no Estado do Piauí, na equipe do Altos, Série C do Campeonato Brasileiro. Também não tinha autonomia, era um trabalho ali na minha função mesmo e captando recursos para o clube e desenvolvendo o que eu podia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2023?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2023...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Patrocinense já?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, não. Patrocinense foi nesse ano.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi 2024...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2022 também eu tive uma parceria onde eu não ficava presencial, também em Minas, que é no clube da URT, onde eu fui procurado porque, como eu tenho relacionamento com empresas, eu consigo apoio, eu trabalhava...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – URT de Patos de Minas?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Patos de Minas. Só que eu não ficava lá, lá tinha um gerente chamado Matheus, esse que ficava, a Presidente era ativa, os diretores eram ativos. A gente trabalhava buscando parcerias, jogadores que viessem com um salário mais baixo, enfim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2023?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Em 2023 eu tive... Eu quase não estive presencialmente em clubes, mas trabalhando com as intermediações da empresa, indicação de atletas para fora e outros clubes no Brasil. Mas eu também estive no projeto junto à prefeitura, no Mato Grosso do Sul, na equipe do CAC.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – CAC.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Primeira divisão, chegamos nas quartas de final também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Portinho, como você é muito novo, quando ele falou em Batatais, sabe quem jogou lá? Baldochi, zagueiro do Corinthians, lembra? Não, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sacanagem comigo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, eu não queria te deixar mais velho.

Se você falasse Neto, eu nunca esqueceria; se falasse Zanon, eu nunca esqueceria. (Risos.)

Está bom. Só tinha essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Obrigado, Senador Portinho.

O Clube Patrocinense anunciou, em 2 de junho, um dia depois do jogo suspeito, o fim do contrato com a sua empresa, a AIR Agenciamento e Marketing Ltda.

O senhor disse à imprensa que tomou a iniciativa de notificar o Clube Atlético Patrocinense no dia 31 de maio, antes, portanto, do jogo suspeito. Aí cabe a pergunta: quem é que tem razão nessa dúvida?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, eu sei que ele falou que eu não notifiquei. Eu ouvi na fala do Presidente Roberto que a notificação foi porque eles haviam me notificado, porém – eu te entreguei impresso o documento –, quando eles notificaram, eu contranotifiquei com a solução dos devidos itens que eles estavam me questionando, o que constava em contrato que era de obrigação da empresa. Posteriormente, de forma informal, eu sempre pedia para que eles pudessem cumprir com a parte deles no contrato, desde a tomada de decisões por parte da empresa em desligar quem não está tendo bom rendimento e contratar quem seja necessário contratar, como também por parte de infraestrutura, porque que era obrigação do CAP o mínimo que o clube teria que fornecer e que eles não estavam conseguindo cumprir, conforme constava em contrato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse motivo, no dia 31 de maio, antes do jogo da Internacional de Limeira e depois de o Roberto Avatar interferir na regularização de atletas para o próprio jogo da Internacional de Limeira, eu, de forma formalizada, notifiquei o clube e encaminhei tanto para um grupo que tinha da direção lá como também pro *e-mail* da constituição, mas trouxe também um modelo impresso para te entregar. Aqui é a nossa notificação extrajudicial, no dia 31 de maio, contra a equipe do Patrocinense pelo não cumprimento das cláusulas que davam autonomia para nós regularizarmos atletas que fossem necessários.

Por que que eu estou te falando isso e por que que, para mim, essa tomada de decisão por parte da direção teve um grande impacto nesse jogo contra a Internacional de Limeira? A gente teve um... Igual eu estava citando antes, que aí depois você... Para não estender demais, o clube veio com alguns atletas que foram desligados. Tínhamos atletas com lesão, e a gente precisava... Tanto que a gente viajou para esse jogo contra a Internacional de Limeira com 21 atletas. A gente poderia levar até 23, mas viajamos com apenas 21. Desses 21, dois garotos da cidade com 19 anos e 18 anos, garotos jovens que ainda não tinham sequência, não tiveram nenhuma oportunidade. Desses outros 21, no caso os 19 restantes, dois estavam lesionados, que era o Wesley e o Júlio Carioca, um atacante de beirada, que fazia lateral direito, e o Wesley, que era lateral direito titular, ambos com lesão, em final de tratamento muscular, mas que a gente queria poupar, porque eles falaram que não tinham condição de realmente jogar. Estavam com medo de abrir a coxa mais, um era na panturrilha e outro era na coxa, na posterior, e iam acabar ficando o restante do campeonato impossibilitados de jogar. Então, a gente levou esses 17 atletas, sendo desses 17 dois lesionados e dois meninos novos que não eram do profissional ainda, que tinham acabado de ser introduzidos no trabalho, e levamos quatro atletas que já vinham treinando a semana toda pelo Prof. Estevam, como titulares, que estavam bem, que eram da posição de origem. E o Roberto Avatar assinou esses contratos na quinta-feira. Na sexta-feira à tarde, quando já estava tudo regularizado, pagamentos de taxas, exames médicos, contabilidade, eu simplesmente entrei em contato com o Ricardo, que é o rapaz que cuida da documentação, que foi funcionário da Federação Mineira e que hoje atua como consultoria para os clubes do Estado de Minas, solicitando, mandando os comprovantes e solicitando que ele subisse os contratos no BID, porque eu não tinha acesso ao sistema, não é minha área fazer essa parte.

Eu posso ler o *print*?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Hum-hum.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Nesse dia, eu mandei pra ele: "Pagamos e mandamos o comprovante". Isso aqui era para uma baixa de um único boleto que faltava. Eu perguntei se ele queria que eu mandasse o Pix pra ele dar baixa por lá, aí ele falou que já estava dada a baixa. Aí depois, às 14h11 da sexta-feira, antes do jogo, ele falou: "Anderson, há uma situação inusitada. O Roberto Avatar me ligou agora e disse que não é para dar prosseguimento em nenhum registro de atleta. Por favor, resolva tal situação, pois estou em uma sinuca de bico, afinal, pelo que consta, ele agora é o Presidente. Vou ter de interromper qualquer processo". Eu falei pra ele: "Vou ligar pra ele". Ele falou: "Me faça esse favor, pois eu não sei o que está ocorrendo aí". "Também não sei, porque pra mim foi uma surpresa." Busquei a assinatura dele na quinta de manhã, num feriado, fiz a correria na contabilidade, pagamento das taxas pra regularizar pra que a gente não fosse desfalcado pro jogo da Internacional de Limeira. Aí ele até me encaminhou o *print*, o Ricardo me encaminhou o *print* da conversa do Roberto para justificar por que ele não estava querendo subir o contrato no BID. E, nesse *print*, tem aqui: "Ricardo, boa tarde. A partir dessa mensagem, não é para fazer registro de nenhum atleta para o CAP, sem atualização minha. O.k?". Aí eu peguei e falei pro Ricardo que não tinha o que fazer, já que ele não queria que subisse, por mais que estivesse tudo pago, por mais que... Quer esses papéis também? Por mais que estivesse tudo pago e por mais que não tivesse nenhum impedimento pra que subisse o contrato deles no BID, eu liguei pro Presidente então e falei: "Presidente, o que está acontecendo?". "Não, a gente vai ver; não, vai ver." Eu até achei que, no finalzinho do dia, ele fosse subir os meninos no BID, não é? Falei: "Bom, até às 19h, dá tempo". Estava tudo pago, era só dar o o.k. e fazer o *upload* desses contratos. Mas deu o horário e não subiu. Eu liguei pra ele e falei: "Olha...". Eu ia pro jogo de carro depois, porque eu tive que ficar pra fazer isso. Normalmente eu viajo junto com o clube, mas, como eu fiquei pra organizar tudo, falei: "Eu vou de carro depois". Eu peguei e liguei pra ele e falei: "Olha, você está fazendo eu ir pro jogo contra o líder". Até então, o time mais forte e competitivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A Inter.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – A Internacional de Limeira, invicta. Até então, eles estavam invictos na competição, contra nós que estamos em processo de ajustamento e de evolução dentro da competição, porque o nosso time estava melhorando, estava evoluindo, com quatro desfalques, porque os meninos viajaram, mas não puderam ficar em campo, nem no banco, tiveram que ficar na arquibancada, e com duas lesões e com dois meninos da base.

Eu falei assim: "Vocês querem que eu tome uma lapada, porque, se eu não tomar agulhada no começo, eu tomo no final, não vai ter perna pra correr contra eles, jogando na casa deles ainda". "Não, mas a gente vai ver, vai ver." Pra resumir essa questão, eu não viajei, falei que eu não iria viajar. E, em nenhum jogo, a direção acompanhou o time. Por mais que sempre tivesse no nosso acordo que eles mandassem um representante em todos os jogos, a nenhum jogo foram. E justamente nesse jogo, eles foram com o carro, com três diretores lá e foram para esse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Anderson Ibrahim, você está tendo o privilégio aqui de estar diante de um dos três maiores jogadores do mundo, Romário de Souza Faria, que também, como homem público aqui, é um dos maiores Relatores da história deste Congresso Nacional e tem vida de Bolt. Você sabe quem é o Bolt, não é?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Bolt?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bolt, o corredor.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele está numa Comissão, vai pra outra, vem pra cá. Aqui na CPI, ele vai, volta. E ele está aqui, ele é o Relator.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu tenho que passar a ele agora a bola pra que Romário faça as perguntas que desejar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – À vontade, irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Anderson Ibrahim, muito obrigado pela presença.

Eu, infelizmente, não acompanhei aqui o seu depoimento. Então, o tema é exatamente sobre esse fatídico jogo: Patrocinense e Inter de Limeira.

As suspeitas foram tão fortes que a Polícia Federal deflagrou a Operação Jogo Limpo para investigar as graves suspeitas de manipulação, cumprindo 11 mandados de busca e apreensão em diversas cidades. A investigação ainda está em andamento, segundo confirmou, em depoimento à CPI, o Sr. Roberto Avatar.

Naquele momento, o senhor, através da sua empresa Air Golden, era o gestor do futebol do Patrocinense, é isso?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Além da gestão do futebol do Patrocinense em 2004, o senhor também confirma que foi gestor do futebol da Inter de Limeira em 2018?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, não fui gestor. Eu trabalhei... eu era gerente de futebol. Cheguei no final de 2018, porque era pré-temporada, não é? A gente iniciou lá em... Eu cheguei em outubro, final de outubro; pré-temporada, em novembro e dezembro; e iniciou a competição em janeiro, quando foi vice-campeão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor era gestor de um e gerente do outro?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, não. Isso foi em anos diferentes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, o senhor era gestor em... Tinha a gestão do Patrocinense em 2024, este ano.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, em 2018, o senhor era gerente do futebol da Inter de Limeira.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso, eu tinha um cargo...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é a diferença? Só para eu entender um pouco.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – O gestor de futebol, na verdade, é uma função como se fosse um presidente, mas que consiga viver, vamos dizer, em prol do time, em prol do futebol. Trabalha com essa função. A grande maioria dos presidentes dos clubes são cargos voluntários, em que a pessoa faz por paixão, mas ela não consegue disponibilizar muitas horas do seu dia porque alguns têm suas profissões. Então, o gestor nada mais é que profissionalizar essa função para desenvolver o trabalho no time.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele tem mais autonomia que o gerente?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim. No modelo de contrato que eu apresento em parceria, eu busco dessa forma, porque eu costumo até ter gerentes onde eu trabalho. Eu contrato o gerente para o operacional do dia a dia, quando o orçamento permite.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é como se fosse um diretor, se me permite, Romário. Em 2018, 2019, na verdade – final de 2018, início de 2019 –, no Inter Limeira, ele era como se fosse um diretor de futebol remunerado...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que teria o gerente, teria a estrutura do clube abaixo dele.

Se eu entendi bem, em 2024, no Patrocinense, já era diferente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você tinha o departamento de futebol arrendado...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... terceirizado...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para a sua empresa.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Terceirizado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E essas pessoas da Inter de Limeira, de 2018, quando você era o gerente – não é isso? –, são as mesmas pessoas que estavam no grupo? Não os jogadores, mas, no geral, é o mesmo grupo que estava no jogo contra o Patrocinense em 2024?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, mudou todo mundo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Jogador também não?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, jogadores, que eu me recorde ali do elenco atual, são totalmente diferentes. Hoje a Inter está num outro patamar. Ela disputa Campeonato Paulista, que é um estadual, para mim, dos mais fortes do Brasil; um nível técnico muito elevado; vão brigar por acesso. Então, é totalmente diferente o elenco da nossa época.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na concepção do senhor, que gosta de futebol e conhece, o senhor entende que aqueles lances foram normais ou o senhor suspeitou de alguma manipulação?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Bom, eu não assisti ao vivo, porque a esse jogo específico eu não fui – eu até relatei o motivo aqui de eu não ter ido –, mas depois eu vi os lances. Tendo em consideração... Quem não acompanha o time ou não acompanhou a semana nossa, o bastidor nosso, naquele jogo a gente jogou com um atacante improvisado de última hora, que foi improvisado dentro do vestiário praticamente, que é o Dener, que o então Roberto colocou a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mão no fogo por ele – ele é da cidade. Nós demos a primeira oportunidade para ele e profissionalizamos ele com 30 anos de idade, porque ele se mostrou capaz para aquilo. Ele jogou de lateral. E, no meu ponto de vista, dois dos gols saíram nas costas dele, mas ele não tem preparo para a cobertura daquela posição. Ele é um atacante, é um cara ofensivo. Ele corre, ele ajuda naquela posição pelo fato de correr, mas ele não tem capacidade técnica de marcação para atuar como um lateral direito. E eu não acho que ele tenha feito isso de forma equivocada. No primeiro gol, que é uma falha conjunta de posicionamento e de tomada de decisão do zagueiro Renan com o goleiro Felipe, no meu ponto de vista, olhando o vídeo pausadamente, você acha absurdo, mas você olhando no decorrer do jogo, é rápida a tomada de decisão. Quem jogou sabe, às vezes a tomada de decisão é de milésimos de segundo; e se você tomar uma decisão errada, você vai falhar. Pelo que eu percebi no lance, um deixou pro outro e ninguém foi. E quando tentou ir...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senhor...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – ... o atacante chegou rápido.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ibrahim, não é?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tomar decisão errada é muito mais rápido do que a certa, entendeu? Por isso que só tem cara ruim hoje no futebol. *(Risos.)*

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na sua concepção, então, os gols foram por decisões erradas e equivocadas de jogadores do Patrocinense? Na sua ideia de futebol.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, na minha ideia, assim, do que eu acompanhei do bastidor, e sabendo que tinha jogadores jogando em posições que não eram a deles de origem, numa situação em que a gente não tinha um banco, jogando contra o então líder, que é um adversário que a gente tinha que respeitar demais, porque estava invicto na competição, se você errar contra jogadores tecnicamente melhores, você está fadado a tomar gol; isso faz parte da bola. E, como você disse, na Série D, infelizmente, o nível técnico é muito baixo. São jogadores que jogam...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu não disse na Série D, não; eu disse no futebol em geral.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, no futebol em geral, sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na Série A também.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, mas, se na Série A a gente vê lances, às vezes, até grotescos de qualidade técnica, de tomadas de decisão erradas, imagine numa divisão como a Série D! Então, assim, infelizmente, eu não quero passar pano para nenhuma tomada de decisão errada de quem quer que seja, mas eu não posso acreditar que houve uma falha em conjunto dessa maneira.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós temos o vídeo ainda aí? Vamos passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque o Presidente Avatar...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Talvez o senhor possa rever a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... o Presidente Avatar não falou isso, não.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Meu Deus...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Sr. Roberto Avatar chegou a afirmar que havia recebido informações de possíveis manipulações antes do jogo, daquela partida. O senhor também ouviu ou recebeu esse tipo de informação antes do jogo, sob suspeita?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não. Até me gera estranheza ele não ter me comunicado sobre tal situação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A pergunta que eu ia fazer era exatamente esta.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele não te comunicou?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, e ainda barrou a inscrição de quatro atletas. Há *prints* que comprovam que ele barrou essa inscrição.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor fez algum tipo de aposta naquele jogo? Algum parente, amigo, sócio ou conhecido...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... fez aposta naquele jogo?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor conversou com jogadores envolvidos nos lances suspeitos? O que eles disseram? O senhor conduziu alguma investigação após assistir à partida? Tem alguma suspeita?

Vamos uma por uma.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor conversou com jogadores envolvidos naqueles lances suspeitos?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não. Não, porque eu fui ver os lances mais à noite, os lances dos gols, mais à noite. Porque o jogo não foi transmitido, eu não estava presente. E a Internacional posta, grava, mas não transmite, por causa do público. Ela postou depois, aí depois é que eu fui ver os lances. Mas aí eles estavam em viagem, não tinha nem porque eu bater boca também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Logo em seguida àquele jogo, o Sr. Roberto... Roberto Avatar, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Roberto Avatar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele tomou posse de novo do Patrocinense, é isso?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Isso, no domingo...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou foi... foi depois do jogo ou foi antes do jogo?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, na verdade, as tomadas de decisões dele e o bloqueio foram antes do jogo, ele já começou o não cumprimento de forma mais incisiva com relação ao contrato firmado, mas, posteriormente ao jogo, no domingo, no período da tarde, por volta das 15 horas, ele me chamou para conversar no clube. Eu fui até lá, estava presente ele, o Presidente do conselho, o Zé Félix, e o Régis, que é do conselho também. E eles vieram com esta folha, que depois eles publicaram na rede social do clube, comunicando a quebra de contrato de forma unilateral. Também me gera estranheza o amadorismo, mas, infelizmente, faz parte do futebol brasileiro e, ainda mais, dos clubes teoricamente de menor expressão, o amadorismo. Um contrato de dez páginas, onde tem cláusulas, onde tem obrigações, onde foram feitos investimentos, eles quebrarem contrato com dois parágrafos de rescisão, sem uma descrição da motivação dessa quebra de contrato, gera estranheza. E o que mais gera estranheza é que, posteriormente a essa quebra de contrato de parceria que eles foram divulgar na cidade, porque eles gostam é de dar atenção para a imprensa local, a partir daquele momento, eles estariam assumindo o clube, que é uma paixão deles e tudo.

Na semana seguinte, eles fecharam uma outra parceria, trouxeram pessoas, trocaram o treinador, jogaram contra a equipe do São José ainda com, parcialmente, o elenco que eu havia montado. Foi ganhado o jogo por 2 a 1 dentro de casa, e, no jogo seguinte a esse de 2 a 1 a vitória, perdeu pro último colocado, o próprio São José, por 6 a 0, fora de casa, onde haviam trocado o treinador. Tiraram o auxiliar que eu levei, tiraram o treinador auxiliar, colocaram o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinador desse novo parceiro, levaram novos jogadores, tomaram 6 a 0, mas eu não vi estranheza por parte deles num placar tão elástico.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Anderson, a sua empresa era responsável pelo pagamento dos salários dos atletas do Patrocinense no momento daquela partida contra o Inter de Limeira, é isso? Salários?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – A empresa é responsável pelo... Enquanto contrato ativo, a empresa é responsável, sim, pelo pagamento de atletas, funcionários terceirizados, despesas do futebol. Parte de alimentação, estrutura, cuidados médicos, medicação e moradia dos atletas é responsabilidade do clube em contrato.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E salários, segundo o Sr. Roberto Avatar aqui afirma, não foram pagos os salários de maio, o que era obrigação da sua empresa.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Ele rompeu o contrato no dia 2 de maio, os vencimentos eram dia 10 de maio. Ele quebra o contrato de forma unilateral, coloca segurança dentro do clube, impedindo que a gente faça qualquer tipo de movimento administrativo, e, oito dias depois, ele ainda espera que a empresa pague o contrato que foi quebrado por conta do clube? Enquanto a empresa estava à frente, os contratos estavam em dia, as despesas estavam em dia. Teve um atraso, justificado com a notificação, contranotificado pela empresa, porém, regularizado dentro do prazo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é a sua relação hoje com o Sr. Roberto?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Faz tempo que eu não falo com ele.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o senhor nunca mais voltou ao clube?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Eu fui na segunda-feira...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois desse jogo. Nunca mais?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – No domingo, não...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Depois...

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Desse episódio todo?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, não fui mais para lá.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor viu os gols. O que o senhor acha?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, como eu disse, no contexto da semana, de tudo o que aconteceu, de todo o ambiente, eu não tenho como acusá-los.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É normal tomar esses gols, então?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, pra mim...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dentro do que você me falou, que o senhor falou, que o senhor viu, entendeu, está dentro da normalidade?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Dentro da circunstância e sabendo como são os bastidores, como estava a mentalidade de atleta, a turbulência, enfim... Eu, como atleta, se eu fosse um atleta, passando por um ambiente igual estava aquela semana, da forma que foi, como foi o pré-jogo poucos minutos antes...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até gol contra você faria?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, eu não faria gol contra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero entender.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Mas o que eu quero dizer é o seguinte: o meu rendimento eu tenho certeza de que não seria o mesmo de quando você tem um ambiente saudável para trabalhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Então, é o quê? Os jogadores fizeram corpo mole, de sacanagem cometeram aquelas falhas?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, eu acho que se eles tivessem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Você está querendo dizer isso? Porque o Avatar deixou claro que eles se venderam.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim. Eu não vi, com essas palavras, por parte dele. A desconfiança, sim, como ele deixou no ar a desconfiança por cima da minha pessoa, mas ele não me acusou de nada. Entendeu?

Então, assim, não é questão de corpo mole, mas eu entendo como é a cobrança em cima de um atleta, como é ambiente. E uma situação, na época, até ocasionou, que eu comentei antes de o Romário chegar: estavam alguns atletas tendo posturas ruins fora de campo, saindo muito à noite; tinha jogadores, por exemplo, que foram a pagode, que estavam muito em pagode, com frequência, e não estavam rendendo dentro de campo, no treinamento, estava caindo o rendimento nos jogos – entendeu? –, que foram alguns que a gente começou a querer liberar e a querer mudar. E foi aí que a gente começou a ter problemas com a direção também, na dispensa desses atletas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k., meu Presidente. Por mim, está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Aqui cabe... Para concluir, o senhor foi alvo de apreensão e busca por parte da Polícia Federal?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim. Estiveram na minha casa às 6h da manhã, seis e pouquinho, e pediram – pediram não, né? –, eles averiguaram, olharam o meu apartamento, levaram documentos, comprovantes de pagamento do salário dos atletas, funcionários, taxas, enfim, porque eu tinha tudo organizado. Na verdade, eu tinha tudo numa pasta, desde os comprovantes, porque, devido ao clube ter quebrado o contrato, eu estava estudando a questão da... Porque tem uma multa dentro desse contrato, então eu estava analisando toda essa situação e eu tinha a documentação separada. Eles analisaram toda essa documentação, olharam onde eles tinham que olhar, solicitaram o aparelho, e a gente entregou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor fez algum depoimento na Polícia Federal ou ainda vai fazer?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não. Eu ainda não fiz, eles vão marcar uma data.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Mas vai ser marcada uma data, não é isso?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, a gente está aguardando isso. Estamos aguardando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor está tranquilo em relação...?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Não, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Hum?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O senhor entende que a Polícia Federal vai questionar o quê?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, eu acredito que eles vão ter... Eu tive acesso ao inquérito, né? Eu acredito que eles vão trabalhar em cima do que eles estão averiguando com relação à Internacional de Limeira. Eles têm acesso a isso, porque eu tinha esses *prints* também, esses arquivos todos que eu entreguei agora para vocês terem o conhecimento; acredito que eles vão analisar essa documentação, vão colher depoimentos de atleta e, da minha boca, eles não vão ter eu falando com o zagueiro: "Faça isso" ou "Goleiro, faça aquilo". Não vai ter, entendeu? Então, eu estou tranquilo com relação a isso, aguardando só eu poder prestar meu depoimento, dar a minha contribuição com isso e deixar que eles façam o trabalho deles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não, Relator Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria fazer uma pergunta.

O senhor acha normal, Sr. Anderson, que 99% das apostas foram a favor, independentemente do time, mas para que aquele time fizesse dois ou mais três gols em uma partida, é normal na concepção do senhor?

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Olha, eu não tenho o hábito de aposta. Até truco, se eu jogar valendo R\$1, eu perco. Então, eu não tenho entendimento de como que funciona ao pé da letra. Mas, pelo pouco que a gente acaba vendo, porque tem no Instagram, tem os *trainers*, esse pessoal que explica como funciona isso, para quem vive de aposta ou para quem aposta, eles trabalham muito com estatísticas e com números.

Então, assim, a gente enfrentando um clube que tem uma média de fazer dois, três gols – até então, na competição, eles estavam fazendo em seus adversários –, um clube que atua de forma fulminante em casa, indo para cima, buscando resultado, contra um time que, até então era o último colocado, é natural, acredito eu, natural para quem faz uso da aposta esportiva, jogar numa situação do tipo – quanto você falou? – um e meio, dois e meio de diferença? É isso?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Três.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Três?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Três.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Enfim...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No primeiro tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Só isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Sim, agora eu não tenho o conhecimento desse estudo aí, ou de como foi, ou o valor que foi feito. Enfim, eu só não tenho como te passar, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Relator Romário, pelo respeito que tenho por ti, e daí te chamar de irmão, eu queria te dar aqui uma satisfação pública, porque conheço o seu caráter e sei que você pensa como eu.

Aconteceu aqui hoje nesta CPI... Respeitosamente eu ouvi a opinião do Senador Eduardo Girão, que é Vice-Presidente desta CPI, sobre aquela acusação de ter recebido propina o Deputado Federal Felipe Carreras, e o Senador Eduardo Girão classificou o Deputado como culpado. Eu fiz uma afirmação, como Presidente da CPI, de que não é a opinião da CPI, é uma opinião isolada do Senador, que respeitamos, e de que isso caberá ao seu relatório – o seu posicionamento. E que a imprensa não entenda que foi uma opinião da CPI e, sim, de um membro da CPI. Concorda?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza. Perfeitamente colocado.

E o meu relatório... Aquilo que eu falei antes vou repetir. Tudo o que for interessante, importante e relevante dentro desta CPI, independentemente do tempo, de quantas reuniões aqui nós fizemos e continuaremos fazendo... Tudo estará lá dentro.

E essa opinião do Senador Girão é uma opinião única e exclusiva dele, a minha não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Eu tinha certeza dessa sua posição.

Bem, Sr. Anderson, gostaria de fazer alguma observação final sobre esse caso sinistro – pra mim – de Patrocinense e Inter de Limeira? Fique à vontade.

O SR. ANDERSON IBRAHIM – Bom, com relação ao que buscam, acredito que o órgão tem competência para estar averiguando.

E, com relação ao que eu faço dentro do futebol, trabalhar em instituições de menor expressão é difícil. É difícil para quem é o presidente, é difícil para quem são os diretores, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje o futebol brasileiro tem usado muito como muleta de má montagem de elenco ou de má gestão ou de maus trabalhos esse artifício. Acredito que possa ter a má índole de um atleta ou outro dentro de um cenário que tem tantos times e com tanta dificuldade financeira, onde a base sofre muito. A base que eu digo é a base do futebol, os que ganham pouquinho, os que têm sempre salário atrasado... Nada que justifique, obviamente. A dificuldade não justifica cometer um crime ou um erro, mas a gente entende que são alvos mais vulneráveis, por muitas vezes. Porém, acaba não se dando a devida notoriedade para quem faz péssimas escolhas e péssimos trabalhos à frente de clubes; usam parceiros ou usam atletas para jogar toda a culpa, mas se esquecem de fazer a parte deles dentro do futebol, o que dificulta cada vez mais a chegada de investidores, parceiros, patrocinadores. Hoje, quase ninguém mais acredita no futebol brasileiro. As empresas não querem mais colocar marca na sua camisa. Os investidores não têm mais interesse em investir, porque sabem que a probabilidade de dar errado ou de gerirem de péssima forma o dinheiro que eles aplicam ali é gigantesca. Então, essa é a dificuldade.

E eu acho que, cada vez mais, as empresas que talvez tenham interesse de desenvolver, tanto no caso... eu penso no plano de carreira e tudo mais, mas, assim, desenvolver esse tipo de trabalho, implementação de trabalho, vai acabar se afastando porque vai se deparar com isso com frequência, vai ver pessoas fazendo péssimas campanhas, péssimos trabalhos e depois querendo descarregar as decisões erradas deles em uma pessoa, achar o culpado para aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Eu gostaria de agradecer a todos os amigos Senadores presentes nesta reunião, agradecer também a minha equipe de gabinete, Carol da Luz, Luma Paschoalato e Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador e Relator Romário, os craques Wester, Flavio e Vicente; do gabinete do Senador Girão, os também craques Chico e Roberto; da Liderança do meu PSB, Olga, Santi e Carlos, outros craques; do gabinete do Senador Portinho, a Fran Vieira, sempre eficiente.

Quero agradecer aos advogados do Senado, Dr. Octavio, Dr. Marcelo Cheli e Dra. Bárbara Rodrigues; aos consultores do Senado, Luciano, Tiago Ivo e Vinicius; aos servidores da Secretaria da Comissão, sem a qual eu não teria como presidir esta sessão, o Secretário, que está de férias, Marcelo Lopes, muito bem substituído hoje pelo Henrique Cândido e pelo Gabriel Udelsmann; e aos policiais do Senado presentes, como sempre, Itamar e Braga.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a nossa reunião de amanhã, dia 7 de agosto de 2024, às 14h, para as oitivas dos Srs. Hugo Bravo, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, de Goiás, pioneiro nas denúncias de manipulação contra o seu próprio time e jogadores; Emanuel Medeiros, Presidente da SIGA Latin América; e Ricardo Gonçalves, Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil.

Declaro encerrada a presente reunião.

Agradecidíssimo. Deus e saúde, Pátria amada.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 12 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Margareth Buzetti e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em quatro partes: **1ª Parte - Oitiva de Hugo Bravo. Finalidade:** Oitiva do Hugo Jorge Bravo, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, em atendimento ao requerimento 21/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva de Emanuel Medeiros. Finalidade:** Oitiva do Emanuel Macedo de Medeiros, Presidente da SIGA Latin America, em atendimento ao requerimento 44/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **3ª Parte - Oitiva de Ricardo Gonçalves. Finalidade:** Oitiva do Ricardo Gonçalves, Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil, em atendimento ao requerimento 81/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **4ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, de Wesley Cardia pelo período de primeiro de janeiro de 2023 até dia cinco de agosto de 2024." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/07>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Minhas únicas V. Exas., brasileiras e brasileiros – microfone ligado agora –, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação através do grupo Senado, TV, rádio e agência. E também o nosso agradecimento aos veículos que transmitem boa parte – e outros na íntegra – de todas as nossas reuniões desta CPI – que fará história – da Manipulação de Jogos de Futebol e de Apostas Esportivas: Rede Novabrasil FM, Band News FM 90.7, TV Meio, em rede mundial de televisão, e rede Itatiaia, de rádio.

O roteiro desta quarta-feira, 7 de agosto de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, senhoras e senhores, se destina à apreciação de um requerimento e aos depoimentos dos Srs. Hugo Bravo, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, do meu amado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Goiás, nos termos do Requerimento nº 21/2024; também do Sr. Emanuel Medeiros, Presidente da Siga Latin America, nos termos do Requerimento nº 44/2024; e do Sr. Ricardo Gonçalves, ex-Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil, nos termos do Requerimento 81/24.

Esclareço que o Sr. Emanuel Medeiros já está conosco – e agradecemos sua gentileza –, diretamente de Portugal, via remota, dez minutos antes inclusive do início desta sessão.

Passamos à parte deliberativa da reunião, destinada à votação do Requerimento nº 102/2024.

4ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 102/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, de Wesley Cardia pelo período de primeiro de janeiro de 2023 até dia cinco de agosto de 2024.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Antes de mais nada, registro aqui a presença, nesta reunião, com muito prazer, de um mineiro conhecido do futebol e respeitado neste segmento, que já foi Presidente da Federação Mineira de Futebol, Vice-Presidente da CBF, é também integrante da FIFA e hoje Senador da República, como primeiro suplente do mineiro Carlos Viana, pré-candidato à prefeitura de Belo Horizonte.

Castellar Neto, seja bem-vindo à nossa CPI! A sua contribuição será importante, por tudo que você conhece dos bastidores do futebol. E, evidentemente, em Minas, você se lembra do Kajuru na Itatiaia, na TV Alterosa, no Globo Esporte, com Fernando, com Sasso, com Olavo Leite "Kafunga" Bastos, e você se lembra de que, lá, o submundo do futebol mineiro não é fácil, não é? Você esteve lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Presidente, é um privilégio estar aqui à disposição desta Comissão. Tenho certeza de que poderei contribuir de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Certamente. Seja bem-vindo mais uma vez!

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente... Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Antes o autor do requerimento, o cearense Senador Eduardo Girão, pede a palavra.

Por fineza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me fazer uma ponderação com o senhor.

Todos nós não nascemos ontem, não é? Eu sei que eu estou na política há pouco tempo, há uns cinco anos e meio, eu tenho aqui políticos mais experientes, como o Senador Romário; o senhor mesmo, que eu já aprendi a admirar como Vereador em Goiânia; o Senador Portinho tem uma longa história também de construção, de partido e tal; o Senador Castellar eu não conheço bem, porque chegamos há pouco, mas já ouvi boas referências.

O que é que acontece, Sr. Presidente? Hoje em dia, ninguém fala mais nada, até pela facilidade, pela comodidade de WhatsApp, em que os contatos são telemáticos. É o WhatsApp. O sigilo telefônico, ligar de uma linha para outra pessoa, é uma coisa quase que não é usual.

Então, eu dei entrada no requerimento ontem, que tinha o sigilo telemático, a Mesa... Foi a Mesa? A Mesa.

O senhor não está sabendo disso, mas, por alguma razão, a Mesa disse que não deveria, deveria ter especificidades, não sei o quê.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, eu já participei de duas CPIs. Esta é a terceira. Nunca houve esse tipo de questionamento de que o telemático... A gente aprovou várias quebras de sigilo aqui, foram mais de uma centena durante a CPI da Pandemia, que o senhor foi o que deu a ideia, junto com o Senador Alessandro Vieira, tenho que reconhecer isso, e, na CPI do dia 8 de janeiro, nada teve esse negócio de não botar telemático.

Então, é o seguinte: eu peço a inclusão – está certo? – e tenho certeza de que o senhor vai aceitar. Que inclua, pode ser por redação, sigilo telemático também. Senão, não faz sentido nenhum a quebra desse tipo de sigilo.

Eu faço um ofício agora, já pedi para a nossa equipe entregar, já está providenciando, só para incluir isso, para ficar uma coisa transparente, correta, coerente, como foi nas outras CPIs.

Eu lhe agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A meu ver, rigorosamente, nenhum problema.

Coloco, então, em aprovação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado, mostrando a independência desta CPI, a coerência dela. E assim temos que trabalhar, porque, ao nosso lado, está um homem histórico em CPIs, especialmente do futebol, e histórico no futebol em todo mundo, que se chama simplesmente Romário Souza Faria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Só um segundinho. O Secretário Henrique comigo. Pois não? *(Pausa.)*

O aditamento da transparência também. É isso? *(Pausa.)*

Do sigilo telemático. Pois não. *(Pausa.)*

Não, só dele. Só daqui. Só dele. Certo? Pode ser? O.k.?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então dando início às nossas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Desculpe, Senador carioca Carlos Portinho, botafoguense, apaixonado mais do que o Textor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu sou rubro-negro. (*Risos.*)

Desde criança, nasci Flamengo.

Mas como todos nós gostamos do futebol brasileiro, e essa é a nossa missão aqui, em razão disso, ontem teve uma repercussão muito grande, porque foi comprovado que a CBF mentiu, mentiu para essa CPI. E hoje nós conversamos aqui, antes dessa reunião, Presidente, sobre que medidas tomar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu entendo que não só por isso, mas pelo conjunto da obra, porque a gente ainda tem muito o que investigar nessa CPI, Senador Girão, vai ser muito mais produtivo o requerimento do Presidente da CBF, Sr. Ednaldo, ao final dessa CPI. Até porque, eu quero deixar bem claro aqui, nossa ideia maior aqui é construir. Agora, a gente precisa que quem esteja sentado lá na entidade maior do futebol brasileiro esteja disposto a escutar, a concordar, porque a bagunça está aí. Com isto aí todo mundo concorda: VAR; manipulação; omissão de *quality manager*, que não tem nas partidas, está comprovado; falta de oficial de integridade durante um período em que houve 109 alertas, está comprovado... Medidas certamente a gente vai propor para aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização e de regulação do futebol brasileiro, que espero que sejam tomadas por iniciativa da CBF, porque senão a gente vai legislar, e aí é pior.

E por isso, eu acho que o Presidente da CBF, até em respeito a essa Comissão, deve vir convidado – a convite, é lógico –, ao final. E eu vou antecipar o requerimento nas próximas sessões,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas pedindo que ele seja ouvido por último – última pessoa a ser ouvida nesta CPI –, para que dê a oportunidade, inclusive, a ele de reparar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Com todo o respeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero deixar... Essa vai ser a medida, no momento, que a gente vai tomar.

Lógico que mentir para a CPI é caso de prisão, mas aqui, para o bem do futebol brasileiro e confiando que quem dirige o futebol brasileiro vai se aprumar ou vai adotar as medidas que a gente está sugerindo... A gente vai trazer aqui Receita Federal, Procuradoria da República, Polícia Federal, e vamos perguntar: o que está sendo feito? Quantos acordos de cooperação tem? Não tem? O que está acontecendo com essas 109 denúncias que estão lá na gaveta do STJD, coitado, que não tem nem poder de polícia para isso? Quais são os protocolos sobre essas denúncias? Quais são os protocolos do VAR? Para que, no que for óbvio, haja intervenção; no que não for óbvio, não haja.

Então, acho que vai ser uma grande oportunidade para a CBF ouvir as nossas contribuições, reparar aquilo que ela mentiu aqui e poder construir junto. Essa é a ideia, na paz, como eu digo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A sintonia dessa nossa CPI já foi demonstrada publicamente de todos os membros. Eu, como Presidente, tenho certeza de que o que somente queremos é a transparência e a prestação de contas de todos os segmentos, para que o brasileiro apaixonado pelo futebol saiba o que cada um fez, o que a CPI fez, o que ela faz, que é de domínio público, tudo transmitido, o que a Polícia Federal faz, tem feito, o que a CBF também, o que os Ministérios Públicos também. Portanto, não tem nenhum segredo. Perfeito?

Então, dando início às nossas oitavas de hoje – são três –, eu convido, com muito prazer, um dos poucos dirigentes de futebol que eu respeito, o Sr. Hugo Bravo, a tomar assento à mesa. Ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é Presidente do Vila Nova Futebol Clube, do meu amado Estado de Goiás, que, aliás, está no G4; ao final do primeiro turno, está entre os quatro primeiros colocados.

Dois times de paixões fortes em Goiás, Vila Nova e Goiás, e o Hugo já está aqui conosco.

Como sempre, pelo nosso Regimento...

Oi, Hugo, querido, fique à vontade. Prazer em vê-lo.

Como sempre, nós damos o prazo de dez minutos para a explanação inicial, já que esse dirigente foi o pioneiro no Brasil a ter a coragem de denunciar os seus próprios jogadores envolvidos em manipulação de resultados de jogos de futebol.

Portanto, a gente precisava ouvi-lo para saber tudo o que aconteceu e para que ele nos dê, inclusive, contribuição na sequência dos nossos trabalhos.

O tempo é de dez minutos, Presidente Hugo, mas, se quiser um pouco mais, é evidente que aqui a tolerância é absolutamente uma questão de educação.

Fique à vontade.

O SR. HUGO JORGE BRAVO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimento V. Exa., que muito representa o futebol goiano e representa também o nosso estado. Então, muito obrigado pela oportunidade.

Estendo também os cumprimentos ao nosso Relator, o Senador Romário, que é, Sr. Senador, o senhor me permita, um patrimônio nacional! O Romário é uma marca, então... Eu comemorei muitos gols seus. Numa terra, num país onde a gente passa por tantas frustrações, o senhor, Senador, resgatou o orgulho de muita gente durante muito tempo. Então, muito obrigado e é por isso que eu falo que o senhor é um patrimônio nacional.

Aos nobres Senadores aqui presentes, Senador Castellar, Senador Girão, Senador Coutinho, muito obrigado pela presença. Quero dizer que eu me sinto muito honrado com o seu convite, Presidente, de poder falar rapidamente e me colocar à disposição de todos os senhores, porque a pauta futebol brasileiro tem que ser prioridade nesta Casa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O futebol é um patrimônio nacional. O futebol representa quase 1% do PIB brasileiro. O futebol... O dinheiro que circula no futebol cresce muito mais do que o ritmo da economia brasileira. Então, nós precisamos trabalhar o futebol com a forma que ele merece, com o devido respeito, e os senhores o estão fazendo dessa forma.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a nossa denúncia não faz mais do que a nossa obrigação. Muito mais do que a obrigação do cargo que a gente ocupa como representante de um clube, Senador Girão, que muito bem representou ali o Fortaleza durante os anos ali de 2017 – não é, Senador? –, que depois foi muito bem, tem sido muito bem conduzido por uma pessoa que... Vamos dizer, talvez sejam, juntamente com o Petraglia, os dois grandes nomes do futebol brasileiro moderno.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Marcelo Paz.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Marcelo Paz.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Terceiro colocado, não é?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ao final do primeiro turno.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sem esquecer também o nosso Deputado Bandeira de Mello, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Isso, que é o nosso Senador rubro-negro, não é?

Então, quero dizer que, muito mais do que obrigação nossa enquanto dirigente de um clube, Senador Castellar, é a obrigação moral de dentro da minha casa. Sou filho de dois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores, servidores públicos. Lá na minha casa, desde cedo, não se ensinou honestidade, respeito como sendo qualidade. Lá dentro da minha casa, dentro da nossa humildade, transparência, honestidade sempre foi obrigação e nunca negociável.

Então, ao final de 2021, ali já chegando à última rodada do Campeonato Brasileiro, da Série B, nós tínhamos um jogo contra o Sport Club do Recife. Concluímos ali aquela jornada na Série B, e, logo após esse jogo, dois dias depois, eu escuto nos corredores – não é, Kajuru? –, que o senhor conhece, que o Senador Romário, melhor do que ninguém, sabe, um zum-zum-zum ali, uma conversa de que davam conta de que um atleta nosso teria tentado cooptar outros atletas a praticar um pênalti no primeiro tempo daquela partida.

Aquilo me chamou a atenção.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Isso foi antes da partida?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Isso depois, depois da partida.

O que aconteceu? Ele não foi convocado para a partida. Ao saber que ele não seria convocado, ele passou ali a tentar cooptar alguém para fazer e executar a trama.

Quando tomei pé dessa situação – nós temos uma formação, sou Major da polícia militar, atualmente Comandante do Batalhão de Divisas, um dos principais batalhões da polícia militar; uma formação nossa também, a gente trabalhou um certo tempo como chefe de operações, subchefe de inteligência da polícia militar –, ali nós começamos a buscar um levantamento inicial de dados referentes às pessoas que poderiam estar envolvidas nisso. E aí nós identificamos o apostador, a pessoa que seria o cabeça do esquema; passamos ali a nos expor, a conversar com ele; ganhamos ali a confiança dele; e ele foi abrindo para nós como seria aquela trama. A trama consistia em fazer pênaltis no primeiro tempo em três partidas. Seriam elas: no jogo Vila Nova e Esporte; Sampaio Corrêa e Londrina; e Tombense e Criciúma.

Tomando conhecimento disso... E os senhores sabem o quanto é difícil vencer, não é, Romário? Vencer é difícil no futebol. E, a partir do momento em que você tem um atleta seu envolvido em um esquema no qual ele vai te prejudicar, eu tomei a dor e falei: "Aqui nós vamos até o fim". Produzimos algumas provas porque sabemos que, no nosso país – não é, Sr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente? –, muita coisa, se você não entregar de mão beijada, as pessoas às vezes não têm ali toda aquela boa vontade de correr atrás. Como a gente já tem um certo tempo nessa lida do crime, vamos tentar levar o negócio o mais mastigado possível para fazer.

E eis que batemos na porta do Ministério Público, mais especialmente do Gaeco, e aí a gente já tinha ali... E aí, eu parabenizo o corpo dos promotores do Gaeco, na primeira pessoa do Dr. Carlos Wolff, que foi a pessoa que, quando eu assumi a presidência do clube, ele, como bom vilanovense, se colocou à disposição lá no dia e falou assim: "Presidente, estou aqui como vilanovense, mas também como um promotor de Justiça e muito me interessa caso o senhor tenha em algum momento conhecimento sobre algum tipo de envolvimento de atleta com apostas", porque isso todos nós sabemos que poderia estar acontecendo.

Então, a primeira pessoa, depois de uns três, quatro anos, de que eu fui atrás foi desse promotor. Ele automaticamente já nos colocou em contato com o Dr. Fernando Cesconetto, pessoa de uma capacidade muito acima da média, que foi quem abraçou toda essa ideia, e nós chegamos a essa deflagração dessa Operação Penalidade Máxima e as suas fases. Então, essa foi a contribuição que nós demos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Também o Dr. Lauro, não é, Presidente?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim, também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Procurador, não é?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Isso.

Ele teve todo o apoio do Ministério Público. O trabalho do Ministério Público do Estado de Goiás foi um trabalho magnífico, e isso fez com que... vamos dizer, uma contribuição para o esporte, e a gente nem imaginava que seria dessa forma.

Eu queria pedir para o colega projetar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– A nossa mesa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Aqui?

Eu fiz um levantamento – isso aqui eu acho que é um dado importante para a gente discutir aqui – das pessoas que foram denunciadas e as respectivas penas.

Sobe para mim, por favor.

Ali embaixo, nós vamos ver ali: Gabriel Domingos, atleta do Vila Nova. Ele foi um atleta que foi apenado com 720 dias de punição e R\$80 mil de multa. Ele foi um atleta que a participação dele foi tão somente de emprestar a conta dele, Sr. Presidente, para o outro atleta do Vila receber o sinal para participar da trama.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO JORGE BRAVO – E ele...

Já deu o tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não, fique à vontade.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – E ele, Sr. Presidente, se arrependeu, e foi até pelo arrependimento dele também que a gente conseguiu descobrir boa parte do que aconteceu.

E esse rapaz que teve o arrependimento, ele tomou 720 dias de punição.

O Romário, que era o atleta que estava tentando cooptar um outro atleta para fazer, e isso não aconteceu, não deu certo, ele também foi banido do futebol.

Agora sobe aí, por favor, amigo.

Qual que é a justificativa para o Sr. Eduardo Bauermann, do Santos, tomar 360 dias? Qual que é a justificativa de o Sr. atleta Joseph estar atuando normalmente? Qual que é a justificativa de o Sr. atleta Thonny Anderson ser apenado com R\$40 mil de multa? Qual que é a justificativa?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Isso foi no STJD?

O SR. HUGO JORGE BRAVO (Para expor.) – Isso no STJD.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero dizer já para... Estava até falando com o nosso Senador.

Primeiro passo, Sr. Presidente: STJD, que é a Justiça Desportiva de algo que é um patrimônio nacional, ele não pode ser tocado da forma como é. Justiça Desportiva, Sr. Presidente... Cria-se uma lei aqui, cria-se uma lei, tem que ser funcionário de carreira, tem que funcionar igual a um órgão jurisdicional igual nós temos, o STJ, por exemplo. Tem que ser funcionário de carreira. Não é a cada quatro anos a gente mudar. Não é a cada quatro anos... Estava falando com o Senador: tem gente que senta lá para julgar clube de futebol, para julgar dirigente, sendo que ele não conhece nada, ele não sabe nem o que é o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, Sr. Presidente. Nós fomos prejudicados – prejudicados – num jogo, Vila Nova e Criciúma, onde um pênalti foi inventado – inventado. E eu, como Presidente do clube, quem sofre... O Senador Girão saiu. O ser no futebol que mais...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sou Presidente do América, sei o que é sofrer.

O SR. HUGO JORGE BRAVO (Para expor.) – Agora o senhor sabe, não é? Porque, como jogador, o senhor era tranquilo, não é, Senador?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Fazia vocês sofrerem. (*Risos.*)

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Fazia vocês sofrerem. Exatamente.

A figura muda demais. O Presidente é a pessoa do futebol que mais se desgasta, é a pessoa do futebol que mais se prejudica. E eu fui cobrar do árbitro com elegância, 20 dias de punição. Uai!Entendeu?

Então, assim, senhores, nós estamos falando de coisa séria, nós estamos falando de algo que movimenta o país. E aí, Senador, eu peço até, aproveitando aqui da palavra, um carinho especial dos senhores, que são embaixadores do futebol: cuidem do futebol brasileiro. Os clubes de futebol, após pandemia... Tem que ser repensado um novo Profut – um novo Profut precisa ser repensado. A pandemia arreventou os clubes. Nós precisamos voltar a discutir a questão do certificado de clube formador. O certificado de clube formador não prestigia os clubes realmente que são formadores, porque a maioria desses clubes formadores estão capengando no futebol e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguem tirar o certificado de clube formador para protegê-los. Nós demoramos, no Vila, quase quatro anos para conseguir um certificado de clube formador. Nós tínhamos 50 requisitos para cumprir, faltava um: autorização do uso do solo. Vocês vão me desculpar, mas tem que ser repensado.

Nós temos que repensar a questão da Timemania, pensar num repasse maior pros clubes. Nós temos que repensar essa legislação também trabalhista, específica do futebol. Não vou entrar muito nessa questão, vamos dizer assim, dos pormenores, mas precisa também ser debatida, Sr. Senador.

Então, eu desejo que esta Comissão vá a fundo, que ela não permita que esse tipo de coisa que acontece... Esse tipo de aberração não pode acontecer. O futebol brasileiro é um patrimônio nacional e nós precisamos cuidar bem dele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa só interromper, é só porque eu fiquei com uma dúvida. O STJD, quando chegou a essas penas, o Ministério Público já tinha acabado...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Já tinha denunciado. Já tinha denunciado com provas consistentes – com provas consistentes –, Sr. Senador. Então, são coisas... E aí a gente vê que não tem um padrão, há um desconhecimento. É muito simplório você pegar o futebol brasileiro e colocar o órgão julgador desse futebol na mão de pessoas que são indicadas a cada quatro anos. Tem gente boa? Tem gente boa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu acho que a gente teria que fazer uma convocação a esse pessoal do STJ aqui de novo, do STJD.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo plenamente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente convidou. Agora a gente tem que convocar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu acho que a gente tem que convocar agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mudou o Presidente...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Mudou todo mundo, Sr. Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que sejam todos convocados!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Seja o anterior e o atual, ué!

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Então, Presidente, já indo pro encerramento, é regulamentar a questão das apostas. As bancas de apostas também seriam vítimas. Elas também seriam vítimas. É lógico que nós precisamos aumentar a questão da parte educativa pra que as pessoas não se viciem com isso, mas nós não podemos negar que as bancas de apostas hoje são as maiores fomentadoras também do futebol e nós precisamos respeitá-los. E eles também seriam vítimas como nós.

Quero enaltecer também o trabalho do Diretor de Competições da CBF, Sr. Júlio Avelar. Eu tenho conversado vez ou outra com ele, e ele tem, dentro da sua possibilidade, tido uma ação muito proativa nessa questão de tentar controlar, junto da Sportradar, situações suspeitas. Inclusive, essa operação que teve dos atletas da Patrocinense já foi algo também em que ele teve uma participação direta. Então, aproveito também pra destacar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele já foi ouvido por nós aqui inclusive, e também Patrocinense e Inter de Limeira.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Então, Sr. Presidente, me coloco sempre à disposição. No que for possível, a gente está colaborando com qualquer matéria do futebol. Eu enquanto Presidente, o Vila Nova Futebol Clube estará sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, creio que eu tive razão ao dizer que Hugo Bravo é um dos poucos dirigentes que merece o meu respeito, não por ser Presidente do Vila Nova Futebol Clube, do meu amado Estado de Goiás. E ele sabe da minha relação com a torcida colorada, que é histórica, desde a minha equipe esportiva, as Feras do Kajuru, e também a histórica Rádio K do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator Romário de Souza Faria, este ser humano raro em amor ao próximo e raro como homem público, pela sua responsabilidade, pela sua independência, pela sua coragem, é quem abre, como Relator, os questionamentos ao nosso primeiro convidado, o Sr. Hugo Bravo.

Irmão, com você a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Presidente Jorge Kajuru, meu irmão. Boa tarde, Senador Portinho.

Quero agradecer a presença do Sr. Hugo Bravo – e brabo! – aqui na nossa CPI e dizer que é um orgulho muito grande ter pessoas com a sua coragem dentro do futebol, porque, como todos sabem, eu vivo futebol há muitos anos, profissionalmente desde praticamente os 19 anos, e infelizmente a gente precisa de pessoas assim. Se tivesse no nosso país presidentes de clubes, diretores ou, enfim, pessoas envolvidas no futebol com essa sua coragem, eu tenho certeza de que nós teríamos um futebol bem melhor.

Eu vou bem ser objetivo aqui nas perguntas para que a gente possa evoluir bastante hoje aqui a nossa CPI.

Em entrevista recente, o senhor disse que já havia feito outras duas denúncias sobre manipulação dos jogos passados, mas foram ignoradas. O senhor poderia nos relatar para quais autoridades reportou os casos? A CBF e o STJD foram informados? E quais foram as circunstâncias dessas denúncias?

O SR. HUGO JORGE BRAVO (Para expor.) – Olha, a denúncia que nós fizemos na época eu direionei direto para os órgãos... para o órgão, vamos dizer, que regulamenta. Na época – eu não tenho nem a contrafé da denúncia –, eu fiz verbalmente: falei para que fosse apurado num jogo da Copa Verde no qual jogou Vila Nova e Nova Mutum.

Nessa ocasião, nós tínhamos feito o primeiro jogo em casa e o segundo jogo fora, se não me falha a memória. Quando nós fomos ao jogo fora, a conversa que aconteceu lá no Mato Grosso – Nova Mutum, no Mato Grosso –, nos bastidores ali da partida, era que um atleta deles, na partida do Vila Nova, teria se comprometido com uma aposta que não tinha sido concluída e ele estava recebendo ameaça de morte e tinha até abandonado o clube. Como era uma situação em outro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, isso aí acabou que ficou, vamos dizer, vazio. Então, as pessoas também poderiam ter tido a oportunidade de correr atrás, mas eu ali, naquele momento...

Porque uma coisa é o seguinte, Senador: não adianta uma pessoa – que me desculpe até o Presidente do Botafogo – chegar à imprensa e falar que está tendo um monte de coisa sem provar. É até leviano da nossa parte a gente ficar lançando palavras aí ao vento, sem ter como provar. Então, na época, eu comentei a situação, pedi para que fosse apurado, só que, por ser outro estado, creio que não levaram muito a fundo. E lá na época...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você tinha a prova disso?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não, não tinha. Foi aquela...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí a situação é igual à do Botafogo...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... à do Presidente do Botafogo.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim, mas vamos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você tinha o indício. Você não tinha que provar, você tinha que fazer a comunicação para as autoridades...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim, mas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que têm competência para isso.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Na época, o que acontece? Foi buchicho, não é? Buchicho lá da cidade. Todo mundo da cidade sabia. Os atletas sabiam. Todo mundo sabia. Aí eu falei: "Rapaz, eu escutei num jogo que teria um atleta da outra equipe – não era da nossa equipe – que poderia estar envolvido com esse negócio de aposta. Apura lá". Aí, assim...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você tinha um indício...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Era um indício, vamos dizer assim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas não tinha prova.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não tinha prova. Nesse... Sabendo que dessa vez... Por isso que dessa vez eu falei: "Rapaz, agora caiu no meu colo. Vou tentar aqui de toda forma produzir as provas para que ali se facilite uma investigação". Porque não é uma investigação fácil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Nenhuma de manipulação. É a prova mais difícil que tem.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – E essa só deu certo, a do Vila, porque deu errado. Por quê? Porque na hora que o atleta não foi pro jogo, que ele não conseguiu cooptar ninguém, o que aconteceu? Desmoronou. Eles tinham feito uma aposta de quase 500 mil pra ter ali uma retribuição de quase 2 milhões. E aí o apostador se sentiu prejudicado e começou a ameaçar o nosso atleta. E ele queria ali uma compensação pelo prejuízo que ele teve. Por quê? Ele foi em vários jogadores de três times – no caso, do Vila, do Sampaio Corrêa e do Tombense –, ali ele pagou o sinal pros atletas e fez as apostas. Ele gastou quase 0,5 milhão em todo esse processo. Por essa razão, como não aconteceu, aí foi quando a... Porque, se tivesse dado certo, Sr. Presidente, nós não estávamos sentados aqui. Então, infelizmente, a situação é essa e é muito difícil.

Então, Sr. Senador, na época, como não tínhamos muita consistência, nós só falamos pra determinadas pessoas, falamos assim: "Ó, apura lá; apura lá". E ficou dessa forma. Então desse jogo – se vocês forem voltar no tempo, podem procurar saber –, desse jogo aí o atleta não participou. Lá, o pessoal afastou ele por devido envolvimento, de acordo com as informações repassadas na época a nós.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E esse jogador estava ali naquele quadro?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não, não estava.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Não.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não tem nada a ver. Esse jogador... Isso aí foi antes, foi uma...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor recebeu ameaças pelas denúncias que foram feitas? Se sim, poderia nos dizer que tipo de ameaça ou de que forma?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Primeiro, até cometi uma gafe aqui hoje gigante, porque, em tudo o que eu faço da minha vida, primeiro eu agradeço a Deus – e eu passei batido. Em tempo, quero agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui falando e dizer que, primeiro, a proteção vem de Deus.

Segundo, Sr. Senador, eu vivo num estado no qual nós temos um Governador – que, se Deus quiser, vai ser o próximo Presidente da República – chamado Ronaldo Caiado e no qual – no nosso estado – não se romantiza vagabundo. Lá, vagabundo é tratado como vagabundo. Lá, polícia é polícia. Lá, a polícia é a última barreira entre o bem e o mal. Então, lá, podem até tentar tramar alguma coisa contra mim, mas não vai ser em ameaça. E, se porventura vier a fazer alguma coisa, eu posso dizer pro senhor, como diz um ex-comandante meu lá, o Coronel Câmara: se a gente é capaz de colocar nossa vida em risco pra proteger pessoas que a gente nem conhece no nosso estado, imagina o que somos capazes de fazer pelos nossos amigos. E o que eu posso dizer pro senhor é que eu tenho bons amigos.

Então, nós não sofremos ameaça. E, se porventura um grupo desses, criminoso, vier a pensar e a tentar alguma coisa, pode vir muito bem-preparado, porque terá consequências severas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Como dirigente e alguém que viu de perto o crime acontecer, quais seriam as suas sugestões, tanto no âmbito esportivo quanto no legal, para combatermos a manipulação de resultado?

O senhor entende que as autoridades investigativas estão preparadas para enfrentar a questão? E a CBF? Os dirigentes de clube de futebol têm debatido sobre esse tema?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Olha, os dirigentes de clube de futebol... nunca debateu isso aí numa mesa redonda. Nunca debateu, a verdade tem que ser dita, mesmo porque é um tema em que muita gente se esconde, não é, Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Muita gente ali... Olha, eu tenho certeza, eu tenho certeza que um ou outro já escutou alguma coisinha de atletas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com certeza.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Por exemplo... E aqui eu falo, o próprio presidente do Náutico – naquele ano de 2021, o Náutico foi rebaixado –, ele, pra mim, falou que ele suspeitava de algumas situações que aconteceram no time dele que possivelmente resultaram até num rebaixamento do clube. Então, não se discute. Talvez eu tenha o privilégio de morar, como eu disse, num estado onde a gente... polícia ainda é polícia, e a gente tem uma formação e isso às vezes proporciona também a gente ter uma habilidade de conduzir isso de uma forma melhor. Mas não tem essa discussão.

O que eu proponho, Sr. Senador? Primeira coisa, nós estamos falando aqui que pra a gente coibir e prevenir novos atos, primeiro nós temos que punir quem faz pra ter o efeito pedagógico, para o cara ali fazer o custo-benefício dele: "Será que vale a pena eu colocar minha carreira no ralo por uma aposta?". E a gente está vendo ali, pelos resultados ali, que o caminho não foi esse.

Outra situação: nós temos que tentar regulamentar ali algo que proíba as apostas de cunho... que podem ser desenvolvidas num jogo decorrente de uma ação individual, por exemplo, um pênalti. Você pode cooptar um atleta, o atleta ir lá e fazer um pênalti. Eu acho que esse tipo de parâmetro de aposta não pode existir. Você tentar direcionar os parâmetros de aposta sempre pra algo que vai resultar no coletivo, que envolva mais de uma pessoa. Por exemplo: "Ah, o time está perdendo o primeiro tempo, vai terminar empatando o primeiro...", porque você não – vamos dizer assim –, não direciona ali pra uma pessoa. Então quando você envolve mais pessoas, é possível você ter ali um controle maior. A chance de você cooptar mais pessoas é mais reduzida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a punição é importante, essa questão do controle das apostas. Esses programas – igual a CBF tem contratado aí com a Sportradar –, o desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial que vai ali detectar as apostas suspeitas, porque as apostas suspeitas são todas elas que fogem da normalidade – às vezes, uma aposta muito alta numa determinada situação –, é possível fazer isso através de inteligência artificial. E eu acredito que as autoridades – por exemplo, delegados – são pessoas que têm competência técnica pra estar conduzindo esse tipo de investigação. O que é importante é o quê? Esse fluxo da informação chegar neles e que realmente tenha delegacias específicas, igual tem em São Paulo, pra estarem acompanhando essa questão de manipulação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Presidente. Hugo Bravo, muito obrigado aqui pela sua participação, obrigado pela resposta. Eu estou bastante satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator Romário Souza Faria.

Dando sequência a essa oitiva, como eu sempre faço – amo quebrar protocolo –, seria o segundo como Presidente e também pela inscrição, mas sempre fico para o final e priorizo sempre os Senadores atuantes desta Comissão, entre eles, em especial, o Senador carioca, exímio Parlamentar, Carlos Portinho, para as suas colocações e questionamentos e comentários. À vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Romário.

Muito obrigado, Presidente Kajuru.

Termos aqui o Presidente do Vila Nova é um privilégio muito grande, Hugo. Primeiro que eu vou confessar, o segundo clube em que eu advoguei, o terceiro clube em que eu advoguei na minha vida foi o Vila Nova, durante muitos anos. Fui vice-jurídico do Flamengo, depois, quando acabou a minha missão, o segundo clube em que eu advoguei foi o Santa Cruz – saudoso Santa Cruz – e o meu terceiro clube foi o Vila Nova, e fiz com muito carinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Você lembra quem era o presidente, Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ai, deve ter sido em 2003, 2004...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Paulo Diniz.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por aí. E estive lá no Vila Nova, no clube, conheci o centro de treinamento, as instalações.

O Vila Nova é um clube importante para a história do futebol brasileiro, e você honra o seu clube e honra, Hugo, o futebol brasileiro. Eu estou dizendo isso porque... Aliás, sem o conhecer, eu já tinha feito esses elogios dizendo que você cortou na carne. Você denunciar um atleta seu, você cortou na carne. É o que você falou. Enquanto muitos clubes, a maioria deles, se recusam a sentar numa mesa e tratar com seriedade esse assunto. Quando a gente vê a Presidente do Palmeiras vir aqui e dizer que não precisa fazer nada, que ela está mais preocupada com *fair play* financeiro, que manipulação está tudo ótimo. Quando a gente vê aqui, Senador Kajuru, que a CBF, órgão maior do futebol brasileiro, não tem um canal de comunicação das denúncias – insisto –, o que obriga você, Presidente, a achar os meios para jogar luz num problema de manipulação que estava acontecendo e colocar o seu na reta. Eu fico imaginando se o irmão desse atleta quisesse denunciar o irmão, ele faria o mesmo? Ele teria um canal na CBF onde ele poderia denunciar o irmão dele, que estava sendo cooptado, mas mantendo a sua identidade preservada?

E é por isso, Presidente, que pode não ter sido da melhor forma, mas hoje a gente está aqui porque o Presidente do Botafogo, o CEO do Botafogo, John Textor, teve que botar a boca no trombone. Senão, esta CPI aqui não aconteceria, o senhor não estaria sentado aí, porque a gente está levando a sério isso aqui.

A CBF não tem um canal de comunicação. A CBF, a gente viu ontem, durante mais de um ano ficou vaga o seu oficial de...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de integridade.

Obrigado.

Quando houve aquelas 109 denúncias em 2023, não tinha um oficial de integridade. O último tinha acabado o trabalho dele na CBF – o Sr. Rômulo Reis, que esteve aqui – em 2022. E só em 2024, em meados, em março deste ano, é que o Sr. Gussem entrou para ser o Diretor, mas o que a FIFA, a gente provou aqui, exige é que tenha um oficial de integridade, que é justamente quem vai receber essas denúncias. Por isso que talvez o Julio Avellar tenha recebido como diretor de competições. Não era a função dele, mas não tinha ninguém, não tinha oficial de integridade em 2023.

Quando a gente vê que a CBF também não tem, em muitas partidas, *quality manager* dentro da cabine do VAR... E a gente provou ontem aqui: em duas partidas denunciadas pelo John Textor, só havia o observador, o Sr. Giulliano Bozzano, não havia *quality manager*. Então, se a gente continuar negando, como muitos clubes fazem, e se recusam a sentar numa mesa, a discutir manipulação, a discutir protocolos para o uso do VAR, que está acabando porque não tem protocolo... a gente não sabe, nenhum torcedor, quando é que o VAR tem o direito de interferir ou não.

E veio aqui o Manoel Serapião, pai do VAR, ex-árbitro, FIFA, e disse: "São só em lances óbvios". O que são lances óbvios? A Inglaterra conseguiu definir; a CBF não o fez. Se a gente continuar negando o que está errado, tudo isso que a gente falou aqui nessa minha introdução, a gente está com uma porta escancarada para a manipulação. E aí quando você mostra, e fez muito bem de trazer... porque eu confesso, eu assumi aqui o meu mandato e me afastei da advocacia, por opção, separei o público do privado. Não advogo desde que eu assumi o mandato, há três anos, quatro, no STJD, e realmente não acompanhei; acompanhei pelo jornal.

Podia voltar ali com aquelas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isto que eu perguntei, Hugo, se esses processos foram julgados após a investigação do Ministério Público:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o STJD, que está lá com 109 alertas de manipulação, não sabe nem o que fazer. Ele não tem instrumento para isso porque ele não tem poder de polícia. Ele é um órgão, ele é um departamento da CBF, isso ficou estabelecido no caso Dodô, julgado na Corte Arbitral do Esporte, na Suíça. Ele é só um departamento. É como a separação dos Poderes, tem o Executivo, Legislativo e Judiciário. É um departamento judiciário da CBF, não é um órgão público, não é como o sistema esportivo se constitui. Ele tem essas limitações e muitas outras: a qualificação, a não exigência de auditores que tenham especialização em direito esportivo.

Eu tenho especialização. Advoguei 30 anos e conheço vários excelentes colegas que não têm a oportunidade de sentar na cadeira lá – têm muito mais qualificação para estar lá do que a maioria dos que sentam lá. Porque não adianta você botar um advogado criminalista lá. Se ele não souber direito esportivo, ele vai errar. Se você botar um advogado trabalhista lá e ele não souber direito esportivo, ele vai errar. A lei não exige, o senhor tem toda razão, precisava qualificar melhor.

E aí você vê essas penas para um caso, Kajuru, em que o MP de Goiás já havia proposto a denúncia, já tinha materialidade, já tinha prova constituída.

Agora, olha só, estava vendo essas penas aqui. Sabe quanto é... E são pessoas que corromperam, corruptos e corruptores, em caso comprovado. Sabe qual é a punição que pediram pelas denúncias do John Textor, por ele fazer as denúncias que eles alegam infundadas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seis anos e R\$2 milhões. Os corruptos e os corruptores pegaram uma pena menor do que a do Presidente que denunciou.

Aí eu pergunto, aí eu chego à pergunta a V. Exa. Presidente do Vila Nova, diante de uma pena sujeita ao John Textor de seis anos e de R\$ 2 milhões, você é Presidente do Vila Nova que cortou na carne... E se fosse hoje, você faria com a mesma segurança ou você ficaria preocupado de tomar uma pena de seis anos e R\$2 milhões que você não tem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO JORGE BRAVO (Para expor.) – Senador, eu faria da mesma forma. E eu vou falar uma coisa para o senhor. Minha esposa ia pedir, pelo amor de Deus, para eu ser condenado a seis anos. *(Risos.)*

Mas, assim, agora deixando a brincadeira à parte... Isso aí é o problema do país, chefe. Desculpe-me que eu não tenho compromisso com ninguém, com ninguém. Eu tenho compromisso com Deus e com a minha família. Isso é o problema do país. Nós só estamos vendo-o se desenvolver numa das faces, que é o futebol, onde está tudo errado!

Nós vivemos num país da inversão dos valores, da podridão moral!

Então, assim, a gente olha para a cabeça do nosso país e dali a gente vê muita coisa da qual a gente pode tirar conclusão. Está tudo errado! Está tudo errado, gente! Está tudo errado!

Vou ser bem sincero, o nosso país é uma várzea, trazendo para o contexto do futebol. Está tudo errado! Está aí o exemplo, o senhor falou, mais uma vez... Mas isso aí a gente vê em vários segmentos. Então, é isso aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, Presidente, você vê que... Como eu sempre falei, a pena sugerida ao John Textor, eu já falei com o Kajuru, pode estar 99% errada.

A gente já viu que teve uma imagem aí que suprimiram – do árbitro de campo. Pode estar só esse 1% certo.

O SR. HUGO JORGE BRAVO *(Fora do microfone.)* – Eu também não tenho obrigação de trazer prova.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode repetir, por favor.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Uma coisa que tem que ficar clara: eu também não tenho obrigação de trazer a prova. Eu trouxe os indícios.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Entendeu?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso. E É isso que é importante, porque se você inibir as pessoas de levarem os indícios, se você não tem um canal para que as pessoas encaminhem os indícios, você está deixando a porta escancarada.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E se você ainda pune com a pena maior aquele que fez a denúncia de investigação do que o próprio corrupto e o corruptor, é inversão de valores, como você disse, Hugo.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Eu não sabia dessa questão de seis anos, o senhor me desculpe.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é?!

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Dá vontade de dar gargalhada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é verdade.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Isso é piada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso foi revoltante.

Portinho, quero só aproveitar, permita-me.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele é do Rio de Janeiro, você já deve ter lido sobre ele. Um dos meus heróis, meu amigo pessoal. Eu vivia com ele e com o Vinícius de Moraes, ali no Leme – naquele restaurante fantástico, que você conhece bem, no finalzinho ali do Leme, o Fiorentina –, o Millôr Fernandes, que escreveu aquele livro: *Bíblia do Caos Millôr Definitivo*.

Ele dizia algo que reforça essa sua tese brilhante, essa sua postura irretocável, que era o seguinte... Uma vez ele chamou um político de São Paulo, tido como ladrão por todo mundo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês já devem saber quem, que foi Governador, que fazia muita obra, libanês. Preciso dizer o nome?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Roubava, mas fazia.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – E o povo acha certo isso. O povo acha que é certo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tinha aquela frase: "Rouba, mas faz".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso não é certo, não. Quero deixar claro.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não, mas o povo acha que é certo. O povo é carente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí o Millôr o chamou de corrupto até a medula. Ele processou e pediu para o Millôr provar.

O Millôr falou assim: "Gente, há casos que você não precisa nem de provar". *(Risos.)*

Então, isso reforça a questão do Textor. Tem coisa que ele falou que não precisa nem provar, que a gente viu. Aqueles gols que a gente viu, por exemplo – não é? –, aqui, naquela reunião secreta.

Só essa observação, só.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, exatamente, Hugo.

Então, assim, primeiro, a dificuldade que é você construir uma prova dessa.

Eu fui advogado desportivo. Eu participei de dois casos em que eu tenho certeza de que houve manipulação. Na época não era aposta, era manipulação por interesse político, mas a prova era muito difícil. Até leitura labial levaram para o tribunal, para tentar mostrar que o zagueiro falou para o outro, para o fulano – o atacante – deixar o cara fazer o gol. Só que como é que você prova isso? Isso é uma prova muito difícil, principalmente quando envolve agora aposta, em que esse cruzamento de dados é fundamental.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Você não tem capacidade de fazer isso. O senhor pode achar... Por acaso, você foi até mais fundo do que deveria, pelo que eu entendi, na investigação, talvez pela sua formação como...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Na verdade, nós estávamos querendo era botar para derreter mesmo.

Aí, conquistamos aquele elo de confiança, aplicamos a teoria do salvador... O senhor conhece a teoria do salvador? Vem aqui que só eu posso te salvar. Só eu posso recuperar o seu dinheiro. Me passe aí o comprovante de depósito que você fez para o jogador, porque aí eu vou cobrar dele, aí "puf", comprovante de depósito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí veja o risco que você também correu, não é?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o seu ofício – não é? –, fora Presidente do clube, como policial.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – A gente se expõe – se expõe. Agora, se a gente não se expõe, como o senhor bem disse...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não vai provar.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Ninguém vai atrás – ninguém vai atrás.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aí é que está: se a gente continuar negando, se a CBF continuar não ouvindo o que está acontecendo aqui nesta CPI e tomando providências para aperfeiçoar os seus instrumentos de controle contra manipulação, vai ocorrer mais manipulação.

E muitos falavam assim: "Não, mas, pô, imagina". Dois anos atrás, se eu falasse que o Paquetá, que joga no maior clube... No maior centro financeiro de futebol, estaria envolvido, seleção brasileira estaria envolvida numa investigação sobre manipulação, você ia falar: "Portinho, você está maluco. Imagina, o cara está lá. Como? Paquetá? Nunca!".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode achar que as coisas não acontecem e só acontecem nos outros países. Manipulação vem de 2009.

Ontem, a gente mostrou que, em 2014, a FIFA pediu a todas as federações a indicação de um agente de integridade, um oficial de integridade, para que justamente fosse a pessoa responsável pela interlocução com a FIFA, com a Conmebol, com a Sportradar, com as empresas de... Em 2014! E a gente viu ontem, aqui, a gente viu que, em 2022, a CBF nem tinha um oficial de integridade. Ela deixou vago o cargo!

Então, como é que a gente pode levar a sério o futebol? As pessoas estão com medo de manchar o produto. Algumas empresas de televisão não estão transmitindo aqui a CPI porque elas têm os direitos do campeonato, e elas estão com medo de manchar o produto.

Só que é o contrário! Se nada fizer, como disse a Presidente Leila, aí é que vai manchar de vez o campeonato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E elas serão prejudicadas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Toda rodada é um clube prejudicado. Não estou dizendo que há manipulação, mas a gente já mostrou os erros do VAR, diversos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu digo que as emissoras serão prejudicadas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As emissoras serão prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perderão o patrocínio...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai desvalorizar o futebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– ... por causa da credibilidade, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ando na rua, muita gente me para e fala: "Pô, Portinho, parabéns por vocês estarem jogando luz nisso. Sabe por quê? Eu não aguento mais ver futebol. Parei, cansei".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu também ouço todo dia isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu escuto muito, e é muito ruim, porque eu devo parte da minha vida profissional ao futebol, que foi onde eu comecei como advogado e como atleta antes...

Você exerce certamente a Presidência do Vila Nova por paixão pelo seu clube. A gente não pode perder a paixão pelo futebol e achar que tudo é manipulação. Então, para isso, tem que ter os canais, tem que ter os agentes de integridade, a CBF tem que levar a sério, os clubes têm que sentar, têm que levar a sério, tem que melhorar os protocolos de VAR...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Tem que ter punição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Rigorosa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem que ter punição. E não é para quem denuncia pedir seis anos, 2 milhões! É para aquele jogador ali. Se bobear, ele ganhou mais na aposta do que ele está pagando para o STJD.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Vou te contar um negócio, se o senhor me permitir.

Ano passado, nós chegamos à última rodada do Campeonato Brasileiro da Série B. O nosso Senador Presidente esteve lá pessoalmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em Natal.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Em Natal, porque é um grande defensor do futebol goiano e sabia o quanto isso era importante para o Vila subir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos um jogo contra o ABC, no qual um dos atletas que está aí denunciado foi o cara que fez dois gols na partida...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Exatamente.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – ... e sepultou o nosso sonho do acesso. Engraçado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pelo amor de Deus!

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Chamado Thonny Anderson.

Então, é isso aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seria cômico, não fosse trágico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– É, bem colocado.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Então, assim, para você ter ideia: será que ele não jogou muito mais... Porque sempre foi um bom jogador, sempre foi um bom jogador. Será que ele não fez um extra ali, para arrebentar aquele Presidente, porque por causa dele também foi denunciado e ele perdeu a oportunidade de estar jogando no Red Bull?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E o senhor se lembra que eu fiz a denúncia lá.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim, lembro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu, para sair da cidade, tive de usar proteção policial. Eu denunciei lá, porque eu tomei conhecimento e provei que os jogadores do ABC receberam R\$150 mil de presente de Natal, porque o dirigente do Atlético Goianiense contou para mim, um ex-Deputado Federal, que você sabe quem é.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mala branca. Sempre existe a manipulação. É para a gente saber, não é? Sempre houve. Não é por aposta, não; pode ser por outro interesse. Mala branca.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mala branca.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mala preta. Essa mala é preta.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Essa é a pior de todas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quando você falou da manipulação e desde quando, eu me lembrei sabe do que, Senador Portinho, Presidente Hugo Bravo e senhoras e senhores? A minha primeira Copa do Mundo foi em 1978, na Argentina, que eu transmitia ao vivo. Ali houve manipulação naquele jogo Argentina e Peru ou não?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, por final, para encaminhar a minha conclusão...

Perdão, o Vila Nova hoje está na Série C?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Na B.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na B? Ah, que bom!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi o quarto colocado ao final do primeiro turno, no G4.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Bênção de Deus!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ontem a gente mostrou aqui, a gente pegou duas partidas em que houve lances polêmicos e pediu um mapa de câmera dessas partidas. Para você saber, porque isso afeta todos os clubes e todos os jogos de futebol.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das câmeras da Série A; imagina na série B e na Série C. Na Série C, a gente viu aqui uma coisa horrorosa: o cara traçando linha no meio da nuvem, porque não dava para enxergar nada dali. "Chega mais para o lado, chega mais para o lado!".

E a gente viu, na Série A, em um campo que tem diversas câmeras, das quais só duas são 4K; todas as outras não têm a máxima resolução, são quatro vezes menores do que uma 4K.

Isso importa, porque, na hora em que você vai traçar uma linha de impedimento e você precisa dar o *zum*, a imagem distorce com o *pixel*.

Então, você vê como é que a gente precisa tratar a sério.

E parabéns, encerrando, pela sua postura de cortar na carne, denunciar, correr riscos: risco de vida, de ameaça... E ainda bem que você provou, porque, senão, poderia ser um risco de punição de seis anos e 2 milhões, meu amigo.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – A minha esposa iria achar bom, hein, Senador? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas o seu bolso iria achar ruim. (*Risos.*)

Olha aqui, Presidente Hugo Bravo, nessa colocação, para liberá-lo – nós temos mais duas oitivas importantes; a sua é fundamental, eu sei que o senhor iria contribuir muito para o nosso trabalho –, o senhor foi o primeiro a denunciar as suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro depois do advento das apostas esportivas, com consequências benéficas para o esporte. Diante desse pioneirismo, o senhor não acha que deveriam ser estimuladas atitudes como a sua? A CBF e as federações de futebol não deveriam criar mecanismos de estímulos financeiros e esportivos, para que os clubes se empenhassem na defesa da integridade do nosso futebol, seja criando mecanismos de prevenção, seja agindo para detectar as fraudes? Seria, por exemplo, a criação de algo como um *ranking* de integridade, como aqui sugerimos nesta CPI à CBF, em que ela exigisse de cada clube de futebol, a partir de agora, do advento manipulação, no contrato com o jogador, uma cláusula de compromisso de honra, caso ele se envolva, para uma punição rigorosa, para ele saber que ele assinou um documento e que, se ele fizer uma...

Entendeu o que eu quis dizer, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A cláusula de não corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso. Se ele fizer aquilo que criança faz, entendeu? Se ele fizer uma daquela. Ou seja, ele sabe onde ele vai parar, a exemplo da Inglaterra, que hoje tem o que lá? Se o jogador... Se for comprovado lá, com provas cabais e irrefutáveis, ele é banido na Inglaterra. E não é do futebol inglês, não; é de qualquer lugar. Ele tem que mudar de profissão. Ele não pode ser mais jogador de futebol.

Então, o que é que você pensa sobre isso?

Eu cheguei a propor ao Presidente da CBF que fizesse uma reunião com os 40 times – os 20 da série A, os 20 da série B...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Com os árbitros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... com os árbitros...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Com as casas de apostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... com as casas de apostas.

Eu fiz essa, junto com a Leila do Vôlei, numa entrevista com o Presidente da CBF naquele programa meu, e você vai inclusive participar dele, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É como um canal de denúncia, que até agora não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ele prometeu, por carta aqui para nós, que iria imediatamente criar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Anunciaram que iriam fazer convênio com o Ministério Público Federal, com a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Uma reunião dessa com todos esses segmentos que nós falamos aqui, gente, seria fundamental – até periodicamente, mas a primeira, para dar um pontapé inicial.

O que é que o senhor pensa sobre isso?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Olha, Presidente, eu acho que tudo que coincide ali para estimular as denúncias... Elas são importantes, seja ela às vezes de um torcedor, seja ela, como o Senador falou, às vezes o irmão querendo denunciar o outro irmão... Tem que ter o canal de comunicação, para receber essa denúncia e as pessoas terem consciência e confiança de que ali vai ser preservado o anonimato. Primeiro ponto.

E o segundo, meu amigo: tem que ter punição – tem que ter punição. Se não tiver punição, não adianta.

Então, a maior forma de você estimular é melhorar o canal de comunicação, resguardando ali o anonimato, pra que a pessoa se sinta confortável de denunciar, porque são esquemas que podem ter ali organizações criminosas por trás, porque tudo que envolve dinheiro esse pessoal está metido no meio.

Essa pessoa precisa sentir confiança pra estar denunciando. Então, precisa ter esse canal, todo mundo saber. Igual nós temos as corregedorias, essas coisas que hoje elas têm um canal de comunicação com o público de uma forma mais fácil.

E também não tem nada melhor do que a certeza da punição. Isso aí é a melhor prevenção que nós temos. E é por isso que a gente torce bastante.

A gente trouxe esses dados aí das punições.

Agradeço demais ao Senador. Essa do John Textor aí, essa aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você não sabia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Não sabia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até deixa eu só acrescentar com relação aos canais: ninguém vai inventar nada novo, não. A FIFA... Se entrar no aplicativo do seu celular e baixar o FIFA Integrity... É o canal oficial da FIFA. Qualquer pessoa pode juntar a foto, pode botar gravação telefônica, pode instruir um processo todo, a sua denúncia, preservando o seu anonimato.

É o mínimo, não é? E já existe há muitos anos.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Mas até uma observação, Sr. Presidente: eu vi que teve uma certa evolução também. Por exemplo, eu tive uma situação que eu achei meio estranha e aí eu fiz contato com o Júlio Avelar, até pela proximidade que a gente tem, Diretor de Competições, e prontamente certificou...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Júlio Avelar, não é?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Certificou e viu que não era nada. Era um negócio que eu vi, achei estranho e falei: "Júlio, dê uma checada". Imediatamente, ele já fez contato, já verificou as questões das apostas, se tinha algo anormal. Falou: "Não, está tudo normal". Então, falei: "Vamos dormir tranquilos".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sobre esse canal de denúncias, eu inclusive apresentei uma sugestão ao Presidente da CBF para o nome, quando o Portinho achou que o nome era muito longo. Eu criei, como jornalista e homem de *marketing*, que também fui na televisão brasileira, *cbfversusmanipulação.com*. Quer coisa mais simples que isso? Perfeito. Pra chegar até ela a denúncia.

E, aí, a questão que eu volto a me lembrar do Millôr Fernandes, no seu livro *A Bíblia do Caos*... Ele dizia uma frase linda, que é a seguinte: "O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo" – frase do Millôr. Millôr era implacável.

Então, aí, porque uma vez, agora há pouco tempo, um Senador, Portinho, depois eu vou te contar quem, um Senador gente boa, mas inocente, falou assim pra mim: "Kajuru, mas um árbitro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de futebol recebe quanto por jogo?". Eu falei: "A taxa, em média, é de R\$6 mil". Não é isso? A taxa, mais ou menos.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Deve ser mais ou menos isso. Depende muito da divisão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Da divisão dele, da classificação dele, não é? Mas, em média, R\$6 mil. Eu falei: "Como você acha que ele não vai poder se vender?". "Não, Kajuru. Mas ele não vai se vender, Kajuru." "Será que você é inocente de achar que não?"

E aí você falou do jogador do Santos, daquele zagueiro, não é isso?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Aquele zagueiro recebia um salário de R\$300 mil por mês e se vendeu por R\$50 mil pra tomar dois cartões amarelos. Não foi isso?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– O caso dele foi aqui, apresentado aqui nesta CPI.

Então, pelo amor de Deus, alguém achar...

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Mas aí só reforça também, Kajuru, já finalizando, que o cara...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Alguém achar com "x", não é?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – ... que o caráter da pessoa não é definido pela posição social que ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Claro.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – ... nem pelo salário que ele ganha, por nada. O caráter da pessoa é definido pelo que ela é. E, assim, aqui nós temos vários exemplos de pessoas que, não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só no futebol, mas em outros ramos, não precisariam de R\$1 a mais do que ganham, mas que optam pelo caminho mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sem dúvida.

Presidente Hugo Bravo, do Vila Nova Futebol Clube, do meu amado Estado de Goiás, todos nós estamos satisfeitos. Tínhamos certeza de que a sua presença aqui só iria acrescentar. Sei que o senhor está à nossa disposição para qualquer outro motivo e que aqui contribuirá com os nossos trabalhos. Eu sei que o senhor tem compromisso aqui em Brasília, por isso dei a prioridade de ouvi-lo inicialmente.

O SR. HUGO JORGE BRAVO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– E, se o senhor quiser fazer rapidamente uma observação final, uma explanação final... para que eu possa ir até Portugal remotamente para a nossa próxima oitiva.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Quero só agradecer ao senhor, Sr. Presidente, agradecer aos nobres Senadores que estiveram presentes e reforçar o pedido que eu fiz ao senhor: cuide do futebol brasileiro. Cuide do futebol brasileiro! Cuide desse patrimônio nacional, Senador. Tem muita coisa a ser feita, muita coisa a ser feita. E nós vamos estar sempre à disposição.

Quero agradecer mais uma vez a Deus a oportunidade de estarmos aqui hoje dando voz a este pleito que eu acredito que é de todo presidente de clube de futebol brasileiro, que é pedir ao Senado, ao Parlamento nacional, um zelo maior por esse patrimônio nacional, que talvez seja uma das únicas coisas que dá orgulho ao povo brasileiro, que é o futebol. Então, cuidem dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Que é o esporte, não é? O exemplo de Olimpíadas de Paris agora, o que aquela menina de Guarulhos nos proporcionou, porque ela fez com que o mundo parasse, a Rebecca Andrade.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – E esse tipo de pessoa tem que ser encarado como herói nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Herói nacional.

E, quando você fala em patrimônio nacional, infelizmente o Carlos Portinho não estava aqui no Senado na época – ele era advogado –, porque, se ele estivesse, ele iria abraçar, junto com o Alvaro Dias e comigo, um projeto histórico nosso que está engavetado aqui. E pede o que o nosso projeto de lei? Transformar a Seleção Brasileira de Futebol em patrimônio cultural. E a CBF não seria mais uma empresa privada sem ter que dar prestação de contas a ninguém do que arrecada, dos bilhões que recebe, como gasta, como aplica. Ela teria que mensalmente prestar contas ao Tribunal de Contas da União e a Seleção Brasileira viraria um patrimônio cultural. Esse projeto meu e do Alvaro Dias está engavetado há mais de cinco anos aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque (*Fora do microfone.*) a gente teria um problema com a legislação internacional do futebol. Seria entendido como uma interferência, Kajuru, do Estado no futebol brasileiro. Acho que é por isso. Mas ele é um patrimônio, não é? É considerado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Mas você acha correto a CBF ser uma empresa privada e que a gente não saiba quanto ela arrecada?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma atividade privada... Aí sim, aí é da minha formação, Kajuru, porque a FIFA é uma entidade privada: ela é dona da franquia futebol. Se você quer jogar futebol, e não ser filiado à FIFA, você põe um outro nome e pode jogar, mas você não vai estar dentro do universo do futebol, do contexto do futebol mundial, das transações dos atletas, seus contratos e todas as relações jurídicas que criam. O futebol é da FIFA. O voleibol é da confederação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Da CVB.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aqui, no Brasil, da CBV. É como se fosse uma franquia, e a gente tem que respeitar, porque os clubes também não são patrimônio público. Por mais histórico que seja o meu Flamengo, o Botafogo, o seu Vila Nova,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eles são privados: podem ser uma associação civil; podem ter empresa hoje em dia; outros, SAF. Então, acho que por isso que deve estar arquivado, Kajuru, até com o risco de uma interferência do Estado no futebol, por trazer alguns prejuízos, que já vimos em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Bom, obrigado, Presidente Hugo Bravo. Boa viagem a Goiânia.

E essa semana nós temos... Qual o próximo jogo do Vila Nova mesmo, para a minha cabeça aqui?

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Contra o Guarani, lá em Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Guarani, em Campinas.

O SR. HUGO JORGE BRAVO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado. Vá com Deus, Presidente. Muito obrigado.

Passamos agora à oitiva do Sr. Emanuel Medeiros, que participará remotamente, diretamente de Portugal.

Eu já passo a ele, imediatamente, o direito de dez minutos para a sua explanação inicial, com a devida tolerância.

Sr. Emanuel, muito obrigado por estar desde dez minutos antes do início desta reunião à nossa disposição. Uma boa noite aí em Portugal. E, por fineza, o uso da sua explanação.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde para si, Sr. Senador Jorge Kajuru.

Exmo. Sr. Relator desta CPI, o Senador Romário Faria, uma personalidade que dispensa apresentações, que já aqui foi bem qualificado como patrimônio nacional, eu diria mesmo patrimônio mundial, porque o brilho que ele deixou ao longo da sua carreira, as paixões que ele inspirou nos momentos de glória e que ele protagonizou foram não apenas para a felicidade dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros, mas foram para todos quantos vibram e amam com a qualidade do futebol profundo que ele deixou. E eu, por minha parte, que segui, como português, todos os passos da sua carreira, desde o Vasco da Gama ao Barcelona, passando por aquela final épica da Copa do Mundo nos Estados Unidos, queria dizer que também é um prazer participar desta sessão com a sua presença.

Uma palavra também de apreço e saudação ao Sr. Senador Portinho e aos demais que se encontram em Brasília.

Permita-me uma palavra prévia para agradecer o convite que nos foi dirigido, e a mim pessoalmente.

Este é um tema fulcral, é um tema urgente, é um tema pertinente, é um tema crucial. E, em boa hora, o Senado entendeu dar-lhe atenção. Por quê? Porque, sendo o futebol um fenômeno de multidões, que mexe com milhões, que tem um papel insubstituível na nossa sociedade, na nossa economia, no imaginário popular, é também um fenômeno de especificidades. Tem problemas e características específicas que requerem soluções específicas. É por isso que o legislador lhe confere autonomia e reconhece capacidade aos seus órgãos representativos de regular, administrar e gerir este setor, sem interferências desnecessárias, seja de poderes políticos, de legisladores ou até de reguladores.

Mas esta autonomia, que é consagrada universalmente, pelo menos em todos os ordenamentos jurídicos que eu conheço, não significa um direito absoluto, não significa que essa autonomia não careça de um conjunto de requisitos, de princípios, de parâmetros, como sejam a boa governança, a integridade, a transparência e aquilo que os ingleses denominam *accountability* – no fundo, prestar contas. E é este o fato de que aqui se trata: prestar contas. Em homenagem e na salvaguarda do interesse público, também cabe ao Senado prosseguir.

Quero dizer também que reconheço a importância desta CPI e do trabalho que está a fazer, levado a cabo, e que esta é uma circunstância que o desporto e o futebol, em particular, devem aproveitar, porque há um futuro desta modalidade, desta indústria, deste *cluster*, que não pode ser concebido sem integridade, sem transparência e sem dúvida. Não pode haver dúvida relativamente à integridade e às práticas que devem fazer parte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu gostaria também de aproveitar para prestar o reconhecimento à frontalidade, ao desassombro e até à coragem do Comandante-Geral da Polícia Militar, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, Hugo Bravo – e acaso mesmo pode-se dizer bravo –, um homem que assumiu os riscos e as responsabilidades de presidir os destinos de um clube e de colocar a salvaguarda e o valor da lei acima de conveniências, acima de convites. É, de fato, um exemplo notável, que eu não poderia deixar de aqui sublinhar. Porque nesta indústria, como aqui foi dito, não pode haver um mínimo de tolerância para quem não cumpre as regras. Um esporte, um futebol sem integridade não é esporte, é uma vergonha. E isso faz-se com homens e com mulheres que dão o seu melhor, que assumem a coragem do que pensam e das suas ações. E aqui tivemos um exemplo notável, que eu não conhecia pessoalmente, mas que agora fiquei a conhecer.

Isso pra mim é importante. Eu sou advogado também, há 31 anos a minha vida é feita em função do direito e inspirada pelo direito, mas é sabido também que tenho uma ligação antiga, também de três décadas, ao esporte e em particular ao futebol. Eu comecei por ser Diretor do Departamento Jurídico de um clube da Primeira Liga em Portugal. Fui Presidente, CEO e fundador da Associação das Ligas Europeias, uma organização que representa as maiores 40 ligas na Europa. Criei, da raiz, com outros colegas meus, esta associação, em 2004. Fui eleito por unanimidade – sempre quis ser eleito, porque não abduco da legitimidade. E, em 2017, também criei e submeti-me a eleições para dirigir a Associação das Ligas Mundial. Isso significa que eu conheço o setor. Eu conheço o setor não de ouvir dizer, não de ler nos jornais, não de ler nos livros, não de cursos que iam ali, mas de trabalho e de combate nas trincheiras.

E os problemas que hoje se verificam no Brasil, eu senti-os em múltiplas circunstâncias. Sei do que se trata, sei da dificuldade, sei da complexidade, sei da sofisticação acrescida que todos esses problemas acarretam, e sei também que há uma grande parte, talvez uma parte crescente, de infiltração de entidades criminosas, que procuram aproveitar-se da debilidade, das vulnerabilidades do futebol e das suas estruturas, desde logo devido à má regulação, à má legislação e devido a um sentimento de impunidade que ainda campeia em muitos países.

Tive também responsabilidades na FIFA, na UEFA, na Comissão Europeia, na OCDE, no Fórum Econômico Mundial e ainda hoje exerço funções no Tribunal Arbitral do Desporto, internacional, em Lausanne. Enfim, uma carreira dedicada ao direito e ao esporte, o que me levou, dez anos atrás, a pensar no que podia fazer, como é que podia aproveitar a minha experiência,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os conhecimentos que tinha adquirido, porque vivia inconformado com o fato de liderar uma indústria – e 90% da riqueza eram geridos pelas ligas –, uma indústria pujante, reconhecida, vibrante, capaz de gerar autoestima, mas, mais do que isso, capaz de gerar desenvolvimento humano, social e econômico, mas uma indústria que, apesar de tudo isso, ainda apresentava enormes debilidades. E, num período de trevas, num período em que a reputação do futebol estava pela lama, quando foi o caso Fifagate, que teve repercussões bem graves e profundas aí no Brasil, como se verão, eu e outros chegamos à frente para criar uma frente unida, uma frente unida que se posicionasse acima da estrutura monolítica das mentalidades territoriais que impediam, de fato, um sopro de mudança, um sopro de desenvolvimento do futebol, quer nacional, quer internacional.

E foi nesse quadro de grandes suspeitas, de grande crise reputacional do futebol, que a SIGA, que tem um nome significativo, foi criada. Foi criada como uma entidade independente, neutral, orientada para ação, assente num conjunto de *standards* universais, *standards* universais que existiam em outras indústrias, na aviação, na construção... Até mesmo nas roupas que empregamos tem que se cumprirem *standards*. Os elevadores que nos trouxeram ao piso onde estamos, o avião que me transporta para onde quer que eu vá, tudo na nossa vida obedece a *standards*, menos o futebol, menos o desporto. E, portanto, este foi o nosso ponto de partida.

Congregamos o escol naquela altura, especialistas em várias matérias, comprometidos com a integridade no esporte, para, com o contributo deles, desenhar um conjunto de *standards* universais que constituem a "bala de prata".

Perguntava há pouco o Presidente desta distinta Comissão qual era a solução no quadro dos canais de denúncia. Eu diria: a solução não pode ser fragmentada. Não se pode fechar a porta e deixar a janela aberta. Nós temos que ter uma abordagem holística, temos que ter uma atitude reformista orientada para ação e focada nos resultados. Isso implicava começar por ter boa governança, no fundo é como as organizações se regem, são geridas e atuam, com critérios de democraticidade, portanto, eleição, limitação de mandatos, escrutínio de idoneidade dos candidatos aos vários cargos, mas também políticas de anticorrupção, antibranqueamento de capitais, evasão fiscal, e também políticas ativas, positivas, de promoção da diversidade e da inclusão, da diversidade e da inclusão ao nível do gênero, ao nível da raça, e na eliminação de todas as barreiras artificiais que nós sabemos que ainda existem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo pilar é a integridade financeira. O que é que isso quer dizer? Quer dizer tudo o que tem a ver com transações financeiras, desde transações ligadas à transferência dos jogadores, à aquisição de capital social em sociedades anônimas de futebol, a contratos de *marketing*, a contratos entre vizinhos, contratos e concursos para a organização de grandes eventos internacionais. Tudo isto cabe e é disciplinado por este conjunto de *standards* que constituem o segundo pacote, que é o pacote da integridade financeira.

Terceiro, apostas esportivas. As apostas esportivas movimentavam, em 2019 – eu digo isto, em mercados regulados, e mercados completamente ilegais, e em zonas cinzentas –, algo que se cifrava na altura entre os US\$3 trilhões e os US\$5 trilhões. É obra, é obra, é muito dinheiro. E tudo isto num quadro paupérrimo de governação, de legislação anacrônica, de fragmentação de governos e organizações internacionais, e era neste caldo que se movimentavam interesses obscuros e inconfessados, muitas vezes ligados a cartéis e organizações criminosas internacionais.

Portanto, era preciso romper com esta atitude de fragmentação e unir, criar uma frente unida. E esta frente unida implicava governos, parlamentos, organizações internacionais, organizações esportivas, operadores de apostas, reguladores de apostas e, claro, o chamado *law enforcement*, digamos, o sistema judicial e judiciário.

Foi isso que fizemos, é isto que procuramos fazer, e é essa a nossa proposta. Volto a dizer, com base nesses critérios objetivos, critérios que têm a ver com a tipologia das apostas, com os limites que é possível fazer, com a proteção e a ressocialização dos apostadores, com criação de políticas que previnam a ludopatia, com a criação de códigos de conduta pelos quais os operadores de apostas devem reger, e mais do que isso, com uma aposta deliberada, séria, permanente, constante, na educação, na formação e na capacitação de federações, clubes, até de sindicatos de jogadores e num esforço que não dispensa, antes reclama, a participação dos *sponsors* e dos operadores televisivos.

Eu vim aí dizer, e muito bem, que ninguém se pode eximir, ninguém se pode furtar às suas responsabilidades, porque muito bem, aos *sponsors* e aos operadores televisivos, que injetam milhões no futebol e noutras modalidades, cabe-lhes não só zelar pelo aumento do cheque, pelo retorno do seu investimento, mas cabe-lhes também papel ativo na promoção e na defesa da integridade do esporte, porque, senão, o esporte morre, os acionistas vão pedir contas, e, quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se investe no esporte, é preciso perceber: investe-se dinheiro, mas sobretudo reputação. E se há algo que não é suscetível de ser recuperado quando quebrado, é a reputação. Por isso eu volto a aproveitar este ensejo para exultar os *sponsors* do Brasil, os operadores televisivos do Brasil, para que cheguem à frente e sejam agentes de mudança.

O último pilar, para ser muito rápido, é o pilar da formação e da proteção de menores. E tudo isto, por sinal de contas, com escrutínio independente – escrutínio independente –, que é aquele que nós oferecemos, através do nosso sistema de *rating* e de auditoria da SIGA, operado por uma equipe de elite, independente, experimentada, tarimbada, para que os governos, os torcedores, os investidores, o público em geral e os amantes do fenômeno, como eu, possam saber que aquelas organizações são credíveis e merecem a nossa paixão, a nossa confiança e o nosso investimento.

Queria dizer isso de uma forma muito simples, muito rápida, muito direta, dizendo que para nós, SIGA, a nave-mãe está sediada, como foi decidido pelos membros, na Suíça, mas nós cultivamos uma atitude de proximidade. Criamos, por isso, subsidiários continentais: SIGA Latin America, sediada no Brasil. Penso que é do conhecimento público o trabalho que nós temos vindo a fazer. Ainda hoje, divulgamos o *Sport Integrity Journal*, um jornal, uma publicação especializada em matéria de integridade no esporte. Tudo era focado precisamente nessa problemática, a integridade das apostas esportivas. Reconhecendo, como eu reconheço, que precisa ser feito um trabalho positivo pelo Governo, depois de o edifício ter sido considerado, precisamente pelo cuidado e não pelas suas fundações, o Governo, no último ano e meio, digamos assim, tem de fato acelerado a dinâmica e procurado trazer a regulamentação que há muito era necessária e que há muito que se fazia sentir.

Com o Governo temos colaborado. Assinamos um acordo de cooperação com o Ministério do Esporte, em setembro de 2023. Em virtude da mudança de titular na pasta, este acordo de cooperação tem estado um pouco adormecido, mas é nosso propósito continuar a exultar o atual Ministro do Esporte para conosco dialogar e conosco trabalhar no sentido de implementar o acordo que nós firmamos. No dia seguinte, fizemos uma Frente Parlamentar pela Modernização do Futebol. E aproveito para cumprimentar o Presidente da Frente Parlamentar, o Congressista Eduardo Bandeira de Mello, um homem que também tem dedicado sua atenção ao esporte. E com todos os nossos comitês e a nossa organização interna e o apoio de muita gente interessada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acredita no esporte, nós continuamos a procurar fazer a diferença não impondo, mas propondo; não exigindo, mas convencendo os clubes, as federações, as confederações, os patrocinadores ou operadores televisivos a chegarem a essa frente e a adotarem os *standards* universais.

A bala de prata está inventada, não precisamos reinventá-la, mas precisamos, de fato, cumprir, cumprir, implementar e concretizar, porque o Brasil está sob o olhar de todo o mundo: preside o G20, preside o B20, vai organizar a Copa do Mundo Feminina em 2027, vai organizar outras competições esportivas importantes e como o país faz parte até do G7, que é a segunda economia mais dinâmica das Américas – o que para nós portugueses também nos enche de orgulho e satisfação –, espera-se não apenas as cinco Copas do Mundo, mas esperam-se outras sediadas, baseadas e fundamentadas em critérios de integridade e nos mais elevados padrões de escrutínio e de *compliance*.

Era, pois, um comentário introdutório que eu gostaria de convosco partilhar, reconhecendo as vantagens, os méritos e os propósitos dessa Comissão Parlamentar e colocando-nos, desde já, ao dispor para colaborar em tudo o que tiver por vir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O português Emanuel...

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... Medeiros – muito obrigado pela sua explanação inicial –, ele é o Presidente da empresa SIGA Latin America. Ela foi procurada pela CBF, também tem relação com a Federação Paulista de Futebol.

Senador, como sempre presente, Carlos Portinho, gostaria de fazer algum comentário, algum questionamento, por fineza?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Gostaria, sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de saber do Sr. Emanuel: a SIGA tem um acordo de cooperação com a CBF? Em que termos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado pela questão colocada. Permita-me um breve segundo para prestar um esclarecimento e fazer uma precisão. A SIGA não é uma empresa. A SIGA é uma associação de direito civil independente, neutral, sem fins lucrativos. E, portanto, eu gostaria de salientar a presença jurídica que nós temos, porque para nós é uma peça fundamental na nossa razão de ser e na atividade que desempenhamos.

Em relação à CBF, nós celebramos um memorando de entendimento, um acordo de cooperação, em março deste ano. O acordo consagra um conjunto de preocupações comuns em várias áreas, em vários domínios, inclusive na matéria das apostas esportivas, mas vai mais além. Tem a ver também com aqueles pronomes que dizia da boa governança, incluindo os padrões reforçados na matéria de democraticidade e de transparência e de *compliance*, a luta pela diversidade e a inclusão, o combate ao fascismo e naturalmente as questões relacionadas com as apostas esportivas. Passada essa data da assinatura desse acordo, eu tive a oportunidade de escrever ao Presidente da CBF, manifestando a nossa disponibilidade e a nossa prontidão em nos reunirmos com os executivos da CBF, para, conforme está consagrado, trabalharmos num plano de ação e levarmos à implementação os propósitos que estão consagrados no acordo de cooperação. E eu penso que esse acordo está disponível no nosso *site*, na internet. E, caso não esteja e algum dos Srs. Senadores o queiram consultar, temos todo o prazer em o fazer chegar.

Voltei a reafirmar esses propósitos em julho. Portanto, o que nós contamos é que, na concretização desses propósitos, nós vamos ter essa dita reunião de trabalho, a criação de uma *taskforce* conjunta, que irá concretizar todos os passos e iniciativas que vão levar a que a CBF, tornando-se membro da SIGA, tenha que preencher e cumprir todos os requisitos e *standards* universais que fazem parte do nosso ADM, a que eu me referi há pouco na minha intervenção introdutória, e mais, que se submeta ao escrutínio independente do nosso sistema de *rating* e auditoria, comumente conhecido como SIRVS. Então, esse é o principal.

Vamos ter também em outubro, esperamos nós, se não houver nenhum imponderável, a organização de uma primeira conferência, da qual participarão e serão convidados os clubes, as federações estaduais, e naturalmente que nós contamos com a participação também do Governo nas suas mais diversas áreas que interagem com o futebol, naturalmente entidades privadas que se dediquem à *compliance*, operadores de apostas, reguladores e naturalmente que teria muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosto em ter também a participação do Senado, dada a sua legitimidade e a função soberana que exerce.

E aí, nessa altura – permitam-me só concluir –, divulgaremos todo o plano de ação para os próximos 12 meses e a seguir a isso, em que iremos estar envolvidos e engajados na sua implementação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Emanuel, se eu entendi bem, então, a CBF assinou com a SIGA, que presta, pelo que eu entendi, ao redor do mundo, um trabalho importante de *compliance* e governança, como uma instituição sem fins lucrativos... em março de 2024 ela assinou, mas até agora a CBF não fez nada. Não tem plano de ação, a gente continua com as nossas vulnerabilidades e precisando do plano de ação de vocês, mas a CBF até agora nada fez. É isso?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Sr. Senador, sabe que a SIGA é uma organização comprometida com a ação, e aquilo com que nós nos comprometemos, nós cumprimos. É um ponto de ordem, não há aqui como fugir. E, portanto, o nosso espírito aqui é, digamos... não há aqui qualquer dúvida da nossa parte. Nós somos firmes e resolutos nessa nossa determinação. De então para cá, nós constituímos – nós, SIGA Latin America – um conjunto de comitês permanentes, reforçando e aperfeiçoando a nossa estrutura interna. Estes comitês permanentes exercem um trabalho fundamental e decisivo em várias áreas, seja na governança, seja na integridade financeira, seja no comitê próprio e específico, em matéria de integridade e apostas esportivas. Para além da confederação... não, do Comitê Olímpico brasileiro, representado pelo Dr. Paulo Schmitt, também contamos com a colaboração de representantes da CBF, designadamente o Dr. Gussem, e de outros especialistas na matéria, muitos dos quais por aqui passaram, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, caso da Sportradar, caso da Genius, caso de outras organizações que se veem nesse propósito reformista da SIGA e que estão ao nosso lado, para, nesse esforço coletivo, podermos, de facto, colocar o esporte e o futebol brasileiro no patamar que ele merece, que é precisamente no pódio.

Reconheço que há muito trabalho para fazer, reconheço que para nós é urgente e vital começar o quanto antes, mas também é sabido que tivemos uma Copa América, tivemos agora – e estamos a ter – os Jogos Olímpicos, tivemos antes disso um processo de transmissão da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

organização da Copa mundial Feminina, que também requereu, por parte da CBF, energias e atenções, e, portanto, aguardamos com resiliência, mas também com convicção de que, cumprido este período e o verão europeu, nós vamos avançar e vamos arregaçar as mangas, e vamos concretizá-lo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tenho dúvida de que vocês estão à disposição, mas pelo que entendi, então, está confirmado: a CBF fez um contrato para inglês ver, porque ela não está se aproveitando do contrato que tem, enquanto isso o futebol brasileiro sangra... as vulnerabilidades todas que a gente já levantou aqui: não tem canal de comunicação; tem partidas sem *quality manager*, que é uma exigência da FIFA, o senhor sabe, Sr. Emanuel; não houve designação de oficial de integridade no ano de 2022; as câmeras do VAR não têm a maior resolução que é exigida – ou deveria ser –, como acontece, inclusive, aí na Europa, na Inglaterra. Então, assim, são diversas portas abertas que demandam providências, e a CBF não está usufruindo do contrato que tem com o senhor.

Vou fazer uma pergunta: o senhor conhece a CBF Academy, o IDP e o Ministro Gilmar Mendes?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Eu conheço a CBF Academy, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Emanuel Medeiros, há apenas uma curiosidade para concluir e liberá-lo.

Em relação à tributação, à legalização das casas de apostas aí em Portugal, qual é a verdade: procede que muitas casas de apostas foram para a clandestinidade e outras foram embora de Portugal por não ter havido um acordo no preço da licença estabelecida pelo Governo português?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, a alegação que faz, eu já ouvi da boca de alguns operadores de apostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso comentar, por desconhecer a verdade dos fatos, nem a motivação exata de quem as profere, mas o processo em Portugal foi um processo bem demorado, que tem as suas virtudes e virtualidades também e tem os seus defeitos. Mas a questão não é essa, porque quem quer se submeter a uma atividade econômica que movimenta os valores que essa movimenta tem que se submeter às condições que os Estados soberanos entendem consagrar. Assim como faz o Brasil, assim como fazem todos os outros países.

A mim o que me preocupa, se me permite acrescentar, é o fato de nós termos no desenho, no conceito, nas ideias abstratas, a melhor das soluções, mas depois a sua concretização falha. A sua implementação falha.

Sabe, eu estive em 2014, em Macolin, uma localidade na Suíça onde foi assinada a Convenção do Conselho da Europa. Trabalhei na sua redação e tenho a minha opinião sobre os méritos e a sua substância. E algumas, insuficientes.

Portugal foi o primeiro país a adotar essa convenção. O primeiro país a ratificá-la, mas só passados cinco anos é que ela foi levada à prática. E ainda hoje há determinadas parcelas importantes que estão por cumprir, por exemplo a ativação da plataforma, que é uma plataforma fundamental. Congrega todos as principais responsáveis, as entidades responsáveis. E que é vital para a preservação da integridade e para o combate às ameaças que advém das apostas ilegais e da manipulação dos resultados e competições. E isso preocupa.

Quanto às empresas de apostas. Penso que estamos a atravessar no Brasil um período de viragem. Nota-se um enorme fulguro, quer do ponto de vista legislativo, onde o Governo tem feito um trabalho muito proativo, muito dinâmico. Basta ver a velocidade com que tem vindo a sair as portarias, consagrando matérias muito importantes, mas é preciso, de fato, atentar-se à sua implementação, porque não há margem de erro. Este é um setor nevrálgico.

A integridade do esporte não pode ser colocada mais em risco, sob pena de os torcedores perderem a confiança e os investidores também se afastarem. E o Brasil tem aqui uma oportunidade com os erros. E eu, hoje de manhã, sobre isto... de aproveitar com os erros que se cometeram na Europa, e que se cometeram nos Estados Unidos também, muitos cujas consequências estão a ser pagas de forma cara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem uma oportunidade única, imperdível e irrepetível de ajudar a...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Oi?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – ... dissipar os problemas para evitar lidar com as consequências. O trabalho do Senado é que... Num sentido crítico, é para isso que o Senado existe. Não é para passar contemplações e elogios, é para exercer a consciência crítica, que é a mola fundamental da defesa do interesse público.

Por isso, Sr. Presidente, agradecendo o convite que nos foi dirigido e as questões que nos foram colocadas, creia-nos, como sempre, ao dispor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Só para não haver dúvida, a relação da sua SIGA Latin America é apenas com a CBF ou o senhor tem com outras entidades, a exemplo da FIFA?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Nós temos, nós temos uma... Nós trabalhamos com cerca de 200 organizações no mundo. Da mesma maneira como temos um acordo de cooperação com a CBF, também temos um acordo de cooperação com a UEFA, assinado em 2019. Temos um acordo de cooperação com diversas ligas, inclusive com a Liga Portugal, a Liga Portugal que adotou os *standards* universais a que eu acabei de me referir e que se submeteu ao escrutínio independente do nosso sistema de *rating*. Temos com a Liga Europeia de Natação, que envolve 55 países. Temos com a Federação Internacional de Artes Marciais, que envolve mais de meia centena de países e de federações nacionais. Temos um acordo de cooperação firmado também, se me permite, com o Presidente dos Estados Unidos, através do conselho do Presidente para o esporte.

A Sport Integrity Global procura fazer um trabalho abnegado, mas sério e dedicado em prol da integridade do esporte, e o fato de termos tantas organizações que compreendem esse desígnio histórico e imperdível de estarem na linha de frente, nesta frente unida, reforça a nossa convicção de que temos hipóteses de marcar o gol no fim e, para isso, contamos com o apoio de todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pois não, Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Nós recebemos aqui a minuta desse acordo de cooperação e ficou só uma pergunta restando: Algum tipo de contraprestação financeira por parte da CBF à SIGA por esse acordo de cooperação e pelo seu plano de ação e todas as iniciativas? Isso é trabalho, eu imagino.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, sim.

O acordo de cooperação prevê, digamos, a concessão do instituto membro da SIGA, uma vez preenchidos os requisitos formais. Não há aqui a emissão de um serviço e a troca de uma contrapartida financeira. A única situação que tem valor pecuniário é a cota de membro, e as cotas dos membros são estabelecidas em assembleia geral, os valores estão publicados na internet, são de domínio público. São valores que obedecem a um conjunto de princípios: o princípio da adequação, da proporcionalidade e da equidade, por forma que quem tenha mais capacidade financeira possa contribuir com uma cota maior e quem tenha menos possa contribuir com uma cota menor; tudo isto aprovado em assembleia geral, por unanimidade e com total transparência.

E, portanto... Ainda bem que tem o acordo. De fato, estava no domínio público, mas ainda bem que tem. Fico feliz por isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você poderia informar qual o valor da cota que a CBF paga como membro?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Esta cota não está estabelecida. É uma das matérias que terá que ser esclarecida e, quando o for, pode ter a certeza de que o valor será público.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Eu também não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A CBF não é membro da SIGA? ? Eu não compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu também não.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Para efetivar a qualidade de membro, há uma cota que não está estabelecida. Esta cota é estabelecida sob proposta dos requerentes – sob proposta dos requerentes –, e estabelecida nos termos que são públicos, que estão, digamos, publicados nos nossos sites e em todos os nossos meios. Quando essa cota for estabelecida, e terá que ser dentro daqueles limites a que eu referi e que estão publicados, esse dado será público.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, muito bom. É só porque a CBF tem um acordo de cooperação com a SIGA, que eu imagino que tem uma função relevante para a integridade, inclusive do esporte, como foi dito. Esse acordo de cooperação demanda um plano de ação que a CBF nunca demandou da SIGA, deixando claro a omissão da CBF.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – O plano de ação?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O instrumento está na mão. É só pedir um plano de ação e botar o pessoal aí para trabalhar. E, por contrapartida, também não houve nenhum pagamento financeiro. Então, a CBF fez um acordo de cooperação que ela não aproveita, embora ela diga que tenha um acordo de cooperação com uma empresa que faz monitoramento de integridade e outros. Entenderam?

Quando o Gussem esteve aqui, ele falou na SIGA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Falou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é um absurdo a gente saber que ele usou isso para dizer que a CBF tem acordo de cooperação com órgãos, só que a CBF nunca demandou. O que está provado aqui é que era para a inglês ver até agora,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a CBF não demandou, e deveria. Acho que ele tem um bom serviço a cumprir aqui no país nesse acordo de cooperação. Como também não pagou nada, então fica para a inglês ver e poder sentar aqui e dizer que tem um acordo de cooperação. É brincadeira!

Não, o senhor, de forma nenhuma; não a SIGA. A SIGA eu entendo que deve ser uma empresa seríssima. Eu estou dizendo só mais uma desídia da CBF, que eu quero que registre entre as várias que eu já disse aqui. Para a inglês ver não serve não. Vamos usar esse contrato aí para o bem do futebol então.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece um contrato com um centro espírita.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Permita-me um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Eu reconheço, Sr. Senador, a legitimidade e o direito de extrair as conclusões e fazer as interpretações. Bem entendo, não contesto isso. Eu não me pronunciei nos mesmos termos, até porque, se eu tivesse a convicção de que era um acordo apenas para a inglês ver, eu não teria o menor pejo em rescindi-lo. E rescindi-lo com estrondo. Eu fui muito claro: nós não assinamos o acordo de cooperação para fazer parte de uma coleção documental da qual temos muito orgulho e exibimos às visitas. Nós, quando assinamos o acordo de cooperação, é porque queremos firmar, preto no branco, compromissos. E esses compromissos são honrados e devem ser honrados por todas as partes. Foi isso que declarei quando assinei o acordo. E, portanto, a minha mensagem está perfeitamente entendível. E, portanto, como eu digo, nós queremos acelerar esta cooperação.

Há muito a fazer. Em outubro, no final de outubro, salvo erro, em princípio, no dia 22, vamos ter que ter esta conferência de arranque e, naturalmente, pode acreditar, iremos prestar contas de todo o trabalho feito. Temos uma política virada para fora, de comunicação aberta.

Não somos empresa, volto a dizer. A SIGA não é uma empresa, é uma associação de direito civil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não quero dizer que não precise de receitas para fazer face às suas despesas, óbvio, mas o óbvio aqui é tal como nos Estados Unidos, tal como nos outros países, é procurar colaborar com todas as autoridades no sentido de encontrar respostas, soluções, estratégias para os desafios que estão em cima da mesa, mas não queria, com isso, deixar de dizer que também registro o estímulo que as suas palavras comportam, porque nós precisamos de avançar de forma acelerada e de concretizar um conjunto de tarefas que são absolutamente inadiáveis e urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Saindo da pauta, para liberá-lo, agora em caráter definitivo, o senhor está na Europa. Por gentileza, o caso do jogador brasileiro Paquetá, na Inglaterra, a seu ver, é um caso gravíssimo? Para o senhor, é possível haver condenação e prova cabal do envolvimento de Paquetá na manipulação de resultados?

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Bom, aqui, neste caso, como em outros, no esporte, aplicam-se também as mesmas regras e os princípios que prevalecem em qualquer outro setor ou atividade, isto é, não pode haver uma pena aplicada sem um processo que termine numa decisão sancionatória e transitada em julgado.

As autoridades, inclusive a federação inglesa, já tiveram oportunidade de se pronunciar publicamente. E não é só a federação inglesa; é o órgão disciplinar, que é um órgão independente, que aprecia e julga essas matérias. Portanto, não havendo nenhuma decisão condenatória que inibe o jogador de exercer os seus direitos, em função do primado da presunção de inocência do arguido, que é um princípio sacrossanto de qualquer ordenamento jurídico, o jogador pode continuar a sua atividade e pode ser convocado até para a Copa América.

Agora, devo dizer aos jogadores, especialmente aqueles que militam em competições de maior visibilidade, que exista um cuidado especial. Hoje em dia, nada escapa ao escrutínio, nada escapa ao crivo. Portanto, é preciso fazer um esforço de educação permanente dos atletas, para que evitem colocar-se em situação de desfavor, em situação de vulnerabilidade, depois levem a práticas destas. Tem um exemplo, são chamados *role models*; tem um exemplo e tem as responsabilidades forçadas a dar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, como se dizia há pouco, para as soluções dessa severidade, deve-se exigir também uma tela profissional.

Mas esse caso, que é um caso que tem despertado muita, muita, muita controvérsia, só pode ser visto à luz do direito, independentemente das emoções, que eu compreendo existirem, mas aqui prevalece o direito, e o direito determinou, por enquanto, que assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Sr. Emanuel de Medeiros, muito obrigado pela sua participação nesta nossa CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas, pela sua colaboração, pelas suas informações, e fique à vontade para objetivamente fazer alguma observação e a gente seguir aqui com a última oitiva desta reunião de hoje, quarta-feira, 7 de agosto de 2024.

Sr. Emanuel.

O SR. EMANUEL MACEDO DE MEDEIROS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela oportunidade que foi dada, pela troca de pontos de vista frontal, enriquecedora.

Não deixarei de vos fazer chegar o convite para estarem presentes nesta ação que relatei, nesta e noutras que vamos realizar, entre as três, no Brasil, e gostaria também de contar com o vosso contributo, com a vossa participação, e o espírito crítico, que faz parte da vossa função, é sempre muito bem-vindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida. Estamos à disposição.

Bem, passamos agora à oitiva, que é a última, do Sr. Ricardo Gonçalves, que é o ex-Presidente do Conselho Administrativo da Santa Casa Global Brasil, nos termos do Requerimento 81/2024.

Sr. Ricardo Gonçalves, por gentileza, venha até a mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade. Seja bem-vindo, obrigado pela sua presença aqui, e o seu direito à explanação inicial, no tempo de dez minutos, com a devida tolerância de sempre.

Bem, eu passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A resposta, por fineza.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento e/ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito – esta CPI – constitui-se em crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Isso é apenas questão regimental. Sei que o senhor aqui vai colaborar com os nossos trabalhos, e a sua explanação pode ser iniciada, por fineza, Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES (Para depor.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador da República Jorge Kajuru, em nome de quem saúdo os demais Parlamentares presentes nesta sessão.

Inicialmente, gostaria de salientar que é uma honra para mim, independentemente das circunstâncias, poder estar aqui a colaborar nos trabalhos que V. Exas. estão a conduzir na apuração de denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, esperando poder contribuir de forma efetiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De igual forma, um especial agradecimento aos servidores desta Casa, que colaboraram ativamente para que todo o processo de logística corresse de forma tão eficiente, permitindo que eu conseguisse estar aqui presencialmente. Muito obrigado.

Adentrando, então, no tema desta oitiva, apesar da surpresa pelo requerimento, confesso, atendendo ao escopo da CPI em apreço, quero que saibam que estou à vossa inteira disposição para o que entenderem necessário esclarecer.

No contexto agora referido, venho desde já a declarar que já não me encontro a desempenhar quaisquer funções na Santa Casa Global Brasil e Portugal desde 30 de novembro de 2023, sendo que tampouco possuo qualquer vínculo trabalhista para com a Casa Mãe ou seu universo, ou seja, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde fevereiro de 2024, motivo pelo qual não tenho legitimidade para falar em seu nome e conhecimento sobre fatos posteriores ao meu desligamento, bem como sobre políticas e estratégias atuais da organização.

De qualquer forma e atendendo ao motivo invocado para a minha audiência, ou seja, a publicação de uma notícia conjunta do jornal *Expresso*, de Portugal, e a revista *Piauí*, do Brasil, onde apresentam a possibilidade de ter a Santa Casa Global mantido contatos com organizações criminosas, venho já reproduzir o que já por mim foi afirmado no comunicado que enviei à imprensa de Portugal quando da referida publicação. E vou ler citando:

Excelentíssimas senhoras, excelentíssimos senhores, tendo tomado conhecimento da publicação de pertencas notícias referindo pertencas relações de empresas de que fui gerente no Brasil com grupos criminosos, venho, por este meio, esclarecer que, encontrando-se tais matérias a ser objeto da competente averiguação em sede do respetivo processo de crime que se encontra em segredo de justiça, não posso nem devo, por ora, pronunciar-me publicamente sobre as mesmas. Contudo, posso e quero, desde já, afirmar que é absolutamente falso e calunioso que eu tenha mantido ou autorizado a alguém manter qualquer tipo de contato com qualquer tipo de grupo ilegal ou criminoso, sendo certo que os autores de tais calúnias não deixam de ser objeto de competente responsabilização criminal, para o que já dei instruções, neste sentido, aos meus advogados.

Meus cumprimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Gonçalves.

Ora... E fim de citação.

Isto foi o comunicado que eu enviei à imprensa a quando da publicação, está bem? É importante me referir a isto.

Neste momento, quero reafirmar a esta Comissão que repudio quaisquer insinuações de que a Santa Casa Global, enquanto eu fui o responsável pelas suas atividades no Brasil, manteve quaisquer relações com grupos criminosos, quer diretamente por mim ou com a minha autorização, sendo que tampouco alguma vez me foram colocados eventuais contatos com emissários. Aliás, do que pude apreender das notícias publicadas, essas tais "suspeitas" – entre aspas – baseiam-se num "relatório" – e também entre aspas, porque eu não tive acesso – elaborado pelo novo Presidente da Santa Casa Global Brasil, que é o Dr. Jovacy Peter Filho, numa altura em que eu já não tinha qualquer vínculo com a Santa Casa Global, desconhecendo eu o efetivo teor dimensionado do relatório. Nunca o vi. Não sei sequer o que é. Nunca tive acesso.

Atento só ao atrás referido, espero que V. Exas. compreendam que eu estou aqui apenas para atestar o meu comportamento e ética durante a efetividade do desempenho da função de Presidente do Conselho da Santa Casa Global e suas participadas.

Em relação ao resultado da auditoria realizada pela nova gestão da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que assumiu funções em março de 2023, bem como as eventuais irregularidades comunicadas ao Ministério Público, gostaria de referir: desconheço o teor do documento, por nunca me ter sido dado conhecimento da versão final do relatório e da auditoria. Isto é uma coisa muito estranha: há uma auditoria, há pessoas auditadas, há questões, e os auditados não são sequer questionados nem são sequer ouvidos. Nunca tinha ouvido falar sobre isso, mas aconteceu, acredito.

Gostaria que V. Exas. tomassem conhecimento também do despacho de exoneração de todos os membros anteriores da administração da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, cuja provedora era a Sra. Dra. Ana Jorge, e que estiveram ao leme de todas as decisões tomadas, quer em Portugal, quer no Brasil, desde maio de 2023 até abril de 2024.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero dar conhecimento de diversas notícias publicadas em diversos órgãos de comunicação social, onde abordam a questão do processo de internacionalização da Santa Casa, quer na gestão do provedor Edmundo Martinho, quer na gestão liderada pela Dra. Ana Jorge, a partir de maio de 2023.

Dos despachos e das várias notícias publicadas, ficam bem claras a falta de competência, responsabilidade e total inabilidade, na gestão liderada pela Dra. Ana Jorge, em tomar decisões quanto ao referido processo de internacionalização e, nomeadamente, quanto ao Brasil. Isto fica claro.

Para melhor entendimento, acho que seria interessante a contextualização e cronologia de substituição das mesas diretoras, para perceberem também a evolução lá dentro da Santa Casa, o que é.

A administração liderada pelo Dr. Edmundo Martinho, responsável, juntamente com o ministério da tutela, pela decisão de internacionalização, foi substituído, pela mesma tutela, seis meses antes do termo do seu mandato, por uma nova administração liderada pela Dra. Ana Jorge, com efeitos a 1º de maio de 2023.

Essa nova administração demonstrou uma clara animosidade para com a anterior administração, o que é estranho, uma vez que transitaram para a nova administração dois elementos da anterior administração – com posição –, com clara oposição e prejuízos de valor, mesmo antes de tomar conhecimento da real situação das operações, e tampouco tentaram perceber o seu funcionamento.

Sensivelmente, uns dias antes de completar um ano da tomada de posse, ou seja, 30 de abril de 2024, a ministra da tutela do novo governo, a nova ministra, exonerou a administração liderada pela Dra. Ana Jorge pelos motivos imputados no despacho de desoneração já referido, ou seja, por falta de colaboração e falta de capacidade de gestão e de forma de lidar com esses processos de internacionalização.

É importante ainda referir que, apesar de ter vínculo com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa até ao momento em que fui exonerado pela mesa anterior, o fato é que, desde maio de 2023, a mesa me manteve em funções, mas com gestão totalmente limitada, sitiado em Lisboa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossibilitado de me deslocar ao Brasil para acompanhar as operações, sendo que, como resulta claro das mais variadas trocas de *e-mails*, o que existia até abril de 2023 eram os normais encargos, quer financeiros, quer operacionais, de correntes do investimento efetuado nas diversas operações do Brasil, sendo que, a partir dessa data, maio e junho de 2023, começaram a surgir as dívidas decorrentes da decisão da nova mesa da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que assumiu em março de 2023 – volto a repetir –, de não autorizar quaisquer transferências ou concretizações de operações de alavancagem financeira em curso, para poder a Santa Casa Global Brasil fazer face a todos os encargos decorrentes da implementação dos vários projetos já em curso.

A irrelevância de tais investimentos, tal como o próprio Banco Regional de Brasília reconheceu na resposta que escreveu ao Tribunal de Contas do Distrito Federal: uma das razões para a escolha da Santa Casa como parecer estratégico deveu-se à sua inquestionável experiência na exploração de jogos sociais e *betting*, bem como o fato de esta já estar a fazer investimento efetivo no território brasileiro, sendo já responsável, direta e indiretamente, por 16 mil postos de trabalho. Acho que isto é importante dizer sobre esta matéria.

Quanto à questão de São Paulo, a Santa Casa...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO GONÇALVES – ... foi uma das 11... Quanto à questão de São Paulo, a Santa Casa foi uma das 11 empresas que participaram no procedimento de manifestação de interesse publicado pelo Governo de São Paulo no final de 2021, que tinha como objeto de exploração a loteria estadual, tendo o seu trabalho apresentado no PMI parcialmente aproveitado.

Após a publicação do resultado do PMI, foi agendada a sessão pública de concorrência para 29/03/2022. Diante das diversas inconsistências do edital, diversas empresas impugnaram o instrumento convocatório, bem como representaram junto do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – entre elas a Santa Casa –, sendo que a Corte de Contas paulista decidiu por suspender a licitação.

Quanto ao segundo edital, decidi a Santa Casa não concorrer, uma vez que os valores falados para a outorga se situavam na ordem de R\$1 bilhão, impossibilitando à Santa Casa se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar sem ser como parte de um consórcio. Mas, apesar de também este edital ter sido anulado, não teve a Santa Casa qualquer papel ativo.

É ainda relevante salientar que a Santa Casa nunca explorou, direta ou indiretamente, a oferta de apostas esportivas no Brasil, tampouco patrocinou qualquer evento esportivo.

Isto é importante salientar: a Santa Casa nunca, na sua atividade aqui, ofereceu ou teve contato com apostas esportivas aqui no Brasil.

Restringimos a sua operação de loteria instantânea e de loteria do Rio de Prêmios no Estado do Rio de Janeiro, por meio da distribuição do jogo de loteria do Estado do Rio de Janeiro, e de título de capitalização no Estado de São Paulo, também por curto período.

Eu posso, como já afirmei anteriormente, responder pelo meu comportamento ético e moral e atos e questões pessoais, mas não posso falar, nesta audiência, em nome da Santa Casa, como decerto V. Exas. compreenderão, uma vez que eu já não represento a instituição, encontrando-me, inclusive, em processo litígio com a mesma.

Por fim, apenas como registro, informo a esta Comissão que o Presidente da Loterj, tendo tomado conhecimento, por meio dos veículos de comunicação de Portugal, que eu tinha contestado a minha demissão, supostamente por justa causa, efetuada pela Santa Casa e que esse documento de contestação poderá ter relevância no eventual apuramento da responsabilização da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e sua filial no Brasil solicitou se lhe poderia ser facultado o acesso a tal documento.

Após análise pela minha assessoria jurídica, foi anuída a remessa e feita a remessa, sendo que se trata de um documento bastante extenso, com 80 anexos, com mais de 500 páginas, encontrando-se o mesmo em posse da Presidência da Loterj.

Gostaria de agradecer a todos a atenção dispensada.

Muito obrigado.

E peço desculpa. Tentei ser o mais breve possível nesta matéria. Espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Nós que agradecemos, Sr. Ricardo Gonçalves, pela sua explanação inicial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de imediato, vamos ao escorreito Relator desta CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas.

Romário Souza Faria, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Ricardo Gonçalves, obrigado pela participação do senhor nesta CPI e do administrador da Santa Casa Global do Brasil.

Eu tenho algumas perguntas para fazer para o senhor.

A primeira é a seguinte: em suas tentativas de se estabelecer no Brasil através de parcerias, a Santa Casa deixou de fazer alguns negócios por ter identificado as atividades ilegais. Se aconteceu, isso foi comunicado às autoridades?

O SR. RICARDO GONÇALVES (Para depor.) – Sr. Senador, peço desculpa. A Santa Casa não deixou por isso. Aliás... A Santa Casa não deixou por isso. Conforme eu me referi aqui, a mesa teve prejuízos de valor. Há uma notícia que é importante ver, que foi a que saiu há cinco anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO GONÇALVES – Eu vou já dizer. É de 1 de maio de maio de 2024, às 19h27. Foi publicada a notícia que diz o seguinte: "Auditoria à Santa Casa entregue sem se encontrarem 'ilícitos criminais'". Ou seja, foi finalizada e entregue sem que tivessem sido encontrados ilícitos criminais. É falso que tenham sido encontrados ilícitos criminais e tenham sido apresentados ao Ministério Público. Disso foi dado conhecimento ao Ministério Público. Aliás, tudo isto que eu falei, toda esta documentação, Sr. Senador, está no Ministério Público, está no Parlamento também, de Portugal – peço desculpa.

Aliás, vai ocorrer agora – foi aprovada – uma CPI também em Portugal, vai ocorrer... Os membros irão tomar posse em 15 de setembro. E, portanto, irá iniciar-se uma CPI em Portugal sobre esta matéria, uma CPI – acho, então – da Santa Casa. O escopo é muito grande, é desde 2011 até a atualidade. Portanto, não é só sobre a internacionalização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estes documentos existem, estão lá, estão ao dispor da Santa Casa. Eu até gostaria de dizer que há documentos que eu gostaria muito de ter trazido, mas eu já não pertencço à Santa Casa e, portanto, não posso divulgá-los.

Mas quero que vocês saibam que, por exemplo, existe um *e-mail* que foi por mim enviado na altura, enquanto funcionário da Santa Casa, para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e para o seu administrador da Santa Casa Global, mas que podem ser requeridos, estão junto ao Ministério Público, também existe – e a Santa Casa tem esse documento –, para demonstrar o seguinte: foi feito da parte do diretor financeiro e membro da Comissão Executiva até de São Paulo, onde nos apresenta a nós, e até temos que ter algum cuidado até na divulgação desse documento, porque é nominal sobre todos os credores de São Paulo, todos, tem lá o nome, todos, e inclusive também uma apreciação de quanto custaria fazer cessar todas as atividades nessa matéria. Portanto, esse *e-mail*, em momento algum, nesse documento, em lado nenhum, fala sobre o montante de que é referido na notícia. Não percebo onde é que isso vai... Não existe sequer nessas necessidades que o senhor diria que foram efetuadas e que foram solicitadas pela Comissão Executiva e referidas várias vezes, em vários momentos. Em momento nenhum isso foi referido em nenhum documento interno.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Ricardo, com a recente regulamentação, a Santa Casa do Brasil pretende obter uma licença de operação de casa de aposta no Brasil ou desistiu completamente desse negócio?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Senador, eu volto a referir que eu já não estou na Santa Casa, já não estou mesmo, já não pertencço aos quadros da Santa Casa, estou em litígio com a Santa Casa, não consigo perceber quais são as intenções da Santa Casa para com a estratégia aqui no Brasil. Não sei efetivamente... Há um novo Presidente de cá, que chama Dr. Jovacy Peter Filho, conforme eu já falei, que é o Presidente da Santa Casa Global, quem me substituiu. E existe também na Santa Casa Global de Portugal também novos elementos, assim como a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que é uma nova mesa, que tomou posse também agora em maio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor enfrentou graves acusações por parte da gestão da Santa Casa de Lisboa, também relatou ter sido ameaçado. Isso é verdade? A sua família também?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Não, aquilo que aconteceu, Sr. Senador, efetivamente eu fiz uma participação à polícia, porque houve uma clara tentativa de condicionamento de minha atividade junto aos vários órgãos, porque houve uma notícia que foi divulgada, uma reportagem em que eu participei, houve, de fato... fui ouvido numa audiência parlamentar, também que foi requerida, e eu já fui ouvido também no Parlamento, não numa CPI, mas numa audiência parlamentar. E, como é óbvio, eu não vou deixar influenciar – não vou deixar que façam de mim um bode expiatório – as decisões que as pessoas têm que tomar. As pessoas têm que assumir as suas responsabilidades e obviamente o fato de terem decidido, mesmo com a omissão, abandonar as operações todas aqui no Brasil e terem ignorado todas as soluções, as possíveis soluções que existiam.

Com todo o devido respeito que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa me tem, até porque eu trabalhei na Santa Casa por 25 anos, tenho pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o maior respeito pelo papel que desempenha pelos necessitados, pela ajuda que dá à cidade de Lisboa e ao resto do país, mas acho que, efetivamente, quem esteve à frente não honrou o legado e não percebeu a responsabilidade que tinha.

E muito menos: se tiverem acesso ao documento, que é uma questão de o pedirem, que está junto do Presidente, hão de ver que há uma colocação em que os gestores tentam acusar-me a mim e ao meu colega Francisco Pessoa e Costa de eu ter exposto a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a pessoas e mercados que em nada dignificam o nome da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como se o Brasil fosse alguma coisa de menor em relação à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

É uma questão de lerem o documento. Está lá. É uma citação clara, não é uma invenção. É inacreditável o teor daquele documento. Acho que o deviam ler.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Satisfeito, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator, querido Romário de Souza Faria.

Senador Carlos Portinho, por fineza.

Como sempre, eu fico para o final.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Ricardo, pela sua presença.

A gente está aqui investigando, nesta CPI, o relacionamento das apostas de manipulação de resultados esportivos, mas também, como a questão das apostas no Brasil é algo novo, a gente está querendo entender melhor quem são esses *players*.

Dáí me deparei com estas duas matérias da revista *Piauí* e da revista, acho que jornal *Expresso*, de Lisboa.

E eu pergunto: essas matérias são falsas? Essa associação da dívida da Santa Casa de Lisboa à participação do PCC, o maior comando aqui do crime no nosso país, é falsa?

O SR. RICARDO GONÇALVES (Para depor.) – Sr. Senador, eu reitero aquilo que disse e que li aqui. Reitero e repudio qualquer acusação ou insinuação no sentido de que tenhamos tido contato com qualquer grupo criminoso no Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa adquiriu uma licença junto à Loterj?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Não. O que aconteceu foi que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, num movimento de internacionalização... E, claramente, nós temos que perceber que o Brasil é o mercado, era e continua a ser, o maior mercado disponível no mundo. Portanto, de fato, é impossível a alguém ficar indiferente às oportunidades que o Brasil oferece, e a Santa Casa decidiu, na altura de vir para cá, se tornar operadora, mas tinha que começar por algum lado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão. Desculpa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO GONÇALVES – Para se tornar operadora, tinha que começar por algum lado. E aquilo que se decidiu fazer foi para criar rede. Nada se faz sem rede. Rede, quando eu digo rede, redes de pontos de venda, redes de acesso. A Santa Casa decidiu na estratégia.

Vou-lhes já dizer que nós começamos por um convite aqui no Brasil – isto não está aqui escrito, mas posso-lhes explicar –, um convite na altura do consórcio que ganhou a Lotex, que ganhou a concessão da Lotex, e convidou a Santa Casa para participar também nesse processo. E foi assim que nós começamos a olhar e ter contato com o mercado brasileiro.

Entretanto, no meio dessas negociações, houve a decisão do Supremo Tribunal Federal, onde reconheceu aos estados o direito de criar e explorar as suas próprias loterias. Portanto, tudo mudou, e nós começamos a olhar também e modificamos essa estratégia. Foi esse o entendimento na altura.

E, no contato também, nós conhecemos umas pessoas no âmbito desse processo também que estavam envolvidas na parte até da eventual logística como solução para a distribuição da Lotex, um grupo de pessoas que entretanto tinha concorrido ao edital de prestação de serviços de distribuição de jogo da loteria do Rio de Janeiro e que tinha ganho. A Santa Casa decidiu, então, iniciar a sua atividade pelo Rio de Janeiro, adquirindo 55% dessa sociedade no Rio de Janeiro e iniciando a sua atividade por distribuir o jogo da loteria. Portanto, havia dois contratos, um contrato... Essa MCE tem dois contratos. A Santa Casa não concorreu a nada no Rio de Janeiro e adquiriu 55% da empresa que tinha ganho esse edital de prestação de serviços. Essa empresa tem o contrato público do edital e tinha um contrato de credenciamento para explorar e para distribuir a raspadinha, a loteria instantânea. Pronto, e foi isso que aconteceu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No âmbito dessa relação societária é que surgem essas denúncias?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Eu não consigo perceber de onde é que vêm essas denúncias. Eu volto a referir: eu não tive acesso sequer ao relatório, não sei quem as proferiu... Foi... De acordo com o que diz aí, foi um relatório, um suposto relatório emitido por um novo presidente da Santa Casa Global Brasil, depois de umas conversas com um diretor da Loterj... da MCE Rio de Janeiro, mas eu desconheço em absoluto. Não tive acesso ao relatório, não sei do que se trata, nunca me questionaram sequer sobre essa matéria. Portanto, não sei o que é.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é o nome do sócio dessa empresa, além da Santa Casa?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Dos sócios? Do sócio da empresa... Qual empresa? Da empresa MCE?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa que adquiriu a autorização para comercialização de raspadinhas...

O SR. RICARDO GONÇALVES – A empresa é a MCE...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de que vocês adquiriram 55%.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Há dois sócios em uma empresa que se chama Ragdoll.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hã?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Ragdoll.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hard Hall?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Ragdoll.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hardom?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Ragdol. R. A. G. D. O. L. L. Ragdoll.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse era o sócio...

O SR. RICARDO GONÇALVES – Era o sócio, ou seja, são dois sócios que constituíram uma empresa. Eles tinham uma empresa que se chamava MCE e não podia MCE ser sócia da MCE. Portanto, pedimos para eles mudarem o nome. Foi só por isso. E são duas pessoas, de fato, dois cidadãos brasileiros que são sócios dessa empresa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esses cidadãos têm relação com o tráfico, com o PCC?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO GONÇALVES – Que eu saiba, não – que eu saiba, não. Volto a referir: nunca tal coisa me foi colocada, nunca me foi apresentada e nunca sequer foi discutido esse assunto comigo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Kajuru, a gente poderia ter a razão social dessa empresa, até para a gente poder pedir a relação dos sócios e encaminhar à Polícia Federal, Senador Kajuru, para que a gente possa saber se os sócios, não a Santa Casa, mas se os sócios têm alguma ligação com...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo plenamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é? Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu acho que é importantíssimo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho que é bom, inclusive, para sanar qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É um imbróglio, não é? Precisamos entender esse imbróglio, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem é atualmente a Presidente da...? Essa Ana Jorge é a Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Não, foi substituída. Só um bocadinho, que tenho que ver...

A Ana Jorge foi substituída agora, 30 de abril deste ano; portanto, por um novo provedor. Só um bocadinho, que eu vou ver o nome, está bem? A Ana Jorge foi substituída.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Oi?

O SR. RICARDO GONÇALVES – A Dra. Ana Jorge, a administração foi substituída por incompetência, ou seja, por... Peço desculpas, vou rephrasing: por incapacidade de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Incapacidade de gestão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi a Sra. Ana Jorge que falou em auditoria, e foi daí que veio essa história depois que ela o substituiu?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Na auditoria, sim. Aliás, uma coisa que é completamente incompreensível, que é fazer uma auditoria e dizer que não faz nenhum pagamento enquanto aquela auditoria não estiver completa, quer dizer, como se isso fosse possível. Uma coisa é fazer uma auditoria e, se alguma coisa estiver mal, tem que agir, mas não pode deixar de honrar os compromissos que estão assumidos. E foi isso que fizeram.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor pode informar à CPI o nome do atual Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa? – se não lhe...

O SR. RICARDO GONÇALVES – Só um minuto. Eu vou consultar aqui o nome dele: é Rui qualquer coisa, eu tenho que ver o nome dele – também peço desculpas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu agradeço. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO GONÇALVES – Paulo Alexandre Duarte de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É Paulo...?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Paulo Alexandre Duarte de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Paulo Alexandre Duarte de Sousa.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o novo provedor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

Pode fazer o registro, Sr. Presidente, do nome e da empresa também? – se puder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O nome e a empresa para a Secretaria registrar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor teria o CNPJ dessa empresa, por acaso?

O SR. RICARDO GONÇALVES – De qual empresa?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dessa Ra...

O SR. RICARDO GONÇALVES – Não tenho, mas posso... Não sei se...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas isso eu acho que a gente consegue, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A gente consegue.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Mas é da MCE ou da Ragdoll?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já o nome. Mas o CNPJ a gente consegue depois?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem que ser junto à polícia, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá.

Sr. Ricardo, eu não tenho mais perguntas.

Eu agradeço a sua colaboração com esta CPI. Nosso interesse também aqui é entender quem são esses *players* que estão chegando, no Brasil, para investir em jogo.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Obrigado, atuante Senador Carlos Portinho.

Eu vou concluir insistindo neste imbróglio, para entendê-lo. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi fundada no fim do século XV, exatamente em 1498, pela Rainha D. Leonor, e ao longo de sua existência ganhou reconhecimento em Portugal pelas obras de caridade. Já em tempos recentes, criou o Jogos Santa Casa, para explorar jogos sociais em nome do Estado, com exclusividade em seu país. Na esteira veio a Santa Casa Global, com tentáculos em Angola, Peru e Brasil, onde surgiu esta denúncia de envolvimento com a organização criminosa PCC. Ou seja, há um razoável distanciamento da missão original: melhorar o bem-estar dos cidadãos, em especial dos mais desprotegidos.

Sr. Ricardo Gonçalves, concorda que as finalidades mudaram bastante?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Senador Jorge Kajuru, muito obrigado, antes de mais, por revelar... De fato, eu conheço a Santa Casa, e é importante referir também que, apesar de a Santa Casa ter sido criada em 1498 – aliás, o aniversário é 2 de julho –, a Santa Casa exerce ou explora jogos desde 1783. Eu vou explicar por que, Senador. Porque ela é a primeira loteria para fazer face aos necessitados que correram ou eram incapazes de correr de correntes que existiam na cidade de Lisboa, de correntes do terremoto 1755. E foi criada a primeira lotaria, e foi em 1783. E desde essa altura até agora, a Santa Casa tem, de forma ininterrupta, explorado e oferecido esse jogo. É a única entidade no mundo. Há outros países que tiveram jogo mais cedo, mas a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa é a única entidade que, de fato, tem oferecido e tem explorado jogos sociais de forma ininterrupta desde essa altura.

A Santa Casa tem uma missão, e a missão não se desviou. Porque a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa exerce, em nome e por conta do Estado, a exploração dos jogos sociais. A Santa Casa é apenas mais uma das beneficiárias. A Santa Casa recebe apenas 28% – acho que, neste momento, é um bocadinho menos, vinte e seis e qualquer coisa por cento – das receitas dos jogos sociais do Estado. O resto é distribuído por todo o Estado, para o desporto, para o desporto escolar, para a proteção civil, para o Ministério da Saúde.

Há uma lei que se chama Lei 6, de 2006, que é a lei que faz a distribuição dos resultados de todos os jogos. E, volto a dizer, esta parte do jogo, onde veio a Santa Casa Global, já existia, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe, como forma de financiamento da sua atividade, sem desviar a sua ação. É exatamente o inverso. O que a Santa Casa entendeu, na altura – e isso faz parte dos documentos de estratégia –, foi que a Santa Casa precisava diversificar as suas fontes de rendimento, e, uma vez que tinham crescido muito as suas receitas em jogos no território nacional, era muito difícil continuar a crescer, inclusivamente por aquilo que se passou em Portugal, que foi a regulação do mercado *online*, e, portanto, com uma proliferação de novos operadores, que fizeram, claro, clara concorrência aos jogos sociais da Santa Casa.

Portanto, a Santa Casa decidiu – me desculpa a expressão – numa altura de vacas gordas, ou seja, em que ainda havia uma fonte de rendimento, ou seja, as receitas estavam ainda em alta, permitiram tomar uma decisão, que tem que tomar a decisão de obter essas receitas, e, de facto, o jogo era a atividade da Santa Casa efetivamente mais rentável, e a Santa Casa o sabe fazer há vários séculos, e falo bem, e de forma criteriosa, e com princípios, e sempre reconhecida mundialmente pela forma como explora os seus jogos.

Sendo que é a Santa Casa Global, tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é-lhe atribuído, não só por tudo o que está nos seus estatutos, mas cada jogo é criado e atribuído à Santa Casa em regime de exclusividade. A Santa Casa não poderia vir diretamente para cá, até porque não queria ser acusada, eventualmente, de alguma concorrência desleal.

E, portanto, entendeu criar um veículo específico para esta internacionalização, para que não se misturassem todas as atividades, não se confundisse a exploração de jogo em Portugal com a exploração de jogo em nível internacional. E foi por isso que foi decidido criar a Santa Casa Global Portugal, que por sua vez criou a Santa Casa Global Brasil, sendo que a Santa Casa Global Portugal tem uma participação financeira num grupo inglês, que, assim, detém uma participação numa empresa que explora loterias no Peru; mas é um grupo inglês, e a Santa Casa participa nesse grupo financeiro, que por sua vez detém essa parte no Peru – então falou nessa parte.

Em Angola, concorreu a uma licença, efetivamente, mas essa licença foi anulada, esse concurso foi anulado, não tendo escada, não tendo escada. No fim, não foi escolhido nenhum operador, e portanto a Santa Casa não opera em Angola. Opera, sim, em Moçambique, e opera em Moçambique, já há muitos anos, através de uma empresa que se chama Sojogo.

Mas pronto, mas, não, eu entendo que não se desviou do seu objeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito.

Por fim, a auditoria realizada pela Santa Casa de Lisboa aponta perdas de, pelo menos, 50 milhões de euros, cerca de R\$300 milhões no Brasil, em decorrência de péssimos negócios na área, de loterias fechadas em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por causa disso, houve mudanças na administração em abril do ano passado, só que a nova provedora também foi destituída três meses atrás.

Com todo esse imbróglio, pode-se dizer que a Santa Casa de Lisboa descobriu o Brasil e, ao invés de levar o ouro, como nos ensina a história, acabou implodida por causa da descoberta?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Eu posso falar: eu fui convidado na altura pela anterior administração, até atendendo à minha experiência com os jogos. Aliás, era parte da Comissão Executiva do Departamento de Jogos e participei também, sempre como gestor, da gestão de parcerias internacionais. E vou lhe dizer que, quando me convidaram, eu acreditei e continuo a acreditar no potencial do Brasil, na seriedade das pessoas, na bondade da decisão de cada um dos estados em querer, de facto, ao criar as loterias, criar condições para que possam crescer certas práticas de boas causas e para que possam criar um efeito positivo na população dos seus próprios estados. E acredito que as coisas... quando se vem com boas intenções, efetivamente é possível ter sucesso. Em minha convicção, continuo a acreditar plenamente neste mercado brasileiro, nos investimentos que aqui foram feitos.

E acho que é importante referir uma coisa, Sr. Senador. Quando a mesa chegou, a da Dra. Ana Jorge, em início de maio de 2023, o que existiam eram encargos financeiros, decorrentes dos investimentos que tinham sido realizados, bem como das operações, e, portanto – o que é normal –, havia encargos financeiros.

A partir de maio, ainda se conseguiu pagar alguma coisa – nós ainda tínhamos algum caixa –, e, a partir daí, a Santa Casa, pura e simplesmente, se omitiu, ou seja, demitiu-se das suas obrigações, não dotou a sua participada de poder financeiro para poder honrar os seus compromissos, e o que passou a haver, a partir daí, foram dívidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E atenção: quando se fala dessas dívidas e dessas perdas, essas perdas e esses investimentos afundados existem porque, efetivamente, se deixou cair tudo.

Sr. Senador, não é a primeira vez que alguém investe aqui no Brasil ou em outro país e que as coisas não dão certo. Mas, se não dão certo, as pessoas têm que fazer aquilo que é a sua obrigação, que é fazer as coisas de forma correta, que é fazer então o desinvestimento, tomar uma decisão clara e dizer assim: "Olha, eu não quero". Até porque pode dizer assim: "Olha, não concordo com a Santa Casa", conforme o Sr. Senador estava a dizer. Pode sequer concordar conceptualmente que a Santa Casa deve internacionalizar os jogos.

Quer dizer, eu posso ter uma ideia diferente, mas tenho que respeitar que quem está no poder pode ter uma ideia diferente, mas não pode, pura e simplesmente, abandonar as operações. Não pode.

A Santa Casa é uma instituição, como dizem bem, foi fundada em 1498 e é uma instituição de boa-fé. Não pode, em caso nenhum, demitir-se dessas suas obrigações de ser de boa-fé e de honrar os seus compromissos.

E volto a dizer: se há alguma coisa errada, que se investigue, que se apure e que se puna se houve alguma irregularidade. Agora, não se faz é ao contrário, é deixar cair tudo – parece que quanto pior melhor – e depois querer imputar aos outros as responsabilidades que são de quem toma as decisões de abandonar isto.

O que o Sr. Senador está a falar, o que o Sr. Senador fala, nesses valores – que eu até vou lhe dizer que a minha convicção é que os valores serão substancialmente superiores –, estamos a falar de dívidas, dívidas decorrentes de incumprimentos da Santa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Perfeito.

Bem, Sr. Ricardo Gonçalves, nós agradecemos a sua colaboração, os seus esclarecimentos. Muitíssimo obrigado. Deus, saúde ao senhor e à sua família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO GONÇALVES – Obrigado sou eu por esta oportunidade e espero que também tenham sucesso nesta CPI, porque, de fato, é de grande, grande importância para o mercado brasileiro.

Vou-lhes já dizer, até porque eu estava farto de ir a todos os eventos internacionais e toda a gente se referir com alguma graça que, de facto, o mercado é um mercado autorizado, mas não regulado, e, portanto, que agora está, de fato, com muito empenho. E vejo, de fato, o empenho de fazer bem as coisas, porque é regulamentar efetivamente o mercado, mas fazê-lo bem, de fato, com esta questão muito importante de *compliance* e de evitar que surjam situações de *match fixing*, que acho que é uma praga em nível mundial...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Sem dúvida.

O SR. RICARDO GONÇALVES – ... não é só nacional, e que, de fato, espero que daqui surjam boas alterações e bons contributos para o mercado e para a oferta de jogo aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO)
– Pode ter certeza.

Gostaria de agradecer a todos os amigos Senadores presentes nesta reunião, agradecer também à minha equipe de gabinete, Carol da Luz, Luma Paschoalato e Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador Romário, ao Relator, ao Wester, ao Flavio e ao Vicente; do gabinete do Senador Girão, ao Chico e ao Roberto; da Liderança do meu histórico partido, o PSB, à Olga, ao Santi e ao Carlos; do gabinete do Senador Carlos Portinho, à Fran Vieira. Agradecer aos advogados do Senado, Dr. Octavio, Dr. Marcelo Cheli e Dra. Bárbara Rodrigues; aos Consultores do Senado Luciano, o Tiago Ivo e Vinicius e aos servidores competentes desta Secretaria da Comissão – sem ela, seria impossível o meu trabalho aqui –, ao Marcelo Lopes, em férias – volte logo, Marcelo Lopes, porque, senão, o Henrique Cândido vai te demitir, vai tomar o seu lugar –, e também ao Gabriel, com este sobrenome insuportável, que se chama Udelsmann; e aos policiais do Senado Itamar e Braga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um deles tem o apelido de Boca de Ouro. Eu prometi que um dia eu iria falar, mas é brincadeira. Boca de Ouro é um Deputado.

Bem, gente, não havendo nada mais a acrescentar, declaro encerrada esta nossa reunião.

Voltaremos na semana que vem, como sempre, com mais duas reuniões, na terça e na quarta, com mais convocados e convidados, requerimentos e, tomara Deus, com novas denúncias, especialmente com provas, para que esta CPI siga fazendo o seu trabalho independente e, rigorosamente na primeira semana de dezembro, quando terminaremos os trabalhos desta CPI, o relatório agrade. E tenho certeza de que ele será irretocável, com a história de Romário Souza Faria nesta Casa, no Congresso Nacional e em toda a sua vida.

E tomara, Deus, que o futebol brasileiro volte a ter a credibilidade necessária e que a gente pare de ficar ouvindo todo dia da boca de quem era apaixonado por futebol que hoje nem na TV suporta mais ver os jogos de futebol, pois não acredita mais em resultados.

Agradecidíssimo. Deus e saúde, pátria amada!

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Ireneu Orth, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Wilder Moraes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 3, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater Estratégias de Reconstrução e Resiliência Climática no Rio Grande do Sul, com os convidados que especifica." **Autoria:** Sen. Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 4, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de analisar tecnicamente as causas, respostas e gerenciamento de riscos referentes ao desastre climático no Rio Grande do Sul, com os convidados que especifica." **Autoria:** Sen. Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 5, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a etapa de reconstrução e restauração dos bens e serviços afetados pelo desastre climático que atinge o Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar infraestruturas, cidades e comunidades resilientes." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 6, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a proteção de direitos humanos e a salvaguarda de grupos vulneráveis em situação de desastre." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 7, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a reestruturação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de implementar a transição do gerenciamento de desastres para a gestão integral do risco de desastres, em conformidade com o Marco de Sendai para a redução do risco de desastres." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 8, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias voltadas a emergências climáticas, prevenção, adaptação, mitigação e gestão dos riscos climáticos e infraestruturas resilientes." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 9, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para o enfrentamento emergencial do desastre climático que atinge o Rio Grande do Sul, no âmbito do socorro e assistência às vítimas e do restabelecimento de serviços essenciais." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Encaminhamentos. Finalidade:** Informar os encaminhamentos definidos no dia. **Resultado:** A Comissão, reunida em 16 de maio de 2024, adotou os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes encaminhamentos: 1. Realizar a diligência externa no dia 23 de maio e em conformidade com roteiro previamente definido; 2. Realizar audiências públicas derivadas dos requerimentos aprovados na reunião; 3. Definir os convidados e a forma da Sessão de Debates Temáticos a ser realizada no Plenário do Senado Federal, dia 27 de maio, às 10h, considerando as sugestões dos membros da Comissão; 4. Restringir, a partir da indicação de uma proposição por Senador membro, a lista de prioridades a ser encaminhada ao Presidente do Senado Federal. Sugestões recebidas até o momento: PEC 15/2024; PL 982/ 2024; PL 1.606/ 2024; PL 1.645/ 2024; PL 1537/2024; PL 1760/2024; PLP 88/2024; PL 1791/2024; e PL 5002/2023. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/16>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada por ato do Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco (Ato nº 5, de 2024) com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos, à definição de encaminhamentos da Comissão e, naturalmente, à nossa diligência para o Rio Grande do Sul, prevista para esta quinta-feira.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já informamos que nós deveríamos, conforme combinado, estar lá nesta quinta, mas, como o Presidente Lula e sua comitiva, com nove, dez ministros, já havia marcado para ir ao Rio Grande do Sul nesta quarta – e foi e lá fez uma série de anúncios de interesse do povo gaúcho –, nós resolvemos, então, adiar a nossa viagem para a próxima quinta-feira. Está confirmada a viagem para a próxima quinta, e aqui vamos, entre nós, aqui, os oito Senadores, combinar todo o procedimento. Aonde vamos? Claro, vai ter que ser à base aérea de Canoas; depois, o objetivo, no primeiro momento, é ir a Porto Alegre e, depois, a São Leopoldo; e, no retorno a Canoas, então, faremos a visita ao Prefeito Jairo Jorge, que já estará esperando por nós na base e com quem iremos visitar os alojamentos. No caso da Ulbra, são mais de 2 mil pessoas, só para dar um exemplo, ali em Canoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – No quadrante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, na Ulbra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Da Ulbra são quatro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Ulbra são quatro, sim, mas são em torno de 70 alojamentos espalhados só em Canoas. Nós visitaremos um ou outro, dentro do possível, devido ao nosso período de ida e volta.

Eu quero também fazer um comentário rápido, agradecendo a todos os Senadores pela votação, por unanimidade, no dia de ontem, do projeto que eu recebi para relatar, negociado amplamente entre o Governo Lula, entre o Senado – o Presidente e o Vice participaram –, os Presidentes das duas Casas e o Governador Eduardo Leite. Eu só tenho a agradecer. Eu não entro em nada a não ser que para o Rio Grande do Sul para dizer obrigado ao Senado da República. É claro que outros movimentos haverá, outras iniciativas surgirão, e nós estaremos juntos.

Quanto à alguma indisposição, algum debate um pouco mais acirrado, faz parte do debate político. E eu, que estou aqui, há tantos anos, respeito isso, entendo, e nós continuamos em frente. O importante é que o Senado deliberou, ontem, por unanimidade, uma proposta que, no meu entendimento, foi muito bem costurada pelos dois Poderes, Executivo e Legislativo, e naturalmente com a participação também do Governo do estado. Então, é esse agradecimento – gratidão – que faço neste momento, em nome da Presidência desta Comissão.

A partir deste momento, nós vamos aos encaminhamentos já propostos pela nossa...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, em seguida.

São esses os encaminhamentos propostos para o dia de hoje? (*Pausa.*)

Está bom.

Já temos quórum para deliberar com a chegada do nosso Astronauta.

Se vocês permitirem, nós poderíamos votar rapidamente os requerimentos e abríamos as palavras para os comentários. O.k.? (*Pausa.*)

Inclusive votação em globo.

Passamos à apreciação dos requerimentos da pauta.

Constam da pauta dois requerimentos.

Item 1, Requerimento nº 3, de 2024

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº , de 2024

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater Estratégias de Reconstrução e Resiliência Climática no Rio Grande do Sul, com os convidados que especifica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Item 2, Requerimento nº 4, de 2024.

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2024

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de analisar tecnicamente as causas, respostas e gerenciamento de riscos referentes ao desastre climático no Rio Grande do Sul, com os convidados que especifica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Eu proponho, naturalmente, que passemos, neste momento, a palavra para o Senador, para que ele faça a defesa dos seus requerimentos. Votaremos em bloco os dois, Senador. Em seguida, passaremos para os outros requerimentos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia. Bom dia a todos.

Esses requerimentos seguem o mesmo princípio de operação que nós fizemos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a criação da Rede Vírus (MCTI), que até hoje continua ativa e vai continuar, pois passou a ser uma comissão permanente de apoio, consultoria ao ministério para viroses emergentes. A Rede Vírus foi criada no dia 10 de fevereiro, um mês exatamente antes do início da pandemia, no dia 11 de março de 2020, e se demonstrou extremamente útil nas estratégias tanto de desenvolvimento de novas vacinas no país quanto de toda a parte de sequenciamento genético. Ela é dividida em sub-redes. Então, isso é muito importante para o Brasil ter mais resiliência para as próximas pandemias e também para o trabalho emergencial.

Eu vejo a situação agora também como uma crise, e essa crise separada, como foi feito no plano de trabalho do Senador Mourão, nas fases emergenciais e na fase de reconstrução, que certamente têm que ser seguidas de uma fase de estudo e análise do que aconteceu, das lições aprendidas, para que exista maior resiliência do estado. Isso pode ser aplicável ao Brasil todo, isso faz parte do projeto de lei que eu apresentei no ano passado, que é o Projeto 5.002, de 2023, para gerenciamento de riscos de emergências climáticas, de desastres naturais.

Então, isso foi separado em dois por causa do número de pesquisadores. E o primeiro trata da parte emergencial, então, da análise do que acontece na parte mais climática e do que se pode esperar a respeito disso, hoje e no futuro, assim como da análise de possíveis e muito prováveis doenças que podem e vão aparecer por causa da água, da enchente, e de uma série de outros fatores importantes agora emergencialmente. E o segundo trata mais com economistas, com pessoas de maior conhecimento no sentido de recuperação estrutural e econômica do estado. Então, sem dúvida nenhuma, a presença desses especialistas e pesquisadores vai ajudar, e muito, não só agora na parte de emergência, mas também na reconstrução e preparação do estado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os Senadores concordarem, nós votaremos em bloco os dois requerimentos. Há concordância? *(Pausa.)*

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém para discutir, eu coloco em votação os requerimentos constantes na pauta. *(Pausa.)*

Aprovados, o.k.?

Neste momento, nós vamos para os extrapauta.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos Requerimentos 5 a 9, todos de autoria do Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

Requerimento Nº , de 2024

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a etapa de reconstrução e restauração dos bens e serviços afetados pelo desastre climático que atinge o Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar infraestruturas, cidades e comunidades resilientes.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

Requerimento Nº , de 2024



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a proteção de direitos humanos e a salvaguarda de grupos vulneráveis em situação de desastre.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 5****Requerimento Nº , de 2024**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para a reestruturação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de implementar a transição do gerenciamento de desastres para a gestão integral do risco de desastres, em conformidade com o Marco de Sendai para a redução do risco de desastres.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 6****Requerimento Nº , de 2024**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias voltadas a emergências climáticas, prevenção, adaptação, mitigação e gestão dos riscos climáticos e infraestruturas resilientes.

Autoria: Senador Hamilton Mourão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 7****Requerimento Nº , de 2024**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de identificar prioridades legislativas e orçamentárias para o enfrentamento emergencial do desastre climático que atinge o Rio Grande do Sul, no âmbito do socorro e assistência às vítimas e do restabelecimento de serviços essenciais.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para que ele faça a defesa em bloco dos seus requerimentos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, uma das tarefas principais da nossa Comissão é nós termos condições de avaliar todas as questões inerentes a essa tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Sul. E, para fazer essa avaliação, nós precisamos consultar os mais diversos setores, o Governo Federal, o Governo estadual, as prefeituras, assim como membros da sociedade civil, no sentido de que ao final a gente tenha condições de emitir um relatório que seja substancioso e de entregar algo não só para o povo do Rio Grande do Sul, mas para o conjunto do povo brasileiro.

Assim, os nossos requerimentos estão na mesma esteira dos dois do Senador Marcos Pontes, que procuram trazer aqui uma série de convidados, no seguinte sentido: um, com o objetivo de ver a criação de infraestruturas, cidades e comunidades resilientes; outro, para ações destinadas à proteção de direitos humanos e a salvaguarda de grupos vulneráveis em situação de desastre, porque a gente vê e sabe bem – não é, Senador Paim? – que ali, em Canoas, uma das áreas que foi mais duramente atingida, e o senhor a conhece muito bem, é a região da Mathias Velho, uma área carente daquela região. Então, nós temos que ver como podemos nos antecipar e impedir que essas coisas aconteçam e atinjam essa população que tem mais dificuldade.

O outro requerimento é para implementar uma transição do gerenciamento de desastres para a gestão integral do risco dos mesmos em conformidade com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres; o outro, para ações voltadas a emergências climáticas, prevenção, adaptação, mitigação e gestão dos riscos climáticos e infraestruturas resilientes; e o último requerimento: como nós melhorarmos a questão de socorro e assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que nós podemos condensar essas audiências – eu coloquei aqui cinco –, transformando-as em duas, Presidente, até porque os representantes dos diversos órgãos se superpõem aqui. Então, a gente pode fazer um estudo aqui e, na hora de convocar essas audiências, ser mais econômico no número delas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Hamilton Morão propôs que os seus requerimentos, que são... Quatro?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco, não é? E podem se resumir a duas audiências públicas.

Em discussão à matéria, tranquila. *(Pausa.)*

Se não há quem queira discutir, colocamos em votação. *(Pausa.)*

Aprovadas as cinco proposições de requerimento do Senador relativas às audiências públicas que ele propõe, e nós já acatamos, e que se tornem duas audiências públicas.

Aprovados os requerimentos extrapauta, eu os encaminho aqui para a Secretaria.

Eu queria agora informar que nós já aprovamos, na mesma linha de audiência pública, na nossa última reunião, que tenhamos uma sessão de debate temático no Plenário do Senado. Já aprovamos. Eu suscitei durante a semana, o Rodrigo Pacheco acatou, com a assinatura de todos os Líderes, que façamos essas sessões. Por sugestão do Senador Esperidião Amin, nós vamos desdobrar em duas: uma, neste momento de fundamental importância. Poderemos, em seguida, marcar a data da outra, que é um projeto mais a longo prazo, sobre o combate aos desastres climáticos.

Informo que a Senadora Leila Barros, que não está aqui – hoje ela não está –, me procurou no Plenário, e eu disse que, de minha parte, não haveria problema nenhum, para nós fazermos em conjunto esse debate, já que ela preside a Comissão do clima. Como ela preside a Comissão, não vejo problema nenhum de fazermos o debate em conjunto. Já marcamos a data: dia 27, às 10h, no Plenário do Senado. Aí, o Senador Esperidião Amin, de forma muito adequada, eu diria até, me perguntou já, no Plenário, se poderia indicar, se não me engano, quatro representantes. Eu disse a ele que não haveria problema nenhum e que hoje, aqui, nós iríamos discutir a forma como nós vamos indicar aqueles que vão estar no Plenário conosco para esse debate, cujos dia e hora estão marcados: é dia 27 – 27 está logo ali, é praticamente na outra semana, no Plenário do Senado.

Então, queria que, neste momento, as audiências... Aqui, na Comissão, são tranquilas. Eu acho que cada Senador que quiser indicar, em todas as audiências que foram aqui já aprovadas, pessoas para o debate, indiquem, e todos nós estaríamos contemplados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já tem aqui. Em relação aos indicados para a sessão de debates temáticos, a Comissão já recebeu os seguintes nomes. Da Senadora Leila Barros... Vamos ter que ver aqui, porque, se surgirem 50 nomes, nós vamos ver como é que vamos fazer.

Vou ler só da Senadora Leila Barros: Sra. Mercedes Bustamante, Professora Titular da Universidade de Brasília; Sr. Carlos Nobre, Cientista brasileiro especialista em estudos sobre o aquecimento global; Sra. Suely Araújo, Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima e Consultora aposentada da Câmara dos Deputados; Sr. Ailton Krenak, Líder Indígena, Ambientalista, Filósofo, Poeta e Escritor brasileiro de etnia indígena – aí vem Krenak, imortal da Academia Brasileira de Letras –; Sr. Paulo Moutinho, Cientista Sênior no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; representante do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).

Do Senador Hamilton Mourão: Sra. Marjorie Kauffmann – é isso mesmo? –, Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. Os sobrenomes aqui são por minha conta.

Do Senador Ireneu Orth: ele propõe o Sr. Rogério Porto, Geólogo e ex-Secretário de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul.

Esses são os nomes indicados. Consultamos ao Plenário – e é a primeira consulta que vou fazer, porque eu, naturalmente, não tenho nenhuma indicação minha aqui, que eu também farei, para um debate temático no Plenário – se nós teríamos que discutir, depois – pena que a Senadora Leila não está aqui – a forma desse debate. Ele pode iniciar de manhã e terminar à noite; para mim não há problema nenhum. Eu faço debates; se precisar ir noite adentro, também vamos. Agora, que seja o mais produtivo possível. Se nós pudéssemos limitar, talvez, o número de indicações por Senador, e vamos iniciando, vamos revezando de forma tal que todos poderão expressar os seus pontos de vista.

Antes mesmo de aprovar todos os nomes que aqui foram indicados, eu abro o debate para a forma que entendemos possível realizar esse debate temático no próximo dia 27, com início às 10h da manhã.

Já tinha se inscrito o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a todos: V. Exa.; o nosso Vice-Presidente, Senador Ireneu Orth; o Senador Hamilton Mourão, nosso Relator; e o prezado amigo Senador Marcos Pontes.

Quero dizer que, quanto às audiências, eu não tenho nenhum comentário a fazer e acho que elas vão, naturalmente, nos ensinando a cuidar da repetitividade, que é o que vai acontecer, mas é melhor que haja abundância do que carestia, do que falta.

O que me preocupa mais, até pela repercussão maior que tem, é a questão da sessão de debates temáticos. Eu acho que, nesse caso, nós deveríamos pedir até à assessoria da Comissão, para evitar repetitividade e aumentar a diversidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É... Sim, em termos de experiência.

E eu queria, assim como já lhe ofereci... Acho que o Senador Ireneu Orth não tem, mas o Senador Hamilton Mourão e o Senador Marcos Pontes participaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hum-hum...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e participaram com boa contribuição nessa sessão de debates temáticos sobre El Niño e os desastres naturais cada vez mais frequentes no Brasil, que nós realizamos...

O senhor já tem, não é?

Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu, ao Senador Paulo Paim, já entreguei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas fica na Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas veja bem, Cemaden, Carlos Afonso Nobre, que foi uma indicação da Senadora Leila, é uma presença indispensável. É o Papa brasileiro da climatologia. É o mais credenciado que eu conheço pelo menos.

E, até muito sugestivamente, se o senhor abrir na p. 19, tem o registro do depoimento dele, ele, em 1983 – está em azul, na p. 19 –, quando nós estávamos tomando aquela surra da maior enchente da história de Santa Catarina, mais duradura, a mais ampla, visitou o Governador do estado, que era o Esperidião Amin... *(Risos.)*

.... e foi a pedido de um outro professor, o seu colega do MIT e do ITA, José Damiani, de uma família tradicional de Santa Catarina, e ele me explicou, naquela ocasião, o que é que era o El Niño. Quer dizer, eu estava apanhando, General, sem saber de quem. Nós não sabíamos o que era isso. Não tinha consolidada...

E ele explicou, foi lá, e daí é que resulta essa convicção de que nós não estávamos vendo uma coisa nova, até porque o El Niño tem 400 anos de descoberta na América Latina. Ele significa o menino Jesus, o bebê, assim como existe La Niña, que quer dizer "a senhora", e a verdade é que esses dois personagens meteorológicos têm produzido uma repetição de desastres, tristeza, como essa que nós estamos vendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Carlos Afonso Nobre é uma presença obrigatória, mas aqui nós temos tudo que existe de instituição – e me corrija o Senador –: o Cemaden está lá, presente; o Instituto de Meteorologia está lá, presente; o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Enfim, eu adensaria apenas o seguinte: um participante do que seria a federação gaúcha, a Federação Rio Grandense de Municípios – acho que isso seria importante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós temos lá a Fecam.

Então, eu acho que é uma... Chamar todos os Prefeitos vai ser uma festa, mas pelo menos um representante credenciado, para ter a posição municipalista a respeito do assunto. Talvez um presidente de Câmara de Vereadores, afinal, são os representantes. Não dá para convidar todos.

Eu estou mais preocupado com a diversidade e a abrangência do que com a indicação de nomes. Agora, não tem cabimento termos dois professores do assunto, porque de excesso de ciência também não precisamos, nós estamos diante de uma emergência.

No ano passado, nós estávamos terminando a nossa crise, tanto a do Taquari quanto a nossa de Santa Catarina, que não foi brincadeira. Então foi, digamos, na ressaca, em novembro, que nós realizamos isso. E por isso também não houve um grande apelo, porque não estava na emergência, mas agora nós estamos na emergência. Não sei quantos dias vai levar, vamos ter para o Rio Guaíba voltar a três metros. Hoje estávamos todos celebrando que ele passou a 4,99. Quer dizer, um centímetro abaixo de cinco, e nós vamos comemorar essas coisas? Vamos ter que, como diz o banqueiro, nos satisfazer com um pedaço de uma asa de frango. É uma festa. Então, vai ser ainda um momento de crise, de muita frustração, à medida em que se percebe o tamanho da tarefa da reconstrução.

Eu não tenho indicação nenhuma a fazer, considero-me representado com o nome do Carlos Afonso Nobre, que, dos especialistas, é o que eu mais conheço. O Senador Marcos Pontes conhece mais esse pessoal das entidades, vamos dizer, federais, ou que têm abrangência federal, como o Cemaden, o Instituto Nacional de Meteorologia, o Inpe. Não adianta é ter três do Inpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É isso que eu quero dizer. Você acha que é importante ouvir um climatologista? Eu acho. Temos o melhor. Se quiser indicar mais um, é uma redundância, pode ser que tenha um que pensa diferente, aí é bom. Eu sou a favor da diversidade do que se vai falar, e não da repetitividade. E também que se tenha uma abrangência federativa, por isso que eu citei o caso do Governo do Estado, é óbvio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, isso é automático.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que uma pessoa do governo do Estado é o que se precisa, em nome dos municípios afetados. Talvez, não vou indicar nenhum nome, mas eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem duas entidades lá, e podemos indicar as duas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a dos vereadores e a dos prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estamos servidos, eles que se legitimem consultando os seus pares.

Esse é o meu comentário, dizendo que eu considero que as nossas reuniões são instrumentos de trabalho nosso. Agora, uma sessão de debates temáticos é uma questão, como foi aprovada com o meu voto, de âmbito da casa de representação. Eu teria não o cuidado, mas o zelo para que houvesse essa abrangência, que eu chamo de diversidade, e, naturalmente, para que nós pudéssemos ter subsídios valiosos para as políticas públicas que certamente nascerão desta reunião e da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem encaminhado, Senador Esperidião Amin. Muito mais do que nós ficarmos discutindo nomes aqui, nós vamos ter o cuidado de fazer, nessa diversidade, o acolhimento de nomes de pessoas envolvidas com o tema, naturalmente, da maior grandeza possível. Se tiver algum convidado internacional e nós pudermos assim fazê-lo, nós o faremos, desde que seja especialista em situações de desastre de clima como esse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E tem que ser semipresencial, porque alguns não poderão comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguns não poderão vir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Carlos da Alfonso Nobre não participou, mas participou remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só dizer que é automático o convite ao Governador do estado, não é? Isso é automático, não precisa nem nos preocupar. Isso, a Comissão o fará. Ou até um representante, se ele não puder, como também um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante do Governo Eduardo Leite e um representante do Governo Lula também, de forma automática, venha a esse debate. Claro, vamos pedir... E os municípios já estão assegurados, pelo encaminhamento que o Esperidião Amin fez, de dois representantes de entidades estaduais de municípios.

Vamos ajustar com o Presidente Rodrigo Pacheco, para que ele abra o evento. E depois naturalmente nós vamos conduzindo dentro do possível.

Eu acho que com essas diretrizes, a palavra continua em aberto, eu só quis me antecipar, para dizer que não se preocupem, que a questão institucional a gente vai garantir. O Presidente, o Executivo, o Governo do estado naturalmente, para que eles possam também falar da situação, porque o eixo dessa primeira audiência é o Rio Grande do Sul, é a situação do Rio Grande do Sul.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, só gostaria de somar aqui uma experiência, segundo a experiência que nós tivemos com a Rede Vírus, o que eu acho bastante pertinente neste momento também, que é o seguinte: quando eu, por exemplo, presido algumas das muitas audiências públicas aqui, vamos dizer, na área de tecnologia etc., uma coisa que eu sempre faço é começar a audiência com algumas questões em mente. Como de costume na ciência, você inicia uma pesquisa com questões para serem respondidas por aquele trabalho. Mesma coisa que eu faço nessas audiências.

E o término da audiência sempre tem que terminar com algum tipo de ação, ou seja, a ideia é você buscar o conhecimento dos especialistas, filtrado, vamos dizer assim, dentro de certos pilares que você quer tirar ali daquela área, daquele conhecimento, e depois, isso se transforma em ação, porque no final das contas, é isso que a gente precisa.

Então o que eu gostaria de propor, e foi o que nós fizemos na Rede Vírus também, é que antes das audiências, o Senador Hamilton Mourão, o Relator, dentro do plano de trabalho, na visão do plano de trabalho, estabelecer algumas das questões que podem e devem ser colocadas para esses pesquisadores e especialistas, para que nós possamos focar nesse ponto, dentro das audiências diversas. O que é que a gente quer deles, em forma prática.

E no final, pode ser, no caso lá da Rede Vírus, nós não tínhamos um plano de trabalho anterior; nós fizemos o plano de trabalho durante o trabalho da Rede Vírus. Eles fizeram o plano de trabalho. Eles podem contribuir respondendo a essas questões com o plano de trabalho, de forma que isso se transforme em ações, para a gente ter como resultado de tudo isso aí.

E isso também é costume na ciência, trabalhar-se com redes. Então, embora a gente tenha um representante, por exemplo, de certo setor, aquele representante pode, e isso pode ser estabelecido no plano de trabalho, um tipo de uma sub-rede ou uma rede que trate daquele assunto com os seus pares de cientistas,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

os especialistas naquele setor. E isso fica como uma assessoria constante, ou seja, qualquer dúvida naquele setor, essa rede trabalha, e um representante da rede participa de toda a interlocução com a gente. É uma maneira fácil e eficiente de colocar o conhecimento em prol das ações aqui.

Essa é a proposta. Nós podemos inclusive fazer uma reunião entre nós, uma reunião de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro,

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... para ajustar ou para focar nessas questões, quais seriam as questões que a gente quer que eles respondam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo, Senador Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que o que o Astronauta Marcos Pontes coloca é muito claro e vai ao encontro do que o Senador Esperidião Amin também colocou, que é que nós temos que ter objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E conclusões.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E conclusões. Então, se a gente não direcionar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Direcionadas.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E aí, Senador Marcos Pontes, eu me lembro da Escola de Estado-Maior do Exército, em que a gente recebe palestrantes para falar. E aí, tem um instrutor que é o responsável por domar aquele urso. Então, nós temos que domar esses ursos aí porque, senão, os ursos escapam da jaula e não falam o que a gente quer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Imagina a 50, 100 mil metros de altitude como é mais difícil.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, concordo. Então, está o.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Perfeito. Encaminhamento feito, agora vem o encaminhamento procedente da última audiência nossa, pela síntese que aqui a nossa equipe de assessores fez.

Informo que esta Presidência enviou aos membros da Comissão o Ofício nº 10, de 2024, que solicitou a todos que encaminhassem para a Secretaria da Comissão até três proposições legislativas que tramitam no Senado Federal e que sejam consideradas prioritárias para auxiliar na superação da situação de calamidade que vive o Rio Grande do Sul.

O objetivo dessas indicações é compor uma lista que será encaminhada em nome da Comissão ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, como indicação de prioridade para votação. Claro que eu adianto que ele vai submeter ao Colégio de Líderes, como é de praxe nesta Casa.

Nessa questão, esta Presidência recebeu resposta, a Comissão recebeu, da Senadora Leila Barros, que indicou os convidados para a nossa audiência pública, que eu já listei aqui. Sessão temática no Plenário. Muito bem.

O Senador Hamilton Mourão. Vamos entrar agora na discussão das proposições prioritárias para o Presidente Rodrigo Pacheco. O Senador Hamilton Mourão indicou as seguintes proposições: PEC nº 15, de 2024, que autoriza regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender necessidades decorrentes de calamidade pública ambiental, regional ou local. De autoria do Senador Alessandro Vieira.

Se vocês concordarem, eu vou ler uma por uma e já damos por aprovado, o.k.? Nenhuma discordância? (*Pausa.*)

PL 982, de 2024, que institui o Auxílio Desastre Rural para o atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou emergência pelo Governo Federal, e dá outras providências. De autoria do Senador Alan Rick.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, cada um merece o comentário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cada reconhecimento de estado de calamidade pública segue uma norma no Estado e na União. Eu acho que nós deveríamos solicitar o nosso apoio aqui da Comissão para, entrando em contato com o ministério e com a Defesa Civil, conhecermos o procedimento que está ou vai ser adotado para reconhecimento do estado de calamidade pública do município.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu soube que tem havido alguma divergência em relação a tal reconhecimento, inclusive com malfalantes. *(Risos.)*

Mal falares – mal falares.

Então, também se, com isso, houver um retardamento, aí eu acho que nós temos que atuar.

Então, um canal nosso com a Defesa Civil estadual: "Quanto é que vocês liberaram para cá? Liberou para cá, como é que está a velocidade aqui?".

O senhor sabe quantos funcionários tem o Ministério ao qual está afeto à defesa civil?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não.

A Mesa disse que não tem essa informação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Menos de 40.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Na Defesa Civil?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No Ministério.

Menos de 40.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu sei porque nós apanhamos no ano passado, na demora e sem má vontade. Não houve má vontade nenhuma, mas é falta de...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Falta perna.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode ser que tenha melhorado de lá para cá.

As informações que eu tenho são todas do ano passado, inclusive tivemos uma reunião lá com a presença do Vice-Presidente da República. Eu reconheço que houve total boa vontade, mas, como dizia no Evangelho: "faltam mãos para ir à messe".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

O pedido feito pelo Senador será encaminhado pela Secretaria-Geral da Mesa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

PL 1.606, de 2024, que institui o auxílio emergencial 2024 para o enfrentamento das consequências socioeconômicas das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024.

Auxílio emergencial.

Autoria, Senador Hamilton Mourão.

Acho que nisso não há nenhuma discordância, existem inúmeros projetos nesse sentido, e o seu deve estar contemplado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Claro, quando levarmos à Mesa, os que estiverem contemplados, automaticamente, nos sentiremos agraciados, acolhidos, já que a iniciativa, que foi da Comissão, já está sendo elaborada dentro do Executivo e com a participação do Legislativo.

PL 1.645, de 2024, que acrescenta o §8º ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para tipificar especificamente o furto perpetrado em meio a saqueamento de estabelecimento comercial, armazém, depósito ou similar, situado em local atingido por calamidade pública.

De autoria do Senador Hamilton Mourão.

Isso vem acontecendo muito no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive na minha cidade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – E vai acontecer em outros lugares do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Muito bem, é interessante.

Agora o Senador Ireneu Orth indicou as seguintes proposições.

PL 1.537, de 2024. Dispõe sobre o remanejamento de recursos do fundo eleitoral para as obras de reconstrução e recuperação do Estado do Rio Grande do Sul, afetado pela maior catástrofe climática já registrada.

PL 1.760, de 2024. Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial financeiro às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que atuam de forma complementar no Sistema Único de Saúde (SUS), afetados pelo estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, e dá outras providências.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PLP 88, de 2024, que dispõe sobre a desvinculação do objeto e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos e sobre transposição, transparência e remanejamento de recursos financeiros, incluindo as emendas parlamentares depositadas nas contas dos respectivos fundos municipais do Rio Grande do Sul para a utilização em ações emergenciais de resposta a desastres.

O Senador Ireneu Orth é o autor desses três que eu li.

Tem um de minha autoria, que se aproxima daquele que o Senador Astronauta já apresentou, mas isso para mim não é problema nenhum. Como o seu é mais antigo, uma vez acatado, anexa-se ao seu. E aí tudo que tiver nesse... Eu não tenho problema nenhum nesse sentido. O importante é a causa, não é? Mas eu sou do princípio de que o mais antigo puxa sempre, é normal. Seria uma incoerência minha. Como eu estou aqui há 40 anos, tenho mais de mil projetos apresentados. Eu vou querer que o meu mais antigo puxe quando for o caso. Nesse caso – eles não são iguais, mas têm uma semelhança –, ele poderá ser pensando ao seu, e eu me sentiria contemplado.

Então, eu só vou ler a linha do projeto: PL 1.791, de 2024, institui a Estratégia Nacional de Gestão e Ação Emergencial em Situações de Desastres Ambientais, visando a garantia de segurança e do bem-estar da população na presença de desastres ambientais decorrentes de eventos climáticos, meteorológicos ou sísmicos, bem da ação humana; e a adoção de medidas para prevenção, reparação ou mitigação de danos às pessoas, animais e instalação, e dá outras providências.

Nós dois somos da prevenção. Fomos técnicos de segurança há muitos anos. Há, por isso, uma certa semelhança.

Pode comentar.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Não, eu acho importante, mesmo porque, pelo que eu vejo, eles são complementares também, porque eles falam das questões ambientais, dos resultados ambientais, isso complementa exatamente lá.

Aliás, eu estava perguntando ali se o 5.002 está na relação, que é justamente esse projeto. Parece que não. Eu pediria para incluir o PL 5.002, de 2023, é esse daí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Ela já me respondeu que não recebeu esse PL, mas você pode fazer oralmente, segundo a Secretária.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, é exatamente isto que eu gostaria de incluir na relação: o PL 5.002, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Do gerenciamento de riscos de desastres naturais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Já com parecer favorável. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Esses, segundo a Secretaria da Comissão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dá para dizer que esse projeto já tem cúmplice, ou seja, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tá. ... foram os que chegaram à Mesa. Se algum Senador tiver outra indicação, naturalmente a Mesa vai receber.

Antes de eu entrar no outro assunto aqui, eu queria só perguntar a cada um dos senhores, porque mais ou menos a gente sabe como funciona a Casa e como funciona o Colégio de Líderes... São dezenas de propostas que estão vindo neste momento tão grave por que passam o Brasil e o Rio Grande do Sul. Se nós vamos ter que restringir a um ou dois, que cada um escolha um ou dois projetos para encaminhar, porque não dá para encaminhar tantos quantos nós gostaríamos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu acho que tinha que ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preferencialmente, um.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É, um ou dois, e a gente vota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Os dois mais votados a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O Senador Mourão propõe que cada um escolha de um a dois. Se for de um a dois, não precisa nem votar, já há um acordo. Cada um indica um projeto e nós encaminhamos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não vale barriga de aluguel. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo, pode ser isso, cada Senador escolhe um dos projetos por ele relatados.

Então, para praticamente ir para o encerramento, porque nós temos sessão no Plenário e tem reunião do Colégio de Líderes hoje ainda...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – A CRE foi cancelada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A Secretária da Comissão me colocou em mãos encaminhamentos da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul. Ela fez um resuminho aqui só e eu faço a leitura.

A diligência externa da Comissão será realizada – de forma agora definitiva – na próxima quinta-feira, dia 23 de maio. Maiores informações a Comissão passará: o local e o roteiro. Que, se vocês entenderem... Eu mandei o mesmo roteiro da última reunião, o.k.? O roteiro seria o mesmo, ou seja: Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo e o retorno a Canoas. Perfeito? A Porto Alegre, todo mundo sabe, vai ser a visita ao... Você que escolheu o local lá.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – No comando combinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O comando combinado, onde vai estar o Governador. E eu, de minha parte, convidei aquelas duas entidades que serão convidadas para estarem aqui também e o Prefeito de Canoas, não é? O Prefeito de Canoas e o do Vale do Sinos lá, o Ary Vanazzi, porque ele é presidente de uma entidade nacional, foram esses os convidados. E, naturalmente, o Senador que disse que gostaria muito de estar presente, vamos repetir para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Luis Carlos Heinze. Vamos remeter o convite para ele também.

Então, dia 23 está praticamente fechado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois, foram aprovados hoje sete requerimentos de realização de audiências públicas, de autoria dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão.

Já foi aprovada no Plenário do Senado Federal a realização de sessão de debates temáticos. A sessão vai ocorrer no dia 27 de maio, às 10h, com os critérios aqui decididos por nós, para não ser repetitivo – Senador Esperidião Amin, por sua sugestão.

Definições da Comissão.

Forma que terá a sessão. Teremos que organizar os convidados.

O Senador Esperidião Amin sugere aumentar a diversidade e a abrangência federativa, deixando a abundância de nomes para as audiências públicas. Sugere, reafirmou, Carlos Afonso Nobre, cientista da área de aquecimento global; um representante credenciado da Confederação Nacional dos Municípios, Prefeitos – aqui, no caso, são dois da Confederação dos Municípios –, um representante da Câmara de Vereadores e sugere que seja semipresencial, dentro do possível, para possibilitar a participação de todos. Tudo isso foi aprovado.

Senador Marcos Pontes. Importante definir que a Comissão espera dois debatedores, como forma de viabilizar as ações que serão derivadas do debate. Conhecimento em prol de ações, sugere a reunião de trabalho para definir as questões que servirão de diretrizes para o debate. Perfeito?

Hamilton Mourão concorda com a necessidade da objetividade.

Resultado: a Presidência da Comissão definirá os nomes considerados na sugestão dos membros. Será estendido o convite, com certeza, a um representante do Governo do Estado e a um representante do Governo Federal, na audiência temática no Plenário. E nas Comissões também, não há problema nenhum, nos debates daqui da Comissão, teremos sempre um representante – se assim entenderem –, do Governo do Estado, que tem secretaria aqui em Brasília, e também do Governo Federal.

Só para dizer que, claro, de minha parte, no debate temático no Plenário, eu convidarei a Ministra Marina. A Ministra do Meio Ambiente vai ser convidada para estar presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O Davi Alcolumbre.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É. E o Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não por mim, eu não vou convidar. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendi, eu entendi, mas eu vou convidar... Eu seguro as pontas. (Risos.)

Eu sou melhor para presidir do que ir para o confronto. Então eu sou um homem de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Pode deixar. Vou convidar a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Proposições a serem indicadas como prioritárias em lista a ser encaminhada ao Presidente do Senado, com a consideração que cada um dos Senadores que indicou mais que um... De preferência, uma indicação.

Está aqui tudo que foi listado até o momento. Nós vamos agora conversar com os Senadores para que cada um indique um projeto, porque é mais fácil de chegar de fato ao Plenário.

Ainda aqui, sugestão do Esperidião Amin, que solicita à defesa civil que informe os critérios para a decretação do estado de calamidade pública. Esta Presidência sugere que o gabinete do Senador encaminhe requerimento a esse respeito à esta Secretaria.

O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Srs. Senadores, só a título de informação, para que a gente tenha em mente a amplitude da operação que está sendo desencadeada no Rio Grande do Sul. Até o presente momento, foram resgatadas, via aérea, fluvial e terrestre, mais de 70 mil pessoas e mais de 10 mil animais. Efetivos e meios empregados das Forças Armadas e agências envolvidas... Então, tem 58 rodovias com bloqueios, dificultando então o deslocamento entre os diferentes municípios. Foram lançadas três pontes e mais três em preparação; tem 33 mil militares, policiais e agentes de outras agências federais, estaduais e municipais operando, com 5,1 mil viaturas e 90 equipamentos de engenharia; 80 aeronaves; 410 embarcações e 6 navios militares; 9 hospitais de campanha; *drones* estão sendo utilizados para a localização de pessoas isoladas; centenas de toneladas de refeições, mantimentos e medicamentos distribuídos; milhares de litros de água potável para hospitais, abrigos e pessoas isoladas; e milhares de metros cúbicos recolhidos das estradas e ruas, permitindo fluxo de pessoas, bens e serviços. Então, a amplitude dessa operação, Presidente Paim, é algo inédito no tempo recente no nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E apenas também para conhecimento, no final de semana passado, o Governo Federal assinou a Medida Provisória nº 1.218, que liberou 12,179 bilhões de crédito para o Rio Grande Sul. Até o momento, dessa dotação estão liberados 5,77 bilhões. Então, para que nós possamos acompanhar esse desembolso e sua execução, é importante que todos tenham esse número na cabeça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Mourão.

Eu tinha deixado aqui para fechar, na hora do encerramento, antes de ler a ata, na mesma linha da sua fala, alguns dados, porque nós estamos aqui ao vivo para todo o Brasil, pela TV Senado. É muito importante o espaço que nós estamos usando com esse objetivo.

Então, só para atualizar os dados de forma ampla, dos 497 municípios, 449 foram atingidos; mais de 2 milhões de pessoas foram afetadas. O desastre climático afetou o fornecimento de água e de energia elétrica em centenas de milhares de imóveis. A chuva causou até o momento – e a todo o momento isso é atualizado – 149 mortes, pelo menos 806 pessoas feridas e, ainda, 108 desaparecidos. É importante este dado, como o Senador Mourão comentou aqui: 149 mortos e 108 desaparecidos. A preocupação é grande de que poderemos chegar a 200 pessoas. É bem provável, infelizmente. Prossigo: Rio Grande do Sul tem 538 mil desalojados, 76,5 mil pessoas em abrigos, 171 mil clientes sem abastecimento em 14 cidades.

Os Governos Federal e estadual estão trabalhando juntos. A Medida Provisória 1.216, aqui já comentada, estabeleceu 12 medidas de socorro. Até o momento, os recursos federais destinados ao estado – todos os recursos – somam R\$87,7 bilhões e mais em torno de R\$30 bilhões pela decisão de ontem – porque a estimativa, segundo o Ministério da Fazenda, é que eles deixarão de pagar R\$11 bilhões por ano; por isso, chega a em torno de R\$33 bilhões.

O Presidente Lula e vários ministros estiveram ontem no Rio Grande do Sul com o Governador do estado. Faço sempre questão de falar: o Presidente Lula e o Governador Eduardo Leite, acompanhados de secretários de estado e de ministros.

O Senado aprovou, por unanimidade, ontem um projeto, costurado – e quero dar o mérito ao Governo do Presidente Lula – em negociação com o Governador Eduardo Leite. O Senado aprovou, por unanimidade, um projeto do Governo Federal de suspensão da dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos. Hoje a dívida se aproxima de R\$100 bilhões. E, com esse projeto, como eu dizia, deixará de pagar em torno de R\$11 bilhões por ano. Foi por isso que eu falei muito – falamos nós todos – do número de R\$33 bilhões ao longo de três anos.

Encerramos aqui. Agradeço mesmo...

Eu vou passar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não... São dois adendos para essas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode, claro. Você sempre pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não... É sobre os assuntos que o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu digo que o senhor sempre pode pelo respeito que eu tenho a V. Exa. Estou dando-lhe um elogio!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é para incluir nas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Agora.

Então, primeiro, o projeto foi aprovado graças à eloquência quase dramática do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador. V. Exa. é um *gentleman*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um *gentleman*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor ficou falando mais conosco do que com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fiquei olhando para os Senadores mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi uma distinção. Principalmente para nós, lá da patuleia, ali do fundo... (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... lá do fundo do Plenário. Eu, o Ireneu, o Senador Mourão ficamos muito distinguidos por isso. Então, eu faço questão de dizer que foi graças ao seu desempenho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu quero deixar registrado, neste momento, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico acionou as termoeletricas, tão malfaladas, para poder suprir a energia elétrica no Rio Grande do Sul, termoeletricas a carvão e a gás, e nenhum de nós vai protestar contra essa utilização.

Eu queria que isso fizesse parte também das conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faz parte tranquilamente. Eu entendi a mensagem e está colocado aqui, já. Isso se dirige muito à realidade do Rio Grande do Sul lá. Eu entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A sua realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

Senador Ireneu, que não usou a palavra ainda – eu não vou encerrar ainda –, a palavra é sua, querido Senador Ireneu Orth.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Eu apenas quero colocar aqui também, seguindo o raciocínio do Esperidião Amin, do nosso Senador Esperidião, o agradecimento aos Senadores de outros estados que, com muita eloquência, defenderam a situação do Rio Grande do Sul. Eu particularmente achei um gesto até emocionante, porque as pessoas, os Senadores de alguns outros estados, defenderam com tanta vivência quanto a sua defesa. Então, acho que isso mostra, mais uma vez, a unidade do povo brasileiro quando uma catástrofe dessas acontece, porque são números assustadores.

Eu já falei, várias vezes, o mundo já teve muitas catástrofes grandes – o tsunâmi, outras e tal –, e esse evento é lógico que é menor que o tsunâmi, mas ele é bem maior que o Katrina, que foi um evento famoso, comentado no mundo todo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até hoje se sofre com ele.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Exatamente, são dez anos de reconstrução e não está tudo como estava antes. Então, a gente não sabe quanto tempo vai levar a reconstrução do Rio Grande, mas eu tenho a certeza de que os gaúchos vão fazer um esforço extraordinário com o apoio de todo o país, para que nós possamos voltar a ter um estado – quem sabe? – similar; nunca mais igual como antes, mas similar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ireneu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se todos entendem que o objetivo da reunião de hoje foi cumprido, eu daria por encerrados os trabalhos hoje, mas já lembrando que, quinta-feira, Rio Grande do Sul...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Às 7h30 da manhã, a decolagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Então, só para a gente concluir e seguir o ritual...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Na Base de Canoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na Base de Canoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – ... tem um exame de saúde para o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estaremos lá. E eu vou poder chegar em casa, porque eu moro lá, hein? Vocês me esperem que eu tenho que chegar em casa e corro de volta para o aeroporto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Comandado pelo Brigadeiro Dang, que é "chinês"!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para concluir, dispensa da leitura e aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 2ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Estão encerrados os trabalhos no dia de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dez minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Jorge Kajuru, Leila Barros e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ireneu Orth, Alessandro Vieira e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª e da 7ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 14, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de conhecer o planejamento da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) para o apoio à recuperação do potencial agrícola do Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 15, de 2024** que: "Requer a realização de diligência externa na região da Serra Gaúcha." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 16, de 2024** que: "Requer realização de diligência externa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para debater a reconstrução do Estado." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 17, de 2024** que: "Requer realização de Audiência Pública para expor as medidas para reconstrução do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 18, de 2024 que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública proposta pelo Req. 17/2024 - CTERS." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 19, de 2024** que: "Requer inclusão de dois convidados na audiência pública proposta pelo Req. 17/2024 - CTERS." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 20, de 2024** que: "Requer a inclusão convidado para Audiência Pública - REQ 17/2024" **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 21, de 2024** que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública objeto do Req. nº 17/2024 - CTERS." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/04>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo ato do Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco, Ato nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos, conforme pauta já publicada.

Enalteço já os Senadores desta Comissão, todos, todos, pegando da mesma forma, contribuindo para avançarmos nesse momento tão dramático pelo qual passa o Rio Grande do Sul.

Senador Hamilton Mourão, sempre o primeiro a chegar. Eu achei que iria chegar antes dele, cheguei às 9h01; às 9h ele estava aqui. Ele disse: "Eu cheguei dois minutos antes de você".

Então, Senador Mourão, nossos cumprimentos.

Senador Ireneu Orth, Senador Jorge Kajuru, Senador Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes, Leila Barros e Esperidião Amin.

Eu sei que há unanimidade no encaminhamento que vou fazer agora, e com tristeza, mas vou e tenho que fazê-lo: faleceu, nessa terça-feira, Jair Felix Ferreira, pai da servidora Euritima Maria Felix e avô da servidora Renata Felix Perez.

A Renata, junto com o Douglas, junto com o Antônio, coordena os trabalhos aqui desta Comissão. Tanto o Antônio como ela fazem um trabalho excelente, acompanham a Comissão nos estados, e, infelizmente, a Renata não está aqui hoje, devido, então, à perda do avô dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sepultamento ocorre nesta quinta, às 16h30, em Araguari, Minas Gerais, local do nascimento de Ferreira.

Eu, pelo carinho, e sei que a Renata tem, junto com você – não é Antônio? –, vocês têm coordenado a maioria das audiências fora de Brasília, e com muita competência, com muita competência.

Quero aqui deixar esse elogio a ambos, e, se vocês concordarem, faremos um minuto de silêncio pela perda do avô da Renata.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossa solidariedade a todos os familiares da Renata.

A nossa reunião de hoje vai tratar, além de alguns comentários, claro, dos trabalhos até o momento e a crise no Rio Grande do Sul, da deliberação de requerimentos.

Passamos, então, de imediato, à apreciação dos requerimentos em pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL Nº 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de conhecer o planejamento da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) para o apoio à recuperação do potencial agrícola do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Nossa querida Embrapa. Todos nós temos muito carinho pela Embrapa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Mourão para que ele faça um comentário e a defesa do requerimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Bom dia, Presidente Paim. Bom dia, senhoras e senhores que nos acompanham, demais Senadores e Senadoras.

Um dos principais segmentos da economia do nosso estado é ligado ao agronegócio, seja com a agricultura familiar, seja com a agricultura empresarial, com médios e grandes empresários ou proprietários, digamos assim. E essas intensas chuvas que caíram no nosso estado causaram um prejuízo muito sério, principalmente em relação à deterioração do solo. E, com isso, a nossa Embrapa, que é o orgulho que nós temos, criada no Governo do Presidente Médici, com mais de 50 anos de serviços prestados ao Brasil, foi a grande responsável pela pesquisa e inovação e deu o salto de qualidade na nossa produção agrícola e colocou o país hoje como um produtor de alimentos e um *player* que não pode ser substituído no cenário internacional quando se fala em segurança alimentar.

Então, eu acho importante trazer o pessoal da Embrapa aqui para que eles expliquem para a Comissão a extensão do dano causado na terra, no nosso estado, no nosso Rio Grande do Sul, e quais as medidas e principalmente recursos necessários para socorrer os agricultores e pecuaristas que tiveram suas terras danificadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Mourão.

Eu complemento só dizendo que, na última diligência, quando fomos ao Rio Grande do Sul – o Senador Mourão foi um dos cinco que estavam lá –, nós vimos, como eles dizem, *in loco*. Fomos lá a uma propriedade em Roca Sales, no interior do Rio Grande, de um trabalhador rural, um proprietário de uma propriedade, eu digo, de médio porte. Ele mostrou exatamente o que o senhor falou: que ele perdeu tudo. Perdeu a casa, perdeu a terra, perdeu a produção, perdeu os animais. E estavam lá ele, a esposa, o pai, a mãe e dois filhos dele também. E a fala dele foi desesperadora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Senador Mourão, está vindo um projeto da Câmara para a Comissão de Economia que vai nessa linha. Claro que é importante a renegociação – um projeto que nós já votamos naquela Comissão, nesta semana –, mas tem alguns casos que têm que ser anistia mesmo. E por isso estamos trabalhando, nesta Comissão, também nesse sentido.

A palavra está aberta. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação o Requerimento nº 14, de 2024, do Senador Mourão.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E aí V. Exa. mesmo, com a Mesa, claro, com a assessoria aqui, combine com a Embrapa o dia. No dia em que marcar, nós estaremos aí. E seria bom que fosse antes do recesso, não é, Senador?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Então, vamos já garantir que seja antes do recesso.

Item 2, com requerimento de minha autoria.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL Nº 15, DE 2024****- Não terminativo -**

Requer a realização de diligência externa na região da Serra Gaúcha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Matéria em discussão.

Como eu sou o proponente neste caso, eu já queria adiantar, Senador Mourão, que eu não botei o nome da cidade, porque Caxias quer, Bento quer... É aquela região que V. Exa. conhece muito bem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Teria que andar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É dar uma passada e marcar uma audiência numa das cidades.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Talvez Caxias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caxias, que é o polo maior, não é? Sem prejuízo de irmos a Bento...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Porque aí iria o pessoal de Garibaldi, Caxias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, aqui. Pode ir falando...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – É porque aí iria todo o pessoal da região ali. Não estou falando só dos municípios principais aí, como Garibaldi, Bento, Venâncio Aires, mas tem os municípios menores ali, como Nova Pádua, Nova Roma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Todos poderiam convergir para a gente se reunir em Caxias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em Caxias. Então, muito boa a argumentação do Senador Mourão sobre o requerimento.

Eu me lembro que... É até porque a minha chefe de gabinete nasceu lá em Veranópolis. Eles falam que Veranópolis ainda continua isolado por causa do problema das pontes. Eles conseguem fazer uma fila ainda em horários específicos para poder sair da cidade e voltar, é tipo um horário de manhã, um horário à tarde. Tem horário certo para sair, para voltar. E é só uma fila também de carros leves. Então, a situação de Veranópolis, que eu dou como exemplo, é uma situação que merece um carinho.

Como nós... É muito difícil ir a cada cidade que está com problema – V. Exa. listou aí diversas –, mas podemos mandar o convite para os Prefeitos para que estejam nessa reunião de Caxias.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, e Veranópolis é uma cidade que tem o Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado, é a cidade tem as pessoas mais longevas do nosso estado. E, particularmente, uma grande amiga da minha filha reside lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nós temos uma relação grande lá devido à minha chefe de gabinete e ao Sindicato do Vestuário de lá, que é um sindicato forte – eles é que me passam a maioria das informações. E nós sempre procuramos também atender Veranópolis, não por ser terra da minha chefe de gabinete, que é a Ivanete... E todos nós aqui podemos dizer que elogiamos o trabalho dela na coordenação dos trabalhos do gabinete há uns 30 anos já...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agora, Presidente, eu acho que a gente tinha que definir essa manobra logo, porque nós só temos a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. E talvez essa de Caxias, se V. Exa. concordar, pois nós estaremos lá, naturalmente, porque vai haver um recesso...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderíamos marcar não sei se no recesso ou na primeira semana após o recesso, pois são duas semanas...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na primeira semana, vamos preparar, convidar todos os Prefeitos. Eu acho uma boa que seja em Caxias. E aí não é em causa própria também, pois sou de Caxias... *(Risos.)*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, isso aí... Eu estive lá em Caxias já, agora, durante esse período. Fui lá até para entregar uma emenda ao Hospital Centenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, o que mais me impressiona lá é o Pompeia, não é? O Pompeia é o que mais me impressiona e o que mais tem levado emenda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim, o Pompeia também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que dividir para todos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O Pompeia também levou emenda – o Pompeia também levou emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Pompeia foi o hospital em que eu nasci, viu, pessoal?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, então eu devia ter dobrado a emenda. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou contando as nossas particularidades aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Mas aí nós temos a vantagem – viu, Senador Paim? – de que a gente pode sair daqui no voo da Força Aérea direto para Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, direto para Caxias.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Direto para Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa, boa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, eu acho que a gente tem que planejar logo isso aí, está bom, Antônio?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos pensar na primeira semana após o recesso? (*Pausa.*)

Não, não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O.k. Tem que ser na primeira semana após o recesso. Ou seria na semana que vem ou na primeira semana após o recesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na primeira semana, após o recesso, se nós combinarmos nesse sentido, eu acho que arrancamos bem...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no segundo semestre. E, nesse período, aqui, a gente se prepara para fazer uma bela audiência pública, na linha de que falou o Senador Mourão, convidando as cidades da serra gaúcha.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação o Requerimento nº 15, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 16, DE 2024**

- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para debater a reconstrução do Estado.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Essa é uma sugestão que veio lá do Rio Grande do Sul. Independentemente de partido, eles propuseram que, dentro do possível – não precisa ser agora –, a gente fizesse uma reunião desta Comissão na Assembleia Legislativa, claro, capitaneada lá pelo Presidente da Assembleia, por representantes de todos os partidos. Seria um debate sobre a reconstrução do Rio Grande do Sul. Então, ela poderia ser um pouco mais à frente, pode ser em agosto até. Na minha avaliação, poderíamos fazer esta em agosto. Claro, vamos convidar o Governador, o representante do Governo Lula lá no Rio Grande do Sul, e naturalmente a Assembleia, Prefeitos e Vereadores que entenderem que poderiam lá estar, para nós conhecermos um pouco dos planos que estão em debate para essa reconstrução. São planos que serão de valores muito, muito altos. Então, é bom a gente saber, conhecer, porque isso vai ter que passar aqui pelo Congresso. Estamos falando de bilhões e bilhões, que terão que ser investidos no Rio Grande do Sul.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro aqui de que só em Canoas... Eu estive lá com o Prefeito Jairo Jorge visitando os diques – sei que o senhor esteve lá também –, e ele me falou em R\$3,5 bilhões só para Canoas. Nós estamos falando aqui que vamos ter que pensar no mínimo em 480 cidades, que estão em estado de emergência, e outras, claro, entre essas, em estado de calamidade.

Então, algum comentário, Senador, sobre essa possibilidade de realizarmos uma...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Talvez até o ideal fosse a gente passar dois dias e matarmos logo essas duas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria interessante.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Talvez dormir lá no estado... A gente vai a Caxias, de Caxias desce para Porto Alegre, em Porto Alegre faz a reunião e aí a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, não há problema.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O problema é que tem que ver com os outros Senadores da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se é possível.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, porque aí é ir para o hotel, dormir em hotel, isso aí é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que moramos lá...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não há problema nenhum... *(Pausa.)*

Pois é, fazer na quinta e sexta-feira. É isso aí. Na quinta-feira em Caxias; na sexta, em Porto Alegre. Eu acho que seria bem oportuno, e a gente não empurraria isso mais para frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nosso estrategista e Relator aqui já apontou o caminho já que tem que ir para a mesma região, porque de Porto Alegre a Caxias é uma hora de carro, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Duas horas. Duas horas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Duas?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Duas, duas, duas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu, quando ia de lá para cá de carro...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em uma hora, o senhor está ultrapassando a velocidade limite. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É em torno de 100km de Caxias a Porto Alegre.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu levei duas horas agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, nesse período, com o tráfego são duas horas. Em uma hora e meia, digamos, dá para ir, mas vamos projetar duas horas. Eu concordo com V. Exa., porque qualquer tráfego no caminho, com algum tipo de acidente, ainda mais nessa época, faz com que a gente se atrase.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu julgo que a gente chegaria a Caxias; faria a audiência lá em Caxias; desceria de ônibus para Porto Alegre; dormiria em Porto Alegre; na sexta-feira de manhã, faria a reunião na Assembleia. E aí quem tem que retornar retorna, quem tem que ficar fica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem tem que ficar fica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.? Pode ser nesses moldes?

Coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 17, DE 2024**

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para expor as medidas para reconstrução do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Na verdade, isso aqui nós já combinamos, já fechamos, eu estou formalizando só. Existe uma série de propostas para, principalmente, aquele cuidado das bacias do Caí, da bacia da Região Metropolitana que pega o Caí, enfim, de todos aqueles quatro espaços... São cinco espaços de bacias. E, quando nós estivemos ali no Caí também, porque eu estive lá e aproveitei para fazer uma reunião com o Prefeito, falou lá o Presidente que está coordenando essa questão das bacias e, mediante isso, nós apresentamos essa proposta.

O Senador Heinze também tem uma série de propostas nesse sentido. E o que nós percebemos é que essas propostas de recuperação e de proteção das bacias – eu vou passar para o Senador Mourão em seguida – já estão, no estado, em discussão há cinco anos. Há um debate desde o Governo Tarso, foi investido em torno de R\$1,2 milhão para discutir o problema das cinco bacias que vão todas explodir, digamos, ali no Guaíba e que atingem Porto Alegre. E alguns desses projetos estão prontos já. Eu falava ontem à noite com o Deputado Miguel Rossetto, que é o coordenador desse assunto da Assembleia – até vamos conversar também com ele da perspectiva





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nós irmos lá, porque ele está cuidando dessa área lá –, e ele me dizia que é só complementar a do Rio Caí, o que falta mesmo é a do Rio Caí. Foi o que eu ouvi lá no Caí também.

Então, nós faremos uma reunião na segunda-feira, chamando todas as partes interessadas. Vai estar aqui o estado, vai estar a União, vão estar os Prefeitos e vão estar aqueles que estão trabalhando nessas medidas de proteção em relação às enchentes.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Um assunto que nós ouvimos o tempo todo lá no estado, Presidente Paim, é a questão da dragagem dos rios, não é? É um assunto que envolve o meio ambiente, e aí o próprio Governo do estado, com legislação, traz alguma coisa que nós possamos fazer aqui, em nível federal, para dar os instrumentos legais para que isso seja feito de forma contínua e não sejam ações, como diria o falecido Nelson Rodrigues, tipo cachorro atropelado, arranco de cachorro atropelado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muda o governo, muda tudo, não é? V. Exa. tem toda razão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente, exatamente. Esse é o nosso grande problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto que tem que ter continuidade. E vai ter que ter verba de orçamento. Um orçamento preliminar, que me falaram, para botar em prática toda essa reconstrução – inclusive estou falando aqui de muitos diques, foi o que me falaram muito – vai ser em torno de R\$6 bilhões. Primeiro, o orçamento eram 4 bilhões; já me falaram em 6 bilhões agora.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lembro – não é, Presidente Paim? – que, já que não se vão gastar 7 bilhões para comprar arroz, esse dinheiro pode muito bem ir para essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou tocar em frente, viu? *(Risos.)*

Ele entendeu. Sobre a polêmica do arroz, todos nós defendemos que o arroz tem que ter um preço decente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro. E como não... pelo menos parece que não vai ter mais.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, o Ministro da Agricultura já disse que suspendeu, que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, uma vez que já existe uma medida provisória com esse recurso, talvez fosse o caso de a gente conversar com o Governo – principalmente o senhor, que é mais ligado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos conversar sim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está aí o recurso, está separado, não é? Pode ser dirigido para ações dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ministro Chefe da Casa Civil deu uma declaração para o Marcon, que é o Líder da bancada gaúcha, e ele disse que o Ministro garantiu que eles vão aportar o dinheiro para os diques. Onde der para economizar...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu vejo essa como uma solução, não é? Pode ser que... Está bom, não precisa usar tudo agora, porque ninguém vai conseguir gastar isso tudo num primeiro momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, claro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... até porque uma obra dessa natureza tem que ser aquela tipo Frankenstein, não é? Tem que dar uma fatiada nesse monstro e ir, pouco a pouco, realizando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., perfeito.

Então vou fazer a leitura do requerimento. Apresentei o seguinte requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58... Isso aqui já é segunda-feira, por isso tem que ser aprovado hoje, viu?

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de expor as medidas para a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Sra. Juliana da Silva Pinto Carneiro, Secretária Especial de Assuntos Federativos (Seaf);
- o Sr. Thiago Gonçalves Braga de Quadros, Assessor Especial da Seaf;
- o Sr. Henrique Pires, Secretário-Executivo da Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília – ele estará representando o Governador;
- o Sr. Marcelo Arruda, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs);
- o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). *(Pausa.)*

Esses são aqueles que estavam na pauta. Tem mais dois nomes, não é? *(Pausa.)*

Mais três nomes extrapauta. Entre eles, nós estamos convidando o Luis Carlos Heinze, porque ele está afastado. Então teremos aqui o titular e o suplente, porque ele está se dedicando também a essa causa, não é?

Então aqueles que concordam com os nomes que aqui listei no momento, já colocados na pauta – e teremos mais três nomes extrapauta –, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos Requerimentos 18 e 19 que apresentei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 5.

EXTRAPAUTA**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 18, DE 2024**

Requer inclusão de convidado na audiência pública proposta pelo Req. 17/2024 - CTERS.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requer a inclusão do Sr. Francisco José Soares Horbe, Diretor Superintendente da Metroplan, como convidado da audiência pública proposta no Requerimento nº 17, que apresentamos.

A Metroplan é a entidade que coordena toda essa reconstrução. Então, é fundamental que ele esteja aqui, para que possa, então, mostrar em que pé se encontram esses projetos que buscam a construção principalmente dos diques, que é fundamental para conter as chuvas que alagam tudo aquilo de que já falamos: do Vale do Taquari, Vale do Rio dos Sinos à grande Porto Alegre e outras regiões.

Aqueles que concordam com a indicação do Superintendente da Metroplan permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Conforme eu já havia anunciado, extrapauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL Nº 19, DE 2024

Requer inclusão de dois convidados na audiência pública proposta pelo Req. 17/2024 - CTERS.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requer a inclusão do Sr. Luis Carlos Heinze, porque o Luis Carlos Heinze está afastado. O suplente é quem aqui está, que é o Ireneu, nosso Vice-Presidente. Mas ele, então, seria um convidado para estar conosco aqui nesse dia, ele tem se dedicado a estudar esses projetos.

E convidamos também o Sr. Rafael Altenhofen, Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí, como convidado da audiência pública proposta no requerimento.

Por que nós estamos convidando o Sr. Rafael? O Rafael tem todo um estudo, no qual demonstra quatro projetos, em que dois já estão praticamente prontos, falta a conclusão de outros dois, mas a Bacia do Rio Caí não está contemplada. Então, ele é o estudioso do tema, e aqui ninguém está excluindo ninguém, pelo contrário, nós queremos fazer uma reunião de concertação para que todos possam dar a sua opinião.

Eu não sei, até me pergunto aqui para depois, na última hora, eu... O Senador Mourão... Eu falava para ele, parece que está em Brasília, mas não sei se estará até a segunda...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O Secretário de Reconstrução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Secretário de Reconstrução do Governo do estado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, o Secretário de Reconstrução, que é o Capeluppi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, eu falei para o nosso Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Mas eu julgo que ele vai embora, ele deve viajar amanhã de volta para o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ele viajar amanhã e quiser entrar, via videoconferência, o convite fica feito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu o convido hoje, se ele quiser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E lá na Assembleia, se os senhores concordarem, o Miguel Rossetto tem cuidado muito desse tema. Se ele puder entrar também, em videoconferência, ele não pode estar aqui, nós poderíamos estender o convite aos dois, por videoconferência. O.k.?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos em votação.

Aqueles que concordam com os dois requerimentos, agora estou falando do item 6, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 20, DE 2024**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão convidado para Audiência Pública - REQ 17/2024

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS))

EXTRAPAUTA

ITEM 8

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 21, DE 2024**

Requer inclusão de convidado na audiência pública objeto do Req. nº 17/2024 - CTERS.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O Requerimento nº 20 de inclusão do secretário, se possível, por videoconferência, e, ao mesmo tempo, faremos a inclusão do Miguel em nome da Assembleia, se ele puder, já que ele está cuidando dessa área lá.

Então, quanto aos Requerimentos 20 e 21, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª e 7ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Vamos fazer aqui as nossas considerações finais.

Eu passo primeiro para o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.)
– Positivo, Presidente Paim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a reunião foi bem profícua. Nós demos andamento a esses meia-dúzia de requerimentos, todos pertinentes, para que a gente continue nesse nosso trabalho de construir um relatório que esclareça para o conjunto da nação tudo que ocorreu no Rio Grande do Sul, bem como indique os caminhos para o futuro, que é o que eu considero e nós todos consideramos o mais importante, no sentido de que o nosso estado tenha a capacidade de superar essa situação e, principalmente, de ficar em condições de suportar novos incidentes dessa natureza, sem as consequências brutais que nós estamos sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senhoras e senhores e o Relator Mourão, o Paulo Ziulkoski falou comigo esta semana, porque eu não pude ir ao evento dos Prefeitos.

V. Exa. esteve lá, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser falar, pode falar também. Depois eu só complemento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estive lá, na abertura do evento dos Prefeitos, que foi realizada anteontem, terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E representou a Comissão muito bem. Estou sabendo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... extremamente concorrido.

Eu permaneci ali durante praticamente mais de uma hora e depois só permaneceu o Senador Ireneu, do nosso caso, da nossa Comissão, mas estavam, acredito, uns 12 ou 13 Deputados da nossa bancada.

Então, os discursos sucederam ali, e houve também muita cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é bom. É bom.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A gente sabe que Prefeito é igual a síndico de prédio, não é? Ele está sempre cobrando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tem que cobrar mesmo, não é?

Mas eu conversei com o Paulo por telefone, já que eu não pude estar lá, e ele, entre as questões que ele pediu que nós trabalhássemos aqui na Comissão, há essa PEC que está no Plenário, a PEC nº 6, que ele entende que é fundamental.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, é a "Emenda meia-dúzia", a "Emenda meia-dúzia", é a cobrança da "Emenda meia-dúzia".

Não será simples de a gente... Vamos ter que fazer um trabalho de... Teremos que cativar alguns Senadores e Senadoras para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já assumimos o compromisso com ele de que, de minha parte, eu disse que não teria problema e que eu tinha certeza de que a Comissão também não criaria nenhum problema. Pelo contrário: iríamos trabalhar na perspectiva de encontrar um meio-termo, se for necessário, que atenda aos municípios, e essa PEC vai nessa linha.

Mas eu faço o comentário...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É a questão dos regimes próprios de previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De previdência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, ele coloca ali que os municípios têm dívida, e, da mesma forma como o estado vai ficar três anos sem pagar dívidas, eles também pleiteiam o mesmo tratamento para as dívidas dos municípios.

É mais ou menos isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Tudo bem.

Ontem eu estive na reunião do Conselho do Presidente da República e fui convidado muito por ser Presidente desta Comissão – senti uma forma de prestígio à nossa Comissão –, e lá, nos quatro pontos que o Presidente colocou, ele colocou o debate da questão da dívida. O Presidente Rodrigo Pacheco está cuidando desse tema de todos os estados, mas o Presidente, no documento que eu vou inclusive mandar anexar aqui à Comissão, coloca uma frase dizendo: "Vamos discutir a dívida de todos os estados, com um tratamento especial para o Rio Grande do Sul", devido ao estado de calamidade, não é?

E entrou-se nesse assunto. Estavam lá alguns Governadores – eu me lembro de dois Governadores: Caiado e Eduardo Leite, Goiás e Rio Grande do Sul, que participaram da atividade, prestigiando aquele momento do lançamento do Conselho Federativo. No caso, eu fui convidado, naturalmente, além de ter diversos projetos que tratam dessa área, porque esse conselho vai discutir a questão do clima, a questão do combate ao racismo e ao preconceito – tem lá uma ligação –, a questão da dívida e a questão dos cuidadores. Casualmente, eu sou o Relator do projeto dos cuidadores aqui, de autoria do Senador Flávio Arns, da Senadora Mara Gabrilli e, se não me engano, do Senador Eduardo Gomes – são os três que assinam o projeto original aqui, e eu sou o Relator. O Governo está mandando um projeto, no mesmo sentido, para a Câmara. Chegando à Câmara, eles mandarão para cá; aprovado, eles mandam para cá. Chegando aqui, eu, que estou como Relator dessa matéria, farei todo o esforço para que seja aprovado com brevidade.

Rapidamente, sim, é isso. Nós temos que ir ao Plenário, ainda hoje, não é? Então, nós vamos para o encerramento.

Já botei em votação isso aqui? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom. Vamos para o encerramento, então.

Primeiro, agradeço a todos os Senadores pela presença que deram para que a gente pudesse deliberar sobre esses encaminhamentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, ao tempo que informo que está convocada a 9ª Reunião da Comissão para o dia 8 de julho, às 9h, no Plenário 19, na Ala Senador Alexandre Costa, para a realização de audiência pública com o objetivo de expor as medidas para a reconstrução do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 17, de 2024.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Jorge Kajuru e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Ireneu Orth, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2024 - CTERS, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Conhecer o planejamento da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) para o apoio à recuperação do potencial agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. **Participantes:** Sr. Clenio Nailto Pillon, Presidente da EMBRAPA em exercício. (representante de: Sra. Sílvia Massruhá); e Sr. Paulo Roberto da Silva, Diretor do Departamento de Governança dos Sistemas Produtivos (representante de: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/15>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, do Senado Federal (Ato nº 5, de 2024), com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento das calamidades ocasionadas pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para conhecer o planejamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o apoio à recuperação do potencial agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, nos moldes do Requerimento nº 14, de 2024, do nobre Senador Hamilton Mourão, que é quem vai presidir esta sessão. Eu estou aqui porque o Senador Mourão tem sido muito parceiro – em todas as reuniões, ele está aqui ao meu lado, ajudando em tudo aquilo que é possível, numa visão de ajudar o Rio Grande do Sul –, e eu achei importante que eu estivesse aqui ao lado dele na abertura. Depois, ele assume a Presidência, chama os convidados e toca aqui a nossa audiência pública, que, tenho certeza, será produtiva. Tem o e-Cidadania também, depois ele vai conversar com vocês. Eu só vou fazer o papel aqui que faço sempre na abertura dos trabalhos.

Senhoras e senhores, as chuvas, enchentes e inundações afetaram 478 municípios gaúchos, mataram 182 pessoas, deixaram 32 desaparecidas. Ao menos 2,4 milhões de pessoas já foram atingidas, representando 80% da economia do estado. Essa é, com certeza, a pior tragédia climática do Brasil.

Esta audiência pública, solicitada pelo Senador Hamilton Mourão, com apoio de todos os Senadores desta Comissão, tem por objetivo ouvir a Embrapa sobre o plano de recuperação agrícola para o estado. Segundo o levantamento do Governo estadual, mais de 206 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedades rurais foram afetadas, com perda na produção e na infraestrutura. Há 34.519 famílias que ficaram sem acesso à água potável.

Esses dados constam de relatório de perdas referentes à maior calamidade climática que atingiu o Rio Grande do Sul, divulgado no início de junho ainda. Esses dados, claro, podem ser atualizados e poderão ser além daqueles que eu coloquei aqui. Os dados são oriundos do sistema Sisperdas, abastecido com informações de todos os escritórios regionais e municipais da Emater.

Ainda segundo o Governo, em relação à produção de grãos, as perdas se referem às áreas que não puderam ser colhidas ou às que foram colhidas e tiveram baixo rendimento, incluindo soja, milho, feijão e outros. As perdas nas culturas de inverno foram pontuais e correspondem às áreas recém-semeadas, que deverão ser replantadas. Foram prejudicados 48.674 produtores de grãos, grande parte de milho e soja. Terminando, no meio rural, 19.190 famílias tiveram perdas relativas às estruturas das propriedades, como casas, galpões, armazéns, silos, estufas, aviários, animais, enfim, e naturalmente tem as vidas. Em relação à agroindústria, dados apontam prejuízo para cerca de 200 empreendimentos familiares. Esses números com certeza são maiores.

Conforme a justificativa para esta audiência, sugerida pelo meu nobre Relator e companheiro desta Comissão, que tem estado presente em todos os eventos, seja no estado ou seja aqui. Inclusive, a próxima reunião nossa, que vai ser no Rio Grande do Sul, vai ser nos dias 15 e 16, e estou citando – por isso que chamei o discurso para elogiar o Senador Hamilton Mourão, que está de aniversário, e ele, perguntado se poderia, disse "Não, meu aniversário, tomara que eu faça ainda algumas centenas de anos; terei outras oportunidades, acompanho a comitiva", que deverá estar, principalmente, na primeira indicação, em Caxias e Porto Alegre.

Repito, esta audiência foi sugerida pelo Senador Hamilton Mourão, um dos principais segmentos da economia do nosso estado, ligado ao agronegócio, seja com a agricultura familiar, seja com a agricultura empresarial, com médios e pequenos produtores. Deixei bem claro aqui na justificativa, que fala da agricultura familiar e fala também do agronegócio, e ambos são importantes no meu entendimento.

Essas intensas chuvas que caíram no nosso estado causaram um prejuízo muito, muito grande, principalmente em relação ao desmonte da própria terra, do solo, por tudo aquilo que vimos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com orgulho e satisfação, passo a palavra, neste momento, para o Senador Mourão, que vai presidir a sessão. Como eu disse para ele, eu vou para outro evento representar a Comissão.

Lá, Presidente Mourão – você vai assumir agora –, será sobre um assunto para o qual tenho que estar presente, que vai discutir a possibilidade de nós escrevermos um livro sobre o trabalho da Comissão, e o Relator vai estar lá com o jamegão na página principal. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senhoras e senhores, bom dia.

Hoje nos reunimos para discutir um dos desafios mais urgentes que enfrentamos: a crise climática no Rio Grande do Sul. Nosso estado, conhecido por sua rica agricultura e biodiversidade, tem sido duramente afetado pelas mudanças climáticas. Secas prolongadas, enchentes devastadoras e temperaturas extremas estão se tornando cada vez mais frequentes, afetando não só o meio ambiente, mas também a economia e a vida das pessoas.

Nesse contexto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem um papel crucial na busca por soluções que possam mitigar os impactos dessas mudanças e nos ajudar a debelar a crise climática. A Embrapa, com sua vasta *expertise* em pesquisa agropecuária e inovação, está na linha de frente do desenvolvimento de tecnologias e práticas sustentáveis.

Uma das principais iniciativas da Embrapa é o desenvolvimento de cultivares mais resistentes às condições climáticas adversas. Essas novas variedades de plantas são capazes de suportar períodos de seca e calor extremo, garantindo a produção agrícola mesmo em tempos difíceis. Além disso, a empresa trabalha na pesquisa de técnicas de manejo sustentável do solo e da água, essenciais para preservar recursos vitais e aumentar a resiliência dos sistemas agrícolas.

A Embrapa também promove a integração de sistemas agroflorestais, que combinam a agricultura com preservação de florestas. Esses sistemas não só aumentam a biodiversidade e melhoram a qualidade do solo, mas também ajudam a sequestrar carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto fundamental do trabalho da Embrapa é a transferência de conhecimento e tecnologia para os agricultores. Por meio de programas de capacitação e extensão rural, a empresa ajuda os produtores a adotarem práticas mais sustentáveis e a se adaptarem às novas condições climáticas. Essa disseminação de conhecimento é vital para que as inovações científicas cheguem ao campo e possam fazer a diferença na vida das pessoas.

No entanto, a ação da Embrapa precisa ser complementada por esforços conjuntos do Governo, setor privado e sociedade civil. Precisamos de políticas públicas que incentivem a adoção de tecnologias sustentáveis, os investimentos em pesquisa e o desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a importância da sustentabilidade.

A crise climática é um desafio complexo, mas, com a dedicação e o esforço coletivo, podemos superá-la. O futuro do Rio Grande do Sul depende de nossas ações hoje. Vamos apoiar o trabalho da Embrapa, adotar práticas sustentáveis e unir forças para debelar a crise climática.

Convido para tomar lugar à mesa o Sr. Clenio Nailto Pillon, Presidente da Embrapa, em exercício. *(Pausa.)*

Também participarão, por videoconferência, o Sr. Paulo Roberto da Silva, Diretor do Departamento de Governança dos Sistemas Produtivos da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, e o Sr. Luís Carlos Yllana Kopschina, Coordenador da Unidade de Inteligência e Gestão do Agronegócio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra, o Sr. Clenio Nailto Pillon, Presidente da Embrapa em exercício.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLENIO NAILTO PILLON (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o nobre Senador Hamilton Mourão, proponente desta audiência pública; cumprimentar também nosso querido Senador Paulo Paim, que já se ausentou para outra atividade, ele que é Coordenador justamente desta Comissão Temporária Externa, que trata da calamidade do Estado do Rio Grande Sul; e cumprimentar todos os senhores e as senhoras que estão aqui e que nos acompanham.

Primeiro, agradeço, Senador, por essa proposição e por convidar a Embrapa a se fazer aqui presente.

Nós trouxemos uma apresentação, que não sei se é possível já projetar. Na verdade, eu até vim preparado para um tempo um pouquinho maior, mas vou procurar ser bem objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ficar tranquilo, porque a gente vai concedendo mais tempo.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Primeiro, quero dizer que, logo que tivemos a calamidade lá no Estado do Rio Grande Sul, imediatamente, por determinação da nossa Presidente Silvia, que se encontra de férias neste período, estabelecemos um grupo de trabalho interno para que a gente pudesse justamente estruturar um conjunto de ações de cunho humanitário, de cunho solidário, de cunho emergencial e de cunho mais estruturante.

Pode passar, por gentileza.

Então, nós criamos esse grupo de trabalho interno, que justamente foi instituído pela nossa Presidência. Nós estamos fazendo esse processo de construção e desenho, Senador e demais, absolutamente em consonância com as organizações que estão no Estado do Rio Grande Sul, especialmente as instituições públicas federais, com apoio também das nossas superintendências e com a articulação com elas, que estão nos nossos ministérios principais lá – Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário –, com o Incra, com a Conab, e especialmente também com as universidades federais e outras instituições que são vinculadas aos nossos ministérios, porque todas, de alguma forma, propuseram ações no sentido de qualificar o diagnóstico da situação, e, em cima desse diagnóstico, em conjunto também com a Emater, no Rio Grande do Sul, a gente poder desenhar um conjunto de ações que façam sentido, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva da Embrapa, em duas vertentes, Senador: uma vertente de colocarmos a ciência à disposição para a restauração ambiental, até porque tivemos muitas áreas de reserva legal, áreas de APP, encostas de morro que foram extremamente atingidas; e para áreas também, evidentemente, de produção de alimentos, de espécies animais, vegetais e florestais que foram grandemente afetadas. Então, essas são as duas principais ações, vertentes de atuação que nós propusemos.

Nós também estamos em sintonia com o gabinete itinerante que o Ministério da Agricultura propôs, que está fazendo visitas às regiões mais atingidas no estado. Inclusive, nesta semana, esse gabinete estará acompanhado por técnicos da Embrapa, Senador, que estão também ajudando a identificar quais as principais lacunas de políticas públicas e ações importantes a serem desenvolvidas para a restauração da capacidade produtiva, especialmente dessas áreas mais afetadas.

Nós tivemos também, no último dia 10 de junho, uma reunião nas dependências da Emater, no Estado do Rio Grande do Sul, a que levamos uma primeira apresentação dessa proposta que vou explicar logo em sequência, de um conjunto de ações, especialmente emergenciais e algumas ações estruturantes, organizadas na forma de programas, para que a gente pudesse, em conjunto com a Emater, em conjunto com as demais instituições que lá estavam, justamente fazer um alinhamento das proposições e fazer um trabalho em conjunto a partir dessa iniciativa que ora nos une.

E também estamos trabalhando, Senador... Gostaríamos aqui, mais uma vez, de agradecer o seu apoio, sempre importantíssimo à Embrapa, na forma de emendas, na forma das políticas públicas – tivemos agora, recentemente, a aprovação também dessa política nacional de apoio à conservação de recursos genéticos para o país, extremamente fundamental.

Nós queremos trabalhar também, Senador, com o apoio do Parlamento a uma proposta de emenda parlamentar, uma emenda de bancada, da bancada gaúcha, para que a gente possa justamente fortalecer esse conjunto de ações que estão sendo desenhadas e outras que virão nessa sequência, para que a gente possa rapidamente ajudar o Estado do Rio Grande do Sul a recuperar sua capacidade produtiva. Está prevista essa apresentação para o dia 13 de agosto, no mês que vem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, se puder passar para o próximo, por gentileza.

Então, como já comentamos, nós estruturamos em três vertentes de ações: solidárias, emergenciais e estruturantes.

O seguinte, por favor.

Evidentemente, as ações solidárias e emergenciais são mais de curto prazo e as ações estruturantes, mais de médio e longo prazo.

Nós tivemos aqui algumas ações solidárias, como empréstimos de veículos, de máquinas; para acolher as famílias, agricultores, acolhimento dos atingidos; a arrecadação de recursos via plataformas digitais, especialmente via Pix; coleta de doações; trabalho voluntariado dos nossos empregados, especialmente das unidades que estão no Estado do Rio Grande do Sul – somos quatro: Embrapa Clima Temperado, em Pelotas; Embrapa Trigo, em Passo Fundo; Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves; e Embrapa Pecuária Sul, em Bagé.

Por favor, o seguinte.

Nós estruturamos também, em nível das ações emergenciais, uma sala de situação sediada na Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, para que a gente pudesse, em conjunto com a Emater e com as demais instituições, promover um conjunto de levantamento de dados e informações, para estabelecer com mais acuracidade os danos que foram promovidos pela calamidade nas diferentes regiões e definir territórios mais estratégicos para a nossa atuação. Essa sala segue em atuação ainda, em conjunto e em apoio a outras unidades da Embrapa, especialmente à Embrapa Territorial, que fica no Estado de São Paulo, em Campinas, e também com o apoio especialmente da Embrapa Solos e de outras unidades que não estão no Rio Grande do Sul, mas que têm apoiado essas iniciativas.

Como já comentei, essa proposta que trazemos aqui é fruto de todo um conjunto de articulações institucionais. Nós não pretendemos conduzir esse esforço, Senador, de forma isolada, segmentada das demais orientações do próprio gabinete, que também está estruturado no Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pelo Ministro Paulo Pimenta, para que a gente possa ter uma ação absolutamente integrada, colaborativa e orquestrada, com base também nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principais políticas e programas estruturantes definidos pelo Governo Federal em um conjunto também com as políticas e os programas do nosso Governo do estado.

Então, o foco principal é o levantamento de danos ambientais e impactos socioeconômicos, como já foi muito bem relatado aqui pelo Senador Paulo Paim e pelo próprio Senador Mourão. Nós tivemos mais de 206 mil propriedades que foram atingidas; mais de 14 mil casas afetadas; 738 silos; 15.661 produtores de soja foram atingidos; 1.581 produtores de arroz; mais de 8.381 produtores de frutas; 8.049 produtores de hortaliças foram afetados por essas cheias, algo sem precedentes na história do Estado do Rio Grande do Sul.

Nós seguimos qualificando esse diagnóstico, agora com caravanas, em conjunto, especialmente, com o Ministério da Agricultura. Ainda nesta semana, estaremos na região de Rio Pardo, na região de Candelária, em Santa Cruz do Sul, para que a gente possa refinar justamente esse bom diagnóstico, para que a gente possa levar esse conjunto de ações emergenciais e, especialmente, as ações estruturantes a bom termo com as demais instituições e em colaboração também efetiva com as instituições de ciência, tecnologia e inovação que estão presentes no estado, e em articulação também plena com a Emater.

Ainda hoje pela manhã, Senador Mourão, está ocorrendo uma reunião das nossas unidades da Embrapa, em conjunto com a Emater, no Estado do Rio Grande do Sul, para que a gente possa fazer justamente esse alinhamento final em relação a esse ajuste no diagnóstico e já projetando o nosso conjunto de ações daqui para a frente.

Nós prevemos também, nesse período agora, o que a gente está chamando de uma espécie de caravana com as nossas equipes em campo, em articulação, como já reportei, com essas demais instituições, para que a gente possa especialmente levar boa informação, estabelecer um conjunto de ações de capacitação, de formação de técnicos para preparar essa base com conteúdo, com conhecimento, informação, com um conjunto de boas práticas necessárias para a gente poder fazer esse restabelecimento da capacidade produtiva do estado.

Seguinte.

Em termos das ações estruturantes, acho que aqui temos um espaço importantíssimo, Senador, de podermos retomar uma série de ações que, no nosso entendimento, são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais e que também estão associadas à calamidade, como, por exemplo, um programa para a gente estruturar melhor todo um conjunto de tecnologias, conhecimentos, na forma de plataforma de dados, informações e conteúdos que deem suporte à estruturação desse conjunto de políticas e programas. Nós temos aí uma infinidade de dados, de informações, de resultados de experimentos, de soluções tecnológicas já disponíveis. Queremos colocar isso mais visível e à disposição de todas as instituições, nesse esforço coletivo e global.

Estabelecemos aí um programa de restauração ambiental, especialmente nessas áreas de APP, de reserva legal e áreas de encostas. Só para destacar, teve um município da região da Encosta da Serra, no Rio Grande do Sul, que teve quase 500 deslizamentos, Senador. Isso é algo inimaginável, mas, ao fim e ao cabo, essas áreas precisam ser recuperadas, ser restauradas com base em métodos já validados, desenvolvidos. E nós queremos aí estruturar toda uma rede, bem robusta, de experimentos em campo, trabalhando justamente nesses modelos de restauração ambiental, adequando justamente espécies mais adequadas, estratégias metodológicas, trabalhando *pari passu*, também, com a assistência técnica e extensão rural, um conjunto de ações de transferência de tecnologia, especialmente de capacitação, seja dos técnicos, seja dos agricultores, para que a gente possa estabelecer esses bons modelos e utilizar justamente esses modelos como base para serem replicados em outros territórios, em outras regiões que foram atingidas.

Um grande programa, Senador, de transferência de tecnologia com base em agricultura de conservação. Lamentavelmente, nos últimos 20 anos, o nosso estado perdeu qualidade em termos das boas práticas de manejo para o sistema plantio direto. O nosso sistema plantio direto tem dificuldade de infiltração de água no solo, tem dificuldade de reter a água das chuvas. Em muitas situações, nós retiramos o sistema de terraceamento, que é fundamental como uma boa prática para conter a enxurrada, para evitar que mais a água da chuva chegue aos mananciais hídricos. Enfim, aqui está previsto todo um conjunto de ações, Senador e os demais, para a gente poder retomar justamente a boa qualidade do sistema plantio direto, o bom sistema rotacionado de manejo, um sistema que prevê o aumento do acúmulo de carbono no solo e o aumento da infiltração da água no solo. Isso é importante não só para que a gente possa, nos eventos extremos de excesso de chuva, infiltrar mais água, mas também armazenar mais água no solo para aqueles períodos de déficit hídrico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vejo que nós temos aí já uma previsão de La Niña para este ano, Senador, em que será fundamental a gente ter boa qualidade de solo, com bastante matéria orgânica, com bastante aporte de resíduo cultural, para que a gente consiga enfrentar também esses períodos de estresse hídrico, de déficit hídrico, armazenando mais água no solo.

Então, esse é um conjunto fundamental de ações que também estamos propondo nesse plano de recuperação da capacidade de plantio do Estado do Rio Grande do Sul.

Também estamos desenhando, em conjunto com as nossas unidades, com a Diretoria Executiva de Negócios da Embrapa, um programa de aumento da disponibilização da genética, e não só da Genética Embrapa, mas também de insumos. Nós temos inúmeros produtores de fertilizantes orgânicos ou organominerais do Estado do Rio Grande do Sul que podem ser utilizados aí para abastecer e internalizar, justamente, esses insumos, esses adubos orgânicos, para a recuperação dessas áreas que foram grandemente afetadas. Será fundamental a adição também não só de nutrientes de fontes solúveis, mas também de nutrientes de fonte orgânica para a recuperação dessa capacidade produtiva. Nós temos uma infinidade de cultivares, Senador, da Embrapa, que já são de domínio público. São materiais que poderiam ser mobilizados aí com uma parceria com a iniciativa privada, para que a gente pudesse, rapidamente, fazer chegar essa genética aos agricultores. Vejam que muitos desses agricultores atingidos pelas cheias tiveram também perda no seu material genético e é fundamental que a gente possa ter um programa robusto justamente nessa linha.

Um programa também de redução de riscos climáticos na agricultura. Essa será uma tendência muito forte para que os modelos apontam a partir das mudanças do clima, da crise climática. Cada vez mais, nós conviveremos com eventos extremos climáticos, seja de déficit hídrico, seja de excesso hídrico. Portanto, faz muito sentido a gente colocar a base científica à disposição de um país como o nosso, para que a gente possa, cada vez mais, oferecer boas ferramentas para a redução de risco climático.

Aqui destaco uma tecnologia de referência, Senador, que a Embrapa já disponibiliza numa rede com mais de 32 unidades centralizadas, com parceiros externos também, com apoio muito forte do Inmet e de outras instituições públicas, especialmente, que é o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, que agora também já entra numa nova vertente, incorporando níveis de manejo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será fundamental o aprimoramento dessa ferramenta para que a gente possa, cada vez mais, oferecer ferramentas de suporte e de tomada de decisão por parte dos agricultores, dos técnicos, usando a ciência como base de dados e informações para a tomada de decisão, para a gente poder definir, com mais racionalidade, épocas de plantio, solos mais apropriados para o plantio e, justamente, contribuir nessa redução de risco. Isso tem impacto também sobre políticas públicas, como é o caso do acesso a crédito, como é o caso do Proagro, como é o caso do seguro agrícola.

E, por fim, um grande programa de saúde única e de biossegurança. Vejo que muitas dessas áreas foram fortemente atingidas, áreas de produção industrial, áreas de produção animal, áreas de produção vegetal. Nós tivemos produtos químicos que foram distribuídos no ambiente, contaminantes orgânicos, enfim. Esse conceito de saúde única é um conceito novo, emergente e que merece uma atenção bastante forte de todos nós, para que possamos seguir nessa trajetória de produzir água com qualidade, ofertar água com qualidade, ofertar alimentos com saudabilidade e garantir também essa sustentabilidade ambiental no ambiente de produção dos agroecossistemas.

Seguinte, por favor.

Aqui, um cronograma das nossas ações. Evidentemente, as ações solidárias se encerram agora neste mês, mas temos aí essas ações emergenciais, que já destacamos, daqui até o final do ano, e, ainda, já iniciando agora até 2026, um conjunto de ações estruturantes, que já reportamos anteriormente.

Se ainda tiver alguns minutinhos, gostaria de passar alguns eslaides seguintes, por favor.

Aqui, um pequeno detalhamento de algumas questões que acho que fazem sentido a gente poder reforçar. É todo esse contexto da adequação da produção agropecuária, as características intrínsecas da terra. O que nós entendemos, Senador, é que muitas dessas áreas que foram decapadas, que tiveram o solo removido, cuja camada arável foi completamente destruída, precisarão passar por uma nova análise, seja da qualidade de solo, seja da qualidade da água, mas também da própria aptidão agrícola dessas terras. Será preciso refazer, nessas regiões mais atingidas, essa definição de capacidade de uso e de aptidão agrícola das terras, para que a gente possa ter uma nova definição. Muitas dessas áreas, inclusive, serão inviabilizadas para cultivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícola, porque restou somente cascalho nessas áreas, e a recuperação disso se dará num tempo muito longo e, nesse curto prazo, será inviável, inclusive economicamente e tecnicamente.

O uso, como já destaquei, dessa ferramenta do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, uma grande plataforma básica, para que a gente possa melhor ordenar a utilização agrícola dessas áreas. Quando falo agrícola, digo agrícola, pecuária e florestal.

Trabalhar também com ferramentas de inteligência territorial. Nós temos unidades com *expertise* nessa linha, para que a gente possa também definir áreas prioritárias de intervenção, estabelecer indicadores para que a gente possa definir onde há custo-benefício associado à recuperação dessas áreas.

Fazer a readequação e a reabilitação dessas áreas cultivadas que foram inviabilizadas por esses eventos extremos, como disse, naquelas duas vertentes, seja a restauração ambiental, seja a restauração da capacidade produtiva, utilizando todo um conjunto de dados, informações, conteúdos, conhecimentos e tecnologias de que já dispomos, não só na rede Embrapa, mas também em outras instituições, em universidades federais especialmente, em organizações estaduais também, que têm um repositório muito grande de tecnologias que podem ser mobilizadas, e deverão ser mobilizadas, para este esforço aqui.

E destaco, mais uma vez, a importância da adoção de um conjunto de boas práticas de manejo, que já são bastante conhecidas, como é o caso da rotação de cultivos, como é o caso do sistema plantio direto, como é o caso do sistema de contenção de enxurradas, a manutenção das áreas de APP e especialmente de reserva legal, para que a gente possa evitar futuras calamidades como essa, infiltrando mais água no solo. Toda vez que a gente faz isso, a gente tem ganho de produtividade por um lado, menos perda de água e solo por outro e redução de impacto também dessas cheias nos nossos mananciais hídricos.

O seguinte.

Aqui são outras medidas que também estão relacionadas à recuperação dessas áreas degradadas. Vejam aqui na foto algumas imagens de áreas completamente degradadas pelas cheias, especialmente nos vales do Rio Taquari, onde nós tivemos o maior nível de impacto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí plataformas digitais, que são repositórios de dados, informações e conhecimentos, que poderão ser visitadas, nessa lógica de podermos utilizar isso como base para tomar decisão, como apoio à definição das práticas a serem adotadas.

Identificação de conformidade entre o uso e a cobertura das terras e a sua capacidade e aptidão agrícola, como já destaquei.

A gente pode disponibilizar também, a partir do conhecimento que já temos e do que faremos daqui para frente, listas de espécies agrofloretais mais adequadas a esse processo de recomposição, especialmente das áreas de APP e reserva legal.

Análise de situação também dessas áreas de APP e dos principais rios.

Estabelecimento de áreas prioritárias para restauração. Evidentemente, nós não poderemos, num primeiro momento, atuar em todas as áreas que foram afetadas, mas nossa estratégia será definirmos territórios prioritários e fazermos um trabalho em conjunto com os agricultores, para que a gente possa utilizar aquilo como modelos de adoção, como modelos de referência tecnológica e como modelos de multiplicação e até de capacitação de técnicos e agricultores.

O seguinte.

Já estamos finalizando aqui.

Desenvolvimento também de sistemas agrofloretais – que, no nosso entendimento, são importantíssimos – que valorizem as espécies agrofloretais do Estado do Grande Sul, inclusive prevendo, em algumas situações, o potencial uso dessas espécies, como frutas nativas, que possam ser oportunidade de geração de renda e valor nessas áreas de APP e reserva legal.

Processo de restauração ambiental nessas áreas que sofreram deslizamentos nas encostas, utilizando tecnologias mais modernas, como a semeadura por *drones* e, enfim, outras possibilidades. Essa ação aqui é fundamental, especialmente em conjunto com os técnicos da assistência técnica e extensão rural, seja ela pública, como é o caso da Emater, ou não pública, como aquela vinculada às organizações sociais, para que a gente possa levar esse bom conhecimento das boas práticas, seja para a restauração ambiental, seja para a restauração da capacidade produtiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seguinte.

A capacitação também, como já destacamos, em outras tecnologias que chamamos de tecnologias sociais. Essa questão da água no campo é fundamental. Vejam que muitas dessas nascentes, vertentes e cacimbas foram impactadas, danificadas. É fundamental que a gente, nesse conceito de saúde única, possa também trabalhar esse processo de qualificação da oferta de água com as questões que envolvem saneamento rural.

Trabalhar todo um conjunto de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para que a gente possa justamente fortalecer essa lógica do aumento da diversificação da matriz produtiva, não só em terras altas, mas também focando, na metade sul...

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... nessas áreas que foram atingidas, as áreas de terras baixas. Hoje nós já temos uma realidade muito importante da soja em rotação com a produção de arroz. Enfim, apoio a políticas públicas, que já vêm sendo desenhadas pelas esferas federais, estaduais e até municipais, focando também não só no armazenamento de água, mas também neste armazenamento para fins de irrigação futuras quando a gente tiver déficit hídrico.

O seguinte, por favor.

Acho que fechamos aqui, e esta aqui é uma ênfase muito grande que a gente está dando, já reforçamos aqui. É um trabalho fundamental, que para nós é basilar, porque poderemos ter, sim, no futuro, outras calamidades públicas e precisaremos investir muito fortemente, Senador, na adoção de boas práticas da agricultura de conservação, que é algo bastante conhecido, e, lamentavelmente, nós perdemos isso no estado nos últimos anos e precisamos retomar isso com muita intensidade daqui para a frente, qualificando as nossas áreas de produção, aumentando a rotação de cultivos, aumentando a produção de palhada, e aumentando, justamente, essa reservação de água na propriedade, para que possa evitar que mais água chegue aos cursos d'água.

Seguinte.

E aqui, por fim, a otimização das áreas agricultáveis com adaptação de sistemas. Nós já temos aí uma referência muito grande dos sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pecuária-floresta, também na agricultura familiar nos sistemas agroflorestais; são sistemas resilientes, bastante sustentáveis. Temos o desenvolvimento de adaptação também de outros protocolos para a gente poder melhor definir essas aptidões agrícolas dessas áreas que foram afetadas, e o aperfeiçoamento também de sistemas que favoreçam justamente esta ciclagem de nutrientes e de carbono orgânico.

Nós temos o exemplo dessa iniciativa no Estado do Rio Grande do Sul, com o programa Operação 365, que prevê a gente produzir biomassa vegetal ao longo de todos os dias do ano nas áreas.

(Soa a campainha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Isso é fundamental para a conservação e o uso sustentável dos nossos solos.

E, por fim, a gente reforça aqui as políticas públicas com base na gestão do manejo da água em bacias hidrográficas.

Queremos, mais uma vez, aqui agradecer, Senador, o espaço e a oportunidade de podermos mostrar aqui um pouco das iniciativas que estamos trazendo. Reforço que são iniciativas em conjunto com outras instituições do Estado do Rio Grande do Sul. Nós temos, a partir do final do ano passado, definido uma plataforma colaborativa regional, que é uma modelagem nova que trouxemos na Embrapa, reunindo as unidades da Embrapa em torno do desafio. E vejam que, ainda antes da calamidade, as unidades da Região Sul do Brasil já haviam definido como centro dessa iniciativa justamente o desenvolvimento de sistemas resilientes às mudanças climáticas. Estamos justamente utilizando essa plataforma colaborativa de integração das nossas UD's, das nossas UD's com as demais instituições, para que a gente possa desenhar um conjunto de ações que façam sentido para a gente poder rapidamente recuperar a capacidade produtiva do estado.

Coloco-me à disposição, Senador, para as questões que possam surgir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer a exposição bem detalhada do Sr. Clenio Pillon, Presidente em exercício da Embrapa, mostrando o planejamento que foi realizado, dividido em três etapas muito claras, com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ações solidárias, emergenciais e estruturantes, usando a *expertise*, o conhecimento. Principalmente, destaco aqui dois pontos, que são a questão de irrigação e armazenamento de água, que é um problema sério que nós temos no nosso estado; e a recuperação de solos que foram degradados. Nós estivemos também acompanhando ali no Vale do Taquari, onde há uma camada enorme de lama, de detritos que ficou em cima de terras que eram produtivas; e isso não vai mudar da noite para o dia. Vai requerer um trabalho muito grande de recuperação desse solo e otimização dessa área, que talvez tenha, como foi colocado ali, que se voltar para um outro tipo de atividade até que possa, no futuro, retornar ao tipo de exploração que tinha.

Então, agradeço-lhe.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON (*Fora do microfone.*) – Senador, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... eu queria fazer uma entrega. (*Fora do microfone.*)

Senador, se me permite, eu queria fazer uma entrega simbólica, aqui, desta proposta, até então, ainda em construção, que apresentamos aqui, e deixar um exemplar para o senhor e para a Comissão, para avaliação. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senador.

Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Informo que o Senador Ireneu Orth encontra-se também acompanhando esta audiência pública por meio remoto.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Paulo Roberto da Silva, que é Diretor do Departamento de Governança dos Sistemas Produtivos da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA (*Para expor. Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Paulo Roberto, estamos te ouvindo.

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA *(Por videoconferência.)* – Está bom.

Muito bom dia, Senador; muito bom dia, meu colega Clenio Pillon, de várias caminhadas juntos.

Gostaríamos de externar aqui a nossa manifestação, em nome do Secretário Clair Kuhn, e dizer que nós estamos parceiros nessas caminhadas, nessas....

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Paulo, vê se tu ligas o vídeo aí, por favor. Está só o som. *(Pausa.)*

Essa tecnologia... *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA *(Por videoconferência.)* – Estamos com um probleminha aqui de tecnologia e não estou conseguindo abrir a câmera.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, vamos pelo áudio, só, Paulo.

Pode prosseguir. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA *(Por videoconferência.)* – Bueno. *(Pausa.)*

Realmente, a minha imagem não está querendo aparecer, mas eu vou... Vamos com o som, então: estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tranquilo, estamos ouvindo cinco por cinco. Pode prosseguir, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA *(Por videoconferência.)* – Então está bem, bueno.

Em nome do Secretário Clair Kuhn, nós gostaríamos de prestar a nossa solidariedade a todo o nosso povo gaúcho e a essa iniciativa da Embrapa. Somos totalmente parceiros; inclusive, colega Clenio Pillon, nós estivemos, semana passada, mês passado, numa atividade nossa, junto com a Universidade do Rio Grande do Sul, na Emater, no Vale do Caí, na parte da manhã, e, na parte da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tarde quando saímos de uma reunião, estava iniciando uma visita do pessoal também aqui do ministério e do pessoal da Embrapa.

O que nós queremos dizer é que nós estamos totalmente aí, nossa equipe toda da secretaria. Reforço aí um pedido do Secretário Clair, para colaborar no que for necessário. Estamos juntos, nas ações solidárias, emergenciais e estruturantes.

Queremos dar ênfase a uma questão que nós achamos fundamental, que é a capacitação do pessoal. As tarefas, as ações, são feitas pelos homens. É fundamental que nós tenhamos a capacitação para, de forma organizada, nós atingirmos os objetivos propostos.

Colocamos, mais uma vez, a nossa secretaria à disposição para que juntos nós possamos colaborar para atingir esses objetivos e para podermos colaborar de forma reta, direta, nas questões que foram muito bem levantadas pelo Senador Paim, pelo Senador Mourão e, por fim, agora, pelo Clenio.

Colocamos, mais uma vez, a nossa equipe à disposição para juntos cerrarmos fileiras, no sentido de atingir esses objetivos propostos.

Muito obrigado.

Continuamos às ordens aqui na secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Paulo Roberto.

Eu vou passar a palavra para o Senador Ireneu Orth, para as suas considerações e perguntas ao nosso Presidente da Embrapa.

Senador Ireneu, a palavra está com o senhor.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todos.

Uma saudação toda especial ao colega Senador Mourão, sempre muito participativo e interessado nas questões que envolvem o Rio Grande do Sul, especialmente neste problema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climático muito sério que nós estamos enfrentando. Parabéns, Senador! – também ao Senador Paim, que deve estar também nos assistindo.

Assisti à palestra do representante da Embrapa, muito propositiva. São importantes esses levantamentos todos que foram feitos. Eu, como agricultor, e já passei por muitas... São mais de 50 anos na atividade agrícola, e vejo que realmente a região efetivamente afetada é de difícil recuperação. Depende evidentemente de planejamento técnico, por meio de pessoas especializadas. E aí eu quero cumprimentar especialmente a Embrapa, que tem pessoas altamente qualificadas para isso. Mas do que se precisa também – e principalmente além da orientação aos proprietários de terra, aos agricultores afetados – é que eles tenham condições econômico-financeiras para reerguer as suas propriedades.

Nós tivemos oportunidade, em uma das visitas, acompanhados por mais Senadores, na região de Roca Sales, de ver a devastação que aconteceu numa das áreas, mas isso não é só lá. Eu tenho acompanhado, por meio da Aprosoja, os trabalhos que nós estamos fazendo junto com a Fetag, em outras regiões do estado, onde o problema realmente é extremamente sério.

Então, uma das preocupações, além desta, que foi apresentada agora com muita presteza, com muita clareza pela Embrapa e que terá apoio da Emater, é a condição econômico-financeira, a condição de recursos, financiamentos com juros baixos a longo prazo para aqueles agricultores efetivamente afetados, porque vai demandar todas essas ações que estão sendo propostas aí, além da recuperação de solo, algumas áreas com culturas que deverão eventualmente ser diferentes das tradicionalmente aplicadas naquela região.

Uma questão que eu não ouvi bem no começo, o assoreamento de rios, no meu ponto de vista, é um dos fatores que ajudou muito as águas a subirem em vários leitos, em vários córregos, em vários riachos e rios e que fez com que a água subisse mais do que o normal.

Na Aprosoja mesmo, dentro de um projeto levantado pela Emater e pelo Sindicato Rural de Candelária, estamos ajudando financeiramente, com recursos que vieram dos agricultores do Centro-Oeste brasileiro, a fazer o desassoreamento de parte do Rio Pardo e de dois pequenos afluentes, e esse desassoreamento poderá melhorar a condição, por exemplo, de algo em torno de mil pequenas propriedades que haviam sido afetadas. Então, num próximo evento climático com tanta água como aconteceu agora, provavelmente, nós não teremos um problema tão grave.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o desassoreamento desses rios e riachos – que é uma coisa que se paralisou por determinação até judicial lá no passado – eu acho que tem que ser retomado, especialmente nos grandes leitos, nos grandes rios. O próprio Rio Guaíba, que antigamente tinha um calado de 6m, voltou, e a informação que eu tenho é de que está apenas com 4m agora. Isso significa dizer que a água vai ter que subir pelo menos um 1,5m, 2m além do que subia nas grandes chuvas, porque não tem mais o canal para escoamento de água. Estou dando o exemplo do Guaíba, mas é assim em todos os demais rios.

E aquela ideia que já vem de longo tempo por parte do Governo do estado e que o Presidente da Assembleia Legislativa, Adolfo Brito, tem levantado como uma das prioridades é fazer reservatórios de água para que, em época de excesso de chuva, se possa reservar, guardar a água – se não toda, pelo menos parte dela – para ser utilizada no período de pouca chuva, no período da seca. Então, essas ações, além de todas essas que foram levantadas aqui, acho fundamentais.

Eu quero me solidarizar com esse trabalho que está sendo feito. Estamos juntos! E a expectativa é de que nossos irmãos gaúchos efetivamente afetados possam, dentro do menor espaço de tempo, dentro de menos anos possíveis, voltar à atividade normal, ter seus resultados econômicos e manter as suas famílias nas suas propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Ireneu pelas suas observações.

Eu vou ler aqui agora as perguntas do e-Cidadania e depois eu passo a palavra ao Pillon e ao Paulo Roberto para os seus comentários a respeito desses questionamentos – muitos deles, na realidade, já foram até colocados durante a exposição do Pillon.

Jad, de Alagoas: "Quais são as metas de longo prazo para a revitalização da agricultura no [...] [Rio Grande do Sul], em termos de aumento de produção?".

Lucas, do Paraná: "Quais são os desafios que os agricultores do Rio Grande do Sul enfrentam em relação à sustentabilidade ambiental após a tragédia ocorrida?".

Manuela, da Bahia: "A agricultura familiar é essencial para colocar comida na mesa dos brasileiros, esse setor será prioridade nesse processo de revitalização?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Virgínia, do Distrito Federal: "O plano da Embrapa está sendo pensado [...] [ciente da] possibilidade de novas e recorrentes enchentes como a ocorrida [...] [este ano]?".

Márcia, da Bahia: "Quais são as estratégias para garantir que pequenos agricultores também se beneficiem das inovações e práticas sustentáveis?".

Ana, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais inovações tecnológicas atualmente em uso na revitalização agrícola no Rio Grande do Sul?".

Maria, de Pernambuco: "Quais são as perspectivas de crescimento para a agricultura no Rio Grande do Sul no futuro?".

Lucas, de Minas Gerais: "Como a sociedade em geral pode auxiliar na revitalização agrícola?".

Allan, do Rio de Janeiro: "Como o plano da Embrapa pretende revitalizar a agricultura no [...] [Rio Grande do Sul] com pesquisa, inovação tecnológica e sustentabilidade?".

Pillon, a palavra é sua.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Acho que, talvez, eu possa dividir algumas aqui com o Paulo, que nos acompanha.

Não sei se o Paulo quer.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Você pode fazer os comentários que julgar pertinentes, e, depois, eu passo a palavra para ele, sem maiores burocracias.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Está bom. Obrigado.

Primeiro, agradeço as perguntas que vieram da nossa assistência.

Em relação à pergunta do Jad, de Alagoas – "Quais são as metas de longo prazo para a revitalização da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul em termos de aumento de produção?" –, primeiro, não há dúvida nenhuma de que essa calamidade trouxe um impacto muito forte para a economia do estado, que não se resumirá somente neste ano para o setor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícola. Nós teremos um impacto, possivelmente, para vários anos subsequentes, porque justamente esse impacto foi muito intenso, especialmente nas regiões da Serra Gaúcha e da Depressão Central.

Como o Senador sabe, eu também sou originário do Rio Grande do Sul, justamente da região de Santa Maria, e tenho, inclusive, um irmão que produz arroz lá naquela região, que foi bastante afetado.

Evidentemente, há que se estabelecer justamente um planejamento estratégico no estado, com apoio também, especialmente, das políticas públicas não só de âmbitos municipal e estadual, mas também federal, que já estão em curso, para que a gente possa retomar no médio e longo prazo esta trajetória de referência que o Estado do Rio Grande do Sul representa para o país e para o mundo.

O Rio Grande do Sul tem a liderança na produção de soja, a liderança na produção de proteína animal, de tantos outros produtos, como é o caso do arroz. Enfim, é uma referência importantíssima. O Rio Grande do Sul representa 6% do PIB nacional. Portanto, é um estado cuja base da economia vem do agro. Mais de 40% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul tem assento nas atividades agropecuárias e florestais.

Não tenhamos dúvida nenhuma de que esse esforço conjunto, neste momento, será fundamental para que possamos retomar esta trajetória de produção e de produtividade.

Isso só se faz incorporando conhecimentos, conteúdos, adoção de tecnologias, como nós trouxemos aqui. Nós temos um repositório muito grande de dados, de informações, de conhecimentos e de tecnologias já disponíveis. Vamos colocar isso à disposição do Estado do Rio Grande do Sul, em conjunto justamente com as demais instituições que lá estão, em conjunto com a nossa Emater, com as demais estruturas de Estado e com as próprias políticas do Estado do Rio Grande do Sul, para seguir esta trajetória crescente de produção e de produtividade.

Não há outro caminho senão fazer isso com base em ciência, com base num grande mutirão, não só levando tecnologias, mas também reforço, Senador, o papel desta Casa do Parlamento, ajudando o estado, o país a prover boas políticas públicas para que essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reestruturação, essa revitalização da produção de alimentos se deem da forma mais sustentável e no mais curto prazo possível.

Em relação à pergunta do Lucas, do Estado Paraná – "Quais são os desafios que os agricultores do Rio Grande do Sul enfrentam em relação à sustentabilidade ambiental após a tragédia ocorrida?" –, acho que a grande preocupação, neste primeiro momento, é com a renda dos agricultores que foram grandemente afetados. Não há algo mais preocupante, no interior, no espaço rural, que termos famílias que não têm mais fonte de renda. Esse talvez seja o principal ponto de atenção. Evidentemente que muitas dessas famílias que foram mais afetadas perderam toda a sua capacidade de produção. Algumas, inclusive, com dívidas de financiamento, outras perderam a sua capacidade produtiva, perderam seu bem maior, que é a sua terra, porque muitas dessas áreas, especialmente nas beiras de rios, foram grandemente afetadas.

Então, acho que não há outro caminho senão a gente poder trabalhar políticas públicas dirigidas. Nós temos já um direcionamento do próprio Plano Safra, seja o Plano Safra do agro, seja o Plano Safra da Agricultura Familiar. E outras políticas públicas estão sendo desenhadas pelo Governo do estado, pelo Governo Federal e até pelos municípios, para que todos possam ajudar nesse grande mutirão de recuperação dessa capacidade produtiva.

Em relação também às questões ambientais, como já destaquei na apresentação, é fundamental a gente poder retomar, rapidamente, essa questão do acesso à água de qualidade pelas famílias. Como destaquei, também, muitas dessas áreas de captação de água para o abastecimento humano foram afetadas, e a própria capacidade de produção de alimentos, que tem a ver com a sustentabilidade da família. Antes de qualquer preocupação, as famílias precisam ter o que comer, precisam ter alimento para se sustentarem, e é fundamental que as políticas também possam, de alguma forma, contribuir nesse processo.

Em relação à pergunta da Manuela, da Bahia – "A agricultura familiar é essencial para colocar comida na mesa dos brasileiros, esse setor será prioridade nesse processo de revitalização?" –, não tenho dúvida nenhuma disso. Mais de 80% das famílias que foram afetadas são famílias que vêm dessa tipologia de agricultura familiar, especialmente nessa região da Serra e da Depressão Central do Estado do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as políticas hoje estão sendo direcionadas para essa tipologia de público. Existem outras políticas, que contemplam outros agricultores, também de cunho mais empresarial, mas, evidentemente, neste primeiro momento, é fundamental que a gente possa direcionar a nossa ação. E o plano da Embrapa, sim, contempla prioritariamente o apoio a essa tipologia de agricultores, levando o que a gente tem de melhor, que é conhecimento, conteúdo, informações e tecnologias, para que a gente possa ajudar esses agricultores, com o apoio muito importante da Assistência Técnica e Extensão Rural, materializada pela Emater, pelo Sistema S, e também pelas demais instituições que atuam no campo da assistência técnica. Fazer chegar conhecimento e informação, de forma organizada e estruturada, tanto para a restauração ambiental, quanto para a recuperação da capacidade produtiva, junto com o lastro de política pública, vai ser fundamental, especialmente para os nossos agricultores familiares.

Em relação à pergunta da Virgínia, do Distrito Federal – "O plano da Embrapa está sendo pensado [...] [ciente da] possibilidade de novas e recorrentes enchentes como a ocorrida [...] [este ano]?" –, com certeza. Não há dúvida nenhuma de que nós temos riscos cada vez mais frequentes de termos eventos como o que nós tivemos, talvez na mesma dimensão ou numa dimensão menor. Inclusive é preciso tratar, do ponto de vista até psicológico, os nossos agricultores, porque para muitos deles, hoje, quando começa a chover, Senador, volta todo esse filme, e é fundamental também que a gente tenha políticas, programas de assistência psicossocial aos nossos agricultores e não só aquelas de cunho tecnológico.

Evidentemente, quando nós trouxemos ali um programa de redução de risco climático na agricultura, junto com a adoção de um conjunto de boas práticas de manejo, conservação do solo e da água, que são dois pilares-chaves da proposta que a Embrapa e seus parceiros estão desenhando, nós estamos justamente mirando também nessa redução de risco climático para o futuro, seja do ponto de vista das cheias que possam ocorrer, seja também no enfrentamento dos períodos de déficit hídrico.

É fundamental que a gente possa melhorar a qualidade dos nossos solos, recompor áreas de mata ciliar que, em algumas situações, foram retiradas ou que foram perdidas por uma série de razões. Inclusive, agora, pela própria cheia, nós vimos imagens em que as áreas de beira de rio foram completamente destruídas. É fundamental, para reduzir justamente esse impacto das chuvas, que a gente possa reduzir cada vez mais a chegada dessa água aos mananciais hídricos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso se faz com coisas muito simples: infiltrando mais água no solo, reterendo mais água da chuva na lavoura e, como o Senador Ireneu Orth também trouxe aqui, reservando água sempre que possível. Que a gente possa reter mais essa água da chuva e usá-la mais para a irrigação, Senador. O Brasil tem hoje cerca de 8 milhões de hectares de áreas em sistemas irrigados. Isso é muito pequeno, dada a dimensão e potencial que este país tem de produzir alimentos com base em irrigação, e nós precisamos para isso também reservar mais água.

Em relação às perguntas, à questão da Márcia, da Bahia: "Quais são as estratégias para garantir que pequenos agricultores também se beneficiem das inovações e práticas sustentáveis?", acho que tem a ver com esse conjunto de ações que nós estamos propondo muito com base em ações de capacitação e de transferência de tecnologia, para que a gente possa capacitar não só os técnicos, mas também os próprios agricultores familiares no acesso a esse bom conhecimento, a essa boa informação, e, na outra via, que não a tecnológica, o contexto das políticas públicas que possam estar disponíveis para o conjunto dos agricultores é fundamental. Muitos deles perderam essa capacidade de investimento; então, é fundamental que o sistema de financiamento da produção agropecuária possa garantir também essa retomada da trajetória de produção por essas famílias que foram mais afetadas. Em algumas situações, até isso o Incra também, como sabemos, já está estudando a possibilidade de reassentar algumas dessas famílias cujas áreas de solo, áreas de terra não permitem mais ou não permitirão mais a produção agrícola e pecuária daqui para frente.

Em relação à pergunta, aqui já encerrando a minha participação...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Você pode responder a do Allan e deixe as outras para o Paulo Roberto.

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Perfeito.

Então, em resposta aqui à pergunta do Allan, do Rio de Janeiro: "Como o plano da Embrapa pretende revitalizar a agricultura no Rio Grande do Sul com pesquisa, inovação tecnológica e sustentabilidade?", acho que, de novo, aqui reforçando justamente os pilares dos programas que trouxemos: programa robusto de disponibilização de genética e de insumos, em articulação também com o setor produtivo; programa robusto de capacitação de agências de assistência técnica e extensão rural; programa sólido também de instalação de dados demonstrativos; as



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nossas principais boas práticas, seja para a restauração ambiental, seja para a restauração da capacidade produtiva; utilização também das boas experiências que temos já rodadas no Estado do Rio Grande do Sul. Como destaquei aqui a Operação 365, o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e tantos outros programas de sucesso que a Embrapa já tem e percorrem o estado serão mobilizados também para essa agenda aqui, junto com isso também ajudando o próprio Governo do estado, as prefeituras e o Governo Federal a articular e integrar boas políticas públicas em apoio à adoção dessas boas práticas.

Obrigado, Senador.

Sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Pillon.

Paulo Roberto, temos três perguntas aqui, que eu reservei para você, como membro da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, para fazer seus comentários. Uma é da Ana, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais inovações tecnológicas atualmente em uso na revitalização agrícola no Rio Grande do Sul?"; da Maria, de Pernambuco: "Quais são as perspectivas de crescimento para a agricultura no Rio Grande do Sul no futuro?"; e do Lucas, de Minas Gerais: "Como a sociedade em geral pode [...] [contribuir para a] revitalização agrícola?".

A palavra está contigo, Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pois não; estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estou ouvindo perfeitamente.

O SR. PAULO ROBERTO DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Primeiro, eu quero agradecer à Ana, do Rio; à Maria, de Pernambuco; e ao Lucas, de Minas Gerais. Isso dá uma demonstração de que os demais estados estão preocupados com o Rio Grande do Sul, e nós temos tido essa demonstração desde o início dessas catástrofes. Nós precisamos ter – foi colocado um pouco isso pelo Sr. Ireneu e pelo colega Pillon – a necessidade de uma transversalidade fundamental entre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os três poderes, o poder federal, o poder estadual e o poder municipal, para, juntos – juntos –, estabelecermos um planejamento estratégico que possa envolver todos os atores que atuam nesse setor; a Emater, a própria Embrapa, o Sistema S, as cooperativas, todos têm que estar envolvidos num propósito único.

A pergunta, por exemplo, do Lucas – perdão, da Maria –, de perspectivas, e a do Lucas, de Minas Gerais, no sentido de quais serão as perspectivas que nós teremos para o futuro... O mundo está rodando. Nós estamos com o Plano Safra, nós estamos com o plantio de inverno, com todas as dificuldades, andando, nós vamos ter, no mês que vem, a Expointer, em sua 47ª edição.

Então, as coisas não param, e, em função disso, o Plano Safra, as boas práticas, todo esse conjunto de ações tem que ser desenvolvido numa forma harmônica, e nós precisaremos ter o cuidado de começar essa harmonia lá na propriedade, no município, no estado, dependendo dos recursos oriundos da Federação, e complementar a iniciativa do Senado em proporcionar isso, além de planejamento, para recuperar a agricultura do Rio Grande Sul, de forma harmônica, de forma sistêmica.

Só para se ter um exemplo, nós já lançamos, antes, o plano Supera Estiagem, que é um plano de irrigação único. O Rio Grande Sul tem um plano, que já está em andamento, que oportuniza uma subvenção de até 20% de um projeto de irrigação. Supomos que um cidadão tenha um projeto de R\$500 mil; o estado subvenciona na veia 20%, ou seja, R\$100 mil, para que o projeto de irrigação possa ter efetividade. Então, esse é um simples exemplo.

Na agricultura familiar, nós estamos... Agora, no fim de semana, em Santa Maria, houve uma demonstração inequívoca da força da agricultura familiar, com a edição da Feicoop, que teve mais de 300 exposições do Brasil inteiro e, inclusive, do exterior. E, lá na Expointer, nós já temos mais de 300 agriculturas familiares com pedidos para expor os seus produtos e fazer a comercialização.

Então, a vida, apesar de todas essas dificuldades, está tendo andamento. O que é necessário – mais uma vez, eu reforço – é essa transversalidade entre as ações dos estados, do Poder federal, do Poder estadual e do Poder municipal; e o município, onde tudo começa, também tem que estar totalmente envolvido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reforço: todas essas questões de boas práticas, todas essas questões de recuperação passam fundamentalmente por um sistema de capacitação. Os agricultores, os técnicos precisam ser capacitados para enfrentar, de forma adequada, todas essas perguntas e as condições que foram colocadas anteriormente. Estamos aptos, estamos fundamentalmente dispostos a ter essas luzes, para que nós possamos atingir esses objetivos propostos.

Está aí o programa 365, tem o programa Duas Safras, estamos trabalhando juntamente com o Sistema S, com a Emater e com a equipe técnica, também, das cooperativas, que são elos fundamentais para que nós possamos atingir esses objetivos propostos. É nesse sentido que eu reforço, inclusive é um pedido do Secretário Clair Kuhn, que nós possamos, juntos, de forma harmônica, juntar essas forças para termos condições de ter sucesso na obtenção e no atingimento dos nossos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Paulo Roberto, pelas respostas que foram colocadas aos nossos cidadãos, que nos questionaram por meio do e-Cidadania, mostrando aí que o Rio Grande do Sul continua trabalhando, que tem o Plano Safra em execução, que tem o plantio de inverno sendo executado, e, principalmente, a questão de que, mais do que nunca, aquele velho ditado de que "uma andorinha só não faz verão" é válido neste momento. Todos teremos que estar juntos para a recuperação plena do nosso Rio Grande do Sul.

Senador Irenêu, V. Exa. deseja ainda fazer algum comentário?

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Não. Só quero agradecer aí a participação do Pillon, do Paulo Roberto, meu amigo de longa data, e dizer da preocupação de todos nós em querer, objetivamente, dentro do menor espaço de tempo possível, fazer com que o nosso produtor rural atingido, efetivamente, possa entrar na linha de voltar a produzir, de voltar a ter resultados para a sobrevivência da sua família.

Eu acho que o trabalho que esta Comissão Externa do Senado está fazendo é importante, porque começa a mobilizar, já está mobilizando a Embrapa, que é o nosso órgão maior, em nível de país, nas questões de orientação e direcionamento das ações a serem assumidas, com apoio também da Emater, e, principalmente – volto a reprisar –, do agricultor, porque é ele que está lá na ponta, é ele que tem que receber orientação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem que receber orientação técnica e financeira para poder novamente, com a recuperação da sua área, voltar a integrar o grupo produtivo do nosso estado.

Demais, quero cumprimentar a todos, até pelas perguntas feitas pelos internautas de todo o país, e dizer que nós gaúchos vamos levantar, sim, o Estado do Rio Grande do Sul. Esperamos que seja num espaço de tempo mais curto do que o imaginado.

Muito obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Ireneu.

Eu queria agradecer ao Clênio Pillon, Presidente em exercício da Embrapa. A Embrapa é um orgulho do nosso país. Se hoje nós somos essa potência agrícola responsável pela segurança alimentar de grande parte da população do mundo, isso é graças ao trabalho que vocês desenvolveram desde 50 anos atrás. E ainda tem muita coisa pela frente a ser feita.

Quero agradecer ao Paulo Roberto, que conhece muito o que é a agricultura, o agronegócio no nosso Estado do Rio Grande do Sul, e a participação do nosso querido Senador Ireneu.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, então, a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

